PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
EM PSICOLOGIA SOCIAL

Gabriel Sanjuliano Tozato

Trabalho, Subjetividade e América Latina:
as alternativas populares no Brasil e na Colômbia

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

São Paulo
2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Gabriel Sanjuliano Tozato

Trabalho, Subjetividade e América Latina:

as alternativas populares no Brasil e na Colômbia.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Psicologia Social, sob a orientação do Prof. Dr. Odair Furtado.

São Paulo

2023

Trabalho, Subjetividade e América Latina: as alternativas populares no Brasil e na Colômbia.

Gabriel Sanjuliano Tozato

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Psicologia Social, sob a orientação do Prof. Dr. Odair Furtado.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Odair Furtado - PUC-SP (orientador)

_____

Prof. Dr. Marcio Farias – PUC-SP

_____

Profa. Dra. Cristiane Luiza Sabino de Souza – UFSC

São Paulo
2023

DEDICATÓRIA (opcional)

Para Sérgio, Rosana e Giovanni, meus pais e meu irmão.

A Ivone, minha eterna avó, quem gostaria que tivesse lido essas linhas,

cuja vida segue presente na minha caminhada...

Razões de ter chegado até aqui.

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Código de Financiamento nº 131705/2021-0. Sem este apoio o presente trabalho não poderia ter sido realizado.

AGRADECIMENTOS

Essas palavras não são suficientes para agradecer àquela que não pôde estar presente ao final desse processo. A primeira pessoa para quem contei da ideia de começar um mestrado e quem me incentivou a seguir esse caminho e, por isso, sem a qual, não imaginava passar parte caminho. Não poderia deixar de lembrar e agradecer por uma companhia de toda a vida, sem minha avó, Dona Ivone, com certeza não teria chegado até aqui. Muitas das linhas aqui escritas foram feitas pensando em você e na falta que ainda faz. Obrigado por tanto. Isso também é seu.

Agradeço àqueles cuja sustentação permitiu que eu pudesse caminhar e produzir essa pesquisa. Mesmo nas dificuldades dos últimos tempos, Rosana, Sérgio, Giovanni e Terezinha, seguimos firmes e juntos. Por essa força e pela sustentação cotidiana, agradeço imensamente.

A minha grande família também agradeço por caminharmos juntos, Iolanda, Hélio, Kika, Ian e ao pequeno Ben, que um dia lerá essas páginas.

A Anna Beatriz, estamos juntos e misturados, meu bem, obrigado pela vida ao teu lado.

Um agradecimento especial ao amigo Rafael, por tudo que ele representou nesse processo, nas reflexões, negações e afirmações da vida, obrigado por estar ao meu lado.

Pelo sentido da amizade que se realiza na relação com Ricardo e Rodrigo, amigos queridos, agradeço por serem parte dessa história.

Ao sábio mestre, com carinho, professor Odair Furtado, a quem devo muito e a quem agradeço a possibilidade de construir esse caminho que se inicia aqui. Sem seu trabalho e suas orientações essa pesquisa não seria possível. É aprendendo com os mestres e sábios que trilharam os caminhos antes de nós que chegamos até aqui. Seguiremos juntos...

Aos colegas de NUTAS, agradeço por todos os momentos e ensinamentos na potência desse grupo que me sinto parte e que faz parte dessa trajetória.

Aos professores e professoras da PUC-SP, as reflexões aqui presentes só são possíveis por seus ensinamentos. Em especial, agradeço as professoras Graça e Elisa que, desde muito tempo são parte desse processo. Seus ensinamentos estão por aqui.

Também agradeço aos companheiros e companheiras da Cátedra Libre Martín-Baró, por permitirem o potente encontro com a Colômbia e a América Latina. Aos amigos, Betina, Edgar e Ximena meu muito obrigado por tudo.

Serão insuficientes os agradecimentos a todos contribuíram com essa pesquisa, do MST e da Cooagropaz, aos sujeitos da história, meu imenso agradecimento. Obrigado por cada palavra e cada ensinamento e por esperançar e construir a possibilidade de um mundo novo.

Sol de alto Perú
Rostro Bolivia, estaño y soledad
Un verde Brasil besa a mi Chile
Cobre y mineral
Subo desde el sur
Hacia la entraña América y total
Pura raíz de un grito
Destinado a crecer
Y a estalar

(Composição de César Isella, eternizada na voz de Mercedes Sosa, *Canción con todos*)

> Sin embargo, frente a la opresión, el saqueo y el abandono, nuestra respuesta es la vida. Ni los diluvios ni las pestes, ni las hambrunas ni los cataclismos, ni siquiera las guerras eternas a través de los siglos y los siglos han conseguido reducir la ventaja tenaz de la vida sobre la muerte. […] todavía no es demasiado tarde para emprender la creación de la utopía contraria. Una nueva y arrasadora utopía de la vida, donde nadie pueda decidir por otros hasta la forma de morir, donde de veras sea cierto el amor y sea posible la felicidad, y donde las estirpes condenadas a cien años de soledad tengan por fin y para siempre una segunda oportunidad sobre la tierra.

(Gabriel García Márquez, A solidão da América Latina, 1982)

Na luta pra ninguém silenciar nossa voz
Voltamos a falar dos sonhos pelas manhãs
A nossa terra fértil foi vencendo o concreto
O nosso reflorestamento erguendo-se em fé e
Eu que sou donde a miséria seca as estações
Vi a primavera
Florescendo entre os canhões
E não recuar
Eu que sou de guerra
Dei o sangue na missão
De regar a terra
Se eu tombar vão ser milhões pra multiplicar
A única luta que se perde é que se abandona
E nós nunca
Nunca abandonamos luta
Nunca, nunca
Há quem endureça sem nunca perder a ternura

As tecnologias ancestrais nós temos
Pra induzir o sonho dentro de um pesadelo
Entre um traçante e outro
Dilatar o tempo e imaginar um mundo novo

(Don L, Primavera)

RESUMO

A presente dissertação tem o objetivo de discutir as alternativas populares de organização do trabalho na América Latina, a partir do estudo de duas experiências que se constituem na luta pela terra e no enfrentamento à fome, uma no Brasil e outra na Colômbia, tendo como eixo de análise dessas alternativas a dimensão subjetiva da realidade. No Brasil, a Comuna da Terra Irmã Alberta e a Cooperativa Terra e Liberdade como expressões organizativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Na Colômbia, a *Cooperativa Multiactiva por la Paz*, a Cooagropaz, fruto da complexidade dos processos de Reincorporação a partir da assinatura dos Acordos de Paz de 2016 entre o Estado colombiano e as FARC-EP. A pesquisa tem seu referencial teórico-metodológico no materialismo histórico e dialético e na Psicologia Sócio-Histórica, buscando traçar diálogos com o marxismo latino-americano, especialmente com a Teoria Marxista da Dependência, bem como com contribuições do pensamento social da região, na compreensão dos processos que constituem a particularidade do capitalismo latino-americano e suas negações históricas. Caracterizamos particularidade do capitalismo latino-americano, da colonização ao neoliberalismo, passando pela imprescindibilidade de compreender sua constituição na relação de dependência que se estabelece nessas economias periféricas, em suas transformações e atualizações. Atualmente, essa estrutura dinâmica produz o recrudescimento da fome, a qual está relacionada ao aprofundamento da superexploração da força de trabalho em suas determinações na divisão racial e sexual do trabalho, como expressão do processo de (re)imposição do aprofundamento neoliberal. Como determinação negativa desse processo, desde a colonização, surgiram revoltas, rebeliões e revoluções, conformando formas políticas de organização da vida e do trabalho como enfrentamento dessa condição de dominação e exploração. Explicitamos essas emergências, com enfoque em seus movimentos mais atuais, na análise das duas alternativas, como formas possíveis de enfrentamento à produção social, política e econômica da fome. São alternativas que se constituem na continuidade da transformação das lutas históricas latino-americanas, dadas em suas realidades nacionais e construídas em seus territórios por sujeitos concretos. São construções humanas dadas nas necessidades reais de sujeitos ontologicamente negados, que afirmam sua existência na luta. Entretanto, vão muito além disso, na constante construção de um horizonte emancipatório ancestral, na conformação de formas de organização da vida que gestam em si outras relações possíveis e novos sentidos, em que esses sujeitos políticos se constituem nesse movimento. A análise da dimensão subjetiva da realidade se dá na formulação de categorias de análise que expressam a relação entre as condições históricas e objetivas que constituem as alternativas e as significações constituídas na emergência desses sujeitos políticos.

Palavras-chave: Trabalho; Subjetividade; América Latina; Alternativas populares; Organizações alternativas do trabalho; Dimensão Subjetiva da Realidade.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to discuss popular alternatives for organizing work in Latin America, based on the study of two experiences in the struggle for land and the fight against hunger, one in Brazil and the other in Colombia, with the subjective dimension of reality as the axis of analysis of these alternatives. In Brazil, the Comuna da Terra Irmã Alberta and Cooperativa Terra e Liberdade as organizational expressions of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In Colombia, the Cooperativa Multiactiva por la Paz, Cooagropaz, is the result of the complexity of the reincorporation processes following the signing of the 2016 Peace Accords between the Colombian state and the FARC-EP. The research has its theoretical-methodological framework in historical and dialectical materialism and socio-historical psychology, seeking to draw up dialogues with Latin American Marxism, especially with the Marxist Theory of Dependency, as well as with contributions from social thought in the region, in the search for an understanding of the processes that constitute the particularity of Latin American capitalism and its historical negations. We seek to characterize the particularity of Latin American capitalism, from colonization to neoliberalism, including the indispensability of understanding its constitution in the relationship of dependence that is established in these peripheral economies, in its transformations and updates. Under the neoliberal model, this dynamic produces an upsurge in hunger, which is related to the deepening of the overexploitation of the workforce in its determinations in the racial and sexual division of labor, as an expression of the process of (re)imposition of neoliberal deepening. Furthermore, as a negative determination of this process, revolts, rebellions, and revolutions have emerged since the beginning of colonization, shaping political forms of organizing life and work as a way of confronting this condition of domination and exploitation. We seek to explain these emergences, focusing on their most current movements, in the analysis of the two alternatives, as possible current forms of confronting the social, political and economic production of hunger. They are alternatives that are a continuation of the transformation of Latin American historical struggles, given in their national realities and built in their territories by concrete subjects. They are human constructions given in the real needs of ontologically denied subjects, who affirm their existence in struggle. However, they go far beyond this, in the constant construction of an ancestral emancipatory horizon, in the shaping of forms of life organization that generate in themselves other possible relationships and new meanings. These political subjects are constituted in this movement. The analysis of the subjective dimension of reality is constituted in the formulation of categories of analysis that express the relationship between the objective conditions that constitute the alternatives and the meanings constituted in the emergence of this political subject.

Keywords: Work; Subjectivity; Latin America; Popular alternatives; Alternative work organizations; Subjective Dimension of Reality.

RESÚMEN

El objetivo de esta disertación es discutir alternativas populares de organización del trabajo en América Latina, a partir del estudio de dos experiencias de lucha por la tierra y contra el hambre, una en Brasil y otra en Colombia, con la dimensión subjetiva de la realidad como eje de análisis de estas alternativas. En Brasil, la Comuna da Terra Irmã Alberta y la Cooperativa Terra e Liberdade como expresiones organizativas del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). En Colombia, la Cooperativa Multiactiva por la Paz, Cooagropaz, es el resultado de la complejidad de los procesos de reincorporación tras la firma de los Acuerdos de Paz de 2016 entre el Estado colombiano y las FARC-EP. La investigación tiene su marco teórico-metodológico en el materialismo histórico y dialéctico y la psicología sociohistórica, buscando establecer diálogos con el marxismo latinoamericano, especialmente con la Teoría Marxista de la Dependencia, así como con aportes del pensamiento social de la región, en la búsqueda de la comprensión de los procesos que constituyen la particularidad del capitalismo latinoamericano y sus negaciones históricas. Buscamos caracterizar la particularidad del capitalismo latinoamericano, desde la colonización hasta el neoliberalismo, pasando por la indispensabilidad de comprender su constitución en la relación de dependencia que se establece en estas economías periféricas, en sus transformaciones y actualizaciones. Bajo el modelo neoliberal, esta dinámica produce un recrudecimiento del hambre, que se relaciona con la profundización de la sobreexplotación de la fuerza de trabajo en sus determinaciones en la división racial y sexual del trabajo, como expresión del proceso de (re)imposición de la profundización neoliberal. Además, como determinación negativa de este proceso, desde el inicio de la colonización han surgido revueltas, rebeliones y revoluciones, configurando formas políticas de organización de la vida y del trabajo como forma de enfrentar esta condición de dominación y explotación. Buscamos explicar estas emergencias, centrándonos en sus movimientos más actuales, analizando las dos alternativas como posibles formas actuales de enfrentar la producción social, política y económica del hambre. Estas alternativas son la continuidad de la transformación de las luchas históricas latinoamericanas, dadas en sus realidades nacionales y construidas en sus territorios por sujetos concretos. Son construcciones humanas dadas en las necesidades reales de sujetos ontológicamente negados, que afirman su existencia en la lucha. Sin embargo, van mucho más allá, en la construcción constante de un horizonte emancipatorio ancestral, en la conformación de formas de organizar la vida que generan en sí mismas otras relaciones posibles y nuevos sentidos. Estos sujetos políticos se constituyen en este movimiento. Analizar la dimensión subjetiva de la realidad implica formular categorías de análisis que expresen la relación entre las condiciones objetivas que constituyen las alternativas y los significados constituidos en la emergencia de este sujeto político.

Palabras clave: Trabajo; Subjetividad; América Latina; Alternativas populares; Organizaciones alternativas de trabajo; Dimensión subjetiva de la realidad.

Lista de Ilustrações

Gráfico 1 – Número de pessoas em insegurança alimentar moderada ou grave por sub-região da América Latina de 2014 a 2021. 134

Figura 1 – Retrocesso histórico dos índices de insegurança alimentar e da fome no Brasil. Dados de 2004 a 2022. 136

Figura 2 – Localização da Comuna da Terra Irmã Alberta 227

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave no mundo e na América Latina de 2014 a 2021. 132

Lista de Abreviações

PHC – Psicologia Histórico-Cultural

PSH – Psicologia Sócio-Histórica

TMD – Teoria Marxista da Dependência

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

IA – Insegurança Alimentar

FARC-EP - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia -Exército do Povo

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Sumário

Introdução 17

1. Da prioridade ontológica do trabalho no ser social à crítica da centralidade do trabalho na sociedade do capital 29

1.1 O capital como sistema de controle sociometabólico 54

2. A particularidade do capitalismo latino-americano e a configuração do trabalho 57

2.1 Sobre a constituição e o desenvolvimento do capitalismo latino-americano: da colonização a uma economia dependente 57

2.1.1 Subsunção real e formal do trabalho ao capital na América Latina 74

2.2 A América Latina e a questão da dependência 82

2.2.1 A teoria marxista da dependência 86

2.2.2 A Superexploração da força de trabalho 90

2.2.2.1 A Superexploração e a divisão internacional, social, racial e sexual do trabalho 97

2.3 O neoliberalismo na América Latina e a superexploração da força de trabalho 101

2.3.1 Laboratório, ponto de ebulição social e aprofundamento neoliberal 108

2.4 A produção social, econômica e política da fome na América Latina 119

2.4.1 Dados da Fome na América Latina, no Brasil e na Colômbia 130

3. Da construção de uma psicologia marxista soviética à Psicologia Social Crítica latino-americana: as bases da Psicologia Sócio-Histórica 145

3.1.1 A construção de uma Psicologia marxista soviética 145

3.1.2 A Psicologia social crítica latino-americana e a Psicologia Sócio-Histórica 151

4. A Psicologia Sócio-Histórica e seus fundamentos teórico-metodológicos 159

4.1 As Categorias da Psicologia Sócio-Histórica 162

4.1.2 A Dimensão Subjetiva da Realidade 166

5. Metodologia: Procedimentos e instrumentos de coleta de dados e análise 169

5.1 As imbricações entre pesquisador e processos de pesquisa 174

5.1.1 Objetivos 175

5.2 Procedimentos de coleta dados 178

5.3 Procedimentos de análise de dados 183

6. As alternativas de organização do trabalho na América Latina no Brasil e na Colômbia: por um horizonte ancestral de emancipação 185

6.1 As alternativas estudadas 202

6.1.1 O MST, a Comuna da Terra Irmã Alberta e a Cooperativa Terra e Liberdade 203

I. A constituição do sujeito político: das vivências da desigualdade à luta como transformação 237

II. Outras relações possíveis na construção de um projeto de vida 250

III. A constituição de um trabalho com sentido na construção da comuna e da cooperativa 258

6.1.2 Cooagropaz 263

I. A luta nasce e continua da necessidade da luta 283

II. A organização popular como reconstrução de um horizonte emancipatório ancestral 292

III. A resistência como negação da reincorporação 298

IV. É trabalho, mas não é trabalho 310

CONCLUSÕES 317

REFERÊNCIAS 335

ANEXOS 343

Introdução

Como forma de apresentar as motivações que constituem o processo inicial de pesquisa e introduzir os temas a serem abordados nesta produção, faremos uma breve explanação de alguns pontos primordiais para a compreensão da construção do processo de pesquisa.

A aproximação com as questões abordadas nesta investigação começam muito antes do ingresso no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo da PUC-SP, tendo em vista que a relação com os temas desenvolvidos na pesquisa dizem respeito às vivências, experiências, ao lugar e à história do de quem escreve estas linhas. Desde as experiências na infância e adolescência na percepção inevitável de uma sociedade constituída a partir da divisão social do trabalho e em classes sociais, passando pelo encontro transformador na graduação com a Psicologia Sócio-Histórica, até a o despontar do reconhecimento da identidade latino-americana e da necessidade de um aprofundamento sobre a história e a realidade latino-americanas que de forma *una e diversa* nos constituem. Essas são implicações que fazem parte do processo de preparação e construção da pesquisa para além de sua consolidação nos últimos anos.

O encontro com a Psicologia Sócio-Histórica na graduação em Psicologia na PUC-SP é certamente um marco na minha trajetória de vida e profissional, tendo em vista o papel de reconstrução da identificação com a Psicologia a partir daquele momento. A conexão com a PSH no reconhecimento de uma perspectiva crítica em Psicologia que dialogava com a realidade concreta do Brasil redefine a minha relação com a própria Psicologia. A partir desse marco, a trajetória posterior se dá na presença constante dessa perspectiva na minha formação e atuação profissional e militante. Desde a graduação direcionei meu interesse e atuação voltados à Psicologia Social, sobretudo em sua perspectiva de atuação crítica.

Já ao final da graduação um interesse pela América Latina começa a despertar e as inquietudes e interesses cada vez mais constantes levam ao reconhecimento tanto da necessidade do aprofundamento da história e da realidade desses países irmãos, quanto da percepção cada vez mais presente da importância da construção da solidariedade entre *nosotros.* Muitas eram as perguntas e a vontade de seguir conhecendo realidades que pareciam cada vez mais comuns e entrelaçadas, ao mesmo tempo, distantes e diversas. Esse despertar também se dava na relação com a Psicologia e na busca por seguir (re)conhecendo referências que para nós, brasileiros e brasileiras, pareciam ter sido negadas, distanciadas ou até consideradas desinteressantes, uma vez que, aparentemente, não diziam sobre nós. Foi nesse processo de

despertar que o contato com as contribuições de muitos *hermanos y hermanas* abriu a perspectiva para a vontade de continuar a construir e reivindicar uma Psicologia Social crítica desde e para a América Latina. São inquietudes que movimentam a busca pelo conhecimento que não mais poderia se restringir à realidade brasileira, era preciso compreender o Brasil na América Latina, como parte integrante desse processo histórico, me involucrando nesse pulsar de suas veias abertas.

Seguindo essa busca, após o término da graduação, abrem-se as portas para uma nova experiência, a atuação junto à Cátedra Libre Martín-Baró (Bogotá, Colômbia) auxiliando e aprendendo com a construção do trabalho da organização a partir da *Psicologia da Libertação*. As vivências em território colombiano e o contato constante com a história ou a própria presença constante do conflito armado, bem como a troca com uma outra expressão da construção de uma Psicologia latino-americana, trouxeram memórias, reflexões e convicções que fazem parte desse processo de pesquisa. A necessidade do aprofundamento da história a *contrapelo* do território latino-americano e a reivindicação da construção da unidade na diversidade por meio do intercâmbio entre as maiorias populares irmãs é um marco fundamental para a intencionalidade e a construção do processo inicial do pesquisar. Por isso, a vivência de cerca de um ano na Colômbia, também é parte constituinte e estruturante deste processo.

Portanto, seja na trajetória nos campos de estágio, na participação em projetos singulares de empreendimentos de economia solidária, nas experiências como pesquisador ou vivências em outros países latino-americanos, todas essas vivências despertaram interesses e reflexões que se consolidam na intencionalidade do desenvolvimento desta pesquisa. Todas essas vivências *sentipensantes* também constituem a necessidade de aprofundar algumas questões que vão surgindo ao longo dos caminhos e na vontade de buscar respostas para algumas perguntas que foram se maturando nessa estrada, mas também se materializa na tentativa de trazer uma contribuição ao tema e reivindicar o diálogo latino-americano.

A partir desse processo, sobretudo na relação com a PSH e a Psicologia da Libertação, foi se constituindo uma intencionalidade pautada na construção de uma Psicologia Social que pudesse seguir à serviço das maiorias populares latino-americanas. Nesse sentido, assumindo que é papel da Psicologia Social crítica latino-americana contribuir ativamente para processos de transformação social, também se iniciou o processo de construção da pesquisa.

Nesse sentido, apoiado nas vivências, inquietudes, perguntas e algumas convicções é que se inicia o processo de construção do objeto de estudo, das referências e do caminho traçado até aqui. É por isso que em um primeiro momento, no desenhar inicial dos caminhos da

pesquisa, duas questões se apresentavam como pilares fundamentais para a edificação da pesquisa: estudar a América Latina, afirmando a sua constituição na unidade da diversidade e entender os processos históricos de luta e resistência dos povos latino-americanos que de alguma maneira se manifestavam em formas de organização alternativa do trabalho. Entretanto, essa compreensão não poderia se dar a partir de qualquer perspectiva ou enfoque, mas sim desde a afirmação da Psicologia Sócio-Histórica e seu método, o materialismo histórico e dialético.

Também é imprescindível dizer sobre o momento histórico em que a pesquisa em si inicia suas definições. O cenário pandêmico, as derrotas históricas dos governos progressistas na América Latina (sobretudo na América do Sul), os desdobramentos da crise estrutural de 2008 (interminável ou terminal?) e a consolidação da ressureição de um neoliberalismo remendado e de caráter protofascista na região, desenhavam um cenário social de aprofundamento da precarização das condições de vida em toda *Nuestra América*. A condição estrutural de pobreza e de condições precárias de vida na região nunca tinha sido superada, entretanto, a retomada do aprofundamento neoliberal reformado era avassaladora. No Brasil, o cenário pós-golpe de 2016 consolidado na *Ponte para o passado* de Temer, tendo sequência na eleição de Bolsonaro, somado à condição de crise sanitária e humanitária global causada pela pandemia de COVID-19 e intensificada pela *necropolítica bolsonarista*, configuravam uma *distopia real* forjada no *realismo mágico* latino-americano. Entretanto, nada daquilo poderia ser tão real quanto as mais de 700 mil mortes impulsionadas por uma política negacionista ou do vertiginoso e escancarado crescimento da quantidade de pessoas sem moradia, da pobreza e da fome. A fome voltava a estar em patamares de quase 20 anos atrás e ainda se encontra nessa condição. A partir desse momento, essa era uma questão que não poderia ser ignorada.

Por toda a América Latina o cenário não era diferente e, em um primeiro momento, quando nos deparamos com os dados, percebemos que nenhuma região do mundo teve mais mortes proporcionais ao número de sua população do que aqui. Além disso, a fome crescia assustadoramente nessa região, mais do que em qualquer outro lugar do mundo (FAO, 2013). Se configurou um cenário de terra arrasada, de destruição de garantias mínimas e de conquistas básicas e do aprofundamento da precarização de condições de vida historicamente precárias. Isso tudo em um cenário e em uma região que nunca conseguiu alcançar patamares aceitáveis de condições de vida para suas maiorias populares.

A proximidade afetiva com a Colômbia e a continuidade dos estudos sobre o país construía a constatação de que por lá também se vivia um cenário de aprofundamento neoliberal levado adiante por um grupo da direita colombiana que voltava ao poder em 2018. Apesar de

constituído na realidade específica colombiana, o governo de Ivan Duque se apresentava com certas similaridades ao governo Bolsonaro no Brasil. Essas duas expressões violentas da direita latino-americana promoveram reformas destrutivas em seu aprofundamento do receituário neoliberal, em um processo de retirada de direitos sociais e um intenso aprofundamento da precarização das condições de vida das classes trabalhadoras dos dois países. Ao mesmo tempo, existiam pontos em comum nas duas realidades e condições diferentes, muito específicas da constituição de suas históricas nacionais. Esse foi um ponto fundamental de constatação.

Diante disso, identificamos como urgente compreender a emergência de alternativas populares e coletivas de organização voltadas ao combate da precarização do trabalho, do empobrecimento e da condição estrutural de fome da classe trabalhadora tendo como horizonte a superação imediata ou formas de minimização do impacto dessa condição estrutural imposta pelo modo de sociabilidade do sistema capitalista, aprofundada pelo modelo neoliberal no capitalismo dependente latino-americano.

Foi a partir do reconhecimento da trajetória, vivências e vínculo do pesquisador com essas duas realidades que se produziu a escolha de Brasil e Colômbia, não as tomando como realidades idênticas por estarem no território latino-americano, mas também entendendo que existiam pontos em comum dados na historicidade da América Latina.

Nesse momento, emergem dois questionamentos elementares e que constituem o objeto de estudo ao longo do processo de pesquisa: Por que a fome crescia mais na América Latina do que em todos os continentes do mundo? Diante daquele cenário no continente e das experiências de aprofundamento neoliberal no Brasil e na Colômbia, o que estava sendo produzido enquanto ação coletiva como enfrentamento a essa condição?

Nesse sentido, o objeto de estudo vai se conformando diante da constatação das determinações concretas da vida na América Latina em que o recrudescimento da fome aparecia como fenômeno latente e crescente, ao mesmo tempo, também pelo reconhecimento da existência e da emergência de diversas experiências alternativas de enfrentamento à essa condição. Era preciso buscar respostas para a configuração deste cenário e para as inquietudes anteriores. A pesquisa foi se desenhando a partir do olhar inconformado e insuficiente para compreender o movimento real, sendo então uma necessidade buscar elementos para contribuir de alguma forma com o que se apresentava, tendo em vista que as explicações no campo da aparência não eram suficientes. Era preciso tratar todas essas questões de forma radical. Compreender as possíveis formas de enfrentamento à fome, gestadas nas realidades latino-americanas, mais especificamente em Brasil e Colômbia.

Desde o primeiro momento da escolha desses países como objetos de estudo, não os estudamos, analisamos e discutimos a partir de comparações, isso porque a pesquisa nunca teve e não tem o objetivo de se constituir como um estudo comparativo. Além disso, o método que guia este estudo busca entender a América Latina na unidade da diversidade e as realidades nacionais como sendo parte constituinte dos processos que constroem o que denominamos como América Latina. Conforme será desenvolvido ao longo da exposição, não devemos entender essas realidades, nas quais se produzem as alternativas estudadas, nem como mera determinação isolada na realidade nacional, nem como uma determinação única que conforma todos os países latino-americanos de maneira idêntica. Existem pontos em comum, questões transversais que constituem todos os países latino-americanos, entretanto, essas realidades são produzidas na especificidade de suas histórias nacionais, as quais se constituem nos territórios concretos produzidas pela relação concreta entre os seres humanos que as forjam.

Portanto, era necessário compreender as formas coletivas de enfrentamento, alternativas de organização do trabalho e da vida que estivessem produzindo no Brasil e na Colômbia, em seus territórios, o enfrentamento à produção da fome nesse período. Além disso, para compreender essas alternativas era necessário encarar o fenômeno da fome, sua constituição como tal nesse momento, entender como se constitui dessa maneira, isso porque as formas de enfrentamento à essa condição só existiam porque a fome persistia e crescia.

Nesse sentido, era imprescindível compreender essa relação dialética entre: a produção da precarização das condições de vida que se expressavam na fome e as formas de enfrentamento à essa precarização que se conformavam em alternativas concretas de organização em formas políticas de combate à fome no Brasil e na Colômbia. Portanto, o objeto vai se desenhando nessa relação na busca pela compreensão das alternativas populares de organização, como formas políticas de enfrentamento à condição de fome construída na constituição histórica do capitalismo latino-americano nas expressões desses dois países.

A partir disso, novas perguntas surgem no processo de pesquisa a partir da necessidade de entender a complexidade dessas alternativas. Que alternativas seriam essas? Como se constituem? São enfrentamentos pontuais ou sistêmicos? Podem produzir de fato um enfrentamento à fome? Quem são as pessoas que constroem essas alternativas? Como se constituem enquanto sujeitos no processo? Que subjetividades emergem nesse? Todas essas perguntas foram imprescindíveis no processo inicial de apropriação do nosso objeto de estudo e no caminho traçado para sua compreensão e exposição nesta dissertação.

Uma questão já estava explícita, era preciso encarar as alternativas de organização do trabalho como uma expressão da luta de classes gestada nos processos históricos da América Latina. Por isso, partimos da necessidade de compreender a constituição dessas alternativas nesse movimento dialético, como enfrentamento a condição de fome que se apresentava sob o desenvolvimento capitalista em sua fase neoliberal. A partir disso, era imprescindível entender como chegamos ao neoliberalismo no desenvolvimento do capitalismo latino-americano e como esse modelo se constitui na atualidade como necessidade de reorganização do modo de produção capitalista a nível global.

Essa questão passava por desvelar a própria história do capitalismo na América Latina. Desde esse momento, passamos a reconhecer uma certa especificidade do desenvolvimento do capitalismo na região, que se constitui a partir das leis gerais e intrínsecas ao modo de produção capitalista, mas que não se desenvolve historicamente de maneira idêntica aos centros dinâmicos dominantes do sistema do capital. A própria dinâmica do modo de produção capitalista se desenvolvia historicamente de maneira específica em determinadas regiões, ao mesmo tempo, estando articulada ao movimento mais geral da dinâmica do capital. Nesse sentido, se era primordial construir uma contribuição da América Latina como una e diversa, foi essencial entender a particularidade deste desenvolvimento específico e articulado. Esse processo se conformou historicamente em suas formas de dominação objetivas e subjetivas, os quais se constituem desde os processos de colonização até o neoliberalismo, contudo, também fomos nos atentando para a constate emergência ao longo desse processo de resistências, rebeliões, lutas por libertação, revoluções, ou seja, negações dessa dominação.

Desde aqui afirmamos que do processo histórico de dominação também emergem subversões, resistências, ações coletivas opostas à organização do modo de produção capitalista dadas também em seu desenvolvimento particular. É nesse processo que se constitui a luta de classes como motor da dialética da história latino-americana. As experiências contra hegemônicas de organização do trabalho e da vida existem há séculos na América Latina, por isso, era preciso olhar para esses movimentos em sua historicidade e nas expressões mais atuais.

De um lado, compreender como o desenvolvimento do capitalismo na particularidade latino-americana vai historicamente produzindo a negação da humanidade a partir das necessidades de desenvolvimento global do sistema do capital, tendo em sua expressão mais recente e drástica a fome. Para tal, é preciso analisar as determinações desse capitalismo *sui generis*, de como se constituiu e se constrói hoje na produção desse fenômeno.

Por outro lado, foi imprescindível compreender quais foram as expressões históricas de organização as quais produziram enfrentamentos reais a essa condição, bem como de que maneira foram se conformando em formas políticas, alternativas possíveis de construção de outros modos de vida, os quais se constituem a partir de modos ancestrais e apontam para um horizonte de emancipação, desde suas primeiras expressões no início dos processos de colonização até os enfrentamentos ao neoliberalismo. Foi nesse processo que nos deparamos com diferentes referências que foram constituindo os marcos teóricos desta pesquisa.

Outro processo realizado foi fundamental concomitantemente ao movimento descrito acima. Era preciso compreender que todos esses processos que constituem a dialética da luta de classes na América Latina, foram e são construídos por seres humanos, que se forjam constantemente nessas relações, isso porque são esses seres humanos que constroem a sua história, seja nos processos de edificação do modo de produção capitalista em sua conformação como um sistema de exploração e dominação, ou pela constante produção de negação na construção de formas políticas que gestam em si outras relações possíveis, consequentemente, outras subjetividades. Portanto, a partir do referencial da PSH fomos reafirmando uma compreensão de ser humano, na concepção de constituição de ser social, imprescindível para o processo de pesquisa. Isso porque esse sujeito que produz essas alternativas também se constitui no processo, na constante relação dialética entre objetividade-subjetividade. Essas alternativas se constituem como negação dessa condição e são produzidas nas relações humanas, como necessidade de construção da própria existência desses sujeitos. Sendo assim, era preciso estabelecer marcos teóricos basilares para a compreensão da constituição desse sujeito político que deve ser entendido a partir da dialética objetividade-subjetividade.

Compreender quem são esses sujeitos que constroem essas alternativas é compreender as próprias alternativas, porque essas não existem sem esses sujeitos. A partir da dialética objetividade-subjetividade é possível apreciar a emergência desse sujeito político e a conformação das alternativas estudadas. Portanto, a compreensão dessas alternativas deveriam se dar necessariamente a partir da imprescindibilidade de compreendê-las nas dimensões subjetivas da realidade.

É por isso que esta pesquisa busca contribuir para a compreensão das produções alternativas populares de organização do trabalho no Brasil e na Colômbia, entendendo essas tanto como expressões de enfrentamento aos processos particulares de desenvolvimento do capitalismo latino-americano, mas também como manifestações singulares de luta popular e resistência na construção histórica do enfrentamento às condições impostas por essa estrutura,

as quais se desenvolvem a partir das determinações das realidades nacionais dos dois países. Além disso, a compreensão desse processo passa necessariamente pelas dimensões subjetivas da realidade que constituem as alternativas de organização do trabalho estudadas.

Para tal, precisávamos aprofundar as referências que nos permitissem chegar ao entendimento desse sujeito como produto e produtor da história e que se constitui na necessidade da luta ao mesmo tempo que a faz. Chegamos à categoria trabalho como pilar fundamental deste estudo e, a partir da apropriação das discussões presentes na construção e debates em torno dessa categoria, pudemos aprofundá-la tanto a partir da sua importância para a compreensão na constituição do ser social, tendo o trabalho como sua condição ontológica para a compreensão da afirmação de uma concepção de ser humano, quanto na forma que adquire no sistema do capital explicitada na contradição intrínseca entre capital e trabalho.

A esse processo também se somou um mergulho na história colombiana e brasileira, bem como o desenvolvimento dos processos diversos de coleta de dados nos campos como forma de chegar às alternativas populares de organização do trabalho na realidade brasileira e colombiana. O trabalho da pesquisa realizado nos campos brasileiro e colombiano nos permitiu entrar em contato com a real construção dos movimentos estudados, assim como acessar como essas pessoas se constituem constantemente nesse processo de construção da luta e como o significam. Sendo assim, esta pesquisa parte do materialismo histórico e dialético e tem como referência fundamental para a compreensão do seu objeto de estudo a historicidade e a dimensão subjetiva da realidade. Buscamos compreender nas significações e sentidos desse processo para as pessoas que o constroem a constituição do fenômeno das alternativas de organização do trabalho nas dimensões subjetivas da realidade. Compreender essas alternativas em sua constituição nas dimensões subjetivas da realidade produzidas nessas relações, nos permite avançar na compreensão do fenômeno em sua essência, buscando superar compreensões dicotômicas historicamente presentes na Psicologia Social latino-americana.Dessa forma, esta pesquisa se constitui no objetivo de compreender as alternativas populares de organização do trabalho tendo como eixo de análise as dimensões subjetivas da realidade.

Dito isso, vale a pena salientar que o caminho descrito até o momento constitui a consolidação do objeto e dos objetivos da pesquisa. Sendo assim, é preciso diferenciar esse processo do método expositivo que adotamos ao longo desta dissertação, o qual construímos como forma de explicitar as discussões necessárias em um caminho para a compreensão do objeto em questão e como forma de cumprir com os objetivos da pesquisa.

Para tal, em um primeiro momento, partiremos das discussões necessárias tendo como referência a análise de alguns aspectos da categoria trabalho, a partir do diálogo com as obras de Marx, Engels e Lukács. Essa discussão é estruturante no argumento proposto ao longo desta produção, tendo em vista que é imprescindível para a perspectiva teórico-metodológica adotada e para a construção da análise do fenômeno. Inicialmente, buscamos explicitar o debate da constituição do ser social, ou seja, reafirmar a importância da compreensão desse processo para a afirmação de uma concepção de constituição de ser humano. A partir dessa definição, seguiremos debatendo a categoria trabalho, mas a partir da contradição intrínseca ao modo de produção capitalista entre capital e trabalho, em que o trabalho torna-se subordinado ao capital

Buscando promover os pontos de aproximação presentes entre as proposições dos autores, a discussão possibilitará conexões com outras referências fundamentais as quais dialogam com o materialismo histórico e dialético para a compreensão adequada tanto da realidade social quanto dos processos de constituição do ser humano como tal. É necessário partir dessa discussão basilar na afirmação da imprescindibilidade da categoria trabalho para que essa análise possa se qualificar em um momento posterior na particularidade do capitalismo latino-americano e na afirmação de uma concepção de ser humano para a PSH.

Na seção subsequente, a partir da matriz de definição da configuração do trabalho apresentada na crítica ao modo de produção capitalista, será possível complexificar e qualificar a análise trazendo elementos importantes que constituem as determinações dessa configuração no desenvolvimento particular latino-americano. Ademais, a caracterização desse desenvolvimento particular será a mediação para a busca da compreensão das realidades nacionais de Brasil e Colômbia e o debate posterior sobre suas alternativas.

Nesse momento, será possível explicitar o processo histórico de constituição da particularidade do capitalismo latino-americano, da colonização ao neoliberalismo. Iniciamos o processo na articulação entre colonização, capitalismo, escravidão e racismo, para, então, seguir definindo essa constituição a partir dos marcos de formação de economias dependentes e, em seguida a partir dos marcos da hegemonia do modelo neoliberal. Para tal, nos apoiaremos na diversidade de contribuições de expressões da obra marxiana, bem como em contribuições imprescindíveis do marxismo latino-americano, especialmente no diálogo com a Teoria Marxista da Dependência, como forma de realizar as discussões necessárias.

Esse processo está assentado sobre a contradição capital-trabalho que se desenvolve também de maneira particular no território latino-americano, por isso, devemos ter como base a compreensão da categoria trabalho para melhor explicitar o que estamos definindo como

estrutura dependente e como essa se assenta no processo histórico de dominação da América Latina nas expressões da superexploração da força de trabalho em sua constituição a partir da divisão social, racial e sexual do trabalho. Essa compreensão também é fundamental para analisar o movimento atual dessa especificidade que para além de sua estrutura produtora de desigualdade histórica, se apresenta sob sua fase neoliberal, acentuando contradições e consequências do recrudescimento e atualização desse modelo.

Além disso, durante toda a exposição dessa processualidade histórica, será possível apresentar as determinações negativas desse processo, caracterizar as expressões históricas de luta e resistência que emergem na constituição da luta de classes latino-americana, sendo possível explicitar as diferentes expressões da negação nesses períodos que foram se conformando em diferentes formas políticas, construídas por diversos sujeitos políticos.

Chegaremos então, ao que compreendemos ser a expressão máxima dessa condição mediada pela particularidade do desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista na América Latina e atualizada sob o seu modelo atual de imposição: a produção social, econômica e política da fome. Buscamos discutir com base nos elementos apresentados as determinações que conformam esse fenômeno e sua caracterização na região como um todo e, mais especificamente, no Brasil e na Colômbia.

Outro ponto chave que se desdobra das discussões anteriores é a necessidade de traçar o caminho necessário para reafirmar que as alternativas, como determinação negativa e histórica ao processo de dominação descrito acima, constituem e são constituídas nas dimensões subjetivas da realidade e, por isso, é imprescindível compreender o fenômeno a partir dessa relação para avançar em direção ao nosso eixo de análise.

Nesse sentido, em um terceiro momento, buscamos expor a construção histórica e a concepção de ser humano que constitui os fundamentos da PSH. Essa concepção está alicerçada no caráter ontológico fundante do trabalho, o qual nos permite compreender a gênese do ser social. Compreender esse caráter da categoria trabalho é imprescindível; entretanto, para a afirmar essa concepção de ser humano é necessário complexificar a discussão na articulação com outras categorias elementares. Essa discussão tem uma construção histórica, dessa forma, buscamos historicizar a PSH brevemente, retomando a importância da construção de uma psicologia marxista soviética e passando pela constituição de uma Psicologia Social crítica latino-americana. A exposição breve desse processo histórico também nos dá elementos para reafirmar os fundamentos dessa perspectiva crítica, a qual em certo momento de seu desenvolvimento passa a uma construção original.

As contribuições da PSH se dão a partir das categorias que se constituem historicamente e na sua construção original, as quais nos orientam na compreensão da realidade e do nosso objeto de estudo. Apresentaremos essas categorias e, dentre elas, destacaremos a importância da categoria dimensão subjetiva da realidade. A afirmação dessa concepção de ser humano e da construção categorial da PSH é também ponto nevrálgico para a discussão metodológica da pesquisa, sendo indispensável reafirmar o seu método a partir da construção de uma perspectiva crítica, em seus fundamentos teórico-metodológicos, sendo todos esses elementos constituídos a partir do materialismo histórico e dialético, adotando-o como filosofia, teoria e método.

Por fim, toda a discussão supracitada é também base e o caminho necessário para chegar à análise das alternativas de organização do trabalho sendo exploradas como expressões históricas duas alternativas singulares, uma no Brasil e outra na Colômbia. As organizações estudadas são: no Brasil, a Comuna da Terra Irmã Alberta e a Cooperativa Terra e Liberdade vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; na Colômbia a Cooperativa Cooagropaz vinculada ao processo de reincorporação de ex-combatentes das FARC-EP.

No que diz respeito aos procedimentos realizados nos campos de pesquisa para a coleta de dados realizamos diversos processos de construção das informações. Busca em diversas fontes bibliográficas e documentais; registros em diário de campo das visitas a diferentes espaços que compõe os campos de pesquisa, participação em eventos e reuniões e conversas com pessoas participantes desses espaços; mapeamento e fotografias dos territórios estudados; realização de entrevistas semiestruturadas. Esses processos se desenvolveram nas singularidades de cada campo, por meio da construção de ferramentas e processos específicos que estão detalhados tanto na discussão metodológica como na parte inicial da análise na caracterização dos campos. No que diz respeito às pessoas participantes, todas estão de alguma maneira vinculadas ao processo de militância, bem como a construção das organizações estudadas. No Brasil, militantes do MST que vivem na Comuna da Terra Irmã Alberta e trabalhadores da Cooperativa Terra e Liberdade. Na Colômbia, pessoas vinculadas de alguma maneira à construção da Cooagropaz: sejam ex-combatentes em processo de reincorporação, pessoas vinculadas às atividades da guerrilha FARC-EP e hoje trabalhadores e trabalhadoras da Cooagropaz e estudantes de um projeto de educação popular vinculado à cooperativa.

Todos esses processos de construção das informações nos dois campos, nos levam ao processo de análise das informações obtidas.

A análise se configura a partir do processo de organização das informações coletadas nos campos e se consolida na caracterização histórica e na construção de categorias de análise

específicas para cada uma das alternativas, processos que expressam a análise das dimensões subjetivas dessas alternativas populares de organização do trabalho. Por isso, a organização da exposição da análise se dá na caracterização histórica do processo de constituição desses movimentos e de suas expressões organizativas e na discussão das categorias de análise construídas nesse processo. Entendemos que esses momentos compõem o nosso eixo de análise: as dimensões subjetivas das alternativas populares Comuna da Terra Irmã Alberta, Cooperativa Terra e liberdade e a Cooagropaz.

É nesse sentido que a análise de cada uma das alternativas estudadas se dará por meio da compreensão das dimensões subjetivas da realidade, que se expressa na construção de categorias de análise, as quais estão compostas por subcategorias específicas, que nos auxiliam na compreensão dos processos de constituição das alternativas populares na América Latina.

Na análise do campo brasileiro, na Comuna da Terra Irmã Alberta e Cooperativa Terra e Liberdade, como expressões organizativas do MST, a organização das categorias de análise foi feita da seguinte forma: **I. A constituição do sujeito político: das vivências da desigualdade à luta como transformação**, sendo constituída por a) *As vivências da desigualdade: as sementes da luta* b) *O encontro com o MST: o florescer do sujeito político* c) *A transformação do sujeito político*. **II. Outras relações possíveis na construção de um projeto de vida**. **III. A constituição de um trabalho com sentido na construção da comuna e da cooperativa.**

No campo colombiano, constituído na análise da conformada na *Cooperativa Multiactiva por la Paz*, a Cooagropaz, chegamos à construção das seguintes categorias de análise: **I. A luta nasce e continua da necessidade da luta**, a qual inclui *a) A necessidade da luta* e b) *A continuidade da luta como necessidade da luta*; **II. A organização popular como reconstrução de um horizonte emancipatório ancestral**; **III. A resistência como negação da reincorporação**, na qual estão desenvolvidas a) *Do sentimento de traição à construção autônoma da resistência* e b) *Nos ha tocado a nosotros sobrevivir con el estigma y con el miedo: a reincorporação apesar da permanência da violência*; **IV. É trabalho, mas não é trabalho**.

1. Da prioridade ontológica do trabalho no ser social à crítica da centralidade do trabalho na sociedade do capital

Iniciamos o percurso afirmando a necessidade de compreensão da categoria trabalho como elemento imprescindível para a sustentação da perspectiva teórico-metodológica que orienta a argumentação proposta nesta pesquisa. Para tal, uma tarefa primordial se apresenta: a exposição de alguns elementos que auxiliam na compreensão da complexidade das definições do trabalho. Nesse sentido, o presente capítulo tem o objetivo de apresentar e discutir alguns aspectos que constituem a complexidade da categoria trabalho nas perspectivas desenvolvidas por Karl Marx, Friedrich Engels e György Lukács.

A análise se apresenta por meio da contradição posta pela formulação destes autores: o trabalho como fundamento ontológico do ser social e o trabalho na sua configuração imposta pelo modo de produção capitalista em sua forma explorada, estranhada, alienada e fetichizada. Desse modo, serão apresentadas discussões que embasam essa contradição, suas definições e possíveis relações com formulações essenciais para o desenvolvimento da nossa exposição. Esse percurso inicial permitirá estruturar uma base de argumentos que é fundamental na reafirmação de uma concepção ontológica de ser humano e de uma postura crítica frente ao caráter destrutivo e desumanizante do modo de produção capitalista, tendo em vista que as duas têm como imprescindíveis a discussão da categoria trabalho. Apresentaremos algumas das principais formulações que constituem a categoria em importantes momentos da obra marxiana e lukacsiana, buscando promover pontos de aproximação entre as proposições dos autores.

Optamos por apresentar a discussão da seguinte maneira. Lukács foi um dos grandes estudiosos da obra marxiana, tem boa parte de sua obra alicerçada nas contribuições das formulações teórico-metodológicas de Marx. Nesse sentido, é a partir das formulações do autor alemão, sobretudo na descoberta dos *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844) 2004 que Lukács constrói a sua *Ontologia*, na qual discute mais elementos e complexidades à discussão filosófica sobre a questão do ser social. Entretanto, abordaremos primeiro a discussão feita por Lukács e depois as contribuições de Marx e Engels. Isso porque é preciso, em um primeiro momento, abordar o trabalho como condição ontológica do ser social para, posteriormente, analisar a contradição posta no modo de produção capitalista entre capital e trabalho.

A partir deste ponto abordaremos nossa compreensão da constituição do ser social com base nas formulações desenvolvidas por György Lukács, filósofo húngaro que a partir das contribuições da obra marxiana tem como uma de suas discussões a complexidade da categoria trabalho em suas elaborações, sobretudo em sua brilhante produção sobre o caráter ontológico

do trabalho na constituição do ser social desenvolvida no conjunto de sua *Ontologia*[1]. O autor tem contribuições fundamentais para a compreensão do papel fundante do trabalho na constituição do ser social. Destacaremos alguns dos principais aspectos que constituem a categoria trabalho para Lukács em sua sustentação do trabalho como protoforma da atividade humana, da práxis social e como elemento imprescindível na ontologia do ser social. Essa discussão é fundamental para a compreensão de uma concepção de ser humano e de subjetividade que definem as bases teórico-metodológicas desta pesquisa.

As formulações do autor húngaro partem da concepção de trabalho da obra marxiana, nesse sentido, entendemos o trabalho como uma relação metabólica entre ser humano e natureza, regulada, mediada e controlada pelo ser humano, em que por meio de sua ação conscientemente orientada sobre esse mundo sensível, o ser humano também se transforma. Essa capacidade fundada no trabalho é o que permite o salto ontológico para o ser social, o que diferencia os seres humanos das outras formas de vida, dada na capacidade de ação intencionalmente posta sobre a natureza, a qual já estava presente na consciência antes de sua realização como idealização, mas que ao se objetivar também transforma esse humano. Para compreender melhor essa afirmação precisamos avançar em algumas discussões.

Para Lukács, o trabalho é uma das categorias do ser social, tendo a noção de categoria totalmente alinhada a definição proposta por Marx (2011, p.59) em que "[...] as categorias expressam formas de ser, determinações da existência [...]", são concretas, pertencem à esfera do ser, portanto, são ontológicas. Todas as categorias do ser social, as determinações da sua existência, têm como pressuposto o trabalho. Isso não significa que sejam exclusivamente constituídas pelo trabalho, mas que possuem uma dependência ontológica em relação ao trabalho e uma autonomia relativa. Nesse sentido, podemos afirmar que a categoria trabalho tem prioridade ontológica na gênese do ser social, mas não é sua única determinação.

A essência do trabalho, para Lukács (2013), parte da necessidade humana da reprodução da sua existência, da luta pela sobrevivência produzida pela autoatividade em todos os seus estágios. O trabalho é o elemento indispensável no processo de constituição e na gênese do ser social, desse modo, é o fenômeno originário, a protoforma do ser social.

O autor aponta para a existência de três esferas ontológicas: a esfera inorgânica (tornar-se outro); a esfera orgânica (repor o mesmo no sentido de reprodução da vida biológica) e a esfera do ser social (produção do novo a partir da transformação do mundo de forma

[1] A *Ontologia* de Lukács é o nome atribuído ao conjunto de escritos do filósofo húngaro que reúne as obras *Para uma ontologia do ser social I* (1976) 2018; *Para uma ontologia do ser social II* (1981) 2013 e *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível* (1984) 2010.

conscientemente orientada). As três esferas são essencialmente distintas entre si e, ao mesmo tempo, estão indissociavelmente articuladas por possuírem uma independência relativa. Portanto, sem o ser inorgânico não existe vida e sem vida não é possível a existência do ser social. Nesse sentido, é o trabalho que permite o salto ontológico para o estabelecimento de uma nova esfera ontológica: a esfera do ser social. O salto ontológico que estabelece a gênese do ser social é a passagem da esfera orgânica, biológica, natural para a esfera do ser social.

> Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. (LUKACS, 2013, p. 35)

Antunes (2009) apresenta que, para Lukács, o trabalho tem um caráter transitório e fundante, uma vez que é um marco no processo de passagem do ser natural para o ser social. Dessa forma, o trabalho é categoria intermediária porque é o que permite o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social, por isso, protoforma da práxis social. Lessa (2015) acrescenta que apesar de o trabalho ser a forma primária da ação humana e da práxis social, nem toda atividade humana pode ser reduzida ao trabalho, isso porque nem todas as formas de reprodução social se limitam a esse. Entretanto, sem o trabalho como fundamento ontológico do agir humano, nenhuma das mais diversas formas de práxis humana e social poderiam existir.

Em Lukács, existe um momento que antecede, dirige e direciona a ação humana, a idealização de forma abstrata que conduzirá à ação. Contudo, esse processo só se consolida na objetivação dessa idealização, uma atuação concreta que a realize na prática. A objetivação é o processo que articula a conversão do que foi idealizado na consciência em objeto. Entre a consciência que idealizou o agir e o objeto produzido no processo de objetivação não existe uma relação de identidade. A realidade existe independentemente da consciência do sujeito que busca representá-la e transformá-la. Sendo assim, existe uma distinção ontológica entre sujeito e objeto. Esta distinção é o fundamento (na dimensão do ser) da exteriorização (*Entäusserung*). A exteriorização é a objetivação da subjetivação, é o momento em que o objeto se exterioriza do seu produtor e também o momento em que a subjetividade está em relação com a objetividade orientada pela intencionalidade. Conforme explica Lessa (2015, p. 24-25):

> Em Lukács, portanto, a exteriorização é fundada pela distinção concreta, real, ontológica (isto é, no plano do ser) entre o sujeito e o objeto [...] A exteriorização é o momento de transformação da subjetividade sempre associada ao processo de transformação da causalidade, a objetivação.

A objetivação transforma não somente a objetividade externa, mas também a subjetividade que a realizou, uma vez que nesse processo o sujeito pode aprender e aprimorar sua atividade e adquirir novos conhecimentos os quais, por sua vez, possibilitarão o aparecimento de novas necessidades. A exteriorização é a objetivação da subjetivação, em que esse sujeito se exterioriza em um objeto que é ontologicamente distinto de si. A importância da definição dessas relações para Lukács está no fato de que o ser social se caracteriza pela sua constante e crescente capacidade de objetivação e exteriorização, transformando intencionalmente o mundo (causalidades postas) e se transformando no processo.

A definição de pôr-teleológico e a relação entre teleologia e causalidade são imprescindíveis para aprofundarmos a compreensão do tema. A partir do diálogo com a noção de teleologia em Marx, Lukács define o trabalho como gênese do ser social, expondo que

> [...] é preciso entender que o mais alto grau do ser que conhecemos, o social, se constitui como grau específico, se eleva a partir do grau em que está baseada a sua existência, o da vida orgânica, e se torna um novo tipo autônomo de ser, somente porque há nele esse operar real do ato teleológico. Só podemos falar racionalmente do ser social quando concebemos que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, seu tornar-se autônomo baseiam-se no trabalho, isto é, na contínua realização de pores teleológicos. (LUKACS, 2013, p. 52)

Posto isso, o trabalho é resultado de consequentes e contínuos pores teleológicos que foram idealizados na consciência, capacidade que marca a distinção do ser social dos animais e da natureza, portanto, essa é uma capacidade exclusivamente humana. Isso significa que a ação humana não somente é previamente construída idealmente na consciência do sujeito, mas que também é sempre dotada de finalidade, ou seja, voltada a um fim previamente idealizado. O trabalho é a realização de um pôr teleológico, de uma finalidade previamente idealizada direcionada a transformação de um objeto, uma intencionalidade que, quando objetivada transforma a realidade. O pôr teleológico se realiza na objetivação, em uma causalidade posta, a realização de uma transformação do objeto previamente idealizada na consciência e objetivada de maneira conscientemente orientada.

Dessa forma, Lukács destaca que existe uma relação dialética entre teleologia e causalidade e para compreender a conexão entre elas é preciso partir do trabalho. A realização de um ato teleológico é orientada por sua finalidade que parte de uma necessidade humana socialmente constituída. Para que essa necessidade seja satisfeita por meio de uma ação bem-sucedida é necessário um conhecimento mínimo prévio do objeto a ser transformado. A objetivação introduz algo novo na realidade que a modifica: o objeto produzido, cuja presença

altera essa realidade, gerando sequências de causa e efeito (nexos causais) que são impossíveis de prever no momento da idealização.

Lukács aponta para um período de consequências em que uma objetivação gera nexos causais que são incontroláveis, as quais produzem novas necessidades e, sendo assim, novas possibilidades de ação humana. Está presente a relação dialética entre teleologia e causalidade, em que a causalidade posta introduz no real objetos que impactam essa realidade gerando novos nexos causais e novas necessidades. Para Lukács, esse processo representa a relação dialética estabelecida entre teleologia e causalidade. Como explica Lessa (2015, p. 28):

> Essa relação dialética entre teleologia (isto é, projetar de forma ideal e prévia a finalidade de uma ação) e causalidade (os nexos causais do mundo objetivo) corresponde à essência do trabalho, segundo Lukács. O que nos permite compreender com clareza que, no contexto da ontologia lukacsiana, a teleologia, longe de ser um epifenômeno da processualidade social, se constitui em "categoria ontologicamente objetiva" pertencente à essência do mundo dos homens.

Outro ponto fundamental na relação entre teleologia e causalidade é a sua inserção dada em uma totalidade social, é parte constitutiva e constituída nessa totalidade do ser e não pode ser compreendida sem a noção de historicidade. Essas relações são constituídas na inserção em relações preexistentes, portanto, historicamente constituídas. É por isso que nada existe fora da totalidade do ser, fora de seu processo histórico que constitui as próprias relações as quais não partem de uma abstração última, mas da própria materialidade, da própria história da humanidade, do ser social. Essa é a relação dialética entre teleologia e causalidade que se constitui a partir da materialidade, a partir da própria história.

O trabalho é tanto a síntese como o elemento mediador da relação que se dá entre teleologia e causalidade. Além disso, o trabalho envolve a constante necessidade de escolha entre alternativas a fim de atender com sucesso as necessidades humanas. A relação ser humano-necessidade se dá a partir da materialidade e das condições postas. Por isso, está presente no trabalho uma necessidade essencial de captura da realidade pela consciência do ser social que o impulsiona ao conhecimento do mundo real, a *intentio recta* (LESSA, 2015). A necessidade humana de representação do real (pela subjetivação) exige um conhecimento dos meios de trabalho os quais podem produzir uma transformação mais eficaz em determinadas situações reais. A transformação da natureza de forma conscientemente orientada exige tanto um conhecimento prévio para sua transformação, quanto estão postos limites nas próprias leis que determinam as características das propriedades do objeto. Além disso, as necessidades e as finalidades são socialmente construídas e a acumulação do conhecimento humano se dá pela transmissão do conhecimento dos meios de trabalho mais eficazes para atender as necessidades.

Toda objetivação requer necessariamente uma subjetivação, como apreensão de determinadas ações que foram aprendidas ao longo da vida, na singularidade, as quais, por sua vez, só foram possíveis pelo acesso à cultura. Portanto, toda objetivação requer subjetivação em um movimento dialético, na constante relação entre teleologia e causalidade.

Uma vez brevemente explorada a relação presente entre teleologia e causalidade é preciso aprofundar as formulações referentes aos pores teleológicos. Retomamos, assim, uma questão fundamental: o trabalho, como protoforma da atividade humana e como gênese do ser social permite o impulsionamento do humano para além do próprio trabalho. Isso significa que o trabalho é fundante de uma nova esfera ontológica, a do ser social, cuja constituição permite a construção de novas formas de sociabilidade tendo em vista o surgimento de novas necessidades e possibilidades. Explicitando a questão, Lukács (2013) distingue a existência dos pores teleológicos primários e pores teleológicos secundários.

Os pores teleológicos primários podem ser caracterizados como o trabalho enquanto relação metabólica mediada, regulada e controlada pelo ser humano com a natureza, em que na contínua relação de atuação conscientemente orientada sobre esse meio, transforma, ao mesmo tempo esse ser humano, na constante relação entre subjetividade-objetividade, teleologia e causalidade. Já os pores teleológicos secundários se fundam, a partir do trabalho, ao longo do processo de surgimento de novas necessidades e possibilidades humanas estabelecidas na inter-relação entre os próprios seres humanos. Nesse sentido, pode-se dizer que os pores teleológicos secundários visam a ação teleológica entre seres humanos, ocorrem quando a finalidade posta de um ser humano incide sobre a consciência de outro ser humano.

Lessa (2015) defende que a diferença qualitativa entre os pores teleológicos reside no fato de que os primários têm como consequência direta os nexos causais da ação do ser humano sobre a natureza, enquanto os secundários resultam em novos pores teleológicos, uma vez que são finalidades postas de seres humanos sobre outros. Os pores teleológicos secundários não são um desdobramento causal e simples do trabalho, mas encontram seu fundamento ontológico-genético a partir da esfera do trabalho, como distanciamento e prolongamento complexificado.

Sendo assim, em determinado momento da história humana existe uma predominância dos pores teleológicos secundários, entretanto, essas formas mais complexas da práxis social não estão desconectadas de sua estrutura originária, mas são prolongamentos complexificados e distanciados do próprio trabalho. É por isso que, para Lukács, o trabalho é protoforma e referencial ontológico fundante da práxis social, que na capacidade humana dos pores

teleológicos secundários complexifica o processo de sociabilidade, criando complexos cada vez mais complexos. Algumas formas mais complexas da vida humana, constituídas na relação de seres humanos a partir da predominância dos pores teleológicos secundários são a arte, filosofia, religião, o direito, a práxis política etc. (ANTUNES, 2009).

Os pores teleológicos secundários são expressões mais complexificadas da práxis social que se fundam nas necessidades e nas alternativas postas pelo processualidade do ser social. Ademais, a predominância dos pores teleológicos secundários inaugura uma nova relação entre objetividade e subjetividade, teleologia e causalidade, constituída nas inter-relações construídas pelos seres humanos para alcançar a sua reprodução enquanto tal.

A própria processualidade da vida humana se desdobra em certo ponto a partir da predominância dos pores-teleológicos secundários, os quais apenas puderam de desenvolver e se complexificar a partir da complexificação da própria linguagem, além disso, se constituem na complexificação dentro dessa processualidade que se dá na criação de referências éticas e estéticas que regulam a vida em sociedade, que se sustenta e se move também a partir dessas. Portanto, o surgimento da linguagem é imprescindível, entendendo essa como um complexo que emerge a partir das necessidades humanas e das respostas construídas diante dessas: a divisão do trabalho e a cooperação[2]. Para Lukács (2013), a linguagem, como um complexo, deve ser compreendida como parte de um complexo maior e em sua análise ontológica.

> Com efeito, palavra e conceito, linguagem e pensamento conceitual são elementos vinculados do complexo chamado ser social, o que significa que só podem ser compreendidos na sua verdadeira essência relacionados com a análise ontológica dele por meio do conhecimento das funções reais que eles exercem dentro desse complexo. (LUKÁCS, 2013, p.85)

Chegamos então a uma definição fundamental na ontologia lukacsiana de que o mundo dos seres humanos é um complexo de complexos. As distintas esferas ontológicas têm um caráter ineliminável entre si e estão articuladas de forma relativamente autônoma, em que a existência do ser social só é possível pela existência das esferas inorgânica e orgânica. As distintas esferas ontológicas estão articuladas como complexos parciais de um complexo total e o universo é uma totalidade constituída por diversos e diferentes processos articulados entre si, historicamente constituídos. Apesar do ser social não poder existir sem a base da natureza, a própria reprodução social em sua processualidade tem por momento predominante uma categoria essencialmente social: o trabalho.

[2] Vale ressaltar também a discussão e elaboração sobre o tema proposta por Engels (2013).

O ser social é um complexo de complexos que se diferencia das esferas ontológicas anteriores a partir do aparecimento do trabalho, mas permanece em uma relação de independência relativa com essas esferas. O trabalho permite a complexificação do ser e das formas de sociabilidade, por isso, cada vez mais, o ser social, como complexo de complexos, vai se distanciando das barreiras naturais. A complexificação e diversificação das mediações humanas a partir da própria processualidade do ser social não fragmenta a sua unitariedade, mas se desdobra a partir de sua heterogeneidade. Essa unitariedade não rompe com a própria processualidade do ser pela indissociabilidade na relação entre as esferas ontológicas.

A partir de um processo cada vez mais complexo que se dá pelas singularidades das necessidades humanas em determinados contextos sociais, vão se desenvolvendo formações sociais e processos de sociabilização diversos, os quais criam novas necessidades e, portanto, novas respostas que se dão nessas relações de reprodução da própria vida humana. Esse processo se dá na complexificação e diversificação das mediações sociais.

É nessa relação de unidade e diversidade que se constitui a processualidade do ser social, algo que permanece na mudança, que mantém uma unitariedade com a história humana e que se complexifica e se diversifica, mas sem perder a relação com a própria historicidade. Se funda uma processualidade que opera de maneira distinta das esferas anteriores, mas que mantem independência relativa com o caráter de unitariedade do ser em geral: sem ser inorgânico não existe natureza e sem natureza não existe ser social. Portanto, é por isso que o ser social se exibe e se desenvolve como complexo de complexos, conforme nos explica Lessa: (2015, p.57-58):

> [...] tanto o ser em geral como cada uma das distintas esferas ontológicas são processualidades cujo desenvolvimento exibe a forma de complexo de complexos. São complexos globais constituídos por complexos parciais que surgem e se desenvolvem no seu interior. A forma genérico-abstrata do desenvolvimento dessa situação ontológica, segundo Lukács, é a identidade da identidade e da não identidade.

Uma questão ainda merece aprofundamento para definir as razões pelas quais o ser social continua a se diferenciar das esferas ontológicas anteriores e como essa processualidade se complexifica. Essa análise é essencial na busca de elementos para compreensão do trabalho como gênese do ser social e da complexificação do mundo dos seres humano.

É também por meio do trabalho que se funda a especificidade do ser social no processo de constituição da consciência humana. Antunes (2009) pontua que, para Lukács, a consciência no ser social passa a ser produto de uma atividade autogovernada, deixa de ser um epifenômeno, algo meramente adaptativo e determinado apenas pela necessidade de reprodução biológica.

> É claro que o primeiro impulso para o pôr teleológico provém da vontade de satisfazer uma necessidade. No entanto, esse é um traço comum à vida tanto humana como animal. Os caminhos começam a divergir quando entre necessidade e satisfação se insere o trabalho, o pôr teleológico. E nesse mesmo fato, que implica o primeiro impulso para o trabalho, se evidencia a sua constituição marcadamente cognitiva, uma vez que é indubitavelmente uma vitória do comportamento consciente sobre a mera espontaneidade do instinto biológico quando entre a necessidade e a satisfação imediata seja introduzido o trabalho como mediação. (LUKÁCS, 2013, p.78.)

No salto ontológico para o ser social se inaugura o processo de humanização fundado no trabalho e é nesse processo longo e gradual de formação que está a origem de uma nova forma de consciência, específica do ser social, que é marcada pelo afastamento progressivo das barreiras naturais, das determinações estritamente biológicas. O ser social é a primeira forma de vida capaz de produzir as condições para a reprodução de sua existência de forma consciente porque a sua própria existência torna-se um objeto. É por essa razão que, em Lukács, o trabalho é a gênese ontológica da liberdade, porque o salto ontológico para o ser social liberta das determinações estritamente biológicas e porque essa forma de ser se particulariza pela incessante produção do novo. Sendo assim, a gênese ontológica da liberdade, tal qual posta aqui, se dá também a partir do trabalho. O ser humano passa a ser capaz de buscar uma vida cheia de sentido construída socialmente visando a própria reprodução e autorrealização do indivíduo e da coletividade (ANTUNES, 2009).

O trabalho é a protoforma da liberdade porque permite aos seres humanos a construção de sua própria história. É exatamente pela capacidade cada vez mais complexa de transformar o mundo e a própria história que é possível o afastamento das barreiras naturais e a constituição de processos de sociabilidade na práxis social humana, que vai se complexificando e se diversificando sem perder a unitariedade com a historicidade do próprio ser.

Esse é o fundamento ontológico da gênese do ser social, além disso, a existência concreta dos seres humanos é indissociável do processo histórico da humanidade, uma vez que o ser humano necessariamente é parte da história, do processo de acumulação e passagem de conhecimentos produzidos pela humanidade, cujo caráter é social e genérico. Portanto, a categoria trabalho opera no processo de generalização porque o ser humano passa a ser capaz de colocar em relação presente (situação concreta), passado (acesso a conhecimentos adquiridos pela humanidade) e futuro (intencionalidade) para construir saídas e alternativas para a reprodução da vida. Por isso, a essência humana é a história dos seres humanos (LESSA, 2015).

Ao se desenvolver como gênero humano e através da complexificação dos processos de sociabilidade o ser social passa a ter cada vez mais uma consciência do ser-para-si. O gênero

humano se desenvolve e caminha no sentido de relações cada vez mais determinadas socialmente, orientando o conteúdo e o sentido da história humana.

> As formas de objetividade do ser social se desenvolvem à medida que a práxis social surge e se explicita a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais. Esse desenvolvimento, todavia, é um processo dialético, que começa com um salto, com o pôr teleológico no trabalho, para o qual não pode haver nenhuma analogia na natureza. A existência do salto ontológico não é anulada pelo fato de esse processo, na realidade, ter sido bastante longo, com inúmeras formas de transição. Com o ato do pôr teleológico no trabalho está presente o ser social em si. O processo histórico do seu desdobramento, contudo, implica a importantíssima transformação desse ser-em-si num ser-para-si e, portanto, a superação tendencial das formas e dos conteúdos de ser meramente naturais em formas e conteúdos sociais cada vez mais puros, mais próprios. (LUKÁCS, 2018, p.287)

O devir-humano dos humanos fundado no trabalho e cada vez mais complexo e determinado socialmente ao longo do processo histórico da humanidade se dá no caráter da generalidade humana e da heterogeneidade das formações sociais e das individualidades. Portanto, o ser social se afirma como gênero de forma cada vez mais complexa e articulada pelo estabelecimento de mediações em maior número, intensidade e diversidade (LESSA, 2015).

Sendo assim, é necessário retornar às necessidades humanas e ao trabalho como resposta a essas demandas como sendo motores da processualidade e complexificação. É a partir das necessidades colocadas nos distintos processos de formação social que os mais diversos grupos e indivíduos constroem saídas e alternativas como respostas aos dilemas colocados para a reprodução humana. Os processos de reprodução da vida se dão a partir da singularidade das necessidades que surgem ao longo da história e da especificidade de criação de respostas para suprir essas necessidades. No processo de reprodução social os diferentes grupos humanos foram construindo respostas singulares a partir de suas necessidades específicas, por exemplo, pautadas na diversidade de formação geográfica e climática: as respostas necessárias a reprodução da vida humana dadas por um grupo humano que se estabeleceu em uma região fria e montanhosa são muito diferentes das respostas de um grupo que se estabelece em uma região litorânea e quente, por exemplo. Entretanto, essas condições geográficas não são determinações exclusivas da vida social ao longo do processo de desenvolvimento da humanidade.

É a partir da singularidade das necessidades humanas apresentadas dentro dos diversos processos de sociabilidade e complexos sociais parciais que também emerge a criação e construção de respostas para esses desafios postos em cada especificidade, contexto e momento histórico. Esse processo de diferenciação é fundado em uma necessidade que é a reprodução da vida humana, a qual é fundamentalmente social.

A totalidade social é a mediação entre trabalho (como categoria fundante do ser social) e cada um dos complexos sociais desenvolvidos a partir da complexificação da práxis social e dos processos de sociabilidade humana. É imprescindível compreender os complexos e a totalidade social em constante inter-relação dinâmica. Por conseguinte, a totalidade social é constituída de complexos parciais, os quais são determinados tanto pelos próprios processos particulares, quanto pela sua posição e função na totalidade social. Então, o desenvolvimento de cada sociedade se dá a partir do trabalho como protoforma da práxis social humana, bem como é produzido pelas particularidades desse processo, constituído e constituinte na inter-relação com a totalidade social. Novamente, o ser social é um complexo de complexos.

É pela capacidade humana fundada no trabalho na constituição de uma nova esfera ontológica que se dá a gênese do ser social, ao mesmo tempo. O aparecimento do trabalho permite o impulsionamento da humanidade e das formas de sociabilidade que vão muito além do trabalho. Nesse sentido, o trabalho tem prioridade ontológica na constituição do ser social, mas não é sua única determinação, justamente porque o ser social se constitui como um complexo de complexos, em que os processos de sociabilidade e de reprodução social vão se transformando pela complexificação e diversificação das mediações sociais. Sendo assim, no processo de complexificação da sociabilidade humana dado nas mediações sociais estabelecidas pelos seres humanos, as sociedades vão se constituindo a partir da especificidade das condições materiais e necessidades humanas.

Nesse processo de complexificação e reprodução social, em um longo processo histórico, a humanidade vai construindo diferentes formas de sociedade, de produção e reprodução da vida que vão se configurando e se transformando em complexos e formas diversas na própria processualidade histórica. Em dado momento, a partir de uma transição secular, a humanidade passa a construir um modo de produção que vai se tornando hegemônico, nesse, o próprio trabalho vai se configurando de uma maneira específica a partir da superação do modo de produção anterior. Entretanto, contraditoriamente, essa configuração do trabalho vai se constituindo como desumanização e, nesse modo de produção e sociabilidade, o trabalho adquire centralidade nas mediações sociais justamente a partir desse caráter. Conforme discutiremos mais adiante, o modo de produção capitalista não inaugura a dominação e a exploração, mas sob sua hegemonia, o trabalho passa a se configurar de uma maneira específica, a qual se diferencia dos modos de produção anteriores e cuja contradição fundamental segue sendo seu motor até os dias atuais.

Dito isso, é imprescindível discutir a configuração do trabalho tal qual se constitui no modo de produção capitalista, construído a partir desse processo de complexificação e reprodução social, mas que, ao mesmo tempo, se torna uma negação da própria humanidade pela redução do próprio trabalho à condição de exploração e mercadoria. Faremos essa discussão por meio da análise de alguns elementos da categoria trabalho presentes na obra marxiana, tendo em vista que entendemos ser as contribuições do pensador alemão as que mais nos permitem compreender o funcionamento e a dinâmica, em sua essência, do modo de produção capitalista, sobretudo a partir da contradição intrínseca entre capital e trabalho.

Por meio de algumas discussões presentes na obra marxiana explicitaremos aspectos que permitem a apropriação da importância da categoria trabalho em seus escritos. Abordaremos os principais elementos presentes em diferentes formulações ao longo de sua trajetória. Dessa forma, nos apoiaremos também no trabalho realizado por Sanson (2021) na compreensão da categoria trabalho na obra marxiana em seus diferentes momentos.

É imprescindível apontar que a categoria trabalho na obra de Marx não é desenvolvida de forma linear e gradual. Por isso, não é possível compreender a categoria como se fora desenvolvida em etapas ou em estágios de desenvolvimento iniciada nos *Manuscritos econômico-filosóficos* e finalizada *n'O capital*. Sendo assim, é necessária uma leitura da categoria trabalho que busque compreender seu caráter multifacetado no qual expressões da categoria vão tomando formas particulares em textos que se utilizam de ferramentas analíticas distintas. Logo, as diferentes dimensões da construção da categoria na obra marxiana dadas pela utilização de diferentes ferramentas analíticas refletem o aprofundamento do autor em alguns estudos e os diálogos críticos estabelecidos em momentos distintos da sua produção.

Partimos dos *Manuscritos econômico-filosóficos* de Karl Marx (1844) 2004 em que o trabalho aparece como fundamento imprescindível da crítica à sociedade capitalista e como parte importante na fundamentação do pensamento do autor. Para Sanson (2021), a força desses textos está na forma como Marx analisa o lugar do trabalho na sociedade, como exploração e constituição de uma relação estranhada. Marx apresenta suas primeiras formulações críticas às ideias de Adam Smith e David Ricardo (posteriormente denominada como crítica da Economia Política), decorrente de um primeiro aprofundamento de estudos do autor. Nesses manuscritos, o autor alemão começa a apresentar sua análise crítica acerca da centralidade que o trabalho passa a ter na sociedade capitalista. Entretanto, para tal formulação, Marx inicia percurso abordando o trabalho como alicerce do ser social. Para Ranieri (2004, p.12), nos *Manuscritos*

econômico-filosóficos "[...] a unidade da crítica à economia política dependia fundamentalmente da concepção de trabalho como alicerce de toda atividade humana [...]".

A partir da crítica e dessa contradição, Marx expõe que é preciso entender os fundamentos das contradições presentes no fenômeno em sua gênese e a partir do olhar do trabalhador[3]. Para tal, é fundamental partir de um dado concreto: o próprio trabalho e sua constituição na sociedade burguesa. Nesse sentido, a noção de estranhamento é imprescindível, porque na sociedade capitalista o trabalho assume essa forma estranhada a partir de algumas determinações. Isso porque está presente uma contradição brutal, que reduz o ser humano à condição de mercadoria e que se apresenta no fato de que quanto mais o trabalhador produz, menos (humano) ele se torna, portanto, mais miserável é sua condição. Para Marx (2004, p.80):

> O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachewelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*).

A contradição se expressa na constatação de que quanto mais o trabalhador produz mais ele enriquece um outro e empobrece a si mesmo, sua própria existência. Quanto mais produz, mais miserável fica, porque o produto do seu próprio trabalho é de posse alheia e toda a riqueza que seu trabalho produz não lhe pertence. O dispêndio de força vital humana é objetivado em um produto independente que se defronta com o trabalhador que o produziu como algo estranho e hostil. A efetivação do trabalho aparece como desefetivação e a objetivação aparece como perda do objeto de trabalho de tal maneira que o trabalhador é despojado dos meios necessários para reproduzir sua existência e dos objetos que produz. O próprio trabalho se torna objeto.

> [...] o objeto (Gegenstand) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou em um objeto, fez-se coisal (*Sachlich*), é a objetivação (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta objetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (*Entfremdung*), como alienação (*Entäusserung)*.(MARX, 2004, p.80)

Aqui está posta uma contradição fundamental para compreender a formulação do autor e seu pensamento dialético. O objeto que o trabalhador produz é tanto objetivação, efetivação do trabalho, quanto a própria desefetivação do trabalhador. O produto realizado nesse processo

[3] Utilizaremos a palavra trabalhador em consonância com a forma utilizada no texto de Marx. Entretanto, ao utilizarmos essa palavra nos referimos a toda e qualquer pessoa, seres humanos em sua generalidade.

não lhe pertence, bem como esse trabalhador não controla mais os processos de trabalho. Ao final desse processo, o produto, em que está objetivada sua energia vital, não lhe pertence. O ser humano estabelece uma relação estranhada com o trabalho, porque o próprio produto desse processo lhe é estranho, além disso, o próprio processo está oculto, porque apenas se percebe o resultado do processo, o produto. Tendo em vista que o produto do trabalho é o resultado do processo de trabalho, do trabalho fixado em um objeto, o estranhamento não está presente somente no resultado, mas também no processo, na atividade produtiva. Dessa forma, o produto do trabalho é estranho ao trabalhador porque a própria atividade que cria o produto também se desenvolve de forma estranhada. O ser humano está estranhado do próprio produto de seu trabalho como objeto estranho, assim como está estranhado da sua própria atividade produtiva, do próprio processo de trabalho, justamente porque não mais o controla, esse processo é controlado por um outro. Sua própria atividade vital, sua potência criativa e de vida é colocada contra ele mesmo como miséria, impotência e mortificação. É isso que leva Marx a afirmar que o trabalhador apenas se reconhece junto a si quando está fora do trabalho e fora de si quando no trabalho e, por isso, esse trabalhador foge do trabalho como se fugisse de uma peste.

O trabalho se apresenta como atividade compulsória, como trabalho obrigatório e até como um auto sacrifício humano em que o controle sobre o próprio trabalho e sobre o produto de seu trabalho não pertence ao trabalhador. O trabalho torna-se objeto, mercadoria, ademais, é o único meio para satisfazer as necessidades humanas e de reprodução da própria existência do trabalhador, em uma condição em que o trabalho se apresenta "[...] como se não fosse seu próprio, mas de um outro, como se não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro."(MARX, 2004, p.83).

O ser humano depende do estabelecimento contínuo de uma relação metabólica com a natureza, com o mundo sensível e com seu corpo para continuar existindo. Além disso, o que diferencia os seres humanos dos animais é exatamente aquilo que os torna seres genéricos: a capacidade de fazer da atividade vital um objeto da sua própria consciência, transformar intencionalmente, de forma conscientemente posta a natureza para satisfazer suas necessidades. Todos os seres humanos partem dessa capacidade e por isso sua atividade vital é livre. Do reino da necessidade ao reino da liberdade. Diferentemente do animal, o ser humano é capaz de produzir livre de suas carências ou necessidades físicas, de uma forma universal, é isso que caracteriza o ser humano enquanto tal e no seu distanciamento do reino da necessidade. É exatamente nessa capacidade consciente e intencional de transformar objetivamente a natureza para satisfazer suas necessidades que o ser humano se afirma como ser genérico.

Entretanto, na configuração do trabalho no modo de produção capitalista a relação do ser humano com a natureza também está estranhada porque se apresenta de forma invertida, uma vez que "[...] o trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para a existência." (MARX,2004, p.84-5). Não somente a atividade vital humana está estranhada, em última instância, o que funda o próprio ser humano também está. Além disso, a própria natureza está estranhada porque esse ser humano foi separado da possibilidade de acesso direto aos meios de reprodução da sua própria existência. Se produz uma ruptura metabólica. Uma afirmação fundamental de Marx aqui é que o ser humano é parte dessa natureza, os seres humanos dependem desse intercâmbio constante com a natureza para a sua sobrevivência, para continuarem se produzindo enquanto humanos. Esse processo que distancia o ser humano da dependência do reino da necessidade, não o coloca fora da natureza, esse ainda possui uma independência relativa e estabelece outra relação, mas continua tendo que suprir suas necessidades tendo que constantemente transformar a natureza de maneira conscientemente orientada para se reproduzir enquanto humano.

Portanto, quando o ser humano é separado do objeto e meio da sua própria produção e de sua atividade vital enquanto humano, é tirada a própria relação do ser humano enquanto ser genérico e a natureza se torna também estranhada. Quando a atividade livre do ser humano é reduzida e controlada (para produção de mercadorias), a própria atividade vital humana, a relação do ser humano com a natureza, o trabalho, se reduz a um meio e, assim sendo, a vida genérica do ser humano e suas capacidades tornam-se uma mera atividade de manutenção da existência física. O trabalho estranhado estranha o ser humano da própria condição que o produz enquanto ser genérico e o ser humano está estranhado de si mesmo e da natureza.

Ao estar estranhado do produto do seu trabalho, da própria atividade vital humana, da natureza e do seu ser genérico, esse ser humano está estranhado também em relação aos outros seres humanos. O fato de o trabalho estranhado produzir o estranhamento do ser humano daquilo que o constitui como ser genérico necessariamente faz com que esteja estranhado na relação com os outros seres humanos. O estranhamento se expressa na relação em que um ser humano está para outro ser humano, um se defronta com o outro, essa relação é uma necessidade humana. Portanto, Marx (2004, p.85-6) aponta que "[...] em geral, a questão de que o homem está estranhado do seu ser genérico quer dizer que um homem está estranhado do outro, assim como cada um deles [está estranhado] da essência humana [...]".Essa afirmação só é possível

tendo em conta que a própria relação entre seres humanos é condição vital da constituição do ser humano enquanto tal. Portanto, mais uma determinação do estranhamento.

A crítica de Marx (2004) nesse ponto é fundada na crítica à centralidade do trabalho no desenvolvimento da sociedade moderna, na forma como esse é transformado historicamente - a partir da transição do modo de produção feudal para a consolidação da burguesia como classe, detentora do poder e dos meios de produção - para atender os interesses dos capitalistas e da propriedade privada, na qualidade estrita de trabalho estranhado. A propriedade privada é uma consequência necessária do trabalho estranhado, mas também um meio para a realização do trabalho nessa configuração, bem como o assalariamento é intrínseco à reprodução da propriedade privada dos meios de produção. No modo de produção capitalista o trabalho está subordinado ao capital, por isso, necessariamente se produz uma relação estranhada do ser humano com o produto do próprio trabalho, com o processo de trabalho, consigo memo enquanto gênero humano, com a natureza e com os outros seres humanos.

Outra obra fundamental para a compreensão da produção marxiana e da construção da categoria trabalho está no texto produzido entre 1845 e 1846 de forma colaborativa entre Karl Marx e Friederich Engels (1845-1846) 2007: *A Ideologia Alemã.* A obra é imprescindível por defender que a vida humana individual e social é determinada pelas relações que se produzem na concretude da vida material, além disso, é um marco na formulação das bases de uma nova concepção materialista de história como crítica às concepções idealistas da realidade.

A crítica ao idealismo, nesse momento, se direcionava às interpretações da continuidade do pensamento hegeliano que concebia a vida material, as instituições, a ciência, a moral, as relações como derivações ou manifestações, em última instância, desdobramentos do que Hegel denominou como *espírito absoluto*, a expressão no mundo material de uma entidade metafísica ou o que podemos chamar de "*Deus*". Além disso, outro diálogo crítico que estabelecem na obra é direcionado às formulações de Feuerbach, que contrapõe essa concepção hegeliana, invertendo a lógica de Hegel, afirmando que essa noção de uma criação última e divina da materialidade, na verdade, é dos próprios seres humanos, ou seja, não teria sido esse ente metafísico que criou a humanidade, mas os seres humanos que criaram essa projeção de um ente superior, criador de tudo e colocaram na construção da religião suas necessidade e desejos.

Marx e Engels passam a dialogar criticamente com essas duas concepções, apontando que o movimento de Feuerbach iria na direção correta, entretanto, não chega à essência da questão por suas contribuições não abandonarem completamente as teses hegelianas no que se propunham a criticar. As teses desses autores ainda partiam do pressuposto de uma

determinação metafísica da vida, em concepções que afirmavam de modo geral que a materialidade era determinada pela consciência ou pelas ideias. Essas concepções seriam insuficientes para compreender a realidade social, a qual deveria partir da materialidade, das relações concretas de produção da vida. A partir desse contraponto radical, apontam para a necessidade de compreensão da realidade em suas determinações concretas, ou seja, em suas próprias relações materiais de produção. Para Marx e Engels (2007, p.32-33).

> [...] devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder "fazer história". Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história[...]

A concepção materialista de história está amparada na afirmação de que são os próprios seres humanos, por sua capacidade de atuar de forma intencional sobre a realidade, constroem a história e que, portanto, não são as ideias que determinam o real. A atividade humana é fator imprescindível e fundante das sociedades, de suas instituições e das relações nelas existentes. O ser humano, ao atuar nesse mundo e transformá-lo, modifica a si mesmo e suas relações sociais, portanto, se constitui nessa atividade coletiva e social e na história. Sendo assim, é na práxis humana que reside o fundamento e a construção da vida social e por meio da qual se funda a história e se desenvolve o processo histórico. A "[...] satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico." (MARX; ENGELS, 2007, p.33)

A capacidade humana de transformar o mundo é que produz a vida social, as ideias, as instituições e as próprias relações sociais, logo, é a práxis que movimenta as ideias, é o movimento concreto da vida que determina a consciência e não o oposto. Dessa forma, "[...] não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência" (MARX; ENGELS, 2007, p.94). Para compreender a história e o próprio movimento do real, amparado na categoria trabalho como elemento imprescindível de compreensão e análise, é preciso partir do concreto, da materialidade do fenômeno chegando às suas contradições, compreendendo como essas vão constituindo o próprio fenômeno e o movimento do real. Marx e Engels apontam para uma compreensão radicalmente nova de mundo, buscando a apreensão do movimento do real em suas contradições. Nesse sentido, a crítica deve ser radical, ou seja, ir à raiz do fenômeno, em sua essência, para compreendê-lo. Ir à raiz é buscar compreender o

funcionamento dessas contradições para, assim então, transformá-las, superá-las, ou seja, na perspectiva dos autores até aquele momento "[...] os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo" (MARX; ENGELS, 2007, p. 535). A compreensão do trabalho como atividade produtora da realidade social e da história é fundamental para a construção dessa concepção.

Em Marx (1847) 2009 *A miséria da filosofia* temos outras formulações importantes que emergem como primeiras elaborações da teoria valor-trabalho na obra do autor. Na crítica direta a Pierre-Joseph Proudhon e na complexificação de seu diálogo crítico com Adam Smith e David Ricardo, nesse momento, principalmente na crítica às suas formulações da teoria valor-trabalho, Marx traz contribuições iniciais das determinações da exploração do trabalho no modo de produção capitalista. É nessa obra que Marx passa a adotar a Economia Política como ferramenta de interpretação da realidade social, além disso, expõe com mais consistência alguns elementos do materialismo histórico e dialético, tendo a historicidade como ferramenta fundamental. Netto (2009) destaca que por meio de uma ótica estritamente econômica, Marx apresenta definições sobre a teoria valor-trabalho que só estarão realizadas com a necessária complexidade de análise n'O Capital, porém, essa ainda é uma obra muito relevante porque submete a construção da teoria social de Marx à necessidade da crítica da economia política.

Marx incorpora à teoria do valor-trabalho a discussão da exploração do trabalho, tendo essa como elemento central no modo de produção capitalista, expondo a condição em que o trabalhador recebe apenas o mínimo necessário para a sua sobrevivência. Outro ponto importante é a diferenciação entre o valor do trabalho representado no salário e o valor que o trabalhador incorpora à mercadoria em sua atividade produtiva, sendo que o último, o valor excedente, não é apropriado por esse trabalhador. Portanto, de forma pioneira, o autor alemão expõe a questão de que o trabalhador produz valor para além do que vale como mercadoria. O que deve estar no centro da construção da teoria valor-trabalho é a exploração do trabalho e do trabalhador. A exploração se transforma em fator crucial e faísca da luta de classes, poque com essa configuração do trabalho (explorado), proletariado e burguesia passam a estar em polos opostos de uma luta entre explorados e exploradores, na relação irreconciliável entre as classes.

Essa constatação da oposição entre proletariado e burguesia se apresenta de forma contundente no *Manifesto Comunista*[4], texto de autoria de Marx e Engels (1848) 2017 no qual

[4] Essa produção tem uma estrutura e um objetivo diferente das outras obras de Marx e Engels, uma vez que o Manifesto é encomendado e se constrói como documento de fundação da Liga dos Comunistas (antiga *Liga dos Justos*) em Londres e também se consolida como um texto de agitação política voltado às classes trabalhadoras europeias da época diante de um contexto de ebulição social que permeava boa parte das potências do continente.

a categoria trabalho assume de forma notória e consistente um caráter político de agitação. Esse caráter reflete exatamente o momento histórico e as atuações políticas de seus autores. O trabalho passa a ser analisado não somente em sua dimensão de exploração, estranhamento, alienação etc. presente nas obras anteriores, mas também em seu potencial emancipatório.

Nesse documento, Marx e Engels (2017) apontam que a sociedade burguesa e todas as outras formas de sociedade existentes estão edificadas na luta de classes em que o trabalho é o centro da exploração e da dominação de uma classe sobre a outra na sociedade burguesa. É exatamente no aspecto da forma de dominação e exploração (do trabalho) da burguesia sobre o proletariado que se encontra a crítica de Marx e Engels, sobretudo ao identificar o funcionamento da sociedade burguesa, edificada no processo violento de proletarização em que o trabalhador é separado de seus meios de subsistência por meio dos processos de expropriação, espoliação, roubo, entre outros, colocando-o na condição de mercadoria e possuidor apenas da sua força de trabalho. O assalariamento é a condição compulsória que joga o trabalhador na condição de miséria objetiva e subjetiva, material e humana, uma vez que o trabalhador recebe o mínimo necessário para que possa sobreviver e continuar trabalhando.

De certa forma, essa crítica estava presente nas obras citadas anteriormente, entretanto, o que se apresenta de maneira distinta e inovadora no *Manifesto Comunista* é a análise e a proposição de que é somente por essa sujeição, condição de exploração à qual o trabalhador é submetido, que também está presente a possibilidade da superação dessa, ou seja, da emancipação da classe trabalhadora. Esse lugar da opressão, exploração, pauperização, assujeitamento e desumanização também é o lugar da insurgência, da consciência de classe e da libertação. Essa consciência se desenvolve com base e a partir da materialidade da relação de exploração que esses trabalhadores sofrem e surge a partir da identificação e do reconhecimento do outro como igual, como aquele que está na mesma condição de exploração e, portanto, pode ser reconhecido como um semelhante, como um igual na possibilidade de enfrentamento a essa condição, de enfrentamento a outra classe.

Partimos então para a principal obra de Marx em que, inevitavelmente, a categoria trabalho é vital (não exclusiva) para a complexidade das ideias desenvolvidas pelo autor. O trabalho n'O Capital[5] não é exatamente a soma dos elementos dos textos anteriores, mas, sem

[5] O Capital é uma obra composta por três volumes em que Marx desenvolve de forma mais complexa e acabada sua crítica à Economia Política, buscando desvelar o que chamou de articulação interna da sociedade burguesa. A partir de seu método, a crítica radical ao modo de produção do capital, gestada e construída ao longo de toda a vida do autor, nos oferece uma análise monumental do funcionamento desse modo de produção e de sociabilidade. O primeiro volume foi publicado pela primeira vez em 1867, o segundo em 1885 e o terceiro no ano de 1894.

dúvida, esses elementos constituem o processo de elaboração e desenvolvimento do pensamento marxiano que tem nessa obra sua definição mais complexa e aprofundada. *O Capital* é a expressão mais bem acabada de toda essa trajetória do autor e, nesse sentido, podemos notar a presença de diversas formulações articuladas de maneira singular e complexa.

Uma década antes da primeira publicação do primeiro volume d'O Capital, Marx já havia realizado uma "*primeira síntese*" do direcionamento de seus estudos e produções do início da década de 1840. Nos *Grundrisse*[6], manuscritos dos estudos de Marx (2011) feitos entre 1857 e 1858 e que representam uma materialização do laboratório do autor alemão.

Se faz necessário expor que Marx (2017) em O Capital faz uma análise minuciosa do modo de produção capitalista, à luz da dinâmica do capitalismo inglês do século XIX, um olhar microscópico e abrangente para as complexidades que constituem esse sistema, bem como seus alicerces, suas estruturas fundantes e de sustentação. O trabalho, sem sombra de dúvida, é um dos elementos essenciais para a compreensão do funcionamento dessa estrutura. Discutiremos aspectos fundamentais circunscritos a alguns aspectos do primeiro volume MARX (1867) 2017, quais são basilares para os argumentos apresentados posteriormente.

Marx inicia sua análise do modo de produção capitalista a partir de sua forma mais elementar: a mercadoria. Sendo assim, todas as mercadorias são compostas por dois fatores: valor de uso e valor. Todas possuem um valor de uso, ou seja, atendem a alguma necessidade humana, tem um caráter útil. Ao mesmo tempo, é necessário que se estabeleça alguma medida para que os produtos com valores de uso distintos possam ser trocados de forma equivalente. Essa equivalência é composta por uma terceira grandeza que "reduz" as outras duas a ela. O valor de troca é apenas uma expressão possível do valor e a abstração do valor de uso é exatamente o que caracteriza a relação de troca das mercadorias. Nesse sentido, um valor de uso se equivale a outro desde que esteja disponível na proporção equivalente. Para realizar o seu valor de troca a mercadoria tem de alienar o seu valor de uso. O trabalho é a própria substância do valor e sem trabalho humano não existem mercadorias.

> Abstraindo do valor de uso dos corpos-mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho. Mas mesmo o produto do trabalho já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos de seu valor de uso, abstraímos também dos componentes [*Bestandteilen*] e formas corpóreas que fazem dele um valor de uso. O produto não é mais uma mesa, uma casa, um fio ou qualquer outra

Dentre eles, apenas o primeiro volume foi publicado em vida por Marx. Os dois volumes subsequentes foram publicados após o seu falecimento (1883), editados pelo colaborador e grande amigo Friederich Engels.

[6] Conjunto de manuscritos produzidos entre 1857 e 1858 e que podem ser denominados como a primeira grande "síntese" do autor até aquele momento. As ideias desenvolvidas são fundamentais para compreender o seu método e são formulações que estão presentes e serão desenvolvidas de forma mais acabada n'O Capital.

> coisa útil. Todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas. E também já não é mais o produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato.[...] Assim, um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. (MARX, 2017, p. 116)

A determinação da grandeza do valor não se dá somente de maneira quantitativa simples, ou seja, pela quantidade de tempo de trabalho objetivada em uma mercadoria (essa era a tese defendida por David Ricardo). O que determina a grandeza do valor de uma mercadoria é o tempo de trabalho socialmente necessário "[...] requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho."(MARX, 2017, p.117).

No modo de produção capitalista o trabalho é reduzido a condição de mercadoria em que todo tipo de trabalho humano, independentemente de sua complexidade ou especificidade, é reduzido a essa condição, representado no valor da mercadoria como trabalho humano abstrato ou apenas como dispêndio de força humana. Como expõe Marx (2017, p. 124):

> [...] todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso.

Dito isso, Marx também apresenta n'o Capital uma concepção de trabalho que é imprescindível para a compreensão da contradição elementar do modo de produção capitalista entre capital e trabalho. Para tal, em um primeiro momento, é preciso compreender o trabalho como atividade vital humana, como condição ontológica e relação necessária à produção e reprodução da existência dos seres humanos como seres sociais. Por isso, "[...] devemos, de início, considerar o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada." (MARX, 2017, p. 255). O trabalho, antes de tudo, é um processo entre ser humano e natureza, relação mediada, regulada e controlada pelo ser humano do seu metabolismo com a natureza. É na ação intencional de transformação da natureza que o ser humano também se transforma. Essa forma de atividade é exclusivamente humana, isso porque é essa capacidade que difere os seres humanos dos outros animais: o fato de conceber previamente em sua cabeça a ação que realizará.

> Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha

> muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. (MARX, 2017, p.255-6)

Sendo assim, a atividade laboral exige uma intencionalidade, uma ação determinada orientada a um fim. O processo de trabalho é constituído pela atividade dotada de intencionalidade, pelo objeto de trabalho e por um meio de trabalho. No processo de trabalho, portanto, a atividade humana, auxiliada pelos meios de trabalho, atua sobre o objeto para operar uma transformação segundo uma finalidade concebida desde o início. Um meio de trabalho é algo que se interpõe entre o ser humano e seu objeto de trabalho e que guia a atividade. Sendo assim, o ser humano é capaz de utilizar ferramentas como extensão do próprio corpo a fim de realizar uma atividade determinada em um objeto. Contudo, Marx (2017, p. 258) aponta que:

> O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. Ele fiou, e o produto é um fio [Gespenst].

No processo de trabalho o objeto ganha um valor de uso único, que pode ser fruto de processos de trabalho anteriores que também geraram objetos com valores de uso. Os produtos do trabalho são tanto resultados de trabalho anterior quanto condição de realização do processo de trabalho. A condição do produto como valor de uso só pode ser alcançada com a presença de trabalho vivo, ou seja, trabalho humano, atividade conscientemente orientada. Em suma, o trabalho é atividade vital humana, condição necessária para a produção e reprodução da vida em uma relação metabólica estabelecida entre ser humano e natureza de mútua transformação.

Até este momento o trabalho é descrito como elemento central da atividade vital humana e condição ontológica de existência do ser social, noção que será aprofundada mais adiante a partir das formulações de György Lukács. A partir dessas definições, Marx começa a tecer sua crítica à forma de configuração do trabalho no modo de produção capitalista, dissecando como essa configuração se desenvolve e constitui o trabalho e o trabalhador nesse processo.

A contradição se expressa no fato de que no modo de produção capitalista o trabalho é reduzido ao caráter de mercadoria. O ser humano deve vender a sua força de trabalho como tal, ou seja, vender para o capitalista sua capacidade de trabalho, uma vez que foi despojado de todos os meios para a produção de sua subsistência. Do ponto de vista do capitalista, ele compra a força de trabalho com o intuito de consumi-la no processo de produção e isso se dará por meio

da atividade desse trabalhador de consumir os meios de produção mediante seu trabalho. Ao comprar a força de trabalho do trabalhador por um período determinado de tempo, essa força de trabalho passa a pertencer exclusivamente ao capitalista. Para Marx, nesse processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista estão presentes dois elementos. O primeiro é que o trabalho pertence ao capitalista e todos os processos de trabalho são controlados por ele. Já o segundo indica que o produto do trabalho não pertence a quem o produziu, portanto, passa a ser propriedade do capitalista e não de seu produtor direto.

Conforme explicitado anteriormente, sabe-se que o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho objetivado em seu valor de uso pelo tempo socialmente necessário à sua produção e que o trabalho é a substância do valor. Dessa forma, o capitalista apenas investirá na produção de mercadorias que tenham tanto valor de uso quanto valor de troca, isso porque é necessária a produção de uma mercadoria a qual possa ser vendida por um valor maior do que o gasto com as mercadorias necessárias ao processo de produção: a força de trabalho e meios de produção (capital variável e capital constante respectivamente). Por conseguinte, o capitalista, apesar de não ser quem produz, precisa e "[...] quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor." (MARX, 2017, p. 263).

Do ponto de vista daquele que vende sua força de trabalho, o trabalhador, ao vendê-la, realiza o seu valor de troca e aliena seu valor de uso, não é possível realizar um sem se desfazer do outro. A questão central nesse ponto é que o trabalhador agrega muito mais valor ao produto do que recebe pela venda da sua capacidade de trabalho. A diferença entre o valor que o trabalho vivo agrega ao produto do seu trabalho e o valor que ele custa ao capitalista é apropriada pelo último. Chega-se então à essência da exploração do trabalho no modo de produção capitalista, a apropriação do trabalho excedente.

> O processo capitalista de produção não é simplesmente produção de mercadorias. É processo que absorve trabalho não pago, que transforma os meios de produção em meios de extorsão de trabalho não pago.(MARX, 2013, p.132)

A chave para o processo de transformação de dinheiro em capital é a exploração do trabalho enquanto apropriação do trabalho excedente realizado pelo trabalhador. É o trabalho vivo humano, produtivo, que agrega valor ao produto no processo de produção e, mais do que isso, é o trabalho excedente que precisa existir para gerar mais-valor para o capitalista. Nesse processo, está presente uma contradição no processo produtivo. O trabalho está presente em seu caráter útil, ou seja, como objetivação, como produção de valores de uso e em seu aspecto

qualitativo. Todavia, também está presente em um caráter abstrato, como produtor de valor, sob seu aspecto quantitativo em que somente importa a quantidade de trabalho objetivada.

Só é possível existir mais-valor e a sua apropriação porque existe trabalho produtivo, realizado pelos trabalhadores, por meio de sua capacidade humana fundamental. O trabalho produtivo serve diretamente ao capital como instrumento de sua autovalorização, é a expressão síntese do processo total do modo de produção capitalista, uma vez que se alicerça e também é motor do processo de autovalorização do capital. Para os trabalhadores, o trabalho produtivo, como outras modalidades de trabalho, é apenas um meio para produzir sua sobrevivência e continuar a se reproduzir enquanto força de trabalho. Na perspectiva do capitalista, o trabalho produtivo é meio de obter mais-valor, apropriação de trabalho excedente para a continuidade da autovalorização do capital. Conforme descrito por MARX (2017, p. 271):

> Ao transformar o dinheiro em mercadorias, que servem de matérias para a criação de novos produtos ou como fatores do processo de trabalho, ao incorporar força viva de trabalho à sua objetividade morta, o capitalista transforma o valor – o trabalho passado, objetivado, morto – em capital, em valor que se autovaloriza, um monstro vivo que se põe a "trabalhar" como se seu corpo estivesse possuído de amor.

O trabalho no modo de produção capitalista é configurado em seu caráter explorado, alienado e fetichizado. Com a consolidação desse modelo de produção e de sociabilidade imposta, o trabalho torna-se mercadoria, objeto de exploração e dominação de (poucos) seres humanos sobre outros (muitos) seres humanos. A exploração da força de trabalho humana se dá no processo de trabalho que é controlado e dirigido exclusivamente para a produção de mercadorias que não pertencem a quem as produziu. As mercadorias produzidas ao final do processo de trabalho devem ser vendidas por um valor maior do que o custo das mercadorias utilizadas nesse, tendo em vista que o objetivo final é gerar mais-valor. A exploração do trabalho humano e a apropriação do trabalho excedente são intrínsecas ao processo de autovalorização e, consequentemente, reprodução do capital.

No modo de produção capitalista, o próprio trabalhador torna-se uma mercadoria, depende da venda da sua força de trabalho para sobreviver e continuar se reproduzindo enquanto trabalhador explorado, uma vez que os seres humanos foram separados dos meios de produção da sua própria existência. O trabalho é reduzido a trabalho humano abstrato representado nas mercadorias. Portanto, no modo de produção capitalista, o trabalho, a capacidade que funda e torna possível a humanidade é expropriada dos próprios seres humanos.

As formas aviltantes de dominação e exploração não são exatamente inauguradas pelo modo de produção capitalista, sua presença pode ser verificada em outros modos de produção

anteriores. Entretanto, é no advento do modo de produção capitalista que se constroem e se vendem os ideais de liberdade e igualdade como pilares dessa nova sociedade como superação de uma condição de servidão eterna anterior. No modelo de sociedade feudal as classes estavam estruturadas de tal modo que sua configuração era atribuída a uma providência divina, constituindo uma estrutura imutável por imposição de um ente superior e cristalizada na cultura da época. As posições de classe, portanto, eram imutáveis, compondo também um caráter fatalista e de impossibilidade de mobilidade social. A partir do processo histórico que vai dando cada vez mais lugar aos ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade, esse lugar da condição de um caráter divino vai sendo colocado em xeque pela hegemonia de uma nova classe dominante, a burguesia, que até aquele momento era uma classe revolucionária.

A consolidação do modo de produção capitalista é edificada sob a promessa de que, a partir daquele momento, todos seriam livres e iguais, afinal, as amarras de um poder divino que determinava a ordem social não deveriam mais ser dominantes. Em seu lugar, a classe burguesa, já existente na sociedade feudal, emerge como classe revolucionária justamente porque se apresenta como bastião desses pilares de uma nova sociedade, construindo a promessa da liberdade e da igualdade para todos. Todos poderiam ser livres e estariam longe das determinações de servidão anteriores. Contudo, quando passa a ser classe dominante, a bureguesia rapidamente se torna reacionária e conservadora, com o único e exclusivo objetivo de manter-se a frente do poder e perpetuar sua hegemonia como classe dominante. A partir do momento em que se coloca a possibilidade real de uma maior expansão da liberdade prometida para todos, a burguesia, que no momento já controlava os meios de produção e a própria formação do próprio Estado burguês, passa a frear esse processo.

Como classe revolucionária, a burguesia promete a liberdade e a igualdade para todos, entretanto, no processo de consolidação desse modo de produção, essa promessa não se concretiza e, em seu lugar, se consolida um novo modelo de exploração que se dá fundamentalmente pela contradição capital-trabalho. No modo de produção capitalista, todos são livres, desde que tenham condições para comprar e consumir sua liberdade. A liberdade prometida está estritamente vinculada à liberdade que apenas se consolida no mercado, em que os seres humanos passam a possuir apenas a sua força de trabalho e obrigatoriamente tem de vendê-la para acessar produtos que permitirão sua sobrevivência e o atendimento de suas necessidades. A liberdade foi prometida a todos mas entregue apenas aos detentores dos meios de produção e do capital. A promessa da libertação da escravidão e da relação de servidão divina, consolida uma outra forma de exploração: a escravidão dos salários.

Está posta, então, uma contradição fundamental: o trabalho é a gênese da humanidade e a partir da sua complexificação e transformação em um longo período histórico é possível a produção de processos de sociabilidade dentre os quais (e até o momento) a sociedade capitalista é uma delas. Entretanto, esse modelo de sociabilidade tem como motor propulsor a desumanização dos próprios seres humanos e seus mecanismos ideológicos de sustentação dessa condição como forma de velar esses processos. A exploração do trabalho, sem a qual o modo de produção capitalista não se reproduz, é a negação da gênese e do devir-humano da liberdade (prometida por esse sistema) e própria humanidade fundada no trabalho.

1.1 O capital como sistema de controle sociometabólico

Conforme explicitado anteriormente, para Lukács (2013; 2018), os processos de desenvolvimento e complexificação da sociedade e das relações humanas, em última instância, se constituem a partir do trabalho como protoforma da práxis social humana. É essa característica que constitui o ser social e permite o impulsionamento dos seres humanos para além do trabalho em processos de reprodução social que se complexificam. Nesse sentido, entendemos também que esses processos de reprodução social se constituem e são produzidos na relação com as particularidades por meio das quais se desenvolvem e na totalidade social.

As diferentes formas de reprodução social se constituem a partir da singularidade das necessidades humanas e das respostas também singulares para essas, as quais, por sua vez, em seus desdobramentos, consolidam processos de sociabilização e formação social específicos que são parte de um contexto e momento histórico. Isso é importante porque nos indica que os processos de reprodução social se dão na complexificação e enriquecimento das mediações estabelecidas pelo ser social. Dessa forma, é por essa concepção que afirmamos que o ser social se constitui e se desenvolve como um complexo de complexos.

Dialogamos também com as concepções materialista de história e de ser humano como produto e produtor desta, fundadas por Marx e Engels (2007). É a partir dos desdobramentos dos processos de complexificação da práxis social na constante produção dialética da história que em um momento determinado e sob condições específicas emerge e se constitui o modelo de sociedade determinada pela hegemonia do modo de produção capitalista, em que o trabalho adquire centralidade na contradição que move esse modelo societal e o reduz a condição de mercadoria, o ser humano, para atender suas necessidades, deve vender a sua força de trabalho, uma vez que foi separado dos meios de produção de sua própria existência.

É necessário, portanto, entender o capitalismo e seu desenvolvimento como uma forma histórica da construção da humanidade e que se expressa como um modo de produção e de sociabilidade que tem como eixo fundante a separação dos seres humanos dos meios de produção de sua existência e como essência a exploração de alguns (poucos) seres humanos sobre outros (muitos) seres humanos. Para compreender melhor a forma como esse modo de produção se torna hegemônico é preciso entender como esse modelo se tornou um sistema de metabolismo social a partir da subordinação do trabalho ao capital. A concepção apresentada por István Mészáros (2011) de um sistema de metabolismo social do capital define que esse é configurado historicamente como fruto da divisão social hierárquica estruturada na subordinação do trabalho ao capital em que um sistema de mediações de segunda ordem sobredetermina as mediações de primeira ordem.

O sistema de mediações de primeira ordem é constituído pelo trabalho tal qual o definimos anteriormente. Nesse sentido, as mediações de primeira ordem expressam a ontologia exclusivamente humana fundada no trabalho, a partir da noção de trabalho como atividade vital humana, como processo metabólico entre ser humano e natureza necessário à reprodução da humanidade. Além disso, para Antunes (2009), é importante salientar que nenhuma das características presentes no sistema de mediações de primeira ordem necessita de uma estrutura hierárquica de subordinação e que essas formas são construídas a partir do sistema de mediações de segunda ordem na emergência do sistema do capital.

A consolidação do sistema do capital e sua estrutura totalizante de dominação é também a emergência do sistema de mediações de segunda ordem que passa a ser intrínseca a manutenção desse. A consolidação do sistema de mediações de segunda ordem se dá pela imposição da subordinação do trabalho ao controle sociometabólico do capital.

> O capital em si não passa de um modo e um meio dinâmico de mediação reprodutiva, devorador e dominador, articulado como um conjunto historicamente específico de estruturas e suas práticas sociais institucionalmente incrustadas e protegidas. É um sistema claramente identificável de mediações que, na forma adequadamente desenvolvida, subordina rigorosamente todas as funções de reprodução social – das relações de gênero e família até a produção material e a criação das obras de arte – à exigência absoluta de sua própria expansão, ou seja: de sua própria expansão constante e de sua reprodução expandida como sistema de mediação sociometabólico. (MÉSZÁROS, 2011, p. 188)

A partir da imposição do modo de controle sociometabólico do capital ocorre uma subordinação do sistema de mediações de primeira ordem (o trabalho) às mediações de segunda ordem. A emergência e consolidação do sistema do capital transforma todo o sistema de mediações, subordinando-as à necessidade de autovalorização do próprio capital e, por isso,

produzindo uma completa subordinação das necessidades e relações humanas à sua reprodução. Tal qual posto em Marx (2017) isso só é possível pela separação produzida entre valor de uso e valor de troca e pela subordinação do valor de uso ao valor de troca. Essas condições se produzem na subordinação das necessidades humanas aos processos de autovalorização do capital como condição intrínseca a reprodução desse sistema.

Para Mészáros (2011) existem algumas condições para a manutenção das mediações de segunda ordem e, portanto, da subordinação do trabalho ao capital. A primeira delas surge a partir do processo de proletarização por meio da expropriação e espoliação em que ocorre a separação e alienação entre seres humanos e meios de produção da sua própria existência. Outro elemento é a imposição dessa condição de um poder separado e externo que exerce o controle e comando sobre o trabalho. A terceira condição necessária é a personificação do capital como um valor egoísta que tem como finalidade exclusiva e imperativa sua própria autoexpansão. O quarto elemento necessário é a redução do ser humano ao trabalho, ou seja, reduzir o sujeito a sua atividade fragmentada definida pelo caráter do trabalho no sistema do capital. Uma outra contribuição importante é a definição de que o sistema de mediações de segunda ordem tem seu núcleo fundamental no tripé: trabalho, capital e Estado.

O sistema do capital se caracteriza por ser uma estrutura totalizante que se expressa em uma forma incontrolável de controle sociometabólico e na irracionalidade de sua necessidade de constante expansão. Como modo de produção hegemônico é um sistema que atua como totalizador do controle de todos os âmbitos de reprodução social da vida.

> Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, "totalitário" – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu "microcosmo" até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos. (MÉSZÁROS, 2011, p. 96)

Devemos compreender que a consolidação do modo de produção capitalista se deu necessariamente pela imposição sistemática e violenta de uma estrutura totalizante e totalitária a nível mundial. Entretanto, esse caráter impositivo e violento se deu de formas específicas a depender dos contextos geopolíticos e processos históricos de regiões diferentes, desse modo, devemos compreender esse sistema enquanto estrutura totalizante, ao mesmo tempo, identificar suas particularidades de desenvolvimento em diferentes contextos sócio-históricos.

2. A particularidade do capitalismo latino-americano e a configuração do trabalho

2.1 Sobre a constituição e o desenvolvimento do capitalismo latino-americano: da colonização a uma economia dependente

Para compreender esse processo histórico, dinâmico e específico de constituição do capitalismo latino-americano, precisamos entender as diferentes mediações pelas quais se conforma sua particularidade, desde sua gênese até seu movimento mais atual. Para tal, é imprescindível nesse momento da exposição, compreendermos as relações entre colonização, modo de produção capitalista, escravidão e racismo, bem como as históricas formas de negação a essa construção histórica. É na articulação histórica dessas determinações que podemos compreender o complexo de complexos que constitui a realidade latino-americana.

O modo de produção capitalista tem como condição fundamental a contradição entre capital e trabalho, sendo essa o seu motor e condição intrínseca ao seu movimento. Entretanto, as especificidades de seu modelo e seu desenvolvimento em diferentes épocas e territórios não são exatamente iguais as que foram descritas e analisadas por Marx no século XIX. Isso não significa que seja um modo de produção distinto, mas que possui suas particularidades, sua processualidade histórica e dialética, portanto, se apresenta em desdobramentos mediados por essa particularidade em relação com a universalidade do desenvolvimento do capitalismo, ou seja, cuja organização complexifica suas relações e determinações sem romper com as suas leis gerais. Essa condição é constituída pelo movimento do modo de produção capitalista, cujas transformações (sempre guardando sua contradição fundamental) caminham sempre na direção de suprir a necessidade irracional desse modelo de acumulação infinita e modo de controle sociometabólico, cujo desenvolvimento se dá em sua articulação a nível global.

Portanto, é preciso aprofundar os determinantes do desenvolvimento do capitalismo latino-americano em sua particularidade e processualidade histórica. Por isso, devemos recorrer a historicidade de seu processo de desenvolvimento particular e específico para compreender os elementos que forjam a condição estrutural de dependência e subdesenvolvimento desse capitalismo *sui generis,* que se apresenta como necessidade para os processos de acumulação a nível global. Portanto, na América Latina, "[...]o que se tem é um capitalismo *sui generis,* que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em âmbito nacional, quanto, e principalmente, em âmbito internacional" (MARINI, 2022, p. 168).

Essa especificidade se molda no processo histórico que tem como ponto inaugural para sua compreensão as invasões e colonizações europeias dos territórios latino-americanos e africanos e, portanto, só podemos iniciar a compreensão da constituição do capitalismo *sui*

generis latino-americano, entendo a relação intrínseca entre colonização e capitalismo. É inevitável, portanto, afirmar que o modo de produção capitalista se desenvolve a partir da imposição de seu sistema de mediações de controle sociometabólico em seu caráter totalizante e totalitário e se inaugura na consolidação da estrutura colonial por meio dos processos violentos de dominação dos territórios invadidos. Sendo assim,

> [...] o sistema do capital é, na realidade, o primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, não importa quão repressiva tenha de ser a imposição de sua função totalizadora em qualquer momento e em qualquer lugar em que encontre resistência. (MÉSZÁROS, 2011, p. 97)

A colonização dos territórios da América Latina, da África e em parte também da Ásia cumprem um papel imprescindível na edificação do capitalismo e no seu desenvolvimento e expansão na Europa. Todo esse processo tem uma gênese e um desenvolvimento e, ao apresentar e definir a acumulação primitiva de capital ou a assim chamada acumulação originária no primeiro volume *d'O Capital*, Marx (2017) nos auxilia na compreensão das condições históricas que forjam o modo de produção capitalista, as quais tem como pilar fundamental os processos violentos de colonização europeia sobre outros territórios.

Para Marx (2017), a primeira acumulação primitiva se dá pelo processo de separação dos seres humanos dos meios de produção e reprodução de sua existência, a separação entre o trabalhador e suas formas de realizar trabalho, seja pela ação do Estado (expropriação e espoliação de terras, por exemplo) ou pela transformação do próprio processo produtivo. O trabalhador torna-se um despossuído, passando a ter apenas a (não) opção da venda da sua força de trabalho como forma de acessar mercadorias que permitirão a sua subsistência e sobrevivência. A separação dos trabalhadores de seus meios de subsistência é também o caminho para a conformação de um mercado de trabalho assalariado.

O primeiro processo de acumulação primitiva de capital sob o qual se constrói esse modo de produção só foi possível graças às invasões europeias e colonização dos territórios africanos e latino-americanos. A colonização que serve à edificação do sistema capitalista tem como base os processos de pilhagem, expropriação, espoliação, roubo e despojamento, os quais são necessariamente realizados por meio da violência colonial e respaldados por aparatos jurídicos e na atuação do Estado para a sua construção, garantia e manutenção.

> Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas. (MARX, 2017, p.787-788)

A questão é que na América Latina e na África (com diferenças na configuração da colonização nesses dois territórios)[7] esse processo de proletarização e de criação de um mercado de trabalho e do roubo da terra não acontece da mesma maneira e no mesmo tempo que o processo europeu. Isso porque era necessário para o desenvolvimento das forças produtivas europeias, uma primeira acumulação de capitais que advinha de toda a estrutura colonial de base escravista construída de forma violenta no *novo mundo* invadido e dominado pelos europeus. Em outras palavras, a consolidação e a expansão capitalista como modo de produção hegemônico foi edificada sob a base da invasão, da colonização, da escravidão, do saqueio e do genocídio como condições necessárias ao primeiro processo de acumulação primitiva para o desenvolvimento das forças produtivas na Europa. Para Marx (2017, p. 823-824):

> Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital. [...] Tal sistema proclamou a produção de mais-valor como finalidade última e única da humanidade.

Em última instância, esse processo violento se dá na cisão da relação entre ser humano e a terra, em que tanto o trabalho humano quanto a própria terra passam a condição de mercadoria, subsumidas ao valor de troca e às necessidades dos processos de acumulação de capital que, nessa época, se constituem na drenagem de recursos naturais das colônias para as metrópoles como forma de acumulação primitiva de capital para edificar o modo de produção capitalista na Europa[8]. Portanto, a colonização se consolida como imposição desse modelo que tem como pilares a transformação do trabalho e da terra em mercadorias: a própria instituição da propriedade privada da terra e a imposição violenta do trabalho forçado. Na América Latina, o controle da posse da terra foi a dominação dos meios de produção e a imposição da escravidão

[7] Neste estudo destacaremos mais adiante o caso latino-americano, entretanto, uma contribuição fundamental para compreender a particularidade do capitalismo na África está em Rodney (2022) e outra obra de suma importância sobre as relações entre colonialismo e racismo como elementos essenciais para a modernidade e o capitalismo está em Césaire (2022).

[8] Mais especificamente e com mais força para a Inglaterra, tendo em vista que boa parte dos recursos da América Latina iam para os ingleses, devido a condição secundária das nações portuguesa e espanhola no cenário europeu da época.

na condição de trabalho forçado representa a dominação da capacidade humana de transformação desses meios de produção em mercadorias, enviadas diretamente para as metrópoles.

Portanto, a América Latina é fundada sob o pilar do processo de transformação da terra em mercadoria, o que permite àqueles que primeiro roubaram essas terras para transformá-la em mercadoria e monopólio, posteriormente, usufruírem da renda da terra, mediante o suor e sangue do trabalho escravizado. A relação entre trabalho e terra na consolidação do modo de produção capitalista e em seu desenvolvimento no caso latino-americano tem caráter central.

Portanto, não é possível compreender a edificação do modo de produção capitalista e sua hegemonia sem compreender o papel estruturante que os processos de colonização e escravidão cumprem na acumulação primitiva de capital e na determinação do caráter subordinado do trabalho e das economias colonizadas desde o seu princípio. Isso porque o controle do trabalho e a consequente imposição da sua forma mercadoria tem na escravidão sua primeira expressão histórica.

> É útil ter presente que a produção capitalista supõe a apropriação direta da força de trabalho, e não apenas dos produtos do trabalho; nesse sentido, a escravidão é um modo de trabalho que se adapta mais ao capital que a servidão, não sendo acidental que as empresas coloniais diretamente conectadas com os centros capitalistas europeus - como as minas de ouro e de prata do México e do Peru, ou as plantações de cana do Brasil - foram assentadas sobre o trabalho escravo. (MARINI, 2022, p.189)

Eric Williams (2012), autor de Trinidad e Tobago, em *Capitalismo e Escravidão* nos ajuda a compreender a relação umbilical entre colonização, escravidão e capitalismo. O autor apresenta a escravidão como condição econômica necessária a primeira acumulação primitiva de capital e a formação do capitalismo industrial na Inglaterra. Seu estudo é pioneiro na afirmação do caráter econômico e material da escravidão, enfrentando algumas "teses" que a concebiam e compreendiam a partir de argumentos morais e/ou religiosos. Sendo assim, para o autor, a escravidão deve ser entendida como uma formação econômica que compõe o processo de transição do feudalismo para o capitalismo (na Europa), sendo impossível falar da gênese e da história do capitalismo sem falar dos processos de colonização e escravidão.

Nesse sentido, o regime de produção do escravismo colonial em países como o Brasil e outros países latino-americanos não pode ser ignorado como elemento imprescindível da constituição do modo de produção capitalista nesses países. Moura (2020*b*) aponta que o aparecimento da escravidão moderna é um elemento indispensável na constituição inicial do capitalismo. Em um primeiro momento, no pós-revolução burguesa na Inglaterra, é a própria

condição imposta da escravidão que permite a passagem de um modelo pré-capitalista inglês em determinados setores da economia para a consolidação do capitalismo industrial em todo território, inclusive, tendo como fator central o tráfico de escravos para essa construção.

> [...] a existência da escravidão nas colônias proporcionou o desenvolvimento do capitalismo industrial nas metrópoles [...] como cimento dos alicerces da sociedade capitalista, a escravidão, durante um período de tempo relativamente longo, foi um de seus elementos mais importantes." (MOURA, 2020*b*, p.83*)*

A escravidão é instituição dinâmica intrínseca para a consolidação do modo de produção capitalista europeu a partir da invasão da América Latina. O controle violento do trabalho para extração de matéria-prima é a primeira razão de ser da exploração europeia sobre os povos latino-americanos. Nesse sentido, sem o controle do trabalho e sua transformação em mercadoria - em um primeiro momento, na forma do escravismo colonial e, posteriormente, na transição para o "trabalho assalariado" – não existe acumulação primitiva de capital e, portanto, não existe a consolidação do modo de produção capitalista.[9]

É nesse momento histórico que se conforma uma especificidade da luta de classes na América Latina, em síntese, o negro e o índio em sua condição de escravizados transformam-se em sujeitos a serviço do desenvolvimento do capital. Ao mesmo tempo, emergem como sujeitos da história, como sujeito político e como negação desse processo. Desenvolveremos essa relação mais adiante.

Como processo intrínseco ao desenvolvimento das forças produtivas europeias, a colonização dos territórios latino-americanos, condena tanto os seres humanos e a sua capacidade fundada no trabalho, quanto a terra a condição de exploração. Ambos viram apenas mercadorias, determinados pelo valor de troca, uma ruptura drástica da relação que humaniza o próprio ser humano, a negação da condição ontológica fundante da humanidade. A terra está condenada a servir à reprodução do capital, como capital fictício, como renda da terra. A função social e humana do trabalho e a função social da terra na relação metabólica com o ser humano são subordinadas à lei do valor, à necessidade irracional do capital de acumulação e de valorização do valor. Todas as formas anteriores de relação presentes no território latino-americana são negadas e a lógica imperativa do capital se impõe. Nesse sentido, *os condenados*

[9] Posteriormente, quando consolidado o processo de edificação do capitalismo industrial na Inglaterra, a própria escravidão passa a ser um entrave ao desenvolvimento econômico inglês. Portanto, é nesse momento que a nação protagonista na construção do tráfico de escravos para a consolidação do capitalismo, a Inglaterra passa a defender o fim da escravidão, com o objetivo de defender seus interesses da expansão de um mercado que pudesse consumir os produtos frutos do processo de industrialização. Esse processo tem consequências na configuração do desenvolvimento capitalista de muitos países latino-americanos.

da terra se constituem na condenação da própria terra. Ao mesmo tempo, é essa condenação que permite a sua emergência como sujeito político.

Os mecanismos de dominação e imposição de um modelo de vida e de sociabilidade se fundam a partir do caráter compulsório da instituição do trabalho e da terra como mercadorias, na cisão da relação metabólica entre esses e na destruição das formas de produção anteriores presentes em toda a América Latina para a implementação da lógica e da lei da propriedade privada, posteriormente, legitimadas e justificadas pelos aparatos jurídicos e mecanismos de justificação ideológica. É essa a estrutura fundante e motor do modo de produção capitalista na relação de sustentação da subordinação do trabalho ao capital. Todo esse processo articulado e dinâmico de dominação se assenta na consolidação de aparatos jurídicos conformados posteriormente no estabelecimento do Estado burguês e seus mecanismos de controle, o qual se conforma como o grande guardião da estrutura fundante do modo de produção capitalista: a propriedade privada.

Negri & Hardt (2016) destacam a indissociabilidade entre o desenvolvimento das revoluções burguesas, a constituição das repúblicas como sua conformação jurídica e desenvolvimento específico a partir da sua vinculação direta com a manutenção da propriedade privada. Dessa maneira, se conforma uma modalidade de republicanismo que está diretamente atrelado a propriedade privada, em seu domínio, na sua proteção e no caráter inviolável do seu direito. Por isso,

> [...] o conceito de propriedade e a defesa da propriedade continuam sendo a base de toda constituição política moderna. É neste sentido que a república, das grandes revoluções burguesas até hoje, é uma república da propriedade. (NEGRI & HARDT, 2016, p. 31)

A princípio, os valores de igualdade, liberdade e fraternidade anunciados pelas revoluções burguesas europeias nada tem que ver com a propriedade privada em si, mas em seu processo de desenvolvimento se estabelece uma relação de indissociabilidade que se constitui no que os autores denominam como a *república da propriedade* e essa é uma condição imprescindível para a imposição do sistema do capital que expressa a substância material desse republicanismo. A liberdade se reduz a liberdade de consolidação das relações capitalistas de produção e a igualdade torna-se igualdade formal, como estrutura legal, que resguarda a riqueza e reforça o indivíduo apenas como detentor de uma propriedade. No sistema do capital ter é ser. Essa dinâmica se edifica de uma maneira na Europa de outra maneira na América Latina,

sempre guardando as leis gerais do desenvolvimento do modo de produção capitalista, mas atreladas a dinâmica do desenvolvimento desigual e subordinado.

A questão é que a propriedade privada (que na verdade é uma construção histórica, uma objetividade social historicamente posta pelos seres humanos), a partir da consolidação da república da propriedade, passa a ser vista como algo dado, natural e independente da própria história, como se sempre tivesse existido dessa maneira, visto até como algo divino e insuperável. Isso porque é o pilar fundante e essencial do modo de produção capitalista. Portanto, a construção dessa noção também é necessária para legitimar e naturalizar a propriedade privada como parte desse processo de dominação, em seu caráter de inviolabilidade, pois sem a garantia do direito à propriedade privada, por quaisquer meios que sejam, esse modelo não se sustenta. O direito à propriedade torna-se um valor absoluto e inviolável, não importa qual propriedade seja, essa noção se aplica desde a propriedade fundiária e vai até (observemos a contradição) o direito de ser proprietário de um outro ser humano.

A escravidão e o direito do senhor de escravos está na base da própria república da propriedade, é base da colonização e da edificação do Estado burguês, da república da propriedade, da sociedade capitalista. Todos esses são elementos inseparáveis para a consolidação do modo de produção capitalista a nível global e local, tendo em vista a intrínseca necessidade da compulsoriedade dessas relações para a edificação do sistema do capital.

A partir dessa discussão, o caso da Revolução Haitiana abordado pelos autores NEGRI & HARDT (2016) é emblemático porque explicita a contradição dos processos até aqui abordados. A Revolução Haitiana foi duramente reprimida e excluída do grupo seleto e ideológico de revoluções republicanas modernas. Sua forte repressão e o posterior "apagamento" da sua história expressam tanto o caráter inviolável da propriedade privada na edificação do modo de produção capitalista quanto nos processos sistemáticos de ocultamento da história, como necessidade de sustentação ideológica. Isso porque os *jacobinos negros*[10] em seu processo revolucionário ousaram questionar a escravidão e instituir uma república sem a presença dela. O questionamento da escravidão e a garantia jurídica da libertação dos escravos à época era impensável do ponto de vista da hegemonia da constituição da república da propriedade. Isso porque violava tanto o caráter básico do direito ("sagrado e inviolável") à

[10] Fazemos alusão aqui a obra de C. L. R. James sobre a vitoriosa insurreição dos haitianos escravizados contra a dominação colonial francesa. Nessa obra, o autor de Trinidad e Tobago, destaca a liderança de Toussaint L'Ouverture, bem como faz um relato histórico imprescindível para conhecer a Revolução Haitiana (1791–1804) e as razões que forjam a condenação da ilha caribenha por ousar conquistar a sua independência e a abolição da escravidão.

propriedade privada quanto a construção ideológica para sustentar essa dominação objetiva que repousava sobre a invenção da "superioridade racial", a qual já estava institucionalizada. Portanto, a lógica era que "[...] a república deve proteger a propriedade privada; escravos são propriedade privada; portanto, o republicanismo deve opor-se à libertação de escravos." (NEGRI & HARDT, 2016, p.29)

A Revolução Haitiana foi um dos mais importantes eventos da história da América Latina. Além disso, os ideais dos revolucionários haitianos eram muito mais coerentes com o discurso da liberdade e igualdade professado pelas revoluções burguesas do que todas as outras, isso porque, se todos são livres e iguais, nenhum ser humano pode estar na condição de escravização (não seria essa a lógica?). Entretanto, os ideais de liberdade e igualdade sempre funcionaram como motores ideológicos e serviram apenas como bandeiras para estabelecer a burguesia como classe dominante, na verdade, o que passou a ser central foi a garantia da propriedade privada e a manutenção da hegemonia dessa classe.

O "problema" da Revolução Haitiana foi seguir os ideais republicanos de liberdade e igualdade e tentar construir a libertação real em seu território, por isso, do ponto de vista objetivo e histórico essa experiência precisou ser enterrada e silenciada "[...] porque revela a profunda contradição entre a ideologia e a substância do republicanismo e da modernidade." (NEGRI & HARDT, 2016, p.102). Aqui poderíamos nos perguntar: o que sustenta o direito de um ter acesso a propriedade privada e de outro não? Isso nos parece contraditório diante dos pilares ideológicos e promessas de igualdade e liberdade desse sistema que nega o anterior justamente a partir dessa crítica. Seguiremos buscando responder essas indagações.

Por agora, o exemplo da grandiosa Revolução Haitiana nos leva a necessidade de debater dois pontos essenciais para a continuidade da exposição: como primeiro elemento, devemos discutir a relação intrínseca entre capitalismo e racismo; como segunda tarefa nos cabe introduzir o debate dos processos de negação da dominação colonial capitalista pulsantes na América Latina como motor da dialética da história.

No que diz respeito ao primeiro ponto, é necessário como mecanismo de sustentação do empreendimento colonial criar uma série de justificativas que de alguma forma respaldassem a escravidão e todos os processos de dominação perpetrados pelos europeus no violento empreendimento colonial. É preciso mascarar e justificar essas contradições, criar justificativas ideológicas que sustentem, em um primeiro momento, a dominação violenta, depois, a desigualdade. Em última instância, é justificar essa separação entre detentores de meios de

produção e vendedores da força de trabalho, feita mediante a violência. Na América Latina, essas justificativas se consolidam a partir da invenção da noção de *raça*.

Nesse ponto da discussão é imprescindível salientar que a dominação objetiva e material, ou seja, os processos de invasão, roubo, expropriação e, sobretudo, o controle do trabalho exercido pelo empreendimento colonial europeu sobre as populações latino-americanas, todos esses precedem o processo de consolidação das justificativas ideológicas para tal dominação. Essas justificativas servem como um verniz ideológico, como falseamento da realidade, postos pelos invasores sobre a realidade para ocultar os processos violentos de dominação e exploração e justificá-los a partir de diversas construções ideológicas. Nesse sentido, reafirmamos que não é a construção ideológica que inicia os processos de acumulação primitiva pela colonização, mas o contrário, esses verniz ideológico posto sobre a história e os sujeitos é necessário posteriormente como sustentação e justificativa da dominação objetiva em curso para a consolidação das burguesias europeias e da hegemonia do modo de produção capitalista na Europa e a nível mundial.

Retomando a afirmação da relação intrínseca entre escravidão e capitalismo, Williams (2012), afirma que o racismo é um desdobramento dessa relação de controle objetivo e deve ser compreendido como decorrente das relações de classe que se estruturam nesse processo. Outra contribuição fundamental para o tema está presente na produção pioneira e brilhante obra de Frantz Fanon (2022) *Os condenados da terra*. A partir dessa e de outras produções de Fanon, Faustino (2021), uma das referências mais importantes na atualidade para estudar o filósofo e psiquiatra martinicano, estabelece as relações intrínsecas entre colonialismo, capitalismo e racismo destacando que:

> Em Frantz Fanon, o colonialismo é uma estrutura de dominação e exploração com dimensões tanto subjetivas quanto objetivas. Sua objetividade repousa em uma articulação material particular – tanto econômica como extraeconômica – junto ao complexo sócio-metabólico do capital. O capitalismo, colonialismo e racismo, portanto, adquirem expressão de um complexo de complexos. (FAUSTINO, 2021, p.182)

A instauração e imposição do empreendimento colonial, escravista e a edificação do modo de produção capitalista não seriam possíveis sem processos de dominação que se constituem mutuamente nas dimensões objetivas e subjetivas. Sendo assim, o colonialismo e o racismo atuam como produto e processo de dominação a partir da destruição das referências éticas e estéticas dos povos colonizados para a imposição de um modo de sociabilidade único. É nesse sentido que afirmamos a indissociabilidade entre colonização, escravidão, racismo e capitalismo tendo em vista que para a instauração da estrutura colonial de exploração e

dominação do trabalho e dos modos de vida como etapa fundamental à edificação do modo de produção capitalista foi necessária a criação de justificativas ideológicas para sustentar a estrutura violenta do empreendimento colonial. Portanto, era preciso que esses processos de dominação necessariamente se reproduzissem e perpetuassem a partir de aspectos objetivos e subjetivos que foram construídos na desumanização e inferiorização a partir da invenção de uma noção de raça pautada na hierarquização entre seres humanos.

Diante da imposição de uma nova organização do trabalho a partir da destruição as formas aqui encontradas, como justificativa da exploração, da escravização e da dominação, criaram-se diversas formas de hierarquização da humanidade que justificariam a divisão racial do trabalho a partir de marcos definidos pelos europeus assentadas na noção de hierarquização racial. Dentro dessa lógica, a referência de *ser humano* passa a ser o homem branco europeu e todo o "resto" passa a oscilar entre uma não humanidade ou uma sub humanidade.

É negada a determinados seres humanos, povos originários dos territórios invadidos (negros e indígenas), a própria condição de humanidade. Para que se sustente tal nível de exploração é preciso uma negação ontológica do outro ser humano e uma justificativa ideológica para tal processo. Quem impõe essa definição ou delimitação são os europeus, por isso, o negro e o índio, passam a ser a negação da humanidade, baseada em uma concepção de *branquitude* e de ser humano ideal e superior. As suas cosmovisões, a forma como se percebiam ontologicamente também são negadas e deturpadas pelos colonizadores. É imposta uma ontologia negativa de sua forma de ser ao ser negro e o ser índio. Esse ser é inferior e, portanto, está aí uma justificativa por ter sido escravizado (SOUZA, 2020;2023).

Na América Latina, foi preciso inventar essa noção de raça e, com isso, inventar uma noção de *branquitude*, uma referência abstrata de um ser humano superior que simboliza o moderno, o civilizado, expressa a consolidação do modo de produção que se edifica naquele momento histórico. A noção de *branquitude* é uma construção ideológica do ser branco, que só pode se afirmar como uma negação da raça, ou seja, os seres humanos racializados passam a ser os Outros, necessariamente inferiores, aqueles que não pertencem aos limites de delimitação do ser branco, padrão esse que nunca foi definido exatamente. Isso porque só pode se afirmar pela sua negação: do Outro que é racializado. Portanto, a noção de branquitude é a referência de humanidade, é o moderno, avançado, superior e carrega todos os valores instituídos na necessidade de implementação e justificativas da dominação colonial capitalista.

A noção de *branquitude* é uma das justificativas para a dominação e, ao mesmo tempo, uma referência que deve ser alcançada, tendo em vista que para se chegar ao padrão do

moderno, do modelo de ser humano ideal e de civilização capitalista, esse é o padrão a ser perseguido. Na América Latina, esse processo se movimenta ao longo da história pela ideologia da mestiçagem, sendo essa constituída como elemento fundamental da organização das relações sociais de produção latino-americanas. A ideologia da mestiçagem passa a ser também elemento dinâmico da dominação, um esforço de embranquecimento que pode produzir "uma melhora nas raças inferiores". Essa ideologia persegue a história latino-americana.

Outras discussões de autores latino-americanos que também nos apresentam aspectos importantes para compreender esse processo histórico estão presentes nas discussões de Enrique Dussel (1993) e Aníbal Quijano (2005).

Dussel (1993), filósofo argentino, aponta que a justificativa ideológica fundada no *mito da modernidade* se edifica sobre a definição eurocêntrica de um tipo de humanidade e de cultura que é superior a outras que são inferiores, bárbaras, imaturas e culpáveis. Isso só se sustenta pela criação da noção do Outro, parte fundante do mito da modernidade em seu suposto caráter civilizacional. A ideia de que a colonização da América Latina seria algo "*para o bem de todos*" e que produziria um avanço civilizacional está alicerçada no processo de distinção e hierarquização de quem seria ou não humano, mais ou menos evoluído. Portanto, cria-se a ideia de que o processo de dominação do Outro é para que esse tipo de sub-humanidade ou de não humanidade chegue ao patamar de civilização mais desenvolvido.

Para o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005) a estrutura que funda a modernidade se expressa na concepção de *colonialidade do poder:* uma articulada estrutura hierárquica das relações que tem como base dois eixos fundamentais de hierarquização: por um lado, o controle das diferentes formas de organização do trabalho, por outro, a classificação social a partir da racialização da população. Esses dois eixos são necessários para a inauguração e instalação do padrão de exploração da força de trabalho para a consolidação dos processos de acumulação primitiva de capital. A necessidade do *racialismo*, portanto, é fundamental pela própria invenção da noção de raça, também a partir da concepção de *branquitude*, sendo essa o valor máximo de superioridade humana e que representa o moderno e civilizado em si, o ponto máximo dessa construção da hierarquização da própria humanidade, a ser alcançada[11].

A consolidação do empreendimento colonial é a dominação objetiva de diversos âmbitos das relações, a imposição de um modo e o controle do trabalho e das relações sociais estabelecidas até então, a homogeneização das formas de sociabilidade que, em última

[11] Aníbal Quijano, autor peruano, ainda destaca que a estrutura dinâmica da *colonialidade do poder* também se dá na dominação de gênero e no *entroncamento patriarcal* presente na América Latina; na cisão radical entre ser humano e natureza; na imposição da *racionalidade eurocêntrica*.

instância, são a fundação do que posteriormente definimos como sendo o modelo *ocidental capitalista*. Essa imposição violenta busca destruir quaisquer referências e relações presentes nos territórios dominados, colonizados e explorados para a imposição desse modelo totalizante e homogeneizante, posteriormente justificado por concepções que naturalizem as relações sociais na instalação do padrão eurocêntrico, que, em última instância, são a edificação e a manutenção do sistema do capital.

O sistema do capital constitui uma estrutura totalizante de organização e controle do metabolismo societal a partir de uma imposição necessariamente violenta. A dominação violenta se dá no campo objetivo e subjetivo, primeiro como dominação material e depois como construção de mecanismos de justificação ideológica para sua sustentação. Sendo assim, a dominação pela violência objetiva necessariamente requer e produz uma dominação subjetiva, a qual, por sua vez, requer e perpetua a dominação objetiva. A consolidação e manutenção da imposição do sistema de mediações de segunda ordem, necessariamente requerem e produzem uma dimensão de subordinação ideológica, uma sustentação sem a qual não é possível a manutenção da reprodução do controle sociometabólico do sistema do capital.

Tudo aquilo que não se encaixa nas necessidades do capitalismo a partir de seu padrão de humanidade e civilização é negado. A aniquilação física e simbólica das formas de vida e sociabilidade aqui presentes desde muito antes de 1492, fundam também na América Latina, uma estrutura de dominação que tem a violência como fator central, o massacre, o memoricídio e o etnocídio como ferramentas imprescindíveis desse processo de dominação e imposição de um modo de vida. Essas são ferramentas essenciais utilizadas para suprimir as revoltas, rebeliões e revoluções, também sempre existentes na história da América Latina.

Entretanto, não é apenas dessa destruição que se forja o complexo de complexos da realidade latino-americana, é também a partir da sua negação histórica, da resistência, da insurgência, da revolta, da rebelião e revolução que se constitui essa sociedade. Dessa forma, chegamos ao segundo aspecto a ser discutido: a tarefa de introduzir o debate da negação do processo de dominação na América Latina, nesse momento, circunscrito a discussão do período colonial capitalista e a transição para as independências formais, como parte constituinte da dialética da história. Mais à frente aprofundaremos a discussão e chegaremos à análise nos séculos XX e XXI.

A dominação que se conforma na América Latina se dá em aspectos objetivos e subjetivos, por isso, pelo caráter impositivo de uma ontologia negativa, na negação da humanidade, bem como na destruição e negação das referência éticas e estéticas constituídas

ao longo de séculos na história dos povos. Além disso, os processos de dominação objetiva e subjetiva se constroem na negação da própria história de lutas e resistências, na tentativa do apagamento sistemático, físico ou simbólico de formas de organização que se colocaram como contraponto, como negação da dominação colonial capitalista. Todas as formas de luta, de outra organização da vida são inferiorizadas ou deturpadas, também com o objetivo de tentar apagá-las da memória histórica a luta de um povo. Essa destruição é uma necessidade do modo de produção capitalista desde seus processos de acumulação primitiva, portanto, está em sua gênese esse caráter de negação e destrutividade, isso porque todas as formas de sociabilidade e de organização que não atendam aos interesses e necessidades dos processos de acumulação, de uma forma ou de outra, devem ser aniquilados, invisibilizados, deturpados ou deglutidos, apropriados de forma funcional a reprodução do capital. Ainda mais aqueles processos que neguem o seu controle ou tentem construir formas de resistir e se organizar de outra maneira.

Ao mesmo tempo, essas revoltas, rebeliões e revoluções seguiram pulsantes como negação dessa dominação, constituídas na real necessidade de existir e de resistir, na confrontação constante forjada na resistência dos povos latino-americanos a essa dominação, que constitui o próprio movimento da dialética da história latino-americana. É nessa confrontação que se apresenta a negação dessas relações de dominação, a própria necessidade humana de luta e de resistência, a possibilidade e a prática da libertação. A palavra libertação é perene na história latino-americana.

A negação das imposições para a edificação do próprio modo de produção capitalista é inerente ao seu processo de consolidação, por isso, afirmarmos que o próprio modo de produção capitalista, funda e contém a sua negação, como também a possibilidade de sua superação. Na América Latina, desde o início da invasão e da construção do empreendimento colonial, a resistência e a luta pela liberdade continuaram vivas em todos os momentos históricos em uma constante tensão social. É por isso que a imposição de um modelo de vida carrega em si a sua negação e a própria possibilidade de superação. A imposição de referências éticas e estéticas e de um modo de sociabilidade é a destruição compulsória dos modos de vida aqui presentes há séculos, entretanto, essa condição não é consolidada sem resistência. Nessa tensão, estará sempre posta a relação entre colonizador e colonizado, entre quem domina e quem é dominado, no capitalismo, entre o explorador e quem é explorado, mas sempre com a presença pulsante da resistência coletiva que resguarda antigos e produz novos outros modos de relação, alternativas ao sistema do capital (essa discussão será aprofundada no item 6).

A resposta a uma dominação violenta nem sempre se dá pela negação da violência, mas se objetiva na real necessidade de uma intensidade proporcional ou maior que contraponha essas imposições. Nesse sentido, a negação dos processos de colonização capitalista também se deram muitas vezes na necessidade de sua radicalidade e de uso da violência, pela negação da negação da humanidade, em que esses sujeitos se constituíam também nesse processo.

A violência na América Latina é tanto um elemento inaugural desse território, quanto mediação que permanece constituindo a complexificação da luta de classes ao longo de sua história. A América Latina se constitui a partir da mediação da violência desde a invasão até os dias atuais, a qual se apresenta como um elemento imprescindível de controle e manutenção da ordem colonial e, posteriormente, capitalista. A dominação violenta dos povos latino-americanos e a manutenção dessa mediação como estruturante da luta de classes constitui um fator central na formação dessa sociedade, tanto em seu papel na manutenção do sistema de controle sociometabólico do capital, quanto nas expressões da negação desse processo.

Portanto, aquilo que estamos denominando como a negação da ontonegatividade histórica se deu pela radicalidade de seu movimento contrário, um contraponto a intensidade da violência colonial capitalista para a afirmação da sobrevivência e da existência (MOURA, 2020*a*). Essas reduções da existência humana perpetradas pelo colonialismo europeu sempre foram contrapostas de distintas maneiras, pela rebeldia, revoltas, rebeliões, insurgências, enfrentamentos cotidianos que se apresentam como negação da negação da humanidade, como negação da negação da possibilidade de se realizar enquanto ser social. Os povos da América Latina, a partir da colonização capitalista, sempre construíram sua história e se constituíram como sujeitos dessa história pela luta, na necessidade de sua radicalidade para existir.

Essa concepção nos permite também desmistificar uma certa definição que foi construída pela historiografia oficial e hegemônica da figura de um indígena ou negro passivo, de povos totalmente dominados e submetidos. Essa recuperação é necessária porque faz um contraponto a essa construção como reprodução também das justificativas ideológicas e da racionalidade eurocêntrica que atribuem um lugar de não humanos, de povos sem história aos povos originários de seus territórios. Dentro dessa lógica, seriam esses apenas a expressão da dominação, da inferioridade, da aceitação ou da negociação pactuada, forjada também pelo constante processo de apagamento da história dos movimentos de luta e resistência desses povos. O pensamento e o trabalho de Clóvis Moura (2020*a*, 2020*c*) são fundamentais na negação dessa construção histórica, sua afirmação pioneira da necessidade de uma historiografia que permita conceber a história de maneira dialética e radicalmente distinta ao

discurso hegemônico, sendo assim, nos permite reconhecer os "vencidos" ou oprimidos como sujeitos da história, negros e indígenas como protagonistas da história do Brasil e da América Latina. Isso porque não é possível compreender o Brasil ou a América Latina sem pautar substantivamente a questão racial enquanto determinante da luta de classes como motor da história. História essa que deve ser compreendida em seu movimento dialético, na América Latina, como processo de dominação e exploração que serve a edificação do capitalismo, mas também como construção de uma práxis negativa dos povos que afirmam sua humanidade pela luta e resistência.

A história do indígena e do negro na América Latina é necessariamente marcada por essa necessidade de uma práxis negativa, a partir da imposição do seu lugar social, da sua condição de classe, determinada desde a consolidação do escravismo colonial (SOUZA, 2023). Dessa forma, essa práxis negativa é uma negatividade positivada que constrói alternativas de existência, formas de organizar a vida e o trabalho que contrapõe a sociabilidade colonial capitalista. Essa negação se dá por meio de processos de organização coletiva e ancestral, uma forma também de perpetuar ou recuperar a história negada. No caso do negro e do indígena na América Latina[12], a sua humanidade também se afirma na negação da condição de escravizado, na luta e resistência contra o sistema de exploração vigente. Por isso, são inúmeras as revoltas e rebeliões desde o primeiro momento da invasão europeia.

No caso do negro, com mais força no Brasil, mas também em outros países da América Latina, como a Colômbia, a negação se dá de várias maneiras, pelo trabalho, fuga, boicote e na constituição de organizações autônomas, formas de *aquilombamento*: uma primeira expressão da luta de classes. Era essa sua práxis negativa, portanto, a negação da negação da condição de humanidade que se dá pela revolta, pela rebelião, positivando uma outra forma de organização que se deu nos *mocambos* e nos *quilombos*, mas também nos *palenques* e pela *cimarronaje*, por exemplo. Dessa forma, na "[...] Colômbia, Haiti, Jamaica, Peru, Guianas, finalmente onde quer que a escravidão existisse, o negro *marron*, o quilombola, portanto, apareceria como sinal de rebeldia permanente contra o sistema que o escravizava." (MOURA, 2020, p. 21)

[12] Importante salientar que a escravidão no Brasil tem sua especificidade com relação ao resto da América Latina, sobretudo no que diz respeito à dinâmica dessa estrutura a partir do roubo e do deslocamento forçado de pessoas que vinham de diferentes regiões da África pelos europeus. A questão é que a escravidão dos negros no Brasil se estendeu por todo seu território, ao passo que em outros países como Colômbia e Peru ficou circunscrita a regiões específicas (MOURA, 2020a). Na Colômbia, concentrada nas zonas litorâneas, regiões costeiras com saídas para o Oceano Atlântico e Oceano Pacífico.

Essa rebeldia em forma de organização adquiriu algumas variações por toda a América Latina[13], mas representavam formas de ajuntamento, agrupamento, encontro e resistência coletiva como sinal de protesto e negação da dominação e exploração do escravismo colonial. Essas organizações se constituíam desde pequenos grupos formados por poucas pessoas, até estruturas mais complexas constituídas por vários agrupamentos e que possuíam uma articulada e refinada organização econômica, política, bélica, educacional, jurídica etc. Se produziam na própria reorganização do território e das relações, construindo outras formas de organizar a divisão do trabalho, a defesa do território, a comercialização de produção excedente, bem como o estabelecimento de alianças estratégicas e redes de comunicação. Em suma, se constituíam nesses espaços de negação uma outra ética da vida e das relações como alternativas reais frente às relações coloniais estabelecidas na época.

> Como podemos ver, a marronagem nos outros países ou a quilombagem no Brasil eram frutos das contradições estruturais do sistema escravista e refletiam, na sua dinâmica, em nível de conflito social, a negação desse sistema por parte dos oprimidos. (MOURA, 2020, p. 23)

Em todo o território americano dominado pelos espanhóis o ato de fuga e resistência para aquilombar-se era chamado de *cimarronaje*, similar definição para o processo de *aquilombamento* no Brasil. No Brasil e na Colômbia, os maiores símbolos dessas organizações coletivas são o *Quilombo dos Palmares* ou *República de Palmares* e o *Palenque de San Basílio*. *Palmares* é a maior das experiências da América Latina, com duração de cem anos e em certo momento chega a ter por volta de 20 mil habitantes; se conformou como uma organização que desestabilizou a estrutura escravocrata em sua região (MOURA, 2020), localizada onde hoje está o estado de Alagoas. *San Basílio*, experiência constituída no século XVII, possivelmente foi a primeira forma de aquilombamento das Américas, com uma estrutura complexa que chegou a dois mil habitantes e se localizou onde hoje está o departamento de Bolívar, próximo a cidade de Cartagena.

As diferentes experiências que conformam esse elemento negativo da dominação colonial escravista, perduram por todo o período colonial, nesse sentido, eram verdadeiras formas de agrupamento e organização constituídas, em muitos casos, não somente por negros

[13]"[...] os *palenques*, quilombos, *cumbes*, *marrons* e *mainels* se constituíam e reconstituíam nas franjas das *plantations*, minas e cidades. Só em Nueva Granada, entre os rios Cauca e Magdalena e ao redor de Cartagena, foram identificados mais de meia centena de *palenques* entre os séculos XVI e XVIII, dos quais os de San Basílio, La Ramada, Santa Cruz de Mazinga, Betancur, Uré, Matuderé e San Jacinto são os mais famosos. Em Minas Gerais (Brasil), havia pelo menos 166 quilombos entre 1711 e 1795. Ainda hoje há descendentes de *cimarrones* vivendo em enclaves no Caribe, América Central e América do Sul." (Florentino & Amantino, 2012, p.270)

escravizados, mas também por indígenas e outras pessoas marginalizadas pelo sistema colonial, é o caso de *Palmares*. Uma forma alternativa ao modelo colonial escravista, conformando a real possibilidade da liberdade em seus territórios, com controle próprio do trabalho, das relações econômicas e sociais, para Moura (2020), uma verdadeira experiência da democracia racial, tão falada e, ao mesmo tempo, inexistente na sociedade brasileira. Por isso, essas experiências eram tão perigosas e ameaçadoras para os colonizadores porque tensionavam criticamente com o modelo hegemônico a partir da construção de formas alternativas de vida.

Esse elemento negativo é totalmente deturpado e ideologicamente manipulado em favor da perpetuação das classes dominantes durante e pós escravidão e colonização. As classes dominantes latino-americanas dependiam do controle violento como instrumento de sufocamento da luta de classes, buscando reprimir qualquer tentativa subversiva ou contestatória que pudesse ameaçar seu controle, justamente porque essas revoltas e essa rebeldia eram também capazes de conformar novas formas políticas. É nesse ponto que também faz parte a ideologia que constitui a dominação, a criação da imagem do inimigo e o apagamento de sua história. Mas a outra história resiste nas pessoas e é sempre passada adiante.

O processo de contenção, dominação, sufocamento e apagamento dessas insurreições é violento e objetivo, se materializa em diversas formas de aniquilação e acompanha toda a história da América Latina, tendo o massacre e a violência como regra e não exceção. Essa regra se apresenta geralmente por meio da noção da violência do exemplo, uma explícita e pública apresentação das possíveis consequências da ousadia de "desafiar" a ordem. O objetivo é construir uma noção de impossibilidade da insurreição pela instauração medo e da violência.

Essa supressão também passa pelo campo ideológico, sendo necessária a construção de uma ideia do que é ser negro, por exemplo, justamente a partir do caráter pejorativo e degradante dessa rebeldia e das contestações. Essa construção tem o objetivo de produzir uma imagem depreciativa daquele sujeito que se revolta e ousa se contrapor a dominação, enquanto protagonista dessa insurreição. Quando exercem formas de contestação passiva a sua condição aparecem como preguiçosos, sem intelecto, incapazes; quando realizam contestações ativas são reduzidos a uma figura de violência, perigo, inimigo, animalesco ou bruto (SOUZA, 2023).Tudo isso conforma uma certa ideia que vai desde uma sub-humanidade passiva inferior até a figura animalesca do inimigo violento a ser combatido.

A esse sujeito e esses grupos está atribuído e é reforçado historicamente o papel de inferioridade e de passividade, em que esses devem cumprir as expectativas projetadas pelos condutores da ordem colonial capitalista vigente. Esse sujeito deve adaptar-se ao processo de

proletarização pós-escravismo, deve ser como o proletário europeu. Contudo, muitos não se adaptaram e não se submeteram a esse lugar reduzido e totalitário da existência, diante da real necessidade de existir, de negar esse modelo imposto e de construir outras formas de vida, se revoltaram, se rebelaram, revolucionaram, se organizaram e construíram também a história.

Indo para além da difícil e complexa organização coletiva, ações individuais e cotidianas também se faziam presentes como contraponto e negação da dominação. Muitas delas se davam no próprio trabalho, na negação da dominação por esse, nas formas de desobediência presentes desde o princípio ou pela recusa total de pessoas escravizadas ao trabalho forçado, em alguns casos, tendo até o suicídio como negação da dominação. Muitas outras formas de resistência foram sendo construídas no cotidiano da vida de diversos povos na preservação de costumes, da língua, elementos da cultura, relações ancestrais, distintas formas de enfrentamento na realidade concreta da vida que conformaram uma resistência objetiva a dominação. São expressões de um modo de vida crítico que, apesar da dominação violenta, está presente desde as manifestações artísticas sincréticas até pequenas ações concretas no cotidiano como constante prática de resistência e da negação da dominação e do apagamento da história.

Ao longo de séculos a negação da dominação colonial capitalista esteve presente, desde os primeiros dias da invasão europeia. Resistências armadas, revoltas, insurreições, rebeliões coletivas e organizações coletivas que surgem na América Latina desde a invasão até o período das independências formais por meio das quais se constitui a dialética da história latino-americana e os sujeitos dessa história. Diversas formas políticas de organização que tinham na potência coletiva a contestação, o enfrentamento à dominação da ordem colonial capitalista. Elaboramos uma lista das diferentes experiências que emergem nesse período, as quais foram coletadas ao longo da apropriação das referências que constituem este estudo (ANEXO 1).

2.1.1 Subsunção real e formal do trabalho ao capital na América Latina

Foi possível compreender alguns elementos que constituem o processo de formação do modo de produção capitalista e suas determinações para a configuração deste em sua particularidade latino-americana. Porém, precisamos avançar na definição desse processo, indo em direção à sua essência, aprofundando as determinações da relação capital-trabalho que forjam e sustentam a relação de exploração entre metrópole e colônia e que dão as bases de constituição para a relação desenvolvimento e subdesenvolvimento: a constituição da relação de subordinação das economias dependentes às economias centrais.

É na caracterização da configuração da relação capital-trabalho que vai desde os processos de acumulação primitiva baseada numa estrutura colonial até a conformação das independências formais das nações latino-americanas que conseguiremos compreender melhor à essência dessa relação de exploração baseada na divisão internacional do trabalho. É essa relação de exploração e de controle do trabalho que edifica os processos citados anteriormente, desde a subordinação da estrutura colonial até a inauguração das economias dependentes.

A partir deste ponto iniciamos a discussão pautada em categorias que nos auxiliam a compreender o que sustenta esse processo descrito anteriormente, a passagem do escravismo colonial, da hegemonia do trabalho escravo para o trabalho assalariado, para tal, devemos colocar a discussão a partir da categoria trabalho.

As contribuições de Traspadini (2016) nos auxiliam a compreender melhor as relações expostas anteriormente entre acumulação capitalista, colonização e a configuração do trabalho que sustenta esse processo. A chave de compreensão está na leitura da autora a partir das definições de Marx (2022) das categorias subsunção formal e subsunção real para compreender a essência da relação de cooperação antagônica entre colônia e metrópole e, portanto, a origem da relação desenvolvimento-subdesenvolvimento como relação intrínseca e de subordinação.

Para Marx (2022) a subsunção formal é o processo necessário à transição para o modo de produção capitalista, uma subordinação direta dos processos de trabalho já existentes ao capital. Dessa forma, a subsunção formal é a apropriação de processos de trabalho já dados historicamente em outros modos de produção - como agricultura ou trabalho artesanal em corporações de ofício -, mas que a partir da consolidação do modo de produção capitalista, passam a estar subordinados exclusivamente ao processo de autovalorização do capital, que tem como base as necessidades de obtenção de mais-valor (absoluto) pelo capitalista e venda da força de trabalho pelo trabalhador.

Já a subsunção real é uma forma histórica que se desenvolve posteriormente ao processo de subsunção formal, já que tem como necessidade a consolidação deste segundo para seu desenvolvimento. Isso porque o próprio modo de produção capitalista vai se transformando com as inovações tecnológicas produzidas pelos avanços do conhecimento científico, permitindo que esse modo de produção se revolucione constantemente. Uma dessas mudanças substantivas é a introdução de máquinas no processo produtivo que modifica as relações de produção, as quais se dão tanto no aumento da produtividade quanto na mudança das relações entre capitalista e trabalhador.

É por essa razão que a relação que está na base do movimento desse modo de produção também se transforma devido ao avanço das forças produtivas, sendo assim, Marx (2022) aponta para o aparecimento da subsunção real do trabalho ao capital. Diferentemente da forma anterior, a subsunção real está atrelada as formas em que se desenvolvem mais-valor relativo.

As duas formas de subsunção do trabalho ao capital produzem formas distintas de apropriação do trabalho excedente: a subsunção formal está relacionada a produção de mais-valor absoluto e a subsunção real ao mais-valor relativo. Portanto, "[...] como a produção de mais-valor absoluto é a expressão material da subsunção formal do trabalho ao capital, a produção de mais-valor relativo pode ser considerada expressão da subsunção real do trabalho ao capital." (MARX, 2022, p. 93).

O mais-valor absoluto está atrelado a subsunção formal e seu aumento se dá via aumento da jornada de trabalho sem compensação na remuneração dos trabalhadores. Nesse sentido, dentro do processo de trabalho é possível produzir mais produtos porque se aumenta o tempo de jornada de trabalho por meio de sua prolongação, o que não significa um aumento na remuneração dos trabalhadores.

Já o mais-valor relativo é a manifestação da subsunção real e seu aumento se produz por meio dos impactos dos avanços tecnológicos científicos na capacidade produtiva que consequentemente geram um processo de intensificação do trabalho. Seu aumento se dá no crescimento do tempo de trabalho excedente (produtor de mais-valor) por meio do aumento da intensidade do trabalho, ou seja, é possível produzir mais produtos durante a jornada de trabalho, novamente, sem que esse processo acompanhe um crescimento no poder de compra do trabalhador.

O mais-valor absoluto sempre precede o relativo e são duas expressões da necessidade da subsunção do trabalho ao capital no modo de produção capitalista. A subsunção formal e o mais-valor absoluto são bases de construção para a subsunção real e o mais-valor relativo.

Apresentada essa diferença necessária, retomamos o argumento para apontar que, na América Latina, a manutenção da subsunção formal e da apropriação do trabalho excedente na forma de mais-valor absoluto serve ao impulsionamento do capitalismo central europeu em seu processo necessário de transição da subsunção formal para a subsunção real e, portanto, do mais-valor absoluto para o mais-valor relativo. Conforme aponta Marini (2022, p. 175):

> [...] a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial de desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do

> trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista [...]

Traspadini (2016) defende a tese de que uma característica fundante do capitalismo latino-americano é a permanência da subsunção formal do trabalho enquanto condição necessária para que se consolidasse a transição nos centros europeus capitalistas da subsunção formal para a subsunção real. Portanto, essa transição para a subsunção real no capitalismo central é consequência histórica do movimento do capital a nível mundial, que tem como necessidade intrínseca, como motor, a conformação e manutenção da subsunção formal nas economia periféricas.

Dessa forma, outro elemento fundamental para compreender esta etapa de desenvolvimento e a configuração do trabalho como sustentação desse processo é apontar a centralidade da questão da terra na constituição do capitalismo latino-americano que se forja a partir dessa relação de subordinação e sustenta essa condição de dependência. A forma trabalho que estamos definindo nesta época se dava majoritariamente por meio da atuação vinculada a terra, sobretudo na agricultura. “A terra e o trabalho na América Latina, condicionados pela produção originária da forma valor, exprimem um conteúdo particular à categoria trabalho no continente e à subsunção formal.” (TRASPADINI, 2016, p. 162)

A configuração que subsidia essa centralidade é construída desde a invasão, entretanto, está presente uma necessidade de um aumento exponencial da produção agrícola para a consolidação do processo de industrialização e, portanto, do processo de transição para a subsunção real no capitalismo europeu. É necessidade do desenvolvimento industrial europeu uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, isso porque existe uma migração de trabalhadores que antes cultivavam suas terras, produziam alimentos e em determinado momento passam a se deslocar (obrigatoriamente pelo processo de proletarização) para as cidades a trabalhar em fábricas. Esse movimento requer que a produção agrícola venha de algum lugar tendo em vista que não poderia acontecer no próprio centro capitalista. Os países latino-americanos passam a exportar bens primários, sobretudo alimentos, em troca de bens manufaturados de consumo ou de um processo de endividamento.

Porém, a contribuição obrigatória e imposta das economias latino-americanas para o desenvolvimento do capitalismo central não se encerra na produção e exportação de alimentos necessários para o processo de industrialização europeu. Com a aceleração dos processos de proletarização na Europa e os aumentos da classe trabalhadora operária urbana e de sua

produtividade, cresce também a necessidade de matéria-prima. O grau de matéria-prima é sempre maior quando se aumenta a exploração ou a produtividade do trabalho. Nesse sentido, também está presente a formação de um mercado de matérias-primas industriais, inclusive com transferência de capital para a produção de matéria-prima a ser exportada para a indústria europeia (MARINI, 2022).

Nesse momento histórico, por meio da produção latino-americana é possível proporcionar um aumento exponencial na oferta que contribui tanto para a redução do valor da força de trabalho quanto para o incremento da produtividade nesse centro, dessa forma, temos então a combinação para o aumento da taxa de mais-valor relativa presente nesse processo. Entretanto, as condições do trabalho na América Latina permanecem em uma mesma estrutura nesse período.

Essa dinâmica que sustenta a manutenção da subsunção formal do trabalho nas economias latino-americanas persiste ao longo do desenvolvimento do capitalismo latino-americano, na constituição de nações formalmente independentes no continente a partir do início do século XIX. Algumas de suas expressões ao longo do processo histórico são a superexploração da força de trabalho e a cisão dos movimentos de realização do capital entre produção e circulação. Veremos mais adiante essas categorias que expressam condições estruturantes para a compreensão dessa particularidade. Por agora, em síntese:

> [...] nas economias coloniais, por sua peculiaridade subalterna e submissa aos mandos das metrópoles, a subsunção formal do trabalho vinculado à terra, tende a gestar um mesmo movimento que, após as independências, reforça o caráter desigual e combinado: a lógica de produção de valor centrada no trabalho escravo do africano e do sujeito originário compõe o sentido histórico-social (de conformação do capitalismo em geral e do capitalismo dependente em particular) da superexploração da força de trabalho na periferia e da exploração da força de trabalho nos centros. (TRASPADINI, 2016, p.161)

O monopólio do comércio e da terra (por meio do trabalho do índio ou do negro escravizado) permite a extração de riqueza e a criação das bases para a consolidação da exploração (trabalho assalariado livre). Mas quem é esse trabalhador que se forja no processo das colônias para as economias dependentes?

José Carlos Mariátegui, importante marxista peruano e uma das referências fundamentais para pensar um marxismo latino-americano e para a América Latina, é pioneiro na articulação da indissociabilidade entre a questão indígena, de classe e a particularidade do modo de produção capitalista neste contexto. Na América Latina, para além das lutas operárias tradicionais do proletariado europeu, é preciso compreender os processos históricos de levantes

camponeses, trabalhadores, indígenas, negros, mineiros e um proletariado incipiente a partir de determinado momento. O pensador peruano expressa em sua obra essa multiplicidade constituída na dialética da história de lutas dos movimentos latino-americanos, cotejando a memória histórica do continente com o pensamento crítico a ordem capitalista.

Clóvis Moura, novamente, é outro autor fundamental nessa articulação, que apesar de não ter como objeto central de análise na maioria de suas obras a América Latina, traz contribuições imprescindíveis para pensarmos o Brasil, o processo histórico do país a contrapelo e a necessidade de articulação entre raça e classe para compreender a classe trabalhadora do Brasil e a nossa própria história como nação.

Esses dois autores latino-americanos, muito invisibilizados no pensamento social do continente, são fundamentais para reafirmarmos a imprescindibilidade da articulação entre classe e raça para compreender a classe trabalhadora e a luta de classes na América Latina. Não é possível compreender a particularidade do capitalismo latino-americano ou as suas formas políticas históricas de negação sem compreender a real articulação nas mediações em que a configuração do trabalho se constitui nas quais as determinações raciais são parte indissociável e determinante desde a estrutura colonial até as economias dependentes.

A partir disso, Moura (2020*b*) nos auxilia na diferenciação que explicita a transição do período entre escravismo pleno e escravismo tardio. O escravismo pleno se inicia com o início da colonização e escravidão no Brasil e vai até 1850, se conformando a partir da dinâmica do modo de produção escravista. Nesse período, o trabalho escravo sustentava a produção de produtos majoritariamente para exportação para a metrópole, a qual detinha o monopólio comercial desses, em que a forma de propriedade fundamental e hegemônica se dava no latifúndio. A economia da colônia era totalmente subordinada, impossibilitando qualquer tipo de acumulação que pudesse significar a possibilidade da passagem do escravismo para uma economia não dependente. O controle repressor era extremamente violento e as revoltas dos escravizados se davam de maneira autônoma e sozinha. Essa dinâmica permitiu o controle do trabalho voltado para a produção destinada ao mercado externo e o sufocamento das constantes revoltas ou descontentamentos.

Entretanto, em determinado momento se inicia um processo que o autor denomina como *modernização sem mudança social*, o que muda a dinâmica do próprio sistema escravista e sua negação. Inaugura-se nesse processo o modelo dependente, na consolidação de estruturas capitalistas assentadas sob o escravismo. A conformação do período do capitalismo tardio se inicia a partir desses marcos, com a massiva e progressiva entrada de capital estrangeiro em que

convivem relações capitalistas e escravistas concomitantemente, nesse sentido, com a convivência entre trabalho assalariado e escravo em diferentes cenários e regiões. Além disso, se institui uma legislação protetora que substitui a anterior e a luta dos escravizados adquire um caráter mais passivo em comparação a radicalidade das insurgências anteriores.

Partirmos do diálogo da autora Cristiane Souza (2023) com essas referências, em sua definição do racismo como um organizador das relações de produção no capitalismo dependente desde a sua fundação, além disso, essa relação cumpre um papel central no processo de transição da colonização para uma economia dependente. Isso porque a racialização das relações sociais presentes desde a colonização é fundante das relações de dependência que tem um eixo fundamental no trabalho, ao mesmo tempo, também constituem todas as relações sociais.

> A racialização das relações sociais, constituída ao longo de todo o processo colonial escravista e em suas contradições fundamentais, torna-se fundante da dialética da dependência. É um elemento organizador das relações de produção de mais-valia, à medida que a divisão social do trabalho, no capitalismo dependente, é largamente estruturada também a partir da hierarquização racial e étnica. Nesse sentido, negros e indígenas ocupam a larga franja marginal de expropriados que assume, sob a condição dependente da economia latino-americana, proporções exponenciais e sempre em crescimento, dada a dinâmica de permanente expulsão da força de trabalho do processo produtivo. (SOUZA,2023, p. 21)

Ainda segundo Souza (2020; 2023) a transição do sistema escravista colonial para o trabalho assalariado na América Latina é demarcado por dois elementos. Em primeiro lugar está presente a combinação entre a expropriação das condições de produção e reprodução da vida de forma autônoma com a imposição da negação da humanidade, sendo assim, esses dois fatores estruturantes do escravismo colonial constituem as bases para a conformação do trabalho assalariado e a constituição da classe trabalhadora submetida ao controle do capital. O segundo elemento se dá por meio do caráter dependente e subordinado que se configura como subdesenvolvimento dessas economias e em seu caráter agroexportador, portanto, constituindo a impossibilidade de absorção em seus processos produtivos da grande quantidade da força de trabalho.

O processo de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado realizado com o apoio e implementação dos Estados nacionais se deu por meio da exclusão dos trabalhadores racializados dos processos produtivos, relegando a esses as piores atividades laborais possíveis, mesmo que durante a vigência do trabalho escravo essas pessoas realizassem as mais complexas atividades laborais de todo o tipo, inclusive sendo responsáveis por inovações tecnológicas nesses processos, as quais eram apropriadas pelos colonizadores.

Tomando como exemplo o Brasil, ao mesmo tempo em que se realiza uma transição do trabalho escravo para a consolidação do trabalho "livre" assalariado, por meio da Lei de Terras de 1850, se nega o direito a terra para os novos trabalhadores. Ou seja, as pessoas que estavam em condições de trabalho escravo, estariam supostamente livres, entretanto, não eram incluídas de nenhuma forma no processo produtivo e sequer tinham legalmente garantido o direito de comprar terras, não tinham direito a propriedade privada da terra.

> A enorme oferta de força de trabalho é a tônica do desenvolvimento dependente e expressa as possibilidades da superexploração. Esta é a condição que demarca o curso da história do trabalho e da classe trabalhadora no pós-abolição: majoritariamente, trabalhadores negros e negras deixam de ocupar o centro da atividade produtiva que lhes fora imposto pela escravidão e passam a ocupar as margens da produção e, portanto, da participação na sociedade regida pela forma mercadoria. (SOUZA, 2023, p.23)

Nesse trecho a autora dialoga diretamente com Clóvis Moura sobre o processo histórico brasileiro e a constituição da classe trabalhadora no Brasil pós-abolição. Entretanto, quando fala da enorme oferta de força de trabalho que deixa de ocupar o centro da atividade produtiva na transição para o trabalho "livre" assalariado podemos traçar um ponto comum às outras economias latino-americanas, sobretudo com aquelas que possuem maioria de povos originários ou qualquer parcela considerável da população com essa característica. A realidade brasileira é singular e por isso guarda um desenvolvimento próprio, principalmente pela subsequente onda de imigração europeia como projeto de branqueamento da classe trabalhadora e da sociedade brasileira como um todo. É a própria perpetuação e, ao mesmo tempo, a atualização da *branquitude* como verniz ideológico da exploração capitalista nesse período. Isso constitui esse projeto lucrativo eugenista que serve às classes dominantes da época, construindo a imagem do trabalhador europeu branco, naturalmente superior, como mão de obra mais qualificada do que as pessoas escravizadas recém-libertas, um projeto do Estado que passa a importar mão de obra europeia para negar o direito dos escravizados ao assim denominado "trabalho livre".

Contudo, a criação de um grande contingente de despossuídos, deixados à margem da constituição do trabalho assalariado, tendo como componente imprescindível a questão racial está presente em outras economias latino-americanas e, por exemplo, conforme objeto desta pesquisa, esse processo tem pontos em comum nas realidades brasileira e colombiana[14]. Esses são

[14] Uma aproximação desse debate pode ser feita a partir de Ribeiro (2021).

> [...] processos comuns da sua condição latino-americana, instituídos pela invasão colonial e pelo escravismo, os quais se dinamizam, a partir desse núcleo fundante, de distintas maneiras em cada território. Nisso, a racialização das relações sociais, com a criação de identidades sociais e raciais atravessadas pela dominação ideológica, estabeleceu a classificação e a alocação dos indivíduos nos processos de trabalho e nas relações sociais, frente aos quais tanto africanos e afrodescendentes como os povos originários, nos distintos países da América Latina e Caribe, serão submetidos. E, vale frisar, submissão que tem um sentido econômico, inerente à dinâmica da acumulação do capital nestes trópicos, a qual só pode existir exacerbando a chamada Lei Geral da acumulação capitalista, radicalizando o antagonismo entre a produção da riqueza e a expansão da miséria, próprio da sociedade burguesa [...] (SOUZA, 2023, p.25-26).

Mais adiante, veremos como nesse período também se gestam e produzem diversas formas de enfrentamento e organização coletiva diante dessa negação da existência. Além disso, a transição da colônia para o processo de independência formal das nações latino-americanas é marcado por uma contradição. No final desse período se constituíram pelos territórios diferentes lutas para a conquista e consolidação da independência das nações, entretanto, essa tão sonhada independência e até projetada no sonho de Bolívar uma nação latino-americana, na verdade se conformou como uma independência apenas formal. Nesse sentido, o marco da independência formal e da conformação das primeiras repúblicas é também o início da condição de dependência que marca a constituição política e econômica que se transforma e se atualiza até o momento atual.

2.2 A América Latina e a questão da dependência

Apresentamos até o momento o argumento de que a gênese e a consolidação do modo de produção capitalista no seu caráter colonial e no desenvolvimento das economias latino-americanas pós-independências formais se dão por meio da subordinação aos interesses e necessidades do desenvolvimento do capitalismo central. Ao nosso ver essa formação indica também a constituição de um modelo dependente, que vai se transformando e se complexificando, inclusive, como necessidade da manutenção dessa estrutura e dinâmica em seu caráter de desenvolvimento desigual e combinado.

Afirmamos que não existe uma identidade entre a configuração colonial e o desenvolvimento posterior do caráter das economias latino-americanas. Está presente uma originalidade do fenômeno, mas que se desdobra e se transforma em seu caráter progressivo, ou seja, existe uma mudança de qualidade ao longo do processo histórico. Marini (1973) 2022 em seu célebre texto *A dialética da dependência* de 1973 aponta para essa mudança qualitativa do fenômeno nas características da situação colonial e do desenvolvimento da dependência, entendendo que esses processos estão relacionados. É preciso aprofundar e compreender

melhor como se constroem esses argumentos em sua fundamentação, contexto histórico e construção crítica e como esses se desenvolvem ao longo das leituras mais recentes acerca dos fenômenos. Abordaremos a questão da dependência como sendo um debate fundamental para compreender o desenvolvimento do capitalismo na América Latina, uma mediação necessária entre os processos de colonização e a consolidação do neoliberalismo.

É importante salientar que nesse contexto histórico do pós-guerra a questão do desenvolvimento era central, todos os debates econômicos e políticos passavam por esse debate. O pensamento desse momento se voltava para compreender como era possível desenvolver essas nações para chegar ao patamar de desenvolvimento das nações centrais do capitalismo e como solucionar as questões nacionais do período.

A partir do trabalho de Amaral (2012), Traspadini (2020) e Katz (2022) podemos compreender que as diferentes vertentes da dependência no Brasil e na América Latina surgem a partir da década de 1960 como contraponto e como crítica às diferentes expressões históricas do desenvolvimentismo, mais fortemente atrelada neste período a uma crítica ao modelo de substituição de importações, a principal manifestação do pensamento desenvolvimentista da época. A partir disso, as diferentes expressões do desenvolvimentismo se fundamentam na ideia de que as condições estruturais de dependência ou subdesenvolvimento das economias periféricas se dariam por uma falta de desenvolvimento ou porque estas nações estariam em uma etapa/nível inferior e insuficiente de desenvolvimento capitalista. O problema seria a "falta" de capitalismo suficiente. Essa concepção do desenvolvimento capitalista como algo *continuum* se expressa desde a teoria do institucionalismo rostowiano, bem como em diferentes teorias econômicas que trazem críticas a essas teorias mas que seguem reproduzindo noções desenvolvimentistas, sendo uma de suas expressões a concepção cepalina[15] de desenvolvimento, produzindo avanços com relação às noções anteriores, mas ainda embasada na noção de desenvolvimento *continuum*. Segundo essa vertente seria possível um desenvolvimento capitalista na periferia do sistema mediante a aplicação de determinado conjunto de políticas e medidas econômicas adequadas.

De alguma forma, todas as vertentes da dependência que emergem a partir da segunda metade do século XX, com mais força na década de 1960, trazem críticas a essas construções

[15] O conjunto de formulações que compõe a visão cepalina recebe esse nome por estar atrelada a um grupo de pesquisadores fundadores e vinculados a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), fundada como um "braço" das Nações Unidas na região e que teria o objetivo de pensar estratégias para o seu desenvolvimento econômico, intercâmbio interno e externo. As ideias *cepalinas* passam a ter força a partir da década de 1940 no Brasil e a comissão existe até os dias atuais.

teóricas do desenvolvimentismo e apresentam a dependência como uma condição estrutural, conforme coloca Amaral (2012, p. 32) ao afirmar que:

> [...] o modo de produção capitalista é intrinsecamente desigual e excludente e que desenvolvimento e subdesenvolvimento são fenômenos antagônicos - por se tratarem de situações distintas dentro de uma mesma lógica de acumulação - e, ao mesmo tempo, complementares. Isto se justifica pelo fato de que a lógica mundial de acumulação capitalista possui características que produzem o desenvolvimento de determinadas economias na mesma medida em que produzem o subdesenvolvimento de outras.

Entretanto, por mais que partam da crítica a determinadas noções desenvolvimentistas, as diferentes versões da dependência fazem sua interpretação a partir de referências distintas, discutindo implicações e consequências também distintas e, por fim, apontando para possibilidades de desenvolvimento e de transformação desse processo radicalmente diferentes. Dessa forma, existe um tensionamento entre as próprias compreensões do que é a dependência e como superá-la.

A versão weberiana da dependência representada pelas formulações de *Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto* (em que podemos incluir também *José Serra*) apresenta a tese principal do desenvolvimento dependente-associado em que o desenvolvimento na periferia dependente estaria condicionado as inter-relações internas e as ações dos atores políticos em cada país, sendo necessário aproveitar as oportunidades de crescimento na mudança de vinculação da economia periférica ao mercado mundial. Essa mudança de vinculação e a garantia do crescimento econômico estariam atreladas a necessidade da associação da burguesia nacional com o capital externo cedendo setores estratégicos da economia para as multinacionais. Essa condição poderia ser disfuncional ou compatível com o desenvolvimento, isso dependeria das alianças políticas estabelecidas por cada país internamente e externamente, o que determinaria o próprio desenvolvimento.

É também na construção da crítica a essa definição de dependência e ao modelo cepalino que se funda o que posteriormente foi denominada como *Teoria Marxista da Dependência (TMD),* centrada naquele momento nas figuras de *Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra* e *Theotônio dos Santos*.[16]. Esse tensionamento crítico se produziu por uma série de discordâncias e contradições nas formulações da versão weberiana, dentre elas, a afirmação de que a aliança

[16] Alertamos para o fato de que o que denominamos como TMD não deve ser entendido como algo homogêneo e uniforme, tendo em vista que entre os próprios autores e autoras da TMD não existe um consenso total sobre todos os aspectos dessa teoria. Portanto, a TMD tem suas base teórico-metodológica e sua perspectiva crítica, mas não se apresenta por meio de uma uniformidade total entre os seus construtores e construtoras em seu processo de desenvolvimento e discussão.

das burguesias nacionais com o capital externo, por meio da abertura e desregulamentação dos mercados, seria a única forma de dinamizar essas economias e garantir algum nível desenvolvimento, mesmo com a produção de concentração e exclusão.

A TMD se constrói no tensionamento crítico com diferentes expressões do desenvolvimentismo, bem como com algumas vertentes da dependência. Contudo, não teve o mesmo prestígio e visibilidade em comparação com a versão weberiana, por exemplo. Algumas diferenças entre essas versões ficam explícitas nesse processo de enaltecimento de uma visão e apagamento da outra. A invisibilidade foi fruto de um processo de apagamento sistemático da TMD que se objetivou tanto pela perseguição da ditadura militar brasileira às ideias marxistas e, consequentemente, ao pensamento dos percursores da TMD[17]; quanto pela hegemonia de um pensamento que não propunha a superação do modo de produção capitalista. Essas condições somadas eram propícias para o destaque da crítica antimarxista mais palatável da versão weberiana e que, portanto, produziram não somente a invisibilidade da TMD, mas também de todo um conjunto de pensadores e pensadoras que de alguma forma produziam uma crítica mais radical dentro da esquerda brasileira, como foi o caso de Clóvis Moura, Jacob Gorender, Lélia González, entre outros (TRASPADINI, 2020).

Compreender o caráter histórico da construção da TMD também nos ajuda a compreender mais um pilar que diferencia essa perspectiva das outras vertentes da dependência: a radicalidade de sua crítica. Em síntese, (TRASPADINI, 2020, p.384):

> [...] o contexto histórico violento da ditadura, somado às teses hegemônicas de explicação da formação econômica do Brasil irradiadas a partir de São Paulo e às teses desenvolvimentistas-reformistas irradiadas pelo Partido Comunista, conformaram um cenário propício para a invisibilidade e o desconhecimento concreto de grandes personagens em cena na nascente formação intelectual brasileira centrada no debate do desenvolvimento na década de 1960. Para uns, sinônimo de desigual e combinado (vertente marxista) para outros (subdesenvolvimento com possibilidades de correções rumo ao desenvolvimento – cepalinos e estruturalistas)

Portanto, entendemos que reivindicar o pensamento da TMD a partir de sua radicalidade de interpretação da realidade e perspectiva de transformação é uma das chaves fundamentais de compreensão da particularidade do capitalismo latino-americano e do debate presente na segunda metade do século XX. Contudo, não estamos afirmando que essa perspectiva deve ser

[17] Grande parte da obra produzida por Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos foi realizada enquanto estavam na condição de exilados políticos em razão da perseguição sofrida por eles não só partindo do regime ditatorial brasileiro, mas também de outras ditaduras sul-americanas, tomando como exemplo o caso de Marini que teve de se exilar no Chile e no México como consequência das perseguições. Isso faz com que uma parte considerável das contribuições desses autores sejam publicadas em espanhol e também cheguem tardiamente ao Brasil.

a única forma de compreender essa particularidade, muito menos que a própria compreensão da fase atual do capitalismo latino-americano se encerra nas contribuições dos pioneiros da TMD. Contudo, essa é uma contribuição imprescindível para a definição das determinações que constituem a estrutura e o desenvolvimento do modo de produção capitalista e a configuração do trabalho na América Latina.

2.2.1 A teoria marxista da dependência

A discussão que expusemos acima está longe de encerrar o debate sobre as diferentes versões e interpretações da dependência, contudo, o tensionamento crítico apresentado marca o posicionamento da TMD em seus pressupostos teórico-metodológicos e sua perspectiva de transformação inseridos no debate da época. Além disso, o debate ou a própria definição de dependência não se inicia exatamente na segunda metade do século XX, está presente na formulação de autores e autoras que buscavam de alguma maneira compreender o caráter desigual e combinado do desenvolvimento do capitalismo a nível mundial em seu movimento naquele momento. Na América Latina, essa compreensão se inicia a partir da necessidade de compreender o real caráter das independências formais das ex-colônias, buscando entender até que ponto essas nações eram realmente independentes e livres.

Em outra perspectiva, vinculados ao materialismo histórico e dialético e com importantes contribuições para a construção do pensamento marxista, *Vladimir Ilitch Lênin e Rosa Luxemburgo* foram dois pensadores que teorizaram sobre a categoria *imperialismo*. Não falaram exatamente da dependência a partir dos marcos da discussão mais contemporânea, tendo em vista que esse debate surge na América Latina no século XIX e toma a forma exposta anteriormente a partir da segunda metade do século XX. Nesse sentido, os autores do imperialismo não se debruçaram sobre o continente latino-americano para definir as condições e características de seu desenvolvimento. Entretanto, em algumas de suas obras, Lênin busca compreender o capitalismo da Rússia a partir de sua constituição na periferia do sistema, ou seja, o faz a partir da referência de uma certa particularidade de desenvolvimento do capitalismo nesta região que discute.

No âmbito da *3ª Internacional* Lênin começa a pensar o desenvolvimento capitalista na periferia do sistema, mas o faz a partir do processo russo e em perspectiva da experiência soviética. A questão é que a suas contribuições e de outros teóricos do imperialismo não se propuseram e, por isso, não alcançaram as determinações do desenvolvimento concreto do processo de outras regiões do mundo, além disso, suas contribuições dizem de um movimento

e um contexto específico e necessitam de avanços a partir das determinações do movimento atual. Entretanto, é imprescindível destacar a influência que o pensamento *leniniano* do *imperialismo* teve na própria constituição das noções apresentadas pela TMD.

Sendo assim, a particularidade do desenvolvimento capitalista na América Latina está longe de ser alcançada em sua completude apenas a partir da teoria do imperialismo de Lênin, apesar de ser uma contribuição fundamental para entender o desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista em sua totalidade. Por isso, a TMD é uma das contribuições fundamentais para a compreensão da gênese e desenvolvimento do capitalismo *sui generis* latino-americano. Portanto, seguiremos apresentando a definição de dependência formulada por contribuições que compõe originalmente a formação desta corrente, mas também outras que reivindicam essa interpretação e que de alguma forma buscam contribuir para os avanços da TMD no Brasil e na América Latina.

Conforme exposto anteriormente, a integração forçosa da América Latina ao mercado mundial e aos processos de acumulação de capital a nível internacional se inicia na colonização e é necessária tanto para a constituição da economia capitalista mundial quanto para seu desenvolvimento posterior, sobretudo na consolidação do desenvolvimento industrial do capitalismo europeu. Por isso, a revolução industrial e o desenvolvimento das economias centrais capitalistas só foram possíveis pelo processo de acumulação primitiva de capital, mas também pela transformação desse processo, sua mudança qualitativa, na condição de dependência que se configura a partir das independências formais das antigas colônias. Essa noção é fundamental para compreender a compreensão de dependência da TMD.

> É a partir desse momento que as relações da América Latina com os seus centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, 2022, p.171)

Portanto, a dependência se constitui na relação de subordinação das economias periféricas às economias centrais do capitalismo mesmo com a independência formal dessas nações. Os marcos da dependência se estabelecem na necessidade de subordinação das relações de produção dessas nações periféricas para o desenvolvimento das nações centrais (como dinâmica da totalidade do movimento do capitalismo). Esse processo é dinâmico e as relações de produção são constantemente recriadas e transformadas para atender as necessidades de reprodução dessa condição de subordinação e dependência.

Carcanholo (2013) aponta que para compreender a noção de dependência é fundamental entender a relação entre centro e periferia do capitalismo mundial como elementos contraditórios de uma mesma unidade dialética. Para a constituição e processualidade da totalidade do capitalismo mundial se estabelece uma relação de subordinação em que a situação de uma economia está condicionada ao desenvolvimento de outras economias centrais. De maneira contraditória e dialética, as economias centrais se desenvolvem a partir de uma relação de subordinação de outras economias às suas necessidades. O autor alerta para uma questão fundamental na leitura desse fenômeno: não se trata de estabelecer uma visão moralista na ideia da exploração de uma nação sobre outra, mas entender a dinâmica do capital em sua necessidade de desenvolvimento desigual e combinado.

Outra leitura fundamental é apresentada por Traspadini (2016) na afirmação de que a dependência é algo estrutural e não circunstancial ou conjuntural, ademais, explicita o caráter subordinado dessas economias, evidenciando as especificidades das formas de exploração e de acumulação. Por ser uma condição estrutural, a dependência é uma característica inerente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista em sua totalidade. A essência do capitalismo dependente se caracteriza tanto na relação externa da inserção na divisão internacional do trabalho, quanto na produção interna de mecanismos particulares que buscam compensar esta condição na periferia, dentre elas a superexploração.

Amaral (2012) também define o caráter desigual das relações de produção na divisão internacional do trabalho, tendo em vista que o desenvolvimento de determinadas partes se dá por meio do subdesenvolvimento de outras. Existe um controle por parte das economias dominantes na dinâmica do mercado mundial e também está presente a condição estrutural da transferência dos excedentes gerados nas economias dependentes para essas economias centrais, seja na forma de lucros ou de juros, o que diminui a autonomia das economias periféricas. Outro ponto fundamental é que do ponto de vista das economias periféricas e dependentes a produção do excedente não se dá majoritariamente pelo avanço tecnológico e das forças produtivas, mas pela superexploração. Além disso, esse excedente das economias dependentes é dividido entre forças internas e externas.

A dependência se dá na relação subordinada entre as economias periféricas e as centrais e constitui as determinações específicas do capitalismo latino-americano, definindo sua particularidade na relação com o movimento da totalidade do sistema do capital. Portanto, está configurada uma relação desigual e de subordinação das economias periféricas na relação com as economias centrais do capitalismo, a qual se assenta sobre a transferência de valor das nações

periféricas para as centrais que opera sob os mecanismos da troca desigual e tem como consequência a superexploração da força de trabalho como forma de contrarrestar esse processo.

Nas relações entre centro-periferia existe uma diferença estrutural que se expressa na desigualdade do desenvolvimento das forças produtivas entre as economias dependentes e dominantes. Nas economias dependentes predomina um caráter agroexportador de bens primários para os centros industrializados onde está presente a capacidade de produzir bens de consumo que requerem processos mais complexos de produção e industrialização. Segundo Marini (2022) está presente um intercâmbio de classes de mercadorias distintas, em que uma produz bens manufaturados e a outra não tem a mesma capacidade de produzir esses bens e, por isso, tem de comprá-los de algum lugar. Aquela economia que detém a capacidade de produzir determinadas mercadorias (e geralmente também o monopólio) vende essas acima de seu valor (que é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário a produção da mercadoria). Diante de sua necessidade, as economias periféricas compram essas mercadorias pagando um valor maior do que o valor determinado, mesmo que essas mercadorias tenham um custo de produção mais baixo para quem as produziu. Esse é o mecanismo de troca desigual, uma compensação no âmbito das relações internacionais de mercado baseados na condição das forças produtivas (historicamente determinadas) e no monopólio.

Portanto, a transferência de valor se dá a partir do mecanismo de troca desigual em que parte do trabalho excedente, de mais-valor produzido nas economias periféricas, é transferida de forma privada para as economias centrais. A transferência de valor é uma transferência de mais-valor. As economias dependentes seguem expandindo suas exportações a preços compensadores para os países industriais e mantêm seu atrativo para os capitais externos.

Nesse momento se apresenta um problema para as nações dependentes e o seu desenvolvimento capitalista porque existe uma transferência de valor para as economias centrais, a qual precisa ser compensada de alguma maneira internamente. Para compensar essa perda é preciso aumentar o trabalho excedente, o mais-valor. Essa “correção” não é feita por meio do aumento da capacidade produtiva, dessa forma, se realiza internamente um aumento do mais-valor pela intensificação da exploração do trabalho: a superexploração da força de trabalho. É por isso que essa relação de acumulação para as economias latino-americanas se configura como violenta exploração da força de trabalho para contrarrestar os processos de transferência de valor. O único modo de as economias dependentes periféricas garantirem sua

dinâmica interna de acumulação de capital é por meio do aumento da extração de mais-valor, que se configura como superexploração da força de trabalho.

> Cada uma destas formas de dependência corresponde a uma situação que condiciona não somente as relações internacionais desses países, mas também suas estruturas internas: a orientação da produção, as formas de acumulação de capital, a reprodução da economia e, simultaneamente, sua estrutura social e política [...] a dinâmica do intercâmbio desigual culmina em superexploração e não em estruturas capazes de romper com os mecanismos de transferência de valor, e isto implica necessariamente uma distribuição regressiva de renda e riqueza, como todos os agravantes sociais já conhecidos deste processo. (AMARAL, 2012, p.44)

Os mecanismos de transferência de valor tem como consequência intrínseca nas economias periféricas a constituição e manutenção da superexploração da força de trabalho. Nesse sentido, a superexploração da força do trabalho é categoria imprescindível para compreender a particularidade do capitalismo *sui generis* latino-americano e a própria especificidade dos mecanismos de exploração e de extração de mais-valor. Portanto, para compreender o caráter dependente do capitalismo latino-americano e suas consequências é necessário compreender a superexploração da força de trabalho tal qual essa se configura e se expressa nessa realidade. Abordaremos as determinações e formas que assume a superexploração a seguir, inclusive porque suas consequências transcendem o plano da análise econômica e devem ser feitas a partir de diferentes perspectivas.

2.2.2 A Superexploração da força de trabalho

Dando continuidade ao processo de caracterização da particularidade do capitalismo latino-americano a partir do debate da TMD, chegamos à necessidade de apresentação e definição da superexploração da força de trabalho como condição estrutural dessa configuração. Novamente alertamos para o fato de essa ser uma categoria polêmica, com variantes de interpretação e diferentes níveis de importância e centralidade atribuída por diferentes autores e autoras. A multiplicidade de visões e argumentos a partir da construção das distintas noções de dependência está muito bem exposta no trabalho de sistematização de Claudio Katz (2020), pesquisador argentino que dialoga criticamente com a TMD e realiza um balanço e uma atualização crítica dessa perspectiva, incluindo o debate sobre a superexploração.

A categoria superexploração está presente de forma pioneira nos escritos de Marini (2022) *A dialética da Dependência* como fundamento da condição de dependência do capitalismo latino-americano. A partir dessa noção iniciada pelo autor brasileiro, as contribuições que dialogam com a TMD desenvolveram a categoria em concordância com a

centralidade da superexploração presente em Marini ou abordando a categoria de outras formas, reconhecendo a superexploração no capitalismo latino-americano, mas não reivindicando sua centralidade.

A partir dos argumentos do autor brasileiro e seus seguidores, os mecanismos de transferência de valor produzem uma condição em que parte do mais-valor gerado na periferia é apropriada pelas economias centrais, produzindo consequências no processo de acumulação interna nas economias periféricas, as quais necessitam do aumento do trabalho excedente como forma de contrarrestar essa transferência. Essa compensação só pode se dar na esfera da produção e, portanto, pela realização da superexploração do trabalho. O aumento da produtividade está aliado ao aumento da intensidade do trabalho, sendo essa uma condição posta do modo de produção capitalista. Todavia, as limitações estruturais presentes no processo de desenvolvimento das forças produtivas dos países periféricos, fazem com que esse mecanismo se agudize, isso porque nessas economias o aumento da produtividade do trabalho torna-se necessariamente um aumento da superexploração.

O mais-valor é a apropriação por parte do capitalista do trabalho excedente realizado pelo trabalhador, ou seja, aquele trabalho efetivado que vai para além do tempo de trabalho necessário para que esse trabalhador reproduza sua força de trabalho. A taxa de mais-valor é determinada na relação entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente. Entretanto, o aumento da produtividade não significa necessariamente um aumento da taxa de mais-valor. Quando é necessário um incremento da taxa de mais-valor para a manutenção do ciclo do capital, essa sempre acarreta aumento da exploração do trabalho, ou seja, o crescimento do trabalho excedente sobre o trabalho necessário. Esse aumento se configura por meio de três formas.

Na prolongação da jornada de trabalho está configurada o aumento do mais-valor absoluto, vinculado a subsunção formal do trabalho ao capital. Está presente um aumento do trabalho excedente, porque será possível a produção de mais mercadorias pela extensão da jornada de trabalho. O trabalhador passa a trabalhar mais horas, porém, o tempo de trabalho necessário à sua reprodução como força de trabalho segue sendo o mesmo, por isso, a extensão na jornada serve exclusivamente para a produção de mais-valor, aumento do tempo de trabalho excedente.

Outra possibilidade se dá no aumento da intensidade do trabalho, como mais-valor relativo e subsunção real do trabalho ao capital. Nessa situação, é necessário que o aumento do trabalho excedente sobre o trabalho necessário se dê por meio da intensificação do trabalho, o

que permite a produção de mais mercadorias no mesmo tempo de jornada pela introdução de inovações tecnológicas. Ou seja, um aumento do trabalho excedente sobre o necessário em uma mesma quantidade de tempo porque o aumento da intensidade e da produtividade se transforma em maior extração de mais-valor. Aqui, o que para o capital é redução do tempo de trabalho na produção de uma mercadoria, torna-se aumento da exigência de produção para o trabalhador.

Também devemos citar a possibilidade do aumento da taxa de mais-valor em sua forma extraordinária. Essa situação também se dá pelos avanços científico-tecnológicos que incidem sobre os processos de trabalho, mas se dá no campo das disputas intercapitalistas, porque se configura quando um grupo específico de capitais passa a se apropriar de uma maior parte do mais-valor. A partir de uma inovação tecnológica incorporada ao processo de produção, tem-se um ganho de produtividade, permitindo o avanço do tempo de trabalho excedente sobre o necessário, contudo, esse avanço está presente apenas para um grupo de capitais que passa a ter um ganho temporário em comparação aos outros do mesmo setor ou de outros setores. Isso tensiona os níveis de salário para baixo e os lucros para cima. Novamente, um avanço do tempo de trabalho excedente sobre o necessário (TRASPADINI, 2020).

Essas três formas estão associadas entre si e podem ser combinadas de diferentes formas em distintos contextos históricos e sociais, mas sempre expressam as determinações da subordinação do trabalho ao capital. Só é possível entender a superexploração do trabalho a partir desses mecanismos.

Para Marini (2022) a superexploração da força de trabalho deve ser entendida como um mecanismo de compensação das transferências de valor que inclui necessariamente formas de extração de mais-valor absoluto e relativo como processos de intensificação da exploração, bem como está presente uma remuneração do trabalhador abaixo de seu valor. Nesse sentido, se apresenta uma combinação entre o aumento da intensidade do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para reproduzir a sua força de trabalho. Por isso, a intensificação da exploração do trabalho faz com que os trabalhadores e trabalhadoras sejam remunerados com valores abaixo do necessário para a garantia de condições mínimas de subsistência. Portanto,

> [...] a superexploração é mais bem definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real. (MARINI, 2022, p.226)

Os três mecanismos expostos pelo autor definem três formas que têm como consequência a negação das mínimas condições necessárias para que o trabalhador possa repor o desgaste de sua força de trabalho, o que leva ao esgotamento prematuro. Sobretudo no último caso (a expropriação de parte do trabalho necessário a reposição da força de trabalho), é negada a possibilidade de consumo do estritamente necessário e indispensável para conservar sua força de trabalho. Portanto, o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e por isso é configurado como superexploração da força de trabalho.

Passamos então a outra categoria fundamental para a compreensão da dinâmica do modo de produção capitalista e em sua especificidade no capitalismo latino-americano: o que Marx (2017) denominou como *exército industrial de reserva*, mecanismo vital para a reprodução do capital, mas que também podemos chamar de *superpopulação relativa*. Lembrando que já expusemos como é possível um aumento da produtividade e que existe uma relação entre trabalho excedente e trabalho necessário em que esses são inversamente proporcionais. O modo de produção capitalista se configura por ter como necessidade a constante expansão da produtividade para a continuidade da acumulação, a recriação do capital em um ciclo. Nesse sentido, um aumento da acumulação é necessariamente um aumento do trabalho excedente sobre o trabalho necessário.

A partir da tendência descrita por Marx (2017) da acumulação geral capitalista: a ampliação do trabalho excedente e a queda dos salários como mecanismo de regulação e manutenção da acumulação. É por isso também que existe uma necessidade de crescimento de produtividade constante, para que não se chegue ao ponto de a oferta de trabalhadores ser menor do que a demanda, o que pressionaria para o crescimento dos salários e, portanto, o aumento do trabalho necessário sobre o trabalho excedente, diminuindo a acumulação e colocando em risco o ciclo do capital. O fundamento da queda dos salários não é algo natural da regulação ou algo invisível que movimenta os processos do capital, é produzido e mantido como necessidade de continuidade desse sistema.

Existe um mecanismo pelo qual se opera a manutenção desse ciclo e que é necessário ao processo de acumulação, finalmente, o *exército industrial de reserva* ou a *superpopulação relativa*. Um determinado contingente da população que necessariamente deve estar em condição de "excedente", estar desempregada, em condições precárias ou extremamente precárias de trabalho e de pauperização, em última instância, devem estar "sobrando", prontos para retornar ou se submeter a uma condição menos penosa de trabalho em comparação a que se encontram. É uma superpopulação em relação as necessidades de acumulação do capital, em

que pessoas devem estar em condições de desemprego e precarização para pressionar os trabalhadores que estão momentaneamente na condição de “empregados”.

A produção e a existência da superpopulação relativa é essencialmente uma alavanca da acumulação capitalista, justamente por regular os salários, é um mecanismo violento e coercitivo. Desse modo, a existência de um exército de reserva é indispensável para o aprofundamento da condição de exploração dos trabalhadores, seja pela extensão da jornada de trabalho ou pela intensificação do trabalho na mesma jornada. Conforme aponta Marx (2017, p. 707):

> Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta.

Portanto, essa população excedente, é, ao mesmo tempo, uma produção intrínseca ao processo de acumulação e sua própria alavanca, é produto e produtor do processo de acumulação capitalista e, sendo assim, condição imprescindível para o seu movimento. Existe uma tensão constante entre trabalhadores empregados e desempregados ou que estão em condições diferentes de trabalho. Isso porque aqueles que estão desempregados ou em condições mais precárias exercem uma pressão sobre os primeiros, uma vez que, se esses primeiros não se submeterem às condições de trabalho impostas (socialmente determinadas), existe uma parcela significativa de pessoas “aguardando” para aceitar essas condições, inclusive, se submetendo a condições piores e salários menores do que aqueles vigentes. Trabalhadores e trabalhadoras passam a “aceitar” condições de trabalho que intensificam a exploração porque precisam sobreviver, pelo mínimo de remuneração, ao passo que a intensificação da exploração de seu trabalho serve a continuidade do ciclo de acumulação. Novamente recorrendo a Marx (2017, p. 719):

> Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. [...] Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.

Essa concepção é fundamental para compreendermos esse processo como estruturante do capitalismo, mas também devemos entender como esse se articula de forma específica no capitalismo latino-americano, tendo em vista que nessa realidade se expressa a superexploração da força de trabalho. Para chegar a essa relação, antes se faz necessário definir as diferentes formas que assume a superpopulação relativa, a qual "[...] existe em todos os matizes possíveis. Todo trabalhador a integra durante o tempo em que está parcial ou inteiramente desocupado [...], possui continuamente três formas: flutuante, latente e estagnada." (MARX, 2017, p.716).

Em sua forma flutuante, se caracteriza por ser um excedente resultante da redução relativa do capital variável. A partir do processo de modernização da divisão do trabalho, ora os trabalhadores são atraídos, ora são repelidos para um determinado setor de atividades. O número de trabalhadores ocupados aumenta, mas nunca na mesma proporção do crescimento da produção.

A superpopulação relativa latente é caracterizada pelo avanço da produção capitalista para o campo, produzindo a expulsão dos trabalhadores do campo. A invasão do campo para aumentar a acumulação nesse setor da agricultura produz um decrescimento na demanda por trabalhadores no campo, os quais são obrigados a migrar para os centros urbanos em busca de empregos e sobrevivência.

A terceira forma de superpopulação relativa é a estagnada. Uma quantidade considerável da população trabalhadora excedente que se ocupa em atividades irregulares, subempregos ou na informalidade: o máximo esforço e o mínimo salário. Trabalhadores e trabalhadoras estão em uma condição abaixo do nível médio da classe trabalhadora em geral, servindo como um depósito inesgotável de força de trabalho disponível e base essencial para certos ramos de exploração do capital.

Uma outra condição que caracteriza o mais profundo nível da superpopulação relativa é o pauperismo. São pessoas que vivem em condições de extrema pobreza e miséria e, do ponto de vista do capital, constituem uma parte da população trabalhadora ativa que se torna inválida por sua condição. Entretanto, essa parcela segue sendo funcional para a acumulação e a exploração do trabalho, faz parte da dinâmica da totalidade desse processo.

Buscamos definir as diferentes formas da superpopulação relativa porque sua expressão no capitalismo latino-americano deve estar relacionada a superexploração da força de trabalho, tendo em vista que essa relação também tem que ser combinada com as determinações da constituição da classe trabalhadora a partir de sua heterogeneidade e de seu caráter multideterminado. A relação entre a superexploração da força de trabalho e a lei geral de

acumulação está evidenciada e se expressa justamente na funcionalidade que esse mecanismo tem para o processo de acumulação capitalista. Ao mesmo tempo, expressa seus impactos perversos sobre a classe trabalhadora na precarização sistemática das suas condições de vida, evidenciando, portanto, o caráter antagônico e irreconciliável entre as classes. Essa condição se agudiza nas economias dependentes e periféricas em que a força de trabalho desses países é definida pela condição de baixos salários fruto de uma exploração intensificada, justamente porque é preciso compensar a transferência de valor a nível internacional pelo lugar que ocupam na divisão internacional do trabalho.

A superexploração da força de trabalho é uma condição específica (mas não exclusiva) e que se expressa como tal nas economias dependentes e periféricas, justamente pela violação sistemática do valor da força de trabalho, cuja remuneração se dá abaixo do seu valor ou abaixo do mínimo necessário para a sua reprodução. Essa condição garante a manutenção da dinâmica de acumulação capitalista na periferia por meio da elevação da taxa de mais-valor na condição de diminuição dos salários e/ou extensão da jornada de trabalho somada ao aumento da intensidade do trabalho. Uma condição fundamental para essa configuração é a presença de uma superpopulação relativa mais inflada, que está presente desde os povos originários, passando pela escravidão, sendo intensificada pelos fluxos migratórios e que posteriormente vai assumindo diferentes características a depender das necessidades da acumulação. Nesse sentido, a imposição da queda nos salários e da manutenção de seus valores baixos permite a manutenção do ciclo do capital, mediante a manutenção de uma superpopulação relativa inflada em suas diferentes expressões, uma vez que sua existência pressiona e garante a submissão dos trabalhadores a condição de baixos salários e precarização.

Desde o nascimento do capitalismo dependente a maior parte da classe trabalhadora nunca foi remunerada de forma que pudesse consumir o suficiente para ter acesso a condições básicas de existência, reprodução da vida e necessidades. A consolidação urbano-industrial não foi capaz de criar condições para que a classe trabalhadora pudesse consumir sem dívidas (existe uma necessidade de endividamento que é imprescindível nessas economias), isso porque essa massa de trabalhadores e trabalhadoras sempre teve sua média de salários abaixo do valor de reposição do seu tempo de trabalho necessário, ou seja, a classe trabalhadora superexplorada no capitalismo dependente latino-americano sempre foi mal remunerada a ponto de não conseguir níveis básicos de subsistência.

2.2.2.1 A Superexploração e a divisão internacional, social, racial e sexual do trabalho

Compreender as determinações da classe que está subordinada a condição de superexploração é apreciá-la como uma expressão da dinâmica da totalidade do modo de produção capitalista que é mediada por sua particularidade de desenvolvimento latino-americana. Nesse sentido, é necessário compreender a complexidade da classe trabalhadora em sua heterogeneidade e multiplicidade. É imprescindível, portanto, abordar a classe trabalhadora e a sua condição de superexploração na particularidade do capitalismo latino-americano cotejando as determinações que a constituem enquanto expressão específica nessa realidade.

Devemos assumir que as determinações da condição de superexploração da força de trabalho na América Latina necessariamente são constituídas a partir da combinação com formas de dominação, opressão e alienação que constituem também a exploração do modo de produção capitalista porque foram incorporadas a sua dinâmica. Nem todas essas formas emergem com a consolidação do capitalismo, algumas são anteriores, como é o caso da relação de dominação patriarcal, contudo, essas determinações necessariamente adquirem um caráter específico a partir da estrutura homogeneizante, totalitária e totalizante do modo de produção capitalista e passam a constituir o modo de controle sociometabólico do sistema do capital.

É preciso determinar as particularidades da superexploração a partir da consubstancialidade entre classe, raça e gênero, uma vez que a divisão internacional, social, sexual e racial do trabalho está nas bases da formação social latino-americana e é imprescindível para a compreensão do processo histórico do capitalismo dependente e da superexploração em sua complexidade. Para expor a indissociabilidade das relações de classe, raça e gênero como estrutura dinâmica da superexploração como manutenção dos processos de acumulação no capitalismo latino-americano recorremos as contribuições de Ferreira & Fagundes (2021) e Souza (2020; 2023), sendo argumentos imprescindíveis para a afirmação dessas relações sociais como estrutura e forma de manutenção da própria superexploração. O racismo e o heteropatriarcado constituem estruturas basilares para a acumulação de capital e para a superexploração da força de trabalho nas economias latino-americanas.

O racismo é uma dimensão constituinte das relações e questão fundamental para entendermos a dinâmica do capitalismo *sui generis* latino-americano. Tal qual o definimos, é construído a partir da indissociabilidade da relação objetividade e subjetividade, constituído no processo histórico de dominação e como necessidade da criação de justificativas ideológicas na imposição de determinadas referências éticas, estéticas e de ser, mediante a destruição de outras que, na América Latina, se inicia a partir dos processos de colonização para a

consolidação do modo de produção capitalista. Essa é uma dimensão constituinte e necessária ao controle das mediações do sistema do capital em que suas determinações particulares se constituem de maneira específica na estrutura do capitalismo dependente latino-americano.

Portanto, é inegável a indissociabilidade entre racismo, capitalismo e superexploração da força de trabalho, cuja articulação se dá pela imposição do modo de sociabilidade do capital que inclui o racismo como elemento constituinte e essencial das relações sociais que se forjam na particularidade do capitalismo latino-americano. Essa articulação se dá na necessidade de sua manutenção por meios de dominação objetivos e subjetivos como motor da superexploração da força de trabalho, sendo assim, do ponto de vista da dialética da dependência: "[...] o racismo é o mecanismo de dominação ideológica que institui a existência do negro e do indígena como cidadãos repelidos, mas que é parte da contenção da própria luta de classes." (SOUZA, 2023, p. 26) porque busca constantemente justificar essa exploração e essa desumanização. O racismo se articula com a superexploração, tanto para efetivar quanto para naturalizar essa estrutura, se constitui e é constituinte da luta de classes na diversidade dos territórios latino-americanos.

Portanto, para Souza (2023) o racismo deve ser compreendido como categoria explicativa da superexploração da força de trabalho na América Latina. Isso porque historicamente o capitalismo dependente se conforma pela sustentação na superexploração da força de trabalho e a divisão social do trabalho nessa condição se estrutura a partir da própria racialização. A constante e crescente expulsão da força de trabalho dos processos produtivos inerente aos processos de acumulação tem no racismo um elemento que complexifica a superexploração. Isso porque a racialização da força de trabalho permite o rebaixamento do valor médio de remuneração de toda a força de trabalho.

Diante da negação ao negro e ao indígena da condição de força de trabalho assalariada em um primeiro momento e, posteriormente, relegando a sua condição ao subemprego e aos trabalhos sempre mais precarizados, a superexploração da força de trabalho tem no racismo um elemento fundamental da sua reprodução nessas economias, o racismo é determinação que qualifica e complexifica a acumulação de capital no capitalismo dependente latino-americano, é uma necessidade dessa.

Devemos compreender que o racismo é determinação constituinte da superexploração da força de trabalho na América Latina, justamente porque a racialização da força de trabalho produzida historicamente atua como mecanismo de rebaixamento do valor da própria força de trabalho. Isso se sustenta a partir da justificativa ideológica de que o negro e o indígena na história da América Latina foram determinados pela matriz colonial capitalista e por seus

desdobramentos subsequentes como sub-humanos ou hierarquicamente inferiores, logo, também seu valor como força de trabalho, na lógica do capital, deve ser inferior. Dessa forma, a superexploração da força de trabalho se assenta no racismo como mecanismo de justificativa ideológica e naturalização da desigualdade e da superexploração.

É nesse sentido que ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo latino-americano, de sua gênese até os dias atuais, foi e ainda é preciso manter um contingente populacional que desde o processo de transição da escravidão para o trabalho assalariado deve estar à margem dos processos produtivos como necessidade da dinâmica da totalidade da acumulação capitalista latino-americana e global. Conforme já explicitado, esse é um mecanismo de manutenção do processo de acumulação que tem como expressão subsequente a superpopulação relativa, um mecanismo fundamental à extração de mais-valor e ao ciclo do capital. Em suma, conforme também apontam Ferreira & Fagundes (2021), a racialização da superpopulação relativa atua como mecanismo efetivo de rebaixamento da remuneração abaixo do valor da força de trabalho.

Articulada e combinada a essa determinação essencial da superexploração da força de trabalho está uma outra forma de dominação que também é incorporada e associada a dinâmica de reprodução do sistema do capital em suas formas de controle sociometabólico. É condição intrínseca ao processo de acumulação capitalista a manutenção do trabalho reprodutivo não pago.

O processo histórico de acumulação primitiva tem como essência a expropriação dos meios de vida, dos corpos e dos saberes, sobretudo como forma de subsumir a terra e o trabalho ao capital, transformando-os respectivamente em capital constante e capital variável.

O trabalho é uma mercadoria especial, diferente de todas as outras e, por isso, seu valor também é determinado de forma distinta. O valor da força de trabalho corresponde às condições de reprodução da classe trabalhadora em que as necessidades são social, cultural e historicamente determinadas. A classe trabalhadora de determinado local se constitui a partir de necessidades naturais, por exemplo, devido ao clima, geografia, agricultura, vestuário, etc., além disso estão presentes elementos como costumes, hábitos e aspirações que são determinados socialmente e culturalmente. A partir disso, a mercadoria força de trabalho, diferentemente de todas as outras, tem a determinação de seu valor por um elemento histórico-moral. Nesse sentido, tanto o racismo como a estrutura heteropatriarcal de dominação se transformam em componentes do valor histórico-moral da força de trabalho, conforme apontam Ferreira e Fagundes (2021, p.69):

> [...] o heteropatriarcado moderno e o racismo estrutural constituem relações de expropriação e alienação que participam da determinação histórica e moral do valor da força de trabalho, estruturando o caráter racista e heteropatriarcal do próprio modo de produção capitalista, portanto suas relações de reprodução e acumulação, sem eliminar a distinção entre trabalho produtivo (aquele que produz mais valor diretamente) e improdutivo (aquele que não produz mais valor diretamente), mas articulando-os dialeticamente.

A reprodução da força de trabalho enquanto mercadoria exige também condições específicas e complexas, não se restringe a venda da força de trabalho para acessar meios de vida, mas necessariamente requerem trabalho para se efetivarem. Esse trabalho está em sua ampla maioria destinado às mulheres por conta da estrutura patriarcal imposta e combinada as necessidades de acumulação do modo de produção capitalista. Portanto, é trabalho que está subsumido ao capital, necessário a reprodução da força de trabalho e a reprodução social. Como possível exemplo, podemos citar o trabalho doméstico, a forma mais explícita dessa questão, ao mesmo tempo, está oculto no papel que exerce para o ciclo de acumulação. Ou seja, é trabalho não remunerado, mas que serve a reprodução da força de trabalho e, portanto, para a extração de mais-valor. Além disso, se configura como um mecanismo de rebaixamento do valor da força de trabalho.

É claro que todo esse mecanismo articulado e combinado de exploração do trabalho está necessariamente vinculado a construção de justificativas ideológicas, as quais se assentam na hierarquização valorativa de pessoas. Por isso, por exemplo, a subsunção do trabalho das mulheres precisa ser total, não somente como classe trabalhadora, mas enquanto a reprodução de um ideal. Isso requer mecanismos de alienação que possam manter essa condição, seja no ideal de família, relacionamento, orientação sexual, entre outras expressões desse processo de dominação.

É imprescindível a articulação de todos esses elementos para compreender a superexploração da força de trabalho na América Latina. Consideramos que Souza (2020;2023) traz uma formulação pioneira a partir da indissociabilidade dessas determinações para qualificar a superexploração da força de trabalho.

A autora destaca que a dinâmica que se estabelece para a manutenção das relações sociais de produção na América Latina se sustenta na superexploração da força de trabalho, a qual só pode se realizar por meio da hierarquização da classe trabalhadora a partir da divisão racial e sexual do trabalho. Essa é a chave de compreensão de como a dialética da dependência se realiza de forma concreta na América Latina.

Analisando as determinações do caso brasileiro, a hierarquização da classe trabalhadora, constituída a partir de aspectos objetivos e subjetivos que fragmentam a classe e diminuem a potência da classe para si. Essa fragmentação aliada as condições de trabalho cada vez mais precarizadas contribuem substancialmente para a manutenção dos baixos salários e o rebaixamento do valor da força de trabalho de modo geral. Além disso, está presente uma forte e intensa distribuição racializada do trabalho em que trabalhos com níveis maiores de precarização e menores de remuneração estão relegados em sua ampla maioria às pessoas negras, sobretudo às mulheres negras, e essa é a condição de sustentação da superexploração porque "[...] a remuneração da força de trabalho abaixo do valor incide de maneiras distintas sobre o conjunto da classe trabalhadora e lança, sobretudo à parcela negra dessa classe, os custos da sua reprodução geral." (SOUZA, 2023, p.29)

A estrutura e as formas de relação social estão subordinadas as necessidades de acumulação das classes dominantes internas e externas que só se realizam por meio de mecanismos de dominação que tem como consequência um abismo social. O processo de reprodução do capital na economia dependente não necessita de ampla integração da classe trabalhadora, uma vez que a realização se dá externamente pelo caráter exportador dessa economia. Dessa forma, está presente uma necessidade muito baixa de força de trabalho altamente qualificada e a intensificação da exploração se dá na combinação da inserção de avanços tecnológicos e o aumento do mais-valor absoluto. A manutenção de uma superpopulação relativa inchada que pressiona o valor da força de trabalho para baixo se alicerça na divisão racial e sexual do trabalho como mecanismo de sustentação que compõe os elementos fundamentais para a configuração da superexploração da força de trabalho.

2.3 O neoliberalismo na América Latina e a superexploração da força de trabalho

É preciso seguir esta exposição trazendo considerações e análises de como essa configuração se expressa em seu movimento mais atual em que o modo de produção capitalista se encontra em sua fase *neoliberal* ou no *capitalismo tardio*, não sendo essas duas definições exatamente iguais, mas que contribuem para a análise histórica do desenvolvimento do modo de produção capitalista a nível global e regional, sempre em seu caráter desigual e combinado. Por isso, é preciso trazer contribuições em diálogo com a TMD, sendo esses instrumentos de análise fundamentais para compreender a dinâmica do capitalismo latino-americano à luz do movimento mais atual do desenvolvimento global e regional do capital.

O modo de produção capitalista tem como necessidade para a sua reprodução um aumento constante da expansão e acumulação do capital, ao mesmo tempo, é um sistema que tende a centralização cada vez maior e, por isso, a consolidação de monopólios e de oligopólios (sempre com a ajuda do Estado para a sua garantia e manutenção). O sistema do capital se move por meio de sua necessidade irracional de expansão infinita, da constante renovação do capital por meio da acumulação cada vez mais centralizada. Sua irracionalidade reside também no fato de ser um sistema de acumulação infinita em um mundo de recursos finitos.

Entretanto, esse processo não é linear e natural, ele é cíclico e necessita de reorganizações, adaptações em sua dinâmica por meio de imposições construídas exclusivamente para a manutenção de sua hegemonia. Desde a sua origem, o modo de produção capitalista não se sustenta sem uma estrutura de dominação violenta (objetiva e subjetiva) que se consolida em sem seus mecanismos de controle sociometabólico de todos os âmbitos da vida articulados a nível global.

A condição de um incontrolável controle sociometabólico e uma necessidade irracional e infinita de autoexpansão produziu e segue produzindo crises sistemáticas e cíclicas exigindo adaptações e rearranjos para a continuidade como manutenção desse sistema de exploração. Uma das exigências para a perpetuação desse modelo é a necessidade cada vez maior da intensificação dos processos de exploração do trabalho (ou do aprofundamento da condição de superexploração em algumas particularidades) e, por consequência, o aprofundamento da pauperização e precarização das condições de vida da classe trabalhadora.

> Expansionista, desde seu microcosmo até sua conformação mais totalizante, mundializado, dada a expansão e abrangência do mercado global, destrutivo e, no limite, incontrolável, o sistema de metabolismo social do capital vem assumindo cada vez mais uma estruturação crítica profunda. Sua continuidade, vigência e expansão não podem mais ocorrer sem revelar uma crescente tendência de crise estrutural que atinge a totalidade de seu mecanismo. Ao contrário dos ciclos longos de expansão alternados com crises, presencia-se um *depressed continuum* que, diferentemente de um desenvolvimento autossustentado, exibe as características de uma crise cumulativa, endêmica, mais ou menos uma crise permanente e crônica, com a perspectiva de uma profunda crise estrutural. (ANTUNES, 2009, p.29)

Nesse sentido, a imposição de uma atualização nos moldes do neoliberalismo é propriamente uma reorganização necessária para manutenção dos processos de acumulação a nível mundial, assentada na necessidade de reorganização da divisão internacional do trabalho sob novas formas. Portanto, é uma reorganização da própria relação dependência-subdesenvolvimento presente nas economias periféricas. Precisamos compreender esse processo em sua historicidade.

Em meio a década de 1960 se inicia um período de conformação do capitalismo tardio[18] que é marcado pela mundialização da economia, reestruturação produtiva, estabelecimento de uma nova estrutura oligopolista e fluxo internacional de capital, dentre outras características. Na América Latina, esse período se expressa pelo aprofundamento da estrutura dependente, pela intensificação dos endividamentos dessas economias devido ao crescimento da dívida externa que produz efeitos até os dias atuais. Além disso, nesse período nota-se um crescimento das leis de patentes internacionais e altos investimentos externos na composição de capital, mas a terra segue tendo centralidade pela grande quantidade de exportação de produtos agrícolas. (TRASPADINI, 2016).

No final da segunda metade do século XX, a partir do fim da URSS, se encerra o tensionamento presente durante toda a Guerra Fria. A experiência real da URSS exerceu um papel fundamental de contraponto a ordem capitalista e foi imprescindível como horizonte para as conquistas da classe trabalhadora em todo o mundo (principalmente na Europa do século XX), além disso, sendo um dos fatores preponderantes para o surgimento das experiências de Estado de Bem-Estar Social no contexto europeu (experiência datada e localizada). Dessa forma, com a queda da experiência soviética se inaugura um novo ciclo marcado pelo assim denominado "*fim da história*" ou pelo "*there is no alternative*"[19], sintetizada de forma brilhante na definição que compõe o título obra de Mark Fisher (2020): "*é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?*". Todas essas são expressões simbólicas importantes para compreender o que essa etapa do processo de reestruturação da acumulação capitalista significa, cuja premissa é o aprofundamento do receituário neoliberal basicamente a qualquer custo. Portanto, é a partir desse ponto da história em que se consolida o desaparecimento da experiência socialista real da URSS que se desenha um cenário de "caminho livre" para uma nova etapa da hegemonia do modo de produção capitalista a partir da necessidade de seu aprofundamento.

[18] Aqui fazemos referência ao desenvolvimento da categoria pelo economista marxista, pesquisador e político, Ernst Mandel. Além de historicizar o modo de produção capitalista em *O Capitalismo Tardio* (1982) o autor define o processo estrutural de crises cíclicas do capital, cujo movimento se dá a partir da ocorrência cada vez mais constante e com maior intensidade e profundidade, sobretudo em seu enfoque nas mudanças substantivas do capitalismo a partir dos anos 1960.

[19] Símbolos da ideologia neoliberal e da suposta inevitabilidade e caráter insuperável do modo de produção capitalista, a ideia de *eternização do capitalismo* está atrelada ao livro de Francis Fukuyama *O fim da história e o último homem* e a frase *there is no alternative* foi transformada em slogan por Margaret Thatcher representando a suposta inevitabilidade de determinadas políticas neoliberais contra a classe trabalhadora na Inglaterra dos anos 1980. Essas duas perspectivas simbolizam uma certa ideia de hegemonia eterna do capitalismo, sua naturalização total.

A reorganização do capital a nível global é fruto de uma crise estrutural do próprio capital, que tem como consequência a imposição do processo de reestruturação produtiva e implementação do *toyotismo* - a partir de 1970 a nível mundial e na América Latina consolidado na década de 1980 - acarretando a flexibilização do setor produtivo, desregulamentação do trabalho, aumento do desemprego e migração dos trabalhadores para o setor de serviços.

O processo de consolidação do neoliberalismo na América Latina - inclusive sendo aqui executado o seu laboratório[20] a partir do golpe de Estado no Chile em 1973 que destitui o governo socialista democraticamente eleito de Salvador Allende e coloca no poder o sanguinário Augusto Pinochet para a instalação desse modelo – se expressa na intensificação dos marcos estruturais do capitalismo dependente. Dentre as características dessa intensificação estão o crescimento da dívida externa, lei de patentes internacionais, a produção de crises reiteradas, a integração ao capital financeiro monopolista e altos investimentos externos na composição de capital (TRASPADINI, 2016).

Outro autor fundamental nos ajuda na definição dessa fase do modo de produção capitalista e na configuração do mundo do trabalho[21]. Com o enfoque da discussão na América Latina, Ricardo Antunes (2011) define que a *desertificação neoliberal* força novamente uma recolocação da América Latina diante da divisão internacional do trabalho, sendo explícitos os efeitos negativos para a classe trabalhadora e sua organização a imposição das políticas neoliberais e a reestruturação produtiva do capital. A imposição da aplicação do receituário neoliberal *desde arriba* ou desde um consenso produzido em Washington teve impactos significativos em todas as economias latino-americanas, que sobretudo se expressa pela imposição do modelo de privatizações do setor produtivo que até então tinha certo controle estatal. Como consequência, as economias latino-americanas aumentaram seu nível de subordinação ao capital internacional e isso se reflete objetivamente na configuração do mundo do trabalho.

[20] Mais adiante veremos que a América Latina não é apenas o primeiro laboratório do neoliberalismo, mas também pioneira como ponto de ebulição social antineoliberal.

[21] As contribuições do autor brasileiro e seus colaboradores são as mais avançadas na compreensão das novas morfologias do trabalho assentadas e constituídas neste contexto: seja nas discussões das diferentes contribuições sobre as transformações do mundo do trabalho a partir da massiva incorporação do trabalho digital nos processos de trabalho e dos fenômenos da plataformização ou uberização, organizadas em ANTUNES (2020a); ou na discussão profunda sobre as transformações da classe que vive do trabalho na era digital, apresentando a categoria *infoproletariado* e discutindo a nova morfologia do trabalho neste contexto (ANTUNES, 2020b).

> Privatização, desregulamentação, fluxo livre de capitais, financeirização, terceirização e precarização do trabalho, desemprego estrutural, trabalho temporário, parcial, aumento da miserabilidade, todas essas prerrogativas da barbárie neoliberal e de sua reestruturação produtiva passaram a caracterizar o cotidiano do mundo do trabalho. Com um processo de tal intensidade, não foram poucas as consequências nefastas para a classe trabalhadora, que sofreu inúmeras mutações e metamorfoses. (ANTUNES, 2011, p.39)

O autor ainda aponta como traço comum às economias latino-americanas a partir dessa reestruturação produtiva: a enorme redução do número de trabalhadores nas áreas industrializadas devido ao processo de desindustrialização e o aumento da exploração da força de trabalho, desindustrialização que na América Latina nunca chegou a patamares próximos do capitalismo central. Novamente temos a consolidação de um processo que é típico dessas economias, o aumento da exploração e da superpopulação relativa, o tensionamento dos salários para baixo e, portanto, acentuando a condição estrutural do recrudescimento da precarização das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora. Isso tem consequências também na capacidade de organização e luta da classe trabalhadora.

O neoliberalismo se constitui como uma necessidade de reorganização do capital como fruto de suas próprias crises, sendo necessária uma postura mais intervencionista para garantir a acumulação de capital e a manutenção das relações de desenvolvimento e subdesenvolvimento determinadas na divisão internacional do trabalho. Essa característica intervencionista, por qualquer forma que seja, é uma necessidade dessa reorganização do capital que deve garantir a construção de uma sociedade a partir do mercado e para o mercado, tendo como último objetivo a mercantilização total das relações e da vida, de todas as mediações possíveis da vida social. Essa concepção é muito bem definida pelo geógrafo britânico David Harvey na noção de *acumulação por espoliação* como característica típica desse modelo, tendo em vista a necessidade da mercantilização total e irrestrita da vida em qualquer âmbito e a qualquer custo.

Por isso, algo que ilustra esse movimento atual do capitalismo é a expressão dessa condição na constante tentativa de espoliação dos recursos naturais, em última instância, da necessidade da mercantilização e da submissão total da terra e da natureza ao capital. Isso se dá tanto por meio de mecanismos de espoliação, como o caso da privatização da água no Chile, bem como a intensificação do uso desmedido de agrotóxicos, como ocorrido durante o governo Bolsonaro no Brasil, por exemplo. A fase neoliberal do capitalismo e seu consequente processo de desertificação e barbárie se expressa por meio da intensificação da contradição capital-trabalho, pelo avanço do trabalho excedente sobre o trabalho necessário e, na América Latina, a partir da inevitabilidade da combinação do aumento da intensidade do trabalho vinculada a

ao aumento do mais-valor absoluto e a remuneração da força de trabalho abaixo do mínimo necessário para a sua reprodução. Conforme expõe Antunes (2011, p.39) sobre a condição específica do trabalho nesse modelo.

> Dado o enorme contingente de força de trabalho sobrante, o processo de reestruturação em nosso continente apresenta um traço particular, proveniente da superexploração da força de trabalho e dos reduzidos níveis salariais, articulados em alguns ramos produtivos, a um razoável padrão tecnológico.[...] A fórmula favorece enormemente a intensificação da característica superexploração do trabalho, por meio da extração de mais-valia relativa em combinação com a mais-valia absoluta. Tal combinação vem sendo fortemente ampliada durante as últimas décadas, quando tornam-se ainda mais intensos o ritmo e a duração das jornadas de trabalho.

Nesse sentido, não nos parece acidental que a própria TMD, tomando essa em seus fundamentos e nos debates necessários para a sua atualização, passa a ser retomada e reivindicada a partir dos anos 1990 como possibilidade de compreender o aprofundamento das contradições do capitalismo na América Latina pela imposição do modelo neoliberal (CARCANHOLO, 2013; TRASPADINI, 2020).

Traçando o diálogo entre os autores e autoras, conforme apresenta Souza (2023), a regra nas economias dependentes é a superexploração que também se expressa na total desproteção da maioria dada a intensa e constante precarização das condições de trabalho, previdência, educação, saúde, habitação, mobilidade urbana, segurança e cultura, etc. Os desdobramentos desse processo do ponto de vista do mundo do trabalho são desemprego estrutural, altos níveis de precarização, desproteção e informalidade do trabalho; mas também da inviabilidade de boa parte da classe trabalhadora de participar ativamente do ciclo do capital.

Portanto, retomando o argumento de Traspadini (2016), a fase neoliberal do modo de produção capitalista mediada por sua particularidade de desenvolvimento na América Latina, expressa um aprofundamento do caráter dependente dessas economias e, portanto, uma agudização da superexploração da força de trabalho. Essa transformação das formas de exploração é um caráter explícito do modelo neoliberal e que se expressa na América Latina como necessidade de rearticulação da superexploração para compensar as consequências específicas das crises cíclicas do capital. A intensificação da superexploração da força de trabalho se expressa na flexibilização das leis trabalhistas e mudanças no sistema previdenciário como perda de direitos; na destruição de políticas públicas em geral e de garantia de seguridade social em específico. Além disso, a reformulação de bancos de hora e a intensificação dos trabalhos intermitentes e na forma de “estágio eterno”, entre outras expressam de modo de geral os processos estruturais de precarização das condições de trabalho e de vida. Nesse sentido,

definimos aqui a precarização como uma expressão da superexploração da força de trabalho necessária a manutenção do modelo neoliberal.

Entretanto, como mecanismo de normatizar e naturalizar a precarização e a piora das condições de trabalho e de vida, criam-se mecanismos para respaldar juridicamente esse processo, tendo como exemplo a terceirização ou a quarteirização[22], a *pjotização* e o fortalecimento da ideia do microempreendedor (MEI), entre outras formas.

Desse modo, a partir dessa formalização da precarização também é necessário um mecanismo ideológico que justifique, sustente e falseie essa condição posta de um processo total e irrestrito da precarização das relações de trabalho e, portanto, das condições de vida. Uma de suas expressões passa a ser a ideologia do *empreendedorismo*. Isso porque é fundamental para essa dinâmica construir formas de justificar a condição do aprofundamento da precarização que se apresenta sobretudo pelo aumento do desemprego estrutural, manutenção da baixa remuneração e crescimento exponencial da informalidade e do trabalho por conta própria. Isso fortalece uma concepção que é característica da sociedade neoliberal, o *empreendedor de si mesmo* ou o *sujeito empresa*.

Essa noção é um modelo ideologicamente reconstruído pelo neoliberalismo também em um processo de hiper individualização das relações, que nesse cenário, se expressa na exacerbação da visão autocentrada da vida e da redução das relações a atividades econômicas organizadas, em que a vida social passa a ser uma mera relação entre mercadorias. A ideologia do empreendedorismo está inundada pela lógica da publicidade, potencializada pelas redes sociais (um grande e atual espaço de acumulação capitalista), nas quais todos são produto e consumidores, seja pela necessidade de se vender e sobreviver ou pelo imperativo das informações como mercadorias nestes espaços. Sendo assim, esses processos e mecanismos produzem novas subjetividades que também são caracterizadas pelo desmantelamento dos laços sociais, da ideia do comunitário, do coletivo, do comum.

Entretanto, essas transformações também abrem espaço para novas formas de luta e de organização coletiva. Essa reorganização do capitalismo em sua particularidade latino-americana se expressa também na luta de classes a partir de um contraponto fundamental, produzido no terreno concreto desse embate constante. Desde a consolidação desse modelo, a classe trabalhadora e a multiplicidade dos movimentos sociais latino-americanos passam também a produzir formas de organização e enfrentamento a imposição neoliberal. A

[22] Para compreender melhor a especificidade deste fenômeno recomendamos a leitura da produção de Contesini (2022).

reorganização e a imposição do modelo neoliberal inaugura também o *antineoliberalismo*, a negação de sua exploração e processos de intensificação de acumulação.

2.3.1 Laboratório, ponto de ebulição social e aprofundamento neoliberal

A América Latina é duplamente pioneira em sua relação com o neoliberalismo. Ao mesmo tempo, é o laboratório em que se experimenta pela primeira vez a fórmula do processo de desertificação neoliberal e o território de onde começam as ebulições sociais que se transformam em verdadeiras erupções contra o modelo neoliberal, cujo epicentro é a América do Sul. Em um primeiro momento, se dá pela negação através da revolta, dos levantes e da resistência às políticas neoliberais, depois, se conforma como uma ofensiva que conquista espaços de poder institucional. Esse segundo momento produz também consequências nos dias atuais.

O Chile do ditador sanguinário Pinochet foi uma espécie de tubo de ensaio para a imposição (novamente violenta) das medidas políticas e econômicas do neoliberalismo pelas fórmulas de Chicago, sendo esse experimento implantado também por todo o continente, de Ushuaia a Tijuana. Entretanto, esse experimento rapidamente passa a ter suas complicações, uma reação gestada na dialética da luta de classes latino-americana. Portanto, a fórmula neoliberal produz reações que culminam em ebulições sociais, erupções populares por toda a América Latina como negação desse processo e que colocam o neoliberalismo em xeque.

Esse modelo enfrenta sua primeira crise aguda na década de 1990, cenário também em que alguns países da região, sobretudo no cone-sul, estavam em processo de retomar suas democracias formais após um período de ditaduras, sendo durante esse processo ou posteriormente guiadas pelo modelo neoliberal. É também nesse cenário que se apresenta com mais força o caráter pioneiro da negação latino-americana ao processo de desertificação neoliberal.

Por isso, está presente também nesse período a intensificação do enfrentamento a partir das mais diversas formas de organização, desde os zapatistas (EZLN) no México, passando pelo fortalecimento dos movimentos operários e criação de diversos partidos políticos, até expressões que retomam a força da luta camponesa, indígena e de trabalhadores rurais, como foi o MST no Brasil a partir dos anos 1980, o grande crescimento das FARC-EP na Colômbia durante os anos 1990, as grandes greves e enfrentamentos do movimento dos *piqueteros* na Argentina ou a consolidação de movimentos como o MAS (*Movimiento al Socialismo*) na Bolívia. Essas são algumas importantes expressões que nos ajudam a compreender os diferentes

os processos coletivos de negação ao neoliberalismo na América Latina. Isso porque um elemento importante desse período se expressa na questão de que existe uma forte retomada da luta indígena e *campesina* que compõe base importante do enfrentamento ao neoliberalismo, é a (re)emergência de novos protagonistas como sujeitos políticos que se constituem a partir do movimento *antineoliberal*. Com base nas leituras de Harnecker (2018) e Antunes (2009, 2011, 2020), destacaremos alguns dos levantes importantes que ilustram essa tensão, com foco na América do Sul.

O *Caracazo* como a primeira insurgência popular e notoriamente antineoliberal, austeridade, liberalização econômica e privatizações, implementadas por Carlos Andrés Pérez, sob orientação das políticas econômicas do FMI; a *Irrupção indígena no Equador* como resposta a implementação de políticas neoliberais a partir de 1986, permitiu a emergência de uma nova força política equatoriana, a consolidação do movimento indígena como sujeito protagonista na política equatoriana; a *Luta antineoliberal do movimento Mapuche* que se constituem como uma força política desde a ditadura de Pinochet até o *estallido social* mais recente em que assume o protagonismo da luta; no Uruguai, a *mobilização popular vence o plebiscito contra as privatizações*; o *Levante Zapatista contra o NAFTA* em Chiapas em 1994 culmina na fundação do EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional), um movimento camponês e indígena de cunho autonomista, com claras referências nos processos da Revolução Mexicana e seus expoentes; a emergência do MST, a qual abordaremos adiante; o levante popular na Bolívia em 1999 contra as privatizações, ficou conhecido como "Guerra da Água"; os *piqueteros (*desempregados) foram grande símbolo das mobilizações populares na Argentina em 2001 depois do *corralito*; as revoltas estudantis no Chile em 2006 contra a precarização do ensino público, a "rebelião dos pinguins", marca também o protagonismo dos secundaristas e a continuidade do descontentamento contra a neoliberalização constante no país; a rebelião de 2006 ocorrida em Oaxaca, no México, começa como uma greve de professoras e professores e se constitui como uma experiência autonomista de autogoverno local; a "Rebelião dos Foragidos" no Equador marca a continuidade do protagonismo do movimento indígena no enfrentamento ao estelionato eleitoral e a implementação de políticas neoliberais em 2006.

Apresentamos alguns dos eventos mais significativos de movimentos populares, revoltas, rebeliões e insurreições que sobretudo a partir da década de 1990 até o início dos anos 2000 irrompem no cenário latino-americano. De modo geral, conforme define Harnecker (2018) esses movimentos expressam uma articulação entre velhos e novos movimentos sociais: movimentos camponeses e movimentos indígenas se articulam a uma diversidade de novas

expressões a partir da relação com a potência da Teologia da Libertação; de um nacionalismo revolucionário, das expressões do marxismo, do novo indigenismo, da continuidade do anarquismo. Dessa forma, se articulam em torno de questões nacionais e concretas, com uma perspectiva aglutinadora *antineoliberal*. Além disso, é nesse período que está posta a crise de legitimidade do neoliberalismo e, por isso, esses movimentos são o contraponto concreto a noção idealista de fim da história, uma vez que os levantes antineoliberais colocam em xeque essa noção.

De uma maneira ou de outra, todas as expressões desses movimentos contribuem de forma mais ou menos significativa para a emergência de experiências de caráter popular ou progressista que assumem o controle do governo de seus países, todas elas guardando suas especificidades de suas realidades nacionais e com maior ou menor grau de capacidade e intencionalidade de transformações dessas condições. Além disso, todas emergem ao poder democraticamente eleitas.

A América do Sul é o centro e o símbolo dessas experiências representadas: pela eleição do militar insurgente Hugo Chávez em 1998 na Venezuela; em 2000, o triunfo de Ricardo Lagos no Chile pós-ditadura *pinochetista*; em na eleição do operário metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores em 2002 no Brasil; na consolidação do *kirchnerismo* (expressão do *peronismo*) na Argentina em 2003; pelo início das vitórias progressistas do movimento *Frente Amplio* no Uruguai em 2005 com Tabaré Vázquez; na emergência do sindicalista cocaleiro e fundador do *Movimiento al Socialismo (MAS)* à presidência em 2006 na Bolívia; na eleição de Rafael Correa que inaugura o processo da *Revolução Cidadã* no Equador também em 2006; pela presidência de Fernando Lugo em 2008, representando a primeira alternância política em mais de sessenta anos. Essas experiências configuram o que foi denominado como a *onda rosa sul-americana*.[23] Esse grupo é heterogêneo em si, em alguns casos, emergem líderes que conseguem capitalizar o descontentamento neoliberal, nos casos da Venezuela, Bolívia e Equador; em outros fruto de trabalho de partidos consolidados na luta contra o neoliberalismo como em Brasil e Uruguai; já na Argentina gesta lideranças progressistas dentro de partidos tradicionais (movimento peronista).

[23] A tipologia construída por Harnecker (2018) nos auxilia na compreensão dos governos da América Latina nesse momento histórico. Em um primeiro momento, esses se dividem entre: governos de direita conservadores, os quais buscam refundar o neoliberalismo; governos de "esquerda" ou centro-esquerda, (progressistas nos parece mais adequado), que propõe alternativas ao neoliberalismo que se caracterizam nas lutas pela: igualdade social, democratização política, soberania nacional e integração regional. Dentro do escopo dos governos progressistas, esses podem ser divididos em dois outros grupos: governos que não rompem com o neoliberalismo, mas dão forte ênfase às questões sociais e da desigualdade; governos que rompem com as políticas neoliberais, uma forma de esquerda mais pragmática que se diferencia da esquerda radical (como as FARC-EP).

De modo geral, com mais ou menos dificuldades ou intensidade no processo, todas essas experiências produziram ou tentaram produzir avanços no que diz respeito a transformação social dessas realidades nacionais, sobretudo voltadas ao enfrentamento a desigualdade estrutural e estruturante desses países. Algumas foram mudanças significativas e que até hoje trazem garantias fundamentais para as maiorias populares desses países. Desde a redução da pobreza e da fome, construção de políticas públicas universais e acesso à direitos básicos; reestatização de centros estratégicos; passando pela integração regional e reposicionamento geopolítico da região; até as mudanças constitucionais, inclusive reconhecendo historicamente a multideterminada constituição étnica historicamente negada de alguns países e o reconhecimento jurídico de formas naturais como sujeitos de direito.

Em sua grande maioria, ao se tornarem governo, essas experiências, com maior ou menor tempo de duração e maturação, não atuam com a mesma radicalidade política de alguns de seus movimentos originários e vão se deparando com limites estruturais, sejam eles de ordem interna ou externa. De modo geral, pouco se enfrentou de fato a dominação neoliberal, geriu-se a sua continuidade com maior ou menor grau de progressismo em suas políticas, por isso, não tivemos em nenhuma dessas experiências uma ruptura com tal modelo.

Essas são razões possíveis pelas quais algumas delas perdem fôlego e apoio popular ao longo do processo, mas não são as únicas. Cada uma dessas experiências vai perdendo força ou sofrendo derrotas a partir do início da década de 2010, emergindo em seus lugares, a volta de governos liberal conservadores para o recrudescimento do receituário neoliberal. Os motivos das derrotas históricas são diversos e se dão na especificidade de cada realidade nacional e, por isso, seria impossível abordar caso a caso nessa produção. Entretanto, existem similaridades que nos auxiliam a compreender esse processo e, mais especificamente, o caso brasileiro e colombiano, os quais serão abordados posteriormente.

Podemos afirmar que todas essas experiências, sobretudo as sul-americanas, se depararam com condições estruturais e conjunturais, uma delas o próprio caráter subordinado de suas economias que também contribui para a incapacidade da transformação estrutural e de enfrentamento ao neoliberalismo. Porém, a incapacidade de enfrentamento e ruptura com o neoliberalismo nessas experiências, decreta o fim da *onda rosa*. A questão aqui posta é que essa incapacidade também é multideterminada e diversa, porém, se manifesta na impotência de sua radicalização e nos mecanismos de contenção internos e externos.[24]

[24] Uma importante reconstituição e uma análise desse processo pode ser consultada com mais detalhes em HARNECKER (2018).

Nesse cenário, se inicia um processo de retomada do poder de grupos políticos conservadores como forma de "(re)imposição" do receituário neoliberal em seu ponto máximo, nem sempre pelas vias democráticas do capitalismo, nem sempre *dentro das quatro linhas* do Estado democrático de direito ou dos marcos da democracia representativa burguesa, algo que também é presente e constante na história da América Latina. Esse processo se inicia a partir de novas práticas de desestabilização desses governos, agora, não mais (ou não somente) pela via impositiva dos tanques e fuzis, mas também por um modelo de escancaramento da *judicialização da política* que se configura nos mecanismos de *lawfare*. Nas especificidades das conjunturas nacionais esses mecanismos atuam se combinando com diferentes setores sociais, mas sempre com o objetivo de interrupção das experiências progressistas ou como ação preventiva para um não retorno em um futuro próximo.

Assim como demos destaque a emergência das experiências progressistas com enfoque na realidade da sub-região sul-americana, apresentamos aqui a exemplificação desse processo de refluxo que se intensifica a partir da década de 2010 e se expressa: no golpe disfarçado de Fernando Lugo no Paraguai em 2012 por meio de um *impeachment* relâmpago sem base jurídica que culmina na retomada do poder pelo Partido Colorado; no Brasil, no golpe jurídico-parlamentar contra a presidenta eleita Dilma Rousseff em 2016; na traição da *Revolução Cidadã* e no estelionato eleitoral de Lenin Moreno no Equador em 2017; na Bolívia, no golpe imperialista com máscara de renúncia (no "convite" a se retirar pelas forças armadas) contra Evo Morales em 2019. Já com outra estética, mas com elementos semelhantes, também tivemos a emergência: do neoliberal de extrema-direita Mauricio Macri na Argentina em 2015 e a derrota do *kirchnerismo*; a retomada do poder pela direita uruguaia com Lacalle Pou em 2019 depois de 15 anos de *Frente Amplio*.

Nesse cenário estabelecido com mais intensidade na segunda metade da década de 2010 se consolida esse movimento de aprofundamento do receituário neoliberal com sua força máxima, em que quase todas as experiências anteriores haviam sido substituídas. Contudo, algumas delas já não mais levadas adiante pela velha roupagem dos partidos liberais e conservadores que historicamente dominaram a política institucional desses países. Emerge um movimento de *novos operadores políticos* vinculados a discursos e práticas alocadas no campo da assim denominada *extrema-direita*. A manutenção de uma forma de condução desse modelo econômico como necessidade de intensificação da exploração e retomada do aprofundamento neoliberal apenas se encontrava na necessidade de uma nova roupagem, a qual passa a tomar contornos ainda mais violentos e agressivos, diante da inevitabilidade da imposição do

recrudescimento da aplicação desse receituário a todo e qualquer custo. Nesse momento, figuras que já faziam parte do jogo político, mas que são ideologicamente apresentadas como novos "salvadores" ou "guardiões" morais da ordem e dos bons costumes, emergem como solução para as burguesias nacionais e como operadores desse processo de intensificação e aprofundamento das políticas neoliberais em um cenário de um capitalismo em constante crise.

Chegamos aqui ao ponto do simbolismo da emergência de figuras centrais para Brasil e Colômbia, em seu recente aprofundamento a partir do "*choque neoliberal*" protagonizado pelos últimos governos no Brasil (representado nas gestões de Michel Temer entre 2016 e 2018 e de Jair Bolsonaro entre 2019 e 2022) e na Colômbia (representado pelo governo de Iván Duque entre 2018 e 2022). Diante das reformas destrutivas do aprofundamento do receituário neoliberal, o que ocorreu foi um processo progressivo de retirada de direitos sociais e um aprofundamento da precarização das condições de vida das classes trabalhadoras dos países.

No Brasil, o aprofundamento neoliberal se inicia a partir do golpe de 2016 contra a presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff. Forma encontrada para impor um redirecionamento da condução política do país a partir da implementação de medidas que passam a atender completamente ao aprofundamento e intensificação do receituário neoliberal. O período que segue a partir de 2016 expressa uma continuidade do neoliberalismo, mas com nuances diferentes das necessidades do modelo pré-crise estrutural de 2008. Reformas trabalhista (flexibilização total e terceirização completa) e início da reforma da previdência; imposição de congelamento de gastos públicos para políticas públicas para os próximos 20 anos; pacote de privatizações de centros econômicos estratégicos; desmonte de políticas públicas dos governos anteriores em todas as áreas que garantiam o mínimo de direitos fundamentais. Essas são algumas das medidas implementadas rapidamente na *Ponte para o Futuro* de Temer, que mais representou uma volta ao passado. Essa lógica foi continuada e aprofundada pelo governo de *extrema-direita* seguinte conduzidas com a peculiaridade de caráter fascista do governo de Jair Bolsonaro, o que representou o ponto máximo desse aprofundamento do receituário no Brasil. Algumas das características que marcam esse período são: crescimento exponencial da pobreza, destruição de políticas públicas como garantias de acesso à direitos básicos, a condução de uma necropolítica durante a pandemia de COVID-19, desmantelamento dos órgãos de participação social, recrudescimento da violência e militarização das instituições de Estado, entre outros.

Especialmente no governo Bolsonaro se deu um desmonte e destruição de políticas públicas que atuavam diretamente no combate à fome e promoção da segurança alimentar. A

extinção do CONSEA, o fechamento do MDA, o desmantelamento do INCRA, o desmonte da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); o sufocamento pelo subfinanciamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa de Cisternas, praticamente acabando com esses; o sucateamento da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan); o aparelhamento da ANVISA na liberação de mais de 2 mil agrotóxicos; redução dos orçamentos dos programas destinado ao combate à insegurança alimentar ou a promoção da agricultura familiar, bem como a diminuição de recursos nos programas de transferência de renda. Todos esses elementos, somados aos anteriores no que diz respeito ao funcionamento do modelo neoliberal, compõem o simbólico retorno do Brasil ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), do qual havia sido retirado em 2014 durante a presidência de Dilma Rousseff.

Na Colômbia, a volta do *uribismo*[25] de fato, após os governos de Juan Manuel Santos[26], é também a volta de um aprofundamento neoliberal capitaneado por esse grupo político que sempre esteve vinculado a ideais da *extrema-direita*. Importante salientar que a Colômbia, desde o surgimento de sua república, sempre oscilou entre governos liberal-conservadores nas suas mais diferentes expressões, constantemente tendo o país chefiado por grupos vinculados à direita colombiana. Esse processo é constituído historicamente na própria fundação e na dinâmica do conflito armado colombiano que tem como uma de suas consequências o impedimento sistemático da ascensão de alternativas de caráter progressista ou de esquerda ao poder, algumas delas com reais chances de vitória. Historicamente se configuram diferentes estratégias para distanciar politicamente ou aniquilar objetivamente a possibilidade de qualquer grupo ou liderança de caráter progressista ou da esquerda radical emergir ao poder, mesmo quando se firmaram acordos de paz que buscavam consolidar a inclusão dos movimentos guerrilheiros na vida política institucional[27]. A condição de violência estrutural que constitui a

[25] Assim denominado por conta do grupo político de extrema-direita vinculado a Álvaro Uribe, presidente da Colômbia entre 2002 e 2010 e responsável pela implementação do *Plan Colombia* - plano de segurança e acordo bilateral entre Colômbia e Estados Unidos que teve como objetivo a modernização das forças armadas colombianas para combater o *narcotráfico* e as guerrilhas revolucionárias por meio da injeção de dinheiro no país sul-americano - e por uma nova fase do neoliberalismo e da configuração do conflito armado.

[26] Presidente de 2011 a 2018, foi ministro da defesa de Álvaro Uribe e vinculado a esse grupo político, todavia, ao longo de seus mandatos, se descola levemente do seu núcleo central compondo também com outros grupos políticos. É o presidente que leva adiante as negociações nos acordos de Havana com as FARC-EP culminando na desmobilização do grupo e na assinatura processos de paz 2016.

[27] Aqui fazemos referência direta ao processo de genocídio dos militantes da *Unión Patriótica* (UP), partido político criado em 1985 depois do acordo firmado entre as FARC-EP e o governo colombiano (*Los acuerdos de la Uribe* em 1984). Partido que nasce na articulação entre o Partido Comunista Colombiano e as FARC-EP. Desde 1984 cerca de 6.000 militantes do partido foram sistematicamente assassinados, dentre eles, dois candidatos à presidência.

realidade colombiana se materializa a partir da complexidade do conflito e da questão social do país que tem como prática instituída a violência política. Nesse cenário, nenhum grupo ou liderança fora do espectro político da direita liberal e tradicional colombiana conseguiu chegar à presidência da república.

Feita essa ressalva, não podemos considerar que a Colômbia tenha sido parte integrante do que caracterizamos como *onda rosa sul-americana*, entretanto, é possível dizer que a presidência de Juan Manuel Santos representa um tom mais moderado da direita colombiana após os governos de Uribe.

O primeiro aprofundamento neoliberal na Colômbia teve início na década de 1990, quando o país passou por um processo de neoliberalização da economia: a desregulamentação financeira e a aceleração das privatizações de empresas estatais, além da flexibilização das leis trabalhistas. Essas políticas econômicas tiveram impactos significativos na população, em 2020, o desemprego atingiu mais de 20%, um aumento considerável em relação a 1991, quando estava em 10%, conforme dados do Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE). Na Colômbia, a dominação política da direita aliada a hegemonia do imperialismo e o controle dos EUA, buscam a perpetuação do poder e o impedimento radical de um novo ciclo de rebeliões e revoluções, bem como a contenção sistemática da tentativa de chegada de forças minimamente progressistas ao poder.

Contudo, o ponto central do nosso argumento se dá a partir da retomada do poder pelo *uribismo*, representado na vitória de Iván Duque das eleições, mas que já tinha demonstrado sua força na sociedade colombiana e da própria máquina de guerra e do medo na Colômbia na vitória desse grupo político no plebiscito de 2016[28]. Temos então a consolidação do aprofundamento do receituário neoliberal na Colômbia a partir desta roupagem de extrema-direita, outra expressão de caráter militarista e traços fascistas. O principal símbolo foi a tentativa de Reforma Tributária, da saúde e da previdência durante seu mandato, além disso, um recrudescimento da pobreza e da violência estrutural na Colômbia por meio da intensificação do conflito armado, crescimento do número de lideranças sociais assassinadas e completa negação e descumprimento dos acordos de paz[29]. Na Colômbia, o descumprimento

[28] O plebiscito realizado no ano de 2016 sobre a assinatura dos acordos de paz com as FARC-EP tinha como objetivo ratificar os acordos pela consulta popular por meio da seguinte questão: "Você apoia o acordo para o término do conflito e construção de uma paz estável e duradoura?". A forte campanha uribista baseada no medo deu a vitória ao não com 50,2%. Os acordos se mantiveram, mas essa foi uma vitória importante para o grupo *uribista*.

[29] Um panorama dos retrocessos do governo de Iván Duque pode ser encontrado em *Hambre y Guerra: el legado del aprendiz Balance del último año del gobierno de Iván Duque Márquez* (PCDHDD; CCEEU; ALIANZA, 2022)

de acordos de paz e a intensificação do conflito, reflete diretamente nas condições de vida da população colombiana. Violência, deslocamentos forçados, pobreza e abandono do Estado em algumas regiões compõem alguns dos fatores que promovem esse processo, sendo uma de suas consequências os aumentos da insegurança alimentar e da fome no país, algo que se registrou durante o período da presidência de Duque e que apresentaremos em dados mais adiante.

Em seu governo, Duque também seguiu a cartilha da desresponsabilização do Estado no que diz respeito às políticas de promoção a segurança alimentar ou combate à fome. Não que os governos anteriores tenham feito grandes esforços nesse sentido, entretanto, com o aprofundamento neoliberal representado por Duque como necessidade de reorganização da acumulação capitalista na Colômbia, a desresponsabilização total do Estado se fez presente, atribuindo a resolução dessa questão para a regulação do mercado e à esfera da caridade. O abandono dos bancos de alimentos que ofereciam algum tipo de proteção a população e o generalizado sucateamento e escândalos de corrupção no Programa de Alimentação Escolar (PAE), são dois exemplos dessa intencionalidade política. Além disso, a incapacidade de contenção da inflação galopante que já vinha de outros governos, mas que se intensifica na gestão Duque, somada a políticas congelamento do fundo de estabilização dos preços dos combustíveis, o que encarece ainda mais o transporte e o preço dos alimentos, fizeram com o que rentismo e os lucros da burguesia nacional fossem prioridade em detrimento do combate à fome.

É nessa direção que essas duas realidades, Brasil e Colômbia, nos ajudam a compreender o movimento mais geral da dinâmica do neoliberalismo na América Latina, como expressões da necessidade de imposição forçada, com características militares, para o recrudescimento deste modelo de político e econômico, em última instância, um projeto de morte e de fome conduzido a partir das figuras supracitadas, como operadores políticos que levam a cabo as necessidades de manutenção da dinâmica regional e global dos mecanismos de acumulação do capital.

Todavia, esse processo não se implementa sem a luta e resistência coletiva dos povos latino-americanos em cujo período também se produziu seu contraponto, as suas negações históricas. Se faz necessário destacar um conjunto de eventos que expressam a negação desse processo de recrudescimento neoliberal na América Latina, por meio de grandes revoltas e

rebeliões populares: os *estallidos sociales* que ocorrem de 2019 a 2021[30]. Abordaremos esses eventos mais adiante.

Por agora, seguiremos definindo Brasil e Colômbia como expressões históricas da imposição das necessidades de reorganização do sistema do capital para a sua reprodução. Não importando de que forma irá se operar essas medidas, era necessário nesses países e em toda a América Latina o aprofundamento do neoliberalismo, da dependência e da superexploração da força de trabalho.

De modo geral, a imposição do receituário neoliberal significa precarização das condições de vida, um acirramento necessário da contradição capital-trabalho, a precarização como expressão da superexploração da força de trabalho. Os governos supracitados de Brasil e Colômbia representam o aprofundamento desse modelo levado às últimas consequências para a classe trabalhadora. Desde a destruição de políticas públicas até o fortalecimento do modelo agroexportador assentado no latifúndio, somado à condução desumana e desastrosa da pandemia de COVID-19, esse aprofundamento significou o aumento dos índices de pobreza, desigualdade e de uma explícita precarização das condições de vida de suas populações.

O avanço da imposição dessa condição, necessariamente produz consequências sociais e políticas drásticas para a classe trabalhadora e, portanto, para as maiorias populares latino-americanas. Poderíamos aqui destacar inúmeros aspectos como consequência direta desse processo, entretanto, trataremos de uma condição elementar para a nossa região e que teve seu crescimento acentuado no período destacado. Além disso, intensificando a expressão máxima da contradição dada na necessidade de manutenção do modo de produção capitalista: ***a fome***.

Os dados que serão apresentados a seguir indicam que a partir de 2014 o crescimento da fome e da insegurança alimentar na América Latina e Caribe já eram uma realidade presente. Além disso, entre 2019 e 2020 registramos o maior crescimento maior em todo o mundo dessas condições. Em 2022, mais de 40% da nossa população se encontrava em situação de insegurança alimentar. A inflexão política desse território dada pela imposição do aprofundamento neoliberal, tem relação direta com o crescimento da fome e dos níveis de insegurança alimentar. A pandemia de COVID-19 é também um fator importante que intensifica esse processo, mas não é sua causa, apenas um fator de escancaramento e

[30] Por toda a América do Sul se produziram revoltas, levantes populares organizados que há muito tempo não se configuravam desta maneira. Os assim chamados estallidos sociales de 2019 a 2021 aparecem em diversos países da América Latina como enfrentamento popular direto as políticas neoliberais. Suas expressões máximas são as revoltas no Chile, Colômbia Bolívia e Equador.

intensificação de uma estrutura desigual e conduzida por um modelo de precarização da vida em detrimento das necessidades de reorganização do capital desde a crise de 2008.

Dessa forma, o aprofundamento neoliberal em Brasil e Colômbia localizado nas figuras destacadas acima também tem relação direta com a constituição do crescimento da fome e da insegurança alimentar nesses países. No Brasil de 2022, o resultado desse período era alarmante, com mais da metade da população brasileira em algum nível de insegurança alimentar, 125, 2 milhões de brasileiros e brasileiras e 58,7% da população nessa condição. Na Colômbia, em 2022, 30% da população total (15,5 milhões) estavam em algum nível de insegurança alimentar.

Essa é a contradição que se apresenta na América Latina e nesses dois países em que um exército de trabalhadores superexplorados passaram a condição de fome e de insegurança alimentar. Uma imensidão de pessoas que não tem escolha a não ser se submeter a jornadas de trabalho infinitas, sem garantia alguma, não remuneradas o mínimo suficiente para garantir sua própria subsistência, muitas vezes se submetendo ao endividamento crescente para sustentar condições básicas de vida, como a alimentação.

No caso emblemático do processo de precarização da vida e do trabalho, os entregadores de aplicativos nem sequer são reconhecidos como trabalhadores das empresas nacionais que controlam o mercado em seus países, a colombiana *Rappi* e a brasileira *Ifood*. Que contradição pode ser maior do que trabalhadores e trabalhadoras que carregam comida em suas costas ao longo de todo o dia, não tenham o direito e a condição de se alimentar de forma minimante humana e adequada. Trabalhadores que pedalam ininterruptamente passando fome com comida nas costas para alimentar o capital das empresas gestadas em solo colombiano e brasileiro, mantidas às custas de investimentos externos estratosféricos. Enquanto essas empresas veem crescer o seu bolo de capital, os trabalhadores despossuídos de toda a América Latina seguem com fome. O neoliberalismo gestado na América Latina e aliado ao desenvolvimento do seu capitalismo dependente em suas realidades nacionais só se sustenta na condição da superexploração da força de trabalho, a qual se assenta sob a crescente precarização de vida da classe trabalhadora superexplorada, a qual, por sua vez, também sustenta sua reprodução precária sobre a superexploração de trabalhadores e trabalhadoras que tem no racismo e na estrutura patriarcal um dinamizador dessa precarização.

Se impõe na vida dessas maiorias populares que apenas têm na venda da sua força de trabalho a condição para sua sobrevivência, a condição de precarização da vida, cuja expressão máxima entendemos ser a fome e os diferente níveis de insegurança alimentar. Essa condição

é a negação da humanidade às maiorias populares como necessidade de reprodução do próprio modo de produção capitalista. As palavras de Carolina Maria de Jesus em *Quarto de Despejo, o maior espetáculo do pobre da atualidade é comer*, parecem assustadoramente atuais.

É nesse sentido que a partir deste momento analisaremos o fenômeno da fome como produto dos processos históricos e sociais gestados na América Latina e nas realidades nacionais de Brasil e Colômbia, buscando compreender algumas determinações e características dessa constituição a partir de análises e dados que os auxiliam na compreensão da fome como produção social, econômica e política nas realidades latino-americanas. Portanto, é preciso avançar nessa discussão para compreender essas determinações, sendo essas imprescindíveis na análise posterior das alternativas de organização populares que surgem como enfrentamento a essa condição latino-americana nas realidades de Brasil e Colômbia.

2.4 A produção social, econômica e política da fome na América Latina

Entendemos a fome como a expressão máxima da contradição entre capital e trabalho produzida a partir de um modo de sociabilidade imposto que separa os seres humanos de seus meios de trabalho e subsistência cujo resultado também é a subordinação do trabalho ao capital. A exploração em si não é fundada por esse modo de produção, porém, esse sistema tem como gênese e como essência a promessa da liberdade e da igualdade como pilares de sustentação (também ideológicos) da superação do modo de produção anterior. A partir do advento do capitalismo vende-se a ideia de que todos são livres e iguais, mas apenas para alugar a sua capacidade de trabalho no mercado, isso porque a partir da consolidação desse modo de produção e sociabilidade essa é a única forma de acesso para atender as necessidades humanas, desde as biológicas até as socialmente constituídas.

Conforme demonstrado anteriormente, o modo de produção capitalista não foi, não é e não será capaz de garantir tais promessas, nem sequer é capaz de produzir uma estrutura em que todos e todas tenham como condição mínima o atendimento das suas necessidades humanas mais básicas. Em seu próprio movimento tem como condição o acentuamento da contradição capital-trabalho, uma necessidade intrínseca ao processo de reprodução do capital, que opera em sua irracionalidade de expansão infinita e depende de seus mecanismos de controle sociometabólico e de desenvolvimento desigual e combinado. Esse modo de produção se funda e se mantém nos processos constantes de expropriação e aprofundamento da exploração e é também uma condição intrínseca ao seu funcionamento a manutenção de uma parte da população em condições precárias de vida, de miséria e fome.

Desde a essência do modo de produção capitalista, passando pela configuração do trabalho e chegando a dinâmica da divisão internacional como mecanismo de reprodução do capital a nível global, reafirmamos que devemos compreender a fome como uma produção histórica, social, econômica e política. O sistema do capital, totalizante e totalitário, necessita relegar uma parte significativa da humanidade a condição de pobreza, de miséria e de fome, isso porque não somente esse mecanismo é necessário a manutenção da acumulação, tendo como alavanca a superpopulação relativa, mas também porque é incapaz de produzir o atendimento das necessidades básicas da humanidade para todos os seres humanos. O modo de produção capitalista prometeu a liberdade e a igualdade, mas a entregou apenas para uma minúscula parcela da humanidade, os donos do capital, a classe burguesa. Nem todos são suficientemente livres e iguais, ou até considerados humanos o suficiente a ponto de poderem atender suas necessidades básicas de sobrevivência e de reprodução da própria vida. Portanto, a fome é uma contradição presente e constante na hegemonia do modo de produção capitalista e intensificada a partir da condição intrínseca desse modo de produção em seu caráter de desenvolvimento desigual e combinado, cuja máxima se expressa nesse momento sob o aprofundamento do modelo neoliberal no cenário latino-americano. Explicitemos a questão.

É claro que a fome é uma questão presente desde o surgimento da humanidade, como expressão de uma necessidade biológica humana e, mais além disso, esteve presente em todos os modos de produção e reprodução da vida humana construídos ao longo de seu processo de desenvolvimento. Em boa parte da história da humanidade estávamos muito mais suscetíveis a fome devido a um grau maior de dependência com relação a determinadas condições naturais e da relação de menor controle sobre essas. Entretanto, com o próprio desenvolvimento da humanidade, das formas de sociabilidade e dos conhecimentos humanos que permitiram cada vez mais conhecer a natureza, maior foi a independência das barreiras naturais e menor a dependência das intercorrências ou as casualidades dos meios em si, em última instância, fundada no trabalho e na relação entre teleologia e causalidade, na capacidade que funda o ser social. Essa capacidade também nos transformou e como ser social fomos cada vez mais sendo capazes de superar adversidades impostas pelas condições naturais e controlando cada vez melhor a capacidade de atuar sobre essa realidade.

Entretanto, a consolidação do modo de produção capitalista e a característica desse modelo de se revolucionar constantemente a partir da incorporação de inovações tecnológicas (produzidas pelo trabalho humano) empreendidas dentro desse modo de produzir, tornou possível o desenvolvimento das forças produtivas a tal ponto que a humanidade passa a ser

potencialmente capaz de produzir alimentos suficientes em quantidade para atender todos os seres humanos do planeta Terra. O modo de produção capitalista, a partir da exploração do trabalho e da forma como esse é subordinado ao capital, chega a um patamar de capacidade produtiva em que está colocada a possibilidade real de produção, distribuição e consumo de alimentos que supra em sua totalidade a necessidade de alimentação da humanidade.

Sobretudo a partir da segunda metade do século XX se produzem avanços tecnológicos que permitem aumentar a capacidade produtiva de alimentos em todo o mundo, esses avanços são gestados a partir das dificuldades postas no contexto da Segunda Guerra diante da necessidade de aumentar a produção de alimentos dadas as condições da época. Por volta da década de 1960 se inicia um processo da assim chamada *Revolução Verde*, por meio do desenvolvimento e implementação de tecnologias e "modernização" da produção agrícola, produzindo um aumento da produção. Entretanto, como intrínseco ao modo de produção capitalista, isso provocou processos de expulsão das populações do campo, migração das populações de trabalhadores rurais para a cidade, uso massivo e crescente de agrotóxicos e diversos impactos socioambientais. Isso permitiu que desde esse período o aumento da produção de alimentos no planeta crescesse muito além do crescimento da população mundial, mas não a resolução da fome. Na década de 1980, as contribuições de *Amartya Sen* demonstraram que mesmo em países que não tinham nenhum problema no sentido de capacidade produtiva e de abastecimento, ou seja, condições para alimentar sua população total, entretanto, a fome continuava presente.

Por isso, esse potencial e essa produção não realizam efetivamente no combate à fome e na sua erradicação, tendo em vista que o desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista não é voltado exatamente para resolver as questões da humanidade, mas é sempre colocado a serviço da manutenção do ciclo da acumulação. Em certo ponto, não temos mais como humanidade uma questão de baixa produtividade de alimentos, dificuldades logísticas intransponíveis de abastecimento, salvo em exceções de eventos climáticos e guerras, por exemplo. O avanço tecnológico permite uma outra condição de produção e distribuição de alimentos e certas dificuldades instransponíveis não estão mais postas. Hoje, não superar a fome é uma escolha política, necessária ao próprio desenvolvimento capitalista.

Segundo dados da FAO, em 2016, por exemplo, a produção mundial de alimentos seria suficiente pra suprir mais de 7 bilhões de pessoas. Hoje, temos capacidade produtiva para suprir as necessidades nutricionais de todas as pessoas do mundo. Por exemplo, em 2022, a produção de grãos foi de mais de 2,7 bilhões de grãos, suficiente para o abastecimento mundial. Outra

questão importante é o desperdício de alimentos no mundo, segundo dados da ONU no Índice de Desperdício de Alimentos 2021, aponta que 17% dos alimentos da produção global são desperdiçados, não sendo aproveitados de maneira nenhuma.

Contudo, a compreensão da fome nem sempre foi vista dessa forma e durante muito tempo essa ideia ainda persistiu e, por isso, produziram-se conclusões a partir da aparência dessa condição. Nesse sentido, as teses de que a fome seria fruto meramente de causas naturais ou pudesse ser compreendida a partir de um ponto de vista racista e individualizante tiveram protagonismo e perduraram como sendo explicações plausíveis para este fenômeno. As diferentes teorias pautadas na compreensão aparente e no senso comum conveniente e conivente, partiam desde um *malthusianismo* aplicado a determinadas regiões, até a construção de afirmações de caráter pseudocientífico, assentadas em afirmações racistas e de culpabilização do indivíduo pela questão da fome. Algumas dessas ideias ainda permeiam o pensamento sobre a questão no Brasil e no mundo, nesse sentido, ainda é preciso combater essa concepção rasa e indevida de um problema crítico para a humanidade.

Um dos autores fundamentais e que inicia o ponto de virada para a afirmação da fome como uma condição social, econômica e política foi o médico, geógrafo e antropólogo brasileiro *Josué de Castro*. Sua obra capital, pioneira e um marco nos estudos sobre a fome, *Geografia da Fome* (1946) 1967, inaugura um método geográfico que desvela um Brasil invisibilizado e desafia o discurso hegemônico da época, buscando superar o ocultamento do debate sobre a questão da fome no país e uma visão economicista e reducionista sobre o fenômeno. Além disso, a produção é um marco porque afirma a fome como o problema central, como condição biológica, mas como questão ecológica que incorpora uma dimensão social e cultural.

Ao longo do desenvolvimento de seus estudos e produções, o autor brasileiro vai complexificando a questão da fome, articulando essa como questão social, econômica, geopolítica e existencial. Traça uma relação fundamental para sua época entre a produção da fome e o subdesenvolvimento e aponta para a necessidade de compreender a fome como fenômeno atrelado a concentração de renda e da terra, como produto da desigualdade social, por isso, explicitando a urgência do enfrentamento dessas questões, seja no campo ou nos centros urbanos. Em *Geopolítica da Fome* (1951) busca documentar o fenômeno a nível mundial, justamente na tentativa de articular a questão a uma compreensão mais ampla, cujas determinações não somente podem se dar a nível nacional ou regional, por isso, traz uma crítica importante à dinâmica da relação de dominação dos países ricos e dos grupos econômicos

dominantes, bem como o desinteresse desses em enfrentar a questão da fome, mesmo demonstrando que havia capacidade para tal.[31]

É nesse sentido que o pesquisador brasileiro é fundamental na afirmação da fome como problema estrutural, como construção social, econômica e política, produzida e mantida pelas relações estabelecidas pela própria humanidade e constituídas historicamente sob uma determinada forma de sociabilidade. De forma pioneira, o autor nos deixa o legado de que a luta contra à fome deve ser necessariamente a luta contra a concentração de riqueza e recursos, bem como o enfrentamento a desigualdade.

Do nosso ponto de vista, é preciso compreender que a fome é uma das consequências impostas pela configuração do trabalho no modo de produção capitalista, pela total subordinação do trabalho ao capital, ou seja, a própria reprodução da vida está vinculada a necessidade de atender aos interesses irracionais desse modo de produção e de sociabilidade, em que necessariamente uma parte da humanidade estará na condição de não conseguir satisfazer suas necessidades humanas básicas. O sistema do capital é a negação da própria humanidade, da própria condição básica e elementar de reprodução da vida humana, tendo em vista que não consegue sequer garantir a possibilidade do atendimento básico para a manutenção da condição biológica da existência. Hoje, a fome é uma escolha política e um produto direto do sistema do capital e da imposição de um modo de controle sociometabólico, esse sim, totalizante e totalitário, ao negar as condições básicas da própria existência humana para centenas de milhões de pessoas.

Além disso é necessário avançar na compreensão desse fenômeno na dinâmica do sistema do capital em seu desenvolvimento desigual e combinado, em sua expressão particular nas realidades latino-americanas. Portanto, reafirmamos que a fome também tem um lugar específico na divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, é preciso tanto compreender o fenômeno da fome como produção social, econômica e política, quanto traçar a sua especificidade de expressão e manifestação na América Latina, no Brasil e na Colômbia.

É nesse contexto que está posta uma contradição brutal, um desdobramento da subordinação do trabalho ao capital. Conforme exposto, a América Latina tem um papel fundante no processo de consolidação do capitalismo central em seu processo de

[31] A obra de Josué de Castro é fundamental inclusive para visibilizar a questão da fome a nível internacional, sendo incorporada aos estudos de organizações internacionais como a FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a qual foi presidida pelo brasileiro entre 1952 e 1955. Entretanto, Josué se decepciona ao se deparar com a limitação de atuação desses órgãos, pautados pelos interesses dos países ricos e grupos econômicos dominantes dessas organizações que à época não tinham interesse de construção e proposição de políticas públicas de combate efetivo à fome. (FERNANDES & GONÇALVES, 2007)

industrialização, isso porque os alimentos e matérias-primas necessárias para o processo de acumulação primitiva e da própria industrialização dos centros europeus eram majoritariamente desta região. Em boa parte desses países a condição dependente e subordinada dessas economias ainda faz com que se tenha uma manutenção do seu caráter exportador. Uma quantia considerável dessas exportações são de alimentos ou de matérias-primas imprescindíveis na produção industrial dos centros econômicos dominantes.

Tomaremos o Brasil como exemplo, analisando seu contexto na particularidade latino-americana. Apesar de estar em uma posição diferente de boa parte dos países da região, o Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo, figura sempre entre os 5 maiores, entretanto, mais da metade da sua população está em algum nível de insegurança alimentar. O setor do agronegócio vem registrando recordes de lucros e com um crescimento acelerado, entretanto, falta comida no prato da população brasileira, mesmo porque quem alimenta o povo brasileiro não é o agronegócio e os latifundiários, é a agricultura familiar. Logo de cara, podemos dizer que não se trata de um problema de capacidade produtiva.

No Brasil, 70% dos alimentos consumidos pela população são produzidos pela agricultura familiar empregando 67% de trabalhadoras e trabalhadores na área. Os estabelecimentos caracterizados como agricultura familiar representam 77% do total de estabelecimentos agropecuários, contudo, representam apenas 23% da área total de terras desses estabelecimentos brasileiros, conforme demonstram os dados do *Censo Agropecuário de 2017* (IBGE, 2017). Por mais que represente de fato a comida no prato da população brasileira, a terra ainda segue concentrada nas mãos dos poucos latifundiários que tem outro objetivo, a exportação de *commodities*. Uma estrutura presente nos países latino-americanos.

Dados produzidos pela Oxfam (2016) apontam que a América Latina é a região que tem o acesso à terra mais desigual do mundo. A maior desigualdade na distribuição de terras se dá pelo fato de mais da metade de todas as terras produtivas da região (51,19%) estarem concentradas em apenas 1% das fazendas, isso significa que 1% das propriedades rurais de toda a região, latifúndios, ocupam mais terras do que os 99% de propriedades restantes. Dados da FAO (2017) também colocam a região como a mais desigual do mundo no quesito distribuição e acesso à terra, sendo que na América do Sul a desigualdade é ainda maior do que nas outras sub-regiões.

Outros dados da Oxfam (2017) permitem afirmar que a Colômbia é o caso mais extremo de toda a região, fruto de sua estrutura histórica e da presença incessante de 70 anos do conflito armado. O país tem a pior distribuição de terras da região, tendo em vista que 1% das

propriedades concentram mais de 80% de toda a terra produtiva do país. No Brasil, 47,6% da área rural ocupada por estabelecimentos a menos de 1% das propriedades (IBGE, 2017). A majoritária produção de soja nos latifúndios brasileiros que servem nesse momento para a aceleração da economia chinesa ou o café colombiano que desperta os trabalhadores estadunidenses (os maiores consumidores de café do mundo), nenhum desses alimentam suficientemente as classes trabalhadoras de Brasil e Colômbia.

No Brasil, em 2022, 82% das exportações do assim chamado *agronegócio* se resumem a cinco complexos agroindustriais: complexo soja (38,6%), carnes (16,1%), produtos florestais (10,4%), cereais, farinhas e preparações (9,1%), complexo sucroalcooleiro (8%), segundo os dados do Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil, ou seja, majoritariamente o agronegócio obtém seus lucros exorbitantes da exportação desses 5 tipos de produtos, os quais são exportados i*n natura*. Segundo dados do mesmo ministério, em 2022, as exportações do agronegócio representaram 47,6% do total exportado pelo Brasil. A plantação de soja no Brasil ocupa quase 75% da área de agricultura do país, o que equivale a 4,3% do território nacional.

Essa predominância do monocultivo que se volta para a exportação reflete a estrutura agrária do país, a qual tem o seu alto preço porque só se estabelece pela destruição. O Brasil é liderança mundial na produção de alimentos geneticamente modificados, bem como no consumo de agrotóxicos, intensificado ainda mais nos últimos anos por sua liberação desenfreada, além disso, nesse período tivemos um crescimento recorde do desmatamento. Por fim, estamos em segundo lugar na classificação de países que mais matam lideranças sociais no campo e ambientalistas, na qual a Colômbia ocupa a primeira posição.

A contradição posta é que as exportações e os lucros do agronegócio baseado na exportação de commodities crescem cada vez mais, bem como as terras destinadas ao seu cultivo, em contraposição, as terras para a agricultura familiar vem diminuindo, tendo em vista o decréscimo de 9,5% do número total de estabelecimentos de agricultura familiar entre 2006 e 2017. Os lucros do agronegócio também crescem a cada ano batendo recordes sucessivos, porém, uma massa de trabalhadores e trabalhadoras se encontram em insegurança alimentar e fome. Os lucros galopantes da soja destinada à exportação se coloca no contraste com milhões de famílias que não sabem como ou quando irão se alimentar. Isso porque não possuem recursos suficientes para comprar o alimento, afinal, é apenas assim que podem acessá-lo. Por isso, os lucros crescem ao passo que a fome cresce, essa foi a dinâmica de acumulação que observamos nos últimos anos.

Dados de outra pesquisa da Oxfam (2022) apontam para essa questão, explicitando o abismo social já posto em nossa sociedade e intensificado pela tragédia da pandemia de COVID-19. A estrutura desigual já estava presente, mas nesse período, o lucro e o enriquecimento com a crise humanitária explicitam a estrutura de funcionamento de morte e de fome do modo de produção capitalista. A pesquisa aponta que a renda de 99% das pessoas caiu durante o período, sendo que 125 milhões de pessoas perderam seus empregos e muitas outras se submeteram a reduções de salário ou estiveram impossibilitadas de trabalhar, contudo, um bilionário surgiu no mundo a cada 30 horas, foram 573 durante o período. Além disso, em 2022, 2.668 bilionários no mundo possuíam o equivalente 13,9% do PIB anual de todos os países. Esse grupo teve crescimento de 42% do seu patrimônio durante a pandemia.

Não é novidade que os *barões da fome* lucrassem com essa situação dramática das maiorias populares. O estudo ainda aponta que bilionários do ramo alimentício aumentaram suas fortunas em 1 bilhão de dólares a cada dois dias, além disso, nesse ramo, 62 novos bilionários surgiram. A inflação dos alimentos no período e o crescimento da fome que já era uma realidade antes da pandemia, enriqueceu ainda mais os donos dos monopólios conformados por empresas do ramo alimentício. Para citar um exemplo, o dono da empresa estadunidense Cargill e sua família (como manda a tradição) enriqueceram aumentando sua fortuna em quase 20 milhões de dólares por dia e em 2022 tiveram o maior lucro de sua história. Desde 2020 sua fortuna aumentou 14,4 bilhões de dólares (65%). A empresa está presente no Brasil e controla boa parte do mercado mundial do ramo. Não nos parece aleatório que justamente um de seus produtos comercializados no país seja o óleo de soja, mesmo que o lucro estratosférico não venha somente desses produtos, a empresa lucrou sobretudo a partir da inflação dos alimentos no período. Talvez poucas relações possam ser mais literais do que essa, enquanto milhões passavam a condição de fome, outros, muito poucos, enchiam seus bolsos às custas da dor e da morte.

Essa questão se coloca na profundidade da contradição capital-trabalho presente no momento atual, na tendência intrínseca do modo de produção capitalista a centralização de capital e o estabelecimento de monopólios. Dados do *Atlas do Agronegócio* (SANTOS & GLASS, 2018) apontam que a Cargill, junto com mais 3 outros conglomerados (duas empresas estadunidenses e uma holandesa) controlam mais de 70% das exportações e importações do mercado mundial de matérias-primas agrícolas, ou seja, controlam essa quantidade do mercado de matéria-prima que é destinado a outras empresas alimentícias. Essas outras empresas controlam a maioria dos produtos que são vendidos nos supermercados. No total, são 87

empresas, de 30 países diferentes, que dominam a cadeia produtiva do agronegócio no mundo todo. No Brasil, o estudo mostra que cerca de 70% dos produtos consumidos por famílias brasileiras são controlados por 10 empresas. São essas empresas que controlam basicamente o que está nos supermercados para consumo, bem como têm uma influência decisiva nos preços dos produtos comercializados, os quais estão presentes em quase todas as casas do povo brasileiro.

A América Latina como um todo vem sofrendo muito com a inflação dos preços dos alimentos nos últimos anos também como consequência desse processo e sua condição atual. A inflação sobre os alimentos na América Latina é a maior registrada no mundo, mais alta do que a média mundial, mesmo a região sendo líder na produção e exportação em diversos setores de alimentos (FAO, 2023). Essas economias têm pouca autonomia no que diz respeito às mudanças que ocorrem na dinâmica do capitalismo internacional, pouca margem para conter, por exemplo, um aumento do preço dos combustíveis ou um aumento do preço de fertilizantes (que vem majoritariamente da Rússia) devido ao conflito entre Rússia e Ucrânia/OTAN. Entretanto, essas não são situações circunstanciais pelo momento geopolítico, são condições estruturais na América Latina que apenas se intensificam neste cenário.

Entretanto, esse não é o único fator determinante na produção da fome e da insegurança alimentar na América Latina, ainda mais quando analisamos o caso brasileiro. Junto a isso, o fator primordial que determina a condição brasileira e latino-americana é a brutal desigualdade na distribuição de renda, assentada na baixa remuneração estrutural de suas populações, consequentemente, comprometendo o acesso a manutenção de suas necessidades mais básicas. Esse cenário se constitui pela já explicitada superexploração da força de trabalho como necessidade do capitalismo dependente, em que as maiorias populares estão submetidas a uma remuneração abaixo do valor da força de trabalho, do mínimo necessário para sua própria reprodução, constituída também na pressão feita pela superpopulação relativa como mecanismo de manutenção dos baixos salários e da precarização. Ou seja, devida a estrutural baixa remuneração pela condição necessária a reprodução do capitalismo nessa região pela manutenção dos baixos salários, as maiorias populares latino-americanas não comem porque não conseguem acessar esses alimentos, aquilo que recebem pela venda da sua força de trabalho não é suficiente para comprar alimentos em quantidade ou qualidade suficientes.

Nesse sentido, retornando à especificidade brasileira na análise desse caso, a fome e a insegurança alimentar no Brasil são estruturalmente um problema de distribuição de renda, a condição de se alimentar de forma suficiente quantitativa e qualitativamente está diretamente

atrelada a condição de acesso aos alimentos. No Brasil, não temos problemas de produção ou distribuição de alimentos, conforme já afirmava Josué de Castro desde sua época, o problema da fome se dá devido a contínua precarização das condições de vida da classe trabalhadora como necessidade dos processos de acumulação no país e na região. É por isso que a insegurança e a fome no Brasil estão presentes em 71% das famílias que tem como renda familiar mensal até ¼ salário mínimo per capita (SMPC), em 45% das que ganham entre ¼ e ½ de SMPC, 24% entre ½ e 1 SMPC, chegando a 9% para aquelas que ganham mais de 1 SMPC. Ou seja, reafirmamos aqui a relação direta entre renda e capacidade de alimentação. Aprofundaremos na próxima etapa o panorama dessa condição no Brasil com mais dados.

Por agora, uma das chaves de compreensão dessa condição é justamente o caráter dependente dessas economias com relação ao centro dinâmico do capital internacional, na qual, conforme já destacamos, se dá pela constante transferência de valor, a qual se assenta na necessidade da superexploração da força de trabalho. Essa, por suave vez, se objetiva no prolongamento da jornada de trabalho e no aumento da intensidade do trabalho para além de seus limites normais e na remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor normal. Luce (2018) acrescenta a determinação do hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração recebida.

O prolongamento da jornada de trabalho significa uma apropriação maior da massa de valor, aumento de trabalho excedente e apropriação do fundo de vida do trabalhador. Do ponto de vista do trabalhador, o prolongamento da jornada significa menos tempo de descanso ou de reposição da sua energia vital, o que não poderá de forma alguma ser compensado com o consumo de valores de uso ou de bens no mercado, é tempo de vida que não pode ser comprado ou reposto com mercadorias. Nesse sentido, a condição de "[...] sobredesgaste de sua corporeidade físico-psíquica tende a levar à piora de suas condições de vida, ao adoecimento e ao esgotamento prematuro de seu tempo de vida útil." (LUCE, 2018, p.188).

A aceitação não voluntária dessas condições de exaustão e esgotamento por parte dos trabalhadores apenas reforça a tese da remuneração abaixo de seu valor porque é uma necessidade se submeterem à violação do seu fundo de vida (roubo do seu tempo de vida futuro) para tentar compensar parcialmente a apropriação de seu fundo de consumo ou a capacidade de suprir suas necessidades básicas para reproduzir sua energia vital por meio do consumo de valores de uso.

Conforme aponta Luce (2018), buscando trazer situações concretas da superexploração da força de trabalho e analisando o caso brasileiro, o parâmetro para avaliar o valor da força de

trabalho em condições próximas do seu valor é o cálculo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) do Salário Mínimo Necessário (SMN). Esse seria o valor que expressaria a quantia ideal para o consumo de valores de uso necessários para que a força de trabalho possa se reproduzir em condições normais, ou seja, cobrir gastos com alimentação, moradia, vestuário, higiene, saúde, educação, lazer, entre outros que exprimem as necessidades humanas básicas neste contexto. Apenas para exemplificar a questão, em março de 2023 o salário mínimo necessário para cobrir essas necessidades deveria ser $ 6.571,52 reais, segundo o DIEESE, porém, o salário mínimo vigente real no Brasil no mesmo mês de março de 2023 é de $1.302,00 reais.

Essa condição apenas se sustenta por um dos seus mecanismos de regulação para a manutenção do baixo valor da força de trabalho, a superpopulação relativa. Esse mecanismo é necessidade intrínseca e alavanca da acumulação necessária para a reprodução do sistema do capital e um motor fundamental para os processos de precarização, uma expressão da superexploração da força de trabalho na América Latina, e para a manutenção de uma remuneração baixa da força de trabalho, cuja situação se agrava no modelo de aprofundamento neoliberal.

É nesse momento, inclusive, que a contradição capital-trabalho se acirra de tal maneira que o avanço do trabalho excedente sobre o trabalho necessário precisa ser cada vez maior e mais voraz, bem como a manutenção de um exército de precarizados, desempregados, subempregados ou na correria da *viração* cada vez maior, pressionando ainda mais a remuneração para baixo. Tendo em vista que a força de trabalho é remunerada abaixo do seu valor normal ou abaixo do mínimo necessário para a sua própria reprodução temos um exército de pessoas não somente subempregadas, mas subalimentadas.

Nesse sentido, uma outra questão estrutural se coloca, uma vez que o ciclo do capital não se realiza completamente nas economias latino-americanas. Por isso, a força de trabalho não é um elemento necessário no consumo dessas mercadorias produzidas por essas economias, já que de forma majoritária o consumo das mercadorias produzidas por essas economias se realiza no exterior. A exploração brutal dessa força de trabalho passa por essa condição em que ela não é necessária, em sua maior parte, para a própria realização do ciclo do capital, dessa forma, não precisa nem sequer ser vista como consumidora. Sendo assim, as classes trabalhadoras latino-americanas também podem ser remuneradas abaixo do mínimo necessário para a sua própria reprodução, tendo em vista a vasta oferta de força de trabalho para aquilo que suas economias necessitam. Uma vez que, pelo caráter majoritário de suas economias não

requererem muita especialização de sua força de trabalho, temos um enorme contingente dessa classe em ocupações precarizadas, que hoje está expressa pela plataformização do trabalho, em que fica evidente as determinações da superexploração em sua divisão social, racial e sexual do trabalho.

A manutenção de um exército que é construído desde a transição do escravismo colonial até os dias atuais e mantido em sua forma inflada como necessidade da reprodução do capital nessas economias, se materializa na superexploração, a qual têm suas especificidades também dentro da própria classe, sendo necessária para a manutenção da superexploração a divisão racial e sexual do trabalho. Essa reprodução se dá também na própria dinâmica dessa divisão nessas realidades, em que se necessita uma base de trabalhadores superexplorados exercendo ocupações hiper precarizadas para a própria manutenção da superexploração e para a dinâmica de acumulação. Aqui citamos o caso estrutural brasileiro das empregadas domésticas como necessidade das classes médias e altas para a própria reprodução da sua força de trabalho, mas também podemos relembrar a condição aviltante do exército de entregadores submetidos a condições de trabalho desumanas dadas na plataformização do trabalho.

É por isso que, conforme veremos, boa parte da classe trabalhadora, por mais exaustiva e intensa que seja a jornada de trabalho, muitas vezes praticamente interminável, mesmo nessa condição, não consegue sequer se alimentar de maneira adequada, suprir a mínima necessidade para a existência humana, porque sua remuneração real não permite isso. A classe trabalhadora está em uma constante e iminente situação de insegurança alimentar e de fome. Isso é uma necessidade da reprodução do modo de produção capitalista a nível global, que coloca suas contradições mais brutais para os rincões do mundo, onde a fome é quase regra e não exceção. Os dados a seguir corroboram essa tese.

2.4.1 Dados da Fome na América Latina, no Brasil e na Colômbia

Para compreender o fenômeno da fome se faz necessário apresentar alguns critérios para a definição de diferentes formas de insegurança alimentar a partir dos parâmetros adotados pelas pesquisas que serão apresentadas a seguir. Em um primeiro momento, apresentaremos os dados com base nos critérios estabelecidos pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a partir da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Já para a caracterização da situação colombiana foi utilizada uma outra escala que será abordada mais adiante. Esses documentos nos fornecem a definição do que podemos caracterizar como diferentes formas ou níveis de insegurança alimentar.

Para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) a insegurança alimentar pode ser caracterizada pela limitação do acesso a alimentos por falta de dinheiro ou outros recursos. Além disso, pode ser medida em dois níveis por sua escala de experiência de insegurança alimentar (FIES): a insegurança alimentar moderada e a insegurança alimentar grave. Em seu nível moderado se configura na incerteza da capacidade de obtenção de alimentos ou em uma situação em que no espaço de um ano, pessoas se viram obrigadas a reduzir em quantidade ou qualidade os alimentos consumidos devido à falta de recursos necessários. Já a insegurança alimentar grave se configura na situação em que pessoas ficam sem a capacidade de obter comida suficiente para se alimentar de maneira adequada, em que já vivenciaram a situação de fome por impossibilidade de obtenção de alimentos e, em casos extremos, ficando dias sem comer.

Outra definição que nos ajuda a caracterizar os diferentes níveis de insegurança alimentar se dá na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), cuja métrica foi utilizada para os dados apresentados especificamente sobre o Brasil.

A insegurança alimentar leve é definida como uma condição de instabilidade na alimentação, estando presente uma possível incapacidade de obter alimentos em um futuro próximo, bem como um comprometimento da qualidade da alimentação para a manutenção da quantidade de alimentação adequada.

A insegurança alimentar moderada é caracterizada pelo comprometimento da quantidade e variedade de alimentos consumidos, a presença de um risco real de pular refeições ou alimentos acabarem, mas também diz respeito a uma redução quantitativa considerável na ingestão de alimentos.

A insegurança alimentar grave é o que caracterizamos como fome: uma insuficiência de alimentos para atender necessidades humanas básicas, na qual está presente uma restrição grave e constante na ingestão de alimentos, podendo também ser caracterizada pela condição de privação de alimentos por um dia ou mais.

Desse modo, podemos seguir para a breve apresentação de alguns dados que nos auxiliam na compreensão do panorama atual dos níveis de insegurança alimentar e de fome na América Latina como resultado e expressão do capitalismo dependente latino-americano em seu atual modelo de imposição do aprofundamento neoliberal.

Segundo o relatório "*América Latina y el Caribe - Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional 2021: estadísticas y tendencias*" (FAO, 2021), a América Latina e Caribe é o território em que a fome mais cresceu no mundo entre os anos 2019 e 2020. É o

maior crescimento registrado em comparação com outras regiões. A prevalência da fome na região chegava a 14% em 2020, o que significa um aumento de 4% em relação a 2019, ou seja, cerca de 60 milhões de pessoas a mais estão em condições de insegurança alimentar grave: a fome. O panorama da FAO (2021) explicita o crescimento das condições de insegurança alimentar na América Latina uma vez que o número de pessoas que estão na condição de fome cresceu vertiginosamente em apenas um ano. Ademais, os dados da pesquisa mostram que estamos retrocedendo na luta contra a fome. Na América Latina e Caribe, voltamos aos índices de fome e subnutrição de 15 anos atrás.

O relatório seguinte "*Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional - América Latina y el Caribe 2022: hacia una mejor asequibilidad de las dietas saludables*" (FAO, 2023), aponta para a conclusão de que a insegurança alimentar e a fome nessa região vem aumentando desde 2014, sendo que no período de 2014 a 2021 as condições de insegurança alimentar moderada ou grave cresceram 8,1% na média mundial enquanto na América Latina o crescimento foi de 16%. A insegurança alimentar e a fome na América Latina e Caribe cresceram o dobro do que na média do crescimento mundial desde 2014. Isso faz com que 40,6% da população latino-americana e caribenha esteja em situação de insegurança alimentar moderada ou grave (a média mundial é 29,3%).

Tabela 1 – Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave no mundo e na América Latina de 2014 a 2021.

	Inseguridad alimentaria moderada (porcentaje)				Inseguridad alimentaria grave (porcentaje)				Inseguridad alimentaria moderada o grave (porcentaje)			
	2014	2019	2020	2021	2014	2019	2020	2021	2014	2019	2020	2021
Mundo	**13,5**	**16,1**	**18,6**	**17,6**	**7,7**	**9,3**	**10,9**	**11,7**	**21,2**	**25,4**	**29,5**	**29,3**
América Latina y el Caribe	17,1	21,8	26,7	26,4	7,5	9,9	12,8	14,2	24,6	31,7	39,5	40,6
Caribe			31,8	33,5			36,6	30,5			68,4	64,0
Mesoamérica	23,7	20,9	26,8	26,1	6,5	7,3	7,3	8,0	30,2	28,2	34,1	34,1
Sudamérica	13,0	21,5	26,1	25,8	5,4	8,5	12,7	15.,1	18,4	30,0	38,8	40,9

Fonte: FAO, 2023, p. 17.

Nesse sentido, os estudos apontam que o agravamento da insegurança alimentar e da fome já ocorre há mais de 8 anos nesta região e os impactos trágicos da pandemia de COVID-

19[32] apenas aprofundaram a desigualdade estrutural presente na região, o que nos permite dialogar com o período exato de aprofundamento neoliberal presente na região nesse período.

Se faz necessário uma ressalva crítica quanto a análise presente nesses estudos das razões pelas quais se produziu um aumento dos níveis de insegurança alimentar e da fome. Nos dois estudos se apresentam: a pandemia, as condições climáticas e até o conflito entre Rússia e Ucrânia/OTAN como causas preponderantes do aumento dessa condição na América Latina, sobretudo pelo aumento da inflação dos alimentos, da pobreza e do custo de vida. Essas são causas importantes para compreender a questão, entretanto, é preciso compreender é importante reiterar que a condição imposta pela pandemia e por esses eventos apenas intensificam o processo de aprofundamento de uma condição estrutural e, portanto, acentua uma tendência que já era realidade em boa parte dos países latino-americanos, cuja (re)intensificação se dá a partir da década de 2010, conforme vimos. A consequência do modelo neoliberal que na particularidade do capitalismo latino-americano se apresenta por meio da superexploração do trabalho e da precarização total das condições de vida expressa a contradição máxima do modo de produção capitalista nessa região, cujo reflexo pode ser compreendido em parte nos dados subsequentes.

No ano de 2020, eram 267 milhões de pessoas que se encontravam em situação de insegurança alimentar moderada ou grave na região. Sendo assim, essas condições de insegurança alimentar estavam presentes cotidianamente em 40,9% da população na região em 2020. O número cresceu em 9% e representa 60 milhões de pessoas a mais nesta situação em comparação com 2019. Além disso, 14% da população estava em condição de fome em 2020, ou seja, 92,8 milhões de pessoas, enquanto essa cifra, em 2014, apontava para 47,6 milhões de pessoas (FAO, 2021). O relatório seguinte (FAO, 2023), apresenta um panorama que confirma o crescimento da insegurança alimentar e especificamente da fome na região. A região tem o maior custo para manter uma dieta saudável (quantidade adequada de calorias e de nutrientes provenientes de uma diversidade equilibrada de diferentes grupos de alimentos) dentre todos os continentes.

Partindo para a qualificação dos índices de insegurança alimentar moderada ou grave, em 2021, 267,7 milhões de pessoas estavam nessa condição na América Latina e Caribe. Isso

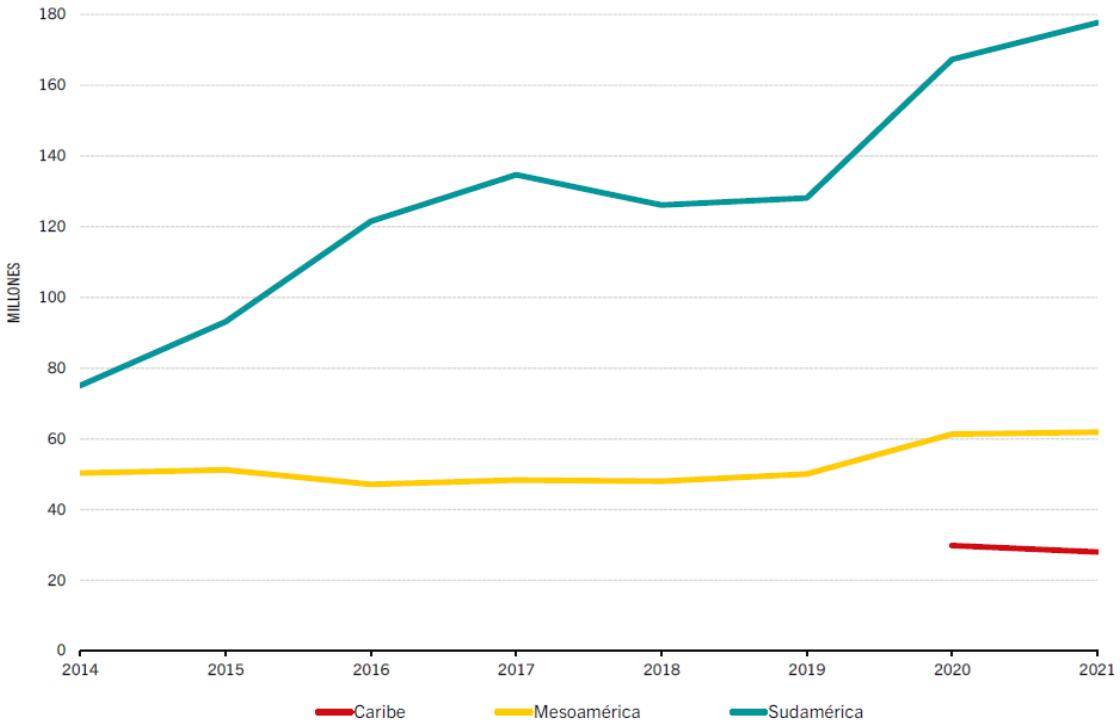
[32] Vale a pena salientar que a população de América Latina e Caribe corresponde a 8,4% da população mundial, entretanto, a região concentrou mais de 28% das mortes por COVID-19 em todo mundo, segundo dados da OMS em 2022.

representa uma média maior (40,6%)[33] do que a mundial (29,3%) de pessoas nessas condições, sendo que o aumento desses níveis de insegurança alimentar na América Latina e Caribe foi o maior registrado entre os continentes do mundo entre 2019 e 2021. Isso significa que nesse período 62,5 milhões de latino-americanos e caribenhos passaram a estar nessa condição, partindo de 205,2 milhões em 2019 para 267,7 milhões em 2021.

Esse crescimento acentuado é puxado majoritariamente pelo aumento dessa condição na América do Sul, sub-região que em 2021 tinha 177,7 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar moderada ou grave. Em 2021, na América do Sul, essa condição afetava 40,9% de toda a população (177,7 milhões), na América Central são 34,1% (61,9 milhões) e no Caribe 64% (28 milhões), em que 30,5% estão em situação grave de insegurança alimentar (FAO, 2023).

Entretanto, reiteramos também que esse aumento se inicia antes de 2019 em que as condições de insegurança alimentar moderada ou grave somadas na América Latina e Caribe de 2014 a 2021 representaram um aumento de 116 milhões de pessoas a mais nessas condições.

Gráfico 1 – Número de pessoas em insegurança alimentar moderada ou grave por sub-região da América Latina de 2014 a 2021.



Fonte: FAO, 2023, p. 19.

[33] Apesar de uma porcentagem menor com relação ao estudo anterior, isso não significa que a fome deixou de crescer na região, tendo em vista que os dados do panorama (FAO, 2021) apontam para 267 milhões de pessoas nessa condição e o panorama (FAO, 2023) aponta para o número de 267,7 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar moderada ou grave.

O crescimento desigual da fome entre as sub-regiões do continente, mostra que a insegurança alimentar grave cresce em um ritmo mais intenso na América do Sul em comparação a outras sub-regiões, isso porque os números triplicaram desde 2014, passando de 22 milhões para 65,6 milhões em 2021. Entre 2019 e 2021 nota-se um crescimento vertiginoso, com um aumento de 29,1 milhões de pessoas na condição de insegurança alimentar grave (aumento de 80%). Na América Latina e Caribe, são 93,5 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave.

É imprescindível também apresentar alguns recortes importantes que determinam as especificidades da produção das condições de insegurança alimentar na América Latina reconhecendo a necessidade de compreensão desse fenômeno de forma multideterminada, Desse modo, as condições de insegurança alimentar não se dão de forma homogênea nas realidades nacionais e na especificidades de formação da classe trabalhadora, conforme demonstram os dados.

Segundo os estudos (FAO 2021;2023) a insegurança alimentar tem um explícito determinante de gênero, uma vez que afeta homens e mulheres de forma desigual. A nível mundial essa desigualdade está presente, entretanto, na América Latina e Caribe, se efetiva em maior intensidade, produzindo ainda mais desigualdade. A nível mundial se nota uma diferença da prevalência de insegurança alimentar entre os gêneros de 4,3%, já na América Latina e Caribe essa distância é de 11,3%. Esse número foi crescendo gradativamente desde 2014, quando essa distância entre os gêneros era de 4%, contudo, chega no patamar de 11,3% em 2021. Em 2020, 41,8% das mulheres na região estavam em algum grau dessa condição, em comparação com 32,2% dos homens. Esses números cresceram em apenas um ano: em 2021, a insegurança alimentar moderada ou grave afetou 45,2% das mulheres da região e 33,9% dos homens. No que diz respeito as sub-regiões, a América Central registra a maior distância com 12,5% de diferença, enquanto na América do Sul está em 11,7% e no Caribe é de 3,2%.[34]

Aqui gostaríamos de apresentar alguns dados sobre a caracterização do problema com enfoque na questão étnico-racial, porém, até o presente momento, não foram encontradas informações que apresentassem esse enfoque e essa discussão com abrangência de toda a América Latina e Caribe. Nesse sentido, aponta-se aqui uma lacuna injustificável do ponto de vista da problematização da questão da insegurança alimentar e da fome. Reiteramos a

[34] Apesar de não englobar todos os países da América Latina, outro estudo importante que nos auxilia na compreensão da desigualdade nesse âmbito é a pesquisa "*Ellas alimentan al mundo*" (LatFem; WeEffect, 2021). O relatório nos fornece dados fundamentais sobre a questão da desigualdade do acesso à terra para mulheres camponesas, de povos originários e afrodescendentes na Bolívia, Colômbia, El Salvador, Guatemala e Honduras.

necessidade de dados que apresentem essa questão, tanto para a caracterização do problema quanto para a produção de subsídios que visem construir formas de enfrentar esse problema de forma efetiva e em sua totalidade.

Partimos para a exposição de alguns dados sobre a realidade brasileira que nos auxiliam na caracterização da especificidade do fenômeno nessa realidade. Desde o ano 2016 o Brasil se encontra em um cenário de desmonte de políticas públicas as quais foram conquistas importantes da população brasileira e que vinham cumprindo um papel fundamental na garantia direitos básicos. A expressão mais significativa desse processo de desmonte se dá exatamente no retorno do Brasil ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2021, posição que havia abandonado desde 2014 e que foi conquistada a partir da construção e consolidação de políticas públicas diversas que garantiram melhorias significativas nos índices de segurança alimentar e nutricional no país.

Figura 1 – Retrocesso histórico dos índices de insegurança alimentar e da fome no Brasil. Dados de 2004 a 2022.

Fonte: www.https://olheparaafome.com.br

Dados produzidos pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN) compilados no II VIGISAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (PENSSAN, 2022) apresentam o cenário das condições de insegurança alimentar e, mais especificamente, da situação da fome

no Brasil. O estudo se utiliza dos parâmetros já apresentados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).

De forma geral, no Brasil de 2022, são 33,1 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave: a fome. Isso representa 15,5% da população brasileira. No final de 2020 esse número era de 19,1 milhões. Ademais, os quadros de insegurança alimentar moderada e leve também são alarmantes, uma vez que 32 milhões de pessoas (15,2%) estão em níveis de insegurança alimentar moderada e 59 milhões de pessoas (28%) estão em condição de insegurança alimentar leve.

A condição alarmante do cenário desenhado pela pesquisa revela que o Brasil sofre com um retrocesso histórico com relação ao combate à fome. Mais da metade da população brasileira se encontra em algum nível de insegurança alimentar, o que representa 125, 2 milhões de brasileiros e brasileiras (58,7%) nessa condição. O estudo apresenta uma comparação entre os dados coletados e aqueles produzidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013 e Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2018 o que ilustra de forma explícita a caracterização desse retrocesso. Em 2013 77,1% estavam em condições de segurança alimentar, 12,6% em IA leve, 6,1% em IA moderada e 4,2% em IA grave. Já em 2018 eram 63,4% em condições de segurança alimentar, 20,7% em IA leve, 10,1% em IA moderada e 5,8% em IA grave.

No entanto, o agravamento dessa condição ocorre de 2018 para 2022 em que apenas 41,3% da população brasileira se encontra em situação de segurança alimentar. Em contrapartida, 28% da população brasileira está em condições de IA leve, 15,2% em IA moderada e 15,5% em situação de fome. Nesse sentido, o salto é muito significativo e ilustra justamente o aprofundamento da fome no projeto de Brasil levado a cabo pelo aprofundamento neoliberal vigente neste período. Do último trimestre de 2020 para o primeiro trimestre de 2022, a fome subiu de 9,0% para 15,5%, ou seja, em pouco mais de 1 ano, 14 milhões de brasileiros e brasileiras passaram a condição de fome no país.

Ao buscar a qualificação e o aprofundamento desses dados notamos que a fome e os outros diferentes graus de insegurança alimentar não se produzem de forma homogênea pelas regiões do país e entre a sua população.

Traçando uma comparação entre os meios rural e urbano é possível notar que existe uma prevalência dos três graus de insegurança alimentar em zonas rurais, inclusive superando as médias nacionais. Para exemplificar, nas zonas urbanas 57,8% da população (cerca de 105 milhões) se encontra em algum grau de insegurança alimentar e a condição de fome está

presente para 15% dessa população (27 milhões). Esses números aumentam quando analisamos as zonas rurais, uma vez que 63,8% das pessoas (cerca de 20 milhões) que vivem nessas zonas estão em algum grau de insegurança alimentar e 18,6% (quase 6 milhões) estão em condição de insegurança alimentar grave.

A desigualdade de acesso a alimentos nas zonas rurais e urbanas é também uma expressão e uma consequência direta do desmonte das políticas públicas de agricultura familiar e voltadas aos pequenos produtores que sofreram cortes drásticos desde 2016, tendo seu aprofundamento a partir de 2018 sob a gestão Bolsonaro. As formas mais severas de IA (moderada ou grave) se encontravam em 38% dos domicílios de agricultores ou seus familiares. A presença da fome era de 21,8%, mostrando em mais de 1/5 desses domicílios essa condição estava colocada.

Nesse sentido, está posta uma das contradições que mais expressam o funcionamento do modo de produção capitalista na particularidade do capitalismo dependente latino-americano: o Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo, entretanto, entre os trabalhadores e trabalhadoras que colocam o país neste lugar, quase 2/5 sofrem com a situação de restrição de alimentos em condições de insegurança alimentar severas. A fome está presente na vida de 22,4% das pessoas que trabalham na agricultura familiar. Além disso, a fome está muito mais presente nos domicílios que a pessoa de referência está em condição de desemprego, na qual 36,1% estão nessa condição e mais da metade está em situação moderada ou grave. Além disso, em domicílios que a pessoa trabalha de maneira informal a fome está presente em 21,1%. Em contraponto, a segurança alimentar predomina em lares que a pessoa de referência trabalha na condição de formalidade (53,8%).

Uma questão importante também é que esses números vem subindo, em 2020 a insegurança alimentar grave estava presente em 3,3% dos domicílios que tinham como responsável uma pessoa em condição de emprego formal, já entre 2021 e 2022 esse número sobe para 7,3%. Nos domicílios em que pessoa de referência trabalha informalmente, o aumento é ainda maior, partindo de 14,3% em 2020 para 20,3% entre 2021 e 2022.

Destacando a desigualdade regional presente no território brasileiro, os dados da pesquisa apontam para uma disparidade considerável nos níveis de insegurança alimentar entre as regiões. Nota-se, portanto, que as regiões Norte (45,2%) e Nordeste (38,4%) são significativamente mais afetadas pela prevalência de níveis de insegurança alimentar mais severos (moderado e grave). Destacando especificamente a condição de fome, a região Norte

tem 25,7% (5 milhões) de sua população nesta condição, já a Nordeste 21% (12 milhões), a Sudeste 13,1% (12 milhões), Centro-Oeste 12,9% (2 milhões) e Sul 9,9% (3 milhões).

Outros dados que ilustram o panorama de desigualdade estrutural da sociedade brasileira estão presentes na análise da pesquisa sobre as questões de raça e gênero que constituem o fenômeno abordado.

Em domicílios que tem como referência pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas o nível de segurança alimentar é de 35%, enquanto em lares comandados por pessoas autodeclaradas brancas esse número é de 53,2%. Dessa forma, podemos afirmar que em 65% dos lares chefiados por pessoas pretas ou pardas está presente algum grau de insegurança alimentar ou algum tipo de restrição de acesso a alimentos. Além disso, nota-se um crescimento da fome em residências que tem como referência pessoas pretas e pardas, tendo em vista que o número salta de 10,4% em 2020 para 18,1% em 2022.

Além disso, as mulheres também são mais afetadas pelos níveis de insegurança alimentar mais severos (moderado ou grave). Nas residências em que as responsáveis são mulheres foi constatado que 17,4% estão em condição de insegurança alimentar moderada e 19,3% em situação de fome. Esses números se alteram nos lares em que homens são os responsáveis (13,2% em IA moderada e 11,9% em IA grave). Além disso, a pesquisa registra que em 64% dos lares comandados por pessoas do gênero feminino estava presente algum nível de insegurança alimentar.

Em famílias que tinham como referência pessoas autodeclaradas pardas ou pretas a fome se apresenta em 17% e 20,6% respectivamente. Já em lares em que a referência eram pessoas autodeclaradas brancas em 10,6%. Os números dobram a partir do recorte racial. Entretanto, a condição é ainda mais drástica quando colocada junto a questão de gênero, isso porque em 22% dos lares que tem como referência mulheres autodeclaradas pardas ou pretas a fome estava presente, enquanto em famílias que tinham como referência mulheres brancas esse número é de 13,5%.

A título de conclusão a pesquisa aponta que apesar dos níveis de Segurança Alimentar terem se mantido em torno de 40%, persiste o agravamento da Insegurança Alimentar, tanto nos níveis moderado quanto grave.

O estudo em questão traz diversos dados fundamentais para a compreensão da situação da classe trabalhadora brasileira com enfoque no desmonte total ou parcial de políticas públicas que permitiram o enfrentamento a questão da fome e da miséria no Brasil em seu primeiro ciclo progressista. A piora da Insegurança Alimentar e o aumento da fome no país são consequências

do aprofundamento das estruturas internas e externas de dependência e superexploração que se intensificam desde 2016 fruto do golpe de Estado contra a presidenta Dilma Rousseff na imposição do aprofundamento do modelo neoliberal no Brasil e seu acentuamento perpetrado na gestão de Bolsonaro. Nesse sentido a imposição de um aprofundamento do modelo neoliberal no Brasil com a proposital desarticulação de mecanismos de participação social, sucateamento de instituições e desmantelamento de políticas públicas acentua as contradições inerentes ao modo de produção capitalista em sua particularidade latino-americana em que a intensificação da superexploração do trabalho é uma condição necessária para a manutenção do processo de acumulação de capital que alocam o Brasil e a América Latina em uma condição necessária a manutenção da divisão internacional do trabalho.

A situação colombiana no que diz respeito aos níveis de insegurança alimentar e fome não se encontra em um cenário muito diferente da realidade brasileira.

Os dados aqui apresentados foram produzidos pela pesquisa *Evaluación de seguridad alimentaria para población colombiana* (WFP, 2023). Importante salientar que esse estudo se utiliza da CARI (*Consolidated Approach for Reporting Indicators of Food Security)* metodologia de classificação desenvolvida pelo Programa Mundial de Alimentos (WFP por suas siglas em inglês) para classificar as diferentes formas de segurança alimentar ou insegurança alimentar. Dessa forma, essa metodologia delimita seus níveis em: segurança alimentar, segurança alimentar marginal, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar severa. A classificação e análise dos dados se dá a partir da delimitação dos lares como foco e não indivíduos.

Com enfoque nos níveis de insegurança alimentar apresentamos que em seu nível moderado se configura uma situação em que estão presentes lacunas significativas no consumo de alimentos ou em que apenas é possível satisfazer as necessidades mínimas de alimentação empregando determinadas estratégias de enfrentamento. Já na condição de insegurança alimentar severa estão presentes lacunas extremas no consumo de alimentos ou se configura um extremo esgotamento dos meios de vida de forma tal que produzem essas lacunas.

Esta definição busca trazer a perspectiva de afirmar que a insegurança alimentar está presente em lares em que não se consegue obter o acesso a alimentos de maneira satisfatória, em que essas pessoas têm dificuldades para satisfazer suas necessidades básicas e, por isso, recorrem a estratégias de consumo insustentáveis, enfrentando escassez de alimentos, fome e desnutrição. Nesses dois grupos está presente a necessidade de criar estratégias de sobrevivência que podem produzir danos a si, a seu grupo ou a sua comunidade.

O estudo revela que em 2022 na Colômbia, 15,5 milhões de pessoas se encontravam em situação de insegurança alimentar moderada ou severa, o que corresponde a 30% da população colombiana. Desses 15,5 milhões, 13,4 milhões (86,5%) se encontram em situação moderada e 2,1 milhões (13,5%) severa.

Outro dado alarmante da pesquisa aponta para o fato de que 40% da população colombiana tem condições apenas de consumir alimentos duas vezes ao dia. Além disso, 17% têm lacunas significativas no acesso a alimentos, sem condições de consumir alimentos básicos todos os dias e raramente ou nunca têm acesso a alimentos ricos em proteínas e lácteos.

Em termos gerais, as pessoas entrevistadas destinam 46% de sua renda para a compra de alimentos. Somado ao comprometimento de boa parte da renda dos colombianos para garantir sua alimentação está a alta inflação dos alimentos no país, por isso, em muitas famílias está presente a necessidade de adotar diferentes estratégias para a obtenção de alimentos ou para buscar alternativas diante da falta desses, para tal, são destacados dois tipos de estratégia de sobrevivência: de consumo e de meios de vida.

Dentro dessas estratégias de consumo estão: o consumo de alimentos menos preferidos, redução do tamanho das porções nas refeições, redução do número de refeições e redução por parte dos adultos para aumentar a quantidade de alimentos para as crianças. Dessa forma, os dados apontam que em 51% dos lares esteve presente a necessidade de reduzir o tamanho das porções de alimentos nas refeições por falta de quantidade suficiente. Já em outros 42% dos lares se notou a necessidade de diminuição do número de refeições pela escassez de alimentos. Para 27% os adultos do lar tiveram que reduzir seu consumo de alimentos para garantir a alimentação das crianças, estratégia mais adotada em lares chefiados por mulheres.

No que diz respeito as estratégias de meios de vida, ou seja, criação de meios para satisfazer as necessidades alimentares básicas humanas, a pesquisa as divide em estratégias de estresse (gasto de economias, compra de comida a crédito, venda de ativos e enviar pessoas da casa para realizar refeições com família ou amigos para economizar recursos); estratégia de crise (retirar as crianças da escola, reduzir gastos em saúde ou educação e vender ativos produtivos); estratégias de emergência (pedir auxílio nas ruas, realização de atividades arriscadas e venda de habitação ou terras).

A partir dessas classificações, a pesquisa conclui que em 67% dos lares foi necessário adotar algum tipo de estratégia para garantir o consumo de alimentos. Dentro desse patamar, 31% adotaram estratégias de estresse (predominando gasto de economias em 53% e compra de comida a crédito em 38%); 20% de crise (com destaque para a redução de gastos com saúde e

educação para 30%); e 16% de emergência (se sobressaindo a realização das atividades arriscadas para 12% e pedido de auxílio nas ruas para 8%).

Nesse processo de análise das estratégias de sobrevivência adotadas está presente uma desigualdade entre as zonas rurais e urbanas. Nas zonas rurais se está mais propenso a adotar estratégias de emergência e de crise (21% e 40% respectivamente), enquanto esse número nas zonas urbanas é de 16% para emergência e 32% de crise, onde predominam as estratégias de estresse, sobretudo o endividamento.

A pesquisa também apresenta dados sociodemográficos que constituem as situações de insegurança alimentar presente nos lares colombianos. Isso significa dizer do caráter multideterminado da produção da insegurança alimentar e da fome, que afetam diferentes grupos e pessoas de maneiras distintas.

No contexto colombiano é impossível desvincular a constituição dessa condição ao conflito armado que ainda segue vigente em determinadas partes do país. Nesse sentido, a pesquisa traz uma conclusão que corrobora com essa afirmação, sendo que em mais de 50% dos lares que de alguma maneira tenham sido vítimas do conflito armado estão presentes a insegurança alimentar moderada e severa. Esse número é muito menor em contextos de famílias que não foram diretamente vítimas do conflito em que os níveis de insegurança alimentar moderada ou severa estão presentes em 29%.

Outro ponto fundamental é a diferença dos índices de insegurança alimentar atrelada a questão de gênero, em que a insegurança alimentar está presente em 35% dos lares chefiados por mulheres, enquanto nos lares chefiados por homens esse número é de 26%.

A questão étnico-racial também é um fator fundamental para a compreensão da insegurança alimentar, sendo assim, nos lares chefiados por pessoas declaradas afrodescendentes ou indígenas a insegurança alimentar prevalece em 42% e 41% respectivamente. Essa prevalência é maior do que a média nacional e quando colocada em comparação a outros lares chefiados por pessoas que não pertencem a esses grupos.

No que diz respeito as condições de trabalho, esse também é um fator importante como produtor de desigualdade e como elemento fundamental na condição de insegurança alimentar. Entre os trabalhadores e trabalhadoras que estão em situação de informalidade a insegurança alimentar afeta mais de 40%, em contraponto, dentre os trabalhadores e trabalhadoras que estão no mercado formal privado esse número é de 25% e no setor público de 9%.

A Colômbia em sua especificidade ainda vive as consequências de um histórico de hegemonia de políticas liberais e de um conflito armado que perdura por mais de 70 anos.

Historicamente, tanto as razões iniciais das mobilizações populares a partir da década de 1950 e, posteriormente, a fundação de formas de enfrentamento a situação estrutural de pobreza e fome na Colômbia, tem sua centralidade na questão da terra e na busca por melhores condições de vida para a classe trabalhadora colombiana. A própria dinâmica do conflito armado generalizado e multideterminado contribui para o agravamento dessa condição estrutural em algumas regiões ou pela construção de enfrentamento e alternativas a essa condição em outras. O caso dos milhões de vítimas do conflito, os deslocamentos forçados, a condição de violência estrutural e a condução pela hegemonia da direita liberal do país a partir de pequenas variações, são elementos fundantes para a constituição histórica desse fenômeno. Entretanto, o legado recente do aprofundamento neoliberal de cunho uribista encabeçado pela última gestão também tem suas consequências diretas nos dados aqui apresentados, seja pela condução político econômica ou pela intencionalidade do recrudescimento do conflito no país.

Pudemos apresentar alguns elementos que constituem o fenômeno da fome na América Latina como produção social, política e econômica, trazendo o enfoque da sua caracterização nas realidades de Brasil e Colômbia. Essa é uma condição produzida e acentuada nas realidades desses países a partir do desenvolvimento da particularidade do capitalismo latino-americano e do recente aprofundamento neoliberal. Entretanto, conforme vimos ao longo da exposição, essa condição se impõe mas não se consolida sem a resistência sem processos de organização coletiva que produzem historicamente e em nosso tempo o contraponto a esse projeto de fome. Na dialética da luta de classes da América Latina, o combate à fome se expressa na negação desse projeto e na afirmação de outros projetos possíveis. De diversas maneiras se afirma na necessidade real da existência de milhões de pessoas, que continuam a fazer a história a partir da negação desse projeto, constituindo formas de enfrentamento e alternativas possíveis dentro de seu tempo, que hoje se consolidam por todo o continente como movimentos antineoliberais. Alternativas as quais são construídas na dura realidade da luta e do enfrentamento a essa condição, em cujo processo também emergem sujeitos políticos que permitem a continuidade e a potência de afirmação de outros projetos possíveis, construído por pessoas, por seres humanos que se constituem como tal nesse processo. É essencial, portanto, compreender essa concepção de ser humano que aqui afirmamos como produto e produtor da história.

Por isso, ainda é preciso avançar em outra discussão antes da análise das alternativas de organização do trabalho como expressões históricas do enfrentamento a condição apresentada. Isso porque continuamos a reafirmar a máxima presente na primeira parte deste estudo: são os próprios seres humanos que fazem a história da humanidade. Contudo, esses seres humanos

não constroem a história em condições que a escolhem, por isso, nós, latino-americanos, na unidade da diversidade nos deparamos com essa condição estrutural e histórica construída ao longo de séculos e em constante metamorfose, em constante tensão e forjada na luta de classes em sua especificidade na América Latina e na diversidade de suas realidades nacionais. Toda a discussão feita anteriormente está ancorada nas relações forjadas entre seres humanos, constituídas historicamente e que se expressam na singularidade dos indivíduos.

A partir deste momento é fundamental compreender a afirmação que iniciamos a construir na primeira etapa desta exposição, afinal, como podemos avançar na compreensão da concepção desse ser humano que constrói a história?

Chega o momento de apresentarmos a compreensão mais aprofundada dessa concepção de ser humano que iniciamos acima a partir do materialismo histórico e dialético, mas agora avançando a partir da discussão da constituição de uma psicologia que afirma essa concepção em suas bases de compreensão e que se constrói por meio de categorias que serão fundamentais para a análise das organizações alternativas do trabalho na América Latina. Além disso, o passo que daremos a seguir é fundamental para a afirmação perspectiva teórico-metodológica desta pesquisa, a partir de sua concepção de ser humano, mas também como forma de construção do argumento que compõe a metodologia deste estudo científico.

A afirmação por meio dos elementos históricos e teóricos que apresentaremos a seguir nos auxilia na compreensão das alternativas de organização do trabalho na América Latina em suas dimensões subjetivas da realidade e em sua historicidade, para tal, é imprescindível entender as bases que constituem a noção de ser humano e subjetividade basilares para essa análise. Portanto, a noção de ser humano apresentada até o momento precisa ser posta em diálogo com as categoria e sua construção e contextualização, ou seja, é necessário traçar a constituição e compreensão das categorias que compõe nosso marco teórico-metodológico.

Por isso, os elementos que constroem a perspectiva teórico-metodológica da Psicologia Sócio-Histórica apontam para a compreensão da concepção de ser humano por meio de suas categorias, para, posteriormente, compreendermos essas alternativas a partir da imprescindibilidade da dialética subjetividade-objetividade, desde a perspectiva da compreensão que só é possível também na singularidade dos sujeitos que constroem a história, as organizações e a si mesmos nesse processo dialético de constituição.

3. Da construção de uma psicologia marxista soviética à Psicologia Social Crítica latino-americana: as bases da Psicologia Sócio-Histórica

Neste capítulo realizamos uma reconstituição histórica do processo de construção das bases da Psicologia Sócio-Histórica e seus fundamentos. Esse esforço caminha no sentido de explicitar o processo histórico que constitui as bases teórico-metodológicas da PSH apoiadas na obra marxiana, nas contribuições marxistas, nas formulações diversas da Psicologia Histórico-Cultural e na construção de uma Psicologia Social crítica latino-americana. Para explicitar alguns pontos fundamentais na construção da Psicologia Sócio-Histórica, faremos uma breve contextualização das referências que constituíram a perspectiva marxista na ciência psicológica e como essa está relacionada com o caráter ontológico fundante da categoria trabalho e sua imprescindibilidade para a concepção de ser humano proposta pela PSH.

3.1.1 A construção de uma Psicologia marxista soviética

Conforme exposto anteriormente, foi possível compreender que as contribuições de Karl Marx se constroem ao longo de sua obra por meio de ferramentas analíticas que vão se transformando, mas que sempre têm como caráter imprescindível e central a crítica. Em diversos textos do autor a crítica é o motor do exercício teórico-metodológico de compreensão do movimento da realidade, sendo assim, a própria crítica é um movimento de se aproximar e buscar compreender a realidade a partir das suas contradições.

Portanto, a produção teórica de Marx é também o exercício da crítica que toma distintas formas em diferentes momentos - desde a crítica ao Estado e ao Direito, passando à religião, à política, à ideologia e ao socialismo, até chegar na economia política – mas que sempre buscou articular a crítica das ideias com a da realidade em que essas foram forjadas, ao mesmo tempo em que promove a relação teoria e prática. Nesse sentido, é a partir da crítica como motor da atividade teórica em seu desenvolvimento multifacetado no decorrer de sua obra que Marx avança na construção de suas ideias e propõe uma verdadeira revolução científica nas formas de compreender a realidade e de meios para transformá-la.

É em vista disso que a crítica também é pilar fundamental no debate e estudo sobre o método em Marx, considerando que ao dialogar criticamente com as formulações de Hegel, sobretudo no que diz respeito à sua compreensão (oposta) da dialética, o autor marca a questão estruturante que difere seu pensamento da concepção hegeliana. Sendo assim, Marx reconhece o pioneirismo de Hegel na tentativa de compreensão e exposição do movimento dialético da

realidade quando aponta que Hegel foi "[...] o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento." (MARX, 2017, p. 91). Entretanto, afirma que a dialética, em Hegel, se apresenta de forma mistificada e se encontra de "cabeça para baixo", sendo necessário desvirá-la. O cerne dessa crítica parte da compreensão de Marx (em oposição a de Hegel) de que o pensamento é a reprodução e a interpretação da realidade na "cabeça" do ser humano. Nas palavras de Marx (2017, p.90):

> Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem.

Especificamente as críticas propostas tanto nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844) 2004, quanto em suas formulações junto à Friederich Engels em *A Ideologia Alemã* (1845 – 1846) 2007, estão direcionadas ao idealismo hegeliano e às formulações idealistas de parte da escola hegeliana alemã, sobretudo endereçada ao pensamento produzido por uma das correntes neo-hegelianas da época constituída pelos "hegelianos de esquerda" ou "jovens hegelianos"[35]. Durante alguns anos Marx manteve certa aproximação com as ideias deste grupo, mas o estabelecimento de uma crítica ao idealismo hegeliano e a ruptura com o pensamento do grupo citado é fundamental na transformação do pensamento e da obra marxiana.

Sendo assim, a crítica ao idealismo proposta por Marx se dá na afirmação da atividade humana como produtora da realidade, a qual, em última instância, é fundada no trabalho como condição ontológica fundante. Portanto, a realidade e a história são determinadas pela atividade humana, pelo agir dos seres humanos sobre o mundo, e ao atuar sobre o mundo este ser humano, ao mesmo tempo, se transforma.

A crítica ao idealismo e a afirmação da atividade humana como produtora da realidade e da história, tendo no trabalho seu caráter ontológico fundante, são premissas fundamentais nas contribuições de Marx e Engels e, por conseguinte, na produção das bases do materialismo histórico e dialético e na construção de uma psicologia marxista. A construção de uma psicologia de base marxista não está estritamente conectada às críticas produzidas apenas nas

[35] A definição do grupo composto principalmente por Ludwig Feuerbach, Bruno Bauer e Max Stirner é objeto de discussão dentro do marxismo e de alguns estudiosos da filosofia alemã. Essa corrente idealista da filosofia alemã situada entre as décadas de 30 e 40 do século XIX e objeto da crítica de Marx é constituída por seguidores de Hegel que propunham uma superação do sistema hegeliano de compreensão da realidade. Entretanto, a crítica de Marx parte da constatação de que esses autores não foram capazes de produzir essa superação, expondo, portanto, suas discordâncias e desenvolvendo seu ponto de vista crítico em relação a essas formulações. Para melhor compreensão da questão indicamos a leitura de HEINRICH (2018).

duas obras supracitadas, mas diretamente vinculada com os alicerces do materialismo histórico e dialético presentes nas obras de Marx e nas contribuições marxistas.

Para Leontiev (2021) não é possível compreender a importância e o conceito de atividade e prática humana, seja em Marx ou na produção subsequente dos esforços para a construção de uma Psicologia marxista, sem colocá-las no contexto da obra marxiana e da teoria marxista. É preciso salientar que a edificação de uma psicologia com base no materialismo histórico e dialético se dá por meio da crítica e da contraposição às perspectivas idealistas dentro da ciência psicológica, bem como na tentativa de incorporar as ideias marxistas à produção de uma "nova psicologia".

Desde o seu surgimento como ciência no final do século XIX, a Psicologia sempre manteve uma calculada distância das formulações de Marx e do marxismo. Porém, a partir da década de 1920 do século XX, um grupo de cientistas soviéticos se propõe a aproximar as ideias de Marx e dos marxistas com a criação de uma ciência psicológica que pudesse superar as dicotomias presentes nas teorias das psicologias existentes até aquele momento[36]. Essa aproximação se desenvolve também a partir da necessidade de superação da crise da Psicologia identificada nesse período que se desenvolveu em diferentes perspectivas. Nesse sentido, destacamos que Vigotski (1927) 2004 em *O Significado histórico da crise na psicologia* e Politzer (1928) 2022 em *Crítica dos fundamentos da psicologia* partem de pontos em comum, seguem com distanciamentos e aproximações para desenvolver de forma singular a caracterização da crise da Psicologia e sua crítica às formulações da época.[37]

Conforme aponta Leontiev (2021) em um primeiro esforço para consolidar essa aproximação a partir da produção soviética, Konstatin Kornílov produz reflexões e trabalhos que são de fundamental importância para a consolidação desse processo[38]. O autor também

[36] Para além da produção no território soviético se faz necessário citar a contribuição de Georges Politzer, filósofo marxista húngaro exilado na França, militante comunista e com participação ativa na resistência francesa à invasão nazista em 1940 (o que custou sua própria vida em 1942). A partir da década de 20 produziu importantes obras a partir de suas críticas a Psicologia idealista vigente ao apontar para a necessidade da construção de uma Psicologia Concreta fundamentada na categoria de drama e que se construía pautada na concepção de um ser humano prático e social. Indicamos a leitura de POLITZER (2022) para melhor compreensão da crítica realizada pelo autor à Psicologia vigente.

[37] É importante ressaltar que são dois autores que não corresponderam entre si. Apenas Vigotski teve acesso a algumas obras de Politzer e, a partir dessas leituras, estabeleceu um diálogo com algumas formulações do autor. Dentre elas, destacamos as ideias expostas em Vigotski (2000) no *Manuscrito de 1929*, texto que representa um esboço importante para a compreensão do desenvolvimento da obra do autor.

[38] Com base em LEONTIEV (2004a; 2021) destacamos aqui a comunicação de Kornílov no I Congresso Nacional de Psiconeurologia em Moscou em 1923: "A Psicologia e o Marxismo" e o "Manual de Psicologia, elaborado segundo a perspectiva do materialismo dialético" publicado em 1926. Os trabalho e atuação de Kornílov cumprem papel importante na disputa travada com a corrente liderada por Georgi Tchelpánov, cuja proposta de "reformulação" da Psicologia representava a continuidade do idealismo na ciência psicológica naquele contexto.

entende que o desenvolvimento das formulações de Lev Vigotski e, tempos depois, de Sergei Rubistein avançam em relação as formulações anteriores e dão mais consistência a aproximação das contribuições do marxismo à psicologia. Além disso, esse processo permitiu uma maior compreensão dos significados do marxismo para a construção de uma nova psicologia e uma gradual ressignificação da importância das suas obras clássicas para a ciência psicológica.

Gonçalves (2011) aponta que Vigotski foi pioneiro e protagonista na criação de uma Psicologia marxista adotando o materialismo histórico e dialético como método para a superação dos objetivismos ou subjetivismos presentes nas concepções das psicologias produzidas até aquele momento.

Partimos da compreensão de que os seres humanos produzem e são produzidos na própria história, logo, a obra de Vigotski é fruto do seu tempo e determinada também pelas particularidades da configuração histórico-social de seu contexto. Sendo assim, é imprescindível expor que Vigotski vivencia a eclosão da Revolução Russa de 1917 e realiza boa parte de sua obra totalmente envolto e ativo nos acontecimentos pós-revolução. A Revolução e o processo desencadeado por ela provocam mudanças radicais em todos os setores da sociedade russa[39] da época e, por conseguinte, uma série de transformações na produção científica, não sendo diferente com a ciência psicológica. Leontiev (2004a, p.426) define esse apontamento quando expõe que "[...] a obra de Vigotski é determinada em primeiro lugar pelo tempo em que viveu e trabalhou, a época da Grande Revolução Socialista de Outubro."

Tuleski (2008) realiza um importante trabalho de recuperação histórica para a reafirmação da importância do contexto vivido por Vigotski (Revolução Russa de 1917) na produção de seu pensamento, determinado por circunstâncias históricas inéditas e por um projeto coletivo pós-revolucionário. Nesse sentido, a autora apresenta essa recuperação como crítica e contraponto às leituras que produzem uma tentativa de apagamento histórico do materialismo histórico e dialético na obra de Vigotski. Além da crítica contundente ao que identifica como depuração do marxismo na obra de Vigotski, afirma a necessidade de ler e compreender o autor a partir da historicidade de sua obra e da orientação explícita e objetivos postos na elaboração de uma psicologia de base marxista: a construção de uma nova ciência

[39] A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas só seria criada no ano de 1922.

psicológica alicerçada em outra nova concepção de ser humano que pudesse atender às necessidades da construção de uma nova sociedade[40].

Os rumos do processo de desenvolvimento e institucionalização da revolução produziram diferentes leituras e expressões de continuidade a partir da interpretação da obra vigotskiana. Diferentes grupos foram se desenvolvendo a partir das contribuições dadas por Vigotski produzindo de distintas maneiras e com enfoques diversos essas interpretações e avanços.

Uma das leituras que nos auxiliam na compreensão do contexto sócio-histórico e das bases de constituição da psicologia marxista soviética foi realizada por Leontiev (2004a). Nesse sentido, segundo o seu relato histórico, no que cabia àqueles que pensavam e produziam a psicologia daquele contexto era preciso desenvolver novas formulações que superassem e substituíssem as velhas psicologias embasadas no idealismo filosófico, produzindo assim uma nova ciência psicológica forjada em seu chão histórico e que pudesse responder às exigências postas pela realidade concreta daquele momento. Sendo assim, o caminho para a construção de uma "[...]nova psicologia devia partir da filosofia do materialismo dialético e histórico, tinha de se converter numa psicologia marxista." (LEONTIEV, 2004a, p. 428)

A partir dessas transformações e do movimento impulsionado na própria Psicologia, iniciam-se diversos campos de estudo a partir de diferentes grupos, um deles, inclusive, integrado por Aleksei Leontiev e Alexander Luria, dois dos grandes colaboradores e interlocutores de Lev Vigotski.[41] Contudo, por mais que os caminhos da construção de uma psicologia marxista não estivessem totalmente estabelecidos todos esses grupos confluíam em direção a um mesmo objetivo: edificar uma psicologia marxista na produção da ciência psicológica daquele contexto.

[40] Lev Vigotski atua e acompanha apenas parte desse processo devido a sua morte prematura no ano de 1934. Além disso, Tuleski (2008) aponta que a partir da década de 1930 o dirigismo ideológico instalado pelo período do stalinismo produz retaliações e críticas (muitas vezes infundadas) à produção de Vigotski, culminando, inclusive, na proibição de algumas de suas obras a partir de 1936 na URSS. Algumas das críticas tecidas por Vigotski à utilização esquemática e fragmentada das contribuições e do método de Marx, bem como aos rumos da organização social da URSS após a morte de Lênin não foram bem aceitas pelo dirigentes do período e, dessa forma, suas obras foram censuradas, sendo publicadas novamente apenas a partir da década de 1950 na URSS. Conforme defendido pela autora, esse processo é um dos fatores que contribui para a depuração do marxismo na obra de Vigotski.

[41] É importante salientar que está presente um debate nessa questão e que alguns trabalhos apresentam outra perspectiva sobre a *troika* (Vigotski, Leontiev e Luria) seja na afirmação dos limites da aproximação entre esses três pensadores ou que essa visão e o predomínio da Teoria da Atividade de Leontiev sobre as demais propostas seria também consequência de um processo interpretação ocidental da Psicologia Soviética e da obra de Vigotski. Algumas dessas críticas podem ser aprofundadas em TOASSA (2016) e GONZÁLEZ REY (2012).

Dentre todos os esforços realizados na direção de construir uma psicologia a partir do materialismo histórico e dialético entendemos que as contribuições pioneiras de Vigotski em conjunto com as produções de Leontiev e Luria devem ser colocadas em destaque. Em texto célebre *O significado histórico da crise na psicologia* Vigotski (1927) 2004 é quem primeiro aponta para a necessidade de reestruturação dos fundamentos da Psicologia, defendendo que não seria possível partir de uma teoria psicológica qualquer já existente e tentar "encaixar" ou "aplicar" o materialismo histórico e dialético nessa, uma vez que toda teoria psicológica tem suas bases filosóficas já estabelecidas. Por isso, era imprescindível estabelecer novas bases para a edificação de uma psicologia marxista de fato, coerente com as proposições orientadas pelo materialismo histórico e dialético.

Por meio do objetivo explicitado de introduzir de forma pioneira o materialismo histórico e dialético na construção de uma nova Psicologia, Vigotski adota a dialética marxista como ferramenta analítica e como basilar para a compreensão do ser humano e da realidade. A partir dessa aproximação Vigotski traça um novo caminho para a Psicologia sempre se apoiando no método e na concepção de ser humano, sociedade e história proposta por Marx.[42]

Vigotski caminha na construção das bases teórico-metodológicas de uma psicologia verdadeiramente alicerçada nas bases filosóficas, teóricas e metodológicas do marxismo. A partir do desenvolvimento singular de suas obras, Leontiev e Luria também caminharam na mesma direção e foram importantes interlocutores de Vigotski deixando contribuições primordiais para a consolidação dessa nova psicologia. Dessa forma, são as ideias desses três autores que definem os marcos do que posteriormente foi denominada Psicologia Histórico-Cultural. E ao "[...] fundar a Psicologia histórico-cultural, Vigotski parte das categorias fundamentais do materialismo histórico e dialético e as aplica, dialeticamente, às questões da Psicologia." (GONÇALVES, 2011, p.127). Esse movimento foi compartilhado e, posteriormente, continuado desde as perspectivas apresentadas por Leontiev e Luria, bem como na expressão de outras leituras e formulações que reivindicam o pensamento e a construção da obra de Vigotski.

A obra de Vigotski e a consolidação das diferentes contribuições que constituíram os fundamentos do que denominamos como Psicologia Histórico-Cultural são um marco para o desenvolvimento da Psicologia. A morte prematura do autor em 1934 não permitiu o desenvolvimento mais qualificado de algumas de suas contribuições, o que González Rey

[42] Para aprofundar a questão das aproximações da dialética em Vigotski e Marx, bem como as relações entre o pensamento vigotskiano e o método dialético marxiano sugerimos a leitura de DUARTE (2000).

(2013; 2016a) nomeou como legado inconcluso de Vigotski, apontando para a necessidade de compreender sua obra também a partir de seus pontos de incompletude e como não isenta de contradições. Além disso, a PHC também foi se desenvolvendo de forma diversa, ramificada e contraditória na orientação de diferentes grupos, inclusive dentro da própria produção soviética, salientando que algumas dessas contribuições não chegaram de maneira expressiva aos círculos exteriores à URSS como ocorreu com a assim chamada *troika*.

As produções de Vigotski não foram interpretadas e discutidas somente pelos pensadores soviéticos supracitados - mesmo em suas disputas e contradições e com o acesso tardio e limitado em alguns lugares - mas ganha força a nível internacional em diferentes compreensões. Portanto, é um pensamento que segue vivo a partir de suas derivações, especificidades de desenvolvimento e constante formulação e transformação. Sendo assim, o que podemos chamar de "continuidade" se manifesta na diversidade de interpretações e produções que buscam avançar na compreensão das categorias, bem como no desenvolvimento teórico-metodológico a partir das contribuições de Vigotski e seus colaboradores. Portanto, conforme também apontado por Tuleski (2008)[43] diferentes grupos com distintas compreensões e interpretações da obra vigotskiana seguem produzindo respostas convergentes e divergentes a partir de diversas áreas do conhecimento científico.

Sendo assim, é por meio do desencadear de diferentes manifestações que também se desenvolve de maneira particular na América Latina a partir da década de 1970, caminhando na consolidação de uma proposta de superação dos objetivismos da ciência positivista e das concepções subjetivistas presentes em outras correntes da Psicologia. O materialismo histórico e dialético se apresenta como ferramenta para a construção de uma psicologia que supere as dicotomias presentes nas propostas anteriores, tendo como pilar fundamental a dialética sujeito-objeto e uma concepção de sujeito constituído na materialidade das relações sociais e históricas.

3.1.2 A Psicologia social crítica latino-americana e a Psicologia Sócio-Histórica

A afirmação da noção de constituição de ser humano proposta acima e a importância da produção de categorias psicológicas a partir dessa concepção na construção de uma psicologia apoiada no materialismo histórico e dialético são princípios orientadores para nossos argumentos. Além disso, a contraposição a uma concepção liberal e natural de ser humano na

[43] O trabalho da autora analisa as produções com enfoque na década de 1990 em sua comparação com as produções entre 2000 e 2008.

afirmação de um sujeito ativo, social e histórico, bem como a busca pela superação das compreensões dicotômicas com caráter subjetivista ou objetivista permitiu avanços na ciência psicológica. Os avanços na construção de um conhecimento científico transformador alicerçado nessas premissas foi se expressando em diversas outras realidades sócio-históricas a partir das necessidades particulares postas nesses distintos contextos.

É necessário também entender as condições que permitem a emergência e o desenvolvimento da Psicologia Sócio-Histórica. Nesse sentido, destacamos o papel imprescindível e pioneiro de Silvia Lane[44] na apropriação do método materialista histórico e dialético e das formulações dos autores da psicologia marxista soviética na construção de uma nova concepção de homem para a Psicologia por Lane (1984) 2012, bem como na edificação dos pilares de uma nova Psicologia Social para o Brasil para a América Latina.

A entrada do marxismo e, posteriormente, das contribuições da psicologia marxista soviética, sobretudo localizada em seus três protagonistas (Vigotski, Leontiev e Luria), se dá na Psicologia Social brasileira em um período específico de sua produção, de forma mais contundente na década de 1970. Essa aproximação é também fruto de um movimento regional latino-americano de crítica à Psicologia Social hegemônica presente nesses países, cujas estruturas estavam assentadas nas produções da Psicologia Social estadunidense e na herança positivista.

Para Lane (1984) 2012 o estudo das sistematizações da Psicologia Social a partir de 1950 permite a constatação de duas vertentes dominantes nesse campo produzidas a partir do contexto pós 2ª Guerra Mundial: uma tradição pragmática presente na produção estadunidense e uma tradição filosófica com bases na fenomenologia localizada em parte da produção europeia. Na década de 1960 essas tradições passam a ser questionadas em alguns países, com destaque para a crítica por meio da retomada da psicanálise na França e pelo viés positivista da Inglaterra.

Colaborando com o traçar de um panorama histórico da construção da Psicologia Social na América Latina, dialogamos com Ignácio Martín-Baró[45], outro pensador imprescindível para

[44] Silvia Tatiana Maurer Lane é um símbolo e uma das principais referências na construção de uma Psicologia Social crítica no Brasil e na América Latina. Filósofa, doutora e professora em Psicologia Social contribuiu de forma significativa para a construção de uma ciência e profissão comprometidas com a transformação da realidade brasileira. Por meio da afirmação de seus pressupostos ético-políticos em seu trabalho contribuiu imensamente para o pensamento crítico da Psicologia e foi uma das grandes responsáveis pela construção dos pilares da Psicologia Sócio-Histórica.

[45] Ignácio Martín-Baró foi um dos grandes pensadores da Psicologia Social latino-americana. Nascido na Espanha, ao longo de sua vida construiu uma formação como pesquisador e professor em diferentes áreas do conhecimento (Filosofia e Letras, Teologia, Ciências Sociais e Psicologia Social). Se fixou em El Salvador em 1966 onde passou

a construção de uma nova Psicologia Social a partir da realidade latino-americana, também com influências do marxismo, incorporando a sua obra diversos elementos do materialismo histórico e dialético. Em um capítulo de um de seus escritos mais importantes *Acción e Ideología* publicado em 1983, apoiado na crítica à importação da Psicologia Social estadunidense na América Latina, Martín-Baró (1983) 2017b busca definir a Psicologia Social e seu objeto de estudo, bem como apresenta uma sistematização de três momentos históricos do seu desenvolvimento como ciência contemporânea. Esses momentos podem ser caracterizados por meio de perguntas que predominavam nos estudos de cada contexto sócio-histórico.

No primeiro período predominava a busca de respostas para entender o que exatamente mantinha as pessoas unidas em uma ordem social estabelecida. Essa pergunta aparece com mais força na Europa ainda sob os efeitos do processo de industrialização capitalista.[46]

Já o segundo período se inicia a partir do processo de desenvolvimento da Psicologia Social nos Estados Unidos, o que Martín-Baró (2017a) caracteriza como o processo de "*americanização*" da Psicologia Social. Nesse sentido, a partir da produção daquele contexto (marcado pelo grande fluxo migratório e a aceleração do capitalismo industrial) a pergunta que predominava buscava compreender como os sujeitos se integram ou se adaptam a ordem social estabelecida. Dessa forma, a questão para a Psicologia Social produzida ali passa a ser como atender as necessidades da ordem social vigente, ou seja, os interesses da classe dominante, buscando respostas para a necessidade de adaptação dos indivíduos a esse contexto e a resolução de problemas decorrentes do acelerado processo de migração e industrialização. Além disso, o período é marcado por uma leitura individualizante, pelo psicologismo e pela hegemonia da perspectiva do poder estabelecido.[47]

a lecionar e aprofundar seus estudos em Teologia. Em 1970, iniciou com mais afinco os estudos em Psicologia e tornou-se doutor em Psicologia Social em 1979. Suas contribuições para a Psicologia Social passam a ser cada vez mais contundentes e significativas a partir de sua crítica à Psicologia Social hegemônica nos países latino-americanos. Proponente da Psicologia da Libertação contribuiu significativamente para a produção de uma Psicologia comprometida com as maiorias populares latino-americanas. Poderia ter contribuído mais se não tivesse sido vítima da violência política, assassinado brutalmente pelas forças militares salvadorenhas em 1989 dentro da universidade onde lecionava (UCA). Martín-Baró é um dos grandes símbolos do pensamento crítico latino-americano e grande inspiração para pensar a Psicologia Social *desde abajo*. Para aprofundar a vida e obra de Martín-Baró recomendamos a leitura de Dobles (2016) e Martín-Baró (2017a).

[46] Segundo o autor esse período pode ser representado pelo pensamento dos autores Émile Durkheim (1858-1917), Max Weber (1864-1920) e Sigmund Freud (1856-1939).

[47] O segundo período é muito influenciado pelas contribuições de John B. Watson (1878-1958) e Floyd Allport (1890-1979).

O terceiro período se constitui em um contexto marcado pelo "desencantamento" presente no momento subsequente aos acontecimentos da Guerra do Vietnã[48], sobretudo no que diz respeito às consequências da derrota da visão político-ideológica dos Estados Unidos diante do seu fracasso . Predomina nesse contexto a busca pela superação da submissão do conhecimento científico presente no período anterior voltado a manutenção do poder estabelecido, bem como da suposta assepsia científica afirmada pela Psicologia Social hegemônica. A partir disso, se apresenta como questão predominante: o que de fato pode libertar as pessoas de desordem estabelecida? Ademais, a partir da crítica a determinados pressupostos são abertas novas perspectivas importantes para o desenvolvimento da Psicologia Social as quais caminham no sentido da formulação de contribuições que passam a compreender a realidade social como construção e como conflitiva, assumindo também o papel político da Psicologia Social.[49]

Lane (2012) identifica também que a Psicologia Social na América Latina nessa época ainda se apresenta a partir da predominância do viés pragmático dos norte-americanos ou da concepção eurocêntrica de um homem abstrato. A partir da crítica a essas construções hegemônicas foi se constatando cada vez mais em diversos países latino-americanos a necessidade de uma Psicologia Social conectada à essas realidades. Em concordância com a leitura feita por Martin (2018), a postura e o papel crítico que se produz na Psicologia Social na América Latina a partir da década de 1970 estão relacionados com o processo de tentativa de superação característico do terceiro período traçado por Martín-Baró (2017b). Por isso, acrescentamos que o fortalecimento de um movimento latino-americano, gestado e consolidado em alguns encontros, congressos e criação de entidades[50], foi fundamental para a construção da crítica a uma Psicologia Social importada, acrítica, supostamente asséptica e que não dialogava com as questões sociais reais das maiorias populares latino-americanas.

[48] A Guerra do Vietnã ocorreu de 1959 a 1976 e foi um dos mais simbólicos e violentos eventos do século XX. É um desdobramento da luta anticolonial contra o domínio colonial francês na Indochina (Vietnã, Laos e Camboja) e influenciada pelo contexto da Guerra Fria. A entrada definitiva dos EUA na guerra em 1965 inaugura uma das maiores barbáries já vistas na história (sobretudo pelos massacres de civis e utilização de armas químicas contra a população vietnamita), as quais geram profunda revolta na população estadunidense que se mobiliza intensamente pela retirada do seu exército. Somado a isso, as sucessivas derrotas do exército estadunidense vão causando danos significativos na imagem que era construída pelo país. A derrota definitiva dos EUA para os "vietcongs" na Guerra do Vietnã é um marco na sociedade estadunidense e para o período em que ocorreu.

[49] Muito marcado pelo marxismo e pela fenomenologia se destacam Peter Berger (1929-2017) e Thomas Luckmann (1927-2016), Erving Goffman (1922-1982), Giovanni Berlinguer (1924-2015) e Franco Basaglia (1924-1980).

[50] Destacamos o Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP) em 1976 e 1979; a criação da Associação Latino-Americana de Psicologia Social (ALAPSO) nesse processo e de algumas associações nacionais como a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO).

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, período marcado nos países latino-americanos (sobretudo no cone-sul) pela presença de ditaduras militares, também emergem e se consolidam diferentes iniciativas do pensamento crítico latino-americano. A necessidade de pensar a relação dependência-libertação e estratégias para a superação dos regimes ditatoriais se intensifica nesse contexto e despontam alguns movimentos que começam a pensar a libertação da América Latina a partir de diferentes perspectivas. O movimento de libertação da América Latina não surge exatamente nesse período, mas passa a se configurar a partir das determinações históricas de seu tempo, muito impactadas pelo espírito revolucionário desencadeado pela experiência vitoriosa da Revolução Cubana de 1959. O início da segunda metade do século XX na América Latina é marcado por uma série de experiências que expressam esse movimento, por exemplo, as teorias da libertação[51] nas contribuições da Filosofia, Teologia, Pedagogia e da própria Psicologia da Libertação compõe um movimento latino-americano que buscou construir saídas para emancipação das nações e dos povos latino-americanos.

Esse processo regional se constrói nas especificidades das realidades nacionais da América Latina, como foi no caso brasileiro. O panorama histórico traçado por Bock e Furtado (2005) nos auxilia na compreensão do papel do marxismo no processo histórico de construção de uma Psicologia Social crítica conectada a realidade brasileira. Defendem que, no Brasil, a principal porta de entrada do marxismo na Psicologia[52] se deu por meio da Psicologia Social a partir dos anos 1970.

O Brasil passava por um de seus períodos mais obscuros, a da ditadura militar brasileira (1964-1985), um regime que cerceou direitos sociais e políticos, censurou, reprimiu, torturou e matou brasileiros e brasileiras (inclusive estruturado na articulação entre as ditaduras sul-americanas para realizar esses processos)[53], em que até hoje centenas de pessoas ainda estão desaparecidas. Além disso, a ditadura no Brasil também foi responsável pelo aprofundamento da desigualdade social, um crescimento exorbitante da concentração de renda[54] e por deixar marcas profundas e ainda não superadas na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, como forma de enfrentamento a esse regime, o interesse e o estudo das ideias marxistas se desenvolveram

[51] Destacamos o pensamento de Leonardo Boff, Gustavo Gutiérrez, Enrique Dussel, Paulo Freire, Martín-Baró como representantes dessas vertentes.
[52] A Psicologia no Brasil tem seu reconhecimento oficial como ciência e profissão, a partir da sua regulamentação legal no ano de 1962.
[53] Para saber mais sobre a *Operação Condor* recomendamos a abordagem do tema realizada no *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* (BRASIL, 2014).
[54] Alguns dados podem ser encontrados na série histórica produzida por Souza (2018).

de diversas formas (sempre clandestina e longe dos olhos dos generais fardados). É a partir desse ponto que o marxismo passa a adentrar na Psicologia brasileira com mais força.

Bock e Furtado (2005) destacam alguns momentos da produção da Psicologia no Brasil em que as ideias marxistas passaram a ser um referencial importante, entretanto, "[...] é na psicologia social que o marxismo na psicologia brasileira encontrará maior desenvolvimento." (BOCK & FURTADO, 2005, p. 507).

A relação que se estabelece entre as contribuições do marxismo e a produção de uma Psicologia Social crítica no Brasil também encontra sua a partir da aproximação com as contribuições da psicologia marxista soviética, dada pela apropriação das produções na construção de uma leitura que pudesse contribuir na compreensão e transformação da realidade brasileira. Destacamos novamente o protagonismo de Silvia Lane e o grupo de pesquisadores do Programa de Psicologia Social da PUC-SP no trabalho pioneiro que foi realizado e que segue sendo elaborado por diversos pesquisadores e pesquisadoras. Martin (2018) realiza um trabalho importante de recuperação histórica do processo de construção de relação entre as contribuições da psicologia marxista soviética e a produção de Silvia Lane e o grupo de pesquisadores de Psicologia Social da PUC-SP[55], tendo em vista que a relação da psicologia social com a psicologia marxista soviética produziu grande impacto e ainda produz grandes transformações na Psicologia brasileira.

Nesse sentido, o protagonismo de Silvia Lane na apropriação das contribuições dadas pelos autores da psicologia marxista soviética (em um primeiro momento Leontiev, posteriormente Luria e Vigotski) abrem novos caminhos para a produção da Psicologia Social brasileira[56] cujo potencial crítico e transformador se expressa na afirmação do materialismo histórico e dialético como pressuposto teórico-metodológico e na produção de uma nova concepção de ser humano pensados a partir da realidade brasileira e voltados a sua transformação.

A reestruturação no programa de pós-graduação em Psicologia Social da PUC-SP a partir de 1977 é também um marco histórico para a construção de uma nova Psicologia Social

[55] O relato realizado por González Rey (2007) também nos ajuda a compreender a construção da relação entre os soviéticos e a produção de Silvia Lane, não somente pela análise presente da apropriação das categorias, mas também pela experiência e o conhecimento daquele que foi um dos grandes interlocutores de Silvia Lane e da construção da Psicologia Sócio-Histórica.

[56] LANE (1985) *O que é psicologia social?* (1981) e LANE & CODO (2012) *Psicologia Social: o homem em movimento* de 1984 são marcos históricos que representam uma sintetização de vários pesquisadores e pesquisadoras que exprimem toda a produção desse período de construção e a afirmação dos pressupostos ético-políticos da construção de uma Psicologia Social voltada para a transformação da realidade na busca pela superação das desigualdades.

brasileira, tendo em vista a incorporação desse viés crítico por meio da concepção dialética, pautado em uma leitura crítica em Psicologia Social na tentativa de responder às questões postas para a sociedade brasileira.

É nesse contexto que Silvia Lane e seus orientandos passam a se apropriar de forma mais aprofundada e sistemática das contribuições da psicologia marxista soviética por meio do acesso a algumas obras fundamentais que até aquele momento eram praticamente desconhecidas em território latino-americano. As primeiras claras referências nas produções de Silvia Lane às categorias produzidas por esses autores estão em LANE & CODO (2012) e LANE (1985), o que reforça o caráter revolucionário, pioneiro no estabelecimento de um marco histórico a partir de suas publicações.

Segundo Martin (2018) é possível compreender esse caminho em dois momentos importantes a aproximação com as obras de Leontiev (2004b;2021) O desenvolvimento do psiquismo e Atividade, Consciência e Personalidade, produções que ofereceram subsídios para pensar a relação entre consciência individual e consciência social; a linguagem em seu caráter sócio-histórico; o papel da educação no processo de aquisição humana do desenvolvimento histórico da sociedade e a relação entre pensamento e consciência (compreendendo essa a partir de uma perspectiva concreta). Outro marco importante para o desenvolvimento da produção de Silvia e do grupo é o estudo da obra de Vigotski (1934) 2009 A construção do pensamento e da linguagem que acaba despertando a necessidade de discussões de cunho mais metodológico no de compreender os pressupostos teóricos presentes nas obras desses autores e manter certa coerência com sua construção.

É no intercâmbio científico da produção da Psicologia Social latino-americana[57], na organização e realização de diferentes obras e na sua atuação coletiva na PUC-SP que Silvia Lane e esse grupo de pesquisadores e pesquisadoras cumprem um papel imprescindível para a consolidação de uma psicologia social brasileira de orientação marxista, a qual se apoiou nas categorias do materialismo histórico e dialético e da psicologia marxista soviética, ao mesmo tempo, por meio de contribuições originais no desenvolvimento da Psicologia Social.

Bock & Furtado (2020) nos auxiliam na apresentação desse argumento quando apontam para a contribuição dos estudos de Antônio da Costa Ciampa no desenvolvimento da categoria

[57] A viagem histórica de Silvia Lane e Maria do Carmo Guedes pela América Latina no início dos anos 1980 produziu impactos significativos na trajetória das pesquisadoras. O contato com diferentes experiências nos seis países visitados permitiu a descoberta de novas referências e ferramentas para uma transformação na compreensão das metodologias e da práxis em Psicologia Social. Para maior aprofundamento, recomendamos a leitura do relato da viagem feito por Guedes (2007).

identidade como metamorfose em sua abordagem original, foi o que permitiu a superação das fragilidades da categoria personalidade presente na obra de Leontiev (2021), abrindo caminho para uma nova perspectiva e compreensão nas pesquisas subsequentes. Além disso, o processo de aprofundamento dos estudos de Silvia Lane apontava para a necessidade de dar maior importância na Psicologia Social para as categorias emoções e afetividade, tarefa que teve colaboração[58] e cuja continuidade é dada na produção de Bader Sawaia.[59] Nesse sentido, atividade, consciência, identidade e afetividade passam a ser categorias fundamentais para o desenvolvimento da Psicologia Sócio-Histórica.

Novas contribuições foram surgindo por meio do desenvolvimento de novas pesquisas, perguntas, categorias, enfoques e movimentos dentro da continuidade de construção de uma psicologia social de base marxista no Brasil. Sendo assim, esse é o contexto e o processo pelo qual se desenvolveu o que hoje denominamos de Psicologia Sócio-Histórica. Por isso, afirmamos que a PSH é uma perspectiva crítica em Psicologia que tem como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico e dialético e forjada nas determinações sócio-históricas da particularidade latino-americana e da realidade nacional brasileira, buscando construir respostas para nosso contexto a partir psicologia social crítica latino-americana.

A PSH expressa a confluência entre a construção de um pensamento crítico latino-americano representado também na postura crítica elaborada dentro da Psicologia Social e que, no Brasil, a partir do encontro com o marxismo, encontra sua maior potência aliada a produção da psicologia marxista soviética. Essa relação permite a emergência e construção de uma perspectiva crítica singular, genuinamente latino-americana e brasileira em Psicologia Social. Nesse sentido, "[...] caminhando de forma dialogante e acolhendo parcerias e contribuições críticas, a Psicologia Sócio-Histórica se desenvolveu, tomou corpo e pode se colocar no campo das referências para uma prática e um conhecimento críticos" (Bock & Furtado, 2020, p.5).

O caminho que se abre a partir daí continua a ser desenvolvido por diversos pesquisadores e pesquisadoras na construção da Psicologia Sócio-Histórica, em contribuições fundamentais para pensar e transformar a realidade brasileira a partir de seus pressupostos ético-políticos. Desse modo, aprofundaremos o que entendemos por PSH e as principais categorias que compõe a sua produção, destacando algumas que nos auxiliarão na construção dos argumentos subsequentes.

---

[58] Podemos notar o desenvolvimento colaborativo dessas ideias na obra organizada pelas autoras Lane e Sawaia (2006) *Novas Veredas da Psicologia Social.*

[59] Da mesma forma, a importância que as categorias emoções e afetividade adquirem na obra de Silvia Lane também podem ser notada na produção de González Rey (2007) e em LANE e ARAÚJO (2000).

4. A Psicologia Sócio-Histórica e seus fundamentos teórico-metodológicos

O presente capítulo tem o objetivo de apresentar os principais pressupostos teórico-metodológicos e categorias da Psicologia Sócio-Histórica reafirmando sua perspectiva crítica e suas bases no materialismo histórico e dialético. Sendo assim, o desenvolvimento desta parte da pesquisa se dará também na tentativa de reafirmar a importância da categoria trabalho para a construção de uma ciência psicológica que tem como base o materialismo histórico e dialético, analisando essa relação à luz dos conhecimentos da PSH, cuja perspectiva crítica e produção teórica nos permite avançar na compreensão dos fenômenos da realidade.

Desde a nossa perspectiva, entendemos que a PSH produz contribuições originais em sua construção teórico-metodológica, tendo como base os saberes citados na reconstituição histórica explicitada anteriormente, mas complexificando as formulações e a análise a partir dos seus aportes substantivos, propondo novas categorias e desafios para a compreensão dos fenômenos da realidade. Nesse sentido, é imprescindível compreender tanto as bases que permitiram a elaboração e o surgimento da PSH, quanto identificar sua singularidade e originalidade de desenvolvimento, sobretudo na produção de categorias de análise.

A partir da análise e discussão proposta anteriormente foi possível compreender que as formulações de Marx e da teoria marxista inauguram uma nova compreensão de ser humano, de história e de apreensão do movimento da realidade, por isso, são fundamentais para o desenvolvimento de uma nova psicologia que se constrói a partir do materialismo histórico e dialético. Essa construção se embasa na crítica da concepção idealista de ser humano e da realidade, afirmando o papel ativo do ser humano e a atividade humana como produtora da realidade e da consciência, reiterando o caráter dialético do processo de constituição na relação sujeito-objeto, indivíduo-sociedade e subjetividade-objetividade.

Nesta premissa, o objetivo dos autores soviéticos referenciados foi construir os fundamentos filosófico-metodológicos e os pilares de uma psicologia edificada sobre o materialismo histórico e dialético. Ao introduzir de forma pioneira o método dialético na ciência psicológica se iniciou uma ruptura com as dicotomias presentes nas psicologias da época abrindo espaço para a consolidação e complexificação das contribuições do que posteriormente foi denominada Psicologia Histórico-Cultural. Entretanto, esses autores não encerram a produção e os avanços na construção de uma Psicologia forjada a partir do materialismo histórico e dialético.

Entendemos também que as contribuições de autores marxistas ao discutir e qualificar as contribuições de Marx são tão fundamentais quanto as referências supracitadas da Psicologia. É o caso da obra de Lukács, cujas contribuições na ontologia do ser social nos auxiliam na afirmação da concepção de constituição de ser humano apresentada. Entretanto, o diálogo entre Lukács e Leontiev, por exemplo, não esteve presente na construção da PHC, sendo uma aproximação posterior feita por outros grupos que reconheceram os possíveis pontos de diálogo para a continuidade da construção de uma Psicologia a partir do materialismo histórico e dialético.

Sendo assim, podemos afirmar que a Psicologia Sócio-Histórica se fundamenta nas produções de Karl Marx e do marxismo tendo o materialismo histórico e dialético como teoria, filosofia e método. Além disso, também toma como base a Psicologia Histórico-Cultural nas contribuições de Lev Vigotski, Aleksei Leontiev e Alexander Luria e algumas derivações e interpretações dessas formulações, portanto, se colocando como uma perspectiva crítica em Psicologia em seu desenvolvimento como ciência e profissão. Produção crítica a qual tem sua constituição também a partir do desenvolvimento de um pensamento crítico latino-americano e da crítica à Psicologia Social a partir da década de 1970 no Brasil e na América Latina. É a partir desses elementos que a PSH passa a se constituir e produzir contribuições originais por meio de suas categorias como motor de suas contribuições para a continuidade de sua perspectiva crítica em Psicologia.

A partir deste ponto, tomamos como referência a proposta de reconstituição histórica da emergência da Psicologia Sócio-Histórica realizada por FARIAS (2022) em parte de sua tese ao delimitar e analisar as diferentes fases da PSH, cuja divisão analítica se dá em três fases: *A Guinada Epistemológica*; *O Empostamento ético* e *Ontologia do Ser Social*. Concordamos com FARIAS (2020) ao destacar e discutir algumas obras que considera basilares para a construção da terceira fase da Psicologia Sócio-Histórica, a qual o autor caracteriza como uma síntese do giro ontológico que marca a fase da *Ontologia do ser social*.

A construção da PSH foi tomando forma e teve como marco importante a publicação de *Psicologia Sócio-Histórica – uma perspectiva crítica em Psicologia* (BOCK, GONÇALVES e FURTADO, 2011), obra em que estão presentes contribuições fundamentais que manifestam a continuidade, complexificação e produção original de uma psicologia com base no materialismo histórico e dialético e engajada na contribuição da transformação da realidade brasileira.[60] Para Farias (2022) a obra de FURTADO e GONZÁLEZ REY (2002) *Por uma*

[60] FARIAS (2022) localiza e caracteriza essa obra como sendo o manifesto da escola.

epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais é um ponto de virada na caracterização do giro ontológico presente na terceira fase porque marca o movimento feito por Odair Furtado no que diz respeito a:

> [...] recusa da necessidade de 'empréstimo' das categorias da Teoria da Representação Social tal como foi utilizada na gênese da escola [...] e com a categoria dimensão subjetiva da realidade faz um acerto de contas e efetiva o projeto do ser social tal qual havia se projetado quando da emergência da escola com Silvia Lane. (FARIAS, 2020, p.177)

A formulação da categoria dimensão subjetiva da realidade como ponto de virada para a PSH consolida o que FARIAS (2020) caracteriza como completa autonomia categorial no desenvolvimento da produção crítica da Psicologia Social. Essa consolidação se expressa em *A Dimensão Subjetiva da Realidade: uma leitura sócio-histórica* (BOCK E GONÇALVES, 2009) e FURTADO (2011) *Trabalho e Solidariedade*, obras imprescindíveis para a PSH e que revelam os avanços produzidos pelas pesquisas do grupo já adotando a categoria dimensão subjetiva da realidade como imprescindível.

Segundo a análise de Farias (2022) a PSH está em sua terceira fase de desenvolvimento, reconhecendo que as categorias historicidade e DSR representam ponto central para o que chama de superação do *Hércules Quasímodo da Psicologia Sócio-Histórca*, reafirmando a necessidade de um debate e construção mais profundo acerca da imprescindibilidade de substantivar a questão racial na construção da PSH. O próprio movimento crítico dentro das bases da PSH permite avanços na compreensão dos fenômenos e na qualificação das suas categorias.

É nesta fase que a PSH segue sendo construída e em constante movimento a partir de outras contribuições que também a transformam e tecem novos possíveis caminhos para o seu desenvolvimento, nesse sentido, a crítica presente no trabalho de FARIAS (2022) é uma referência fundamental porque aponta para a necessidade de pensar a luta de classes no Brasil tendo a raça como substantivo, uma vez que não é possível pensar a particularidade latino-americana e a constituição do povo brasileiro sem que pautemos de forma substantiva a questão racial, sendo essa constitutiva das determinações concretas da realidade brasileira. Nesse sentido, partindo sempre da crítica à Psicologia para a continuidade de construção de uma Psicologia crítica alicerçada no materialismo histórico e dialético como teoria, filosofia e método, conectada e comprometida com a transformação da realidade.

Portanto, essa perspectiva crítica em Psicologia tem como base uma concepção de constituição de ser humano que visa superar as insuficientes propostas anteriores presentes na

Psicologia, edificadas a partir de uma noção de sujeito liberal, a qual historicamente oscilou entre compreensões subjetivistas ou objetivistas. A crítica é um pilar estruturante de seus fundamentos epistemológicos e teóricos na busca pela superação das dicotomias presentes na Psicologia desde o seu surgimento. Sendo assim, desde a emergência da Psicologia como ciência próximo do início do século XX, todas as propostas se localizaram em um dos polos dessas dicotomias: natural ou social, interno ou externo, subjetivista ou objetivista.

A busca pela compreensão de uma noção de ser humano que tem como referência o materialismo histórico e dialético nos dá elementos para contrapor o princípio da universalização e racionalização de sujeito desenvolvida pelo pensamento liberal e que o concebe como racional, individual, natural e livre.[61] Portanto, é diante da necessidade de superação da noção liberal de sujeito que a PSH parte da crítica e do método que concebe o ser humano como ativo, social e histórico.

Afirmamos que o objeto da Psicologia Sócio-Histórica é a dialética objetividade-subjetividade, cuja compreensão se constitui na complexidade da formulação de categorias as quais orientam esse processo de investigação e formulação de uma concepção de ser humano que é forjado na história e em condições concretas e específicas. É também na constante produção e transformação de suas categorias que a PSH avança nas diferentes formas de compreensão da complexidade de seu objeto de estudo.

Portanto, destacaremos e discutiremos a seguir algumas das categorias que compõe o repertório da PSH e nos auxiliam na afirmação de uma concepção de ser humano a partir do reconhecimento da importância da categoria trabalho e da asserção de uma noção de sujeito ativo, histórico e social em contraponto a historicamente hegemônica noção liberal.

4.1 As Categorias da Psicologia Sócio-Histórica

Tão imprescindível quanto a crítica direcionada aos modelos dicotômicos de compreensão da realidade em sua construção reducionista do conhecimento científico é a afirmação de uma perspectiva que possibilite a superação da dicotomia subjetividade-objetividade tendo como pilar fundamental a dialética. Entendemos que a construção dessa perspectiva deve partir necessariamente da asserção de uma concepção de constituição de ser humano. É nesse sentido que a perspectiva crítica da Psicologia Sócio-Histórica e o materialismo histórico e dialético propõe como método um caminho para a superação da

[61] Para compreender melhor a construção histórica da noção de sujeito liberal produzida na modernidade a partir do racionalismo e das diferentes expressões da construção da ciência moderna hegemônica indicamos a leitura de GONÇALVES (2003).

compreensão liberal de sujeito, apresentando sua contraposição na afirmação de um sujeito ativo, social e histórico.

A PSH reúne as concepções materialista, histórica e dialética como base de sua produção de conhecimento e compreensão do movimento da realidade, conforme exposto por Gonçalves e Bock (2018, p. 139)

> Materialista porque tem na base, como ponto de partida, a transformação material que produz a vida humana pelo trabalho; histórica porque reconhece na atuação dos sujeitos, na sua possibilidade de agregar subjetividade à objetividade, a produção da sociedade e sua constante transformação; dialética porque entende as relações e o movimento como resultado da contradição

Trabalhamos com a noção de categorias uma vez que a própria noção de conceito (em sua forma estática, determinada ou engessada) não nos parece adequada. As categorias, para além da definição com a qual concordamos em Marx (2011), são uma maneira coerente com o método materialista histórico e dialético de atentar-se as múltiplas determinações dos fenômenos para compreendê-los em seu movimento, estabelecendo uma compreensão na relação dialética entre totalidade, particularidade e singularidade que constituem esses fenômenos.

A categoria historicidade é base fundamental uma vez que todos os fenômenos têm caráter histórico e o sujeito é ativo nesse processo, sendo produtor e produzido por essa história. Essa relação (que está sempre em movimento dialético) é constituída em um meio social específico, determinado por suas condições materiais as quais apontam as relações que foram produzidas entre indivíduo e sociedade, evidenciando as contradições, ideologias e mediações desses processos históricos.

O agir dos seres humanos sobre o mundo se dá também na relação com a historicidade dos fenômenos forjados nas determinações de cada contexto social e tempo histórico em seu caráter contraditório e processual. Dessa forma, as categorias atividade e consciência também são constituídas historicamente e fundamentais na compreensão da constituição de ser humano. Essa compreensão é proposta pelo entendimento de que esses fenômenos constituem todas as relações do ser humano com o meio social e que, além disso, todos os elementos psíquicos são forjados em uma relação dialética entre indivíduo e sociedade ao longo do processo histórico.

Explicitando melhor a relação dialética entre atividade e consciência, recorremos a proposição de Aguiar (2011) quando define por psicológico a atividade do indivíduo de registrar a experiência e relação que se mantém com seu ambiente social visto que, é por meio dessa relação, que esse indivíduo constituirá sua capacidade psíquica, seu mundo de registros.

Para compreender melhor a relação proposta precisamos retornar à crítica de Vigotski às formulações deficitárias das psicologias de sua época se davam, entre outras razões, porque essas propostas não davam a devida importância ou profundidade à questão da consciência e da atividade. O argumento construído por Vigotski de que a Psicologia deveria ser por uma ciência concreta apontava para a necessidade de "[...] realizar o estudo psicológico concreto da consciência como realidade psicológica concreta [...] " (LEONTIEV, 2004a, p.434-5) e produzir uma interpretação materialista e histórica da consciência. Por isso, a questão da consciência e da atividade prática humana foram centrais nas categorias da PHC e, posteriormente da PSH.

O contraponto à visão idealista da produção da realidade é incorporado à construção dos seus fundamentos teórico-metodológicos tendo como caráter central a concepção marxiana de atividade humana. A atividade passa a ser compreendida como base da estruturação da cognição cujos processos vão se complexificando e desenvolvendo o pensamento humano. Além disso, o conhecimento se constrói a partir da relação que o ser humano estabelece com a realidade material, ou seja, é produto do desenvolvimento da atividade humana no mundo material.

Novamente, é a partir da exigência da ação sobre a realidade material para a manutenção do suprimento de suas necessidades que os seres humanos transformam o real. Portanto, ao transformar essa realidade os seres humanos passam também a conhecê-la, engendrando novas percepções e pensamentos, desenvolvendo sua capacidade de intervenção sobre o mundo e, dessa forma, transformando a si mesmos no processo. E é por isso que a consciência e o pensamento são determinados pela realidade material, constituídos na relação que a humanidade estabelece com o mundo objetivo atuando sobre ele e se transformando.

Esse caráter materialista e dialético das propostas de Vigotski sobre a formação e a estrutura do psiquismo tem também como elemento central sua formulação sobre o caráter mediador de determinados "instrumentos psicológicos" na formação das funções psíquicas superiores. Sendo assim:

> A teoria histórico-cultural de Vigotski, com suas ideias sobre o caráter mediado dos processos psíquicos com a ajuda de instrumentos psicológicos (por analogia com a forma como os instrumentos materiais de trabalho intervêm de forma mediada na atividade prática do homem) foi a primeira formalização psicológica desse modelo. (LEONTIEV, 2004a, P.470)

Uma das tarefas da psicologia marxista soviética foi a compreensão da relação entre atividade humana e instrumentos psicológicos apontando para a sua relevância na constituição

das funções psíquicas superiores dos seres humanos. Essa construção deve ser compreendida na cultura e em seu processo histórico de formação, evolução e desenvolvimento, recorrendo ao método histórico para o seu estudo, destacando "[...] o caráter específico que adquire a ação mediada por instrumentos nos processos psíquicos, sobretudo em sua determinação histórico-social [...]" (LEONTIEV, 2004a, p. 442).

A atividade se dá dentro das relações sociais e permite o acesso à humanidade. Além disso, a atividade de apropriação dos objetos da cultura, sejam eles materiais ou intelectuais, desenvolvem aptidões. Para Leontiev (2021) a formação da cultura material e intelectual se produz na história por meio da capacidade do ser humano de se apropriar das significações objetivadas em produtos materiais, intelectuais e ideais por meio da atividade, pensamento e linguagem. Essa apropriação se dá sempre em relação à produção das gerações precedentes.

Portanto, é importante ressaltar que não é possível compreender essas categorias como independentes entre si, posto que a atividade do ser humano sobre o mundo situa esse na historicidade e, o próprio tempo histórico transformado coletivamente, reflete as ideias e construções de um determinado momento.

Dessa forma, a consciência não é uma mera reprodução mecânica da realidade e o sujeito não se constitui somente por processos internos individuais e universais. A consciência representa o real que é experienciado, vivido, significado na relação com a atividade, incluindo emoções e representações, sentidos e significados.

A relação dialética entre consciência e atividade é mediada pela linguagem, ou seja, as duas se constituem mutuamente e esse processo só é possível porque a atividade humana é dotada de intencionalidade, é consciente. A linguagem é mediação entre atividade e pensamento porque é a partir da experiência concreta que os sujeitos significam, substituem objetos ou a realidade por signos e assim podem antever, planejar suas ações e depois executar essas. A apropriação da atividade pelo sujeito, ou o processo de subjetivação é também a significação da atividade ou a subjetivação da objetivação.

Por meio de seus significados sociais, os quais foram produzidos ao longo da história, a linguagem é apropriada pelo indivíduo durante toda a sua vida. Além disso, em contato com os significados sociais, suas experiências e vivências, o indivíduo também constrói sentidos pessoais. No nível das ideias, a ideologia pode representar interesses concretos e contraditórios que também foram produzidos historicamente, objetivando os significados sociais construídos. Essas construções são dadas em um contexto histórico, definidas socialmente pelas múltiplas relações estabelecidas.

A partir deste ponto se apresenta a necessidade de compreensão da categoria dimensão subjetiva da realidade, cuja construção está atrelada às discussões supracitadas, mas também avançando na compreensão tanto da concepção de constituição de ser humano, quanto da realidade latino-americana e brasileira.

4.1.2 A Dimensão Subjetiva da Realidade

A dimensão subjetiva da realidade se apresenta como categoria fundamental para o avanço das discussões propostas. Tendo em vista que o objeto de estudo da PSH é a dialética objetividade-subjetividade, a categoria dimensão subjetiva da realidade contribui para a compreensão dos fenômenos em suas múltiplas determinações e se constrói a partir da concepção de ser social.

Conforme exposto, a dimensão subjetiva da realidade é pensada na constituição de um processo dialético entre sujeito e sociedade, que não são unidades totalmente independentes, mas que se constituem mutuamente no processo. Portanto, no movimento dialético permanente estabelecido entre indivíduo e sociedade está presente um entrelaçamento no qual o social se subjetiva em questões pertinentes a esse ser humano em construção e o subjetivo é objetivado no mundo em que esse sujeito atua, tornando-se parte da realidade social e se redefinindo como processo cultural.

Portanto, pode-se dizer que a dimensão subjetiva da realidade configura a síntese entre as condições materiais e o processo de significação dessas questões objetivas. Dessa forma, esse processo é constituído na relação entre ser humano e sociedade, que se modificam mutuamente e representam experiências que podem ser reconhecidas como subjetivas porque configuram a própria expressão de experiências de um determinado campo ou contexto.

> Entende-se dimensão subjetiva da realidade como construções da subjetividade que também são constitutivas dos fenômenos. São construções individuais e coletivas, que se imbricam, em um processo de constituição mútua e que resultam em determinados produtos que podem ser reconhecidos como subjetivos. (BOCK e GONÇALVES, 2009, p.143)

É na construção dessa categoria que Furtado (2011) afirma que a capacidade humana de transformar intencionalmente o mundo para atender suas necessidades cria em seu desenvolvimento a necessidade de formas cada vez mais complexas de organização social em que os seres humanos passam a estabelecer modos de reprodução da vida em que emergem também a construção de referências éticas e estéticas. O estabelecimento da regulação das relações da vida em sociedade passa a ser uma necessidade humana construída a partir da

produção da vida material e é a partir desse ponto que também emergem estruturas ou aparatos subjetivos de crenças e valores a partir de referências éticas e estéticas construídas historicamente.

> É neste processo que a relação entre ser humano e natureza passará a ser mediada pela crença e valores produzidos pela sua interpretação do mundo vivido. Aqui a objetividade da vida (causalidade) irá se separar da representação subjetiva do vivido, permitindo que o mundo possa ser interpretado de uma forma especial que, apesar de determinada pela causalidade, dela se separa (mesmo que seja de forma artificial), constituindo a dimensão subjetiva da realidade. (FURTADO, 2011, p.78)

Como capacidade exclusiva os seres humanos sempre interpretam, significando, subjetivamente, o vivido e é no processo de reprodução da vida que são produzidos necessariamente processos de significação na relação que o ser humano estabelece com o mundo. A subjetivação do vivido é produzida e produz um conjunto de valores e crenças que se forjam a partir de referências éticas e estéticas, construídas historicamente desde a produção concreta da vida.

É por isso que Furtado (2011) afirma que a constituição da dimensão subjetiva da realidade se expressa do ponto de vista ontológico, na necessidade humana de significação ou subjetivação do vivido, mas também do ponto de vista teleológico, a partir da capacidade humana de projetar cenários na realidade vivida. Ou seja, a constituição da dimensão subjetiva da realidade se expressa no ser humano em sua capacidade de compreender a si mesmo e de projetar o seu futuro numa determinada direção, na relação dialética que se estabelece entre teleologia e causalidade.

A partir do momento em que a humanidade passa a ter a capacidade de produzir e se apropriar do seu repertório intelectual, necessariamente devemos compreender a constituição dos seres humanos a partir da relação dialética entre o campo objetivo e o subjetivo. Calcado na materialidade e em circunstâncias historicamente produzidas, o campo objetivo determina o subjetivo e o campo subjetivo produz significações a partir de outras significações, na contínua constituição do ser social como complexo de complexos.

É importante ressaltar que a dimensão subjetiva é da realidade e não se apresenta como uma perspectiva do sujeito ou com foco no indivíduo, exatamente porque a construção dessa categoria aponta para a ruptura das dicotomias historicamente presentes na Psicologia entre sujeito-objeto ou objetividade-subjetividade. Portanto, entendemos que objetividade e subjetividade compõe uma unidade de contrários, constituindo-se mutuamente no mesmo processo de apropriação da realidade pelos seres humanos.

A categoria dimensão subjetiva da realidade aponta para uma compreensão de que não está localizada em processos "internos" do ser humano, buscando superar uma postura subjetivista ou individualizante. Nesse sentido, afirmamos que os produtos subjetivos dos seres humanos, postos no mundo em suas objetivações, também constituem os fenômenos sociais.

Sendo assim, Bock e Gonçalves (2009) definem que a dimensão subjetiva dos fenômenos sociais não deve ser compreendida como um aspecto psicológico individualizante, mas na afirmação de um sujeito ativo que se constitui em sua relação dialética com o mundo e no processo histórico no qual essa subjetividade é forjada.

A compreensão da dimensão subjetiva se dá por meio das significações, justamente porque esse processo se constrói a partir atividade do sujeito sobre o mundo, ao mesmo tempo em que esse subjetiva esse processo e, portanto, as significações representam uma síntese entre objetividade e subjetividade.

> A dimensão subjetiva da realidade indica a presença ativa dos sujeitos na vida social e coletiva. Nosso universo de significações, constituído nas atividades que realizamos como "sócios", dá suporte e justificativa para a realidade da forma como se constitui. A dimensão subjetiva da realidade pode ser estudada a partir dos sujeitos, atores sociais. (BOCK E FURTADO, 2020, p.14)

É nessa direção que a categoria apresentada permite a superação da dicotomia objetividade-subjetividade, propondo uma perspectiva e uma compreensão dialética da relação que se estabelece na transformação recíproca entre esses dois âmbitos. A relação objetividade-subjetividade deve ser compreendia em sua totalidade e o ser humano como ativo, social e histórico, partindo de uma concepção de constituição de humano que busca superar as visões naturalizadoras, individualizantes e ahistóricas.

A dimensão subjetiva da realidade se apresenta hoje como categoria fundamental para o desenvolvimento da PSH como contribuição para uma perspectiva crítica em Psicologia que busca superar os reducionismos historicamente produzidos pela ciência e profissão. Diante do olhar crítico para os fenômenos que constituem a realidade brasileira e latino-americana e que tem como uma de suas categorias metodológicas a própria historicidade, atenta-se exatamente para o desvelamento de processos sociais e culturais, evidenciando esses em seus fatores constitutivos na dimensão subjetiva da realidade. É a partir dessa relação que compreendemos a categoria em sua imprescindibilidade e como produto e produtora da PSH.

5. Metodologia: Procedimentos e instrumentos de coleta de dados e análise

A partir do exposto anteriormente reafirmamos a Psicologia Sócio-Histórica e o materialismo histórico e dialético como referencial teórico-metodológico desta pesquisa. Sendo assim, compreendemos o método como a busca pela apreensão do movimento do fenômeno em sua essência, como uma maneira posicionada de atentar-se às mediações e contradições presentes na constituição dos fenômenos da realidade para conhecê-los. Marx abre caminho para a construção de um método quando afirma que o pensamento é uma representação do real e não o contrário, dialogando criticamente com as postulações de Hegel. É a partir do movimento concreto do real que os seres humanos são capazes de significar a realidade, sendo o pensamento determinado pela relação com a vida concreta e não o oposto.

A partir dessa premissa Netto (2011) discorre sobre o método de Marx afirmando que, para o autor alemão, a teoria é uma forma peculiar do conhecimento que se distingue das outras porque permite a compreensão do objeto real e efetivo tal como ele é concretamente. A teoria é justamente "[...] a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa." (NETTO, 2011, p. 21). Nessa perspectiva, a substância ou a essência do fenômeno está no próprio no movimento real do objeto real, o que significa que para conhecer a essência do fenômeno é necessário compreender a dinâmica, as leis do movimento do objeto estudado em suas múltiplas determinações.

É por meio do método que se dá a busca pela compreensão do movimento do objeto em sua essência, superando o seu conhecimento aparente, ou a sua pseudoconcreticidade, conforme define Kosik (1976). Ir à essência do fenômeno ou superar o mundo da pseudoconcreticidade, nesse sentido, é um esforço necessário para conhecer o objeto de estudo para além da sua forma imediata e aparente. A essência do fenômeno em si não se apresenta de forma imediata em sua totalidade, por isso, é necessária uma mediação intelectiva de quem busca compreender esse fenômeno, a qual se dá por um "desvio", um contorno da expressão aparente do fenômeno para chegar à sua essência. Além disso, é preciso ressaltar que existe uma contradição entre a expressão fenomênica aparente e a sua estrutura essencial, ou seja, o que um fenômeno aparenta ser em si é contraditório em muitos aspectos com o que de fato ele é, com o seu conceito, sua essência. Isso não significa que aparência e essência estejam cindidas ou sejam absolutamente independentes entre si, mas que essas constituem uma unidade de contrários que está em movimento constante, justamente por seu caráter contraditório e dialético. Essência e a

aparência não coincidem absolutamente e não estão completamente cindidas, mas compõe uma unidade de contrários em permanente movimento por sua relação de Ser e Não Ser.

Podemos afirmar também com base em Marx (2004) que a realidade se apresenta de forma fetichizada porque a própria práxis humana está fragmentada baseada nas relações de produção assentadas na divisão social do trabalho e na divisão da sociedade em classes. O mundo da pseudoconcreticidade é constituído por essa práxis humana fetichizada que também constitui as representações, as projeções dos fenômenos na consciência humana, sendo essas produtos dessa práxis como formas ideológicas de seu movimento em que os objetos, os produtos das relações humanas são tomados como naturais, justamente pelo ocultamento dos processos os quais os produziram. No mundo da pseudoconcreticidade tomamos a aparência do fenômeno como sua essência e isso ocorre porque a aparência oculta a essência, entretanto, esse ocultamento não é total.

É possível superar essa relação de conhecimento aparente dos fenômenos e chegar à sua essência, contudo, a essência não se expressa de forma imediata, mas necessariamente depende de uma mediação de quem analisa e busca conhecê-la. Esse movimento só é possível porque a própria essência se manifesta no fenômeno de forma parcial, indicando que não existe uma cisão total entre essência e aparência e nem uma identidade entre os dois. Para Kosik (1976) a manifestação da essência no próprio fenômeno revela que tanto essência como a aparência estão sempre em movimento, uma concepção que nega a ideia da existência de um núcleo essencial estático e inerte de um objeto.

Se a nossa percepção imediata no cotidiano não é capaz de apreender a "coisa em si" conforme definido por Kosik (1976), foi necessário o desenvolvimento de uma atividade específica e peculiar a qual pudesse chegar à essência dos fenômenos: a ciência. Nesse sentido, a ciência é a atividade humana específica, um esforço necessariamente crítico de quem pesquisa, cuja produção é capaz de realizar o desvio necessário na aparência para chegar à essência do fenômeno. Entendemos que a ciência tem esse caráter potencial, entretanto, nem toda produção científica é realmente capaz de realizar tal movimento. Por isso, nos apoiamos no materialismo histórico e dialético, reconhecendo na constante construção crítica de sua perspectiva teórico-metodológica a capacidade de fornecer elementos os quais permitem construir o caminho em direção a compreensão das múltiplas determinações dos fenômenos na busca por compreendê-los em sua essência.

Kosik (1976) defende que o método desenvolvido por Marx é um trabalho de perscrutação, um processo minucioso que permite chegar à essência do objeto em que a

compreensão do fenômeno se dá pelo conhecimento de sua estrutura essencial, de suas múltiplas determinações. A busca pela apreensão das múltiplas determinações do fenômeno se dá pela decomposição, não pela fragmentação, mas na decomposição do todo para que seja possível a reprodução ideal da estrutura da coisa em si, para então, compreendê-la. É importante ressaltar que a decomposição não é a exclusão da aparência para a compreensão do movimento do fenômeno, mas o reconhecimento de que a manifestação aparente é insuficiente para compreender suas múltiplas determinações. Sendo assim, para chegar à essência do fenômeno é necessário destruir a pseudoconcreticidade, como um dever do pensamento dialético.

A superação da pseudoconcreticidade não é a revelação de algo essencial que estava de forma estática e inerte atrás da aparência, mas se efetiva: na crítica revolucionária à práxis humana ou na recuperação do devir-humano como processo de humanização, como superação da negação da humanidade produzida historicamente; no pensamento dialético que permite superar as relações fetichizadas dominadas pela aparência no mundo da pseudoconcreticidade em direção a concreticidade; na realização da verdade e da criação da realidade humana em seu caráter ontogenético, sendo que o mundo da verdade se expressa também na criação singular do indivíduo que é social e histórico.

Outro ponto fundamental para Kosik (1976) é que em sua visão para que o ser humano possa conhecer algo em si precisa primeiro transformar esse objeto em algo para si. Além disso, não é possível conhecer a estrutura de um fenômeno, suas múltiplas determinações em um processo de distanciamento desse objeto ou por mera contemplação ou reflexão. Só é possível conhecer algo porque são os próprios seres humanos que criam a realidade ao se comportarem como seres práticos, contudo, não é possível conhecer a estrutura da coisa em si de forma imediata, isso só é possível mediante uma determinada atividade. Ou seja, para acessar determinadas dimensões da realidade é preciso apropriar-se de conhecimentos específicos e involucrar-se a partir de experiências específicas. Essa capacidade humana tem seu princípio a partir da intencionalidade presente no trabalho e na apropriação dos meios para a transformação do real que em seus desdobramentos (que vão para propriamente dito na relação de objetivação e subjetivação) se complexificam nas múltiplas expressões do ser social como um complexo de complexos. A perspectiva materialista adotada consegue captar um duplo caráter ambíguo da consciência humana, que se dá na capacidade de significação e de projeção, de registro e planejamento de representação e antecipação, sendo ao mesmo tempo receptiva e ativa. E é também por essa razão que destacamos o diálogo com a afirmação e as contribuições de Furtado

(2011) ao fundamentar que o ser humano por meio de sua capacidade teleológica é capaz tanto de compreender a si quanto de projetar seu futuro em uma determinada direção.

Conhecer algo em sua essência se dá no processo de transformação da representação do concreto para ao abstrato e, posteriormente, na volta ao concreto como concreto pensado. O sentido da análise guiada pelo rigor do método está justamente no fato de que no seu movimento em espiral, ao final do processo, chega-se a um ponto que não era conhecido no início, ou seja, a algo diverso e complexo com relação ao ponto de partida. Um processo que vai desde a caótica representação do todo a rica totalidade da multiplicidade de determinações e relações que constituem um fenômeno (Kosik,1976). O desvio da aparência para chegar ao concreto passa necessariamente pela mediação da abstração, em que também o todo só pode ser compreendido pela mediação da parte.

> O progresso da abstratividade à concreticidade é, por conseguinte, em geral movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade; do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto. O processo do abstrato ao concreto, como método materialista do conhecimento da realidade, é a dialética da totalidade concreta, na qual se reproduz idealmente a realidade em todos os seus planos e dimensões.

Com base em Kosik (1976) e Marx (2017) afirmamos que conhecer o fenômeno em suas múltiplas determinações no método dialético implica necessariamente os processos de investigação e de exposição. O método da investigação se constrói na apropriação do objeto, no domínio de suas determinações, na análise do movimento do objeto em seus diferentes momentos e formas de desenvolvimento e da determinação da unidade dessas formas. Já o método da exposição é a explicitação que permite que o fenômeno se torne compreensível, por meio da apresentação do movimento do objeto como transformação necessária do abstrato em concreto. Portanto, a dialética "[...] é o método da reprodução espiritual e intelectual da realidade é o método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico." (KOSIK, 1976, p. 39).

Afirmamos também que chegar à essência de um fenômeno é compreendê-lo em sua historicidade e sempre com referência na totalidade. Todos os fenômenos se expressam em um contexto e um momento histórico específicos e, sendo assim, devemos buscar a compreensão de um fenômeno em seu caráter histórico e sempre tendo referência na totalidade que constitui esse fenômeno. Reconhecer o caráter histórico dos fenômenos é buscar compreender o seu movimento, seu processo de transformação, "[...] estudar alguma coisa historicamente significa estudá-la no processo de mudança: esse é o requisito básico do método dialético." (VIGOTSKI,

2007, p.68). A dialética interna sempre constitui um modo de pensar, um caminho para a produção de conhecimento, destacando o caráter contraditório na análise de um fenômeno, em elementos que lutam entre si, que produzem um tensionamento, sendo essa luta a força motriz do seu movimento. E é nesse sentido que os fenômenos devem ser compreendidos em seu caráter histórico e contraditório, sendo a historicidade imprescindível para a construção e estrutura do método.

Outro aspecto fundamental é compreender o fenômeno em sua totalidade, uma vez que para chegar à concreticidade do fenômeno não devemos fragmentá-lo, mas entendê-lo como a própria síntese de múltiplas determinações, a unidade do diverso. Nesse sentido, afirmamos que o conhecimento do concreto se dá também na articulação necessária entre universalidade, particularidade e singularidade, entendendo que nessa relação e nesse movimento constante do fenômeno a singularidade se constrói na universalidade e a universalidade se concretiza na singularidade, tendo a particularidade como mediação.

Tendo o materialismo histórico e dialético como seu referencial teórico-metodológico este estudo também se insere no campo da pesquisa qualitativa a partir dos referenciais apresentados desde a Psicologia Social crítica latino-americana. Nesse sentido, nos apoiamos também nas contribuições de González Rey (2005) ao estabelecer sua noção de Epistemologia Qualitativa, sendo um modelo de pesquisa para o estudo da subjetividade que se contrapõe à noção de neutralidade ou à pretensa posição de distanciamento da pessoa que pesquisa em relação ao objeto estudado. Dessa forma, o autor cubano reconhece a intencionalidade, a subjetividade de quem pesquisa como elemento constituinte do próprio processo de pesquisar e de conhecer. A subjetividade do pesquisador deve ser reconhecida como um elemento presente e determinante do processo de construção-interpretativa da relação com as informações coletadas e analisadas. A Epistemologia Qualitativa e seu método são um contraponto à noção de neutralidade e imparcialidade do pesquisador, mas também como crítica à produção da passividade e do instrumentalismo no ato de pesquisar que transforma a pesquisa em mera aplicação técnica de procedimentos.

Para González Rey (2005) é preciso superar o instrumentalismo presente inclusive na pesquisa qualitativa, ao tentar legitimar e validar o qualitativo exclusivamente por meio dos instrumentos utilizados e não pelos processos mais complexos de produção de conhecimento que vão muito além da aplicação dos instrumentos em si. A pesquisa qualitativa é um modelo que assume a implicação do pesquisador como condição inevitável do processo de produção de conhecimento, afirmando "[...] o caráter construtivo interpretativo do conhecimento, o que

de fato implica compreender o conhecimento como produção e não como apropriação linear de uma realidade que se nos apresenta.” (GONZÁLEZ REY, 2005, p.5).

A reivindicação de uma postura ativa frente ao conhecimento que envolve o pesquisador em processos de reflexão epistemológica e teórica contrapõe a lógica da passividade e uma forma ocidental e hegemônica que concebe a realidade de forma dicotômica, separando o mundo externo como independente. Essa concepção impede a possibilidade de compreender os seres humanos como parte ativa na construção deste mundo em sua implicação direta em seu funcionamento. Portanto, pesquisar não é uma mera aplicação de instrumentos e descrição dos dados coletados e o conhecimento não é algo que está pronto para compreender uma realidade determinada a partir de categorias universais. Dessa forma, deve-se assumir o caráter construtivo-interpretativo da produção de conhecimento, compreendendo-o como processo criativo que pode produzir uma representação teórica da realidade estudada, integrando aspectos de sua organização e processualidade.

5.1 As imbricações entre pesquisador e processos de pesquisa

Partimos dessa perspectiva para afirmar que o processo de aproximação com os elementos que constituem o fenômeno a ser estudado nesta investigação se inicia muito antes do ingresso do pesquisador no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo da PUC-SP, tendo em vista que a relação com as questões abordadas na pesquisa se relacionam com as vivências, experiências e a história do pesquisador. Desde as experiências na infância e adolescência na percepção inevitável de uma sociedade constituída a partir da divisão social do trabalho na luta de classes, passando pelo encontro transformador na graduação em Psicologia com a Psicologia Sócio-Histórica, até a o despontar do reconhecimento da identidade latino-americana e da necessidade de um aprofundamento sobre a história e a realidade latino-americanas que de forma *una* e diversa nos constituem. São implicações que fazem parte do processo de preparação e construção da pesquisa para além de sua consolidação nos últimos anos. Reivindicar a voz da Psicologia Social crítica latino-americana na contribuição para a construção dessa solidariedade e do conhecimento que aponta em direção a um horizonte comum também é parte imprescindível do processo de pesquisa.

Além disso, outra definição importante que diz respeito à fundamentação do método e da intencionalidade desta pesquisa tem relação direta com a inspiração na viagem histórica de Silvia Lane e Maria do Carmo Guedes pela América Latina (GUEDES, 2007) no

reconhecimento da potência do intercâmbio regional neste território para a construção de uma Psicologia Social crítica latino-americana.

A intencionalidade na busca do aprofundamento *da história a contrapelo* do território latino-americano e a reivindicação da construção da unidade na diversidade por meio do intercâmbio entre as maiorias populares irmãs é também o orientador que rege o caminhar desta pesquisa. Para tal, a presença do pesquisador por cerca de um ano na Colômbia, vivenciando o cotidiano de um país irmão, conhecendo a história deste país, reconhecendo as similaridades com o Brasil e as singularidades dessa realidade nacional, também é parte do processo de construção inicial da relação com o objeto de estudo que se consolida nesta pesquisa e neste documento.

Dessa forma, esse processo singelo e limitado de construção de uma contribuição possível, mas que aponta para um horizonte maior é o resultado de uma construção coletiva e histórica, de uma perspectiva que não nasce hoje, mas que segue sendo construída e alimentada por muitas mãos. É um retrato de um movimento, de um momento, de uma história que nos movimenta e que é construída por nós, ao mesmo tempo, sendo a expressão de processos que foram forjados com muita força e potência apontando para um horizonte, semeados no presente.

5.1.1 Objetivos

É por isso que esta pesquisa busca contribuir para a compreensão das produções alternativas de organização do trabalho no Brasil e na Colômbia, entendendo essas tanto como expressões dos processos particulares de desenvolvimento do capitalismo dependente latino-americano, mas também como manifestações singulares de luta popular e resistência na construção histórica do enfrentamento às condições impostas por essa estrutura, as quais se desenvolvem a partir das determinações das realidades nacionais dos dois países.

O movimento de escovar a história a *contrapelo* potencializa a recuperação da memória histórica popular na compreensão das dominações e da desigualdade, tendo como centralidade a experiência e o ponto de vista dos processos historicamente invisibilizados. Essa recuperação visa superar a naturalização e hierarquização impostas pela dominação histórica, ademais, coloca uma tarefa fundamental para a construção de uma psicologia popular latino-americana: a participação ativa na construção e apoio a projetos coletivos de futuro (GONÇALVES, 2019).

Desse modo, é tarefa histórica da Psicologia Social latino-americana identificar as possibilidades de superação das mazelas e consequências do que o domínio do capital vem historicamente produzindo e o que produz hoje. Martín-Baró (1987) defende que a recuperação

da memória histórica e a organização social das maiorias populares são processos catalisadores para a superação do presentismo e do individualismo, tendo em vista que uma mudança concreta envolvendo processos objetivos e subjetivos passa pelo reconhecimento das origens dos sujeitos, da identidade comunitária e da própria história. Contudo, esse processo de reconhecimento histórico deve estar atrelado a organização coletiva orientada a transformação das condições concretas de vida, pois é mediante essa transformação das condições materiais de vida que teremos a possibilidade de superar a ideia dominante de imutabilidade do mundo, de uma atitude *fatalista*. Tal práxis deve estar imbricada em um processo dialético que envolve a recuperação da memória histórica, a organização popular e a prática de classe.

Além disso, a compreensão desse processo passa necessariamente pelas dimensões subjetivas da realidade que constituem as alternativas de organização do trabalho estudadas, as quais devem ser entendidas a partir da dialética subjetividade-objetividade. Sendo assim, compreender essas alternativas também nas dimensões subjetivas da realidade nos permite avançar na compreensão do fenômeno em sua essência, buscando superar compreensões parciais e dicotômicas historicamente presentes na Psicologia latino-americana.

A contribuição desta pesquisa se dá na busca pela compreensão das múltiplas determinações da constituição das alternativas de organização do trabalho como forma de enfrentamento aos processos de precarização e pauperização das classes trabalhadoras latino-americanas, condições as quais vêm sendo aprofundadas no período recente pelo recrudescimento das políticas neoliberais e tendo como sua expressão máxima o recrudescimento da fome. Por isso, é preciso também compreender quais formas de enfrentamento vem sendo produzidas pela organização popular, as quais devem ser compreendidas nas dimensões subjetivas da realidade. A constituição deste fenômeno se dá a partir da relação de aspectos subjetivos e objetivos, sendo imprescindível, portanto, compreender como os sujeitos políticos que emergem dessa luta significam esse processo que se constituem desde a vivência da desigualdade e a luta como necessidade até a sua própria transformação e metamorfose enquanto sujeito político no processo. Essa análise também nos permitirá compreender os sentidos que se apresentam na relação com o trabalho, ou seja, na constituição dessas formas alternativas de organização do trabalho, como essas pessoas significam a própria relação com o trabalho. A partir de diversas referências também se compreende como essas alternativas se constituem na história por elementos objetivos e subjetivos na construção desse sujeito político que também dá forma a essas organizações.

A análise das expressões de dois países latino-americanos não é suficiente para alcançar uma compreensão da totalidade de diversidade de manifestações deste fenômeno em outras realidades nacionais que constituem a América Latina. Nesse sentido, compreender as específicas de alternativas de organização do trabalho no Brasil e na Colômbia não encerra a necessidade de compreensão de outros processos constituídos em outras realidades nacionais no território latino-americano. Entretanto, sem a compreensão da particularidade histórica das determinações dos processos que forjam as condições pelas quais se desenvolve o modo de produção e de sociabilidade capitalista na América Latina, não é possível compreender essas experiências. Além disso, apesar da marca transversal da condição dependente determinada pela particularidade do desenvolvimento do capitalismo latino-americano, os desdobramentos deste processo nas realidades nacionais se dão de forma diversa e articulada, por isso, afirmamos que parte da compreensão da América Latina passa pelo reconhecimento das especificidades dos processos nacionais em suas determinações históricas sempre em relação com a particularidade.

Entendemos que para compreender a América Latina como *una* e diversa devemos recorrer ao entendimento do papel de mediação da particularidade de constituição dos fenômenos na América Latina no que diz respeito a sua constituição histórica. Ao mesmo tempo, essa compreensão seria insuficiente e reducionista se tomássemos a particularidade como definição única e homogênea dos processos de cada realidade nacional. Devemos recorrer ao pensamento e ao método dialético no estabelecimento desta compreensão da América Latina em sua unidade e diversidade em que existem determinações, traços comuns que constituem as realidades nacionais e, ao mesmo tempo, processos que se forjam nas diversas realidades nacionais e constituem essa unidade que denominamos América Latina.

É necessário compreender como essas alternativas se constituem historicamente a partir de seus territórios na práxis humana, ou seja, como produção humana que se conforma em organização coletiva a partir da necessidade posta na situação concreta de suas vidas. Portanto, essas alternativas se constituem a partir da necessidade de existência desses sujeitos no enfrentamento a condição posta pelo desenvolvimento do capitalismo latino-americano que se expressa nas realidades nacionais nas condições de vida concretas do territórios, dessa forma, ao produzir essas alternativas como enfrentamento a essa condição e como construção original e criativa, esses sujeitos se constituem no processo.

Partimos do materialismo histórico e dialético como filosofia, teoria e método para traçar o caminho de compreensão em direção a essência do seu objeto de estudo: as alternativas

de organização do trabalho na América Latina, nas expressões históricas de Brasil e Colômbia, em sua constituição nas dimensões subjetivas da realidade. A partir da noção dialética objetividade-subjetividade e dos sentidos e significados desse processo para as pessoas que o constroem compreendendo o fenômeno das alternativas de organização do trabalho como expressões específicas em seu processo histórico de luta e resistência popular no enfrentamento a produção social, econômica e política da fome.

Buscamos compreender a emergência e a constituição dessas alternativas como expressões históricas que se dão na continuidade da transformação, como expressões da própria processualidade histórica. Além disso, devemos entender as alternativas como produto da práxis humana e forjadas na relação subjetividade-objetividade, sendo imprescindível apreender a constituição do sujeito que constrói essas alternativas e os sentidos que emergem. Portanto, esta pesquisa se constitui no objetivo de compreender as alternativas populares de organização do trabalho tendo como eixo de análise as dimensões subjetivas da realidade.

5.2 Procedimentos de coleta dados

A pesquisa se constituiu nas seguintes formas de atividade: processos de construção das informações em coleta de dados e análise das informações obtidas. Portanto, podemos afirmar que a construção das informações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa se deu por meio da busca em diversas fontes bibliográficas e documentais; registros em diário de campo das visitas a diferentes espaços que compõe os campos de pesquisa, da participação em eventos e reuniões e das conversas com pessoas participantes desses espaços; mapeamento e fotografias dos territórios estudados; realização de entrevistas semiestruturadas. As atividades específicas desenvolvidas em cada campo de pesquisa estarão destacadas na análise a seguir.

Conforme apontado anteriormente o processo de aproximação com o tema e o objeto de estudo se deu pelas vivências e experiências do pesquisador em sua trajetória. Nesse sentido, ao longo do processo de definição mais apurada do objeto e dos caminhos a serem seguidos, o reconhecimento do significado das vivências e da potencialidade das experiências anteriores foram fundamentais para a delimitação do estudo entre Brasil e Colômbia. Portanto, a pesquisa começa também em um processo de revisitação às informações que fizeram parte das experiências anteriores. A escolha de Brasil e Colômbia, foi se consolidando ao longo do processo de pesquisa, em um primeiro momento, se dá a partir dessas vivências e na possibilidade de seguir estudando e construindo contribuições a partir dessas duas realidades.

A partir dessa definição, se apresentou a necessidade de outra delimitação: quais seriam as experiências de alternativas de organização estudadas? São incontáveis as experiências e as especificidades de organização, sobretudo aquelas que se configuram no campo da Economia Solidária, as quais buscam de alguma maneira produzir uma organização mais horizontal das relações de trabalho, mesmo que essas ainda estejam sob o domínio das mediações e relações estabelecidas pelo modo de produção capitalista. A resposta da definição passou pelo próprio processo de pesquisa, pelo estudo da história da América Latina e do desenvolvimento do capitalismo latino-americano até os dias atuais, nas duas realidades em questão.

Nesse sentido, cada vez mais se sobressaltavam duas questões: a centralidade da questão da terra para o desenvolvimento do capitalismo latino-americano em seu caráter dependente e a produção social, econômica e política da fome como consequência desse processo e em seu recente aprofundamento a partir do "*choque neoliberal*" protagonizado pelos últimos governos no Brasil (representado nas gestões de Michel Temer entre 2016 e 2018 e de Jair Bolsonaro entre 2019 e 2022) e na Colômbia (representado pela retomada do poder pelo *uribismo* no governo de Iván Duque entre 2018 e 2022). Diante das reformas destrutivas do aprofundamento do receituário neoliberal nesses dois cenários, o que se assistia era um processo progressivo de retirada de direitos sociais e do recrudescimento da precarização das condições de vida das classes trabalhadoras dos dois países. À essa análise se soma também o fato cada vez mais evidente e veiculado até pelos grandes monopólios de meios de comunicação da mídia tradicional conservadora do recrudescimento da questão da fome no Brasil e na América Latina, conforme os dados apresentados.

Ao mesmo tempo, muitas análises que permaneciam no nível da superficialidade atribuíam exclusivamente à pandemia de COVID-19[62] a produção dessas consequências, o que nos trazia uma inquietação por considerarmos que a pandemia por si só não havia produzido essa condição, apenas escancarava, explicitava e acentuava processos já consolidados de precarização das condições de vida diante da necessidade da reorganização dos processos de acumulação de capital no capitalismo dependente latino-americano em seu aprofundamento neoliberal. É evidente que a pandemia de COVID-19 é um fator importante para o aprofundamento da desigualdade social em diversos aspectos, entretanto, não nos parece correto atribuir exclusivamente à pandemia a produção e manutenção das consequências sociais vistas nesse período. O aprofundamento da desigualdade, tendo como expressão máxima o

[62] Importante salientar que a pesquisa se inicia formalmente no ano de 2021, em meio a pandemia de COVID-19 e durante o período de medidas restritivas e quarentena no estado de São Paulo.

recrudescimento da insegurança alimentar e da fome, é resultado do processo histórico recente e de condições estruturais do modo de produção capitalista na América Latina. Diante desse cenário, marcado pela total inabilidade e insuficiência das ações dos governantes do período a partir da manutenção e aprofundamento do receituário neoliberal, também era possível notar a construção de diversas iniciativas coletivas e populares como forma de enfrentamento. Diferentes iniciativas surgem nesse momento em processos de organização coletiva como resposta imediata a esse cenário.

Nesse sentido, todo o contexto do momento desperta o olhar para a potência de algumas organizações coletivas que produziam respostas de enfrentamento muito significativas naquele período. Entretanto, o objetivo da pesquisa caminhava para a necessidade de compreensão das alternativas que não somente tivessem sua atuação nesse momento e a partir de experiências localizadas, mas que fossem produtos e representassem processos de organização popular e coletiva em um processo histórico mais largo, além disso, com um caráter e intencionalidade de enfrentamento mais estrutural à essas condições sociais.

A partir dessa leitura se inicia a busca por organizações no Brasil e na Colômbia as quais deveriam atender os seguintes requisitos: 1. Organizações que tivessem como objetivo em sua conformação e atuação o enfrentamento à produção social, econômica e política da fome; 2. Organizações que se constituíram a partir de processos históricos de luta pela terra e que não tivessem em sua forma jurídica de consolidação (cooperativa, associação. etc.) um fim em si, mas uma expressão da continuidade de um processo histórico de luta de um movimento social. O objetivo era buscar organizações populares constituídas a partir de processos mais largos de luta pela terra e enfrentamento à questão da fome e que tivessem na constituição jurídicas organizacional, uma expressão, uma etapa desse processo histórico de organização popular.[63]

É nesse momento que se consolida de fato de Brasil e Colômbia na identificação de duas das mais intensas e potentes expressões da luta de classes no continente. O MST como o maior movimento social da América Latina, como movimento antineoliberal e como expressão mais potente da luta de classes no Brasil atual. Por outro lado, as FARC-EP, a qual se constituiu como maior movimento guerrilheiro da América Latina e expressão da negação a imposição violenta do sistema do capital na Colômbia. Nesse sentido, essas duas experiências expressam a luta pujante, são duas zonas históricas de tensão extremamente relevantes que se constituem

[63] Identificamos essa necessidade de delimitação porque existem hoje no Brasil e na América Latina diversas iniciativas que se reivindicam como pertencentes ao campo e a construção da Economia Solidária, em sua maioria cooperativas, mas que na prática adotam essa forma jurídica por interesses outros que não aqueles pelos quais se conforma essa perspectiva de organização do trabalho.

na negação da condição de barbárie que produz o capitalismo latino-americano, tendo sua centralidade na luta histórica pela terra e pelo direito à existência. São duas expressões em seus países que surgem a partir da desigualdade e da violência dada na da negação do direito a terra.

Devemos destacar novamente que não se trata de um estudo comparativo, mas da análise e compreensão de duas alternativas que se forjam na particularidade do capitalismo latino-americano, na especificidade de suas realidades nacionais e dos seus territórios.

No Brasil, chegamos ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pelo reconhecimento de sua atuação na luta pela terra e mais recentemente das suas ações organizadas de combate à fome e insegurança alimentar durante a pandemia de COVID-19.[64]

Na Colômbia, a partir da necessidade de reconhecimento do papel estruturante do conflito armado que se inicia na metade do século XX e perdura até os dias atuais, nos deparamos com a centralidade da terra como motor propulsor do conflito e como uma das principais pautas dos movimentos populares colombianos que optaram pela luta armada como estratégia de sobrevivência e reivindicação e luta por melhores condições de vida. Nesse sentido, chegamos ao histórico de luta pela terra da maior guerrilha da Colômbia e da América Latina: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo (FARC-EP), que ao assinarem os Acordos de Paz de 2016 com o Estado colombiano optam por abandonar a luta armada e seguir o processo de luta por meio da institucionalidade política, participando dos processos democráticos do país e construindo novas vias de enfrentamento às questões sociais.

Fomos nos aproximando de formas de organização vinculadas a esses processos históricos de luta pela terra e de enfrentamento à fome nesses dois países, entendendo a consolidação de uma alternativa de organização como expressão desse processo histórico de luta, mas também como representação e manifestação da história nacional de cada país. A partir disso, a identificação de duas cooperativas agrícolas vinculadas a esses processos históricos de luta e de organização popular e coletiva cumpriu com os requisitos traçados inicialmente. As cooperativas não são nem um ponto de partida e nem um ponto de chegada desses processos, são expressões da importância da questão da terra na América Latina, do movimento histórico de organização popular e, ao mesmo tempo, da história nacional desses dois países.

Portanto, as organizações estudadas são: no Brasil, a Comuna da Terra Irmã Alberta e a Cooperativa Terra e Liberdade vinculadas ao MST; na Colômbia a Cooperativa Cooagropaz vinculada ao processo de reincorporação de ex-combatentes das FARC-EP.

[64] Um conjunto de dados sobre as ações do MST no enfrentamento à fome e à insegurança alimentar durante a pandemia pode ser encontrado em Laurentino *et al.* (2022).

O processo de coleta das informações nesses campos se deu por meio de diferentes ferramentas e a reflexão sobre o método e os instrumentos também foi se construindo ao longo das relações produzidas. A construção das informações se deu em diversos espaços que conformaram os campos de pesquisa, também em diálogos e conversas que foram fundamentais. Em todas essas atividades foi utilizado o registro em diário de campo para o relato, impressões e reflexões sobre as atividades. Nesses momentos em que se produziram conversas informais foi tomada a decisão de não utilizar gravações e de não realizar entrevistas formais, optando por estabelecer uma conversação dada a impossibilidade da gravação ou pela avaliação de que a presença de um gravador em determinadas conversas poderia inibir a fala ou produzir um distanciamento desnecessário dessas pessoas.

Em conversas estabelecidas: no primeiro contato com participantes da cooperativa Terra e Liberdade e com uma moradora e militante da Comuna da Terra Irmã Alberta; no aniversário da Comuna; conversas na presença em eventos do MST; nos longos percursos em carro para reconhecimento do território com os *escoltas* vinculados à Cooagropaz; na residência de um *campesino* enquanto almoçávamos em frente aos *montes* históricos do território de La Libertad; ou até no momento posterior à realização de uma entrevista em que tomávamos um *tinto*. Essas foram algumas das situações em que conversas informais e corriqueiras, em um encontro e diálogo diferente do caráter das entrevistas que produziram informações muito relevantes para a pesquisa e para a relação com os participantes.

Além disso, em outros espaços optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas. Algumas abordaram temas e questionamentos mais diretos, buscando compreender o histórico das organizações e sua estrutura. Outras entrevistas foram no sentido de compreender parte da história de vida dessas pessoas com foco no processo de vivências atreladas à desigualdade, a entrada nos movimentos e processos de transformação ao longo dessa história de luta e militância, além disso, buscando também compreender a relação com o trabalho e com a própria construção dessas alternativas no momento atual.

No que diz respeito às pessoas participantes, todas estão de alguma maneira vinculadas ao processo de militância, bem como a construção das organizações estudadas. No Brasil, militantes do MST que vivem na Comuna da Terra Irmã Alberta e trabalhadores da Cooperativa Terra e Liberdade. Na Colômbia, pessoas vinculadas de alguma maneira à construção da Cooagropaz: sejam ex-combatentes em processo de reincorporação, pessoas vinculadas às atividades da guerrilha FARC-EP e hoje trabalhadores e trabalhadoras da Cooagropaz e estudantes de um projeto de educação popular vinculado à cooperativa.

Salientamos que esta pesquisa cumpriu todos os critérios éticos estabelecidos para a sua realização. Seguindo as normas para estabelecidas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) todas as informações coletadas dos participantes foram realizadas mediante a apresentação, leitura e entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) o qual estava disponível em português e em espanhol. Destacamos também que os nomes utilizados nesta pesquisa são fictícios para resguardar a identidade das pessoas participantes.

5.3 Procedimentos de análise de dados

Para iniciar a discussão sobre a análise das informações produzidas nas primeiras etapas da pesquisa destacamos que o processo se configurou em etapas.

Em um primeiro momento, realizamos a organização de todas as informações coletadas em registros em diário de campo, anotações das conversas realizadas, imagens, vídeos ou nas transcrições das entrevistas realizadas. Devido ao fato de a pesquisa ser realizada em dois países e em dois territórios distintos foi necessário um processo de organização das informações em diário de campo, transcrição das entrevistas realizadas e tradução dos materiais necessários.

A segunda etapa se deu na apropriação desse material organizado, leitura e releitura das informações presentes nos registros de diário de campo, nas transcrições das entrevistas, em que foi possível construir o processo histórico de formação dessas organizações, bem como indicadores e aproximações entre as informações para a posterior construção das categorias.

Na terceira etapa se deu o momento de consolidar o processo de sistematização das informações por aproximação temática presente em todos os dados coletados, em seguida, construindo as categorias de análise das dimensões subjetivas das alternativas de organização popular do trabalho estudadas.

A organização da explicitação da análise e discussão das informações se dá também em dois momentos: na caracterização histórica do processo de constituição desses movimentos e de suas expressões organizativas; discussão das categorias de análise construídas nesse processo. Entendemos que esses momentos compõem o nosso eixo de análise: as dimensões subjetivas da realidade.

Por isso, é preciso compreender a partir da noção de historicidade como essas alternativas se constituem, na continuidade da transformação histórica em seu movimento atual, sendo esse processo imprescindível para a compreensão das dimensões subjetivas da realidade que constituem essas alternativas. Isso porque essas formas coletivas de organização, produzidas por sujeitos historicamente determinados, se constituem inevitavelmente a partir da

relação subjetividade-objetividade, a partir de construções da subjetividade que constituem essas alternativas. Todas essas construções são históricas e é preciso explicitar esse processo. Além disso, essa história esteve presente na vivência dos campos e é também a história das pessoas que construíram esses movimentos e essas alternativas e se constituíram nesse processo como sujeitos políticos. É a história vivenciada por essas pessoas e também contada por elas, porque a história dessa organização é a história dessas pessoas, em uma constante relação.

Só é possível compreender essas alternativas a partir dessa noção e em sua constituição nas dimensões subjetivas da realidade, as quais se expressam também na singularidade. A constituição dessas alternativas é também a constituição do sujeito político que emerge e se transforma nesse processo a partir das relações concretas de vida forjadas na luta. Portanto, as categorias de análise nos permitem compreender a produção dessas alternativas também a partir das significações presentes nessas relações. É imprescindível compreender esses significados e sentidos que emergem no processo para compreender as dimensões subjetivas que constituem essas alternativas. Está posta também a possibilidade de compreender esse sujeito político que emerge e constrói essas alternativas e os sentidos que atribui nesse processo.

As categorias de análise trazem elementos desse processo, os quais podemos acessar pela expressão na singularidade, que nos permitem compreender alguns sentidos das vivências dessas pessoas a partir da construção dessas alternativas. Por isso, a partir dessas categorias podemos compreender os sentidos e significados presentes na constituição desse sujeito político. Sendo assim, quais sentidos atribuem a sua relação: com a luta e a militância em sua história de vida e no momento atual, com a presença da desigualdade, com a construção dessas alternativas, com o combate à fome e com o trabalho.

É nesse sentido que a análise de cada uma das alternativas estudadas se dará por meio da compreensão das dimensões subjetivas da realidade, em sua relação indissociável com a historicidade, na relação dialética indivíduo-sociedade, que se expressa na construção de categorias de análise, as quais nos auxiliam na aproximação da compreensão dos processos de constituição das alternativas populares de organização do trabalho na América Latina. Nosso eixo de análise dessas alternativas se dá na dimensão subjetiva da realidade pela imprescindibilidade de compreensão da constituição dessas alternativas como produto e produtora da subjetividade, como constituídas pela práxis humana que as conforma como tais e constitui esses sujeitos em sua constante transformação. Por todos os elementos apresentados, reafirmamos nosso eixo de análise: as dimensões subjetivas das alternativas populares Comuna da Terra Irmã Alberta, Cooperativa Terra e liberdade e a Cooagropaz.

6. As alternativas de organização do trabalho na América Latina no Brasil e na Colômbia: por um horizonte ancestral de emancipação

Chegamos à apresentação e análise das alternativas de organização do trabalho. Dessa forma, buscamos compreender o processo de emergência dessas alterativas, assim como sua configuração neste momento histórico, entendendo essas formas associativas e de organização popular como expressões de um processo histórico de negação das determinações do capitalismo latino-americano, bem como configurações alternativas de combate a produção social, política e econômica da fome em tempos de desertificação neoliberal. Ao mesmo tempo, a partir dessa determinação negativa, essas alternativas se conformam como afirmação da construção de sua historicidade, como continuidade das lutas históricas e como expressões originais de seu tempo, em sua constante constituição como afirmação da ancestralidade e de um horizonte emancipatório.

Conforme exposto, a imposição do sistema de metabolismo social do capital se dá pela subordinação do trabalho ao capital em seu processo irracional de acumulação infinita, esse sistema nega a própria humanidade constituída no trabalho como protoforma da práxis humana, como condição ontológica do ser social, como intrínseca relação sociometabólica entre ser humano e natureza, transformando essa em uma relação mercantil. No capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas é o desenvolvimento das forças destrutivas da natureza e da própria humanidade, bem como da relação metabólica que constitui o ser social. Portanto, é a própria desestruturação do ser social, é a negação da humanidade e da natureza, geradora de uma subjetividade inautêntica, relação estranhada e alienada com o trabalho.

O modo de produção capitalista enquanto modo de sociabilidade e controle das mediações sociais, apesar de seu caráter totalizante e totalitário, carrega dialeticamente a sua negação e a possibilidade de sua superação isso porque esse sistema não é natural e nem eterno, é constituído no fazer humano da história. O fazer histórico também se dá na negação da dominação totalitária do sistema do capital, sempre presente desde o seu surgimento. A possível superação do modo de produção capitalista se dá necessariamente na reunião de condições objetivas e subjetivas. Seguiremos complexificando essas afirmações.

A resistência como negação da dominação nasce com a própria dominação, isso porque, na América Latina, a própria dominação colonial capitalista contém a sua negação, a possibilidade presente nos povos dominados de contrapô-la. A luta nasce da necessidade de existir e de resistir à implementação e consolidação do sistema de mediações totalitário do capital, nasce, portanto, da negação da negação histórica da própria humanidade dos povos

latino-americanos. Os movimentos de luta e resistência sempre estiveram presentes como determinação negativa desde a dominação colonial capitalista até o aprofundamento neoliberal mais recente. Por isso, desde a resistência a invasão espanhola liderada por *Anacaona* em 1492 até os levantes populares neoliberais, os *estallidos sociales* de 2019 a 2021, a negação da dominação colonial capitalista e a contraposição ao caráter totalizante e totalitário do sistema de controle sociometabólico do capital sob a desertificação neoliberal são expressões perenes das veias abertas e pulsantes dos povos de *Abya Yala*[65].

As lutas concretas contra a dominação são o próprio movimento da dialética da história, são os povos resistindo e construindo a sua história, muitas vezes enterrada e negada, mas sempre presente e pulsante, realmente existente. Sendo assim, essas experiências diversas se constroem ao longo da história da América Latina como negação do controle sociometabólico do capital e como negação da negação de sua história e de sua condição de sujeitos da história. As lutas históricas dos povos latino-americanos sempre impediram o "*fim da história*", por isso, reafirmamos a insuficiência e a má interpretação dessas teses de cunho naturalizante e fatalista que acompanham a construção do capitalismo como aparatos ideológicos de justificação.

Desde que a invasão europeia decreta o suposto "início" da história e a fundação da América Latina, criam-se mecanismos para esconder, enterrar, apagar ou recontar[66] a outra história da América Latina ou de *Abya Yala*. História essa que começa muito antes do início da dominação colonial para a edificação de um novo modelo de sociedade capitalista eurocentrado[67]. Nesse sentido, após o processo violento de dominação, a história dos vencedores é a que prevalece, entretanto, isso não significa a impossibilidade de recuperar e contar a história dos vencidos, ao contrário, a história dos vencidos contada pelos vencidos é também a negação da história única dos vencedores, é a possibilidade de recuperar a própria noção da dialética da história e dos povos latino-americanos como sujeitos políticos e

[65] *Abya Yala* significa "Terra viva", "Terra madura" ou "Terra em florescimento" e é uma autodesignação do povo Kuna que contrapõe a noção de América. Representa uma outra noção de territorialidade e história, utilizada cada vez mais pelos povos originários do continente como afirmação de sua ancestralidade e como forma de construir um sentimento de unidade e pertencimento. Enuncia na afirmação dessa outra concepção a necessidade do processo de descolonização. O povo Kuna é originário do que hoje representa o norte da Colômbia.

[66] Como bem colocou o filósofo e historiador marxista Walter Benjamin em suas teses *Sobre o Conceito de História* "[...] nem os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer." (BENJAMIN, 2020, p.70)

[67] Nessa matéria (BBC Brasil, 2021) está presente uma importante discussão e compilação de dados sobre a vida nas Américas antes da invasão europeia. Por meio da contribuição de diversos cientistas é possível ter um panorama tanto da diversidade de povos que habitavam o continente, quanto compreender o nível de sofisticação do ponto de vista das relações sociais, políticas e culturais, de conhecimento prático e científico da realidade, bem como da riqueza cultural e histórica presente nesses territórios por meio da construção da vida de povos aqui estabelecidos muito antes de 1492.

construtores de sua história. A *história a contrapelo*[68] é uma ferramenta imprescindível contra a imposição do fatalismo conveniente dos vencedores e a historicidade é fundamental na negação das teses naturalizantes.

O sistema do capital violentamente imposto em nosso continente depende também da sistemática aniquilação de todas as formas de vida e sociabilidade precedentes, da sua memória histórica, das articulações que negam esse modelo ou todas as formas que não servem aos moldes da ditadura do capital e à submissão das mediações do controle sociometabólico. Entretanto, nunca foi possível enterrar completamente essas experiências ou promover seu completo sufocamento e apagamento que sempre se deu na negação da própria dominação. Isso porque a realidade é seu próprio movimento, de afirmação e negação ao mesmo tempo, por isso, as lutas sempre estiveram e sempre estarão presentes, como parte constituinte e produtora da história, feita pelos povos, pelos sujeitos políticos da história[69]. Enquanto existir a hegemonia do modo de produção capitalista, resistirá sua determinação negativa, a negação desse controle e a possibilidade de sua superação.

A fim de complexificar o diálogo por meio da retomada das contribuições de Mészáros (2011), reafirmamos que a superação do sistema de controle sociometabólico do capital se dá apenas pela superação do tripé: capital, trabalho e Estado, para tal, também é necessário que estejam reunidas condições objetivas e subjetivas. Esse processo se faz a longo prazo, na própria processualidade histórica, em última instância, se funda na capacidade dos seres humanos de construírem a sua própria história, não sob condições que escolhem, mas sob as condições dadas historicamente entre gerações, transmitidas pelo passado. É por isso que as condições objetivas e subjetivas para o enfrentamento do sistema de controle sociometabólico do capital, bem como de sua superação, também são constituídas e gestadas historicamente, a partir da materialidade da história, das relações e da vida humana, não dependem meramente de uma construção lógica ideal, mas da reunião das condições materiais e subjetivas em um longo processo de constituição para a consolidação do que podemos chamar de "pós-capitalismo". São produzidas também nas dimensões subjetivas da realidade, nas mediações sociais que emergem na relação subjetividade-objetividade.

---

[68] Para Walter Benjamin (2020) a história e a cultura devem ser compreendidas a partir de uma concepção dialética e de base material. Portanto, não se deve limitar a história a aparência da narrativa ou perspectiva dos "vencedores", mas superar o historicismo hegemônico, reconhecendo a existência e a potência da história dos vencidos, sendo assim, realizando o movimento de *escovar a história a contrapelo*.

[69] "*La historia es Nuestra y la hacen los pueblos*." Disse Salvador Allende em seu último discurso antes de sua morte e do golpe no Chile em 1973.

> Portanto, a negação do capitalismo é uma força viva no seio do próprio sistema capitalista e é a base para a discussão que se segue da possibilidade de forças solidárias exercerem formas concretas de luta e construírem um campo alternativo, caracterizado por uma dimensão subjetiva que sirva como cunha e questionamento das formas conservadoras e de manutenção de um sistema injusto. (FURTADO, 2011, p.98)

Dessa forma, a categoria dimensão subjetiva da realidade é tanto um orientador das concepções apresentadas ao longo de nossa exposição, quando eixo de análise fundamental para a contribuição presente neste estudo da compreensão das alternativas de organização do trabalho na América Latina.

Para seguir o debate é preciso destacarmos a discussão de Harnecker (2018) em *Um mundo a construir* na necessidade do resgate das bases do pensamento socialista original presente em Marx e Engels como elemento fundamental, mas não único, para pensar uma sociedade nova na América Latina. A autora chilena, afirma que "[...] ao estudar as contradições e efeitos negativos do capitalismo nos trabalhadores e no meio ambiente, [Marx] indica o que é necessário negar invertendo ou transformando em seu oposto para poder construi-la." (HARNECKER, 2011, p.98-99). Portanto, é justamente a partir da apreensão das múltiplas determinações e das contradições e, consequentemente, dessas inversões ou determinações negativas que podemos indicar a possibilidade da superação dessas contradições, da sociedade capitalista, apontando para a emergência de uma nova sociedade.

A autora propõe a análise da necessidade desse resgate por meio de algumas categorias fundamentais, dentre elas, a reafirmação do *ser humano como ser social* é essencial e nos permite retomar a impossibilidade de cisão entre ser humano e natureza e entre individual e social, superando as falsas dicotomias e as noções abstratas de ser humano ou da sociedade. Essa superação indica a necessidade de *regular racionalmente o metabolismo entre ser humano e natureza*, que só seria possível em uma sociedade de produtores e produtoras associados, com formas de controle coletivas, inclusive colocando fim ao antagonismo entre campo e cidade. Um sistema de acumulação infinita em um mundo de recursos finitos só pode se apresentar por meio do seu caráter irracional, anárquico e destrutivo da natureza e da própria humanidade. Harnecker (2018) retoma uma importante defesa feita por Marx da necessidade de regulação do metabolismo entre ser humano e natureza, desse modo, podemos afirmar que o autor alemão é pioneiro na crítica ao caráter destrutivo do capitalismo com relação ao meio ambiente, antecipando contribuições que se consolidam no pensamento ecológico muito tempo depois[70].

[70] Não poderíamos deixar aqui de relembrar a grandiosa história de luta e a radicalidade do pensamento do seringueiro, militante ambiental e sindicalista brasileiro, Chico Mendes, expressão de luta que pode ser condensada

Já em sua época, Marx (2017) afirmava que apenas a superação do modo de produção capitalista pode reestabelecer a regulação metabólica entre ser humano e natureza.

> Com a predominância sempre crescente da população urbana, amontoada em grandes centros pela produção capitalista, esta, por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram consumidos pelo homem sob forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo [...] Assim como na indústria urbana, na agricultura moderna o incremento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho são obtidos por meio da devastação e do esgotamento da própria força de trabalho. E todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade. (MARX, 2017, 379-380).

Portanto, inevitavelmente uma nova sociedade deve estar alicerçada no *pleno desenvolvimento humano*, no sentido do livre e pleno desenvolvimento das potencialidades humanas de forma solidária e cooperativa, formas de associação que potencializem a relação em que o livre desenvolvimento dos indivíduos seja também a condição do livre desenvolvimento de todos, do bem-estar comum, a partir da relação não hierárquica, mas harmônica entre ser humano e natureza. Isso implica, por exemplo, na afirmação da *propriedade em comunal ou coletiva* para superar o anarquismo capitalista, possibilitando que a economia se volte de fato às necessidades dos seres humanos, assim como deve ser a supressão da *divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual*, em última instância, superar a cisão entre quem produz e quem controla a produção (está aqui também o roubo da subjetividade).

A autora também destaca a necessidade de construção de espaços de poder popular e comunal, por isso, deve ser o conjunto da sociedade a tomar em suas mãos as rédeas do desenvolvimento econômico, em última instância com o horizonte da *construção de formas de apropriação popular e coletiva dos meios de produção.*

Outro ponto fundamental a ser abordado se dá a partir das contribuições de Antunes (2009, 2011, 2020) na complexa reflexão sobre as condições para a superação do modo de produção capitalista. Segundo o autor, essa possibilidade está posta quando constituída outra forma de configurar o trabalho, radicalmente distinta a relação de subordinação do trabalho ao capital, sendo necessariamente a superação do trabalho estranhado. Não basta tentar

---

na noção de que *ecologia sem luta de classes é jardinagem*. A noção de uma ecologia compatível com o modo de produção capitalista tenta apagar essa radicalidade e a necessária imbricação entre o pensamento ecológico e a construção de uma sociedade nova, totalmente presente na práxis do militante brasileiro.

desfetichizar a relação com o produto, mas desfetichizar a relação com o processo de produção, com o próprio trabalho.

Uma sociedade constituída em relações em que suas mediações não mais estão controladas pelo subordinação do trabalho ao capital, indica os fundamentos de um *novo sistema de metabolismo social*. Conforme apresentado por Antunes (2009, 2011, 2020), esse se estabelece sob dois eixos: o sentido do modo de produção da vida social deve estar voltado exclusivamente ao atendimento das necessidades humanas e sociais; o trabalho deve ser necessariamente atividade livre, autoatividade, baseada no tempo disponível, sendo atividade vital humana e cheia de sentido. A sociedade edificada em um novo sistema de metabolismo social se dá na articulação real entre a disponibilidade subjetiva e a determinação autônoma do tempo com as autênticas necessidades humano-sociais reprodutivas, materiais e simbólicas. O resgate verdadeiro do sentido estruturante do trabalho vivo, em contraposição ao sentido desestruturante do trabalho abstrato e subordinado do capital.

Seguindo as proposições do autor brasileiro, afirmamos aqui a necessidade de construção de uma nova vida autêntica, autônoma e cheia de sentido dentro e fora do trabalho que seja edificada e edificante de *um novo sistema de metabolismo social*, baseada em um novo modo de produção da vida, fundado na atividade autodeterminada. Uma vida que só pode ser realizada cheia de sentido no trabalho e fora do trabalho, em última instância, superando essa cisão. Novas relações que constituem uma subjetividade autêntica e na primazia do tempo disponível, por isso, só podem se realizar na luta contra o controle do sistema de metabolismo social do capital, para a construção de um novo modo de vida, sendo o trabalho atividade vital humana como recuperação da própria humanidade.

É nesse sentido que refundar o trabalho humano como autoatividade, como atividade livre e com base no tempo disponível, implica necessariamente negar a dicotomia entre tempo de trabalho necessário para a reprodução social e tempo de trabalho excedente para a reprodução do capital. Conceber o trabalho como tempo disponível é recuperar a unidade perdida entre produção e necessidade humano-sociais. Recuperar a relação metabólica entre ser humano e natureza é negar a cisão entre trabalhadores e trabalhadoras e meios de produção da vida, a cisão entre quem controla o processo de trabalho e quem de fato produz. Reconectar o trabalho a condição de atividade vital para o atendimento das necessidades humano-sociais.

Dessa forma, necessariamente desassociando o trabalho das formas que adquiriu no controle totalitário do capital para a sua própria reprodução, afinal, conforme vimos ao longo da nossa exposição, nessa configuração, o trabalho está totalmente descolado do atendimento

das necessidades humanas. É um novo sistema de metabolismo social não mais voltado para a destruição da natureza e do mundo, mas para a sua autêntica preservação ambiental, compatível com o atendimento das necessidades humanas e da verdadeira e efetiva preservação ecológica.

Por isso, um novo metabolismo social é a reconstrução do trabalho como atividade autodeterminada, atividade livre, a recuperação da autonomia e da verdadeira liberdade. Isso implica em negar a noção abstrata, ideológica e falseadora da realidade professada pelas concepções liberais, para assim, constituir a real afirmação da liberdade como verdadeira emancipação humana. É também resgatar o verdadeiro sentido da humanidade, o verdadeiro sentido estruturante do trabalho vivo, como atividade humana vital, refundar o trabalho como (re)humanização, como reconquista da humanidade violentamente roubada ao longo da história.

> [...]Tecida por indivíduos (homens e mulheres) sociais e livremente associados, onde ética, arte, filosofia, tempo verdadeiramente livre, em conformidade com as aspirações mais autênticas, suscitadas no interior da vida cotidiana, possibilitem as condições para a efetivação da identidade entre indivíduo e gênero humano, na multilateralidade de suas dimensões. Uma vida com formas inteiramente novas de sociabilidade e necessidade se realizem mutuamente [...] Se o trabalho torna-se dotado de sentido, será também (e decisivamente) por meio da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do tempo livre, do *otium*, que o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo. (ANTUNES, 2011, p. p 77-78)

Em uma nova forma metabolismo social o trabalho reconfigurado será pilar fundamental na reestruturação do sentido humano e social da produção da vida e de suas mediações. Essa nova forma de relação produz condições de constituição da germinação de uma subjetividade emancipada a partir das determinações objetivas, um novo sentido para o trabalho e para as relações humanas, a possibilidade da constituição nesse processo de novas dimensões subjetivas da realidade, constituídas a partir de novas referências éticas e estéticas calcadas nas mediações sociais estabelecidas nesse processo de transformação.

A afirmação da positividade da construção de um novo modo de vida social, constituído por meio de outras mediações, deve partir necessariamente da negação do sistema de controle sociometabólico do capital, da subordinação do trabalho ao capital e do valor de uso ao valor de troca. Dessa forma, parte também da negação da separação entre trabalho necessário e trabalho excedente, mas também da negação da destruição da natureza e da própria humanidade, da desestruturação do próprio ser social. Deve se constituir também como negação da negação do trabalho como humanização do próprio ser humano, como devir-humano da liberdade, capacidade humana de humanização na relação sociometabólica com a natureza; também como negação da negação histórica da humanidade às maiorias populares da classe

trabalhadora; como negação da negação de outras formas de sociabilidade e, por fim, negação da negação da humanidade no trabalho e fora do trabalho.

Discutimos até aqui o horizonte emancipatório a ser perseguido a partir das contradições presentes no modo de produção capitalista e da real possibilidade de negação desse modelo e de sua superação, sobretudo na noção da edificação de um novo sistema de metabolismo social, apontando para um novo modo de vida na América Latina. Entretanto, somos sujeitos de nosso tempo, determinados pela históeria, sendo assim, transformações dessa magnitude apenas se dão ao longo de séculos, como foi o caso da transição do período feudal para a consolidação do modo de produção capitalista.

Conforme afirmamos, essa superação não depende meramente da vontade ou das construções ideais e individuais, mas da reunião de condições objetivas e subjetivas processuais e históricas, que se constituem como negação a partir das contradições gestadas no próprio modo de produção capitalista, que permitem a possibilidade de edificação de uma transição ao pós-capitalismo. Não é nosso papel aqui traçar prognósticos ou trabalhar com projeções, afinal, não é esse o papel da ciência tal qual a compreendemos. Devemos nos atentar ao movimento concreto da história e às expressões desse movimento conforme se apresentam as contradições e negações nesse momento. Podemos compreender esse movimento, como forma de ir à essência do fenômeno, à luz do desvelamento das múltiplas determinações que os constituem, buscando também sua processualidade histórica para apreender o movimento real que se dá no seu atual fluxo, consequentemente pensando nas negações desse processo em seu constante movimento dadas na relação com a particularidade latino-americana.

Nesse momento, estão sendo construídas, em nosso tempo, em nosso continente, em nossas realidades nacionais e sua multiplicidade de expressões, as próprias experiências da negação, de luta e de resistência. Por isso, é preciso que estejamos atentos à emergência e transformação de movimentos e organizações que apontem tanto para a possibilidade de negação do modo de sociabilidade do capital em tempos de dominação capitalista neoliberal, quanto para processos que auxiliem na compreensão da construção do horizonte de um novo sistema de metabolismo social. Reenfatizamos que compreender experiências que indiquem um horizonte de efetiva e real emancipação humana, é apreender essas em sua historicidade, em suas dimensões objetivas e subjetivas, na dialética subjetividade-objetividade.

O que queremos dizer aqui é que o "pós-capitalismo" já está sendo gestado em diferentes experiências latino-americanas, as quais são a continuidade de lutas históricas, se potencializam na recuperação de elementos de lutas ancestrais, mas também apontam em sua originalidade de

organização e produção de relações para a constituição de um novo modo de vida. Novo modo esse que, em nosso continente e em nossas realidades nacionais específicas, é construção histórica original e autêntica, heroica, desde o primeiro momento da dominação colonial até as mais recentes formas de movimentos antineoliberais.

Desse modo, é tarefa histórica da Psicologia Social latino-americana identificar as possibilidades de superação do que o domínio do capital vem historicamente produzindo e o que produz hoje. Por isso, é também nossa tarefa histórica enquanto construtores da Psicologia Social latino-americana e seres de nosso tempo, buscar compreender as experiências presentes que já produzem a partir de acúmulos e formas históricas e ancestrais a negação a essa dominação, recuperar a memória desses processos, constituídos nas distintas maneiras de enfrentamento e de organização como negação de um modelo hegemônico de reprodução da vida. Experiências alternativas de organização coletiva que germinam em si a possibilidade de construção de outras relações, quiçá, de um mundo novo.

Parte dessa tarefa se dá no reconhecimento da potencialidade humana na imaginação desse mundo possível na ousadia de quem o faz. É nesse sentido que essas experiências são expressões de um aprendizado, de um acúmulo e, ao mesmo tempo, um horizonte, algo que pode ser melhor representado na leitura de *Ailton Krenak* sobre a ancestralidade do futuro: “Os rios, esses seres que sempre habitaram os mundos em diferentes formas, são quem me sugerem que, se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui.” (KRENAK, 2022, p. 8). Essas alternativas já vem sendo gestadas desde muito tempo na América Latina, o celeiro da resistência e rebelião desde sua fundação forçada. É nesse sentido que reafirmamos que a humanidade só visualiza os problemas que é capaz de resolver, mas, para tal, não basta apenas olhar para frente, é preciso também olhar para trás.

Uma concepção genuinamente latino-americanas que expressa essa premissa é a de *Buen vivir* ou Bem viver; *sumak kawsay* (do quíchua); *suma qamaña* (do aymara); *nhandereko* (do guarani). Uma filosofia de vida e um projeto libertador apoiados na ancestralidade e nas lutas históricas de resistência, ao mesmo tempo, apontando para um horizonte de transformação que constitui novas formas de relação social e ambiental, uma nova forma de vida coletiva para estabelecer um modo de sociabilidade na necessidade de uma relação harmônica entre ser humano e natureza que supere a noção ideológica de desenvolvimento capitalista (ACOSTA, 2016).

As noções de *Abya Yala* ou de *Buen Vivir* expressam a necessidade de recuperação do sentido da terra para os povos latino-americanos, contraposição a compulsoriedade do sentido

exclusivamente mercantil e do lucro na imposição da fundação da América Latina. As ideias de que um *otro mundo es posible* ou a construção de *un mundo donde quepan todos los mundos*[71], definem essa processualidade histórica e apontam para a necessidade de não cisão entre as lutas históricas dos povos latino-americanos que sempre tiveram na centralidade da terra e na relação entre ser humano e natureza um pilar elementar. As alternativas latino-americanas se produzem na necessidade da recuperação do sentido histórico da terra, na memória histórica de uma luta secular que vai sendo passada e gestada de geração em geração, isso porque pautar essa questão estruturante do capitalismo latino-americano e de suas negações históricas é compreender essa relação em sua radicalidade, na gênese de sua luta de classes como motor da sua história.

> Ao passo que se acentua o avanço do capital sobre os recursos naturais, a renda da terra, por meio da especulação e financeirização, acentua-se, também a luta pela terra e pelo território tanto no campo, como na cidade. Sem-terras e sem-tetos são a expressão do processo contínuo da exploração e da expropriação fundada pelo colonialismo e continuada pelo capitalismo dependente. Expressa, portanto, a existência dos sujeitos ontologicamente negados, cuja afirmação do ser é, historicamente, a luta, a rebeldia, a insurreição. (SOUZA, 2023, p. 167)

O horizonte da autodeterminação da vida e do trabalho parte desta negação histórica, por isso está pautado na recuperação do sentido da relação com a terra e com a própria vida, tanto como necessidade de reapropriação dos meios de produção da vida, mas também como construção original de outro modo de ser, gestado a partir das determinações particulares e históricas de nosso continente e forjado nas especificidades das realidades nacionais.

Na luta dialética da história, lutar por outro modo de metabolismo social, por outro modo de se constituir na história e no mundo, é também a recuperação de uma relação ancestral, é a negação da dominação histórica do capital, na condição imposta da submissão da terra como mercadoria e como propriedade privada dos meios de produção, mas também na subordinação do trabalho a essa condição. Não estamos aqui defendendo um retorno romântico às relações estabelecidas antes do controle do capital, um retorno ao modo de produção anterior, mas apontando para a necessidade de recuperação de perspectivas ancestrais que nos auxiliem na compreensão do horizonte de construção de um novo e superior modo de produção a partir da história de *Nuestra América*. Por isso, a recuperação do sentido da terra e do trabalho enquanto

[71] Dois lemas fundamentais para os zapatistas do ELZN (Exército Zapatista de Libertação Nacional), que em seu próprio nome leva a ancestralidade da luta pela terra e contra a dominação imperialista na construção autonomista dessa, iniciada pelo movimento revolucionário de 1910 que teve Emiliano Zapata como um dos principais líderes da vitoriosa Revolução Mexicana.

ancestralidade e enquanto projeto de futuro emancipatório é também a expressão de um futuro ancestral.

Não é possível pensar o enfrentamento desses processos somente a partir de estruturas de organização importadas e experiências que deram respostas a outras realidades, mas buscando expressões de negação se dão a partir dessa realidade particular e se desenvolvem na especificidade das realidades nacionais. É a partir do resgate e da potência das práticas ancestrais seculares aliadas ao horizonte emancipatório original na construção de uma nova sociedade que podemos pensar a transformação econômica, política e social.

> E o socialismo, afinal, está na tradição americana. A mais avançada organização comunista primitiva que a história registra é a inca. Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heroica. Temos de dar vida, com nossa própria realidade, na nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano. Eis uma missão digna de uma geração nova. (MARIÁTEGUI, 2005, p.120)

Apreender o movimento da negação ou a negação da negação como movimento da produção de alternativas deve se dar na recuperação da memória histórica de lutas, a própria consciência crítica historicamente presente na dialética da história. É tanto a recuperação da memória histórica como consciência crítica da própria história, mas também consciência crítica dos processos construídos pelos diferentes povos e grupos como forma de aprendizado com a própria história. Novamente dialogando com Souza (2020, 2023), é urgente e necessária a ruptura com uma concepção e análise da história do trabalho e da luta de classes na América Latina que é reprodutora do colonialismo e do eurocentrismo. Parte desse processo se dá no reconhecimento da diversidade e da multiplicidade da própria classe trabalhadora e de sua história. Se o memoricídio é uma forma de aniquilação, uma ferramenta de apagamento das lutas históricas utilizada pelos vencedores, nos cabe também contrapor esse processo, recuperar a memória dos vencidos como negação dessa dominação contínua, como resistência e recuperação da história.

> [...] a capacidade de a classe trabalhadora se organizar e confrontar o sistema de morte que se impõe há mais de cinco séculos passa pela capacidade de se reconhecer: de reconhecer os processos que nos hierarquizam como força de trabalho e, com isso, nos fragmentam como classe, sendo o racismo e a dominação sexual elementos estruturantes dessa hierarquização. E, nisso, também reconhecer os processos históricos de luta e resistência, porque a resistência é constitutiva da nossa formação sócio-histórica. Resistência é movimento, inscrito na disputa pela vida num tempo/espaço no qual a existência é forjada pela superexploração, pela violência, pelo genocídio, pelo memoricídio e pelo etnocídio. (SABINO, 2023, p.33)

É por isso que temos na historicidade um dos pilares de sustentação de toda a pesquisa, buscando as determinações históricas dos processos que constituem a particularidade latino-americana, bem como a emergência das alternativas como negação desse processo. Contrapor a história dos vencidos recorrendo à historicidade em sua dialética é parte importante para promover a desnaturalização da verdade histórica falseada, das justificações ideológicas dos vencedores, dos colonizadores e da classe dominante. Portanto, desde a Psicologia Social crítica latino-americana, compreender as alternativas de organização como expressões de construções históricas de negação do capitalismo latino-americano e de sua superação, é entender essas experiências na constante interface entre ancestralidade e horizonte emancipatório, calcadas na luta de classes como motor da história.

Desde as primeiras formas de luta e resistência contra a invasão, nas lutas por seus territórios, contra a escravidão, por independência, por libertação, contra as ditaduras e contra o neoliberalismo. As alternativas de organização do trabalho aqui estudadas se constituem a partir dessa ancestralidade e em seu momento histórico, também na sua originalidade de construção de seus horizontes emancipatórios. Dessa forma, desde as lutas anticoloniais até as lutas antineoliberais, os povos sem história, fizeram a história da América Latina e se fizeram na história.

Nesse processo, trazendo o enfoque para o momento atual, a partir do duplo pioneirismo da América Latina, como laboratório do neoliberalismo e como ponto de ebulição antineoliberal, se conforma essa tensão mais recente de luta constante. Portanto, nesse período as expressões da negação do sistema capitalista estão exatamente nas revoltas, nos diferentes movimentos, formas associativas e de construção de alternativas ao modelo neoliberal que, conforme vimos, atualmente se alicerça no aprofundamento da superexploração da força de trabalho e que tem como consequência e expressão máxima de sua contradição a produção social, econômica e política da fome. Essas diferentes expressões se constituem nesse momento histórico como negação direta a esse processo, seja pelas revoltas e rebeliões populares, bem como pela conformação movimentos sociais organizados.

Como expressão mais recente de negação do aprofundamento neoliberal pós onda progressista ou *onda rosa sul-americana* irrompem entre 2019 e 2021 por toda a América do Sul revoltas, rebeliões e levantes populares organizados massivos que há muito tempo não se configuravam desta maneira. Os assim chamados *estallidos sociales* citados acima são respostas diretas produzidas neste momento. Aparecem em diversos países da América Latina como enfrentamento popular concreto às políticas neoliberais. Suas expressões máximas são as

revoltas no Chile, Colômbia Bolívia e Equador. Essas insurgências populares tiveram grande protagonismo dos movimentos indígenas, *campesinos* e das classes mais pobres e se caracterizaram pela alta intensidade dos confrontos entre as mobilizações e as forças repressoras do Estado nas ruas desses países. Com manifestações massivas, refletiam o descontentamento com o aprofundamento da precarização das condições de vida, no agravamento das questões sociais, econômicas e políticas perpetradas pelo aprofundamento neoliberal pós progressismo, diretamente ligados às tentativas de reformas neoliberais. Na Colômbia, por exemplo, mediante a mobilização popular massiva e a realização de várias greves gerais e duros enfrentamentos nas ruas, o governo neoliberal de Iván Duque sofre duras derrotas. No Chile, esses processos culminam na tentativa de construção de uma nova constituinte (para substituir a Constituição atual que foi feita ainda sob a ditadura Pinochet) no berço do neoliberalismo. No Equador, a sucessão de eventos é desencadeada pelo rechaço ao neoliberalismo e ao novo/velho processo de estelionato eleitoral levado adiante por Lenin Moreno. Anos depois, massivos protestos também culminam na queda do presidente banqueiro Guillermo Lasso em 2023[72].

Essas mobilizações são expressões do enfrentamento ao recrudescimento neoliberal e sua imposição violenta, tendo impactos significativos nos eventos políticos posteriores, colocando em xeque novamente esse modelo. De diferentes maneiras, são eventos imprescindíveis para a compreensão de uma possível retomada do progressismo na América do Sul que se anuncia com a volta do *MAS* com Luis Arce, na Bolívia; a eleição histórica do presidente Gustavo Petro[73], na Colômbia e no terceiro mandato de Lula no Brasil. Entretanto, essa "nova" onda parece ter menos força de transformação que a anterior dadas as conjunturas nacionais e regional, por isso, se a primeira onda se caracterizou como *onda rosa*, essa nova onda parece estar em um tom de rosa mais desbotado.

Do ponto de vista da consolidação de movimentos sociais organizados e com uma trajetória mais larga de luta, Zibechi (2003; 2022) nos ajuda a compreender a emergência e configuração dessas expressões nesse período como contraponto às ondas neoliberais. Para o autor uruguaio, existe uma especificidade e uma construção original e genuinamente latino-americana desses movimentos que pode ser compreendida pelas correntes políticas que

[72] Lasso aciona um dispositivo constitucional denominado "morte cruzada" que, ao mesmo tempo, dissolve o parlamento e entrega seu cargo. Esse processo se deu pelas fortes mobilizações e como resposta e manobra do presidente para evitar um já adiantado processo de *impeachment*.

[73] A eleição de Petro na Colômbia é um marco histórico no país, sendo a primeira vez que um presidente de esquerda ou progressista consegue chegar ao cargo. Sua eleição tem direta relação com as mobilizações antineoliberais dos anos anteriores, bem como com a conformação de uma frente ampla de nome *Pacto Histórico* que conseguiu reunir diversos setores da sociedade.

inspiram esses movimentos e sua práxis, a configuração de suas principais características comuns e as tradições que constituem a sua conformação.

As correntes políticas que inspiram e constituem a práxis e a estrutura desses movimentos são típica e genuinamente gestadas no processo histórico latino-americano, o que afirma uma configuração específica e única desses movimentos. A *Teologia da Libertação* é uma dessas correntes, como expressão do pensamento da libertação presente em toda a região e na atuação concreta nas estruturas das comunidades eclesiais de base por meio da forte influência da educação popular. Teve papel importante na constituição de diversos movimentos sociais e partidos de esquerda, um deles é o próprio MST. Outra corrente destacada são as distintas expressões das *cosmovisões indígenas*, essas como perspectivas alternativas às concepções ocidentais eurocêntricas a partir de outra noção de sujeito-objeto, horizontal e constitutiva com o meio ambiente; tendo forte influência nos processos de luta bolivianos, equatorianos e mexicanos, mais especificamente os zapatistas.

A *educação popular* fundada nos ensinamentos de Paulo Freire é outra corrente em si que constitui esses movimentos, bem como o *guevarismo revolucionário*, que se afirma no compromisso ético-político e militante *desde abajo*, posicionando-se sempre ao lado das maiorias populares. Essa corrente está presente no pensamento social e revolucionário latino-americano, sendo a figura de Che Guevara reivindicada por diversos movimentos como símbolo de coerência política e pensamento genuinamente crítico desde a América Latina, bem como reconhecendo a influência que a Revolução Cubana tem na história desse território.

No que diz respeito às principais características que são comuns a esses movimentos temos o enraizamento territorial, entendendo esse como recuperação de territórios por meio de lutas prolongadas e históricas para estabelecer outras formas de relação e de vida, autogestionadas, na tentativa de criação de organizações de micropoder territoriais, as quais estão presentes desde as periferias dos centros urbanos, passando pelo movimentos sem-terra e indígena, até as formas de organização zapatistas. É possível pensar nessa organização também para as guerrilhas *campesinas* ou rurais na Colômbia, apesar do distanciamento temporal, porque remetem a essa forma de organização territorial e da vida.

Outra característica fundamental é o forte caráter autonomista desses movimentos, tanto nas relações com o Estado como com partidos, mas também na formação e educação popular de seus militantes. Nesse sentido, buscando por meio de processos coletivos a construção de poder popular, a constituição de uma identidade política que se faz também na potência dos

saberes populares e ancestrais, bem como passa a produzir intelectuais orgânicos dentro dos movimentos.

A construção desses movimentos também tem a forte presença da gestação de outras formas de relação, seja na organização do trabalho, das relações territoriais, de gênero e familiares. Isso se dá a partir de outra perspectiva de relação entre ser humano e natureza, reproduzindo formas de vida cotidiana e comunitária, na construção do protagonismo feminino e da família como diversa e heterogênea, isso porque cresce nesses movimentos o papel da mulher como liderança na organização e na organicidade, bem como são movimentos compostos por famílias e não somente indivíduos, tendo em vista que a centralidade na aderência ao movimento está na família. Esses elementos permitem a construção de outras relações dentro dos movimentos a partir de uma outra territorialidade, espaços de construção coletiva do próprio espaço físico e das relações que constituem esse.

Todas essas expressões de movimentos também se constituem a partir de tradições revolucionárias indígenas e populares latino-americanas que influenciam suas conformações. Essas tradições são forjadas historicamente, a partir da construção da vida concreta e nas dimensões subjetivas da realidade, as quais se inspiram na cosmovisão indígena em sua diversidade ameríndia e se organizam com base na construção comunitária, na prática de assembleias, relações horizontais e descentralizadas, em última instância, se constituem a partir de uma genealogia ancestral rebelde e emancipatória em outras formas de organização da própria revolta, rebeldia e construção de alternativas.

> As tradições indígenas, junto às urbano-populares, das quais fazem parte as culturas afro, as rurais, as cristãs de base e as indígenas, configuram um conjunto de referentes éticos e simbólicos, algo assim como os "usos e costumes" das rebeldias dos de baixo, presentes em muitos movimentos antissistêmicos [...] um substrato de tradições rebeldes, múltiplas e não unificadas, praticadas e não teorizadas, que alimentam os modos e as formas dos insubordinados de hoje em dia. (ZIBECHI, 2022 p.53)

É no enraizamento territorial e na produção de relações alternativas que atuam esses movimentos sociais. São efetivamente frutos de um processo histórico de larga escala, se constituem no movimento da dialética da história, por isso, em cinco séculos, *desde abajo*, os movimentos têm produzido negações e construído alternativas que se expressam: na reapropriação da terra, na ressignificação do sentido da terra e do espaço, na construção do território e do enraizamento territorial; na emergência de novos sujeitos políticos e novas subjetividades; na negação a dominação total do capital pela construção de novas formas de organização do trabalho e das relações econômicas contestadoras e alternativas.

Conforme exposto, algumas das formas de alternativas de organização do trabalho e das próprias relações a partir da territorialidade, remontam a própria história da América Latina. Nesse sentido, diferentes iniciativas autogestionárias na organização e produção da vida a partir do trabalho assumem diversas formas e modelos constituídas a partir das determinações das condições materiais e sociais de sua época e de seu território.

Em seu processo histórico mais recente, sobretudo a partir da década de 1990, Dagnino (2008) destaca a emergência com mais força do que denomina como empreendimentos autogestionários, que ganham fôlego como resposta e resistência dos trabalhadores à reestruturação produtiva, a desregulamentação das leis trabalhistas e à precarização do trabalho, o que entendemos como consequências do período neoliberal. A Economia Solidária e as expressões da Economia Social, passam a ganhar força na América Latina nesse período e representarem uma forma de combate à precarização, bem como uma alternativa de organizar o trabalho e suas relações, mesmo que ainda dentro dos marcos do neoliberalismo.

Essas experiências são expressões alternativas de organização e de politização, que se configuram a partir de relações solidárias, possibilidades de organização capazes de alcançar um desenvolvimento alternativo. Conforme citamos anteriormente, alguns dos exemplos dessas organizações se dão nas fábricas recuperadas, cooperativas, associações de trabalhadores e assentamentos rurais, as quais emergiram como uma resposta ao acentuado processo de desestruturação e precarização do trabalho, como expressão da tensão da luta de classes presente na América Latina. Essas experiências se caracterizam a partir da necessidade de sobrevivência das classes trabalhadoras, mas no enfrentamento a essa condição apontam para a problematização de questões centrais do modo de produção capitalista, como a propriedade coletiva dos meios de produção. Além disso, carregam em si os princípios históricos do associativismo e da autogestão, sendo potências de produção de relações mais solidárias (DAGNINO, 2008).

O autor destaca ainda que essas experiências se apresentam como potência de organização da própria classe trabalhadora, efetiva realização de laços de solidariedade, bem como se realizam na potencialidade de união entre a produção dos meios de vida e formas de resistência a dominação total do sistema do capital em todas as esferas da vida. São possibilidades de outra forma estabelecer relações pela constituição de mediações distintas, pautadas na solidariedade, no fortalecimento da coletividade, tendo a autogestão da vida como indissociável da autogestão da luta.

No entanto, é preciso reconhecer os desafios enfrentados por essas experiências, bem como os limites postos na sua capacidade de radicalidade de transformação, portanto, analisadas a partir de suas contradições e das determinações de seu tempo histórico. Essas experiências como formas de alternativas de organização do trabalho, de fato, apontam para questões nevrálgicas do modo de produção capitalista como a organização do processo de produção, das relações de trabalho e a propriedade privada dos meios de produção. Contudo, por si só, não são capazes de reconfigurar a partir de suas organizações as próprias estruturas das relações de trabalho. Mas a questão aqui é que essas formas precisam ser reconhecidas como alternativas que vem sendo utilizadas pelos movimentos populares como potência de transformação, dentro dos marcos dos nossos tempos.

Ao nosso ver, essas experiências só podem se conformar de fato como alternativas e apontar para um horizonte emancipatório se estiverem conectadas com os processos históricos de luta da classe trabalhadora e comprometidas com a necessária centralidade da crítica ao modo de produção capitalista. Ao contrário, são apenas experiências que se utilizam do *slogan* da justiça social e da multiplicidade de reivindicações na diversidade de constituição da classe trabalhadora como forma de mercadoria em um caráter um pouco mais "socializante", interesses os quais, em última instância, acabam representando e se constituindo a partir dos valores liberais e que servem a reprodução do modo de produção capitalista.

É por isso que chegamos ao estudo das alternativas como expressões de um processo histórico de luta de um movimento que se coloque como negação da dominação total do capital, reconhecendo a centralidade da questão da terra e do trabalho na América Latina enquanto fundantes da particularidade de nosso modo de produção, como necessidade de reprodução do capitalismo em sua totalidade. Além disso, movimentos que historicamente representam as necessidades das classes trabalhadoras de seus países e traçaram caminhos distintos para suas reivindicações e seus processos de negação, a partir do chão histórico de suas realidades nacionais. Ao mesmo tempo, se constituindo historicamente como afirmação da ancestralidade das lutas e da busca por um horizonte emancipatório para além do controle sociometabólico do capital.

É nesse sentido que as alternativas de organização estudadas são expressões de um movimento maior de negação do modo de produção capitalista, mas que se apresentam neste momento histórico na construção de alternativas populares de organização do trabalho como ferramentas de luta forjadas em seu tempo, ao mesmo tempo, não se resume a essa ferramenta. Nesse sentido, podem ser a dita relação entre a ancestralidade e o horizonte emancipatório das

lutas latino-americanas, se consolidando como constituição efetiva de relações solidárias e alternativas na negação do capitalismo e como possibilidade de humanização, isso porque, mesmo inseridos na dinâmica do capitalismo, constroem uma negação às suas determinações. Ao nosso ver, a maior potência de se consolidar como alternativas reais se dá na constituição das formas autogestionárias enquanto expressões e ferramentas de lutas de movimentos populares que se apresentam historicamente a partir da negação das determinações do modo de produção capitalista.

Por isso, não estamos aqui afirmando que as alternativas debatidas até o momento e as que serão analisadas mais a fundo a seguir, são, por si só, a própria superação do modo de produção capitalista em si mesmas. Contudo, devemos encará-las e compreendê-las em suas múltiplas determinações, como expressões de negações históricas ao modo de produção capitalista, ao mesmo tempo, como experiências forjadas em seu tempo histórico e que, portanto, se utilizam das ferramentas também determinadas por esse, para responder aos problemas também atuais. É nessa outra forma de organizar o trabalho e as relações a partir de ferramentas forjadas em seu tempo que também se consolidam suas formas de luta. Por isso, é sob essa ótica, a partir da dialética subjetividade-objetividade que buscamos compreender a emergência dessas alternativas de organização como expressões de um momento de uma luta histórica de negação que surge como resposta à contradição máxima do modo de produção capitalista na América Latina em seu aprofundamento neoliberal: a fome.

6.1 As alternativas estudadas

Portanto, continuaremos a definir a constituição dessas alternativas de organização do trabalho enquanto determinações negativas na processualidade histórica da América Latina, tendo como foco de análise a Comuna da Terra Irmã Alberta e a Cooperativa Terra e Liberdade, como expressões da luta do Movimento Sem Terra no Brasil; a *Cooagropaz*, como expressão do processo de luta das FARC-EP em sua transformação a partir da assinatura dos acordos de paz de 2016.

Iniciando pela Comuna da Terra Irmã Alberta e a Cooperativa Terra e Liberdade, essas são essas expressões de um movimento de luta maior, o MST diretamente, que por sua vez, é fruto de seu momento histórico no enfrentamento ao neoliberalismo, ao mesmo tempo, é continuidade da luta de classes que se materializa no Brasil e que tem como centralidade a questão da terra, a questão racial e do trabalho. No mesmo sentido, a *Cooagropaz* é uma expressão atual de enfrentamento ao neoliberalismo colombiano, mas fruto da processualidade

histórica de transformação das FARC-EP, sobretudo a partir dos acordos de paz de 2016 e do processo de *Reincorporación*, entretanto, suas formas de organização e relação guardam em si as experiências de um modo de vida *fariano*, os quais foram forjados na luta de classes colombiana e que remetem às lutas pela terra desde a década de 1960, o motor propulsor do conflito armado colombiano e cuja presença é também estrutural na América Latina.

Portanto, reafirmamos que não é possível entender as alternativas estudadas sem percorrer o caminho que realizamos até aqui, da condição ontológica do trabalho, passando pela contradição capital-trabalho; até a forma particular de seu desenvolvimento na América Latina em diferentes momentos históricos; explorando a expressão máxima dessa contradição, que tem como elemento central a superexploração da força de trabalho, no período de (re)aprofundamento neoliberal: a fome; bem como definindo as determinações negativas desse processo em seu caráter histórico; reafirmando nossos instrumentais teóricos e metodológicos em sua imprescindibilidade para a compreensão dos fenômenos a partir da dialética objetividade-subjetividade, no sentido de ir à essência do fenômeno aqui estudado e debatido em seus eixos de análise: a historicidade e a dimensão subjetiva das alternativas de organização popular do trabalho no Brasil e na Colômbia.

6.1.1 O MST, a Comuna da Terra Irmã Alberta e a Cooperativa Terra e Liberdade

A construção das informações e a caracterização dos elementos presentes na análise se deram por meio de diferentes atividades, as quais constituíram o processo de pesquisa e a relação com o próprio. Dessa forma, a partir de diferentes vivências foi possível entrar em contato com a Comuna da Terra Irmã Alberta, bem como com a Cooperativa Terra e Liberdade. Os primeiros contatos com o campo se deram muito antes do início de fato dos procedimentos de coleta de dado. A presença em eventos do MST, acompanhamento de debates e mesas em eventos acadêmicos, participação em manifestações e em outros espaços em que o movimento estava presente e representado já compunham a nossa aproximação.

Nesse momento histórico, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ganha muita visibilidade na vida política brasileira, é uma representação de uma disputa vigente e pulsante, a maior expressão da luta de classes no Brasil atual. A presença do MST na vida cotidiana do Brasil é constante, seja pelo aumento da sua presença real e simbólica. O movimento tem adotado como estratégia mais recente a disseminação em diferentes espaços, não é incomum nos dias atuais se deparar em São Paulo ou qualquer lugar do Brasil com alguém utilizando o boné do MST, adotado como símbolo de apoio ao movimento. Além disso, a CPI

mais recente que busca criminalizar o movimento também faz com que esse esteja presente no noticiário quase todos os dias. Por isso, do ponto de vista da pesquisa, a possibilidade de construção das informações sobre o movimento e sobre as organizações que compõe parte desse é extensiva e inesgotável. Produzimos um enfoque de análise e as informações foram construídas a partir atividades na presença do pesquisador em espaços que promoveram esse processo.

Salientamos que esse foco de análise se dá na Comuna da Terra Irmã Alberta e a Cooperativa Terra e Liberdade como expressões organizativas que compõe o MST, dessa forma, é inevitável que a análise do movimento MST em si esteja presente, entretanto, quando nos propomos a analisar essas expressões organizativas, nosso foco de análise está voltado para essas experiências, as quais compõe o universo do MST e o representam, ao mesmo tempo, não podem ser generalizadas na totalidade do que é o MST, seria um reducionismo metodológico e de compreensão do próprio processo de pesquisa. Ou seja, a comuna e a cooperativa compõe o MST e constituem esse movimento, mas não podem ser definidas como a representação da totalidade do que é o movimento, até mesmo pela forma como está organizado esse e os princípios que pautam essa estrutura.

Por meio do reconhecimento da necessidade desse enfoque, o processo de construção das informações se inicia uma aproximação com o movimento, participação em eventos, atos e pesquisa da própria organização, estrutura e possibilidades para a pesquisa. Tomamos conhecimento de uma experiência na cidade de São Paulo, uma cooperativa que se constituiu da necessidade dos militantes em acampamentos e assentamentos da região. A partir da cooperativa Terra e Liberdade conhecemos a Comuna da Terra Irmã Alberta e as experiências das outras Comunas em regiões próximas.

Foram nesses espaços que se desenvolveram conversas, observações e entrevistas por meio das quais se apresentam a análise a seguir. A presença se deu na própria Comuna, na participação em visita realizada com estudantes universitários, no evento com comemorações dos 21 anos de resistência e participação em uma assembleia; presenciando as *místicas* características do movimento; na presença nos espaços comuns e nas residências das militantes para a realização de conversas e entrevistas. Também estivemos em eventos realizados pelo próprio movimento como a *IV Feira Nacional Da Reforma Agrária* e em outras diferentes oportunidades na presença constante no *Armazém do Campo*. Ainda pudemos acompanhar algumas atividades em que a cooperativa esteve representada, seja em evento de debate sobre

políticas públicas de produção, comercialização e consumo de verdade, nos diferentes espaços de realização de feiras agroecológicas ou outras atividades.

Na exposição, iniciando pela abordagem da caracterização histórica e chegando à formulação das categorias de análise, todos os elementos presentes também estão em conformidade com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em que os nomes utilizados para identificar as pessoas envolvidas são fictícios. Rosa e Camélia foram os nomes escolhidos para duas mulheres do movimento acampadas na comuna da terra, Carlos e Ubiratan para dois homens do movimento que estão vinculados à cooperativa. Todos participam também de instâncias organizativas do MST.

> Nós somos filhos do povo brasileiro. Filhos que necessariamente temos nossos pais, avós, e antepassados na vida do povo brasileiro. Assim, só existimos hoje, porque antes de nós, o povo brasileiro organizou outras formas de organização e de luta por justiça no meio rural. Somos herdeiros das lutas históricas dos povos indígenas. Somos herdeiros das lutas históricas dos negros pela liberdade, quando fugiam, e conquistavam sua liberdade e construíam os quilombos. Somos herdeiros dos primeiros movimentos camponeses. Alguns se transformaram em verdadeiras epopeias, como Canudos, Contestado, Caldeirão. E muitos outros não foram registrados pela história oficial da classe dominante, mas certamente houve sempre muitas lutas sociais, nos cafezais, nos canaviais, e por esse sertão afora. Somos herdeiros da experiência de organização classista dos camponeses, que construíram muitas organizações nacionais a partir da década de 50 do século XX, e que depois foram massacrados pela ditadura militar, como as ULTABs - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, as Ligas Camponesas e o Master - Movimento dos Agricultores Sem Terra. Somos herdeiros de muitas lutas localizadas de resistência realizadas por posseiros e camponeses anônimos, que na escuridão da ditadura mi litar, sobreviveram, e lutaram. Somos fruto de muitas reflexões. Somos frutos da teorização de muitas experiências de luta que nos antecederam, seja no Brasil, seja dos movimentos camponeses da América Latina. (STÉDILE, 2004, p.9-10)

O MST é literalmente fruto das experiências passadas de luta, seja por representar a própria transformação histórica da luta pela terra no Brasil, mas também porque devemos reconhecer que o próprio processo objetivo de conformação do movimento enquanto organização (dado nos diversos encontros e congressos, por exemplo) se deu no concreto aprendizado, por meio de trocas objetivas, com lideranças de movimentos agrários e de luta pela terra que o antecederam. É no reconhecimento dessa ancestralidade da luta e da necessidade do aprendizado com essa que também se conforma o MST como movimento popular. Por essa razão, é importante compreender e analisar as lutas que se remontam e se transformam na conformação desse movimento como necessidade coletiva do campesinato brasileiro, de forma geral, da própria sociedade brasileira. Como organização consolidada, o MST nasce em 1984, entretanto, para compreender sua constituição é necessário remontar

alguns eventos que nos auxiliam na compreensão da emergência desse movimento enquanto expressão popular da luta pela terra.

A história da luta pela terra se imbrica diretamente com a história de sangue e luta de todo o povo brasileiro, é expressão máxima em nossos tempos do motor da história brasileira, desde a colonização até o neoliberalismo, como etapas do desenvolvimento capitalista. Seria impossível percorrer todo o processo histórico de lutas, por isso, apresentaremos alguns momentos e eventos imprescindíveis, apoiados no trabalho de Moura (2000) e Morissawa (2001), bem como nas conversas e entrevistas realizadas, elementos nos auxiliam a remontar esse processo.

A luta pela terra do MST remonta formas objetivas e organizadas de luta que estão presentes em território latino-americano desde a invasão europeia. Conforme vimos, a questão da terra é central e imprescindível para a edificação do projeto colonial, para a implementação do modo de produção capitalista e para a conformação da dependência enquanto razão de ser do capitalismo latino-americano. Em suma, a luta pela terra na América Latina e no Brasil, nasce da imposição da propriedade privada da terra e do controle do trabalho como condições intrínsecas a edificação do modo de produção capitalista, seu desenvolvimento e manutenção. Sendo assim, é por isso que anteriormente remontamos o histórico de luta na América Latina como determinação negativa a essa imposição, mas também como construção original de formas de organização da luta e do trabalho.

Desde a Revolta dos Tamoios, passando por Palmares, a resistência liderada por Sepé Tiaraju, Cabanagem, Canudos, Contestado, pelas Ligas Camponesas, chegando à Guerrilha do Araguaia e os massivos movimentos contra a ditadura militar no Brasil, são todos esses, mas também incontáveis outras expressões da luta do povo brasileiro, pela terra e por condições dignas de vida, que constituem o MST e se conformam de alguma maneira nas expressões organizativas da comuna e da cooperativa. Na América Latina, os sem-terra e sua luta estão presentes desde que a invasão europeia determina que determinados territórios passam a ter donos. No Brasil, isso passa também pela negação do direito a terra às maiorias populares na materialização da primeira legislação sobre a questão em 1850, a Lei de Terras, a qual legitima a extrema concentração fundiária e nega o acesso e o direito àqueles que nela historicamente trabalharam. Esse ponto da história brasileira é fundamental porque também é parte da gênese da estrutura fundiária do país, conformada em latifúndios controlados por oligarquias agrárias, em sua maioria, as mesmas que seguem controlando a terra no país. Seguindo na história, a ditadura militar foi responsável também pelos grandes incentivos fiscais que viabilizaram a

intensificação da expansão do latifúndio agropecuário na região amazônica, projeto que agravou ainda mais a condição do campo brasileiro.

Todo esse projeto da imposição do monopólio da terra é realizado como projeto de morte, por meio da sistemática violência contra todas as possíveis formas históricas de organização que buscaram negar essa dominação. O massacre histórico contra todas essas formas de negação, é a regra na história brasileira e latino-americana, que ainda segue vigente como mecanismo de manutenção da acumulação pelo monopólio da terra. A violência como garantia de uma estrutura agrária baseada no latifúndio é um mecanismo de preservação dessa condição, é constituinte da história da luta de classes no campo brasileiro. A constituição do campo no Brasil se dá pelo explícito e, ao mesmo tempo, propositadamente velado embate entre latifúndio e campesinato, entre a burguesia agrária e os trabalhadores e trabalhadoras da (e sem) terra, um conflito extremamente desigual e necessariamente violento.

Moura (2000) nos auxilia na compreensão da caracterização do campesinato brasileiro, expondo que a situação fundiária no Brasil se define pela extrema e intensa concentração de terras; pela manutenção das formas de exploração aviltantes do trabalho, marcando a presença constante do trabalho escravo em latifúndios (até os dias atuais); pela violência como mecanismo de repressão e punição para o descontentamento, protestos ou qualquer tipo de contestação dos camponeses. A impunidade é outro elemento desse ciclo da perpetuação e manutenção da violência.

Fazemos referência a essa condição porque é constituinte das formas políticas de organização que nascem também como resposta a essa histórica dominação da terra e da própria imposição pela barbárie, pelo massacre, pela continuada prática de assassinato de lideranças sociais no campo, seja pelo braço armado do Estado ou por forças bélicas paraestatais que atuam por meio da conivência desse. A necessidade de emergência da organização como defesa e como busca de condições melhores de vida no campo é resposta ao processo violento de dominação da terra e do trabalho como necessidade do “desenvolvimento” do capitalismo dependente.

A partir disso, ao longo da história da América Latina e do Brasil se conformam formas políticas de organização que guardam determinados elementos, que se remontam, se reconstroem e se transformam na própria metamorfose da luta. Novamente, Moura (2000) expõe a distinção de três momentos que definem a luta do campesinato brasileiro pela terra, ou seja, a luta de classes no campo.

Em um primeiro momento, a luta dos escravizados, nas mais diversas formas de enfrentamento, mas principalmente na conformação da organização política dos quilombos, é a primeira expressão desse processo, da emergência desse sujeito político negro como protagonista que se constitui no quilombo como forma de negação da violência colonial escravocrata e como afirmação da própria organização da vida em uma economia e uma cultura paralelas, alternativas que remontam características ancestrais. Esse período vai até o fim da escravidão, quando se inicia um período que o autor caracteriza pelos movimentos pós Palmares, principalmente localizados nas expressões de Canudos, Contestado e no território livre do Formoso como exemplos, indicam a emergência da constituição de um movimento do campesinato que constrói formas de organização de comunidades alternativas ao modelo de capitalismo no campo brasileiro, conformando estratégias de subsistência e de organizar a vida postas a partir das necessidades e referências daquele contexto.

O terceiro momento tem como expressão as Ligas Camponesas, movimento que tem um caráter mais reformista do que revolucionário, no sentido de que seu objetivo é fazer com que os direitos já existentes das pessoas do campo sejam cumpridos pelo Estado. Por isso, não se conformam como organizações com leis alternativas, mas têm um caráter de integração na sociedade capitalista pelo exercício da pressão em busca dessa legitimidade social e jurídica. Nesse sentido, se constituem como movimento popular contestatório para a garantia dos direitos como estratégia de transformação da estrutura agrária no Brasil.

É por isso que se faz imprescindível entender o MST a partir da história desses movimentos, dessas formas de organização política que se constituem como negação da imposição de um modelo capitalista no campo brasileiro, que a partir de dado momento se faz pelas determinações de seu caráter dependente. Isso porque historicamente no Brasil, seja pela conformação de comunidades alternativas ou pela pressão democrática, as oligarquias agrárias nunca permitiram uma transformação no campo, pois é preciso manter uma estrutura de controle dos monopólios da terra, em grandes latifúndios, alimentados por um modelo agroexportador de *commodities*.

As estruturas sociais que forjam os quilombos, Canudos, as Ligas Camponesas e o MST como determinações negativas, são a construção da história e a possibilidade de compreensão do Brasil, cujo elemento fundamental e historicamente invisibilizado é o protagonismo do negro como sujeito político, que continua a emergir nessas formas políticas, portanto, sujeito político protagonista da luta de classes e na possibilidade de construir uma outra história.

A partir das *lutas messiânicas* (1888 até 1930), devemos compreender os movimentos do período para além do reducionismo que define seu nome. Suas expressões mais importantes foram o movimento de Canudos (1893- 1897)[74] e a Guerra do Contestado (1912-1916)[75]. Esses movimentos, apesar de sua forte e característica referência e personificação religiosa, não se resumem a esse caráter messiânico e religioso, nesse sentido, esse elemento compõe a formação desses movimentos junto a outras referências éticas e estéticas que remontam, por exemplo, a experiência dos quilombos e outras ao longo da história do Brasil. Dessa forma, devem ser entendidos em sua complexidade, em sua referência no elemento da religiosidade como determinação real, isso porque é próprio da história da América Latina, o *misticismo* nas suas mais variadas expressões como elemento constituinte da insurgência e das formas políticas latino-americanas. Entretanto, vão além disso, porque são formas políticas que remontam a luta pela terra e do campesinato, especialmente protagonizada pelos negros, que continuam a se constituir como sujeitos políticos em mais um capítulo da história da luta de classes no Brasil.

A partir disso, Canudos e Contestado, são elementos simbólicos e reais, do ponto de vista da história, que expressam a constituição do "Brasil Moderno", portanto, devemos entender esses movimentos como expressão dessa transição, a qual se dá na necessidade da "modernização" do Brasil pela manutenção de estruturas precárias e arcaicas ao mesmo tempo.

Canudos é um fato emblemático por sua dupla simbologia: em primeiro lugar, por seu conteúdo político, na conformação de uma alternativa de organizar a produção e a vida, por suas táticas de defesa e guerrilha, mas também pelos sujeitos políticos que ali despontam, em suma, por ter sido uma comunidade alternativa camponesa exitosa do ponto de vista da organização social da vida. Em segundo ponto, emerge como símbolo pela brutalidade e intensidade da violência que o reprimiu. Essa intensidade é a intencionalidade da burguesia agrária representada na repressão do Estado de aniquilar a tensão que se apresenta na luta de classes. Deve se apresentar como silenciamento da luta pela terra, pela tentativa da garantia da

[74] Canudos foi uma comunidade alternativa no interior da Bahia liderada por Antônio Conselheiro e que chegou a reunir cerca de 10 mil pessoas, trabalhadores rurais e libertos da condição de escravizados. A organização se dava pelo trabalho cooperado, pelo direito coletivo da terra e pela agricultura familiar. Foi duramente reprimida pelo exército por meio de um massacre, sendo reduzido a 400 pessoas.

[75] A Guerra do Contestado ocorreu na região fronteiriça entre Paraná e Santa Catarina. O conflito se deu entre um movimento de trabalhadores e trabalhadoras que tiveram suas terras expropriadas pela concessão de terra à Brazil Railway Company ou ficaram desempregados ao final da construção da ferrovia. Grupo inicialmente liderado pelo "Monge" José Maria, mesmo depois de seu assassinato, seguiu se mobilizando e confrontando a violência do exército e da polícia, conformando uma comunidade em regime de propriedade coletiva que em algum momento passa a reunir 20 mil pessoas. Resistiram a várias expedições da força pública até o final de 1915, restando apenas 3 mil pessoas que seguiram sendo perseguidas até a aniquilação do movimento.

eternização do latifúndio, na constante atualização necessária do sufocamento desses movimentos.

> É uma estratégia terrorista dos dominadores de plantão contra qualquer forma de organização da plebe para emancipar-se das formas de trabalho e exploração a que está submetida no latifúndio, quer escravista, quer oligárquico. (MOURA, 2000)

Outro momento marcante das lutas camponesas pela terra no Brasil, se expressa na emergência de diversas lutas radicais espontâneas e localizadas, as quais marcam o período de 1930 até os antecedentes do golpe militar (Morissawa, 2001). Essas ocorreram em diversas partes do país, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Paraná, São Paulo, Maranhão, Rio de Janeiro, mas aqui destacamos uma das experiências que refletem essa capacidade organizativa do campesinato que a partir da revolta constitui formas de vida e de organização da resistência, o território livre de Trombas e Formoso[76].

Entre 1950 e 1964 surgiram três expressões da luta pela terra e por reforma agrária no Brasil: as Ligas Camponesas, a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab) e o Master, Movimento dos Agricultores Sem Terra.

As Ligas Camponesas nascem a partir da organização popular, com mais força em Pernambuco, mas também pela emergência de diversas outras em diferentes municípios do Nordeste. Em Pernambuco, a *Liga Camponesa da Galiléia*, nasce como mobilização popular em resposta a tentativa de expulsão dos trabalhadores e trabalhadoras de suas terras em Vitória de Santo Antão. Nessa luta, o advogado Francisco Julião, deputado pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro) passa a representar a defesa do grupo e emerge como grande liderança do movimento. As diversas ligas se articulavam em torno da defesa da reforma agrária radical, realizando a resistência em suas terras em ocupações como forma de pressão e de mobilização pela garantia da legitimidade do direito do camponês.

A Ultab foi criada pelo PCB em 1954 e tinha o objetivo de auxiliar e coordenar as associações camponesas, bem como ser instrumento na mediação da luta entre camponeses e operários, tinha presença em diversos estados brasileiros. Já o *Master*, surge da luta pela terra de cerca de 300 famílias no Rio Grande do Sul no final dos anos 1950. O movimento que se

[76] Na década de 1940, trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí, liderados por Porfírio Dias, ocuparam terras devolutas em Uruaçu, Goiás, que estavam sendo griladas devido à valorização pela rodovia Transbrasiliana. Eles resistiram à violência dos grileiros e receberam apoio do PCB, formando uma associação de lavradores. Esta área de 10 mil km² se constituiu como território livre do latifúndio, e como uma comunidade de autogestão camponesa, tanto pela organização da produção como da defesa do próprio território, um exercício de governo local e popular. Após repressões e alianças com a burguesia, a experiência foi derrotada pelo golpe militar de 1964 e subsequentemente aniquilada.

espalha por todo o estado, consolida uma forma de luta que está presente até hoje na tática dos movimentos sociais, os acampamentos. Diferentemente das ligas camponesas que resistiam em suas terras, o Master adotava a tática de ocupar terras que não estavam cumprindo sua função social para pressionar os governos. Na época, o governador do estado era Leonel Brizola, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), apoiava o movimento e colocava em prática a desapropriação de terras nessas características, incentivando o movimento, além disso, consolidando os acampamentos como uma forma eficaz de luta pela terra e pela reforma agrária, que permanece na objetividade da luta e em seu imaginário.

Entretanto, de forma violenta, em 1964, se inicia um dos períodos mais sombrios da história brasileira. A consolidação do golpe militar inaugurado no dia de 1 de abril vai aos poucos, literalmente, exterminando e sufocando esses movimentos, pela perseguição, tortura, prisão e morte de suas lideranças e duras repressões a qualquer tipo de mobilização ou organização popular. Essa repressão e a sistemática perseguição e morte das principais lideranças provocou uma pulverização dos movimentos organizados pela terra. Nesse sentido, devemos reconhecer o golpe militar como um instrumento violento de contenção da própria luta de classes no Brasil, mas que se expressa pelo explícito combate à luta pela terra. Lembremos, por exemplo, que uma das reformas de base pretendidas por João Goulart era a reforma agrária. Novamente, no capitalismo dependente latino-americano, tendo como expressão o caso brasileiro, sequer uma medida como a reforma agrária desenhada à época é permitida pelas oligarquias do país.

A tortura e a morte como aniquilação de qualquer forma de contestação se fez presente como ferramenta eficaz de sufocamento dos movimentos sociais, que foi crescendo a cada ano, chegando a seu ponto máximo no período dos *Anos de Chumbo*, do final da década de 1960 até a primeira metade de 1970. Período em que também surgem os principais grupos guerrilheiros no Brasil, a Aliança de Libertação Nacional (ALN) e o MR-8, o Movimento Revolucionário 8 de outubro), nascidos em 1968 e que perpetraram diversas ações diretas contra o regime militar.

Diversas foram as formas de organização e resistência ao sangrento regime militar, os movimentos estudantis, as greves operárias, as guerrilhas urbanas e a tentativa de construção de uma guerrilha rural (Guerrilha do Araguaia), os partidos clandestinos, até os movimentos pela redemocratização, seja em num movimento emblemático de jogadores de futebol, a *democracia corintiana*, ou mesmo a resistência cultural da *Tropicália*, chegando às greves operárias no ABC e às mobilizações massivas nas ruas na "Campanha das Diretas Já", essas são algumas expressões da resistência no período.

Outra contribuição imprescindível para a resistência ao regime militar nos meios urbanos e rurais, foram alguns movimentos gestados a partir da orientação da Teologia da Libertação. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são formas de organização de setores críticos dentro da Igreja Católica que contribuíram diretamente para o fortalecimento da luta no campo, na atuação direta da CPT junto aos posseiros do centro-oeste ou mesmo nas lutas no Sul do país, cuja história está atrelada ao surgimento do MST. Além da atuação a nível local, a CPT passa a se constituir como força nacional de organização que vai desde a denúncia aos crimes do regime militar contra as populações do campo, bem como se estende até hoje em sua atuação direta na luta pela terra e por justiça social.

Mesmo nesse período de repressão e pulverização dos movimentos populares, também se promulga no governo do ditador Castelo Branco, em 1964, a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil, o Estatuto da Terra. A legislação respondia a uma necessidade histórica do campo, entretanto, se configura como uma manobra para maquiar a realidade, mais uma ferramenta de contenção da luta pela terra, diante da efervescência dos movimentos do campo à época e do já reconhecido fantasma da Revolução Cubana que pairava sobre toda a América Latina. Nesse sentido, na prática, o estatuto nunca foi implantado tal qual proposto como legislação e a questão agrária seguiu sendo conduzida pelos mesmos de sempre, bem como a concentração de terras e a modernização tecnológica do campo veio aliada ao recrudescimento do trabalho escravo e a entrega de extensões imensas de terra a grupos empresariais e multinacionais, como visto na região amazônica.

Durante o período da ditadura militar, o projeto que melhor definiu a sua "política agrária" está representado nos *projetos de colonização*, uma outra estratégia de contenção da própria luta pela terra, de silenciamento dos conflitos em diversos territórios do país. Com a justificativa da "necessidade" de ocupação de imensas áreas "disponíveis" no centro-oeste e norte do país, especialmente na região amazônica, a ditadura passa a propagandear e oferecer para os grupos e famílias que lutavam por terras em seus territórios a "opção" de ocupar essas terras amazônicas. Diante da condição desses grupos historicamente sem acesso à terra e com a desorganização provocada pela pulverização dos movimentos, milhares de famílias viram uma possibilidade de melhoria de vida nessa promessa.

A questão é que os projetos de colonização foram um grande fracasso e rapidamente abandonados, além disso, essas terras já estavam ou foram continuamente destinadas a empresas estrangeiras, por meio de diversos "incentivos" da ditadura, o que se descobriu

posteriormente como grandes esquemas de corrupção. Além disso, essas áreas praticamente doadas para essas empresas e outras destinadas a projetos agropecuários se concretizaram como espaços de destruição do meio ambiente, roubo de terras de povos originários que viviam há séculos na região ou sua a submissão pela violência ao trabalho forçado; grilagem, assassinatos e contínua violência contra esses povos e o campesinato da região. Portanto, os trabalhadores e trabalhadoras rurais que migraram de seus estados com a promessa de terras, foram relegados a condição de servidão ou de trabalho escravo nesses territórios, de condições extremamente precárias de vida em que nada do "paraíso" prometido pela ditadura se concretizou.

A ditadura militar representou um real sufocamento na luta pela terra no Brasil, a atualização da violência como ferramenta de contenção da organização dos trabalhadores e trabalhadoras. O projeto de "modernização" do campo significou na prática a expulsão de trabalhadores e trabalhadoras rurais. A "opção" era migrar para as zonas agrícolas na implementação dos projetos de colonização, na prática, esses serviram majoritariamente de mão-de-obra para o garimpo, para extração de madeira na Amazônia e para o desmatamento pelas empresas estrangeiras, na consolidação dos latifúndios para a pecuária extensiva. Todas essas ações com o incentivo e conivência do estado brasileiro sob o regime da ditadura militar.

A prática sistemática da expulsão de trabalhadores do campo configura o aumento de uma superpopulação relativa em sua forma latente. Sobretudo a partir da segunda metade do século XX e intensificada no período ditatorial, temos um processo de migração forçada do campo para os centros urbanos, trabalhadores e trabalhadoras majoritariamente negros. O próprio projeto fracassado de industrialização, insuficiente e dependente, começa a ruir a partir de 1980, em que essa massa de trabalhadores também não encontra a sobrevivência nas cidades.

Mesmo durante o período de ditadura militar a luta no campo continuou pulsante, isso porque muitas famílias e grupos resistiram coletivamente às violências e às dificuldades da vida no campo. Seguiram em seus territórios e, se o fizeram, foi também por meio da luta organizada. A partir do final da década de 1970, alguns grupos de sem terras, fruto da luta histórica da região Sul, se constituíram como as sementes de um movimento que germinará alguns anos depois.

No caso mais emblemático, a luta se inicia em 1962 com um acampamento organizado pelo Master na fazenda Sarandi, localizada no município homônimo no estado do Rio Grande do Sul. Cerca de 5 mil famílias estavam acampadas na região e o governo de Brizola desapropriou parte das terras justamente demandas pelo movimento, entretanto, não conseguiu finalizar o processo pela derrota eleitoral de seu sucessor e pela implementação da ditadura

militar. As famílias não assentadas foram se deslocando por diferentes territórios em busca de acesso à terra. Nesse processo se inicia uma forma de organização a partir de assembleias nos diferentes acampamentos realizados na região, para pensar saídas coletivas para a situação. Militantes da CPT passam a dialogar com essas famílias e contribuir com as possíveis soluções coletivas, uma delas, é a formação de comissões e representantes que buscariam dialogar com o governo do estado para reivindicar um assentamento em partes da antiga Fazenda Sarandi. Diante da promessa não cumprida de resposta do governo, o grupo de sem-terra ocupa o local. Entre as barreiras das mulheres e crianças em torno do acampamento e a ação direta das mulheres se colocando na frente das máquinas de colheita dos grileiros, as famílias resistem e conseguem que parte delas seja assentada.

Em 1980, famílias que não haviam sido contempladas com assentamentos nas lutas anteriores, passam a ocupar a *Encruzilhada Natalino*. Cerca de 3 mil pessoas se organizam em comissões e vão ganhando apoio popular de vários setores da sociedade. Isso traz visibilidade para o movimento que chega a reunir 6 mil pessoas para a celebração de uma missa realizada por *D. Pedro Casaldáliga* (histórico aliado da luta pela terra), bem como se realiza nessa região uma comemoração no dia dos trabalhadores rurais que reúne 10 mil pessoas, tudo isso em 1981, sob a ditadura militar. A luta da *Encruzilhada Natalino* ganha proporções nacionais e a resistência dos sem-terra vira símbolo contra a ditadura militar e da luta pela reforma agrária com apoio massivo da sociedade brasileira, entretanto, atrai a atenção da ditadura. Com o apoio popular, o movimento resiste e se sustenta, três anos depois, a vitória chega e o governo destina áreas para os assentamentos. Essa é uma das primeiras sementes que germinam e demonstram que é possível realizar a luta pela reforma agrária no Brasil, remontando processos anteriores e apontando para um horizonte.

Outras sementes foram surgindo em diversos territórios do país entre o final da década de 1970 e o início de 1980. Em Santa Catarina, a luta que se inicia com cinco trabalhadores na ocupação de um latifúndio improdutivo, algum tempo depois, cresce na luta organizada de 350 famílias que conseguem a desapropriação da terra e a conformação de um assentamento. No Paraná, a luta pela ocupação de três fazendas no início dos anos 1980 também conquista a desapropriação de terras para dois assentamentos. No Mato Grosso do Sul, a partir de um encontro da CPT e a heroica construção de um acampamento em Ivinhema, consolidam meses depois um assentamento na cidade de Nioaque. Em São Paulo, a vitória da permanência em suas terras em Andradina; a ocupação e a resistência conseguem a consolidação de cinco assentamentos na cidade de Itapeva; na região histórica do Pontal do Paranapanema, 460

famílias conseguem um assentamento depois de resistir à violência e acampar à beira das estradas; em Sumaré, famílias que queriam voltar para a vida no campo começam uma experiência processos comunitários que vão ganhando força, até a realização de ocupações que consolidam um assentamento.

Todas essas experiências vão despontando, em um primeiro momento, sem uma articulação entre si, são movimentos espontâneos da classe trabalhadora do campo que dá respostas para suas necessidades a partir da organização e da luta pela terra em seus territórios. São sementes que constroem a luta em suas regiões, contudo, sem contato ou ramificações entre elas, ainda eram sementes isoladas. Portanto, esse processo parte das suas diferentes irrupções em vários cantos do país como enfrentamento coletivo e organização comunitária nos territórios, em última instância, como resposta necessária diante das condições de vida impostas. Essa forma de ocupação dá continuidade e inaugura dois elementos que passam a compor a estratégia e a conformação desses coletivos, a posse da terra gira em torno da família e a organização se dá em processos coletivos de decisão.

No contexto citado, a CPT tem um papel ainda mais fundamental, tendo em vista que a partir de 1981 começa a promover diferentes eventos com a finalidade de potencializar o debate entre os grupos e as lideranças da luta pela terra, é o caso do Encontro Regional do Sul e Seminário de Goiânia, eventos que vão delineando análises, diretrizes de organização e apontam para a necessidade da articulação entre os diferentes movimentos. Todos esses processos vão conformando as bases que consolidam o *1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, em 1984 em Cascavel, no Paraná. Com a presença de trabalhadores e trabalhadoras rurais de 12 estados e de organizações históricas da classe trabalhadora se funda o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST*. Estavam presentes posseiros, meeiros, migrantes, atingidos por barragens, pequenos agricultores, trabalhadores buscando reivindicar os seus direitos e construir saídas para produzir alimentos se mantendo no campo e em seus territórios históricos de vida. O encontro define o movimento como uma organização nacional de camponeses sem terra que se orienta na luta pela terra e pela reforma agrária. O nome “Trabalhadores Rurais” reafirma a vocação e essência do movimento, já o “Sem Terra” é continuidade histórica e apropriação de uma denominação adotada pelo Master e que já era disseminada pelos meios de comunicação na época.

A partir desse ponto, se organizam sucessivos encontros e congressos regionais e nacionais, dando cara, forma, objetivos e traçando horizontes para o movimento que cada vez mais vai se tornando uma realidade, uma potência de organização. A partir desses processos

coletivos, o movimento vai se estruturando enquanto organização, reforçando seu horizonte e estratégias da construção de uma luta nacional, regional e local pela reforma agrária no país.

O MST se conforma como movimento exatamente no contexto de redemocratização do país e da constituição da Nova República. Em 1985, o Brasil tem seu primeiro presidente civil, eleito indiretamente, mas indicando o caminho rumo ao reestabelecimento das instituições democráticas no país, ou seja, a reconstrução da democracia capitalista. No mesmo ano, se realiza o 1º *Congresso Nacional dos Sem-Terra*, tendo como palavra de ordem "*Ocupação é a única solução*". Seja em sua gestação durante o período ditatorial ou a emergência na Nova República, a necessidade da luta pela terra e pela reforma agrária não se cessa, se transformando a partir do próprio movimento e da atuação do MST no motor da história brasileira.

Logo em seus primeiros passos, o MST já passa a enfrentar uma nova expressão da oligarquia agrária brasileira, a União Democrática Ruralista (UDR), uma organização dos grandes proprietários de terra que se conforma como resposta a tentativa da implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) no início do governo de Tancredo Neves. Essa organização se constitui logo após as influências diretas para a desfiguração do plano apresentado e a derrota da proposta da reforma agrária, além disso, o movimento oligárquico passa a financiar campanhas de deputados e senadores de partidos conservadores para garantir a manutenção da estrutura agrária do Brasil baseada no latifúndio. Essa forma de se organizar da burguesia agrária brasileira também vai se remontando historicamente. Portanto, entendemos que desde seu surgimento o MST passa a ser sistematicamente combatido, difamado e necessariamente alvo da burguesia agrária. O MST, passa a ter que lutar também na frente da configuração de *uma guerra ideológica*.

Nesse momento anterior a constituinte de 1988, o MST passa a tomar cada vez mais forma, constituindo direções nos níveis municipais, estaduais e nacional, forjando articulações e lideranças para se construir a partir de um de seus pilares fundamentais, *a autonomia*. Naquele momento, a situação nos assentamentos era duríssima, as mortes e a pressão pelo latifúndio e pelo governo para seu fracasso continuavam e a perspectiva de uma reforma agrária efetiva e real em prol dos trabalhadores rurais ficava cada vez mais distante com a derrota definitiva do PNRA e com o crescimento da força da UDR. Nesse sentido, a resistência estava na organização coletiva do próprio movimento, na sua construção autônoma e, nos assentamentos, na cooperação, na solidariedade entre os sem-terra, bem como na educação popular, todos esses sendo pilares fundamentais para a construção da luta.

O movimento segue buscando participar da vida política institucional do país, construindo sua voz nas discussões e nos processos da constituinte de 1988, apresentando propostas e emendas populares e projetos para uma reforma agrária presente na nova Constituição que estava sendo gestada. Dentre as conquistas da classe trabalhadora do campo nesse novo marco da democracia capitalista para o Brasil, estava a garantia legal da desapropriação de terras que não cumpram sua função social. Entretanto, não foi a vez de uma vitória no que diz respeito a construção de uma reforma agrária popular e o movimento segue realizando sua luta, na necessidade de ampliação das ações e da própria organização. Dessa forma, a palavra de ordem do 5º Encontro Nacional, realizado em 1989, expressa essa necessidade do momento histórico: "*Ocupar, resistir, produzir!*". Nesse período, era preciso fortalecer a aliança com movimentos operários e outros setores da classe trabalhadora, ampliar a divulgação e discussão pela reforma agrária e pelo fim da violência no campo, bem como reafirmar as ocupações como principal ferramenta de atuação do movimento e como forma de subsistência dos assentados.

O início dos anos 1990 no Brasil marcam também a consolidação da aventura neoliberal no país, sobretudo a partir da desastrosa experiência do governo Collor. Começam as privatizações e a implementação da sua "política agrária" que se resumia a repressão dos movimentos pela terra e a formação dos estoques especulativos com o objetivo de provocar a queda no preço dos produtos para o mercado interno, buscando destruir as experiências da agricultura familiar e dos pequenos produtores. A terra passava a se concentrar cada vez mais nas mãos do capital, preferencialmente estrangeiro. Do outro lado da história, o MST dava prioridade a resolução de questões estruturais nos assentamentos, potencializando a criação de cooperativas nesses territórios conquistados, buscando soluções e formas de organizar a produção nos assentamentos. O sistema cooperativista passa a se consolidar cada vez mais como um dos pilares fundamentais do movimento.

A desastrosa aventura Collor chega ao fim, entretanto, o neoliberalismo segue como projeto. Os anos seguintes são marcados: pela tensão e disputa posta na aprovação da Nova Lei Agrária de 1993[77] durante o governo Itamar Franco, a qual, apesar de alguns mínimos avanços, se conforma como uma nova expressão da contenção da luta pela terra; pela implementação do Plano Real em 1994 e a chegada à presidência de Fernando Henrique Cardoso, que intensifica

[77] Destacamos no mesmo ano a criação da Via Campesina, movimento internacional de diferentes organizações camponesas e de agricultores, trabalhadores e trabalhadoras rurais, mulheres camponesas e comunidades indígena de todos os continentes. Se constrói como organização importante da articulação da luta pela terra a nível regional e global.

e aprofunda o projeto neoliberal no Brasil. Do ponto de vista da questão agrária, a pressão exercida pelo crescimento dos conflitos no campo se deu pela queda do crédito rural, pela perda de terras por centenas de milhares de famílias para os bancos, aumento de 2 milhões de trabalhadores rurais desempregados, aumento das importações agrícolas, marginalização da agricultura familiar etc. Essas e outras razões intensificaram a luta no campo pelo agravamento da situação do campesinato (MORISSAWA, 2001).

O anos de 1995 e 1996 são emblemáticos na história do movimento. Esse período é de fato um marco importante porque é a partir daí que o MST ganha maior visibilidade, apoio e força na sociedade brasileira. A questão agrária estava na ordem do dia, seja pela crise generalizada da agricultura no país produzida pelo projeto neoliberal de FHC ou pela indignação massiva diante dos massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás[78]. Nesse período se realizou o 3º Congresso do movimento (*Reforma Agrária uma luta de todos*) reafirmando a necessidade de levar a noção da reforma agrária como objetivo de toda a sociedade brasileira para a opinião pública, bem como ocorreram mobilizações históricas, uma delas, o grande acampamento em Brasília na votação de pautas fundamentais para o avanço da reforma agrária.

Em 1997, a grande Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária reunindo 100 mil pessoas é também um exemplo da força que o MST passa a ter nesse momento, como resposta e cobrança de justiça pela violência dos massacres dos anos anteriores e como celebração do Dia Internacional da Luta Camponesa. Nos anos seguintes, o movimento continua a crescer: na realização de mais ocupações, construção de escolas do movimento, projetos de alfabetização, consolidação de agroindústrias nos assentamentos, ações efetivas contra a seca em regiões do Nordeste, bem como o apoio popular e da sociedade civil seguia se consolidando a cada dia mais. O MST se consolida como o grande protagonista da luta pela terra e como expressão do enfrentamento ao projeto neoliberal vigente.

Mais uma demonstração da força do movimento, de seu protagonismo e da necessidade de enfrentamento ao neoliberalismo de FHC foi dada no ano de 1999, na *Marcha Popular pelo Brasil*, realizada junto aos principais movimentos da classe trabalhadora cerca de mil trabalhadores caminharam até Brasília, contra as medidas neoliberais, na luta pela terra e trabalho. Em 2000, a palavra de ordem do 4º Congresso nacional explicita esse papel e expressa

[78] O massacre de Corumbiara aconteceu em 8 de agosto de 1995 em uma fazenda que havia sido ocupara por mais de 500 famílias. Diante da resistência da reintegração de posse a polícia invade o acampamento e a ação violenta resulta na morte de 2 policiais e 9 sem-terra. Já o massacre de Eldorado dos Carajás foi resultado de uma ação violenta contra um acampamento realizado por um grupo de cerca de 3.500 famílias no Pará. Mais de 150 policiais armados cercaram o acampamento e o resultado foram 21 pessoas mortas e mais de 50 feridas.

esse enfrentamento: "*Por um Brasil sem latifúndio*", ilustrando a conjuntura agrária daquele momento. No mesmo ano, o movimento inicia a construção de um símbolo emblemático de sua luta, a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), espaço de formação política e militante, localizada na cidade de Guararema, interior de São Paulo. Uma experiência de construção coletiva, comunitária e solidária e símbolo que reafirma o compromisso do movimento com mais um de seus pilares, a educação popular.

Na intensificação dos conflitos no campo marcados pelo processo de desertificação neoliberal, o MST chega cada vez mais aos grandes centros urbanos, na articulação entre campo e cidade. Diante dos incessantes e sucessivos ataques, o movimento entende a necessidade de criar ainda mais estratégias de comunicação, entendendo esse campo como espaço de disputa e de informação. Para além do Jornal Sem Terra, estão presentes as experiência da Revista Sem Terra, Jornal Brasil de Fato, Editora Expressão Popular. A formação política e a disputa ideológica na construção da agitação e propaganda marcam também a capacidade de formar intelectuais orgânicos dentro do próprio movimento, bem como na articulação com intelectuais "parceiros" e outros movimentos produzir uma análise do movimento da luta de classes no Brasil que aprofunda sua compreensão e atuação.

Todos esses elementos constituem o fato de que o MST se apresenta no início do século XXI como o principal movimento consolidado com uma explícita atuação antineoliberal, à época, a radicalidade de seu enfrentamento se dava no combate direto à expressão desse projeto neoliberal levado adiante pelo governo de FHC.

Portanto, conforme definimos como objetivo no início dessa discussão, apresentamos até aqui como entendemos que o MST se constitui como continuidade na transformação das lutas históricas da América Latina, da luta pela terra no Brasil e como negação do neoliberalismo, apontando para os principais elementos que caracterizam essa definição. Nesse sentido, trouxemos o enfoque de análise justamente para o processo de emergência desse movimento enquanto tal.

> Cem anos depois da destruição de Canudos, os trabalhadores brasileiros dos campos e das cidades enfrentam ainda o problema mais relevante para se conseguir a modernização (e falamos em modernização social e não tecnológica) das relações quase coloniais da estrutura da sociedade brasileira: a reforma agrária. (MOURA, 2001, p. 145-146)

É evidente que, desde o período citado até os dias atuais, o movimento passou por transformações, por disputas, por diferentes estratégias como protagonista da luta de classes no Brasil. O neoliberalismo não acaba em 2002, entretanto, a partir da eleição de Lula no mesmo

ano e da onda progressista que se inicia na América Latina no período, temos um momento que se configura como estanque momentâneo da ofensiva e do aprofundamento do neoliberalismo no Brasil. A chegada de Lula e do Partido dos Trabalhadores ao poder reflete, dentre outras questões, o esgotamento da ofensiva do modelo neoliberal diante em seu projeto de 12 anos, somado a grande pressão popular por transformação durante o período, mas também se dá a partir da consolidação da inflexão pela conciliação petista indicada já há alguns anos pelo partido. No período dos governos petistas, as contradições seguem vigentes, a predominância do modelo agroexportador no campo e a resistência da agricultura familiar continuam a desenhar a situação no campo.

Entretanto, há de se reconhecer a inédita, real e fundamental construção de políticas públicas que produziram a promoção da agricultura familiar e da segurança alimentar, bem como o aumento das terras destinadas a assentamentos da reforma agrária. Os governos petistas foram capazes de promover políticas públicas que impactaram diretamente na melhoria da condição de vida de milhões de pessoas no campo e nas cidades. Destacamos a construção do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que se consolidou no objetivo de promover o acesso à alimentação e promoção da agricultura familiar na compra de alimentos, em algum momento dando destaque a produção agroecológica, e destinando esses a rede socioassistencial no combate direto à insegurança alimentar. O fortalecimento do papel do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), bem como a estruturação de políticas e programas nacionais de fortalecimento da agricultura familiar e do combate direto à insegurança alimentar como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) garantindo que, no mínimo, 30% da alimentação escolar viesse da agricultura familiar; como também ocorreu no fortalecimento das instâncias de participação social, no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Durante a gestão de Dilma Rousseff também se criaram e implementaram importantes marcos no mesmo sentido: o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), que teve como decorrência os Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), também ampliando os esforços na construção da alimentação saudável no país, seja pela atuação presente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou na criação específica do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara). Toda essa construção e esforço para a consolidação desse processo, fizeram com que o Brasil saísse do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2014 (MARTINS, 2022).

Entretanto, nesse mesmo período, o agronegócio também se fortaleceu ganhou (ainda) mais espaço e poder, avançando também sobre a agricultura familiar. As políticas de incentivo a esse modelo também se fizeram presentes durante os governos petistas, fortalecendo o modelo agroexportador de *commodities*. Os dados presentes no *Censo Agropecuário de 2017* (IBGE, 2019), apontam esse avanço do agronegócio sobre a agricultura familiar.

Nesse período, mais uma vez, por meio da palavra de ordem do 5º Congresso Nacional do movimento realizado em 2007, "*Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular*", é possível compreender os objetivos do movimento enquanto organização coletiva dados nas reais necessidades da sociedade brasileira naquele momento, gestado nessas contradições. Nesse sentido, na construção do apoio crítico e da manutenção da autonomia enquanto pilar do movimento, o MST traça essa relação de participação, diálogo e tensão com os governos petistas e assim segue sendo, um apoio autônomo. As palavras representam o compromisso com a construção de um projeto popular para o Brasil, que deve passar pela Reforma Agrária como alternativa real no enfrentamento das questões sociais brasileiras.

Mas é a partir dos debates do 6º Congresso Nacional que o movimento traz uma reflexão que pauta sua estratégia e construção até hoje: "*Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!"*. A partir disso, a necessidade da luta por reforma agrária implica em adjetivá-la, portanto, deve ser uma *Reforma Agrária Popular*, uma necessidade da sociedade brasileira e não somente dos sem-terra ou do campesinato brasileiro. É nessa construção que outro pilar se apresenta como elemento essencial, o projeto agrário do MST para o Brasil passa também por outra forma de organizar a produção, a matriz *agroecológica*[79]. Uma bandeira fundamental para o MST a partir desse momento, tendo na agroecologia um princípio e um horizonte, na produção de alimentos saudáveis sem a utilização de agrotóxicos, uma outra relação entre seres humanos e natureza.

O programa de uma Reforma Agrária Popular passa pela democratização do acesso à terra, pela transformação da estrutura agrária brasileira, mas não somente isso, deve estar pautada na afirmação de uma outra forma de organizar o trabalho e a produção, a própria relação dos seres humanos com o meio ambiente, a qual possa gerar alimentos saudáveis para a população brasileira. Além disso, para que a população do campo possa ficar no campo pela garantia de condições dignas de vida e de trabalho, é preciso construir novos modelos de

[79] A agroecologia é uma forma de manejo dos sistemas naturais, uma forma sustentável de agricultura que não tenha um caráter destrutivo, ou seja, uma maneira de produzir alimentos e a vida sem degradar e esgotar o ecossistema, partindo de uma outra concepção de relação entre ser humano e natureza. Uma agricultura que esteja em prol de matar a fome no presente e de garantir que os nossos descendentes também tenham essa oportunidade pela proteção e preservação dos solos, das águas e do ar. Para aprofundar a questão recomendamos a obra de *Ana Maria Primavesi.*

cooperação agrícola e de agroindustrialização a partir da perspectiva agroecológica. É também a partir dessa perspectiva que se dá a continuidade do embate entre dois projetos para o campo, um representado pelo MST e a reforma agrária popular, o outro, que se presente, agora, com uma nova roupagem, um novo-velho jeito de vender a imagem da "modernização" do campo, do monopólio da terra para os lucros infinitos, do caráter agroexportador: o assim chamado *agronegócio*. Nesse sentido, entendemos que esse é o grande embate colocado hoje na sociedade brasileira, o grande palco da luta de classes e as duas possibilidades de seu tempo para a construção de um ou outro projeto de Brasil em tempos de desertificação neoliberal.

Esse embate fica explícito a partir da inflexão iniciada durante o golpe de 2016, inaugurada por Temer e aprofundada pelo governo Bolsonaro, conforme apresentamos, promovendo a destruição das políticas públicas gestadas nos governos anteriores e promovendo ainda mais o crescimento do agronegócio sobre a agricultura familiar. Do ponto de vista da guerra ideológica travada tendo como cenário a questão agrária se intensificam os ataques ao MST, na tentativa de desmoralização e utilização dos aparelhos do Estado para a repressão e perseguição do movimento, esse como parte do projeto neofascista bolsonarista de eliminação do *inimigo*.

Mesmo com o retorno de Lula à presidência em 2023 (contando com o apoio do MST), a realização de mais uma CPI contra o MST no primeiro ano de mandato, é também resquício e continuidade desse processo como tentativa de desmoralização do movimento e do próprio governo. Nesse sentido, expõe as armas do *bolsonarismo*, como expressão da velha oligarquia agrária e instrumento de parte da burguesia brasileira, como estratégia de continuidade do fortalecimento do agronegócio e seu projeto de dependência e morte para o Brasil.

Em contraste, a presença do MST com a nova estratégia simbolizada na massificação do uso de seu boné como forma simbólica de apoio ao movimento, representa também uma das respostas a esses ataques e a continuidade do apoio popular como essência e necessidade de construção do movimento. Além disso, o papel do MST durante a pandemia de COVID-19 na doação de mais de 7 mil toneladas de alimentos para além de combater a fome também se coloca como afirmação de um outro projeto, o qual tem impactos sobre a sociedade brasileira. Portanto, seja pela presença do boné do MST nas cabeças das camadas médias da sociedade brasileira, pelo sucesso da *IV Feira Nacional Da Reforma Agrária*, na atuação direta do movimento na pandemia ou pelos constantes eventos de apoio aos assentamentos e acampamentos em momentos de ataques, o MST segue construindo o movimento com o apoio popular e se construindo a partir dele.

Hoje, no ano de 2023, o MST está organizado em 24 estados do Brasil e, ao longo de sua trajetória, já são mais de 450 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta pela reforma agrária. Segundo o movimento, cerca de 100 mil famílias também estão em luta, acampadas, na busca pela conquista da terra. Além disso, o MST é protagonista na produção de alimentos na América Latinam, um exemplo, é o fato de o movimento ser o maior produtor de arroz orgânico da região.

O que permite a continuidade desse enfrentamento e o crescimento tanto do movimento é sua potência de organização, dada na sua organicidade específica, constituída historicamente desde a sua formação e transformada ao longo de seu processo, mantendo sempre seu caráter autonomista, descentralizado e enraizado nos territórios. Destacaremos essa estrutura de organização que também é fruto do aprendizado histórico da classe trabalhadora e dos movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária. As formas em que estão presentes as expressões organizativas do movimento são fruto de sua história, das necessidades e da práxis de quem o constrói, seus militantes. Portanto, essa forma de se organizar vai surgindo desde a espontaneidade dos movimentos pré 1984 até as práticas realizadas nos territórios dos assentamentos e acampamentos que constroem a organização do próprio movimento. A organização e a organicidade partem do chão, da terra e da luta por essa, da prática cotidiana de seus militantes que vão organizando o movimento.

A partir disso, a entrada na militância organizada, o processo de tornar-se um sem-terra vinculado a luta do MST se inicia a partir do momento em que se gesta uma ocupação, realização de trabalhos de base, conformação dos acampamentos, manifestações, nas quais estão organizadas as Frentes de Massa. É um setor que promove a travessia das pessoas de fora para dentro do MST.

A práxis do movimento se constitui também nas suas formas históricas de ação direta, formas de luta que se dão na ação concreta de seus militantes para atingir seus objetivos, desenvolvendo sua tática a partir de métodos criativos de pressão social.

A ocupação é a forma de luta mais importante, a partir dela se iniciam também as outras formas de luta e resistência. É a forma de pressão e de buscar visibilidade para o não cumprimento da lei e na construção da reforma agrária, a ocupação é também uma estratégia de gerar um fato político. A partir da organização prévia, famílias identificam algum local para ocupar, seja ele em terras improdutivas que não estão cumprindo a sua função social determinada pela Constituição ou em outros locais estratégicos, por exemplo, bancos ou prédios públicos. A decisão de ocupar uma terra parte sempre das famílias em luta e está posta em uma

condição que une três fatores: a identificação de terras que não cumprem a sua função social, terras improdutivas, a existência de famílias que não tem acesso à terra e a capacidade organizativa dessas famílias de reivindicar esse direito.

Os acampamentos são uma expressão inicial dessa luta, que podem ser provisórios ou permanentes, em terras cedidas pelo governo, rodovias, bancos ou próximo a área em que foi decretada uma reintegração de posse, por exemplo. Os acampamentos se constroem a partir da afirmação da necessidade de resistência. Os provisórios podem ter como objetivo chamar a atenção das autoridades, apresentar reivindicações, traçar encaminhamentos para uma luta, já os permanentes só se desfaz com o assentamento da terra para os assentados, em cuja estrutura já se promovem diversas atividades formativas, saúde, alimentação, entre outras. As marchas pelas rodovias, as manifestações nas grandes cidades, bem como a realização ou participação em diferentes atos políticos também constituem as formas de luta do movimento. As vigílias também são formas de manifestação massiva, demonstração de força coletiva e de apoio da sociedade em ato simbólico na luta pela terra, pela resistência em algum acampamento ou assentamento.

O MST se constitui também pela necessidade da sua organização em frentes na construção do próprio movimento. Em todas as instâncias de organização e representação, o movimento se organiza por meio de frentes, as quais podem estar presentes nos assentamentos, acampamentos, organização local, regional, estadual ou a nível nacional. Como pilares do movimento, exemplos que vão se constituindo desde o início do movimento são as frentes de formação, e as frentes de produção, além disso, setores como de saúde, gênero, comunicação, educação, juventude entre outros vão também surgindo a partir das necessidades internas do movimento.

As diferentes instâncias de representação também foram se constituindo desde o início do movimento e suas expressões se conformam a nível local, regional, estadual e nacional. Nesse sentido, estão presentes instâncias de representação nos grupos de base, na representação da coordenação dos próprios assentamentos e acampamentos, coordenações regionais, direções estaduais e nacional, em que as pessoas que ocupam esses espaços são eleitas nas assembleias e Encontros a nível estadual e nacional. A partir disso, traremos o enfoque da análise encaminhado essa para a alternativa de organização em questão, enquanto expressão organizativa e constitutiva do próprio MST.

Conforme destacamos anteriormente, a luta do MST no estado de São Paulo se inicia a partir de diversas ocupações e consolidação de alguns assentamentos a partir da década de 1980.

Entretanto, é a partir da década de 1990 que o movimento se torna cada vez mais visível no estado, principalmente pela luta histórica travada no Pontal do Paranapanema. O surgimento e a formação do MST no Estado de São Paulo está diretamente relacionado a essas lutas. Durante toda a década de 1990, enormes mobilizações e ocupações ocorreram na região do Pontal e em outras cidades do Estado, dando força ao movimento e constituindo sua organização. Além disso, junto a participação ativa da igreja católica pela prática política pastoral, sobretudo nos centros urbanos e vinculada aos movimentos sociais se consolida a fundação da Regional Grande São Paulo. A regional se constitui a partir das especificidades de sua territorialidade, a qual se conforma pela construção das comunas da terra, uma forma de assentamento e acampamento que se desenha também para essa especificidade de experiências próximas aos centros urbanos. Hoje, é composta por três experiências de comunas da terra, todas levam nomes de aliados históricos e formadores dos movimentos sociais vinculados a tradição da igreja católica, os assentamentos Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduíno e o acampamento Comuna da Terra Irmã Alberta[80]. É a partir desses territórios e de suas necessidades que surge a Cooperativa Terra e Liberdade.

As comunas da terra são um espaço de organização da luta pela terra e da reforma agrária que se consolidam como uma nova forma de assentamento e acampamento, pensada e colocada em prática a partir de 2001, com características específicas postas nas proximidades dos centros urbanos. Dessa forma, se constituem como alternativa de organização de trabalho e da própria vida, como economia camponesa, que visa possibilitar o acesso à terra nas franjas dos centros urbanos. É uma possibilidade de organização, de moradia, de geração de renda para as populações que viviam no campo e que forçadamente migraram para esses centros. É uma proposta de retorno real e simbólico a vida no campo. Portanto, as comunas podem ser assentamentos ou acampamentos localizados nas franjas urbanas das grandes cidades, se constituindo como uma mediação importante na relação campo-cidade, pois visam atender às necessidades dessas pessoas por meio do acesso à terra e da produção de alimentos nesses territórios.

As terras destinadas as comunas são menores do aquelas dos assentamentos rurais em que lotes das famílias são menores, sendo em média de 2 a 5 hectares. Por isso, a sua produção de alimentos tem uma ênfase na produção própria que é voltada majoritariamente para

[80] O assentamento e o acampamento marcam diferentes momentos da luta pela terra. O assentamento se caracteriza quando a terra já foi conquistada, ou seja, um determinado espaço reivindicado que já foi destinado à reforma agrária, terras que foram legalmente destinadas às famílias. Por outro lado, outro momento da luta se caracteriza na transição desse processo, na formação de um acampamento, que se constitui a partir uma ocupação das terras em vistas a pressionar os governos para que aquela terra seja destinada à reforma agrária.

atividades hortifrutigranjeiras. Essa é uma característica devido a sua localização na proximidade dos centros urbanos que encarece muito o valor da terra, mas também permite o assentamento de mais famílias em lotes menores.

Além disso, o principal objetivo das comunas da terra é aproximar a reforma agrária da reforma urbana, as duas formas de luta, buscando uma integração entre a produção de alimentos saudáveis e a vida nas cidades. O diferencial dessa proposta que surge a partir das necessidades específicas de seus territórios é que a produção de alimentos para autoconsumo está muito presente, mas também se dá no potencial pela proximidade dos centros urbanos no estabelecimento de um comércio direto da produção excedente ou pela conformação de pequenas agroindústrias que possam fomentar a produção de alimentos para o abastecimento das cidades.

Portanto, as comunas são um modelo de comunidade fruto da luta pela terra e pela subsistência na difícil realidade das maiorias populares nos centros urbanos, visa garantir o acesso à terra, moradia, alimentação saudável e a geração de renda, seja pela capacidade de produção de alimentos para autoconsumo ou para sua comercialização, aproveitando a proximidade dos centros urbanos para baratear o custo dos alimentos, produtos e o acesso a esses. A conformação de uma comunidade se dá também na produção de um espaço de sociabilidade que promove nesses assentamentos ou acampamentos formas de relação comunitárias e solidárias para a organização da própria vida nos territórios a partir dos pilares de constituição do movimento. A matriz agroecológica é fundamental nas comunas, reafirmando o compromisso com essa perspectiva de organização da vida nesses espaços.

Em São Paulo, as comunas incorporam elementos dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), processos de produção nessas áreas atrelados às práticas agroecológicas, as quais remontam lutas históricas. A Comuna da Terra Irmã Alberta tem diversas iniciativas a partir da matriz agroecológica da preservação e proteção do seu espaço. Por isso, essas comunas representam também uma luta pela retomada e manutenção do cinturão verde em São Paulo, buscando preservar áreas agrícolas próximas às cidades em meio à expansão urbana.

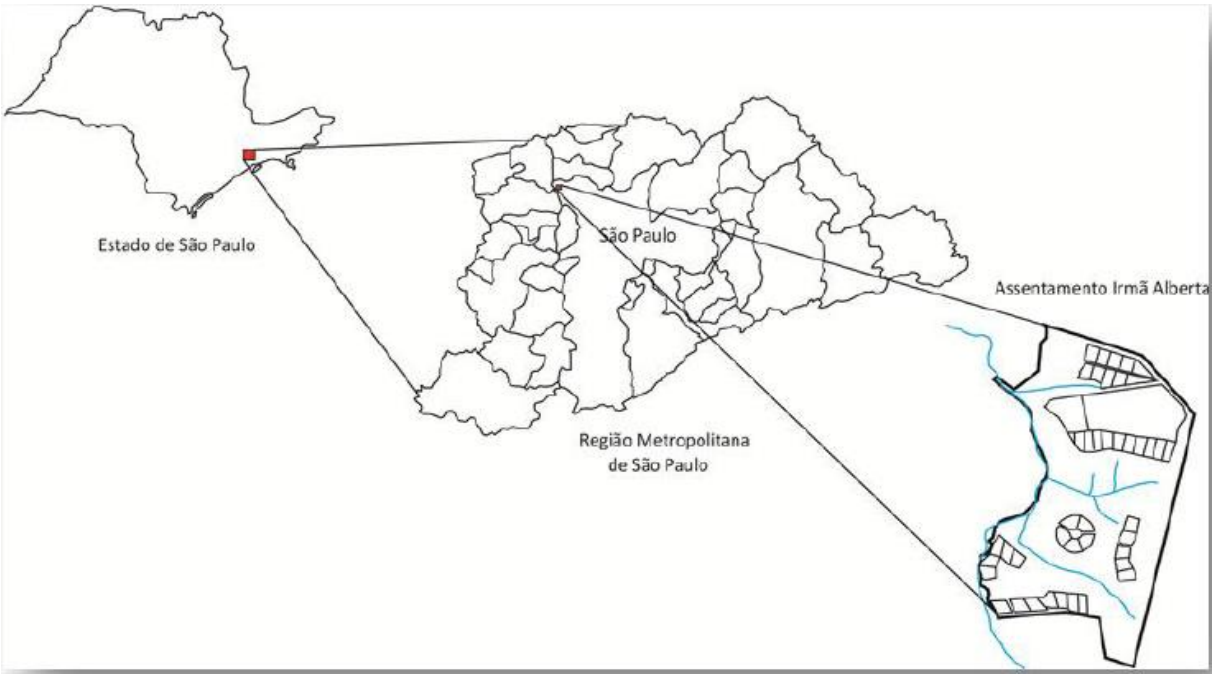
As comunas desempenham um papel significativo na construção de uma luta estrutural e na emergência de novos sujeitos políticos das mais variadas maneiras. Em síntese, a partir das especificidades das necessidades desses territórios a ideia por trás das comunas é imaginar outro mundo possível e construí-lo, na conformação de uma comunidade que possa garantir o atendimento das necessidades humanas para uma população historicamente explorada e esquecida, que passa a se constituir em um exercício real de construção de uma sociabilidade

alternativa gestada nas contradições do modo de produção capitalista no Brasil de nossa época. Por isso, as comunas da terra se constituem a partir de outros marcos possíveis com o trabalho; a busca pela garantia de condições sociais básicas de vida; promover a propriedade social e compartilhada da terra; a cooperação e a solidariedade como pilares de sustentação das relações nos territórios e a reafirmação da perspectiva da agroecologia como orientação das práticas e relações na comuna.

> É essa característica aqui da comum da terra Irmã Alberta, como é da Grande São Paulo, característica urbana, porém com atividades em que a gente pode estar trabalhando a relação campo-cidade na proposta da comuna. E não é isso de ser um trabalho em que estão só os camponeses. No Irmã Alberta, estão os trabalhadores rurais e urbanos trabalhando em prol da questão socioambiental. E a Comuna tem essa proposta de fazer a mediação entre o campo e a cidade e as várias categorias de trabalho. De se encontrar aqui, encontrar o seu o significado aqui dentro. (Rosa)

A comuna da terra Irmã Alberta é uma dessas expressões organizativas que guarda essas especificidades, entretanto, para além disso, também possui mais camadas de especificidades as quais precisamos apresentar para compreender essa experiência. Essa comuna está localizada no bairro de Chácara Maria Trindade, distrito de Perus, região noroeste da cidade de São Paulo e seu território está na tríplice divisa entre os municípios de São Paulo, Cajamar e Santana de Parnaíba. Localizada à margem esquerda da rodovia Anhanguera no km 27, a comuna se encontra em uma área de preservação ambiental, territórios destinados a proteção e preservação do patrimônio ambiental por suas características.

Figura 2 – Localização da Comuna da Terra Irmã Alberta



Fonte: CARTUCCI, 2004.

Esse espaço foi ocupado há 21 anos, em uma luta que se inicia com cerca de quatro núcleos de dez famílias em julho de 2002. Essas famílias decidem ocupar o local pelo completo abandono da proprietária, a SABESP, e pelo fato de a área na época ser local de descarte irregular de resíduos e estar destinada a um futuro aterro sanitário. Com a mobilização dessas famílias junto aos moradores do território e na articulação feita junto à CPT, com a mediação da própria Irmã Alberta, reivindicou-se o terreno. Nesse sentido, é uma explicitação dos elementos reunidos que compõem o início de uma ocupação: uma terra que não cumpria sua função social porque era local de descarte irregular de resíduos, a existência de dezenas de famílias em busca de terra e melhores condições de vida e a capacidade organizativa a partir de diferentes atores. Além disso, nesse caso, soma-se a condição de consequências do desemprego estrutural da época e uma população de camponeses sem-terra que foram expulsos do campo e estavam nas cidades.

Por isso, já não cumprindo sua função social determinada pela Constituição e com o projeto de virar mais um aterro, essa terra poderia ser muito mais, poderia ser destinada a reforma agrária e para a consolidação de uma comuna da terra, para a produção de alimentos saudáveis e um novo capítulo na vida dessas pessoas. Foi então que as famílias se mobilizaram e decidiram ocupar o terreno.

> Essa área que estava sendo destinada a um aterro sanitário, que é da Sabesp, e o projeto era da prefeitura que ia jogar os dejetos dos rios poluídos aqui. Aí a gente falou, 'epa', não! Aí a gente sabia da área, com os recursos naturais que ainda tinham, muito embora estivesse muito impactado com o descarte de lixo, entulho, queimadas e criação de animais soltos. E aí a gente falou, não vai, a gente quer e vai reivindicar a área para assentamento, reforma agrária, produção de alimentos e cuidar e recuperar. (ROSA)

No dia 20 de julho de 2002 se funda a comuna da terra Irmã Alberta. Em tempos de desemprego estrutural e inchaço urbano é a partir da ocupação que se inicia um novo momento para aquele território e para aquelas famílias as quais, em um primeiro momento, realizam toda a limpeza do local para poderem dar vida a ele, para iniciar a produção de alimentos e fazer daquele uma verdadeira comunidade.

> [...] tinha um índice muito alto de desemprego. Aqueles desempregados, aquelas pessoas que estavam ali nos bairros próximos de Franco da Rocha, Francisco Morato, Perus, todos esses lugares de áreas de risco, pessoas que estavam desempregadas, também foram para esse trabalho de base, para acessar e que poderiam vir para a luta sim. Não é fácil, você não pode oferecer a Terra, você não tem a Terra. É uma luta para conquistar, mas a gente oferecia a luta. Aí a gente dizia pra eles da cidade, em situação de rua e das encostas, que não queriam ir para o eixo do campo, muito longe, 400, 500 quilômetros. Mas aqui eles vinham, o módulo de terra é pequeno, mas dá

> para a gente tirar o sustento, porque aqui nós estamos num lugar próximo das duas maiores rodovias de São Paulo. (ROSA)

A fala de Rosa ilustra esse momento inicial da luta, sendo que essa ainda segue vigente e pulsante para a continuidade da comuna. Diferentemente das outras duas comunas da grande São Paulo, o Irmã Alberta segue 21 anos na luta pela conquista da terra, sendo ainda um acampamento. Essa questão é uma das especificidades que determina as dificuldades presentes nessa condição, além disso, o fato de estar no município de São Paulo, ser propriedade da SABESP (uma empresa de capital misto) e esse terreno ser de alto valor, são outras questões importantes que dificultam o processo de destinação da área para a reforma agrária.

Além disso, na condição de acampamento o não acesso à água e à luz é outra condição de dificuldade imposta, bem como a sua inserção no contexto de dificuldades e complexidades da vida nas periferias dos centros urbanos. Outras dificuldades presentes na comuna que também se dão pela condição de ser um acampamento é a redução ou a falta de acesso a políticas públicas em comparação a condição presente nos assentamentos, por exemplo, que vai desde o acesso a serviços públicos básicos de infraestrutura até a impossibilidade de participar de algumas políticas de agricultura familiar e geração de renda. A comuna não entrava nos contratos com o poder público, CONAB, PAA, PNAE, etc. Por isso também muitos se sustentavam com bicos na cidade ou majoritariamente, em um primeiro momento, essas famílias foram ali se estabelecendo pela consolidação da plantação de alimentos para autoconsumo ou comercialização local no bairro.

Outra especificidade da comuna é a característica de sua população composta por pessoas com idade avançada comparada a outras experiências, em que a faixa média de idade gira em torno dos 60 anos, o que coloca também questões para esses trabalhadores e trabalhadoras, alguns, inclusive, já aposentados. Hoje, são 50 famílias dentro da organicidade, mas nem todas as famílias têm a mesma participação na produção de alimentos. Podemos estabelecer esses grupos de famílias: não produzem por diversos motivos; produzem para autoconsumo somado a outra atividade de renda principal (geralmente trabalhos informais); produzem alimentos que destinam para a venda mas variam no diálogo com a comercialização realizada pela cooperativa e, por fim, alguns produtores têm o seu mercado direto estabelecido.

Entretanto, apesar das dificuldades constantes, desde 2002, a luta e a resistência no território foram se dando por meio da organização coletiva dessas famílias, pela ativa construção da preservação e proteção do meio ambiente que o constitui. Desde a ocupação, foram descobertas 10 nascentes existentes no espaço ocupado pela comuna, informação que só

foi desvelada pelo trabalho do movimento que a partir dessa descoberta passou a desenvolver ações para a ativa proteção dessas, na revitalização das nascentes e na manutenção do cuidado com o aquífero subterrâneo ali presente. A recuperação da floresta da região ao longo de mais de 20 anos de luta é reconhecida, um dos projetos em curso é o da criação de um viveiro de mudas e plantação de árvores nativas. Além disso, o projeto do MST "*Plantar árvores, produzir alimentos saudáveis*" que pretende plantar 100 milhões de árvores no Brasil até 2030, tem sua presença na comuna também.

A agroecologia é pilar fundamental nessa construção em que a produção de alimentos, realizada nos lotes individuais e em áreas comuns compartilhadas, segue a matriz agroecológica. Essa característica está presente desde o início da comuna pela condição do território e experiência dos acampados, mas também fomentada pela organicidade do movimento que promove constantemente processos de formação para seus militantes sobre agroecologia, produção de alimentos sem agrotóxicos, *sem veneno* como dizem todos os militantes.

Essa é uma das características que apontam para a própria construção e produção coletiva do território da comuna em que a preservação do meio ambiente é um compromisso coletivo das pessoas que ali vivem, seja nos manejos das plantações em seus lotes ou seja na responsabilidade coletiva desse cuidado do que é comum e necessário a todos. Nesse sentido, esse é também uma perspectiva ético-política de construção das relações na comuna e se materializa em relações solidárias e de respeito ao território comum e a tudo que o compõe.

> Sim, o trabalho ele vai abranger toda a sociedade, porque não é um trabalho que vai só resolver o problema das famílias da Comuna, vai resolver um problema da sociedade, porque revitalizar nove nascentes e fazer uma recuperação ambiental com um canteiro de mudas que está sendo instalado. Aí você não está trabalhando para a sociedade. Você está trabalhando para a sociedade como um todo, junto, e isso é o que é Comuna da Terra na veia acontecendo de fato.[...] Hoje nós fizemos um mutirão de plantio de frutíferas, de ornamentais, de nativas, mas também teve outro estávamos cuidando das lindeiras, dos aceiros para não ter queimadas, para o meio ambiente não sofrer mais aqui, ou outro dia nós fomos estudar um tema muito interessante que é bom para todo mundo. Então isso é comuna, não dá para abrir mão. (ROSA)

Conforme exposto, a construção coletiva da comuna e do território está presente também em outras iniciativas, as quais expressam esse caráter comunitário e de construção de processos que refletem o movimento, bem como as necessidades dos territórios as quais vão também para além da produção de alimentos. Nesse sentido, a presença de um teatro popular, *Território Cultural Okaracy*, a realização de vivências voltadas a promoção da agroecologia ou de mutirões na comuna são possíveis exemplos que ilustram esse processo de construção

Os processos organizativos da vida coletiva são feitos por seus militantes, moradores e construtores da comuna, em que as assembleias são a instância de decisão coletiva. Nesse sentido, ali também se conformam seus setores que se responsabilizam por tarefas específicas para o coletivo que foram se formando a partir das demandas da vida nesse espaço. Nessas instâncias de organização do território, se destaca o protagonismo feminino, em que as mulheres da comuna tomam a frente da coordenação e organização dos processos. O protagonismo feminino na construção da comuna é destaque e visivelmente presente.

A produção de alimentos é pilar fundamental da comuna, uma das suas razões de ser, seja pelas relações de trabalho ali estabelecidas, na cooperação, na solidariedade, na relação com a cooperativa ou com o território em seu entorno. Para além de conformar uma relação de autonomia por meio da produção de alimentos, essa atividade, esse trabalho, também permite a geração de renda para aqueles que tem as condições de levar adiante a produção. Essas são duas maneiras pelas quais a conformação dessas alternativas são um exemplo de combate à fome e de promoção de segurança alimentar nesse território. Entretanto, a partir da matriz agroecológica, a produção de alimentos e a relação presente na comuna entre seres humanos e o meio ambiente constituem não somente a promoção da segurança alimentar, mas também a construção de uma alimentação saudável e *sem veneno* em que os próprios alimentos são produzidos de forma verdadeiramente sustentável.

Todos esses elementos compõem a especificidade da Comuna da Terra Irmã Alberta, uma expressão organizativa do MST dada nas condições históricas de seu território, uma continuidade da luta que segue pulsante há mais de 20 anos na busca pela conquista da terra e por autonomia, tendo como horizonte a soberania alimentar e a construção de poder popular. Nesse sentido, propondo não somente uma outra relação com o trabalho, mas também outras relações entre seres humanos e com a natureza, em que a cooperação e a solidariedade compõem o sentido dessas outras formas de se relacionar. Essas relações também se encontram na potência de construção da organicidade do movimento e vão compondo formas de organização do território, da produção, em última instância, da vida.

Portanto, vão surgindo necessidades no desenrolar das relações e da vida na comuna, para as quais vão se produzindo respostas coletivas junto ao movimento. Conforme dito, em um primeiro momento, dadas as suas especificidades na comuna, a produção de alimentos era muito voltada para autoconsumo e comercialização local, mas isso vai mudando ao longo do tempo e se consolidando de outra maneira, principalmente a partir do surgimento da Cooperativa Terra e Liberdade, uma iniciativa que surge a partir da necessidade das comunas

da grande São Paulo em tempos de aprofundamento neoliberal e destruição das políticas públicas no Brasil. A Cooperativa Terra e Liberdade, nasce da necessidade das comunas e se constitui na organicidade.

O sucateamento de políticas públicas como o PAA e o PNAE geram decréscimo significativo de compra de alimentos da agricultura familiar e agroecológica. A partir disso, era preciso pensar alternativas para que essas famílias pudessem seguir produzindo e tendo condições de gerar renda a partir da sua produção de alimentos. A cooperativa surge dessa necessidade e da potência da construção de mercados alternativos também gestados pelo MST.

> A cooperativa Terra e Liberdade é uma ferramenta de comercialização da produção da regional grande SP, do MST. [...] É um braço do setor de produção que surge no período do golpe a partir do impeachment da Dilma. Em seguida com o Temer é praticamente o fim das políticas públicas de compra da agricultura familiar, PAA, PNAE e outros. De 2016 a 2018 tem uma queda muito grande do PAA. Praticamente acabaram os contratos em São Paulo. [...] Então, com a queda das políticas públicas e também com o surgimento da primeira feira nacional da reforma agrária, do armazém do campo de São Paulo, o primeiro no Brasil [...] fomos começando a pensar processos e a construir um tipo de mercado direto para fazer frente a essa situação de queda de políticas públicas e também a partir do surgimento desses mercados alternativos. (CARLOS)

Portanto, desde 2016, a cooperativa vai se constituindo como uma potência de mediação entre a produção de alimentos nas comunas e o consumo direto, buscando articular a complexidade da produção na realidade desses territórios com a complexidade de construir espaços de consumo nas cidades. A cooperativa é um instrumento estratégico que emerge da necessidade e se conforma na potência de organização do movimento. Entretanto, a cooperativa vai se consolidando e tem um salto significativo em 2020 a partir do início da pandemia de COVID-19. A articulação já feita se soma a um isolamento produtivo como resposta as condições da pandemia, bem como a necessidade de consumo das pessoas em isolamento também. A partir disso, é preciso destacar a especificidade desse "consumo", porque também se faz a partir de outras relações, a partir de ideia de um *consumo militante*. A construção dos grupos de consumo, pessoas de diferentes partes de São Paulo conformam grupos de compra desses alimentos, como forma conscientemente orientada de contribuir com o movimento, com a reforma agrária popular e acessar alimentos saudáveis. Essa estrutura de consumo é uma das formas que viabilizam esse tipo de produção. Portanto, a formação da cooperativa se dá na sua inserção contraditória na realidade.

A própria escolha política da forma cooperativa expressa essa intencionalidade e a construção de outras relações de produção, distribuição e consumo, bem como dialogam com a construção histórica da cooperação e do cooperativismo como pilares do movimento. A

cooperação está presente na forma de organização da produção, como divisão social do trabalho nos assentamentos e acampamentos, entretanto, vai além disso, porque se constitui como princípio ético-político do movimento, um instrumento pedagógico e de organização das relações nos territórios. Uma das expressões organizativas no âmbito econômico e social se dá na conformação das cooperativas, como estratégia de inserção contraditória nas relações de produção tal qual definidas em nossa sociedade. A cooperação e as cooperativas conformadas como expressões da organização diante das necessidades dos territórios são uma escolha política a partir de seus princípios e que apontam para um horizonte.

Nas complexidades e potências a cooperativa Terra e Liberdade se consolida como um instrumento de mediação do setor de produção, cooperação e meio ambiente da Regional Grande São Paulo e, nesse sentido, nos parece muito simbólico e expressivo que essas três palavras estejam juntas na definição que nomeia esse setor. Do ponto de vista organizativo da cooperativa, hoje, essa é composta por 5 pessoas que atuam de forma mais ativa e presente, entretanto, se somam a essa construção de forma solidária alguns aliados a partir da conformação das relações com os territórios, grupos de consumo, universidade e outros militantes que vão construindo essas relações também. A cooperativa é um instrumento importante que compõe e contribui para a construção da Regional Grande São Paulo, tendo como objetivo seu fortalecimento econômico e de organização política na produção de autonomia para a construção da luta em suas regiões.

O trabalho da cooperativa se desenvolve por meio dos objetivos que se dão nessa inserção contraditória em que se pautam na mediação da produção, distribuição e consumo com foco na geração de renda para as famílias assentadas e acampadas. Outros objetivos que vem sendo traçados se dão pela potencialização do trabalho de base na formação política e fortalecimento da agroecologia, utilização de bioinsumos, da contribuição na melhoria das condições de trabalho e da qualidade dos produtos. Além disso, se apresentam na articulação com outros movimentos sociais e dos territórios, na construção da organicidade e organização política. A cooperativa assume essa função de ferramenta para geração de renda, mas também de traçar relações para formação política porque são nessas relações entre a militância que se constituem os laços, os afetos e as complexidades de construir essas alternativas, seja na organização da produção, no trabalho de base ou nas trocas cotidianas.

A atuação prática da cooperativa no trabalho militante de seus integrantes que promovem essa mediação se concretiza na realização de entregas semanais para os grupos de consumo em diferentes bairros de São Paulo, bem como na gestão da logística de entregas que

são feitas em outros locais da cidade em pontos estratégicos de estabelecimentos aliados. A composição de *cestas agroecológicas*, com diversidade de alimentos saudáveis compõe o seu produto. *Os grupos de consumo* contribuem com o processo na sua organização e divisão de algumas tarefas. Esses grupos se estabelecem na relação com os territórios, associações, movimentos sociais ou por meio das feiras agroecológicas. Também são realizadas entregas de alimentos com menos frequência em pontos de venda solidária, restaurantes, assim como outros grupos de consumo fora de São Paulo ligado a partidos políticos. Outra atuação da cooperativa é na participação em feiras agroecológicas diversas.

Além disso, como exercício da solidariedade, da articulação política e princípio do movimento, a cooperativa realiza toda semana entregas em Cozinhas Solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), bem como em comunidades da região da Vila Mariana por meio da articulação com o seu grupo de consumo, que subsidia os alimentos que serão entregues; são realizadas doações para a comunidade guarani no Jaraguá e na articulação com outros movimentos, por exemplo, no trabalho realizado pelo *Padre Júlio Lancelotti* com moradores em situação de rua na região central de São Paulo; como também são destinados alimentos às comunidades da zona norte.

É justamente nessa potência de mediação e organização que a cooperativa e a comuna se constituem como uma possibilidade de enfrentamento à insegurança alimentar e à fome nos territórios, dada no seu trabalho que é localizado e focal, mas que à sua maneira contribui em determinados territórios para esse enfrentamento, assim como promove o acesso a alimentos saudáveis. Nesse sentido, o combate à fome e à insegurança alimentar se dá também na afirmação do projeto político do próprio movimento, que não se restringe ao acesso ao alimento saudável, mas também se dá pela politização do próprio processo. O MST foi o grande protagonista do combate à fome durante a pandemia de COVID-19 no Brasil e se afirmou como o grande contraponto ao projeto de fome e de morte em vigência. Por meio da doação de milhares de toneladas de alimentos, bem como do trabalho militante e voluntário de muitas pessoas, a cooperativa e a comuna da terra Irmã Alberta fizeram parte desse processo, contribuindo à sua maneira para que o alimento chegasse a quem precisava, seja pela entrega dos alimentos a preço de custo, pela participação em iniciativas de outras organizações e movimentos. Durante todo o ano de 2020 e 2021 semanalmente contribuíam para isso.

Na prática, a atuação da cooperativa e da comuna também aponta para esse objetivo como central em sua constituição na promoção da produção de autonomia na reprodução social das famílias. O combate se dá tanto nos territórios das comunas na produção de alimentos para

autoconsumo das famílias, na própria cooperação entre os assentados e acampados, na troca ou compra de alimentos entre eles, mas também na comercialização de alimentos pela cooperativa ou por outros meios. Além disso, o combate se dá também a partir dessas articulações solidárias, o que para os próprios acampados também compõe outro sentido para o processo.

> Mas, por exemplo, comida, eu não compro. Não só aqui em casa, não tem açúcar porque eu não gosto. Então o meu feijão eu estou comendo. O feijão ali ainda foi da minha horta. Feijão seco eu tenho do feijão andu congelado, tem uma fava seca que eu guardei as sementes e as verduras. Agora eu estou na horta, mas eu comprei aqui dentro mandioca, batata, tudo da roça, tudo do pessoal da comuna. Como eu tenho as mandiocas, eu tiro a minha para comer as batatas, tiro milho. Para fazer cuscuz, eu faço com milho seco, ralo ele e ponho de molho. Aí eu faço meu cuscuz com coco, que é ótimo, e quero plantar arroz este ano. (CAMÉLIA)

> Ampliar a produção, produzir mais, incentivar outros a produzirem também pra gente ter um volume de alimento que, se tiver que matar a fome do entorno do local ou matar a fome das pessoas que vivem no grande centro. A gente tem que ter a consciência de quando ampliando essa produção a gente vem escoar de forma que a gente receba por aquilo que a gente produziu a preços populares, sem atravessadores, que a gente consiga botar a preços acessíveis lá onde vai ser distribuídos, né? Então tem também uma ação solidária, que é nossa e que a nossa produção, ela faça parte dessa ação. (UBIRATAN)

Essa construção também se dá no avançar dos objetivos de baratear os custos da produção, distribuição e consumo para que esses alimentos se tornem cada vez mais acessíveis e cheguem de alguma maneira às pessoas em condição de insegurança alimentar, tendo a solidariedade como pilar do processo, seja pelas condições de realizar doações de alimentos, mas sobretudo torná-los acessíveis para que mais pessoas possam consumir esse a preços baixos.

O combate à fome também se apresenta como embate político, em seu papel pedagógico e de construção que vai para além da fundamental ação direta, imediata e localizada. Esse embate se configura também nas formas de organização que se expressam nas alternativas aqui apresentadas, como construção da organização e de um horizonte político de transformação. A luta pela reforma agrária representada no projeto político do MST é um efetivo combate à fome. A busca por promover processos que possam de alguma maneira desmercantilizar algumas relações presentes na cadeia produtiva de alimentos também se apresentam como tal enfrentamento. Além disso, está presente o reconhecimento de que o combate à fome deve ser muito maior do que essas ações, devem constituir um projeto de transformação mais profundo, tanto pela construção da Reforma Agrária Popular, quanto em um projeto de vida para o país, na organização da classe trabalhadora e na união entre campo e cidade.

> E em combate à fome, em primeiro lugar, não é pegar e dar alimento, é sim, é também, o emergencial é fazer isso, mas é politizar esse processo, porque sem povo organizado a fome volta. Enquanto o alimento for mercadoria, é tentar construir as condições para desmercantilizar o alimento. E uma política pública é um passo fundamental, mas uma política pública que permita a organização popular de o que a gente tem enquanto cooperativa, MST da grande São Paulo, experiência contribuído, que é o que o MST estadual está pautando. (CARLOS)

> E, além disso, todo o papel que você faz, que é pedagógico e além de concreto quanto à alimentação, serão colhidos, direcionados, mas que é pautar a verdadeira forma de resolver o problema da fome, que é distribuindo terra e fazendo reforma agrária, que é redirecionando todo um conjunto de incentivos fiscais tributários que vão para o grande produtor para o pequeno produtor, pra ele conseguir produzir o alimento saudável gastando menos, [...] e também de possibilitar que esse alimento não seja encontrado só nos mercados, mas também nos sacolões populares, iniciativas do poder público, porque o MST acerta ao demandar algumas coisas, porque não é tudo que a classe trabalhadora sozinha, no processo autogestionário vai ser capaz de resolver. A gente precisa ter atuação forte do Estado para possibilitar isso. (UBIRATAN)

Essas outras relações gestadas a partir das contradições de seu tempo também passam a constituir novos sentidos para essas pessoas na relação com o trabalho, com a organização da vida, com sua história de vida e de luta. É nesse ponto que desenvolvermos por meio de categorias de análise a continuidade do processo de compreensão das dimensões subjetivas da realidade que constituem e são constituídas nessas alternativas de organização do trabalho.

A criação das categorias de nos permite explorar de forma mais profunda as experiências das pessoas envolvidas na construção dessa alternativa e a forma como significam essas. Podemos entender como aqueles que estão diretamente envolvidos nesse processo vivenciam e significam esse processo, continuando a construí-lo e se constituir nele ao longo do tempo. Essa análise é crucial, pois é também por meio dela que compreenderemos novos elementos presentes na constituição dessa alternativa, nos sentidos que emergem com esses sujeitos políticos na forma como vão constantemente significando e construindo esse processo.

Na construção da compreensão dessa alternativa, desenvolvemos três categorias de análise, possivelmente algumas delas contendo subcategorias que representam os elementos constituintes essenciais dessas categorias. Esses elementos formam a própria complexidade das categorias de análise. A organização das categorias de análise foi feita da seguinte forma: I. *A constituição do sujeito político*: *das vivências da desigualdade à luta como transformação,* sendo constituída por a) *As vivências da desigualdade: as sementes da luta* b) *O encontro com o MST: o florescer do sujeito político* c) *A transformação do sujeito político*. II. *Outras relações possíveis na construção de um projeto de vida.* III. *A constituição de um trabalho com sentido na construção da comuna e da cooperativa.*

I. A constituição do sujeito político: das vivências da desigualdade à luta como transformação

Na presente categoria buscaremos analisar a compreensão da constituição, emergência e transformação do sujeito político que se constrói na luta e se afirma nessa, buscando entender esse processo nas significações produzidas a partir das relações dessas pessoas. O que aqui denominamos como sujeito político emerge das necessidades colocadas na vida real e concreta, postas em suas histórias de vida, as quais, de formas distintas e diversas, se deparam e se apropriam da própria condição desigual e injusta da sociedade brasileira e das impossibilidades e possibilidades de existência colocadas nessa. A noção com a qual estamos trabalhando de sujeito político aqui se dá a partir da perspectiva e do enfoque da singularidade, a qual, conforme já afirmamos, não pode ser entendida em si mesma como isolada das determinações sociais constituídas na relação com a particularidade e a totalidade.

Em um primeiro momento, o que chamamos de vivência da desigualdade aparece como processo que vai constituindo as diferentes formas de significar e de atuar sobre a realidade a partir dessas vivências e do reconhecimento delas. As vivências da desigualdade presentes em cada uma das histórias emergem a partir de diferentes lugares e relações, entretanto, de uma maneira ou de outra, são essas vivências que também passam a constituir a própria necessidade de lutar e os sentidos da luta e da militância, do enfrentamento a negação da existência, seja pelo reconhecimento em si ou no outro dessa condição imposta.

a) As vivências da desigualdade: as sementes da luta

O despertar do reconhecimento dessa realidade e das próprias vivências dessa condição apontam para a constituição de um processo de reconhecimento da condição desigual, da própria constituição da sociedade em classes, mas que não aparece logo de cara com essa clareza, com essa análise ou como consciência da própria condição dessa realidade. É apenas algo que é reconhecido na realidade mas que vai tomando forma aos poucos e de distintas maneiras. As vivências da desigualdade não necessariamente são um passo em direção a luta para todos, entretanto, para essas pessoas, mais tarde ou menos tarde, essas vivências passam a compor o sentido da própria luta e da necessidade de lutar.

Também não estamos propondo um processo etapista da constituição desses sujeitos políticos, mas afirmando que essas vivências e o reconhecimento do sentido dessas vão constituindo a própria relação com a militância e o sentido da luta na vida dessas pessoas. São elementos e momentos constituintes do processo, não etapas. As vivências da desigualdade

seguem presentes até os dias atuais, mas a partir de determinado momento da relação com a militância vão adquirindo diferentes expressões. Para alguns, a vivência da desigualdade se apresenta como necessidade real e material desde muito cedo, para outros, vai tomando forma a partir de determinado momento da vida e se constituindo no reconhecimento dessa realidade.

A partir disso, para Rosa, a vivência da desigualdade é reconhecida desde muito cedo em sua história e percorre toda a sua vida, está diretamente atrelada à questão da terra, seja pela condição de vida onde morava no interior da região nordeste, pela necessidade de migrar para o interior de São Paulo, trabalhando com sua família em diferentes fazendas "colônias europeias", na decepção presente no processo de expulsão forçada pela pressão de um pecuarista no Paraná, até nas diversas experiências quando se estabelece em um bairro na periferia de São Paulo, bem como nos diferentes trabalhos até chegar na comuna da terra. Esse reconhecimento vai se dando ao longo de sua vida nas diferentes relações.

A relação de Camélia com a vivência da desigualdade também se dá pelo reconhecimento de momentos importantes da sua história de vida e muito desse reconhecimento passa por suas experiências de trabalho e na cidade de São Paulo, onde veio morar depois de sair da Bahia. Os trabalhos dos mais variados tipos também explicitam a condição de informalidade para se estabelecer em São Paulo. Além disso, o reconhecimento da distância entre mundos e da desigualdade aparece quando conta de um de seus trabalhos, em que passou a cozinhar para eventos em casas de pessoas ricas em São Paulo, até que percebeu um "*gosto de gente rica*". Quando diz "[...] eu resolvi que eu ia ser cozinheira só para fazer risoto. Gente rica adorava risoto. Não sei se hoje continua, né? Mas eles comiam muito isso. Aí eu falei eu vou aprender a fazer risoto [...]" fala exatamente desse distanciamento, desse outro que é muito diferente, mas também ao relatar sobre as casas em que cozinhava e para as pessoas donas daquelas casas. Inclusive, conta um caso emblemático dado pela pressão de fazer um bom trabalho, de agradar e servir esse outro, porque estava cozinhando para um político conhecido e influente, sendo assim, se cometesse algum erro as consequências seriam drásticas, no final das contas foi elogiada pelo produto de seu trabalho. Entretanto, não esquece a sensação de medo ao cozinhar e esperar a aprovação desse outro que precisava validar o seu trabalho. Em outras vivências também nos lugares em que morou aparece uma outra relação com a vivência da desigualdade que se dá no exercício constante da solidariedade, reconhecendo a necessidade do outro e nesse outro, por isso, também vai se constituindo nesse reconhecimento e no exercício da solidariedade diante da desigualdade.

Para Carlos, a vivência da desigualdade se constitui desde algumas experiências na adolescência até o momento atual. Isso aparece nas vivências na escola em que constantemente sentia e experienciava situações que demonstravam para ele que de fato sua condição não era a mesma do que seus colegas. Desde as longas caminhadas no trajeto para a escola, passando pela impossibilidade de fazer atividades que os outros faziam normalmente ou mesmo pelo próprio fato de estar ali fruto de esforços financeiros de sua avó, essas e outras vivências são exemplos de como essa presença trazia uma sensação de não estar na mesma condição do que as pessoas com quem convivia todos os dias. Além disso, o incômodo com a desigualdade explícita e evidente também é reconhecido por ele quando, por exemplo, se lembra da inquietude diante do momento de se deparar com alguém em situação de rua, da indignação diante disso e da própria atitude solidária que toma a partir dessa situação. A indignação também compõem esse sentido das vivências, se configura como "ódio de classe", como dito por ele reconhecendo isso no passado, nas diferentes relações que vai estabelecendo e atuando a partir disso, cada vez mais se constituindo pela necessidade de transformação.

De uma forma ou de outra, todas essas vivências vão constituindo a inevitabilidade de reconhecer a desigualdade enquanto parte determinante da realidade e das próprias vidas dessas pessoas, como constituintes de suas histórias de vida, da sua condição de vida e da forma como vão significando essas vivências.

As vivências da desigualdade estão presentes ao longo de suas vidas e aparecem nas conversas justamente porque são o reconhecimento das próprias vivências, pensadas no presente, como parte da constituição dessa emergência desse sujeito político, bem como indicam a importância dessas em suas histórias de vida. São memórias presentes e constantes de uma realidade que não pôde ser ignorada, seja pelas experiências singulares e dos sentidos dessas porque mobiliza a própria forma como essas pessoas veem essas situações que são vividas por outros. Se constitui uma inevitabilidade de sentir e olhar para a desigualdade, como parte da própria história e identidade, mesmo em alguns casos e momentos não sabendo exatamente nomeá-la, mas presente na forma como essas pessoas se relacionam com o mundo e com os outros. A inevitabilidade da vivência da desigualdade para essas pessoas grita pela história de vida singular, pela realidade vivida.

A vivência real da desigualdade também compõe o movimento da própria luta, que constitui a necessidade de continuar lutando, não porque o reconhecimento dessa vivência por si só é o que alimenta a necessidade da luta, mas pela condição material que impõe a necessidade dessa e de seguir produzindo enfrentamentos para a transformação da realidade

vivida. Entretanto, algo importante deve ser destacado nesse momento, porque nem todas as pessoas ou as vivências da desigualdade se constituem posteriormente como um processo de consolidação de formas coletivas de enfrentamento, de uma militância organizada, ou seja, não existe uma correlação direta entre viver a desigualdade, reconhecê-la enquanto tal e passar a construir formas de enfrentamento a essa desigualdade em um movimento organizado, por exemplo. Entretanto, pelos casos aqui analisados, podemos afirmar que a vivência da desigualdade é constituinte desse processo para essas pessoas.

Não é uma relação causal, mas também não é natural, não é algo que faz parte de características psicológicas internas e que dizem respeito somente a sua constituição individual. O processo de emergência da necessidade de transformar a realidade reconhecidamente desigual vai se conformando nas relações estabelecidas por essas pessoas em suas histórias de vida, nas trocas com outras pessoas, nos seus territórios, no exercício da solidariedade, nas suas necessidades, portanto, a partir das condições materiais da vida que vão se constituindo enquanto tal. Nesse sentido, não é nem uma rebeldia inata e nem uma resposta automática diante do reconhecimento dessa condição. Não é a sobreposição do individual sobre o social, mas também não se constitui como a determinação do social sobre o individual. É o constante entrelaçamento e mútua constituição entre subjetividade e objetividade.

b) O encontro com MST: o florescer do sujeito político

Essas vivências da desigualdade são a própria significação da realidade vivida, mas também constituem a emergência desse sujeito político. De diversas formas, vai se constituindo uma necessidade de enfrentamento a essa condição, dada pelo reconhecimento da vivência da desigualdade. Esse reconhecimento pode ser significado de diversas formas. Do ponto de vista das relações sociais, a partir da ideologia dominante, pode ser culpabilização de si, do fracasso pessoal, mas também, pode se constituir como real possibilidade de construir formas de enfrentamento e transformação dessa condição. Podem até se constituir por meio de enfrentamentos individuais e no cotidiano, porém, o reconhecimento do sujeito político como tal, para esse, tal qual estamos aqui definindo, se dá no processo de encontro com um coletivo, com o outro, no reconhecimento desse como semelhante e da força da transformação coletiva, portanto, é o reconhecimento do sujeito político que é coletivo na transformação do mundo e de si.

Esse sujeito emerge em um processo longo e a partir de diferentes relações, bem como a sua apropriação não é uma erupção, não se dá em um momento único ou em um *insight*, mas

é um processo que vai sendo construído por essas pessoas nas relações da própria vida. Por isso, o reconhecer-se enquanto sujeito político é um caminho que vai sendo apropriado e vivido por esse sujeito na sua singularidade a partir dessas relações.

Entendemos que o reconhecimento como sujeito político é reconhecer em si uma capacidade transformadora da realidade por meio da sua atuação. Toda atuação é política, mas o reconhecimento na singularidade da capacidade de sua ação ser transformadora das suas condições de vida é parte também da emergência do sujeito político. O sujeito político se constitui como tal em sua práxis, mas também pelo reconhecimento da sua existência nessa capacidade, possibilidade e da potencialidade dessa como ação transforma. Ação transformadora que se realiza no coletivo, portanto, a emergência do sujeito político é também o reconhecimento desse enquanto ser coletivo para a transformação. Essa questão pode começar a ser ilustrada quando analisamos parte da fala de Rosa em que explicita a relação entre a necessidade concreta das condições de vida e a necessidade da luta, pois é a partir das necessidades que esse sujeito político vai se constituindo.

> E um dia eu falei assim então, o povo trabalhador ele apanha na cidade, ele apanha para poder conseguir o equipamento que ele está requerendo. Aí vai lá, todo mundo entra no pau, no bate, mas às vezes até constrói o equipamento. No campo é a mesma coisa. Os sujeitos querem acesso à terra, tem que entrar no pau, apanhar muitas vezes, perder vidas para depois conseguir. Então a gente tem que ter uma coisa de consciência de que não é tudo natural, não é tudo belezinha, não. A gente tem que estar inquieto. E isso tudo é para atiçar você a fazer algo, para alguma ação, para você fazer a diferença, para você transformar. Mas quem é que ensinou isso para você? A gente sempre viveu no caos, [...] eu falo, eu vim da necessidade, quando se vem da necessidade, se sabe muita coisa. (ROSA)

Portanto, a própria necessidade posta nas condições precárias da vida, para ela, molda a necessidade de lutar para transformar, porque é por meio dessa força, sempre coletiva, que se faz a mudança. Durante toda a sua vida, por todos os lugares que passou sempre carregou a solidariedade como princípio que também compõe o seu sentido para a luta. Esse sentido estava sempre atrelado a radicalidade em todos os espaços que ocupou, um compromisso ético-político. Em todos os espaços, mas com mais ênfase em São Paulo, conta de inúmeras experiências de participação em construções coletivas e comunitárias, isso vem tanto do reconhecimento da vivência da desigualdade mas também da necessidade e da potencialidade da luta.

A necessidade do enfrentamento para ela também é movida pela indignação, o que constitui seu encontro com o MST, bem como a partir de outros processos comunitários que vinha desenvolvendo onde morava, pois foi pela participação na construção de uma rádio

comunitária que encontra o MST. As vivências e a própria indignação solidária diante de um evento histórico sofrido pelo movimento vai despertando a aproximação: "[...] aquele massacre de Eldorado dos Carajás, eu já estava indignada. Estava em sala, pegava os jornais que traziam, o jornal Brasil de fato, o jornal sem-terra [...] eu já ficava indignada [...] Aí foi despertando." (Rosa). É a partir do momento que realiza essa atividade que decide se juntar ao movimento e que seus caminhos se encontram.

Para Camélia esse processo vai se desenrolando também ao longo de sua vida desde a atuação comunitária até o encontro com o MST. O reconhecimento da potência coletiva se dava na sua atuação já antes do movimento, na força que via no encontro coletivo de uma manifestação, por exemplo, como expressão coletiva daquela necessidade e da luta por uma vida melhor. De alguma maneira, se enxergava naquele coletivo, justamente quando conta essa experiência ilustrativa:

> Eu morava bem na avenida, então quando eu escutava o barulho, cinco horas, pensava, tem manifestação. Aí já pulava da cama. Porque a hora que chegar aqui na porta já tô no portão esperando. E aí foi indo, foi indo, até que eu conheci realmente o MST. [...] Eu já tinha ouvido falar muito, inclusive quando tinha manifestação que era do MST, eu estava sempre junto. Eu descia do ônibus que estava indo trabalhar. Porque sempre às cinco, seis da manhã eu tava na rua, aí as meninas falavam assim 'Nossa, um monte de vagabundo na rua atrapalhando nosso trabalho. E aí eu falava 'eu vou descer que eu vou descobrir por que estão fazendo manifestação. Aí eu descia, acompanhava e ligava no serviço, falava que estava tudo parado, está tendo manifestação, não tem como passar. Eu ficava ali e ia seguindo, seguindo. (CAMÉLIA)

Vai seguindo até que de fato encontra o MST e nesse movimento encontra seu lugar. Essa situação é um dos exemplos que vai constituindo esse laço com a luta e com o movimento, passa a se aproximar e caminhar em direção a esse encontro.

No caso de Carlos esse processo vai se constituindo também por meio das relações na universidade, mesmo escolhendo o curso de Engenharia Ambiental por outras razões e com todas as contradições e dificuldades que ali encontrava, novamente por estar nesse "não lugar", buscava de alguma maneira encontrar nas experiências do curso ferramentas que pudessem contribuir para a transformação do meio ambiente. Foi também a partir da sua participação em espaços coletivos como uma experiência de extensão universitária popular que vai encontrando sentido na atuação, buscando em outras experiências uma forma de fazer encontrar a técnica com a atuação política. Ele também participa de outros movimentos em que vai buscando esse sentido e é a partir do contato com um professor que tinha vínculos com o MST e que demanda ajuda em um dos assentamentos que tem seu primeiro contato mais efetivo com o movimento.

Parte importante do processo de emergência se dá no encontro com o próprio movimento, por seus caminhos de vida, essas três pessoas vão se encontrando com o MST e se constituindo nesse encontro. Escolhemos essa palavra pois de fato é um encontro de trajetórias, na construção da história de vida e do próprio movimento, uma confluência de histórias de luta de diversas pessoas. Esse processo de ir encontrando o movimento e, ao mesmo tempo, ir se constituindo nessa afirmação como sujeito político passa a ter um novo sentido. O encontro se conforma a partir de diversas circunstâncias e de processos que são constituídos por escolhas e "não escolhas" mas que em algum momento está presente o processo de decisão de se involucrar no processo, de realmente contribuir com o movimento e passar a construí-lo.

Para alguns, esse movimento se expressa no encontro pela aproximação sucessiva de participações em diferentes espaços e com essa participação ativa vai se construindo uma afinidade e um vínculo com as pessoas e com o próprio movimento. Essa aproximação também se dá por uma afinidade de entendimento e horizonte político de transformação. Além disso, essa aproximação e construção se dá pelo reconhecimento no movimento da possibilidade de realização de um sujeito coletivo que se constitui e se realiza na luta. Nesse momento, a participação por meio do apoio ou do protagonismo na construção de uma ocupação é essencial, tendo essa como ação de luta política no movimento. Para Carlos, é marcante esse momento da participação efetiva na construção de uma ocupação, bem como a presença no congresso de 30 anos do movimento. As relações que já traçava com o movimento por meio de diferentes frentes vai se fortalecendo e ele vai se reconhecendo nesse espaço coletivo, construindo seu espaço também, nunca sem dificuldades e desafios.

O encontro de Rosa é emblemático e simbólico porque expressa um ponto marcante de sua vida, um ponto de não retorno, nesse encontro também está a convicção de seguir esse caminho, o que dialoga com o seu reconhecimento da necessidade de uma radicalidade da luta, é um encontro com sua história de vida a qual parece encontrar nessa decisão e que está simbolizada na fala.

> E aí eu entrei em 2002, entrei no ônibus com aquele pessoal que foi lá no pé da serra, perto da rádio, junto com um pessoal em situação de rua, outras pessoas em áreas de risco, desempregados. Eu entrei no mesmo ônibus e nunca mais voltei. (ROSA)

Mesmo que a "entrada" seja uma decisão, em um primeiro momento, essa se dá não sabendo exatamente tudo o que é o MST e o que ele representa (e isso aparece em todas as falas), justamente porque vão conhecendo e se encontrando nessas relações. Para além disso, esse encontro é também significado por ela como a afirmação da sua constituição como sujeito

político que emerge no reconhecimento do outro como semelhante, mas também do reconhecimento da luta como justiça histórica. É um encontro e reconhecimento da sua história de vida, ao mesmo tempo, reconhecimento da sua história que não poderia existir se não fossem seus antepassados, por isso, é uma afirmação de sua luta e sua história como luta histórica. Além disso, se constitui como reconhecimento da continuidade histórica da luta, como responsabilidade diante das lutas ancestrais e por justiça histórica.

> Então, esse envolvimento meu com o Movimento Sem Terra se deu de saber e de voltar no tempo e dizer assim: meus pais, meus avós, todos foram vítimas de um país que não fez a sua reforma agrária, que não deu a oportunidade e chance de eles viverem melhor. [...] Eu cheguei aqui, eu me vi fazendo justiça e fazendo a justiça não só pelos meus familiares, meus antepassados, mas de toda uma população desse país que vem desde muito buscando, sobrevivência, buscando viver dignamente. E que muitas vezes por desânimo, até por não acreditar mais, não vai mais, não dá um passo. E aí é o fim... Se todo mundo disser olha, não tem jeito, nós estamos fadados ao fracasso total. Mas enquanto eu estiver aqui e a gente puder dar as mãos e a gente puder falar, a gente vai levantando dentro de nós uma coisa de compromisso, de responsabilidade. Se não é hoje, é amanhã. (ROSA)

Esse encontro é também com a própria história de vida, como realização das necessidades individuais e coletivas que esse processo de aproximação vai constituindo. Para Camélia, a ida para Comuna é um marco, não necessariamente consolida esse "fazer parte" totalmente do movimento, mas é mais uma aproximação que dá sentido em sua história de vida. A decisão de ir para uma ocupação não é simples, pelas possíveis dificuldades que ali se encontram e são reais, da instabilidade e muitas vezes das inseguranças. Essa decisão é muitas vezes algo que não se consegue nomear em um primeiro momento mas que vai tomando forma no processo de construção da própria estada e estrada. Ir para a comuna tem um sentido de se conectar também com uma de suas necessidades de vida e da potência de realizá-la a partir de outra condição, como também tem um sentido de encontrar-se, conforme diz sobre a primeira visita a comuna: "eu acho que aqui é o meu lugar". É um encantamento a partir do que a possibilidade de construção do movimento significa na conexão com a própria história de vida e com o reconhecimento da potência transformadora e de seu lugar nesse coletivo.

Para ela, a decisão também passava pela conexão com a terra e com o plantar, "*eu só vou se puder plantar*", disse para o companheiro antes da decisão de partir, ou seja, a afirmação de uma relação que está presente em sua história de vida e que vai se potencializando cada vez mais a partir do momento que entra na comuna.

> Eu vim aqui, me apaixonei pelo espaço e falei vou ficar aqui. [...] Porque assim, eu sou baiana. Meus pais sempre tiveram terreno e meu pai trabalhava de firma, mas os meus avós tinham terras e aí todo final de semana eu ia para lá e eu passava 15 dias, um mês lá, meu avô. E aí eu sempre tive vontade de ter um pedaço de chão para

> plantar. Aí quando eu vi que eu tive a oportunidade aqui, eu falei vamos abraçar e vamos ver o que é que dá. (CAMÉLIA)

Esse envolvimento e o processo de se involucrar no encontro é justamente pela possibilidade de realização que está atrelada aos sentidos pessoais de suas histórias de vida, os quais vão tomando novas formas também nessa potência de realização da luta como sentido, por isso, se dá nesse encantamento também.

> Porque tinha terra para plantar e a gente tinha uma luta pela frente, porque toda terra improdutiva ela é de direito nosso. E aí eu falei não, vou lutar junto com eles. E aí tô na luta pelo que der e vier, continuar lutando, lutando e resistindo. (CAMÉLIA)

Em um primeiro momento algo chama a atenção e atrai porque reconhecem nesse movimento e nas suas referências uma possibilidade de transformação, de realização de suas necessidades, que cada vez mais vai se dando pela luta, pela potência de transformação que encontram no movimento. O MST não é uma abstração, apesar de o movimento ser uma referência simbólica por suas referências éticas e estéticas, essas são construídas, objetivadas e subjetivadas por pessoas concretas, os militantes do movimento. Portanto, esse é feito de pessoas, para pessoas e é no encontro entre elas que se dá a construção do movimento e da luta. Esse sujeito político é necessariamente concreto, coletivo e histórico

> Quando eu falo que eu vim para o MST em 2002, eu falo que eu vim me encontrar com as outras Marias, e não só Marias, mas os Josés aqui. [...] E tô aqui incomodando para caramba. (ROSA)

Esse encontro se dá entre pessoas, nas ocupações, nas marchas, nas manifestações, nas reuniões, ou seja, nas expressões da luta. Esse processo de se envolver paulatinamente é o de ir encontrando novos sentidos para sua atividade na própria práxis no movimento. Na constituição do sujeito político, o encontro com o movimento não é em si a condição única que o consolida totalmente, mas é parte imprescindível e fundamental do processo de constituição, o qual, a partir desse momento, inaugura a possibilidade de constituição de novos sentidos de luta e de construção de um projeto de vida.

c) A transformação do sujeito político

Nesse processo está presente um sentido de encontro: com os semelhantes, com o símbolo de luta que dá sentido a própria luta, com a própria história e com o encontrar o seu lugar. Entretanto, esse lugar também é contraditório para alguns, se apresenta como “não lugar” ao mesmo tempo, porque se dá nas relações e no movimento. O reconhecimento como parte

integrante do movimento não é imediato, a identificação com a representação simbólica do movimento pode aparecer em um primeiro momento, mas sentir-se pertencente ao movimento não é automático e imediato, vai se construindo. Dessa forma, sentir-se militante do MST é também uma construção que se dá nas relações e na própria transformação desse sujeito político.

Ser militante é se construir enquanto tal, não é uma forma acabada do sujeito político que se consolida nesse espaço coletivo que tem um sentido para ele e para sua luta. Além disso, essas pessoas se constroem enquanto militantes também a partir de outras relações da vida, afinal, não se resumem ao ser militante restrito a esse espaço, bem como não são exclusivamente a própria militância o tempo todo. A militância no movimento é parte importante, para alguns, a parte que mais se reconhecem na vida, mas sua identidade e expressões de ser não se resumem a isso.

Conforme dissemos, esse encontro com o MST é tanto uma parte do encontro com a luta e com o sentido da luta, bem como parte da constituição desse sujeito político que vai se transformando ao longo do processo. Portanto, é na própria realização da luta pela transformação social que esse sujeito se transforma. É por isso que se constituem na transformação e pela transformação.

O processo de consolidação desse reconhecimento de Carlos enquanto militante ilustra essa reflexão, quando diz explicitamente que não sente que essa identidade esteja consolidada totalmente, apesar do constante processo de participação na cooperativa, nas comunas e nas instâncias de organização do movimento, isso porque o seu processo no próprio movimento sempre se deu na tensão entre achar um lugar e estar em um "não lugar" muitas vezes, uma sensação de *limbo* conforme nomeado por ele. Esse sentido é também fruto de outros momentos de sua vida, mas que agora passa a se reconfigurar também. No MST, era uma sensação de pertencimento e de não pertencimento ao mesmo tempo, de ser alguém muito presente e querido pelos outros militantes mas ter a sensação de "ser de fora".

Isso vai mudando com mais intensidade a partir da criação da cooperativa, em que teve papel imprescindível, ponto em que passa talvez a reconhecer de outra forma esse lugar, o processo que se inicia na cooperativa constitui também outros sentidos de pertencimento e de lugar no movimento. A cooperativa é um espaço importante porque se consolida a partir desses vínculos afetivos também, é uma construção de laços e dessa construção ele também vai construindo esse seu lugar no movimento.

Outro ponto importante de sua vida que também transforma a própria relação com a militância é a paternidade, isso porque reconhece nesse marco uma mudança significativa. É nessa relação e em outras experiências que vai se reconfigurando o sentido da própria militância. Sendo assim, tanto a experiência e a reflexão constante da práxis militante, assim como outras relações "fora" da militância no movimento constituem o sentido da militância e, portanto, constituem esse sujeito político.

Mais uma questão importante na relação com a militância é que essa passa a compor a identidade, ou seja, em maior ou menor medida, ser militante sem-terra passa a ser uma afirmação de como essas pessoas se reconhecem subjetivamente, também como são reconhecidas pelos outros e como isso as constitui.

Esses outros que estão fora do movimento nem sempre compartilham desses princípios, também porque social e historicamente está atrelada a figura do MST e de seus militantes o estigma de inimigos. Essa construção ideológica que vai sendo produzida contra o movimento e seus militantes, também determina como algumas relações se estabelecem. Nesse sentido, aparece também o medo e o perigo da violência que podem sofrer por ser parte do movimento e pela construção da sua luta.

Destacamos aqui o relato de Camélia sobre essa estigmatização, desde o rechaço presente em parte de sua família quando foi para a comuna, passando pelas dificuldades ou rompimentos em outras relações. Essa imagem estigmatizada do sem-terra é vivida cotidianamente, até mesmo ao pegar um ônibus e sofrer provocações de uma pessoa, evento que reflete também a situação do Brasil atual. Nessa oportunidade também aparece o enfrentamento cotidiano como reafirmação da luta, de sua história e da identidade dada na relação com o movimento. Quando fala sobre estigmatizações nas relações familiares, reafirma essa identidade: "[...] vocês não vão me mudar". Ao ser provocada sobre estar usando uma camiseta do movimento no ônibus responde prontamente reafirmando sua militância.

> Aí ele falou Você tem medo de alguém ir para cima de você? Eu disse, eu não tenho medo, não tenho, porque eu quero morrer, mas na luta e lutando. E aí eu falei para ele já que minha camisa está incomodando, deixa eu pegar o boné. Aí peguei o boné na bolsa, coloquei na cabeça e fiquei com ele. O cobrador olhou para minha cara, falou: 'Aí sim!' Pra ser do movimento sem-terra, tem que ser corajosa. [...]
>
> [...] uma criança olhou assim, falou, tia, eu sempre tive vontade de ter um boné desse, mas o meu pai não deixa. Meu pai falou que não pode, Você quer o da tia? Tá novinho, toma presente. Valeu tia, você é 10 se chegar lá e o pai dele rasgar, pelo menos ele vai chegar com boné na cabeça né? [...] Às vezes tem criança que vem falar, tia me deixa tirar uma foto com essa camiseta. Você me dá esse boné? Canso de dar boné pela rua. (CAMÉLIA)

Essa reafirmação na forma de enfrentamento também faz parte da constituição dessa identidade e da convicção dessa afirmação. Portanto, essa reafirmação política da luta, é algo cotidiano e totalmente presente. Entretanto, requer também realizar enfrentamentos, coragem ao se reafirmar como sem-terra. Ao mesmo tempo, está posta a possibilidade do reconhecimento da sua luta, algo que é histórico e compõe o MST, o apoio popular. Sair com a camiseta e com o boné é também se expor nessa tensão que é constitutiva da luta, é a possibilidade do enfrentamento mas também do reconhecimento da luta, portanto, da sua própria identidade, da sua existência. É por isso também que é esse sujeito político que se humaniza na luta quando é reconhecido por essa, que é parte constitutiva de sua identidade e de sua história de vida e de luta. Isso constitui um sentido para a própria luta.

A constituição do sujeito político é também a afirmação da apropriação da própria história, é o reconhecimento da identidade em sua história de vida, porque é também a partir desse processo de se envolver ativamente no movimento, de participar e de se realizar na luta que se ressignifica a própria história e se reconstrói também a relação com essa e com a identidade. A afirmação do reconhecimento de ser sem-terra é revisitar a própria história a partir do aprendizado com o movimento que dá um sentido para essa própria identificação na história de vida. Como está presente para Rosa, quando diz que "[...] na verdade, eu sou sem-terra desde que eu nasci, gente que não tem a terra e mora na casa dos outros, meeiros, arrendatários, como era o meu pai, acessando esses trabalhos assim".

Ser sem-terra é o reconhecimento da negação do direito em sua história e na história de muitos outros, mas é também aprender com a realidade, é construção de saber e poder popular, é o reconhecimento enquanto sujeito político, despontar da consciência de pertencimento a uma classe. Por isso, é encontrar esse lugar no movimento que também é construção e transformação produzida por seus militantes que se transformam também nesse processo, na própria luta. Nesse sentido, ser sem-terra é se identificar nessa luta, em sua história e na história daqueles e daquelas que constroem coletivamente o movimento, cuja essência é também a história de vida e de luta de todas essas pessoas.

> A transformação social, que é o terceiro dos objetivos do MST desde o seu surgimento. O primeiro é ocupar a terra para acabar com o latifúndio. Lutar pela reforma agrária é o segundo, fazer a luta pela reforma agrária. E a transformação social, que é a transformação social do sujeito que sequer sabia por que ele estava lutando, mas ele sabia quem era o inimigo dele. Como eu já falei no começo, é a transformação social do aprender viver coletivamente, a gente se desafiar e lutar não só por ele, mas por outros. Essa transformação social tem que acontecer. (ROSA)

Na conversa com um militante e integrante da cooperativa, é muito significativo que apareça uma distinção que faz entre um momento de entrada no movimento cuja participação era mais esporádica, como um voluntariado e agora que se coloca como “Ubiratan do MST”. Ele fala de um processo de carregar a militância consigo, que vai se configurando a partir de um determinado momento da sua vida, não é mais como alguém que auxilia esporadicamente, como aliado, mas alguém que carrega em si, tanto no reconhecimento da sua própria identidade, quanto na responsabilidade do que é esse ser militante do MST. Como representado na frase dita por ele, “[...]é a esfera da minha vida que eu mais me reconheço." (UBIRATAN)

Ao mesmo tempo que a militância aparece como reconhecimento de si, da sua potencialidade enquanto sujeito político e coletivo que se realiza na luta, aparece também como uma relação conflituosa e que pode até ser uma negação de si mesmo, no sentido de ultrapassar os próprios limites pessoais. Isso se dá contraditoriamente por essa ser uma atividade cheia de sentido, mas construída na difícil realidade da luta. Essa atividade muitas vezes dá sentido a própria vida pelo papel que a luta exerce, mas passa também a compor a enorme responsabilidade que traz a militância, a qual muitas vezes recai sobre o sujeito. Quando assumida essa identidade de ser parte do movimento muitas vezes pode se produzir uma própria idealização que ultrapassa a própria capacidade do sujeito.

A militância tem o caráter dessa atividade que requer uma posição altruísta e de abnegação, entretanto, nesse processo contraditório que se constitui na própria transformação desse sujeito político, as dificuldades da própria militância por seu grau de exigência, recolocadas muitas vezes sobre o sujeito, acabam se impondo e colocando esse numa posição de necessidade de que ele deve fazer mais do que ele pode fazer. Aparece a comparação com outros militantes, a culpa por não fazer mais, não ser bom ou maduro o suficiente para assumir tal ou qual tarefa ou o próprio adoecimento no processo.

A enorme responsabilidade que se apreende em um primeiro momento quando se sente organicamente parte do movimento tem sentidos diferentes para cada um, entretanto, aparecem em todas as conversas de diversas formas a necessidade de reconhecer os próprios limites enquanto militante e da própria militância. Vemos também que essa aprendizagem se constitui no próprio processo de transformação da militância ao longo da vida dessas pessoas, as quais vão reconstruindo constantemente essa relação a partir das necessidades reais.

É por isso também que Carlos destaca a importância e um certo sentido para a militância a partir do reconhecimento da necessidade de construção saudável dessa, essencial para fazer a luta de forma ainda mais eficaz e politicamente coerente. Na organização das frentes se

produziu esse reconhecimento de que o cuidado da militância para com a militância é essencial, é parte do processo de luta, não é menos luta, mas combustível também para realizá-la, nas próprias contradições que emergem desse processo. Entretanto, não ignorando e não reproduzindo lógicas como a do *superquadro*, reforçando um caráter individualista da luta e que acabam prejudicando a própria essência da luta: as relações humanas de sua construção.

> [...] de uns anos pra cá que as coisas melhoraram muito e eu acho que em parte tem a ver com a entrada da rede de saúde mental e o debate sobre saúde mental na militância e parar de querer reproduzir a lógica viril do *superquadro* do quadro que dá conta do mundo, que eu já reproduzi e me fez muito mal e não é coitado de mim é que acho que faz mal para as tarefas que a gente toca também e muito, [...] E acho que o acúmulo das discussões de gênero também ajudam a melhorar algumas coisas. E nessa perspectiva popular [...]. Eu acho muito lindo o trabalho do setor de gênero do MST [...] é outra questão para além da agroecologia que me sustenta no movimento. [...] Mas toda prática é contraditória, eu tenho aprendido a buscar muito a coerência, eu sofria muito com isso. Hoje tenho aceitado as minhas contradições quando elas não atropelam ou engolem a prática. (CARLOS)

Está presente uma realização individual e do sentido pessoal na militância, mas esse sentido se movimenta pela realização que só se concretiza, se realiza de fato, em coerência política com o movimento, nos espaços coletivos e de construção processual e gradativa que partem desse pressuposto de que o indivíduo não deve ser o centro. Não é apenas sobre uma ação, sobre um dia, sobre o que satisfaz um indivíduo, é sobre construir o movimento. Por isso que esse sujeito político se sente parte, porque se reconhece como parte, como integrante de um movimento maior, se reconhece na história da luta e na sua história de vida e de luta. Não é exclusivamente sobre o indivíduo, é sobre esse indivíduo nesse coletivo construindo um movimento que tem sentido para todos.

Por meio da exposição acima pudemos analisar elementos presentes na constituição do sujeito político que se realiza a partir das mais diversas formas de expressão organizativa do MST e da sua luta. Foi possível abordar momentos fundamentais para a compreensão da emergência e transformação do sujeito político que se realiza na coletividade, na própria construção e organização do movimento. A constituição desse sujeito político vai também constituindo sentidos para esse processo nas metamorfoses desse, além disso, é por meio da conformação da organização do movimento que esse sujeito se realiza, só pode se constituir como tal na luta coletiva e histórica, bem como no seu reconhecimento.

II. Outras relações possíveis na construção de um projeto de vida

A constituição desse sujeito político na luta é a negação do próprio projeto de morte do capital e a construção da afirmação de um projeto possível de (outra) vida.

A partir desse ponto abordaremos outra categoria que expressa a conformação dessas formas políticas como resultado e possibilidade de construção de outras relações possíveis, como determinação negativa que se realiza na necessidade da luta. Além disso, se constituem a partir da construção original e afirmação da luta do MST que gesta e germina em si outras formas alternativas de relação com os seres humanos, com a natureza e com a produção da vida, as quais se expressam na comuna da terra e na cooperativa e em suas relações possíveis. Relações que são construídas e significadas por esses sujeitos políticos concretos, que pensam, atuam e constroem essas outras formas possíveis e se transformam nesse processo. É preciso compreender também que sentidos estão presentes na construção dessa luta e dessas formas políticas a partir da construção dessas outras relações possíveis.

As formas políticas produzidas pela ação humana conscientemente orientada, se constituem a partir das necessidades postas pela negação da humanidade na sociedade capitalista, portanto, são formas que emergem como determinação negativa da condição de exploração e dominação. A necessidade de negar essa dominação se dá pela afirmação da própria existência, que se dá na luta, por exemplo, e que nesse caso é construção original e histórica de formas políticas que deem respostas a essa dominação, sendo assim, é também a afirmação da própria existência e da humanidade nessa construção.

Dito isso, analisando o caso em questão a própria transformação desses sujeitos políticos se dá na constituição dessas outras relações possíveis produzidas e produtoras dessas formas de organização política da vida. Isso passa a constituir outros sentidos das relações entre seres humanos, entre esses e a natureza. De alguma maneira, é uma forma de enfrentar, não de superar estruturalmente, a ruptura metabólica produzida pelo modo de produção capitalista, como parte imprescindível dessa luta na constituição real e simbólica do movimento. A solidariedade é expressão do enfrentamento à hegemonia das relações hierárquicas de todos os tipos, seja pela exploração entre seres humanos ou dos seres humanos com a natureza, portanto, a própria solidariedade se constitui também como expressão dos princípios ético-políticos que orientam e constroem o movimento desde o chão do território.

As relações solidárias como pilar edificante do próprio movimento nas suas expressões organizativas se faz presente durante todo o campo de pesquisa. A solidariedade é constituinte desse sujeito político que constrói o movimento, portanto, é relação que se estabelece como princípio e exercício dessa forma de organização política. Nesse sentido, a solidariedade é o exercício do enfrentamento a essa condição como negação desse projeto de sociedade, mas também como afirmação das relações outras que constroem essas formas políticas a partir das

possibilidades colocadas na realidade concreta. Por isso, as mais diversas formas de construção do que estamos denominando aqui como outras relações possíveis têm uma síntese importante na noção de solidariedade, que se constitui como princípio e exercício da afirmação de um projeto de vida.

Esse sujeito político tem na solidariedade um elemento constitutivo da sua própria identidade, da sua constituição subjetiva a partir do próprio exercício com sentido da luta dentro do movimento. Essa construção solidária que edifica as formas políticas emerge da necessidade real da negação da destruição da vida no capitalismo e como afirmação da própria subjetividade na construção de outras relações possíveis dentro da hegemonia das relações desse sistema de metabolismo social. Nesse sentido, o exercício da solidariedade se dá na construção contraditória dessas formas políticas em sua realidade, na realidade do possível.

Essas expressões alternativas se produzem também a partir de suas contradições porque inseridas nesse modo de produção, mas buscando ser e construir fissuras possíveis na conformação de outras relações gestadas em seu tempo histórico. Essa clareza está presente na construção do próprio movimento, sendo a própria reforma agrária popular sua bandeira mais reconhecida e afirmada, não é um movimento revolucionário em si, entretanto, a forma como se constrói o movimento em suas relações humanas, as quais tem solidariedade como pilar, também se dá no apontar para outro horizonte. A forma de construir a organização do trabalho e a própria agroecologia como pilar do movimento expressam essa contradição e esse movimento de sua organização. A fala de Carlos ilustra essa clareza da contradição, por exemplo, na forma cooperativa .

> A gente nasce imerso nas contradições por estar inserido no mundo que a gente está, mas a gente que acredita no projeto político, tenta construir ele, uma cidade onde os produtores estejam minimamente associados até que supere a forma cooperativa. [...] Mas eu acho que a forma cooperativa faz parte, estrategicamente, enquanto uma forma híbrida de se inserir no modo de produção capitalista, mas que é possível a gente pautar outras relações. (CARLOS)

Na fala de Rosa a necessidade da radicalidade da luta como horizonte é constante, mas também aponta para o projeto possível presente no momento que tem como símbolo a reforma agrária popular. Nesse sentido, não é a superação em si da propriedade privada, muito menos da propriedade privada dos meios de produção, mas pauta dentro dessas possibilidades uma outra construção de propriedade, mesmo sendo contraditória, mas que ao menos possa garantir o acesso à terra e a continuidade do projeto de produção de alimentos saudáveis, bem como da reforma agrária popular. Isso porque é a partir dessa contradição gestada na luta histórica que também se produzem mudanças reais na vida dos sem-terra. Seja no exercício da comuna ou

mesmo em um âmbito mais geral da atuação do movimento, é a partir dessas contradições que se produz a luta e os seus sentidos.

> Então, nós estamos hoje com essa reforma agrária popular e dizendo vamos democratizar as terras, seja ela no campo, seja ela na cidade. A democratização das terras é o sujeito poder produzir, mas não ter ela como mercadoria para ele vender. Viva nela até você morrer. Outros da família, filhos, que quiserem seguir na luta, aprender os manejos, respeitar os solos, a natureza, podem seguir. Mas se ele não quiser, não tem. Ele não tem que ter aquilo ali como mercadoria para ele negociar, para ele vender e outros passando fome. A terra destinada à produção de alimentos é isso que vai ficar. [...] Porque quem trabalha com esse sentimento não tem acumulação, a acumulação de capital no campo e na cidade é que tira a oportunidade de outros poder viver, poder comer, poder trabalhar. [...] Nós temos que trabalhar sempre a questão do coletivo, dos coletivos, do território coletivo. Não dá para você ter um território desse organizado de outra forma. Nós não somos a favor de que o sujeito fique dono da terra. A terra não é pra ser aprisionada, a terra para ser liberta. Dentro da reforma agrária popular, ela é terra para se produzir, viver nela, cuidar dela para todas as gerações que vêm. (ROSA)

Seja na organização de um mutirão no lote de um acampado porque está com dificuldade de manter a sua produção ou para a construção do viveiro na comuna; na realização de uma "vaquinha" para um militante idoso poder ir ao médico; em famílias nas comunas que centralizam a produção em seus lotes para facilitar a retirada dos alimentos; na construção possível de outra forma de consumir nos grupos de consumo; nas diversas visitas ou eventos na comuna; na doação de toneladas de alimentos ou sua venda a preço de custo, entre muitos outros exemplos que vivenciamos e escutamos, a construção da solidariedade está presente e pulsante nas veias do movimento, faz parte da sua construção objetiva e subjetiva: "é o MST, é um ajudando o outro" (CAMÉLIA).

Por isso, o exercício da solidariedade do MST se difere radicalmente do que talvez seja veiculado pela cooptação da palavra como expressão da falsa solidariedade individualista e mercantil, porque não é uma ação para divulgação nas redes sociais, um jeito de "captar recursos" ou mesmo uma forma de isenção de impostos, não é exercício pontual de uma maquiagem solidária, no MST, é algo visceral e da organicidade do próprio movimento, constitui sua construção cotidiana porque parte da própria necessidade de construção dos militantes e do movimento. Além disso, constitui e é constituída nas relações concretas do movimento e seus espaços, na constante relação objetividade-subjetividade. Portanto, é parte fundante das relações do movimento e das subjetividades que ali se produzem. Essa solidariedade orgânica é princípio ético-político da organicidade que aponta para um horizonte. É esse sentido que tem para seus militantes também.

> A gente produz também solidariedade, afeto, pertencimento e organicidade. A gente produz o MST, a organização política, a pauta da agroecologia, no limite, a pauta do socialismo também. A longuíssimo prazo é isso. E isso não é simplesmente uma ferramenta de garantir a renda, venda ou, no limite, produção alternativa. (CARLOS)

> E aí a gente planta. Nós não sabemos se a gente que vai usufruir, ou se são outras pessoas. E a gente tem que pensar sempre assim: eu vou plantar mais, eu não vou colher [...] eu já estou velha. Quando nasceu você já tinha a agricultura, já tinham culturas ali. Então a gente tem que pensar assim, se não, se não for pra mim, será para outras pessoas, para as outras gerações. Eu não tenho nenhum problema de plantar, porque você planta, pode ser que seja você ou não. (ROSA)

Em uma experiência que Camélia nos relata é possível compreender também como essa construção cotidiana de relações solidárias se expressa como construção coletiva do conhecimento, como saber popular compartilhado, como a passagem de um saber ancestral que se dá a partir dessas trocas, sobre os modos de vida, sobre a relação com a terra que se dá nas trocas solidárias. O seu primeiro canteiro de alface não estava dando muito certo, então, resolveu aproveitar que Rosa estava passando por ali e perguntou o que poderia fazer. Ela a orientou a fazer um determinado manejo na terra, utilizar determinadas folhas e regar de determinada forma. Deu certo! Essa troca foi um passo importante para o começo da horta de Camélia em sua casa, que depois de um tempo já começa a plantar e vender não somente um, mas alguns tipos de alface. Quando conta da sua plantação, fala com orgulho, fala do resultado do seu trabalho como realização, reconhecendo a beleza no produto de seu trabalho como sendo produto de si, como reconhecimento da sua existência. Além disso, se inicia ali uma relação de amizade entre as duas que segue até hoje. A solidariedade que apontamos aqui como parte da organicidade é afirmação do projeto ético-político do movimento na construção das relações entre as pessoas do movimento.

Essa luta remonta outras formas de vida, pautada também em outras maneiras de compreender e atuar no mundo, não são novas ou velhas, mas a recuperação de relações ancestrais em seu processo também de transformação e construção atual. Nesse sentido, a solidariedade não se dá na exclusividade da relação entre seres humanos, mas abrangendo todo o ambiente em que esse se constitui, isso define, segundo Rosa, o próprio sentido da comuna da terra.

> [...] a agricultura urbana e rural. Ela tem que ter um compromisso ambiental seríssimo, tem que ser solidária com esse ambiente. Esse ambiente não é só a minha renda, o meu pedacinho que eu vou tirar a minha renda, o meu direito, não é. Tem que cuidar do entorno, tem que pensar muito, se unir para isso, para essa recuperação do ambiente, reflorestamento. Então é responsabilidade nossa. É comuna da terra. (ROSA)

Uma das expressões dessas outras relações possíveis é a própria potência da agroecologia dentro do movimento e a sua presença constante nos territórios, na vida dos militantes e como sentido de pertencimento e construção do próprio movimento. A agroecologia vem como construção de um saber ancestral e como resposta possível à ruptura metabólica produzida pelo sistema do capital, como práxis que permite construir uma outra forma de relação entre ser humano e natureza. Outra forma de produzir alimentos e essa atividade de produzir, muito mais saudáveis em todos os sentidos, tanto do ponto de vista do processo de trabalho, quanto do ponto de vista do produto desse trabalho. Para alguns, a prática da agroecologia vem muito antes de conhecer o próprio conceito e as formulações teóricas, parte da realidade objetiva e do aprendizado popular e ancestral, da capacidade humana que se dá na relação entre teleologia e causalidade.

> Acho que desde o começo eu carrego, desde que eu nasci, porque o meu pai era um agricultor. [...] É a agroecologia. Eu defendo hoje, mas a gente nem sabia que era agroecologia. Mas entre você plantar um produto tacar veneno pesado e você plantar sabendo que não tem veneno. A melhor coisa é você praticar a agroecologia. Praticava agroecologia antes de saber o que era mesmo, fazendo os consórcios [...] hoje eu planto isso junto com isso aqui, vou tirando as lavouras, feijão com milho, mandioca com fava, batata doce junto com taioba, junto com inhame. Aí eu vou lá e agora eu vou fazer um plantio de quiabo. Ah, mas o quiabo eu posso também incorporar um pepino aqui embaixo, uma abóbora. [...] Porque aqui só eu só preciso descobrir o que eu não planto.[...] Eu vou preparando o solo. (ROSA)

> Com a formiga, eu corto folha de mandioca e ponho no caminho da formiga. Aí ela vai cortar a folha e ela esquece de cortar minha verdura, que aí ela come aquelas folhas, tudo que eu coloquei ali. Aí eu vou desviando, sabe, sempre o caminho, e aí vou acabando para não colocar veneno. (CAMÉLIA)

São vários os exemplos das experiências e do trabalho com a terra dessas duas mulheres que nos ensinam sobre a prática da agroecologia, uma outra relação possível gestada na produção de alimentos e da vida na comuna da terra. O conhecimento histórico que vai se produzindo na prática solidária, com a natureza e com os seres humanos é também a essência do papel da agroecologia na comuna da terra. É conhecimento ancestral e popular que nasce da própria necessidade humana e vai sendo passado e potencializado como princípio do movimento que pauta esse pilar como outra relação possível dentro de sua construção. Essa outra relação possível constitui os sentidos dessa atividade e do trabalho para essas pessoas, inclusive, produzindo relações mais saudáveis pautadas na construção de autonomia. No caso de Camélia, ela fala da transformação da sua relação com a terra, produção e consumo de alimentos ao ir para a comuna, porque passa a produzir e consumir aquilo que planta, além disso, tem a percepção clara de uma mudança na relação com a sua saúde física.

> [...] porque eu tinha bronquite quando eu vim morar aqui e eu era fumante, eu fiquei boa da bronquite, eu tinha pressão alta, eu não tenho mais pressão alta. E aí eu fiquei boa da bronquite, parei de fumar e passei a comer tudo o que eu produzia. Então eu não como mais verdura nem fruta do mercado. Tomate eu não como tomate do mercado, porque tudo é de tudo com veneno. [...] Para ser com amor, tem que ser sem veneno. (CAMÉLIA)

A defesa e a concepção de uma outra relação possível desde a relação com a terra e o alimento, é um princípio e um sentido presente, além disso, parte de um conhecimento que vem da própria relação direta com a vivência.

> Essa defesa da alimentação saudável parte até dos manejos que você vai fazer na terra para você criar solos, porque o solo é isso aí, é um pouco essa terra mais rica, mais cuidada, que tem os nutrientes que tem aqueles bichinhos que são micros, os micros eles fazem um trabalho formidável na terra que vira solo. Solo, você enfia a mão, às vezes tem solos, vai que você planta. Quatro só com a mão, porque a terra tá trabalhada, tá fofinha, tá quebradiça porque eu uso as minhoquinhas. Os micros já foram lá e deram conta de trabalhar. Então a gente cria solos. (ROSA)

O simbolismo presente na *criação de solos* é também porque essa expressão reflete a criação da própria luta como projeto de vida. A construção de outras relações possíveis é a própria criação de solos também para outro mundo possível, sendo produzido no presente, mas que aponta para um horizonte, justamente porque esse projeto de vida e a sua criação de solos é a negação do projeto de morte do capital, mas também a base necessária para que novos projetos de vida possam germinar. O projeto de vida está atrelado à constituição do sujeito político, portanto, não é somente um projeto de vida individual, mas um projeto de vida coletivo e de emancipação humana. Esse sentido da construção da comuna e do MST como projeto de vida aparece de forma constante nos discursos. É a construção de um projeto de vida por outra vida possível.

> E nós estamos lutando por projetos de vida, não por projetos de morte, o projeto do lucro. O Projeto de lucro máximo, vai exaurir, vai esgotar, vai explorar, vai expropriar. O projeto de vida, vai sempre pensar nas vidas. Temos que desapegar dessa coisa do lucro máximo que é a lucratividade. Como eles falam com né? (ROSA)

> E eu acho que o MST é a organização mais potente, com mais acúmulos, de tentar fazer o enfrentamento, botando a vida no centro. Não é só salário, não é só moradia. É uma outra forma de produzir que coloca a vida, em primeiro lugar, nas necessidades mais básicas: água, alimento saudável, território. (CARLOS)

O embate presente e constante nas falas de todas as pessoas com quem conversamos expressa justamente a luta de classes e a consciência dessa por eles e elas que aqui claramente assume esse símbolo representado na luta que se trava entre um projeto de vida e um projeto de morte. Embate que se dá no chão histórico da luta do MST e da luta travada nesse território.

Nesse sentido, a luta da comuna da terra Irmã Alberta tem um enorme simbolismo histórico na relação com o MST e na construção desse projeto de vida. Esse sentido de uma luta histórica que agora se expressa nesse território pela necessidade da construção de um projeto de vida coletivo compõe também o sentido da própria luta. A presença do projeto de morte na vida de Rosa também explicita o porquê ela define esse embate por meio dessas palavras. Para ela, o projeto de morte "deles", a outra classe, se materializa em diferentes situações ao longo de sua vida.

> O patrão comprava os venenos caros pra aplicar e a gente então estranhou muito porque um agricultor do Nordeste que não utilizava nada disso, trabalhava normal e aí tinha que ter muito cuidado. Mas meu pai muito desavisado, ele acabou adquirindo um problema de saúde.
>
> A região que eu morei dez anos no Paraná, quando eu cheguei em 64, tinham pequenos agricultores. A agricultura familiar lá funcionava e era riquíssimo o lugar. Você dá sustentação para uma cidade próxima ao vilarejo, às comunidades, porque você produz de tudo e o pequeno agricultor produz para a subsistência. E era lindo ver as lavouras, a riqueza, a alegria do povo, suas culturas. Aí chegou o grande pecuarista, chegou a grande monocultura, acabou, era morte, é a morte, é o fim.
>
> Atira, mata, e enterra. Foi o que eles fizeram aqui em Perus enterrando as pessoas que não estavam contentes com a ditadura. E aí enterraram aí na vala comum aqui em Perus. Não dá pra esquecer. Não dá pra esquecer os conflitos mataram índios e negros nesse país porque queriam um país, queriam liberdade, eles não sabe o que é liberdade. O sujeito poder viver do que planta, o sujeito poder viver gerando renda, criando sua família, como fez o quilombo, como fez e como fazem as comunidades indígenas. Nosso povo. (ROSA)

A luta histórica (literalmente) na terra e no chão de Perus é mais uma expressão da história de Rosa, mas também do MST em sua continuidade na transformação, na razão do seu surgimento e da sua existência até hoje, porque justamente emerge como afirmação da construção de um projeto de vida. Projeto que vem sendo construído há séculos na história do Brasil, mas que se materializa hoje na construção da comuna da terra e na história de Rosa, sujeita política protagonista na luta pela terra e pela continuidade de construção do projeto de vida coletivo que aponta para outro horizonte possível. Em contraposição ao projeto de morte que constrói também os *vícios do capital*, o MST, a organização coletiva e o seu encontro com essa se apresentam como potência e projeto de vida, como negação do projeto de morte e possibilidade de construção de outro modo de vida, com todas as dificuldades que a luta exige para tal, mas encontra no projeto de vida que simboliza a luta do MST junto a sua história de luta, um novo-velho sentido de vida. Essa história de luta e de vida se encontram hoje na construção da própria comuna como projeto de vida coletivo.

> A gente vem resistindo mais eles têm outros projetos que não são o de assentamento, mas agora eles viram que a gente tem aqui nove nascentes para recuperar, talvez eles soubessem disso muito antes, mas o fato de querer a área, de ter a área como interesse imobiliário, como o interesse do capital, eles queriam ignorar essas nascentes, não sei, de botar uma densidade de projetos aqui dentro, botar a alvenaria pesada ou entupir todas essas nascentes. Mas hoje nós temos um projeto aqui dentro de revitalização dessas nascentes. (ROSA)

Essa expressão da luta de classes no embate entre dois projetos se materializa hoje de forma concreta nesse território e nessa luta travada pelos acampados e pelo movimento. Isso porque, literalmente, da negação de um projeto de morte representado na condição do território e no projeto de lixão, a luta floresce na construção de um projeto de vida e pela vida, na recuperação da vida daquele território, seja de onde nasce a própria vida, nas nascentes ali encontradas, na produção de alimentos saudáveis que permitem a construção de um projeto de vida para essas famílias ou mesmo na própria outra forma de construir a vida que está representada na comuna da terra Irmã Alberta.

É por isso que esse sujeito político que emerge e se constitui na luta, também se humaniza nela, construindo essa luta como humanização a partir de outras relações possíveis e constituindo outros sentidos na conformação de um projeto de vida, por meio do qual floresce continuamente o sujeito político. Por isso, na sua constituição enquanto sujeito político a militância e a luta tem sentido da construção de um projeto de vida.

III. A constituição de um trabalho com sentido na construção da comuna e da cooperativa

Por fim, é necessário analisar em diálogo com o exposto anteriormente que essa construção que se dá na constituição do sujeito político, na conformação de outras relações possíveis e que se expressa nessas formas de organização da vida e da luta, também devem ser analisadas a partir da perspectiva do trabalho, a partir da forma contraditória que ele adquire na construção dessas alternativas em nossa sociedade, bem como a partir dos sentidos subjetivos constituídos nesse processo. Dessa forma, essa categoria busca explicitar quais são as significações presentes que se constituem a partir das relações concretas estabelecidas na construção dessas alternativas para esses militantes.

Portanto, é também na construção de outras relações de trabalho possíveis que se constituem outros sentidos para o próprio trabalho. Em todas as conversas e trocas que tivemos o trabalho aparece como reconhecimento da exploração presente na sociedade capitalista, mas também como possibilidade de emancipação e como a própria construção da luta e da militância. É um trabalho que se constitui a partir da necessidade da luta e da militância e está

totalmente atrelado a constituição do sujeito político, é um trabalho com sentido gestado nas contradições da nossa sociedade.

O trabalho aparece como um trabalho com sentido justamente por se constituir na relação com a militância e com o ser militante, por isso, a construção dos sentidos do trabalho se dá na relação com a construção da própria militância. Todas essas formas políticas que estamos analisando são fruto do trabalho em essência, da própria atuação do ser humano na realidade, nesse caso, voltada a construção do enfrentamento a condição do trabalho na sociedade do capital. Essas formas políticas constituídas pelo trabalho, para organizar o trabalho de outra maneira a partir de suas contradições, gestam fissuras possíveis na constituição de outras relações de trabalho que também apontam para a emancipação pelo trabalho e do trabalho. Isso fica explícito na relação presente com a agroecologia e a organização da vida na comuna.

Essas organizações não são em si a superação do estranhamento e da exploração do trabalho na sociedade capitalista, mas se conformam como enfrentamento à redução do trabalho à essa condição e buscam gestar e produzir formas de se relacionar e organizar o próprio trabalho a partir de outros marcos possíveis. Pudemos observar isso desde a relação presente das acampadas na comuna que se expressa na relação outra com a terra, com o alimento e com as relações humanas, mas também no trabalho da cooperativa, conectada às comunas, que busca produzir e gestar também como parte nessa articulação, outras formas de produzir, consumir e distribuir possíveis. Nesse processo se constituem sentidos na relação com o trabalho que também passam a constituir essa construção na realidade.

A partir da constituição nessa alternativa o trabalho aparece como trabalho com sentido, seja porque se realiza em parte na militância, pela possibilidade de em alguma medida se apropriarem do produto do seu trabalho direto e pelo sentido de solidariedade que está presente nesse trabalho, que não só se restringe a uma realização pessoal, mas coletiva, tendo uma de suas expressões, no combate à fome e produção de alimentos saudáveis. O trabalho tem um sentido na construção do movimento, da comuna e da cooperativa que se encontra com a história de vida dessas pessoas e da realização dessa. Portanto, o sentido do trabalho não está apenas na produção de alimentos, nas tarefas da cooperativa ou em outras ações necessárias para a realização dessa cadeia. Mas o trabalho está também na indissociabilidade da construção dessas expressões organizativas como realização da militância que se dá na própria atividade humana enquanto trabalho.

Esse trabalho com sentido atrelado a própria constituição subjetiva no processo da militância se expressa justamente na atividade cotidiana atrelada a um horizonte maior de transformação, um processo coletivo, é um trabalho que também dá sentido de pertencimento a construção do movimento e constitui o sentido da militância.

> Acho que é uma das coisas que a agroecologia, a reforma agrária popular e a soberania alimentar, são coisas que motivam a gente, que dão sentido para a gente poder carregar caixa, fazer o que faz. Mas também ir em 15 reuniões mas sabendo que uma delas vai ajudar a articular um espaço que vai levar comida barata para gente que está passando fome na rua. Esse lance da construção política, dá trabalho. (CARLOS)

> Por exemplo, se eu comparar com lugares onde eu já trabalhei, é muito diferente, porque a gente tem um propósito muito claro, que une a nossa dedicação de tempo. É um mesmo propósito, um alinhamento. Além de todos os princípios de autogestão que a gente coloca em prática na forma como a gente atua na cooperativa. Isso traz muito, é muito maior o reconhecimento do que em qualquer outro lugar que eu já trabalhei. [...] A militância seria uma forma específica de trabalho e que eu acho que se pauta menos na relação dos recursos e mais na relação de intercooperação e militância. Talvez seja uma forma de intercooperação no trabalho, de cooperar no trabalho. (UBIRATAN)

A própria cooperativa surge desse trabalho como tarefa militante, como resposta às necessidades das comunas e da organização da regional grande São Paulo, é uma forma alternativa de organizar o trabalho que nasce justamente dessa relação do trabalho como militância, mas que também faz com que esses dois sentidos estejam indiferenciados em alguns momentos.

> A construção da cooperativa foi uma tarefa militante e espero que ela vire empreendimento. Mapear, carregar caixa, montar cesta, entregar cesta, gerar nota fiscal, postagem nas redes sociais e a gestão disso vai ser um trabalho, fazer reunião, articulação política, vai ser militância. [...] eu acho que a ideia da terra e liberdade é ela virar um trabalho e deixar de ser uma tarefa militante, mas a construção dela é que vire empreendimento econômico, mas aí vai ter tarefas do setor de produção. (CARLOS)

Ao mesmo tempo esse trabalho que se imbrica com a militância se constitui nas dificuldades da própria construção da militância. Isso porque a militância não é feita apenas de momentos de realização de um sentido pessoal, mas esses são construídos nas próprias dificuldades e complexidade da luta concreta. Além disso, a vida vai além da militância e essa é uma parte da vida dessas pessoas, portanto, as próprias necessidades colocadas nas outras relações da totalidade da vida tem de ser atendidas e, por isso, em muitos casos, o trabalho militante, por mais que seja realizador, não realiza a necessidade financeira dessas pessoas, que necessariamente tem que trabalhar também em outra atividade, vendendo sua força de trabalho, para que sua vida e sua militância também sigam acontecendo. Isso está presente na relação das

pessoas que atuam na cooperativa. Conforme ilustra a fala de Ubiratan, "é um trabalho bastante não alienado, só que não remunerado também." Essa frase expressa essa dualidade presente na relação que se imbrica entre trabalho e militância e dificuldade de buscar essa realização dentro das contradições.

Em suma, esse trabalho com sentido se limita pela imposição da contradição capital-trabalho na nossa sociedade, é trabalho com sentido que pode se constituir até os limites instransponíveis do modo de produção capitalista em nossos tempos, até que se configure uma mudança qualitativa estrutural no próprio modo de produção.

> É muito difícil querer achar que a sua militância vai ser o seu emprego, que você vai ser pago para isso. [...] Eu acho que tem elementos de engajamento e de visão de mundo, de militância, tem margens de atuação militante nos trabalhos mas sempre tem que fazer frente as determinações a valor. Você dificilmente vai ser pago num emprego por muito tempo para militar. (CARLOS)

Entretanto, é possível construir relações de trabalho gestadas a partir dessa realidade concreta e histórica, porque é por meio desse trabalho que se constrói o movimento e o sentido da militância para essas pessoas. Sendo assim, o sentido do trabalho se dá também pela presença da prática agroecológica como elemento constituinte das relações do movimento e como expressão da própria solidariedade orgânica que constitui as relações dessas expressões organizativas.

Para Maria, o trabalho hoje tem um sentido que se conecta com o reconhecimento e realização da sua história de vida como agricultora, mas que se realiza também na práxis militante. A realização enquanto agricultora e militante remonta um dos sentidos da sua trajetória de vida, a qual tem um símbolo importante na prática agroecológica que carrega consigo por toda vida. Esse trabalho que se realiza pela prática agroecológica da plantação de alimentos, bem como o trabalho militante que exerce cotidianamente, constituem esse trabalho com sentido. Por isso também, em comparação com outros tipos de trabalho em sua vida, na forma que exerce hoje, não é penoso, mas só sabe que não é penoso porque justamente coloca em comparação a trabalhos anteriores, os quais tinham algum sentido, mas não se configuravam tal como o sentido que o trabalho tem hoje na comuna e no MST.

> E não é um trabalho exaustivo, um trabalho penoso, é um trabalho onde você pode regular o seu trabalho. Olha, eu tenho que fazer esse manejo aqui, assim, dessa árvore, eu tenho que preparar esse solo aqui e os canteiros pra plantar. Mas eu não preciso ficar aquele sol a sol, aquele dia sofrido, suado demais. Não, eu posso voltar, porque a gente aprende com a natureza. Não é esse sofrimento a natureza. Ela dá paz, ela dá tranquilidade para você. Eu trabalho o dia todo, eu chego à noite não estou cansada. [...] Não é uma coisa penosa na colheita, então é uma delícia você colher de tudo um pouco. Você não está o dia inteiro colhendo alface, você não está o dia inteiro

> colhendo pimentão, você não está o dia inteiro colhendo couve, só couve, só isso. Porque você não vai vender um caminhão de alface, não vai vender um caminhão de couve, você não vai vender um caminhão de pimentão, você vai ver tudo ali é diverso. É necessário para o ambiente, pra gente, é tudo na base da harmonia e da paz. Dá paz, dá trabalho para todo mundo e não é trabalho penoso, é trabalho de aprendizagem. (ROSA)

Essa relação de harmonia é simbolizada na própria prática agroecológica como expressão de uma relação de trabalho possível em que a ação humana deve se dar pela relação não hierárquica e de exploração com a natureza. Nesse sentido, constitui uma outra relação possível de trabalho nessa realidade, não é a superação da ruptura metabólica na sociedade capitalista do ponto de vista estrutural, mas, ao menos, consegue produzir essa outra relação de trabalho presente na vida de Rosa, assim como na vida de muitas famílias do movimento. É uma relação com o trabalho que permite uma realização possível, na relação com o produto do seu trabalho e com o processo, simbolizada na frase: "Tudo o que você está vendo aqui, essas mãozinhas aqui que fizeram, pra baixo também, plantou, cuidou, que se preocupou."

Rosa também fala dessa realização que se dá na reafirmação da potência do trabalho da mulher agricultora, na sua constituição pelo trabalho e no reconhecimento do seu trabalho, em contraponto a invisibilidade do trabalho reprodutivo. Ao falar dessa invisibilidade presente e destacar a existência e a persistência do trabalho reprodutivo, das infinitas jornadas no campo e na cidade, recoloca o sentido do trabalho a partir da potência da mulher agricultora sem-terra, tanto na produção quanto nas frentes e na organização do próprio trabalho e da luta. Para Rosa:

> O trabalho da mulher na agricultura dá essa visibilidade, desse trabalho e dessa competência, do planejar, do tudo que a gente fala. E ela também tem pensamento, ela também tem planejamento, ela também sabe executar. E ela assume frentes também nesse setor de produção, que antes era mais dado na mão do homem. Mas a mulher hoje em dia ela tem capacidade.

Quando fala delas, fala de si também, fala desse reconhecimento de quem está de fato construindo essa transformação (de si e social), fala de Camélia e das mulheres sem-terra que constroem o movimento cotidianamente produzindo esse a partir também de outras relações de trabalho possíveis. Para Camélia, o trabalho que realiza na relação que vai desde o cultivo até sua mesa, bem como até o prato de outras pessoas na cidade, é novamente a representação da sua afirmação enquanto protagonista na construção do movimento, da sua existência e na reafirmação da solidariedade orgânica. Todas essas relações presentes no sentido que o trabalho tem em sua vida justamente porque atrelado a construção da comuna e da sua história. A comuna nasce do trabalho e da necessidade do trabalho, da necessidade da terra para sua realização, na luta por essa. A comuna se realiza no trabalho.

> Olha, a comuna da terra para mim é um espaço abençoado por ter sido a irmã Alberta que me deu a oportunidade de estar aqui hoje, né? Quando a gente veio para cá, eu conheci ela no primeiro dia e ela olhou bem para mim e falou assim: Você não veio para passar três meses, você veio para ficar na comuna. Se você sair daqui, sai todo mundo. A terra é de quem nela trabalha. Eu tenho certeza que você veio trabalhar. E aí, para mim, a comuna da terra é a coisa melhor que aconteceu na minha vida. Aqui eu planto, aqui eu como comida saudável e aqui eu consigo tirar minha renda e ajudar os outros. Companheiros que estão aqui dentro junto comigo. Nunca estou sozinha, estou sempre na luta e sempre no coletivo e não faço nada fora do coletivo.
>
> Se a gente não trabalhar, a gente vai viver do que, né? A gente cresce, a gente aprende a dar valor. Cada grão que a gente come, a gente dá valor ao nosso trabalho. Se eu não trabalhar, eu não vou comer, nem vou comer a comida saudável, a comida limpa e levar para mesa de quem está na cidade, dentro de um apartamento pequenininho, que, se não fosse por nós, eles não comiam, não é? Se não fosse o pessoal do campo, o que seria da cidade? (CAMÉLIA)

Em todos os sentidos é pelo trabalho constituído nas contradições da sua forma em nossa sociedade e pela luta que se constrói esse projeto de vida, o qual tem na Comuna da Terra Irmã Alberta e na Cooperativa Terra e Liberdade suas expressões concretas, construídas pelo trabalho de seus militantes que, por sua vez, se fazem na constituição do movimento e da história, também se constituindo nesse processo.

6.1.2 Cooagropaz

A análise presente no campo colombiano se deu pela construção das informações em suas diversas formas, as quais se realizaram em um processo de *viagem pesquisa* aos territórios.

No processo da viagem em si, a coleta se deu em diferentes cidades e por meio de distintas atividades. Nesse sentido, já em território colombiano, o processo se inicia no departamento de *Antioquia*, na cidade de Medellín, com destaque para a visita ao *Museo Casa de la Memoria*, um espaço de construção coletiva da memória histórica do conflito armado colombiano que reúne uma diversidade de informações por meio das quais foi possível se (re)apropriar da história colombiana e do conflito armado em si. Nesse sentido, reconhecendo a centralidade da violência política, do conflito, da resistência e da construção da paz na realidade colombiana.

Seguimos em direção ao departamento de Huila, na cidade de Neiva, onde está localizada a sede da *Cooagropaz*, bem como em *pueblos* (povoados ou pequenos municípios) e cidades próximas. Nesse território, as informações se produziram em conversas: nas visitas aos diferentes *pueblos* como Anacleto Garcia, Mesa Larga, Vegalarga, Teruel, Palermo, Laureles e La Libertad (mapas nos anexos), na participação em atividades ligadas à cooperativa em uma *comuna* da cidade, na realização de uma roda de conversa na *Universidad*

Surcolombiana, nas conversas durante os trajetos percorridos em carro para a realização das visitas aos territórios, bem como na presença constante na sede da cooperativa, onde foram também realizadas as entrevistas e participação em atividades institucionais.

Também foram realizadas atividades nas cidades de San Agustín (território ancestral colombiano e *huilense*) e na capital colombiana, Bogotá, na presença em atividades políticas e culturais na cidade, seja na visita a museus e locais históricos da cidade, por exemplo, bem como na participação do discurso do atual Presidente Gustavo Petro sobre as reformas de seu governo proferido no dia 14 de fevereiro de 2023 na *Plaza de armas*. É a partir dessas ações realizadas no processo de viagem pesquisa que se consolidaram e construíram as informações presentes na análise, bem como elementos que já foram debatidos anteriormente. Todos esses elementos compõe a caracterização e a análise da *Cooagropaz*, como uma expressão colombiana de alternativa de organização popular do trabalho na América Latina.

Remontaremos a caracterização histórica a partir de recorte histórico de um período, datando de 1948 até os dias atuais, destacando seus eventos chave para a análise e apresentando um panorama geral desse processo *a vuelo de pájaro*[81], utilizando uma expressão colombiana para melhor defini-lo.

Desde a caracterização histórica até a construção das categorias de análise, serão utilizadas falas literais provenientes de conversas realizadas no campo e registradas em diário de campo, bem como fruto da transcrição literal de gravações realizadas nas entrevistas. Além disso, é importante salientar que, conforme previsto no TCLE, os nomes aqui apresentados das pessoas participantes são fictícios. Os nomes fictícios foram retirados da obra *Cem anos de solidão*, entretanto, a escolha dos próprios nomes é aleatória e não tem relação alguma com as características e história de vida das pessoas participantes.

Conforme já afirmamos ao longo de nossa exposição, a violência política, tendo o conflito e confronto armado como expressão, é categoria central na história colombiana. Por isso, os eventos que constituem o marco inicial do conflito armado colombiano, também remontam à forma que se apresenta historicamente a luta de classes no país, tendo em vista a presença de confrontos desde muito antes da sua independência formal, quase que de forma ininterrupta, uma contínua e eterna *Macondo*[82]. A violência é uma ferramenta da manutenção

[81] Essa expressão foi uma das utilizadas em uma das conversas realizadas em uma visita ao *pueblo Río Blanco*, quando um ex-combatente, e assim fez questão de se denominar, contou de forma geral, breve e panorâmica (*a vuelo de pájaro*) as imbricações entre sua história, a história das FARC-EP e do conflito armado colombiano.
[82] Cidade fictícia em torno da qual gira a história da família Buendía em *Cem anos de solidão*, romance magistral de Gabriel García Marquez que retrata a história colombiana em seu *realismo mágico*.

dos processos de acumulação de capital, bem como um mecanismo de contenção da luta de classes na Colômbia. Além disso, é inegável que a negação dessa dominação e a afirmação da constituição do sujeito histórico e político colombiano se deu historicamente também pela violência e com centralidade na questão da terra, sobretudo por meio dos enfrentamentos armados, tendo como expressão as próprias guerrilhas revolucionárias, forma política específica que se remonta desde suas origens no início do século XIX nas guerras civis colombianas (HYLTON, 2010; VILLAMIZAR, 2017).

Dito isso, o ano 1948 é um marco na história colombiana, isso porque no dia 9 de abril o candidato à presidência, Jorge Eliécer Gaitán, que rompe com o Partido Liberal e inicia uma campanha independente, é assassinado em Bogotá, um ponto sem nó e sem volta para a vida política do país. Gaitán, candidato de oratória incomparável, pretendia realizar reformas no país, dentre elas, a reforma agrária, ganhando apoio popular e conquistando as massas colombianas. Sua morte desencadeia levantes massivos como forma de protesto, eclodindo uma verdadeira revolta popular por todo o país e, sobretudo na cidade de Bogotá, uma verdadeira insurreição que ficou conhecida como *Bogotazo*. Esse evento é tanto uma consequência das tensões de classe dos anos anteriores, bem como um dos fatores determinantes da escalada da violência política que se inicia a partir dessa data. Esse período ficou conhecido como *La Violencia* e pode ser caracterizado nos eventos que ocorrem entre 1946 até o final da década de 1950, sendo um marco porque pela primeira vez a violência política se faz presente em todo o território nacional. É nesse momento que começa a se constituir um conflito generalizado e multideterminado, isso porque as insurreições seguem acontecendo depois de 1948 e são duramente reprimidas pelo poder do Partido Conservador. A repressão como contenção total das insurgências avança, outro *Bogotazo* não seria permitido pelos conservadores.

Algumas dessas insurreições passam a se conformar como guerrilhas, muitas delas para autodefesa contra a repressão conservadora, mas também como forma de reivindicar melhores condições de vida, principalmente na luta pela terra, em alguns estados ou territórios, através do Partido Liberal, em outros, ligados ao Partido Comunista Colombiano (PCC). Se instala a partir de *La Violencia* a escalada da resolução da questão da terra por meio da violência política na intensificação dos conflitos, aniquilação física e simbólica, terror, massacres: a própria institucionalização da violência e da morte como ferramenta principal de “resolução” dessa tensão.

Em 1953, o general Rojas Pinilla, do Partido Conservador, consegue dar um golpe de Estado e se estabelecer no poder, governando com o Exército, aumentando ainda mais a

repressão às lutas que vinham sendo travadas, inclusive tornando ilegal o PCC. Já em 1958, se inicia um acordo entre Liberais e Conservadores como tentativa de cessar a guerra civil e a ditadura em vigência, o qual se conforma na assim chamada Frente Nacional. Um pacto político que perdura até 1974 e é marcado pela alternância da presidência (decidida em acordo bipartidário) entre conservadores e liberais: a consolidação de uma democracia oligárquica. Alguns setores liberais rechaçam o acordo e se desvinculam do partido, bem como a resistência e as guerrilhas em algumas partes do país continuam. Em 1959 se intensifica a violência contra os movimentos organizados contra o poder e a repressão da Frente Nacional.

Nesse contexto, alguns anos depois, surgem duas das principais guerrilhas da Colômbia e da América Latina, as FARC-EP e o ELN (Exército de Libertação Nacional), ambas criadas no ano de 1964, com origens, formações e trajetórias distintas, mas produzidas nesse momento histórico. A partir desse ponto, já é inegável a influência do triunfo histórico da *Revolução Cubana*, vitoriosa em 1959, em que o *foquismo* passa a emergir como estratégia e horizonte de uma real possibilidade revolucionária na conformação de guerrilhas *campesinas*. Essa forma política se apresenta por toda a América Latina como expressão da necessidade de libertação.

A repressão da Frente Nacional diante do aumento das insurgências, provoca um deslocamento e migrações armadas, das terras altas da cordilheira central em direção ao sul e às planícies orientais. É na cidade de Marquetália, localizada no extremo sul do departamento de Tolima e nas fronteiras com os departamentos de Huila e Cauca, que em 1964 o Estado colombiano lança a *Operación Marquetalia*. Uma incursão militar que contou com apoio estadunidense[83], helicópteros, aviões de combate, sete batalhões do exército com o objetivo de não somente retomar o controle da cidade, mas aniquilar a comunidade que resistia e defendia suas terras e o direito de viver nelas, naquele momento, como uma milícia de autodefesa com 48 integrantes apenas, 46 homens e 2 mulheres. Depois de várias incursões, o Estado retoma o território, mas "*os inimigos*" conseguem se deslocar e vão para as regiões próximas.

> […] cuando nacen las FARC, que las nace producto de esa violencia generalizada, que el gobierno en su momento arreció contra el campesinado colombiano. Bueno, una lucha entre liberales y conservadores. En la violencia de los 48, sí que ya había guerrillas comunistas, pero el surgimiento de Farc no nace de una guerrilla comunista, nace de un pensamiento liberal, como lo era en este caso el pensamiento de Manuel Marulanda […] era un liberal y le toca enguerrillerase e irse al monte, inicialmente no se va, no se enguerrillera como tal, sino que él se va y se asienta en un sitio que llama Marquetalia, al sur del Tolima, por los lados del río Atá. Se asienta allá con un grupo de familias campesinas y deciden empezar a organizar tierra, […] cultivar la tierra, al

[83] No contexto marcado pela Guerra Fria, o pretexto do combate ao "comunismo" servia como justificativa ideológica para quase todas as intervenções ou apoios dos Estados Unidos, bem como fortalece a construção ideológica do "inimigo interno". Não foi diferente na Colômbia, como em toda a América Latina.

> punto que ellos organizados deciden, necesitamos un préstamo, vamos a ir a la gobernación del Huila para que nos preste y piden prestado 5 millones de pesos. Resulta que el gobierno no se los presta. Por el contrario, les meten unos operativos con el pretexto de que en Colombia se estaban creando lo que ellos llamaron repúblicas independientes. (*Aureliano*)

> En el año 64, para ser más exactos, 27 de mayo del 64. Ellos determinan continuar una lucha generalizada en el país y sacan en ese mismo año, el 20 de julio, un manifiesto que se llama "El programa agrario de los guerrilleros". Porque agrario, porque inicialmente ellos no proyectaron la lucha agraria o por el derecho a la tierra. Pero a medida que se va creciendo el movimiento guerrillero, a medida que se van multiplicando esas unidades guerrilleras por todo el territorio y se van uniendo otros grupos guerrilleros que estaban independientes, es cuando determinan ellos llevar esa lucha, aunque sigue el mismo nombre, lucha agraria, pero oxigena, ya con la exigencia no solamente de tierras, sino con el mejoramiento de la calidad de vida en todos sus aspectos, en la educación, en la salud. (*Aureliano*)

É na reunião dos comandantes de diferentes regiões (Marquetália, Río Chiquito e El Pato) que se conforma o *Bloco Sul*, com o objetivo de lançar um novo programa agrário. Tendo como horizonte a luta pela terra e a resposta popular organizada contra a violência militarista do Estado colombiano, se constitui em 1964 (nomeada dessa forma apenas em 1966) as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, uma organização popular que se configura como estratégia de sobrevivência coletiva, seja como resposta às condições precárias de vida no campo, bem como na necessidade de defesa da violência política estatal. Nesse sentido, se conformam na defesa da reforma agrária, melhores condições de vida no campo e da população *campesina* por meio da estratégia da construção do verdadeiro poder territorial, local e popular. A organização insurgente passa a se conectar diretamente com as demandas e necessidade da população do campo e no enfrentamento à questão central da terra, o que garante a continuidade das lutas agrárias anteriores e se coloca como uma nova expressão em sua radicalidade. São a continuidade da luta histórica pela terra, bem como a negação produzida nas consequências de *La Violencia*. Ao longo dos anos, as FARC-EP passam de uma milícia de autodefesa da vida no campo a uma guerrilha organizada de caráter ofensivo, ganhando cada vez mais adeptos e mais força.

> Es eso, por el derecho a la tierra, como como un movimiento agrario, o movimiento guerrillero agrario que después se proyecta ya a la toma del poder, porque se determina que desde el poder es que se le puede solucionar los problemas sociales a la gente. Entonces se continúa la lucha y es ahí donde, pues viene a desencadenar todo esto que en su momento tuvimos una muy gran acogida de la de la gente. (*Aureliano*)

Pela presença presente na vida *campesina* nos interiores da Colômbia, em diferentes regiões, oscilam entre a simpatia e a solidariedade das populações e o rechaço. Como ator político que se constrói a partir da década de 1960 pelo confronto armado, pela negação

violenta, participam ativamente do conflito e também são produtores ativos da violência política que o determina, se produzem nas contradições de um contexto de guerra, entre a prestação de serviços sociais às comunidades (ocupando o lugar e o papel do Estado) até a prática da violência contra as próprias populações dos territórios nesse contexto de combate constante e militarização.

A partir dos anos 1980 as FARC-EP tem um crescimento significativo e passam a ganhar ainda mais força com o crescimento da guerrilha, em suas frentes e blocos. Dada também como consequência das condições de vida do país, a guerrilha passa a ser uma forma de fuga da condição de pobreza e miséria, bem como a necessidade e a possibilidade real de produzir um enfrentamento a essa condição.

A partir do estabelecimento de um conflito generalizado, de alta intensidade e multideterminado, a década de 1980 é fundamental para os desdobramentos da vida política do país. É durante essa década que se realizam as primeiras negociações de paz entre FARC-EP e Estado colombiano e a assinatura desses, bem como a emergência com maior intensidade e organização das forças paramilitares - cuja base legal já estava consolidada desde um decreto de 1968 que permitia a criação de grupos armados civis, as "autodefesas", para "auxiliar" as forças armadas no combate à guerrilha - e a expansão do poder pelos cartéis de narcotraficantes, que passam a influenciar direta e intensamente a vida política do país cada vez mais.

Em 1982, as até então FARC se renomeiam para FARC-EP (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo), apontando para uma mudança de estratégia político militar e uma reorganização de suas estruturas, passam a se considerar um exército do povo, expandindo seus territórios e com maior captação de recursos (sobretudo via intensificação das relações com o narcotráfico) que visava um maior poder político na vida colombiana. Anos depois, os *Acuerdos de la Uribe,* em 1984, permitiram um cessar fogo bilateral e abriram espaço para uma possível construção da paz nesse período. Acordo que foi assinado mediante a promessa de comprometimento do Estado na realização de reformas políticas e econômicas, bem como pela gradativa reincorporação da guerrilha pela via política da legalidade. Como desdobramento dos acordos se criou o partido *Unión Patriótica* (UP) em 1985, articulação entre o Partido Comunista Colombiano e as FARC-EP, bem como com outras forças da sociedade que aderem à criação do partido na construção da paz.

Canalizando de forma histórica o grande descontentamento popular com as condições de vida no país, em 1986, a UP tem um êxito eleitoral expressivo conquistando postos importantes nas eleições deste ano (350 vereadores, 9 deputados e 6 senadores); já nas eleições

de 1988 passa a ser a terceira maior força eleitoral do país com a eleição de 16 prefeitos próprios, mais 79 em coalizões e aumentando os representante em todas as instâncias. A partir disso, se inicia a perseguição, os desaparecimentos forçados e as mortes de seus militantes, a "*guerra sucia*" que se configura como genocídio político. Diante do crescimento da UP, novamente a violência política é utilizada como mecanismo de contenção, aniquilação[84] e manutenção do poder. É nesse cenário também que as principais guerrilhas se unem e criam a Coordenadoria Guerrilheira Simón Bolívar (CGSB), como forma organizativa contra o Estado colombiano e seus braços paramilitares.

Em 1990, ainda sob o período de "paz" oficial, o ataque pelas forças armadas colombianas à sede do secretariado das FARC-EP com um bombardeio, conhecido como *Asalto a la Casa Verde*, é o estopim para a ruptura do período de paz e das relações da guerrilha com o governo. Nos anos 1990, se consolida um recrudescimento do conflito que se dá também pela nova reorganização das FARC-EP, aumentando o número de confrontos, ações violentas e a intensidade da sua ofensiva pela nova forma de operar na tática de guerra de movimentos. A guerrilha consegue vitórias importantes e tem um crescimento considerável em domínio territorial e número de integrantes. Entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000, as FARC-EP chegaram a cerca de 17 mil integrantes em todas as frentes pelo país. Em contraponto, em 1994, se realiza uma unificação das forças paramilitares, conformando as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), uma confederação de exércitos privados estritamente ligados às forças de extrema-direita e ao Estado e que assumem protagonismo da contra insurgência, diante das dificuldades do exército.

No final da década de 1990, com o recrudescimento do conflito posto e o crescimento cada vez maior das FARC-EP, mais especificamente em 1998, se iniciam novas negociações de paz entre a guerrilha e o governo de Andrés Pastrana, as quais fracassam em 2002. Ainda em 1999 se inicia a negociação que consolida anos depois o *Plan Colombia*: inicialmente pensado pelo governo Pastrana como um programa governamental de auxílio às zonas cocaleiras e como forma de cooperação e suavização do conflito. Entretanto, em negociações com os Estados Unidos e a União Europeia, torna-se um acordo bilateral de caráter militarista para o combate direto às guerrilhas e ao narcotráfico. A injeção de mais de 900 milhões de dólares se deu diretamente para a modernização do exército colombiano. Aliado a isso, em

[84] No que diz respeito à UP, desde 1984, cerca de 6.000 militantes foram assassinados, fato que foi reconhecido até pela Corte Interamericana de Direitos Humanos na condenação ao Estado colombiano em 2023. Além disso, nesse período, entre 1989-1990, três candidatos à presidência foram assassinados: Bernardo Jaramillo (UP); Carlos Pizarro (Aliança Democrática M-19 – partido fundado a partir da desmobilização da guerrilha M-19) e Luis Carlos Galán (Partido Liberal).

2001, o Estado categoriza as FARC-EP como grupo terrorista. Em 2002, se elege presidente Álvaro Uribe com um discurso fortemente antiguerrilha e tendo como principal promessa de campanha a erradicação dos movimentos insurgentes.

O governo Uribe é o responsável pela implementação direta do *Plan Colombia*, bem como do aprofundamento neoliberal no país e o que se nota nesse período é uma intensificação ainda maior do conflito, em uma nova escala de enfrentamentos. O governo Uribe aumenta os investimentos na guerra possibilitados pelos dólares de Washington e se utiliza de todos os métodos possíveis[85] para reconquistar o controle territorial, sobretudo nas regiões historicamente dominadas pelas FARC-EP e outras guerrilhas, bem como intensificar a guerra psicológica. A guerra passa a ser total e o Estado colombiano obtém grandes êxitos em suas incursões. As FARC-EP passam a ter grandes perdas e se deslocarem para as zonas fronteiriças, sofrendo duros golpes, como a morte de Manuel Marulanda Vélez, fundador e comandante da guerrilha, bem como outras perdas importantes. A guerrilha passa a adotar postura defensiva e evitar grandes confrontos diante da sua fragilidade crescente e da desigualdade do poderio bélico estabelecido.

No ano de 2012, se inaugura um novo capítulo com o início das negociações de paz entre as FARC-EP e o governo de Juan Manuel Santos. Esse processo se inicia em 2012 e também é fruto de uma articulação política latino-americana, uma vez que teve a participação de alguns países nas negociações e foi protagonizado por Cuba, sendo assinado em Havana em 2016 pelos comandantes das FARC-EP e representantes do Estado colombiano. Em suma, o acordo teve o objetivo de acabar com o conflito de forma processual, entretanto, pautando algumas das reivindicações históricas do campesinato colombiano e de sua população no geral nos diálogos.

Os acordos previram o estabelecimento de uma Reforma rural e integral; Recuperação da participação política legal dos integrantes das FARC-EP; Desmobilização, cessar fogo e entrega das armas pela guerrilha; Processo de reincorporação dos guerrilheiros; Propostas de solução para a questão das drogas e narcotráfico; Acordo de vítimas, na construção da verdade, justiça, reparação e não repetição, bem como a consolidação de mecanismos de verificação. Em

[85] O caso dos *Falsos Positivos* é o símbolo mais emblemático desse período. Execuções extrajudiciais apresentadas ilegalmente pelo Estado como sendo baixas do conflito. Ou seja, o exército colombiano ou forças aliadas paramilitares, assassinavam civis e atribuíam essas mortes ao conflito armado, como se fossem combatentes das FARC-EP ou de outra guerrilha (criando todo um cenário forjado para tal). Esse processo era alimentado pelo esquema (extraoficial) de premiação por baixas perpetradas pelas forças armadas. Até o momento, segundo a *Jurisdicción Especial para la Paz* (JEP) contabilizam-se mais de 6 mil civis que foram assassinados nessa condição, sendo que 78% dos casos ocorreram entre 2002 e 2008, durante o governo de Álvaro Uribe.

2017, se deu oficialmente o término do processo de desarmamento, já em 2019, conforme previsto nos acordos, criou-se o Partido *Fuerza Alternativa Revolucionária del Común* que, em 2021, muda de nome para *Comunes*. O partido tem garantias de representação fixas até 2026 na câmara dos deputados e no senado.

Dessa forma, é nesse processo de transição que as FARC-EP, ao assinarem os acordos de Havana em 2016, iniciam um novo momento em sua trajetória política na história colombiana, consolidando a transição de uma luta que se configurava nas diferentes formas e estratégias guerrilheiras para, então, se conformar como outra forma de organização e atuar sob a institucionalidade da política como partido formal organizado. Além disso, vale lembrar algo fundamental: nem todos os *farianos*, àqueles que assinaram os acordo ou não, necessariamente aderem e se vinculam ao partido, alguns grupos optam por vias diferentes, por organizar-se de outras formas.

Esse processo não se desenvolve sem as suas contradições, sem a repetição da própria história como expressão das relações que estruturam a sociedade colombiana. Diante do descumprimento de pontos fundamentais do acordo, bem como da continuidade do assassinato sistemático de ex-combatentes[86], intensificada no governo de Iván Duque, alguns grupos optaram por retornar à luta armada, sendo assim, dissidentes minoritários seguem optando pela luta armada (como os grupos de Iván Marquez e Gentil Duarte). Entretanto, outros grupos optam por caminhos diferentes na construção da paz.

Passamos então à necessidade de debater o processo de *Reincorporación*[87], previsto nos processos de paz de 2016 (presente no item 3.2 do acordo final), cujos marcos preveem um processo de reincorporação por meio da estabilização socioeconômica, retomada da vida civil, política e econômica de ex-combatentes que entregaram suas armas, no contexto da assinatura do Acordo Final entre o Estado e as FARC-EP. Esse processo tem caráter transitório e se assenta sob os pilares da reincorporação política, econômica e social, que para além da já apresentada consolidação de um partido, buscam reestabelecer a volta de ex-combatentes às suas comunidades, na reconstrução do tecido social nos territórios, na convivência e reconciliação das relações. É um processo que passa necessariamente pelo trabalho e pela geração de renda

[86] Desde a assinatura dos acordos de paz em 2016, segundo a última atualização (julho de 2023) do *Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz* (INDEPAZ), foram 380 ex-combatentes participantes dos acordos assassinados.

[87] O termo *Reincorporación* é importante de ser destacado porque também configura um processo jurídico dentro do processo dos acordos de paz, singularmente desenvolvido para as FARC-EP. Destacamos dessa maneira a nomenclatura porque expressa a forma jurídica específica para os acordos com as FARC-EP, se diferenciando, por exemplo, do processo anterior de desmobilização ofertado para todos os grupos armados que se configura sob o nome de *Reintegración*.

em que a própria forma foi negociada e escolhida nos acordos, tendo a economia solidária como pilar estruturante.

As etapas do processo de *Reincorporación* são parte do processo de consolidação dos acordos de paz de 2016. Por isso, foram criadas diversas estruturas formais, jurídicas e operacionais para a construção desse caminho. Nesse processo, algumas áreas foram designadas pelo governo colombiano para acomodar e reintegrar ex-combatentes, sob seu comando, vigilância e controle.

Segundo as informações dos documentos oficiais, em um primeiro momento, em processo de transição da reincorporação, foram criadas as *Zonas Veredales Transitorias de Normalización* (ZVTN) e *Puntos Transitorios de Normalización* (PTN) que funcionaram por alguns meses como zonas territoriais de garantia do cessar fogo, da entrega de armas pelos integrantes das FARC-EP e com o objetivo de iniciar o processo de transição à reincorporação econômica e social dos ex-combatentes. A partir deste ponto, existe uma transformação dessas zonas em *Espacios Transitorios de Capacitación y Reincorporación* (ETCR), sendo esses concebidos como espaços em que os ex-combatentes poderiam realizar atividades de capacitação e preparação para o retorno à vida civil de forma pacífica. Os ETCRs também foram pensados como espaços para implementar projetos de desenvolvimento rural e econômico. Contudo, essas zonas não estiveram presentes em todos os departamentos da Colômbia e nem todos os ex-combatentes passaram por essas. Além disso, esses espaços enfrentaram suas dificuldades e contradições, dadas tanto no distanciamento entre o que foi planejado e realizado, bem como dos ex-combatentes com seus laços sociais.

No processo de reincorporação econômica e social no retorno à vida civil, segundo a Agência para a Reincorporação e Normalização (ARN) os ex-combatentes passam por um caminho que inclui um auxílio financeiro inicial nos primeiros 24 meses e por acompanhamentos: formação para o trabalho e fortalecimento para a inclusão laboral; fortalecimento de vínculos familiares e acesso à moradia, saúde, educação.

Conforme previsto nos acordos criou-se uma organização para promover a reintegração econômica e social coletiva dos ex-combatentes. A *Economías Sociales del Común* (ECOMÚN), é uma organização de economia social e solidária, que abrange várias cooperativas, organizações e associações produtivas. Nesse sentido, os ex-combatentes poderiam se afiliar voluntariamente a esta entidade. A ECOMUN cumpre o papel de organizar e centralizar, a partir da relação com as instâncias governamentais e órgãos de reincorporação,

a promoção de projetos coletivos de produção para as entidades conformadas por ex-combatentes em reincorporação.

Essa foi uma característica negociada nos acordos de paz, tendo em vista que o próprio processo de reincorporação econômica e social, tem também sua centralidade na organização do trabalho, nos princípios e estruturas da Economia Solidária. As cooperativas, associações e outras formas alternativas, se constituem como eixo importante da reincorporação social e econômica. Essa foi uma proposta feita na negociação pelos *farianos*, a realização desse processo por meio do protagonismo da Economia Solidária, da promoção de formas de organizar o trabalho que dialogassem com a construção histórica do movimento, das formas de *vida fariana* e que pudessem se adaptar à "nova" realidade. A economia solidária é a forma mais próxima nesse momento daquilo que construíam enquanto estavam na guerrilha.

A Economia solidária é uma ferramenta do processo de paz para cumprir com os objetivos do acordo que estão pautados no combate à pobreza, promoção da igualdade e pleno gozo dos direitos e cidadania. Nesse processo, dentro e fora das relações mediadas pelo processo de reincorporação e pela organização da ECOMÚN, começam a se consolidar formas de organizar o trabalho e a sobrevivência econômica que remontam a necessidade de continuidade de uma *vida fariana* e buscam se adaptar à nova realidade, conformando sobretudo cooperativas e associações produtivas como expressões desse processo.[88]

Mais especificamente no departamento de Huila, território que historicamente teve uma presença marcante das FARC-EP, na cidade de Neiva, nasce a *Cooperativa Multiactiva por la Paz* (Cooagropaz). É em Neiva, inclusive, que existe um dos monumentos mais importantes da memória histórica colombiana do enfrentamento dos povos originários a invasão espanhola, uma monumental representação de *La Gaitana*[89], um símbolo da resistência e do enfrentamento à dominação colonial espanhola. Os rios têm uma centralidade na sua história, tendo em vista que a cidade foi fundada pela proximidade com esses, sobretudo o Rio Magdalena, o mais importante da Colômbia por cortar quase todo o país e o departamento de Huila por completo.

A Cooagropaz se constitui como parte e expressão do processo descrito acima, é uma forma associativa que se constitui como parte do processo de reincorporação. Entretanto, essa experiência tem sua especificidade, seu modo singular de ser e de se constituir como tal, porque

[88] Dados da ARN de junho de 2023 indicam que oficialmente cerca de 12 mil ex-combatentes das FARC-EP estão em reincorporação, sendo que 9 mil residem fora dos antigos ETCRs e 2 mil ainda residem nesses antigos espaços.
[89] O monumento representa a rebelião contra a dominação colonial, mais precisamente na insurgência dos *Yalcones* e outros povos liderada por *La Gaitana*. Depois da morte de seu filho pela violenta dominação da região de Timaná pelos espanhóis, a cacica liderou um levante vitorioso durante décadas resistindo à dominação colonial espanhola.

também expressa as necessidades de ex-combatentes que buscam construir seu processo de reincorporação Mais do que uma forma associativa que se constitui pelo processo de *Reincorporación,* a Cooagropaz é uma construção autônoma do processo de reincorporação que vai além da sua centralização e se estende para além da experiência com ex-combatentes das FARC-EP. Essas são características marcantes, por meio das quais começamos a compreender essa organização que se constitui como fruto do processo de *Reincorporación* e, ao mesmo tempo, como resistência e tensionamento crítico.

Em uma primeira aproximação, podemos dizer que a *Cooagropaz* é uma expressão organizativa associativa fruto dos acordos de paz de 2016, se constitui como cooperativa de trabalho agropecuária que nasce da necessidade de apoiar os projetos produtivos desenvolvidos pelos ex-combatentes em seu retorno aos territórios, como estratégia coletiva de potencializar a vocação para a agricultura e pecuária de seus integrantes e como forma de produzir sustentabilidade socioeconômica. Tem atuação em cinco departamentos da Colômbia (Huila, Cundinamarca, Tolima, Caquetá e Bogotá Distrito Capital).

A cooperativa é constituída por ex-combatentes de diferentes processos de paz, não somente das FARC-EP como também de outros acordos de paz (*Desmovilización* em 1990 e Reintegración em 2005); vítimas do conflito armado de diferentes atores (paramilitares, guerrilha e Estado); população *campesina*. Todos os membros da cooperativa de alguma maneira tiveram participação direta ou indireta no conflito armado colombiano. Hoje, são 863 associados e associadas, em que 300 são ex-combatentes das FARC-EP, em grande maioria se reconhecem como *campesinos*, tendo em vista que, para muitos, o campo segue sendo seu território de vida. Para além disso, o objetivo é produzir alternativas às várias questões sociais postas pela realidade pós-conflito, desenvolvendo atividades por meio de três eixos essenciais: o acesso à terra, à processos produtivos e à moradia, em que a reconstrução do tecido social também é um horizonte e elemento fundamental que compõe sua razão de ser.

Igualmente importante é uma outra razão de ser da *Cooagropaz* que se apresenta a partir de uma outra camada de compreensão: sua constituição se dá a partir da necessidade de construção autônoma, coletiva e descentralizadora, como resistência ao processo de centralização da reincorporação. Isso porque se conforma, em um primeiro momento, por fora das estruturas formais e a partir do território, para além da centralização que exerce o partido *Comunes* e o próprio Estado. Esse tensionamento crítico vem da necessidade de construir a cooperativa desde o cotidiano real, *desde abajo*, dos vínculos históricos com os territórios, que participaram de alguma maneira da construção da insurgência, feita naqueles *pueblos*, no

constante contato com essas pessoas. Por isso, a necessidade de construção autônoma da cooperativa como resistência à centralização do processo de reincorporação se deu na recusa do distanciamento e isolamento produzido pelas estruturas de transição, como os ETCR, bem como na postura crítica frente a um certo exclusivismo ou privilégio dos ex-combatentes no acesso aos "benefícios" dos acordos, em detrimento da negação desses direitos às populações que sempre construíram o processo de enfrentamento junto e nas organizações insurgentes, bem como foram extremamente afetadas em suas vidas pelo conflito por gerações.

A cooperativa começa a partir de uma pergunta: *o que vamos fazer depois da assinatura dos acordos de paz da forma como esse foi construído? (Úrsula).* Muitos ex-combatentes não estão de acordo com a forma que foi conduzido o processo de paz e têm críticas a esse, seja pela falta de diálogo com as bases e participação efetiva da maior parte dos ex-combatentes no próprio processo ou pelas dificuldades e contradições colocadas na reincorporação concreta. Sendo assim, desde a discordância à condução e o resultado do processo, bem como os reais problemas da implementação da reincorporação, esses são motivos centrais para a criação da *Cooagropaz*, tal qual se constitui como experiência autônoma e desde o território.

A crítica ao caráter restritivo, punitivo e limitante dos ETCRs se expressa como contraponto a um desses processos, tendo em vista que a exigência da presença nesses espaços para a consolidação da reincorporação, bem como o fato desses espaços muitas vezes estarem distantes dos territórios em que os ex-combatentes tinham sua vida, seus familiares e seus laços sociais, produziu uma recusa ou evasão consciente desses na busca por seu *(re)enraizamento territorial e afetivo*. No departamento de Huila não esteve presente nenhum ETCR.

Primordialmente, os ex-combatentes buscavam reestabelecer seus laços sociais, voltando aos territórios que tinham sentido para sua vida, por isso, também se produziu uma dispersão dessas pessoas, ao mesmo tempo, um distanciamento da coletividade que era produzida na vida *fariana* aliada às dificuldades de um processo de retorno à vida civil, sobretudo para aqueles que passaram a maior parte do processo insurgente *en el monte*[90], para os quais as complexidades desse processo de transição se apresentam de maneira singular. Nesse sentido, dadas as discordâncias, o distanciamento, os incumprimentos, as incertezas e as dificuldades do processo real de reincorporação, no cotidiano muitas vezes hostil e excludente para essas pessoas, surge a necessidade de construir uma organização coletiva como resposta

[90] Expressão utilizada pelos farianos para definir a vida e as atividades na selva, nos interiores dos departamentos, em regiões rurais, montanhosas, geralmente remotas e cobertas por vegetação, onde eram construídos os acampamentos e as bases de operação da guerrilha. A expressão *irse al monte* caracteriza a entrada de uma pessoa na insurgência armada nesses espaços, diferente da atuação que se dava nos centros urbanos.

às dificuldades desse processo que se consolidasse pelo não retorno ao recurso da violência, uma "*gestión autónoma, de resistencia y desde afuera" (Arcádio),* que pudesse ser a possibilidade da continuidade da construção de uma forma de organização que guardasse o horizonte ético-político *fariano*, sob uma nova estrutura.

É nesse ponto que alguns ex-combatentes que escolheram não ficar nos ETCRs começam a se reunir para conformar uma cooperativa, a qual, em um primeiro momento, se constitui com 70 ex-combatentes, mas que em seu processo vai sendo cada vez mais inclusiva. Portanto, a cooperativa nasce na necessidade de ser inclusiva porque surge como ferramenta de reconciliação e reconstrução do tecido social, bem como se expressa na reconstrução de relações que já estavam presentes na vida fariana, seja na imprescindível e vital relação entre campo e cidade ou na proximidade de vínculos com as populações dos territórios. Ao mesmo tempo, como organização de trabalho e conformação de pressão organizada, como continuidade de um movimento agrário em uma nova expressão.

> […] nosotros en la cooperativa que estamos buscando es crear efectivamente un movimiento agrario, estamos buscando generar conciencia en los campesinos de la importancia y la necesidad de organizarse. Organizados es de la manera en que se puede presionar al gobierno para que la poca inversión que haya en el campo por lo menos les llegue a esos campesinos. (Aureliano)

A *Cooagropaz* se constitui como experiência singular do processo de reincorporação por meio da sua construção autônoma, que se define tanto na sua constituição enquanto ferramenta de combate objetivo coletivo da desigualdade, da pobreza e da fome nos territórios, por meio da promoção de projetos produtivos, quanto na promoção de processos de organização e formação política. Nesse sentido, assim como no movimento guerrilheiro, mas agora sob outra forma de organização e relação, a continuidade na mudança de determinados processos seguem sendo construídos a partir do mesmo horizonte ético-político. Esse novo processo, gestado a partir da relação histórica com esse horizonte pode ser sintetizado em uma frase retirada da produção coletiva fruto de um dos projetos vinculados à *Cooagropaz*: "*[...] que no baste sólo el plato de comida, sino obtener el poder en el territorio"*. É na necessidade de construção autônoma e diversa que se constitui a cooperativa, tendo na organização popular e do trabalho uma ferramenta de transformação política constituída na construção de paz, ferramenta essa que se forja na dialética objetividade-subjetividade. É nesse sentido que destacaremos as expressões desse enfrentamento, que se configura como tal a partir das suas determinações históricas e por um *modo fariano* de construí-lo, que se atualiza e se constitui a partir de uma nova etapa histórica.

Hoje, a Cooagropaz se organiza por meio de projetos produtivos, funciona como uma organização que realiza a mediação entre os territórios, seus associados e os projetos desenvolvidos, todos com o objetivo de garantir o acesso à terra, habitação para os campesinos, o desenvolvimento da agricultura e agropecuária como ferramentas de subsistência e de geração de renda nos territórios, na constante relação imprescindível entre campo e cidade. A cooperativa não maneja recursos próprios, mas funciona como uma estrutura jurídica e organizacional necessária para o encaminhamento dos recursos e desenvolvimento dos projetos, seja na relação com o Estado colombiano ou seja por meio de processos de cooperação internacional. Nesse sentido, todos os projetos produtivos vinculados à cooperativa de alguma maneira contribuem direta ou indiretamente para o combate à fome e a promoção da segurança alimentar, alguns com o horizonte da produção da soberania alimentar, seja a partir dos projetos produtivos ou pela potencialização da organização política.

Os projetos produtivos vinculados à cooperativa são diversos e buscam promover ações nos diferentes territórios. Se destacam projetos voltados a criação de gado, produção e comercialização de leite e queijo; projeto avícola na produção e comercialização de ovos; projeto caprino na produção de leite de cabra; projetos de produção de mojarra, feijão, ervilha, gulupa, lulo, plátano, banana, maracujá, hortaliças, etc.; projeto de produção de café orgânico; projetos de fomento a pequenos produtores com diversos tipos de cultivos; projeto de piscicultura vinculado à ECOMÚN; projeto vinculado a associação de mulheres ASOEMANCIPADORAS que visa a soberania alimentar de mulheres associadas reincorporadas, vítimas e campesinas; projeto de capacitação para os jovens do campo em suas zonas.

Portanto, é nesse sentido de atuação prática da cooperativa com os territórios que também se produz o enfrentamento à fome e a insegurança alimentar. Existe uma clareza entre todas as pessoas com quem tivemos contato da própria cooperativa sobre a afirmação da atuação do combate à fome pela instituição, bem como da sua limitação, do seu caráter mitigador, um reconhecimento de que a cooperativa, por si só, não será capaz de resolver a questão, mas de enfrentar o problema pela criação de ferramentas e mediações que possam diminuir, arrefecer à fome e à insegurança alimentar nos territórios. Isso porque a cooperativa ocupa um lugar que historicamente foi negado pelo Estado, em sua histórica presença ausente nesses territórios, em algum momento, esse espaço foi ocupado pela própria guerrilha e, agora, se faz na presença da cooperativa nos territórios.

É o que pudemos perceber nas conversas e, mais especificamente, em uma delas realizada na região de *La Libertad* (extremo norte do departamento de Huila), quando um *campesino* que hoje faz parte da Cooperativa, diz da importância da presença da cooperativa no território diante do *total abandono* do Estado. A presença da cooperativa se faz na continuidade do apoio que de alguma maneira era reconhecido anteriormente na guerrilha. Essa era uma região de forte presença da guerrilha, sobretudo por estar na zona fronteiriça entre Huila, Meta, Tolima e Bogotá. Nesse sentido, segue vigente ainda o reconhecimento do papel da guerrilha na pressão que exercia sobre as instâncias locais do Estado para garantir questões básicas para o território, como é caso das estradas e da luz elétrica, por exemplo. A partir disso, ainda permanece um sentimento de *abandono* diante do fim da guerrilha e da volta da presença circunstancial do Estado na região, isso porque a única presença efetiva desse se dá pelos acampamentos do exército que tem o objetivo de desminar a região, retirar as minas terrestres da época do conflito. A cooperativa busca (re)ocupar esse espaço com o apoio aos campesinos por meio dos projetos produtivos e isso está presente na vida dessas pessoas, as quais reconhecem que os únicos apoios que têm nesse momento são da Cooagropaz e das pessoas do próprio território. Em *La Libertad*, a presença presente da cooperativa, como continuidade e uma nova expressão da construção junto ao território no apoio às suas necessidades e demandas, contrasta com a recorrente, permanente e exclusiva presença ausente do Estado pela via bélica. Uma outra fala também ilustra a questão.

A questão da fome posta no campo colombiano não se dá pela baixa produtividade ou pela incapacidade produtiva, o problema está justamente no impedimento do acesso à terra e na má distribuição de recursos e alimentos. Nesse sentido, a Cooagropaz atua de maneira organizada na promoção de projetos produtivos que possam garantir o acesso à terra e a viabilização da realização de projetos produtivos nesses territórios. Como é o caso da fazenda *La Herradura*, localizada entre os municípios de Palermo e Teruel, que foi cedida pelo Estado colombiano em acordo pioneiro para a realização dos projetos produtivos, podendo contemplar cerca de 300 ex-combatentes em processo de reincorporação, em que são desenvolvidos alguns projetos produtivos. O acesso à terra mediante a organização coletiva e a relação com o Estado é uma das maneiras de desenvolver esses projetos. "*Si tienes tierras y tienes como cultivarla, ciertamente, un plátano te quita el hambre."* (*Arcádio*) como disse um dos ex-combatentes.

O acesso à terra é a pedra angular desse processo, sem terra ele não se inicia, entretanto, é preciso ir além do acesso à terra para sustentar o combate à fome e à insegurança alimentar nos territórios, principalmente na produção de autonomia por meio de projetos que sustentem

a produção de alimentos próprios dessas regiões, nativos, saudáveis, bem como a criação e solidificação de uma cadeia de produção agrícola em que os campesinos possam comercializar seus produtos, da colheita até o armazém. Os projetos apontam para a garantia da terra, da moradia e da sustentabilidade dessas pessoas em seus territórios históricos, que pode se dar tanto pela produção de alimentos pelas famílias, possibilitando algum grau de sua subsistência ou a garantia de alimentação suficiente e saudável, bem como em processos de fortalecimento da cadeia produtiva agrícola que permitam maior viabilidade da comercialização dos alimentos ou produtos derivados da produção desses *campesinos* como forma de geração de renda.

As ações também estão direcionadas para uma diminuição do custo da produção, um ponto central da atuação da cooperativa, seja fomentando o intercâmbio entre as regiões, comercialização, trocas ou qualquer ação que consiga mitigar a inflação dos alimentos nesses territórios ou atuando na cadeia para baixar diretamente o custo de transporte, armazenamento e comercialização dos alimentos, tendo em vista que uma boa parte desses se destina aos centros urbanos. A cooperativa busca criar formas de baixar os custos do produto dos *campesinos* e fazer com que esse produto seja vendido por um preço significativo e estimulante para esses e que, portanto, sustente a própria produção. Seja na facilitação do transporte pela cooperativa ou na construção de projetos, como a entrada no centro de armazenamento (centro de *acopio*) da cidade de Neiva.

Outras iniciativas vem sendo projetadas, como a criação de tendas populares nos *pueblos* e bairros que possam garantir a execução dessa cadeia: produção, transporte, comercialização, transformação e comercialização final. Criando uma cadeia de produção agrícola em que os campesinos possam comercializar seus produtos sem intermediários, diretamente da colheita até o armazém. Além disso, esforços vem sendo feitos no sentido de potencializar a comercialização dos alimentos, buscando formas de agregar maior valor a esses, justamente na consolidação da produção e comercialização de produtos com maior valor agregado, ao invés de vender alimentos *in natura*. Por isso, por exemplo, no lugar de vender o café em sua forma natural, depois de colhido e ensacado, que essas famílias tenham condições de moer e torrar o café para vende-lo, por conta própria, em uma outra condição, por um valor agregado maior do que o anterior.

Todas essas ações fortalecem a organização cooperativa e buscam a garantia de um bom preço para a comercialização. Isso porque é preciso também pensar na imprescindibilidade da articulação entre campo e cidade. Nos centros urbanos, é muito difícil o cultivo de alimentos, o único meio é comprar, e é por isso que é necessário se construir esses processos no campo,

baixando os custos na produção e comercialização, para que chegue mais acessível para trabalhadores e trabalhadoras dos centros urbanos. É na constante articulação entre campo e cidade, algo que permanece da organização *fariana*, que a Cooagropaz aposta no combate à fome.

Outra forma de pensar e construir o enfrentamento à pobreza e à fome nas cidades se dá por meio de processos que potencializem a organização e a ação política. Esse tipo de construção tipicamente singular da Cooagropaz é uma aposta na organização política e na educação popular como ferramentas de transformação.

> Porque nosotros mitigamos adentro del campo, o sea, cuando estamos desarrollando proyectos productivos sostenibles, que es la pelea, que sean sostenibles, y en la ciudad mirar cómo mejorar la parte educativa y de la vivienda, la salud de las personas que están dentro de la ciudad, en los sectores más bajos. Educación con los jóvenes, formación política para que hagan su trabajo social y político, y aquí mañana sacamos un candidato joven que pueda decir 'Él estuvo y sabe qué es trabajo social en el territorio'. […] Para buscar a través de la comunidad internacional, si a través de entidades privadas, a través de las entidades institucionales, como buscamos solucionarle los problemas a la gente. Bueno, es todo un momento y estamos direccionando la fundamentalmente al campo. ¿Y para qué? Para mitigar el dolor del hambre. (*Úrsula*)

> […] si una persona tiene un pedazo de tierra, esa persona va a cultivar y no solamente tiene el sustento diario de donde arrancar una mata de yuca, una caja de plátano, una arracacha, lo que sea para comer, sino que también puede vender para sufragar otros gastos. Entonces, importante en ese aspecto y que valga decirlo, nosotros como cooperativa Cooagropaz le estamos apostando a eso, a aprovechar al máximo gobernantes en los departamentos, en los municipios, en las alcaldías y gobernaciones y por qué no decirlo, a nivel nacional, para que ellos puedan hacer sus aportes y solucionarles los problemas a los campesinos, no solamente a nosotros como reincorporados. Nosotros estamos pidiendo tierras, pero no es solamente eso, nosotros estamos pidiendo tierra también para los campesinos. (*Aureliano*)

A cooperativa tem algumas iniciativas no sentido da construção da formação política como forma de enfrentamento às questões sociais, destacaremos uma experiência, por meio da qual foi possível compreender um dos projetos vinculados à Cooagropaz: a *Escuela de Formación Popular Cooagropaz*. As informações e conclusões acerca dessa experiência foram co-construídas em uma *roda de conversa* realizada com 10 jovens que participam do processo de construção da escola. É um ambiente que promove a conexão entre jovens de diferentes origens: estudantes universitários, trabalhadores, desempregados, líderes comunitários, de bairro, ex-combatentes, entre outros. Alguns são jovens universitários estudantes de diversos cursos de graduação da *Universidad Surcolombiana*, onde foi realizada a conversa e instituição cujo histórico de construção também está vinculada a processos de luta popular, desde sua criação até o *estallido social* de 2021.

A escola se apresenta como um espaço de formação popular e comunitário para potencializar lideranças juvenis na construção de ferramentas para atuação em processos políticos, populares e comunitários. É também a reafirmação dos esforços da construção de paz, na criação de espaços de trabalho social e político, na constituição de processos de formação política voltada à juventude. Desde um ponto de vista da crítica à realidade social colombiana e regional se fortalece como processo de *desideologização*, como desconstrução ideológica da história do conflito e da Colômbia. É também a partir da crítica a algumas expressões ideológicas sobre o conflito e sobre a realidade colombiana que se constroem instrumentos para promover diferentes ações sociais nos territórios. Se faz na relação entre a apropriação teórica da história e das categorias da ciência política com o quefazer prático nos territórios. Uma forma de organização coletiva que é ferramenta para a luta e resistência. A pedagogia popular é um eixo central da escola e dos seus processos formativos que se constituem a partir da centralidade do conhecimento nos próprios participantes e da realização de oficinas, tendo como premissa a construção de relações horizontais, solidárias e de laços afetivo-políticos entre os participantes. A autogestão é também ferramenta de construção e autonomia como princípio orientador.

A escola nasce a partir de três fenômenos, como resposta, necessidade de compreensão e participação ativa nesses três processos relacionados. Primeiro, como fruto e tentativa de apreender o processo de insurreição do *estallido social* de 2021 e reforçar o rechaço ao modelo neoliberal colombiano, refletindo a participação e o protagonismo juvenil no processo; em segundo lugar, como forma de somar esforços à construção progressista que se inicia com a eleição de Gustavo Petro; como terceiro ponto na necessidade de contribuição da construção de processos de organização política dos ex-combatentes na continuidade de sua participação na vida política do país. Nesse último ponto, a escola nasce como contribuição aos processos de paz e sensibilização da sociedade colombiana na apropriação real dos acordos e da reconstrução do tecido social, bem como uma resposta ao não cumprimento dos mesmos acordos diante da morte de Ronald Rojas Ramos, um ex-comandante das FARC-EP e líder do movimento estudantil de Huila, que estava em processo de reincorporação e foi assassinado. Por isso, como forma de construção da memória, a escola levava seu nome em princípio, além disso, como resposta se consolida como forma de fortalecer o movimento da juventude.

Em suma, dentre os sentidos do processo da escola e as relações estabelecidas nessa para os jovens destacam-se dois eixos. Como primeiro eixo, a compreensão dessa como oportunidade de apreender teoricamente alguns movimentos da realidade que permitem compreendê-la de outra maneira, inclusive a partir de outra história da Colômbia e do conflito

e do contato com outros pontos de vista, o que potencializa também a transformação da práxis comunitária nos territórios, a qual se conforma como uma forma de aprendizagem também. No segundo eixo a relação com a escola se expressa por meio do sentido dessa como uma organização política, um sentido de trabalho coletivo e relações solidárias e comunitárias, que desde essa perspectiva ético-política de construção se conforma como uma contribuição a sociedade colombiana, enquanto construção de paz e de organização da juventude. A escola se conforma como expressão da formação política como ferramenta de enfrentamento que compõe a razão de ser da Cooagropaz, bem como todos os seus projetos desenvolvidos.

Seguimos para a discussão a partir da construção de categorias de análise, as quais nos permitirão aprofundar ainda mais a compreensão das relações que constituem essa alternativa. Essas categorias nos permitem compreender e discutir de maneira mais aprofundada os sentidos e significados das vivências das pessoas que constroem essa alternativa, ou seja, como essas pessoas que constroem cotidianamente esse processo, vivenciam e significam esse e continuam a construí-lo. Essa análise é imprescindível, pois é também a partir dos sentidos subjetivos que emergem nesse processo histórico e na história de vida e luta dessas pessoas que podemos compreender a constituição dessa alternativa e de seus próprios atores.

Salientamos que optamos por não realizar a tradução das expressões e citações literais de falas, tendo em vista que a própria tradução poderia alterar o sentido, a construção que foi feita originalmente nessas falas, portanto, mantendo sua forma original para melhor se aproximar daquilo que foi expresso.

Chegamos à construção de quatro categorias de análise, dentro das quais, estão presentes subcategorias que expressam elementos constitutivos dessas categorias, que compõe a própria complexidade da categoria. Organizamos as categorias de análise da seguinte maneira: I. A luta nasce e continua da necessidade da luta, a qual inclui a) A necessidade da luta e b) A continuidade da luta como necessidade da luta; II. A organização popular como reconstrução de um horizonte emancipatório ancestral; III. A resistência como negação da reincorporação, na qual estão desenvolvidas a) Do sentimento de traição à construção autônoma da resistência e b) Nos ha tocado a nosotros sobrevivir con el estigma y con el miedo: a reincorporação apesar da permanência da violência; IV. É trabalho, mas não é trabalho.

I. A luta nasce e continua da necessidade da luta

a) A necessidade da luta

A presente categoria expressa os sentidos da luta em seu processo de transformação desde o marco de entrada na guerrilha, onde não necessariamente se inicia o processo de luta organizada de todas elas, mas é nesse momento que se consolida a afirmação de um sujeito político e coletivo, em cuja forma de organização se reconhecem como tais e se constituem diante da necessidade de contrapor e de transformar a realidade vivida, encontrar alternativas para sobrevivência e construção de modos de vida possíveis.

Para alguns, a entrada na guerrilha é um ponto de partida da luta, para outros, se inicia antes desse marco e a partir dessa entrada adquire outros contornos. De qualquer forma, é um marco fundamental para todos porque é também o reconhecimento da necessidade da luta coletiva como potência e possibilidade de transformação, em quase todos os casos, um único horizonte possível. A necessidade objetiva da transformação vem antes da organização coletiva, dada nas condições de pobreza, fome, miséria, violência, precariedade da saúde, educação, saneamento, infraestrutura, entre outras. Ao mesmo tempo, essa necessidade da luta se expressa como necessidade de proteção, tendo em vista a condição estrutural de violência política no contexto colombiano do conflito armado desde a década de 1960. A entrada na guerrilha é uma escolha também a partir de uma não escolha, de possibilidades limitadas e limitantes da vida, em que a presença da insurgência nos territórios representa uma possibilidade real de sobrevivência e de potência de transformação, traçando a possibilidade de um horizonte de vida distinto das condições postas.

É por isso que essa necessidade encontra na forma política da guerrilha uma possibilidade de transformação, uma resposta, um horizonte de transformação para sua vida e para a vida coletiva de sua comunidade, bem como aponta para uma transformação social mais ampla. Naquele contexto, a guerrilha é também uma garantia de subsistência, proteção e sobrevivência, mas também a possibilidade de ir além da sobrevivência, viver de maneira digna, em que a luta vai tomando espaço e se conformando nesse sentido de vida.

No caso de *José*, é perceptível que sua história de vida se imbrica, se mistura com a história da guerrilha e, hoje, da cooperativa. Nesse sentido, a necessidade da luta se deu em sua vida pela condição de pobreza em que vivia no campo, em que a luta pela sobrevivência era algo constante e cotidiano. Um fato emblemático é sua lembrança de que teve seu primeiro tênis apenas aos 14 anos e que antes disso trabalhava descalço no campo com seu pai. Fala das memórias das dificuldades na infância, bem como do reconhecimento da situação das condições

de vida, as quais forjaram sua decisão de entrar na guerrilha. Essa decisão se deu pela convicção de que a única possibilidade de transformação da sua condição e dos *campesinos* que viviam em sua comunidade era entrando na guerrilha, sendo essa, a única maneira possível e factível que conseguia visualizar naquele momento, tanto pela real existência da guerrilha, mas também por vislumbrar a possibilidade da superação da imposição de uma vida de "sobrevivência" que encontra nessa coletividade. A luta e a entrada na guerrilha passam a significar um lugar de potência de vida, contraditoriamente, mesmo com todo o perigo e com todas as situações difíceis que relatou ao longo de sua trajetória.

A luta, simbolizada na consolidação da entrada na guerrilha, tem um sentido de vida e de potência de construção, sobretudo na possibilidade de ir além da necessidade de sobrevivência, passa a ser uma necessidade de vida que nasce da própria necessidade da luta, dessa forma, nas palavras dele ***"luchar para vivir y no para sobrevivir".*** É a negação da vida exclusivamente como sobrevivência. Esse sentido permanece, inclusive atrelado ao reconhecimento de que as mínimas conquistas históricas, direitos e melhorias de condições de vida, só foram e podem ser possíveis com muita luta coletiva. A luta tem um sentido de necessidade da vida e como potência de construção de uma vida melhor.

Essa relação entre a necessidade da luta e o processo de entrada na luta armada, também deve ser colocado a partir da relação com o processo de decisão, ou seja, da relação entre "escolha" e "não escolha". Trazemos esse debate retomando a noção de que as próprias possibilidades de "escolha" da vida são limitadas pelas relações tais quais elas estão materializadas, ou seja, aquilo que podemos escolher se dá a partir das possibilidades que se configuram a partir das relações materiais, determinadas historicamente. É por isso que reafirmamos que não é possível pensar a "liberdade" a partir de uma noção abstrata e universal. Isso porque no discurso dos ex-combatentes, a entrada na guerrilha aparece como um processo de decisão a partir de uma não escolha, ao mesmo tempo, uma escolha a partir do que era realmente existente em sua vida e em seus territórios, assim como uma busca por libertação e liberdade. Conforme ilustrado por *Amaranta*

> Ingresé a las FARC el año 2000 y lo hice no por gusto, sino por la necesidad que estábamos viviendo la gente del campo. Soy hija de campesinos, terminé mi primaria y después que terminé pues yo dije, bueno, ¿y ahora qué? Pues yo lo que veía, muchas hijas de campesinos de los amigos de mis padres su objetivo era que conseguían marido y se dedicaban al campo, cuidar a sus hijos y no había una visión más adelante de esas mujeres. Había dos opciones. Una opción era ir para donde los familiares de mis padres o la otra opción era irme para un internado, pero pues para mí ninguna de las dos opciones fue viable.

A partir daquilo que poderia estar "determinado" para alguém, a guerrilha surgia como uma possibilidade para além daquelas que estavam colocadas e eram possíveis para uma *mulher campesina*. É nesse sentido que a decisão da entrada na guerrilha é uma escolha, portanto, atende a realização de uma necessidade, ao mesmo tempo, uma necessidade que parte de uma impossibilidade, de uma reduzida condição de escolha. Dessa forma, a presença presente da guerrilha no território passa a simbolizar essa alternativa que se apresenta como alternativa libertária e possibilidade de transformação, como realização das necessidades individuais e coletivas. Isso se consolida para *Amaranta* nesse momento em que a guerrilha tinha muita força no território e em várias regiões do país e, por sua presença, passava uma sensação de liberdade, uma simbologia libertária e que era sentida, uma vez que "[...] *había guerrilla por todo lado, la guerrilla andaba en carros, en motos, había una libertad."* (*Amaranta*).

Nesse sentido, outro ponto fundamental da relação entre necessidade e luta é que, ao mesmo tempo que a necessidade da luta se configura como uma potência de vida, essa só pode se consolidar enquanto preservação da vida, na sobrevivência concreta, na manutenção da própria vida enquanto corporeidade e existência física. A luta se constitui na busca do atendimento das necessidades básicas dos seres humanos, seja pelo combate direto individual e coletivo às condições vida como a pobreza e a fome no campesinato ou nos centros urbanos, seja porque na guerrilha encontram uma proteção individual e coletiva frente às ameaças que sofrem como tentativa de contenção e aniquilação violenta da luta típica do contexto colombiano, o qual se inicia para alguns antes da própria guerrilha.

Para *Remedios* e *Aureliano*, a necessidade da luta que se materializa na guerrilha se expressa também como necessidade de proteção física. Isso porque a partir das determinações concretas da vida em seus territórios, das dificuldades postas nesses contextos, se vincularam a processos de reinvindicação e de luta social para buscar melhorias nas condições de vida. Dado o contexto de violência política generalizada na Colômbia, lideranças sociais, qualquer tipo de militância ou movimentos contestatórios são brutalmente reprimidos e literalmente exterminados. A violência política, sobretudo durante os pontos altos do conflito, se configurou como algo cotidiano e estrutural, sendo uma ferramenta de resolução do próprio conflito social, dado em maior ou menor escala e que ainda segue vigente em menor intensidade. Por isso, reafirmamos que a violência e o medo no contexto social colombiano constituem sentidos reais da vida de muitas pessoas, sobretudo para aquelas que de alguma maneira se vinculam a processos sociais e comunitários de contestação, mesmo não sendo movimentos guerrilheiros.

Desse modo, é por isso que emerge de maneira explícita para *Remedios* e *Aureliano*, como condição intrínseca para a realização da luta, a busca de proteção. Nesse contexto apenas a encontram na guerrilha, isso porque está presente uma total desconfiança e descrédito da capacidade e efetiva ação do Estado colombiano em garantir a proteção dessas pessoas, tendo em vista que é esse próprio Estado que perpetra as violências, nas suas mais diversas expressões, contra o povo colombiano. Novamente, a guerrilha passava a ser vista como a "única" escolha possível, como proteção e garantia da vida e da continuidade da própria luta.

Remedios nos conta que começou a militar como liderança social comunitária onde morava, na tentativa de realizar ações para melhorar as condições de vida das pessoas de seu território e pouco tempo depois começou a sofrer ameaças e ser perseguida. Tentou desenvolver sua carreira profissional como professora, mas desistiu diante da iminência de uma tragédia, isso porque as ameaças cresciam e chega um momento em que não era mais possível estar naquela condição, "viver" daquela maneira. Como já tinha conhecimento da existência das FARC-EP, toma a decisão de ingressar na guerrilha como proteção de sua própria vida.

Aureliano relata uma experiência similar, sendo fruto de sua atuação como líder estudantil, por isso, diante das ameaças constantes e reais, decide entrar na guerrilha.

> […] yo era un líder estudiantil en los años 80 y el Estado, pues como en todos los países donde se han desarrollado movimientos populares, estudiantiles, sobre todo en Latinoamérica, siempre he buscado acallarlos no? Entonces, una de las decisiones que yo tomé fue irme para la insurgencia, alzarme en armas para impedir que segaran mi vida por qué era un dirigente estudiantil y pues eso no le gusta mucho al gobierno […] ingresé a las Farc porque me pensaban matar, es la consecuencia de ser líder estudiantil y que en ese tiempo, en los años 80, pues estaba el movimiento juvenil estudiantil y tenía fuerza aquí en Colombia y entonces empiezan a aparecer los grupos paramilitares, que era pues como su nombre lo dice, paramilitares, la mano derecha de los militares para hacer las cosas, que ellos abiertamente no podían hacer.

Nesse ponto, vale a pena comentar sobre a clareza da consciente e contundente responsabilização do Estado (ou seja, da atuação de uma mesma burguesia que sempre o controlou na Colômbia) feita por todos os ex-combatentes, campesinos e militantes com quem conversamos: desde a consciência pelos problemas que antecedem, desencadeiam, produzem e perpetuam o conflito, passando pelo não cumprimento sistemático e histórico dos acordos de paz, até a continuidade de um modelo econômico que segue atualizando as condições que produziram e alimentaram a desigualdade brutal e a violência no país.

Outra manifestação importante dessa relação está representada na expressão cultural e artística que constitui a própria vida *fariana.* Na constituição da música *fariana*, a vida na guerrilha, os ideais, uma forma de *sentipensar* o mundo é representada. Uma desses

representações está nas canções de *Julián Conrado*, ex-membro das FARC-EP, intelectual orgânico do movimento e cantor do povo. Sua presença e obra contribuíram para a construção de uma representação da história do movimento e de um *modo de vida fariano*, cantando a guerrilha, as relações que a constituem e também o amor. Em uma de suas canções, *Mensaje Fariano*, fala das contradições do processo, duas delas fundamentais para ilustrar tanto a relação entre escolha e não escolha e a forma que essa decisão toma, bem como a relação entre conflito e paz. Fala de um desejo de paz, mesmo estando em guerra, reconhecendo com pesar a necessidade e brutalidade dessa forma de luta, ao mesmo tempo, é justamente pelas condições postas que a própria não decisão se dá pela necessidade dessa forma de enfrentamento. Estar em guerra não significa abdicar da luta pela paz. Se tivesse escolha, levaria uma flor em suas mãos e não um fuzil, entretanto, dadas as necessidades postas no contexto, a própria luta armada passa a ser uma necessidade pela impossibilidade da construção da paz naquele contexto, ao mesmo tempo, é com o horizonte da paz que se constitui essa forma de defesa e enfrentamento.

> Quiero en vez de un fusil en mis manos llevar una flor;
> sé lo terrible que es la guerra para la humanidad
> soy un hombre que lucha pensando en sembrar el amor
> precisamente soy guerrillero porque amo la paz
> porque amo la paz, porque amo la paz.
> Anoche soñé con un mundo humano y ya sin rencor
> qué pesar tener que despertar de ese sueño tan lindo
> como ya no existían oprimidos, tampoco opresor
> fundían los fusiles para hacerle columpio a los niños
> Sopla brisa, envuelve y llévate el eco de esta canción
> riega por todos los pueblos este mensaje fariano
> que se sepa que ante la injusticia no habrá rendición
> pienso que es la paz y no la guerra el camino deseado
> (CONRADO, 1989)

A necessidade da luta também aparece como uma construção político-afetiva, uma imbricação com as histórias de vida dessas pessoas, com seus laços sociais e relações concretas de vida. A "decisão" de entrada de *Úrsula* na guerrilha ilustra a questão, uma vez que o próprio processo de ingresso vai se desenhando por meio das relações familiares e comunitárias que tinha na época, sobretudo no campo, em que a guerrilha era sempre muito presente, por isso, aos poucos foi se envolvendo cada vez mais e participando ativamente do processo com maior intensidade. É nesse movimento que se conforma também a necessidade da luta, como relação afetiva, mas também como clareza e afirmação de uma perspectiva ético-política de transformação social que é construída a partir de suas relações, também na afetividade.

Está muito presente no reconhecimento dessas vivências de que a luta, nesse caso, tomando como um dos pontos de partida a entrada na guerrilha, parte mais da necessidade do

que de uma vontade. Posteriormente, essa relação com a luta vai se transformando, a luta passa a ser uma necessidade também a partir de outros sentidos, mantendo a relação anterior, mas também com um sentido de razão de ser para essas pessoas. É nesse processo que destacamos a transformação dos sentidos da luta e da resistência, em que a luta aparece como necessidade objetiva, material e afetiva, a partir das condições de vida colocadas e esse sentido da luta também se configura enquanto uma necessidade subjetiva, que tem um sentido em sua singularidade na história de vida. Ela é necessidade porque sempre foi uma razão de ser, da necessidade de existência dessas pessoas, portanto, a guerrilha passa a ser uma afirmação dessa existência, que se faz na luta e na resistência, na negação da fome e da pobreza no campo colombiano, bem como na negação da tentativa de aniquilação física e simbólica da própria luta. Ao mesmo tempo, é a afirmação da existência enquanto um sentido de vida que passa a constituir a própria história dessas pessoas, a forma como vivenciam e constroem suas próprias histórias, que não pode mais "ser" sem a luta.

Essa questão se explicita no relato de *Úrsula*, quando fala do sentido da luta como uma necessidade de continuar lutando, pelo presente e pelo passado, uma luta que é por si, pelos outros, mas sobretudo por aqueles que de alguma maneira contribuíram com esse caminho e que hoje já não estão mais aqui. Dessa forma, podemos dizer que o sentido da necessidade da luta para *Úrsula* se expressa também na necessidade da continuidade da própria luta, como ex-combatente, como mulher, como mãe e como filha, fala de todos esses lugares. A continuidade da luta se dá pela preservação da memória histórica[91], por continuar e não deixar esquecer a contribuição daqueles que lutaram antes ou ao lado dela.

> […] que toda la lucha que nosotros damos, el trabajo […] es por los hijos de nosotros, por los hijos de los compañeros que murieron en guerra y quedaron solos, porque unos que le mataron, el papá y la mamá, y ellos quedaran solos y no hay quien les pida por ellos. Entonces Cooagropaz lo está haciendo, ven, te ayudo a conseguir un trabajo de estas, porque muchos han venido acá, hijos de ellos, a ver cómo nosotros desde Cooagropaz los podemos ayudar. Y yo pienso que esas personas son importantes, porque tan importantes como cada uno de nosotros. Esa es la otra parte de Cooagropaz, miramos las raíces de aquellas personas que quedaron solas, los hijos de los compañeros que murieron en combate y dieron su vida ya en la lucha. Ellos también tienen su puesto acá. (Úrsula)

Portanto, podemos concluir que um dos sentidos presentes na necessidade da luta está atrelado a continuidade dessa, que se dá também na preservação da memória, uma responsabilização não somente pelo presente, mas através do passado, lembrando a importância

[91] Algo também presente na canção *Así es el 25*, em que Lucas Iguarán representa o Natal na guerrilha, a sua realização como evento comunitário e diz da importância da memória como uma prática coletiva: "*Y recordamos nuestros muertos con cariño no dejando que el olvido los borre en nuestro pensar* [...]" (Iguarán, 2000).

daqueles que deram suas vidas para que essas pessoas pudessem dizer essas palavras transcritas. Não é incomum durante os relatos, pelo contrário, apareceram em quase todos eles, vivências e experiências em que por detalhes ou eventualidades suas vidas não tiveram fim. São pessoas que carregam a história e a responsabilidade de seguir fazendo a história, carregando a presença daqueles que não mais a puderam fazer, esse é um sentido fundamental para compreender a luta como necessidade, pela responsabilidade de sua continuidade.

b) ***A continuidade da luta como necessidade da luta***

Na história de vida dessas pessoas, chegando até os dias mais atuais, a luta segue sendo uma necessidade objetiva-subjetiva e isso está presente nos discursos de diferentes maneiras. Entretanto, essa necessidade também se expressa na noção de que, conforme disse *Aureliano* "[...] *las razones por las cuales se creó el movimiento guerrillero siguen vigentes*". Essa ideia está presente em outras falas como a de *Arcádio*, "*Las razones por las cuales surgió la insurgencia, surgió la guerrilla colombiana, son razones económicas, políticas y sociales. Lo que hizo que surgiera la guerrilla hoy se mantiene, o sea, hoy siguen las mismas razones*". Ou mesmo quando *José* nos diz que *a guerra só acabará quando acabar a fome*. Isso aparece em outras conversas durante os trajetos aos territórios por meio da crença e da afirmação de que enquanto existirem condições sociais de desigualdade e injustiça social, da insistente e estrutural violência política como medida de resolução das questões sociais, grupos seguirão apostando na via armada para reivindicar, se proteger ou buscar a transformação social.

Entretanto, não é o caso daqueles que constroem ativamente a *Cooagropaz*, cuja constituição, inclusive em seu nome, simboliza a transformação da estratégia e das ferramentas de luta, portanto, dos sentidos da própria luta para essas pessoas. Essa necessidade da luta passa pela construção de uma nova forma política, a partir das relações forjadas no processo de paz e de reincorporação na aposta efetiva da construção da paz.

A necessidade da continuidade da luta se expressa nas condições materiais colocadas pelas dificuldades do processo de reincorporação, pela manutenção da estrutura agrária do país, na concentração de terras, na impossibilidade do acesso à terra e do abismo social pautado na má distribuição de riquezas e de renda, produzidas pelo trabalho, mas que não se destinam aos trabalhadores e trabalhadoras. Nesse sentido, o problema da terra e do trabalho na Colômbia segue vigente, não nas exatas cifras e especificidades da metade do século XX, entretanto, o fato de que 80% das terras produtivas pertencem a 1% da população, explicitam como a questão segue urgente. Além disso, é necessidade enquanto forma de construção do próprio processo

de reincorporação como resistência, descentralização e autonomia. Em suma, a reivindicação de uma reforma agrária que possa de fato reestruturar a posse da terra no país, uma das pautas que inicia o processo revolucionário e guerrilheiro, ainda segue sendo mais atual do que nunca. Segue sendo necessidade mesmo estando prevista uma reforma nos acordos de paz de 2016.

> FARC nace producto de pues primero, bueno, es de esa lucha y de esa guerra que se vivió entre liberales y conservadores, pero que nace como respuesta a la guerra, que en últimas el Estado le plantea a los campesinos, pero uno de los objetivos de esa lucha era la tierra, verdad? Resulta que, para nosotros, en este momento la tierra es incierto. (Aureliano)

A questão que se apresenta, portanto, a partir do processo de paz e de reincorporação, é que a luta segue sendo uma necessidade, como continuidade do processo anterior tendo em vista a manutenção da questão estrutural da terra. Nesse ponto, a partir da manutenção da luta como necessidade para a construção da própria vida, as estratégias de construção dessa passam a adquirir novas formas, novos contornos, tendo a construção da paz como uma nova necessidade que emerge desse movimento. O sentido de um marco na construção da luta está presente na noção de que a paz passa a ser uma necessidade, tanto no cumprimento dos acordos, da reparação, reconciliação e não repetição, quanto na constituição de um novo sentido da luta através da paz. Indubitavelmente esse processo marca suas vidas, faz parte de uma relação que é constitutiva da história de vida e de luta em sua relação dialética.

A forma mais bela, complexa e simbólica que expressa esse movimento na singularidade pode ser representada na relação de *Amaranta* com sua maternidade, quando faz a distinção entre *la hija de la guerra y la hija de la paz*, ao marcar de maneira afetiva esses momentos diferentes de sua vida. É por isso que essa distinção retrata dois momentos de sua trajetória, o movimento de sua história, com sentidos diferentes, ao mesmo tempo, intimamente relacionados com a história de luta. Nesse momento, a escolha da luta é pela construção da paz e, portanto, emerge o sentido da luta atrelado também a construção da paz.

Esse novo momento da luta não é a negação e a recusa total do momento anterior, um total arrependimento, pois isso seria negar a própria história e o próprio reconhecimento da luta como necessidade, o que não acontece. Inclusive, existe um reconhecimento na discordância, dos grupos que voltaram para a luta armada. Não existe apoio à volta às armas dos grupos dissidentes, entretanto, está presente um respeito da decisão, pelo reconhecimento do não cumprimento de parte dos acordos e da continuidade da violência, sobretudo nos anos de *uribismo* de Iván Duque.

É recorrente nas falas o reconhecimento dos erros cometidos pela guerrilha e a vontade de reparação, reconstrução do tecido social e reconciliação, os quais se expressam na constituição da cooperativa. É presente também a partir da conformação da cooperativa um novo sentido para a luta, que guarda muitos elementos do momento anterior, mas que se constitui nas necessidades de seu tempo e nas possibilidades da concretude das relações que se dão no contexto pós assinatura dos acordos. A construção da luta pela paz é uma necessidade do que é possível e do que passa a constituir esse novo horizonte, sem perder as referências éticas da luta tal qual se conformou na vida *fariana*, mas se constituindo nesses novos movimentos. Além disso, esse novo momento da necessidade da luta pela construção da paz não é um arrefecimento ou uma desistência da própria luta, a paz segue sendo a construção da luta, é a continuidade na transformação da própria necessidade da luta.

> Para mí, Cooagropaz es una expresión de la intención de cumplir con un compromiso que se hizo más que con un Estado, con un pueblo, decirle, listo, hagamos un paro en la guerra, intentemos reconciliarnos, no con el Estado, con nuestro pueblo al cual afectamos. No es un arrepentimiento de lo que fue un compromiso y sigue siendo un compromiso histórico, político y revolucionario. (ARCÁDIO)

A Cooagropaz se apresenta como uma ferramenta de reconciliação possível nesse momento histórico que se dá pela efetiva construção da paz, que passa a ser uma necessidade e um sentido da luta para essas pessoas. Mesmo diante dos incumprimentos e da permanência da violência, a paz segue sendo uma maneira possível de seguir na luta.

> [..] yo soy una de las personas que no quiero más la guerra. Quiero disfrutar con mi familia, quiero estar con mis hijos, quiero compartir todo lo que se ha venido a pesar de las falencias, las dificultades, todos los errores que hemos tenido del gobierno, porque no nos han querido cumplir tal y cual fue pactado el acuerdo de paz.
>
> […] Lo es, pero de una forma que ya no es como lo hacíamos en armas […] una forma sana porque te está ayudando lo que siempre era la ideología de las Farc, que era ayudar al campesinado, acabar con esta burguesía, acabar con esta desigualdad. (AMARANTA)

A construção da paz como forma e necessidade da luta, aparece também como a construção radical da paz, portanto, a continuidade da necessidade da transformação social.

> […] se hace necesario que los seres humanos aportemos un granito de arena para una paz global. Y que es bueno vivir y vivir en paz. Y cuando digo vivir en paz, no solamente acabar la violencia física, sino también la violencia económica, la violencia intelectual, la violencia en todos los sentidos, es importante eso, que le apostemos a eso. (AURELIANO)

Além disso, passa pelo presente momento histórico da emergência de um governo progressista na Colômbia, o qual aposta na construção da paz total como uma de suas principais bandeiras. Essa emergência aparece para alguns como uma aposta importante, como um apoio na construção da paz e um horizonte distinto do que vinha sendo construído anteriormente.

> Estamos aquí en la pelea de demostrar que sí queremos la paz, que sí le estamos apostando a esto, a las nuevas posturas producto del nuevo gobierno, con la paz total. (ÚRSULA)

A necessidade da luta vai se reconfigurando a partir do desenvolvimento das próprias relações concretas que essas pessoas estabelecem em suas vidas com as práticas de luta, nas próprias formas concretas de construir a luta. Sendo assim, os sentido que se constituem e emergem se transformam nesse movimento de construção da luta e das formas coletivas de organização, as quais necessitamos compreender como a conformação da própria necessidade da luta e de sua continuidade. Sentidos que se constituem desde a entrada na guerrilha até a construção da paz, tendo esses momentos como expressões do movimento que vai desde a necessidade da luta a luta como necessidade em sua continuidade.

II. A organização popular como reconstrução de um horizonte emancipatório ancestral

A luta nasce da necessidade da luta, se constitui e se transforma enquanto sentido de vida, se constrói a partir dessa necessidade que emerge no concreto e se expressa na singularidade, ao mesmo tempo, é uma necessidade construída socialmente e que é coletiva. A necessidade da luta emerge de relações concretas, da condição de exploração e violência, é uma escolha e uma não escolha ao mesmo tempo. Além disso, emerge porque está presente a possibilidade da solidariedade, do enfrentamento, da negação dessa condição pela própria luta, da possibilidade de afirmação da existência desse sujeito político que se constitui na necessidade dessa negação.

Ao mesmo tempo em que a construção da luta se realiza na singularidade, só pode ser organizada coletivamente, sendo assim, adquire formas de organização social e coletiva que se constituem a partir das relações concretas, da vida real e do cotidiano. Essas formas adquirem diferentes nuances e são expressões do movimento da história e da relação dialética da luta de classes realizada na especificidade da realidade colombiana. As formas políticas também remontam formas anteriores que as constituem, por isso, expressam a organização da luta como continuidade na transformação, realizada no presente. Os sujeitos políticos que emergem nessa

luta se realizam na coletividade, ou seja, a necessidade da luta se realiza nas formas coletivas de organização da luta, as quais necessariamente se configura em um momento histórico, em um país, em um território, portanto, como negação da violência política estrutural na Colômbia, pela autodefesa e por outras formas violentas ou não violentas.

A necessidade objetivada como organização coletiva, responde a dominação na intensidade necessária para a afirmação desse sujeito enquanto tal, seja por sua necessidade de sobrevivência, manutenção da sua existência enquanto sujeito político ou pela afirmação desse sujeito político na construção de outros modos de vida, os quais se conformaram na vida na guerrilha e nas relações nessa, um *modo fariano* de organização da vida e do trabalho.

Se constituem a partir da necessidade real de sobrevivência e proteção como negação da violência. Ao mesmo tempo, devemos compreender essa organização coletiva como afirmação na construção de relações que estão inseridas nesse modo de produção, mas que remontam modos de vida, formas de organizar as relações e a vida em comunidade que são constituídos a partir de referências anteriores: diversos povos indígenas, quilombolas e campesinos. Não são a transposição idêntica e estática, mas construção original em seu tempo nas possibilidades de existência e resistência. Portanto, foram construção de autodefesa, organização defensiva na negação pela violência, mas também construção solidária, horizontal, campesina e revolucionária. Esse processo é dotado de sentidos subjetivos, os quais se expressam na singularidade humana.

A continuidade na transformação da luta nas formas políticas é movimento, sendo uma continuidade e uma não continuidade, carregando determinados elementos e deixando outros de lado. A cooperativa é uma forma de organização que carrega relações presentes em uma expressão da perspectiva *fariana*, mas não se resume a isso, pois se constituem novas relações a partir das necessidades reais atuais pós acordos de paz. A *Cooagropaz* é uma forma de continuidade da luta, uma forma de organização que materializa a construção de um horizonte emancipatório ancestral e possível. Na fala de *Arcádio* está presente esse sentido da continuidade, da manutenção de determinadas referências éticas.

> […] hoy nosotros, Cooagropaz, tiene prácticas de principios, prácticas de vivencias que son propias de la vida de la insurgencia en su momento. O sea, traemos esas prácticas hoy a la vivencia de Cooagropaz, el tema ese de la solidaridad, el compañerismo, el trabajo colectivo, de los principios ideológicos, de organización, la crítica, la evaluación, la planeación, con muchas dificultades que hemos de ser esas prácticas de convivencia en su momento, siendo insurgentes, eso no lo hemos botado, no hemos perdido tampoco la intencionalidad y la vocación de poder. […] El derecho colectivo del trabajo y del no egoísmo, tratamos de mantenerlo. […] Piensa como un poco de la cohesión y la coherencia política que se han visto acá. Eso es como,

> digamos, los modos que nosotros rescatamos o más que rescatamos, mantenemos, tratamos de mantener, es moverse a forma de se conseguiría vivir.

Por isso, foi preciso, dentro das possibilidades colocadas e construídas pelo processo de paz, constituir uma forma organizativa que de alguma maneira fizesse sentido com essa história de luta e com as relações que estavam presentes na guerrilha, mas agora também se abrindo a construção da paz, da reconciliação e da reconstrução do tecido social. A forma "cooperativa" acaba se constituindo enquanto expressão do processo de paz e é a possibilidade que mais carrega em si a potencialidade da continuidade do processo de luta, bem como das relações por meio das quais essa se realizava na guerrilha em sua atuação ético-política. Perspectiva essa que se orientava em referências éticas e estéticas dadas na vida guerrilheira, no modo de sociabilidade e horizonte emancipatório ali gestados. É também a forma possível de seguir na luta, buscando manter um horizonte, mas o perseguindo de uma maneira diferente.

> […] es lo más cercano a la sociedad que nosotros pensamos ideológicamente, que es el socialismo. Y por ese socialismo luchamos desde FARC y que nosotros empezamos una pequeña sociedad socialista de que todo era de todos, que conseguíamos para todos, que cocinábamos para todos, que todo era colectivo. Digamos que lo más cercano a esa forma de esa sociedad que consideramos justa y posible al socialismo, es el cooperativismo, donde buscamos no solucionar el problema a nadie, sino que todos en colectivo resolvamos para todos. Como aportamos para todos. Como nos complementamos. […] Una experiencia […] cercana a la práctica colectiva que nosotros hacíamos en la insurgencia y que queremos que sea una sociedad colectiva. Es la cercanía, no es la mediación, ni un paso antes ni un paso posterior, pero sí en la cercanía entre la sociedad que buscamos colectiva y la que veníamos viviendo colectivamente en la insurgencia. (ARCÁDIO)

> […] una cooperativa de economía solidaria, porque era la que más se acercaba de lo que nosotros hacíamos. Porque es la forma que más se acercaba a la lucha de nosotros […] son parecidas en el trabajo que queremos. Porque lo que creamos aquí (guerrilla), es lo que creamos aquí (cooperativa) tierra, vivienda, salud para la gente, proyectos productivos sostenibles […] queríamos también una igualdad, que la gente estuviera con que subsistir también, tener su barriguita llena y poder pensar. Porque si tienes la barriga vacía, no puedes pensar. […] Los objetivos son los mismos, pero en diferentes estados de lucha, uno con armas y el otro sin armas. (ÚRSULA)

Essa proximidade nas formas organizativas da vida se dão também na necessidade da relação inseparável entre campo e cidade, algo fundamental para a guerrilha e que se torna tão importante quanto para a construção da *Cooagropaz.*

> Y es que si nosotros luchamos por una igualdad y el cooperativismo lo hace de que la persona tenga un buen vivir, buena casa, no una casa lujosa, pero una casa vivible, sí, que tenga su trabajo, que tenga su salud, que tenga la forma de estudiar. Que la persona de la ciudad, que se pueda subsistir, que tenga la vida normal, no ostentosa, sino normal. En el campo, que la gente tenga su vivienda digna, que tenga su tierra para trabajar, desarrollar sus proyectos productivos, tenga su salud, que el campesino tenga su pensión, ¿Porque quién es el que trabaja para traer la comida a la ciudad? Pues, el campesino. ¿Y quién trabaja en la ciudad para que en el campo tengan algunas cosas

> aquí también? Porque las dos son correlacionables […] para mí no, las dos van entrelazadas, las dos se unen, trabajan juntas. (ÚRSULA)

Os sentidos da cooperativa para seus participantes se dá na materialização da coletividade, da construção coletiva, do comum e do comunitário que não se inicia com a cooperativa mas se dá no processo de continuidade da luta como expressão dessa coletividade.

> Es un colectivo, colectivo no es individual, no es sobre individualidad, no es una persona, sino el colectivo. Todo debe ser colectivo. Si hay para uno, hay para todos; si no hay para uno, no hay para ninguno. El esfuerzo entre todos se gana, entre uno solo, no. (ÚRSULA)

Nesse sentido, a solidariedade é um dos pilares fundamentais das relações que constituem esse processo e da própria continuidade na transformação da luta. É um princípio ético-político para com o outro e que movimenta o sentido da transformação para essas pessoas. Não é um esforço, é construção necessária como forma de existir e de estar nas relações, porque constituem algo que já é familiar da sua postura e atuação no próprio cotidiano, não meramente individual e natural da sua "personalidade", mas que foi construído e exercitado como fundamento de suas próprias histórias de vida, em muitos casos, desde antes da guerrilha.

A solidariedade não é algo natural, mas a possibilidade de seu exercício surge da necessidade da vida em coletivo, brota do reconhecimento da necessidade do outro e de si mesmo enquanto parte desse coletivo, desse espaço territorial e relacional que é comum. Ao mesmo tempo, é uma necessidade singular e constituída coletivamente de exercer a própria solidariedade, porque é uma forma de atuar que é comum àquele contexto, não natural, mas constituída historicamente nas relações concretas, nas dimensões subjetivas da realidade.

Isso fica muito explícito nas visitas realizadas aos territórios e pode ser representada quando *José* fala dessa solidariedade, ao dizer que no campo a possibilidade de sobrevivência é maior do que na cidade e isso se dá justamente pela solidariedade, pelo fato de que na sua experiência os *campesinos* se ajudam, as pessoas oferecem e dão aos outros o que podem, auxiliam de qualquer maneira que seja possível. Fala dessa solidariedade a partir de uma vinculação direta a um reconhecimento de uma identidade *campesina*, a qual não é só sua, não fala só de si, mas da comunidade que pertence. O reconhecimento da solidariedade como algo constituinte ao *campesino*, aponta para uma característica de um modo de vida, de um modo de ser e de se constituir enquanto tal, que também se dá em um sentido que é compartilhado.

Pudemos presenciar essa potência solidária *campesina* a partir de algumas observações. Quando estivemos nos territórios fomos com pessoas da cooperativa em carros que já estavam destinados a tarefas específicas, como, por exemplo, entregas de insumos e equipamentos. Isso

permitiu, para além da própria ação solidária da cooperativa com o pesquisador, observar uma característica importante e que nos chamou a atenção nesses territórios. Nesses *pueblos*, por mais que a vida seja precária, com condições de moradia difíceis e de alimentação também, sempre com poucos recursos, a relação tanto solidária como de um acolhimento e recepção estava sempre presente. Em todas as casas que passamos, sem exceção, assim que chegávamos, sempre nos era dado um *tinto* (café), pão ou *arepas* ou algum alimento. Nos parece que é uma forma de reconhecer o outro e de respeito ou ainda mais do que isso, uma forma coletiva da garantia mínima de uma alimentação, na forma de cuidado coletivo, oferecendo aquilo que é possível. É algo comum e totalmente incorporado a esse modo de se relacionar com o outro, pode-se dizer que faz parte também das relações e da vida nesses *pueblos*.

Outro caso que pode ilustrar o debate da solidariedade aconteceu em *La Libertad* em uma breve conversa com um dos *campesinos*, no relato da ajuda da comunidade ao chegar ali no território e que a presença da cooperativa foi essencial. Diz que estava tendo problemas quando começou a plantar *lulo*, um fruto que requer cuidados específicos e aos quais não estava acostumado. Nesse sentido, depois de algumas tentativas frustradas, inclusive com a ajuda de técnicos, foi até a casa de um outro senhor *campesino* que mora próximo e pediu ajuda. Esse senhor o orientou e explicou das especificidades da terra, do fruto e do manejo, resolvendo a questão. Hoje, a plantação de *lulo* faz parte da sua renda e permite estar em um dos projetos da cooperativa. Portanto, a solidariedade é também a partir do conhecimento popular, ancestral, que se realiza também na troca de conhecimento entre gerações, troca essa que não é pautada exclusivamente por uma relação mercantil, mas que potencializa a sobrevivência e a convivência coletiva. É claro que não é a totalidade das relações nesse contexto que se dão de maneira solidária, mas apontamos aqui para a conformação de relações que potencializam esses enfrentamentos individuais e coletivos como potência de sobrevivência e de vida coletiva.

A continuidade da luta como *reconstrução de um horizonte emancipatório ancestral*, também se expressa nas referências que encontramos ao longo das visitas, nas conversas, entrevistas e pelos territórios da Colômbia. É inevitável destacar a presença de alguns símbolos históricos de luta do povo colombiano e da América Latina presentes em diferentes espaços.

A ida a cidade de *San Agustín* foi fundamental para reconhecer elementos históricos na presença em uma cidade ancestral da Colômbia e do departamento de Huila, onde destacamos a passagem pelo *Parque Arqueológico Nacional San Agustín*, um complexo que ilustra parte da organização social dos povos que habitaram aquele território do Alto Madalena desde o ano 1 e 900 D.C. As representações estéticas da vida social por meio de complexos funerários,

construções, zonas de habitação e de cultivos revelaram aspectos simbólicos e de organização da vida desse povos. Ademais, próximo a cidade se localiza a nascente do Rio Magdalena, mais importante rio do departamento e do país e símbolo da vida naqueles territórios.

A passagem pelo gigantesco monumento a *La Gaitana*, símbolo de resistência ancestral a invasão espanhola, demonstra a presença e a preservação da memória da luta e da resistência.

Na fazenda *La Herradura*, também pudemos perceber a presença de alguns símbolos históricos. Nos deparamos com uma escultura de *El Mohan*, uma figura folclórica colombiana, que representa a lenda de um grande homem com largas unhas e cabelos longos, habitando a parte subterrânea dos rios da região. Em uma das versões da lenda ele teria se refugiado porque antecipou a chegada dos espanhóis no século XV. Outro elemento que compõe o complexo simbólico da fazenda é a história conhecida pelo território e repetida por algumas pessoas de que *Simón Bolívar, el libertador*, teria pernoitado na fazenda. A própria fazenda é uma espécie de "*símbolo síntese*" da história colombiana, tendo em vista esses elementos e somando a isso o fato de que, antes de ser cedida pelo governo local para uso da cooperativa, era propriedade de um grupo do narcotráfico. Hoje, é espaço de construção de projetos produtivos como processo de reincorporação de ex-combatentes, vinculados à Cooagropaz.

Passamos também por símbolos da resistência independentista colombiana, quando vamos a uma ação solidária de um grupo de jovens da Escola de Formação, a qual foi realizada no bairro de nome *José Antonio Galán*. O bairro leva o nome de um dos líderes do movimento histórico da revolta dos *comuneros* em 1781, insurreições populares contra a dominação colonial da coroa espanhola. Outra figura importante no mesmo território aparece em um mural de homenagem à Manuela Beltrán, outra liderança campesina histórica no mesmo movimento.

Algumas outras referências foram constituindo o cenário ao longo do caminho. Seja pela presença no bairro *Camilo Torres*, coincidentemente, no dia de seu nascimento. O nome do bairro, fundado por militantes do Partido Comunista Colombiano, é uma homenagem ao sacerdote católico colombiano vinculado à Teologia da Libertação e membro da guerrilha ELN, um símbolo histórico da luta social na Colômbia e na América Latina. Além disso, é inevitável ressaltar a presença concreta da memória histórica da luta do povos latino-americanos, nos quadros de Che Guevara e Alfonso Cano[92] na sala de reunião da própria cooperativa, cuja presença não nos deixava esquecer os motivos pelos quais estavam fincados naquelas paredes.

[92] A presença de Alfonso Cano se deu em diversas oportunidades, devido a sua importância na história das FARC-EP e até pela relação afetiva e de referência para muitas das pessoas com quem tivemos contato. Foi comandante do Bloco Central e Bloco Ocidental, membro do Secretariado, chegou também a ser comandante chefe das FARC-EP. É tido como uma grande referência intelectual interna da guerrilha, talvez a mais importante nesse quesito.

Por fim, imprescindível destacar a importância do nosso contato com a representação artística da vida na guerrilha, dos cantos revolucionários e de resistência da música *fariana.*

Todos esses símbolos e referências refletem justamente a razão e a importância da sua presença, cada um deles e, muitos outros, revelam esse processo de continuidade da luta, da sua transformação, do esforço pela construção da memória histórica de momentos, movimentos e pessoas que forjaram a luta de hoje e que seguem presentes em sua transformação.

III. A resistência como negação da reincorporação

a) Do sentimento de traição à construção autônoma da resistência

É imprescindível abordar os sentidos presentes para os ex-combatentes na relação com o processo de reincorporação, processo formal e objetivo que marca para a maioria desses o retorno para o cotidiano da vida em seus territórios forda das atividades na guerrilha, mas que também é vivido, experienciado e significado de diferentes maneiras por todas essas pessoas. Sendo assim, buscaremos abordar essa categoria por meio da análise desses sentidos, traçando uma leitura de como o processo de reincorporação forja também os sentidos que atribuem a *Cooagropaz* e como é vivido por essas pessoas que constroem e constituem essa alternativa.

Nesse momento, retomamos a reflexão exposta anteriormente de que o processo de reincorporação pode ser visto como um processo formal que compõe o caminho de estabilização socioeconômica dos ex-combatentes das FARC-EP e que se realiza com protagonismo da organização do trabalho por meio da economia solidária. Ao mesmo tempo, vimos que a construção da *Cooagropaz* se dá pela necessidade de construção crítica, autônoma, descentralizadora e de resistência a reincorporação, tendo em vista os problemas, insuficiências e distanciamento dos territórios do desenvolvimento desse processo. Essa construção *autónoma, de resistencia y desde afuera* surge a partir das necessidades dos ex-combatentes e dos territórios, que não se sentiam totalmente contemplados pelo processo, desde a forma como foram concebidos os acordos de paz até as insuficiências de sua implementação real. Essa postura crítica e de discordância parte das experiências do processo real vivido por essas pessoas, sobretudo por aquelas que se encontram distantes da centralização do processo institucionalizado, restrito e distanciado dos territórios reais. Uma dessas discordâncias se dá na questão dos ETCRs, espaços transitórios oficiais que não contemplaram as necessidades de todos os ex-combatentes, além disso, distanciando essas pessoas de seus vínculos afetivos com o território. Para *Úrsula*, os ETCRs eram uma espécie de prisão, tem um sentido restritivo da

liberdade e da reconexão dos laços sociais, por isso, impediam o próprio processo como ferramenta de reconstrução do tecido social.

> […] es que nunca estuvimos de acuerdo con los ETCR, porque eran como pequeños campos de concentración y la idea no era esa, o sea, la idea de nosotros era buscar nuestro arraigo familiar. Si no habíamos ido de allá volvimos también a buscar donde estaba nuestra familia, cierto, lo más lógico, y dentro de ese pequeño espacio no íbamos a hacer el trabajo que se debe, en los territorios, para reconstruir el tejido social. (ÚRSULA)

Em um primeiro momento, o que aparece é um sentimento de dupla traição pela forma como foram conduzidos alguns processos dos acordos de paz, desde os *campesinos*, passando pelos *escoltas*[93], até membros da direção e da escola de formação. Isso não significa a discordância total com a necessidade da construção da paz, mas indica uma crítica que é coesa de que o processo de paz poderia ou deveria ter sido realizado de maneira mais horizontal e participativa, menos centralizada e hierárquica. Para alguns, prevalece um sentimento de derrota histórica e de que os acordos não deveriam ter sido negociados e implementados de tal maneira, para outros, a questão está na implementação da reincorporação. Esse sentimento de traição por parte dos ex-combatentes com relação aqueles que conduziram as negociações é algo presente em todas as conversas, inclusive, pelo sentido de que, tal como foi desenvolvido, é uma contradição com o *modo fariano* de relações constituído na vida na guerrilha. Existe um sentimento de traição com os próprios princípios ético-políticos gestados na vida na guerrilha. Além disso, o sentimento de traição se dá também pela sensação de "abandono" dos próprios ex-combatentes com relação aos que hoje dirigem o partido criado a partir dos processos de paz, justamente pelo distanciamento que se produziu entre a direção e suas bases.

> El problema es que no estamos de acuerdo con estas personas que están dirigiendo el partido, porque ellos desconocen las bases, desconocen los procesos en el territorio […] se olvidaron de que había gente en los territorios abandonada. […] Como si fuéramos títeres y se les olvidó que ya no eran comandantes, sino que esto era de articular […] y escuchar las bases para poder trabajar, y ellos lo están haciendo en contrario y están desde arriba hacia abajo y así no es, porque nosotros somos los que estamos en los territorios, sabemos cuáles son las necesidades de los territorios, las necesidades de los compañeros. (ÚRSULA)

O sentimento de traição se deu também na fragmentação do movimento, além disso, esse distanciamento pela burocratização, centralização (desde Bogotá) e institucionalização

[93] O agente escolta é uma função criada a partir do Decreto 895/2017 que reconhece a necessidade de garantir proteção aos ex-combatentes, familiares e membros do novo partido. Nesse sentido, alguns ex-combatentes e pessoas de confiança nomeadas pelo partido passam por um processo de formação e treinamento vinculado a Unidade Nacional de Proteção (UNP) para atuar na proteção de pessoas dos grupos citados que necessitem desse tipo de resguardo.

gera uma falta de compreensão dos problemas dos territórios, a perpetuação de uma desigualdade regional histórica na Colômbia.

Esse sentimento de traição e distanciamento aparece na fala de *José* que não se sentiu parte das negociações e discussões do processo de paz, bem como não se sente contemplado por aquilo que foi definido como reincorporação. Para ele, mesmo reconhecendo a importância do auxílio financeiro recebido pelos reincorporados, isso não é suficiente, justamente por reivindicar a radicalidade da luta e dos motivos pelos quais ela nasceu, dessa forma, diz da necessidade de ir para além de auxílios financeiros diretos, que os *campesinos* tenham direito à terra, tenham seu espaço para cultivar, em que possam desenvolver suas vidas pelo trabalho na terra e no campo, porque sabem fazê-lo. Reivindica justamente essa *autonomia de relação com o trabalho* e na relação com a terra. A partir de todas as críticas, inclusive, rechaça a identificação como reincorporado: "*[...] no somos reincorporados, somos excombatientes*[…]", porque reconhece na reincorporação um processo de atomização, de individualização, que promove mais o indivíduo do que os processos coletivos, que não se conecta com o sentido do trabalho e da luta histórica para ele, como também é vivido por outras pessoas.

O processo de reincorporação aparece como contradição entre o prometido e o vivido, entre o oficial e o extra oficial, entre o central e o periférico, entre o assujeitamento e a resistência, entre a individualização e a necessidade da manutenção dos processos coletivos. A reincorporação passa a ser uma tensão constante em um novo processo de luta e de resistência.

Para *Arcádio*, podemos compreender que a reincorporação pode ser a expressão de dois sentidos. Um sentido institucional, burocrático, produtor da rigidez, uma maneira também de contenção da luta revolucionária e adaptação a um padrão de vida, que se dá pelo enaltecimento do individual em detrimento do coletivo. Ou seja, para ele a reincorporação é a contradição com aquilo que vinha sendo construído pelo seu processo de luta e pela guerrilha,

> […] es la posibilidad de someter legalmente a un agente que se alzó contra el sistema. Quieren opacar. Nos tienen que adaptarnos a través de una cantidad de normas que son válidas en el Estado burgués, pero para minimizar su accionar político, social, colectivo. Porque la reincorporación está pensada desde lo individual, de resolver el problema de cada firmante, no de todos, en el colectivo. (ARCÁDIO)

Pode ser também abordada desde uma interpretação política, que dialoga com a questão anterior, mas agora a partir da compreensão de que foi um erro histórico do ponto de vista estratégico da insurgência, novamente, a partir da forma como se deram os acordos, não pela negação da necessidade da paz. Por isso, apesar das discordâncias existe uma intencionalidade

de cumprimento dos acordos, um compromisso ético e político para com o seu desenvolvimento, pela necessidade da coerência para com o próprio processo e movimento.

> […] la reincorporación es el paso siguiente concertado después de la firma, que es claudicación, es el segundo paso para el aconductamiento visto a esa claudicación. […] Quiero que eso se quede claro, son mis conceptos. […] Estoy convicto en eso político y ideológicamente, que es un equívoco, que es un error político, histórico e ideológico habiendo estos firmado de la manera que firmaran. Estamos aquí para dejar constancia en la historia de que se quiso cumplir con lo que se pactó más allá de las adversidades, […] que pueda pasar o no que lo diga la historia. (ARCÁDIO)

Para *Aureliano*, a reincorporação se apresenta também a partir dessas contradições, além disso, reforça o caráter excludente e distante da necessidade da radicalidade da luta, do que constitui a real reivindicação histórica pela terra e por uma vida melhor para todas as pessoas no campo. A reincorporação não pode ser um privilégio, deveria ser a construção da continuidade da luta, para todos aqueles que seguem na condição da manutenção de um sistema injusto. Nesse ponto, também podemos identificar a coerência histórica da continuidade da luta que se expressa na solidariedade com aqueles que não participaram diretamente do processo insurgente, mas que são reconhecidos nessa relação de classe, de irmandade de horizontalidade. O processo por si mesmo não foi capaz de cumprir aquilo que foi acordado, seja na totalidade da garantia da segurança dos ex-combatentes ou mesmo na implementação dos pontos dos acordos que dizem sobre as reformas no campo. Os ex-combatentes reconhecem que, para si, o auxílio que recebem é fundamental, ao mesmo tempo, insuficiente para suas necessidades tanto do ponto de vista objetivo da sustentabilidade econômica, quanto das necessidades que se constituem na própria luta, na coerência com um horizonte emancipatório ancestral.

> [...] la reincorporación no ha sido tal. Porque no se trata de darnos a nosotros ese 90% salario mínimo. El acuerdo no se firmó para la solución de los problemas de nosotros los reincorporados. El acuerdo se firmó para la solución de los problemas de la sociedad. ¿Nosotros porque luchábamos? Cuantos perdieron la vida de nosotros allá en las selvas y quedaron enterrados, a veces botados, como sea, en la selva. Sin sus familias saber dónde quedaron sus cuerpos. Los que logramos llegar con vida a la firma, pues aquí estamos, a pesar de que ya han más de 300 los que nos han matado, pero bueno, los que estamos vivos y no estamos pidiendo para nosotros, claro, bienvenido sea lo que no tiene para nosotros, porque somos campesinos y necesitamos también y merecemos solucionar nuestro problema. Pero entender que no es solamente para nosotros, sino para los campesinos. Entonces la reincorporación la he visto muy truncada porque gobiernos anteriores a este y en el caso de sobre todo de Iván Duque, se opuso rotundamente. (AURELIANO)

Outra questão importante é que a reincorporação aparece como incerteza e como insegurança, conforme também está presente na fala de *Amaranta*, diante da insuficiência das garantias do próprio processo para uma condição básica de vida. Por isso, novamente aparece

o sentido como resposta, como contraponto, a solidariedade e a construção coletiva, como forma de enfrentamento às insuficiências do processo.

> […] nosotros salimos con los ojos vendados porque nosotros pensamos que la vida de nosotros estaba definida, entonces ya llegar a una realidad nos dimos cuenta que no todo era muy distinto. Ya nos toca a nosotros la renta básica y eso no alcanza para uno pagar arriendo, uno con sus hijos. Uno tiene que buscar buscarse la vida de otra forma, entonces pensábamos que iba a ser fácil, pero no, la verdad. Siempre ha sido un poco complicado. Nosotros nos tenemos que ayudar porque eso sí es así. Nosotros no podemos esperar a que todo nos lo den todo, no lo regalen. (AMARANTA)

Todos esses elementos apresentados são necessários para a compreensão da emergência da necessidade da construção autônoma, descentralizada e de resistência ao próprio processo de reincorporação. Essa construção se materializa na *Cooagropaz* e nas relações que a conformam, uma maneira de construir coletivamente o processo de reincorporação para além da sua burocratização e centralização. A construção autônoma e de resistência ao processo é uma reafirmação da coerência e da coesão histórica na necessidade de continuidade na transformação como forma de recolocar os princípios ético-políticos que foram forjados na própria luta. É uma coerência ético-política que se expressa na necessidade do compromisso com a própria história individual e coletiva da luta.

Essa coerência e coesão se objetivam no processo individual e compartilhado da reincorporação, mas sobretudo na necessidade da construção desse processo como resistência, esse é o sentido mais presente e potente para a construção da Cooagropaz. É uma *mirada* ético-política frente a realidade que se alimenta por suas necessidades reais e se desenvolve a partir de uma perspectiva pautada nas convicções históricas gestadas nos processos de sociabilidade e de organização insurgentes. Entretanto, está presente a necessidade de "superar" uma estrutura meramente hierárquica e militar que de alguma maneira subjaz nesses processos. A sociabilidade na guerrilha não se resumia a isso, mas ainda permanece nesse processo de centralização uma lógica de hierarquia militarizada, como aparece nas falas acima. Do ponto de vista das bases, dos ex-combatentes, existem resquícios de uma lógica militar, entretanto, essa vai tomando muito mais uma forma de *disciplina para a manutenção do compromisso ético-político* do que a reprodução de uma cadeia obediência e estrutura hierárquica de relação.

b) Nos ha tocado a nosotros sobrevivir con el estigma y con el miedo: a reincorporação apesar da permanência da violência.

Não podemos romantizar esse processo de luta ou relativizar suas dificuldades objetivas em um contexto que permanece sendo hostil e violento para muitos colombianos e colombianas

em processo de reincorporação, portanto, que constroem suas vidas e essa alternativa que se realiza na Cooagropaz apesar das complexidades e dificuldades. Continuaremos a discussão com foco na continuidade histórica da violência física e simbólica contra aqueles que foram desde sempre objetificados como *os inimigos*, perigosos, subversivos e criminosos. Esse significado do guerrilheiro como *inimigo* permanece e se atualiza no processo de reincorporação, além disso, a construção do processo de reincorporação como resistência, também se dá na necessidade de resistir às violências do cotidiano, do medo, das inseguranças e das incertezas de uma realidade violenta.

A permanência da violência se dá em suas expressões física e simbólica. Seguem ocorrendo contra ex-combatentes que assinaram os acordos de paz assassinatos, deslocamentos forçados, ameaças e atentados, além disso, permanece em muitos espaços a noção que condensaremos na palavra *inimigo* e que sob o processo de reincorporação se manifesta no sentido da *estigmatização.*

Desde o início da cooperativa já são 6 ex-combatentes assassinados que estavam vinculados a essa, dentre eles, *Esder Peña*, em 2020, quando exercia a função de presidente do conselho de administração. Conforme já apresentamos, em 2023, já se somam mais de 380 assassinados que assinaram os acordos de paz. É real a sensação e a possibilidade de que algo violento aconteça em algum momento, sentido presente em todas as conversas e que pode ser representado na fala de *Arcádio "En cualquier momento, cualquier cosa puede passar"*.

Desde o ponto de vista da realidade da cooperativa, essa condição também poderia ter sido evitada, segundo *Arcádio*, tendo em vista que solicitaram proteção diante de algumas ameaças e sistematicamente cobravam pela responsabilização do Estado para realização de ações e medidas efetivas frente a essa insegurança, seja nas denúncias ou na pressão exercida para que pudessem consolidar um esquema de proteção. Depois de algumas negociações, hoje, membros da cooperativa contam com um esquema de proteção que envolve carros e *escoltas*, o qual também se deu na construção autônoma, tendo em vista a necessidade de que essas pessoas que exercem a função de *escolta* deveriam ser indicadas pela cooperativa, pessoas em quem depositam confiança e que se veem como parte do processo desenvolvido nessa.

Abordamos a permanência da violência pela presença constante na fala dos ex-combatentes do medo e da insegurança, mas também a partir de uma insistente sensação de desconfiança (necessária) sobre tudo e sobre todos, afinal, qualquer coisa pode acontecer a qualquer momento. Essa foi uma questão presente no campo colombiano desde o seu início, uma tensão presente nas relações: seja na percepção de que passamos por várias "instâncias"

até chegarmos de fato nas pessoas da cooperativa, em uma certa passagem por "camadas de proteção"; nos inúmeros avisos sobre os perigos da cidade e locais que passamos; pela indagação de um dos ex-combatentes para certificar-se da trajetória do pesquisador antes de dizer algo; nas perguntas de alguns dos *escoltas* sobre as anotações e impressões ou mesmo no aval dado por um deles, remetendo a permissão de um dos diretores da cooperativa, para que pudéssemos conversar com uma pessoa; até a presença das armas (portadas legalmente para proteção apenas pelos *escoltas*) e de carros blindados nos trajetos até os territórios.

Essas são algumas características observadas e vividas no próprio campo que expressam a necessidade da utilização de diversas ferramentas para proteção, diante da sensação da imprevisibilidade e de perigo iminente, ao mesmo tempo, dão esse tom de tensão constante. A sensação coletiva de um perigo iminente e da necessidade de proteção, seja na objetividade da defesa física ou da desconfiança, partem da concreta situação da condição de violência histórica na Colômbia e da real condição do processo de reincorporação. Diante disso, o medo e a insegurança aparecem como próprio sentido para a reincorporação. Se em algum momento uma das necessidades dessas pessoas na entrada na guerrilha se apresenta por meio da necessidade de proteção, hoje, a insegurança diante desse novo cenário se apresenta como medo e como incerteza. Além disso, a insegurança e o medo se dão também pelo sentimento de impunidade, abandono e não resolução das violências cometidas contra os ex-combatentes.

> […] la seguridad para nosotros ha sido un tema muy complejo, porque lo sabemos, a cualquier momento cualquiera le dan un balazo y uno no sabe por qué. Todos los compañeros que ya los han asesinado que nos digan, mire, fue por esto, por parte de fulano de tal, todavía no, no nos ha tenido como esa claridad. (Amaranta)

No caso de *José*, ele nos conta que viviam em uma cidade em que tinha um emprego, estava começando a pagar um terreno para construir sua casa e um dia recebe um bilhete com ameaças explícitas a ele e a sua família. Faz a denúncia, mas nada acontece, por isso, diante da sequência das ameaças, tiveram que sair da cidade, perderam aquilo que haviam conquistado. É nesse momento que vêm para o *pueblo* em que estão hoje, onde têm de pagar aluguel e as condições de vida são mais precárias e difíceis, por isso, vê também o processo de reincorporação como uma não garantia, em que sente que a vulnerabilidade é muito maior.

A insegurança e o temor da violência não se apresentam somente com relação a si, mas também à família, o que coloca a contradição desse processo, a sua complexidade e dificuldade, tendo em vista que o próprio sentido desse retorno para alguns se dá justamente na reconstrução desses laços sociais, familiares e comunitários. A vida na presença do medo e da insegurança coloca em xeque a própria qualidade desse retorno, uma vez que a reconstrução desses laços se

dá também pelo temor e pelo medo da perda desses laços ou, até mesmo, da necessidade de um distanciamento da própria família por medo de que algo possa lhes acontecer. Portanto, é na complexidade de reconstituir-se nesses espaços, entre o afeto e o medo, que se dá o retorno de alguns ex-combatentes, torna-se algo contraditório, mas também incompatível com o que foi projetado por eles, a própria paz. Não se pode construir a paz com medo. É por isso que *Aureliano* diz anteriormente da necessidade da construção radical da paz, porque a insegurança e o medo, na permanência das violências não pode ser construção de paz.

> Entonces nos ha tocado a nosotros sobrevivir con el estigma y con el miedo muchas veces a que nos segan la vida y a veces algunos casos, a muchos les toca apartarse de la familia para evitar causarle problemas, porque ha habido un panfleto donde se habla que la muerte no viene solamente para reincorporados, sino para las familias también. El proceso de reincorporación ha sido duro (AURELIANO)

A fala de *Aureliano* também nos leva a necessidade de analisar uma outra camada de violência presente no processo de reincorporação, a *estigmatização*, uma palavra presente em muitas das nossas conversas. A estigmatização é uma atualização que remonta a construção ideológica da eleição de um *inimigo interno*, no caso colombiano, um desses inimigos é o guerrilheiro, os grupos insurgentes que se lançaram em armas desde a década de 1960. A construção da imagem de um inimigo dentro do território nacional se dá como expressão desde o período da Guerra Fria e na Colômbia, se soma à dinâmica que se estabelece no conflito armado a partir da emergência das guerrilhas revolucionárias. Essa confluência sintetiza na imagem do guerrilheiro esse outro indesejado, perigoso, comunista, violento, ou seja, a personificação do mal. Uma construção ideológica que se consolida pela institucionalização da mentira e tem como motor sua massificação pelos monopólios dos meios de comunicação.

Como sabemos, no contexto de Guerra Fria está colocada a divisão ideológica, nesse sentido, se instala na América Latina como mecanismo preventivo, também a partir do "*fantasma revolucionário*" da Revolução Cubana, efetivas ferramentas contrarrevolucionárias e de contenção de qualquer tipo de organização contestatória, grupos que exijam seus direitos ou se opõem aos poderes estabelecidos. Na América Latina, isso ocorre como necessidade da própria reorganização do capital para a manutenção do imperialismo. Sua justificativa ideológica se apresenta como combate ao comunismo, personificado com mais intensidade na Colômbia na figura do guerrilheiro. Com a bandeira do combate aos males comunistas, justificadas sob o argumento de que qualquer manifestação de descontentamento com um governo representa uma ameaça à segurança e à ordem, se permite historicamente manter o *status quo* por meio de práticas repressivas e violentas. É também por isso que historicamente

na Colômbia nenhum grupo progressista ou de esquerda consegue emergir ao poder, ao menos até a eleição de Gustavo Petro, isso porque a contenção pela violência é a própria manutenção da oligarquia que controla recorrentemente o Estado colombiano, a garantia da manutenção de um capitalismo desigual, dependente e necessariamente violento.

A noção do inimigo interno que se personifica nesse contexto na figura do guerrilheiro é motor ideológico para potencializar a primazia da abordagem bélica e militarista como "solução" das questões sociais e, a partir do momento em que se elege esse *Inimigo nº1*, a violência se apresenta também como estratégia de combate a esse inimigo. Aqui temos a clara inversão da realidade pelos mecanismos ideológicos. O Estado colombiano e a burguesia que o controla historicamente tem na violência um mecanismo de manutenção do desenvolvimento capitalista dependente, nesse sentido, são os responsáveis pelo surgimento das insurgências como negação da violência. Entretanto, tendo na construção ideológica do inimigo interno uma de suas ferramentas de dominação, se inverte essa lógica, sendo atribuída aos guerrilheiros a própria personificação da violência e do perigo, do próprio mal. Consequentemente, esse mal precisa ser combatido, esse inimigo precisa ser derrotado para que o capitalismo prospere no país, porque esse é o único modo possível. Então, se coloca nesse inimigo a culpa pela violência e pelos problemas sociais, como também se apresenta uma noção abstrata de conflito armado, como se fossem condições iguais dos dois lados ou uma questão apenas no âmbito da "escolha". Nesse sentido, esse inimigo que se armou contra a violência sistemática como *modus operandi* da acumulação no país deve ser combatido a todo custo. Essa é a lógica da construção ideológica como falseamento da realidade, pela mentira institucionalizada, como mecanismo de guerra psicológica (MARTÍN-BARÓ, 2017a), como inversão da própria realidade.

Se instala a ideologia do inimigo interno, estigmatizando todos aqueles que se manifestam contra problemas estruturais, mas com foco nos guerrilheiros. Do ponto de vista das relações na sociedade colombiana, o medo constante, a desconfiança do outro e a impossibilidade de identificar claramente o inimigo, que pode estar infiltrado em qualquer lugar, gerou um estado de alerta e vigilância constante, de perigo iminente, onde qualquer um pode ser um suspeito em potencial, qualquer um pode ser um perigo real.

Na Colômbia, ao longo da história, governos, forças militares e seus braços armados paramilitares adotam práticas violentas como mecanismo de contenção e aniquilação das lutas e o legitimam por meio de discursos que convertem pessoas, grupos e comunidades inteiras em alvos militares, rotulando-os como "subversivos", "guerrilheiros", "terroristas", "vândalos", etc. Essas alegações, amplamente propagadas e respaldadas pela mídia monopolista, penetraram

profundamente na sociedade. Por isso, esse significado atrelado ao guerrilheiro ou àqueles que promovem de alguma maneira a luta social ou a contestação do poder estabelecido, passa a constituir as relações em todos os âmbitos da sociedade colombiana e, portanto, essa instalação do *inimigo interno* ainda se constitui como dimensão subjetiva da realidade na Colômbia.

A atualização dessa construção se apresenta na estigmatização sofrida pelos ex-combatentes, sendo assim, o próprio processo de reincorporação passa ser vivido como tal porque é dessa forma que o experienciam e sentem. A estigmatização é expressão do processo de reincorporação como atualização que remonta processos históricos seculares de mecanismos ideológicos para justificação da contenção da luta, os quais se instalam nas relações e compõe os significados e sentidos. Constitui os sentidos do que vivem e sentem, por isso, "*es lo más difícil. O sea, es una palabra que siempre hemos dicho, la estigmatización*" (ÚRSULA).

Para *Aureliano*, a estigmatização se apresenta exatamente no mesmo momento em que voltam para seus territórios, muitas vezes nos seus círculos sociais mais próximos, fruto desse processo ideológico que é reproduzido nos mais variados contextos.

> No me quedé en ETCR porque quería llegar en donde mi familia, de donde había salido, entonces llegué allá, pero me tocó todavía mantenerme un tanto al margen de reuniones sociales con la familia. ¿Por qué? Por la estigmatización, […] no por parte de mi familia, sino por parte de los allegados a mi familia que no ven con buenos ojos al reincorporado, lo siguen considerando guerrillero, que es una equivocación, pero es el lenguaje utilizado por la ultra derecha colombiana […] y entonces utilizan ese lenguaje para causarnos la muerte, mejor dicho, porque es estigmatizar cosa al punto que quienes no están de acuerdo con nosotros y quienes son militantes de esos partidos de ultraderecha, pues atentan contra la vida de los otros.

Esse é um exemplo de uma das situações em que a vivência da reincorporação se apresenta como estigmatização, cujo processo vai também conformando um certo isolamento velado como punição a essas pessoas em diferentes espaços. Esse processo alimenta a perpetuação da violência física e simbólica, muitas vezes incentivada pela postura de certos grupos políticos, como foi a característica histórica do *uribismo*, que recentemente também se expressa no incumprimento dos acordos e na continuidade dessa propagação ideológica.

A história de *Remedios* é outra expressão desse processo, quando conta que, ao retornar das *zonas veredales*, pretendia recomeçar a sua vida e consegue comprar pequeno terreno, mas tem que sair de lá pelas ameaças constantes. Quando chegam ao *pueblo* de Teruel, também chega a estigmatização, "*ellos piensan que nosotros somos monstruos*" diz ela sobre uma das primeiras impressões que teve no território. Ainda diz sobre a constante presença do medo, especialmente com relação a sua filha, que não veio com eles em um primeiro momento, mas apenas quando *Remedios* se sentiu segura o para trazê-la. Hoje, moram juntas, mas o medo da

estigmatização que a filha sofre é uma preocupação constante, novamente, uma sensação de perigo iminente, em menor intensidade do que há alguns anos atrás, mas ainda presente. Esse medo afeta até o seu transitar pelas ruas e pela cidade, pois acaba se restringindo a ficar mais em casa do que se expor fora dessa.

Amaranta também carrega esse medo e preocupação com relação aos filhos, o temor de que algo lhes aconteça aparece como silenciamento dessas crianças e adolescentes.

> Incluso en los colegios, a uno le da miedo. O sea, uno les dice a ellos no vayan a decir nada, piensen callados, porque como acá en Colombia desafortunadamente no ha habido esa pedagogía de paz en los colegios, entonces el hijo de un reincorporado tiene que estudiar calladito, sin necesidad de contar su historia, de sus padres ni nada por el miedo de ellos y por la seguridad de ellos.

É também dessa expressão da violência, na limitação das próprias relações da vida, de ser e de até de se expressar, pelo medo constante e presente, que se dá também pelo isolamento que se apresentam esses sentidos da estigmatização. Em alguns momentos, esse processo também se apresenta como limitação da própria realização da vida e de projetos de futuro.

No caso de *Aureliano*, a estigmatização se dá pela imposição das dificuldades de se restabelecer nos laços sociais nos territórios, como punição, como impedimento de realização de um projeto de vida no contexto de paz. É um rótulo que reduz a existência daquela pessoa a uma falseada característica de seu passado, que a define a partir de uma noção ideológica e moral que continua a compor a percepção de uma parte das pessoas sobre os ex-combatentes. Isso se apresenta nas relações em que esses ex-combatentes se inserem, desde as familiares até, como é o caso de *Aureliano*, as que estabelece na universidade. Nessa condição, relata uma situação cotidiana que ilustra esse processo. Ele está estudando em uma universidade fora da cidade e buscando sua transferência para outra universidade na cidade de Neiva, por isso, começava a realizar o processo, mas entraves vão sendo colocados no caminho de *Aureliano*

> ya con las materias que miro cumplo los requisitos y ahora en enero el Consejo Académico no aprueba, el Consejo le lanza la pelota al Consejo de Facultad, Consejo de Facultad se lava las manos y también el Consejo Académico. ¿Y qué sucede? Solo hasta ayer, en una reñida votación de cinco en contra y seis a favor, aprobaron mi traslado, cometen el error de presentarme como reincorporado porque hubo otras personas que le aprobaron el traslado y a mí poniendo todas las trabas posibles, cumpliendo con todos los requisitos legales que había, pero aun así estaban poniéndome trabas. Eso es simplemente, yo diría, es como un castigo, un castigo por el hecho de ser reincorporado. Pero, fui aprobado, […] pero, imagínese por un votico."

Arcádio também traz essa imagem da estigmatização como expressão do processo de construção do inimigo, ao mesmo tempo, diz que a própria construção da Cooagropaz contribui para desmistificar um pouco essa imagem, justamente pelo trabalho que realizam, o qual

contrapõe a própria noção ideológica constituída e atribuída a essas pessoas e esses grupos. Nesse sentido, traz uma percepção de permanência da estigmatização, mas de sua mudança, suavização a partir também do próprio trabalho da cooperativa.

> Entonces hoy somos víctimas de esa estigmatización, los malos, los violadores, los criminales, todo ese estigma. Y ahí una cosa no es sólo el estigma del estado, sino de la población, porque están permeados por esa cuestión y, sin embargo, en Cooagropaz hoy podemos decir que ya no nos miran igual que hasta hace cuatro años. Era más tremenda la cosa, más rápido cerraban la puerta, muchos hoy nos abren la puerta, al contrario, nos llaman y nos están convocando porque creen en las propuestas, porque miran resultados. Ese estigma se mantiene a pesar de que ha superado lo de antes, pero se mantiene y lo que al menos a mí más me preocupa es la población que es nuestro pueblo (ARCÁDIO)

A Cooagropaz contribui efetivamente para um processo de *desestigmatização*, entretanto, por si só, não é e não será capaz de resolver a questão, pois é preciso que se criem outros processos. *Arcádio* fala também dessa necessidade, da construção da desestigmatização na urgência da criação de processos coletivos de proteção nos territórios.

Dada a situação concreta, a Cooagropaz se mantém como resistência e como construção autônoma, poque se faz também apesar dessa violência ainda presente, é verdade que em menor intensidade do que no conflito e em comparação há anos atrás, mas a violência em menor intensidade ainda é a presença da violência, seja em suas expressões físicas ou simbólicas. É por isso também que a palavra *resistência*, como sentido da própria construção da Cooagropaz e do processo de reincorporação aparece em vários discursos, justamente porque se constitui como necessidade e sentido para esse processo, se dá na continuidade da resistência à violência, à estigmatização, como processo autônomo também pelo sentido que adquire de uma construção de *nós por nós*, diante da desconfiança desse outro que é um perigo em potencial.

A construção da reincorporação para os ex-combatentes tem esse sentido vinculado à Cooagropaz, ao mesmo tempo, se expressa na necessidade de resistência, de proteção, de cuidado e alerta em seu cotidiano. Apesar de não mais estarem em um contexto de combate, o conflito permanece, nem todos os grupos armados se desmobilizaram e o braço armado do Estado segue presente em todo o território nacional, física e simbolicamente. Além disso, simbolicamente, as referências éticas e estéticas, as dimensões subjetivas do conflito permanecem e permeiam as relações nos territórios, nas cidades, nas escolas, nas universidades, em todos os âmbitos da vida social e coletiva em que essas pessoas precisam estar inseridas. A permanência do estigma construído historicamente, dessa marca que ainda permanece nos corpos e na existência dessas pessoas, exige a construção da resistência cotidiana a esse silenciamento, assujeitamento e punições daqueles que julgam a partir de uma perspectiva

moral a história de vida e de luta dessas pessoas, mas que o fazem também pela mera reprodução de uma imagem construída historicamente como expressão ideológica.

A Cooagropaz se constitui como a reunião coletiva dessa necessidade de resistência para a sobrevivência, tendo na solidariedade dos semelhantes um pilar fundamental, mas também por meio da qual essas pessoas buscam construir laços e se reconstituir na reconstrução do tecido social, não negando sua história e seu passado, mas se afirmando na continuidade da transformação desse sentido da luta e da resistência que se atualiza na presente construção da negação a reincorporação como violência.

IV. É trabalho, mas não é trabalho

A partir da compreensão do processo de reincorporação e de seus sentidos como resistência, podemos afirmar também que uma expressão dessa resistência se dá na própria organização do trabalho. Nesse sentido, nas próprias negociações do processo de paz, a partir da demanda por parte dos *farianos*, se desenha que o processo de reincorporação teria como pilar a economia solidária. Essa tensão necessária colocada no processo se dá pelo reconhecimento da centralidade do trabalho no modo de produção capitalista, que se configura como exploração, alienação e estranhamento. O retorno dos *farianos* ao cotidiano da vida civil, especialmente para aqueles que estiveram *en el monte* significa necessariamente o retorno à necessidade total da venda de sua força de trabalho, à relação de exploração.

Alguns ex-combatentes já transitavam pelas cidades e participavam ativamente do cotidiano da vida civil, portanto, já lidavam com essa condição de necessidade. Entretanto, muitos estavam inseridos na vida na guerrilha em lugares afastados e o modo em que se dava a relação entre trabalho, dinheiro e necessidades era diferente de como se configurava para aqueles que transitavam mais nas cidades, por exemplo. Em alguns casos, por conta dessa vocação campesina de muitos *farianos*, se plantava e se comia da própria plantação, isso quando o combate não estava intenso. Em outras situações, se recorria a compra de alimentos ou à solidariedade das famílias de *pueblos* próximos dos acampamentos. A própria relação com o dinheiro se dava de forma distinta, na forma de obtê-lo, na inexistência de trabalho assalariado, na relação de consumo e no significado que o dinheiro tinha na vida na guerrilha. A colocação de *Amaranta* ilustra a questão: *"Nosotros no conocíamos la plata, porque por ahí uno cargaba plata en un bolso, era como cargar cualquier cosa, pero no sabíamos que ya eso valía mucho*". Portanto, o próprio trabalho, a relação com o dinheiro, a noção de salário era outra, mesmo que muitos desses já estivessem na vida civil antes de entrar na guerrilha.

A vida na guerrilha não era uma vida “apartada”, mas também inserida na dinâmica da sociedade capitalista, mas a questão é que em algumas experiências produziram relações distintas da organização e da práxis do trabalho, constituindo sentidos diferentes para o próprio trabalho, seja como forma de atuar sobre o meio e nas relações de forma organizada para atender às necessidades do coletivo ou mesmo na própria atividade militar na guerrilha, tudo isso era trabalho. Na guerrilha, se produziram relações de sociabilidade que despontavam como formas distintas de organizar a vida e o trabalho, ao mesmo tempo, carregando as formas presentes na sociedade em que estavam inseridos. Portanto, a forma como essas pessoas significam o trabalho também se dá a partir dessas vivências na guerrilha, nas relações que estabeleciam como forma de sobrevivência, subsistência e construção da própria insurgência.

Essa relação também marca o processo de transição no retorno à vida civil, porque essa reinserção tem que se dar pela garantia da manutenção do atendimento das necessidades individuais, ou seja, passa necessariamente pelo trabalho, portanto, pela imposição da sua redução a condição de exploração como venda da força de trabalho, forma de obter dinheiro para comprar produtos que realizem a satisfação dessas necessidades. Para nós, é inegável que na sociedade capitalista o trabalho adquire centralidade na própria reprodução da vida, isso se exemplifica na questão posta sobre o processo de reincorporação, em que a reinserção dos ex-combatentes precisou se dar mediante a inevitabilidade da discussão sobre o trabalho. Além disso, a reincorporação como fruto dos processos de paz e em sua institucionalidade reconhece a necessidade de um auxílio financeiro para esses ex-combatentes, o que também atesta a imprescindibilidade do dinheiro e da renda na sociedade capitalista. Ao mesmo tempo, conforme colocado pelos próprios ex-combatentes, esse auxílio é para muitos insuficiente. Tendo em vista essa insuficiência e a possibilidade que um dia esse auxílio acabe, o que resta aos ex-combatentes para atender as suas necessidades? O trabalho.

Nesse sentido, reafirmamos a centralidade que o trabalho adquire no modo de produção capitalista e o processo de reincorporação não poderia se realizar como reinserção e estabilização socioeconômica se não se assentasse sobre o trabalho. O retorno à “vida civil” de pessoas que estavam “à margem” da sociedade e da lei, tal como foi considerado pelo Estado colombiano, tem a sua centralidade na reincorporação pelo trabalho, tendo em vista a criação da própria ECOMÚN, prevista nos acordos de paz. Sua criação também expressa a tensão colocada na disputa em torno da organização do trabalho, no que diz respeito a que forma de organizá-lo atenderia mais aqueles que produziram outras formas autônomas de organizá-lo.

É a partir desse reconhecimento que foi colocada uma tensão necessária no processo de paz, a demanda de que o pilar da economia solidária seria fundamental nesse processo de transição. Isso porque essa era uma forma possível e historicamente construída de alternativa, de enfrentamento e de proposição de relações gestadas dentro desse sistema, mas que se constituem de maneira diferente, por meio de outra perspectiva. A economia solidária e o cooperativismo passam a ser uma ferramenta por ser a forma de organização possível e mais próxima de como se organizavam as relações e o trabalho anteriormente.

É nesse sentido que a própria conformação da Cooagropaz, como fruto desse processo, se constitui como resistência e continuidade ou continuidade da resistência, em que os ex-combatentes seguem buscando formas de se relacionar com o trabalho a partir da continuidade de certas referências, como a solidariedade e a horizontalidade. Além disso, se coloca como tensão no processo e potência crítica a forma como se configura o trabalho na sociedade capitalista, buscando gestar outras relações possíveis.

Essa contradição está posta nos sentidos atribuídos ao trabalho pelos ex-combatentes. Vale a pena ressaltar que os sentidos atribuídos ao trabalho também expressam a formação e a consciência política de alguns dos ex-combatentes, bem como a forma como o vivenciaram e experienciam e, portanto, significam essa.

Todas as experiências de vida dessas pessoas constituíram e seguem constituindo os sentidos do trabalho, os quais também emergem a partir de uma concepção crítica do próprio trabalho como exploração, como realização individualista e individualizante, como forma de crescimento profissional, enriquecimento ou enobrecimento, ou seja, todas aquelas definições ideológicas presentes nos significados sociais do trabalho, reproduzidas nas relações e vocalizados na singularidade como se fossem sentidos próprios, mas na verdade se constituem como forma de mascarar e justificar ideologicamente a exploração.

É também da consciência crítica dessa definição ideológica a partir da constatação de como o trabalho se configura na realidade da Colômbia no desenvolvimento do seu modo de produção capitalista que se constituem os sentidos para essas pessoas.

No caso de *Úrsula*, o trabalho aparece como negação do trabalho, ou seja, literalmente como *não trabalho*, pois ela não reconhece sua atividade na cooperativa e em outros espaços como trabalho. Não é trabalho porque não tem um caráter estritamente de sustentabilidade econômica, não está exclusivamente vinculado a uma troca por um salário. Tem um sentido de não trabalho porque está vinculado a um sentido de vida, da própria necessidade da continuidade da luta, que agora se realiza por sua atividade na Cooagropaz. Por isso, ao definir

o que é trabalho para si, primeiro recorre ao significado posto socialmente do que é o trabalho na sociedade capitalista e, em seguida, o nega, porque não reconhece nessa forma sua atividade, o sentido vital e de história de vida que essa atividade tem para si. Portanto, só pode ser algo que não é trabalho, porque "esse trabalho" é aquilo que se apresenta como trabalho assalariado individual no âmbito estrito de uma relação mercantil.

Essa atividade que exerce não tem uma palavra exata, mas tem um sentido. Por isso, mesmo não definindo em uma ou mais palavras o que é essa atividade ou a definindo pela negação do que é o significado de trabalho, *Úrsula* acaba por dizer o sentido que essa atividade (não trabalho) tem para si, o qual se conecta diretamente com a sua história de vida, justamente porque está atrelado ao sentido da necessidade da luta e de sua continuidade.

É por isso que essa atividade tem o sentido de *não trabalho*, porque não se identifica total e diretamente com a forma trabalho na configuração capitalista, como desumanização, que reduz o trabalho a uma atividade alienada, estranhada, em uma atividade meio com o objetivo de obter um salário ou uma renda, um ganho econômico que permita o consumo de produtos que talvez supram a necessidade desse trabalhador. Sendo assim, para Úrsula, sua atividade é *não trabalho* porque não se restringe a essa condição, mesmo estando inserida nessa relação de alienação e estranhamento, o trabalho aparece como não trabalho porque é o que hoje lhe permite se conectar com o seu sentido de vida, a continuidade da luta.

> Para mí no es trabajo. Lo que yo hago es algo que a mí me gusta, que alimenta mi vida, que alimenta mi forma de ser, que me engrandece, me da fortaleza para seguir adelante, porque hay muchas cosas que yo tengo que cumplir. Entre esas muchas cosas está la memoria, mi misma, el estudio de mi hijo y mis nietos. Que hay que enseñarles y contarles, porque es la lucha de abuela, de la mamá, de la tía, y todo es la lucha, no es por un dinero y no es un trabajo, aunque dicen que es trabajo, para mí no es trabajo, es algo, no sé, otra palabra, no es trabajo, es algo que a mí me nace, así me toque sacar plata de mi bolsillo, de mi renta básica y ponerla y dejar de comprar para mí. Pero estoy satisfaciendo algo para otras personas, no sé cómo llamarlo. Te digo que no es trabajo porque trabajo es cuando recibe su sueldo y usted alimenta su personalidad sola con esa plata que es material. Me voy y me compro un televisor, una cama, una ropa, un par de zapatos que son necesarios. Y yo tengo esa lucha a que me dediqué. […] Para mí eso no es trabajo, para mí eso es vida para ayudar a otras personas. […] Pero mi vida y mi lucha es otra cosa y al menos el día que uno se fuera, que digan al menos ya hizo algo, hay un precedente, que sí se puede. Eso es lo que yo pienso cuando digo que eso no es trabajo. (ÚRSULA)

Não estamos aqui afirmando que esse tipo de atividade é em si a própria superação do estranhamento, da alienação e da exploração fundada no trabalho, mas compreendendo-a como inserida na sociedade capitalista produzida nessa tensão. Ao mesmo tempo, o *não trabalho* aparece como realização de um sentido de vida, mesmo diante de todas as dificuldades colocadas em seus contextos, porque é também nessa atividade que se dá a possibilidade de

enfrentamento coletivo, porque justamente a partir dessa outra noção, essa atividade tem mais um sentido coletivo do que realização meramente individual.

O sentido do *trabalho como finalidade coletiva*, como realização coletiva e não meramente individual se apresenta na fala de *Aureliano*, sendo que o trabalho aparece como uma necessidade de contribuição para a sociedade, uma realização que se dá na contribuição para os outros, um grupo ou uma comunidade. Por isso, o trabalho para ele tem um sentido da construção do comunitário, das próprias relações de trabalho ou mesmo o produto desse trabalho enquanto contribuições sociais. O trabalho tem um sentido de solidariedade, de aporte para o coletivo, de uma ação que se efetiva para a sociedade. Isso se conecta com o sentido do trabalho em sua vida, a própria contribuição que segue construindo pela luta.

A partir disso, se conecta com um sentido de trabalho radicalmente igualitário, definido pela noção de que cada pessoa contribui com seu trabalho a partir das condições em que está inserida, dentro de suas possibilidades reais e, portanto, contribui socialmente com essa atividade. Em última instância, fala da necessidade da abolição da cisão entre trabalho manual e intelectual. Nesse sentido, todo trabalho é importante, mesmo aquelas atividades que não são vistas como trabalho, que se dão também no âmbito das relações comunitárias. Reconhece o trabalho enquanto relação e potencialidade humana, mas também como horizontalidade, na noção de que todo trabalho é significativo, desde essa concepção, porque contribui para a sociedade, para o coletivo, sendo assim, o trabalho como finalidade coletiva.

Nem toda ação, se realiza exatamente como uma contribuição por meio do fortalecimento das relações solidárias e comunitárias, de construção coletiva da própria vida. Esse é o sentido que o trabalho tem para *Aureliano*, portanto, é um sentido que está mais atrelado a uma noção mais ampla e emancipada de trabalho, para além de como esse está colocado na sociedade. Reconhece o trabalho como realização humana que objetiva produtos que são sociais, que são socializados, ao mesmo tempo, atesta que essa objetivação deveria estar voltada para o atendimento das necessidades socialmente constituídas. *Aureliano* fala do sentido que o trabalho tem para si a partir de uma perspectiva que é concreta, mas também sobre o que o trabalho pode vir a ser, a partir da sua perspectiva de radicalidade da transformação, um trabalho que também seria *não* trabalho, porque voltado para o atendimento das reais necessidades humanas, voltado para a resolução de questões coletivas, em uma construção comunitária, que seja contribuição para a sociedade nessas relações.

> […] el trabajo en mi vida significa el aporte que yo pueda hacer a una sociedad. El trabajo no es la utilidad, no es el esfuerzo físico que yo haga o mental que yo haga, sino más bien el aporte que le hago yo a la sociedad desde cualquier perspectiva, desde

> cualquier sitio en que me encuentre, desde cualquier actividad que realice. […] El trabajo no es solamente el trabajo físico material, sino desde el punto de vista también intelectual, desde cuando una persona aporta ideas, cuando una persona aporta iniciativas, cuando una persona está sugiriendo, cuando está orientando, cuando está guiando, direccionando, es trabajo, y eso determina el avance o retroceso de una sociedad. […] Es el aporte que uno puede hacerle a la sociedad, porque miremos que el campesino está laborando su tierra, está trabajando la tierra y él está aportando a la sociedad, si bien es cierto está sacando un usufructo que es la respuesta a ese trabajo: la paga del salario o en su lugar, los frutos que produce, que los vende y con eso también compra. Pero el aporte que le hace a la sociedad con ese trabajo es grandísimo. Entonces, más que la necesidad para solucionar las cosas personales es la necesidad de solucionar lo colectivo. (AURELIANO)

Essa noção presente no sentido do trabalho como contribuição coletiva e para o coletivo, também se apresenta nos sentidos de *Amaranta*. Em uma primeira categoria, o que apresenta como *trabalho social*, tem o sentido de uma atividade que não está voltada para a individualidade, mas para os outros, para o coletivo, é o trabalho como objetivação e realização que tem como finalidade o bem-estar coletivo, de um grupo ou de uma comunidade. O que se conecta diretamente com sua prática na Cooperativa e na atuação na associação de mulheres. É um sentido que vocaliza uma responsabilidade assumida, uma história de luta e de compromisso social. É um trabalho com sentido pessoal e coletivo.

> Pues el trabajo social es como estar pendiente de las comunidades y estar ayudando a todas esas personas. Uno como líder, como encabezando una asociación, tiene que trabajar por todos sus asociados, estar pendiente de que si le hace falta, digamos, para la educación, buscar la forma de que inyecten proyectos a la educación. (AMARANTA)

Esse sentido aparece como *não trabalho* quando contrastamos com sua definição que dá para o *trabalho-trabalho*. Esse que está atrelado ao significado social do trabalho em seu reconhecimento como exploração, como redução a uma atividade meramente econômica.

> Trabajo, trabajo ya, pues por lo menos que tiene uno que buscarse, rebuscarse una forma económica que le ingrese a uno. Yo todavía en empresa no he trabajado, pero sí como independiente, como en la finca, ayudándole a mi esposo que toca arrear ganado, que toca incluso dentro de la cooperativa misma. También nos ha tocado el trabajo de jornada de trabajo nos toca ir a cercar, nos toca ir a hacerle aseo a una casa, ir a hacer de comer, entonces pues, entiendo yo pues de trabajo así. (AMARANTA)

Expressando também a própria condição de trabalho da mulher na sociedade capitalista e, mais especificamente na Colômbia, vê o trabalho em sua condição de trabalhadora mulher. Dessa forma, define exatamente, desde seu ponto de vista e vivência o que é o trabalho reprodutivo. *Amaranta* abre espaço para uma compreensão de trabalho que é majoritariamente atribuído a mulher que é propositalmente invisibilizado, menosprezado e ocultado. Isso porque é necessário diminuí-lo ou ocultá-lo do ponto de vista de "ser trabalho", uma vez que serve aos

processos de acumulação de capital, por ser trabalho não pago que faz parte da necessidade para a reprodução da força de trabalho. Além disso, quando remunerado, é necessário esse mecanismo porque também deve ser um trabalho "menor", mais desqualificado, portanto, tem de ser extremamente sub-remunerado e, sendo assim, atribuído as pessoas que na hierarquia valorativa de pessoas do sistema do capital, valem menos. Por fim, se configura dessa forma porque é um próprio mecanismo de manutenção do patriarcado deglutido na dinâmica das necessidades de reprodução da sociedade capitalista.

> El trabajo de la mujer en Colombia y yo creo que a nivel del mundo es un trabajo muy, o sea, este trabajo como que no es muy remunerado. Es un trabajo muy estigmatizante, porque por lo menos uno con la pareja tiene que hacer de comer, que lavar y es un trabajo que no se ve. Y hay muchos hombres que creen que, porque uno está en la casa haciendo eso, eso no es trabajo. Creen que está en la casa y no está haciendo nada, cuando eso es trabajo, criar a los hijos, eso es trabajo. El trabajo de la mujer debe ser remunerado como el del hombre. Porque el hombre trabaje todo el día no quiere decir que es que una mujer no lo haga porque lo hacen, con la diferencia de que al hombre sí se le está pagando y a la mujer no. (AMARANTA)

De uma forma ou de outra, os sentidos e o reconhecimento do trabalho como exploração, presente em todos os casos, se dá na consciência crítica e de classe construída no histórico de vida e de luta. É exatamente nessa direção que *Arcádio*, expressando seu histórico de formação política, fala do sentido que o trabalho tem para si em uma definição que faz a partir de uma leitura marxista, produto de sua formação político-ideológico. Além disso, uma leitura desde a vida na guerrilha e desde uma concepção de humanidade e do que o trabalho significa para essa. Expressão da consciência crítica que também concebe o trabalho como emancipação, uma concepção de humanidade fundada na compreensão do trabalho como relação metabólica, trabalho como condição ontológica da humanidade. *Arcádio* fala de um sentido de trabalho que é constituído em seu histórico de luta, de militância, de construção revolucionária, mas também do que era concretamente o trabalho na vida insurgente.

> Es el proceso de transformación a través de la fuerza de trabajo, la vital, intelectual y la corporal. Es el proceso de generación de productos y riquezas a través de la capacidad y la voluntad intelectual y física del hombre. Hombre y mujer. Es esta generación de riqueza a través de producción de bienes, servicios o productos. La aplicación de la voluntad del hombre. (ARCÁDIO)

CONCLUSÕES

Por ora, mesmo distante de tirarmos conclusões definitivas sobre as questões aqui debatidas, podemos afirmar que essas são parte de um processo investigativo que se inicia com essa pesquisa, isso porque ao longo desse processo outros questionamentos e potencialidades de construção do conhecimento emergiram. Nesse sentido, apresentamos algumas reflexões que permitem realizar conclusões importantes das discussões apresentadas até aqui, bem como apontar para a necessidade de continuidade do aprofundamento em questões que seguem em constante movimento e transformação, logo, precisam ser contempladas em novos processos de pesquisa e pautadas em diferentes espaços.

Ao longo da nossa exposição buscamos estabelecer um caminho possível de compreensão das alternativas populares de organização do trabalho na América Latina, tomando como expressão desse processo uma experiência brasileira e outra colombiana e como eixo de análise a dimensão subjetiva da realidade.

A exposição das discussões e análises aqui apresentadas não são a descrição do processo de pesquisa em si, mas a forma como organizamos sua explicitação para a compreensão das suas determinações. Por isso, optamos por construir um caminho de exposição que pudesse guiar o leitor ou a leitora, partindo das definições das categorias mais elementares na sustentação que nos permite chegar à compreensão da constituição desse fenômeno em suas múltiplas determinações. Todos os debates apresentados foram imprescindíveis para a compreensão da constituição das alternativas populares de organização do trabalho, bem como a proposta de nosso eixo de análise da dimensão subjetiva da realidade.

No processo de construção da pesquisa e da exposição fomos entendendo que as tarefas que assumimos necessariamente passam por debates espinhosos, que podem ser representados nas três categorias que dão título a este estudo, categorias que constantemente estão envolvidas em polêmicas, que se constroem nas divergências de interpretação e no debate e disputa constantes. Por isso, trabalho, subjetividade e América Latina são categorias construídas em constante e intenso debate. Entretanto, são nesses debates que se dão as contribuições, porque permitem nossa localização no próprio debate, a partir da afirmação de uma perspectiva ético-política, bem como enfatizar que a construção do conhecimento é fruto de um processo e uma disputa política, dada na tensão de nosso tempo. Isso também nos permitiu assumir desde o princípio o próprio processo como sendo fruto de uma intencionalidade, seja pelo fato de pesquisarmos aquilo que pesquisamos ou mesmo quais são as possíveis contribuições da nossa pesquisa, ou seja, de onde ela emerge e para qual horizonte ela aponta ou pode apontar.

Dito isso, fica explícita a intencionalidade, não no sentido de que chegamos aos resultados previstos antes do próprio processo de pesquisa (isso seria anticientífico inclusive), mas, diante da constatação da realidade concreta tal qual ela se apresenta, reafirmar como este processo de pesquisa contribui para melhor compreender essa realidade e possíveis formas de transformação dessa, as quais seguem sendo construídas em nosso presente. Em última instância, seguimos concordando com Marx (2017), não basta somente interpretar o mundo, mas o que importa é transformá-lo. Levamos essa afirmação a sério, tendo em vista que não somente a pesquisa assume a tentativa de contribuir com os processos de transformação social, mas vai além disso, porque busca nessa contribuição compreender a própria emergência e constituição das possibilidades de transformação existentes em nosso tempo. Realizando propositadamente esse processo pelo necessário protagonismo da Psicologia.

A própria transformação, tendo as alternativas estudadas como expressão, não poderia ser compreendida de maneira dicotômica, unilateral, determinista ou reducionista, isso seria ficar em sua aparência. Trilhamos o caminho que pode ser explicitado novamente pelas categorias que nos guiaram na compreensão do objeto de estudo. Isso nos permitiu expor as determinações que constituem o fenômeno, por meio da análise, discutindo questões fundamentais para desmontá-lo e retornar a ele, ao final, com uma nova compreensão.

Por isso, a discussão se apresentou pelo processo histórico-concreto, pautado na dialética da história latino-americana na constante tensão da luta de classes, a qual foi se conformando nas suas expressões históricas, no desenvolvimento do capitalismo de forma particular nesse território e nas negações possíveis. Sendo assim, as alternativas estudadas são expressões latino-americanas gestadas nessa dialética, determinadas na realidade nacional e no chão de seus territórios. Todo esse processo não se constitui de forma abstrata, mas pela ação dos sujeitos concretos da história. Seres humanos que se constituem nesses processos diversos e seguem construindo, tanto a exploração como a sua negação. Nesse sentido, todas as formas políticas são construções humanas, gestadas na constante relação entre seres humanos e na constituição da dialética objetividade-subjetividade. É na máxima de que são os seres humanos que constroem a própria história, mas não em condições escolhidas por esses, que podemos reafirmar mais uma das conclusões desta pesquisa.

Para tal, em um primeiro momento, partimos do trabalho na compreensão da complexidade dessa categoria, reafirmando sua imprescindibilidade para a compreensão da constituição do ser social, bem como explicitamos, partindo dessa noção, o caráter contraditório que o trabalho adquire no sistema do capital. Portanto, o trabalho é condição ontológica na

gênese e constituição do ser social, é protoforma da práxis humana e da humanidade, entretanto, com a emergência do modo de produção capitalista esse trabalho se volta contra a própria humanização do ser social, se reduz a condição de exploração e estranhamento, porque o próprio ser humano se desumaniza ao estar reduzido a condição de mercadoria. Partir dessa constatação e dessa contradição é fundamental.

Reafirmamos neste estudo o papel ontológico do trabalho na constituição do ser social, capacidade humana que o diferencia das esferas ontológicas anteriores, ao mesmo tempo, permite que os seres humanos se constituam para além do próprio trabalho no processo de complexificação das mediações sociais. Nesse sentido, a reafirmação da importância da categoria se dá na imprescindibilidade de compreender a constituição do ser social, que se constrói na constante relação dialética entre teleologia e causalidade, objetividade-subjetividade, na dialética singular-particular-universal. Por isso, essa concepção é fundamental, sobretudo para entender a constituição das dimensões subjetivas da realidade, as quais constituem os fenômenos. Isso porque essa noção nos permite ir para além das dicotomias e das concepções reducionistas que hora repousam sobre um determinismo social que recai sobre um indivíduo quase indeterminado, influenciado pelo meio, ora se assentam sobre uma análise individualizante que atribui tudo a processos meramente intrapsíquicos ou individuais. Historicamente, a Psicologia Social foi marcada por esses psicologismos ou sociologismos. Essas compreensões reduzem a compreensão do fenômeno, bem como a própria noção de subjetividade. Entendemos que nossa contribuição, na esteira de construções históricas aqui apresentadas segue rompendo com essas dicotomias na construção de uma Psicologia Social crítica latino-americana atuante na transformação dos problemas reais das maiorias populares.

Por isso, a partir da construção histórica da PSH, reafirmamos e reivindicamos nesse estudo essa perspectiva crítica em Psicologia como potência de superação dessas dicotomias, que se expressa na sua construção histórica e categorial. Essa afirmação também se dá no materialismo histórico e dialético como pilar da sua construção teórico-metodológica e por sua produção original de categorias teóricas, dentre as quais historicidade e dimensão subjetiva da realidade emergem como potência dessa originalidade, nos permitindo avançar na superação das dicotomias a partir do pilar da dialética objetividade-subjetividade. É por isso que partimos do trabalho, do que funda a condição da humanidade para chegarmos à definição complexa pelo instrumental da PSH sobre como se constitui esse ser humano e como essa concepção é imprescindível para compreender as alternativas de organização do trabalho constituídas nas dimensões subjetivas da realidade. Sendo assim, partindo da constituição do ser social e

chegando à construção categorial da dimensão subjetiva da realidade, pudemos reconstruir a compreensão dessa relação e de sua formulação.

É nesse sentido que reafirmamos uma compreensão da subjetividade, a qual não pode ser localizada em questões internas ou intrapsíquicas, mas que se constitui na sua indissociabilidade de constituição na relação com as determinações da vida material, sem existir, portanto, uma identidade entre subjetividade e objetividade, mas sim sua relação dialética e movimento constante. Por isso, a subjetividade também não é algo menor ou secundário para compreender essas alternativas, é imprescindível como elemento constituinte dos sujeitos que as constroem e se constituem a partir dessa construção, conforme foi exposto na construção das categorias de análise. Portanto, entender essas alternativas é também entender os sujeitos políticos que emergem nessa. Pudemos observar e entender quais significações emergem no processo de constituição desse sujeito político, tendo as dimensões subjetivas como síntese entre as condições materiais e as significações no processo.

Essas construções subjetivas que constituem as alternativas, são determinadas pelas relações objetivas. Ou seja, é o campo objetivo que determina o campo subjetivo na constante relação dialética, é a partir das condições concretas da vida que esses sujeitos significam o vivido e atuam nessa realidade. Nas categorias, *A constituição do sujeito político: das vivências da desigualdade à luta como transformação* e *A luta nasce e continua da necessidade da luta* esse processo se expressa nos diferentes sentidos que emergem a partir das necessidades objetivas e subjetivas dadas nas relações concretas. Portanto, essas significações não partem de si mesmas, mas do campo material e objetivo. É a partir dessa vida concreta, das reais necessidades colocadas nessa, que esse sujeito político se constitui na tensão entre *escolha e não escolha*, a qual se dá, em última instância, pela real necessidade de existir, dado o desenvolvimento do modo de produção capitalista como *projeto de morte e de fome.*

Essas alternativas se constituem a partir das suas condições materiais, da real possibilidade dos sujeitos concretos que a constroem em seu tempo e em seus territórios, *apesar da violência*. Esse sujeito político emerge da real necessidade de existência, da necessidade posta na negação da dominação do desenvolvimento do capitalismo dependente latino-americano que se assenta sobre a superexploração da força de trabalho e da condição estrutural de desigualdade nas realidades latino-americanas, a qual em seu movimento mais atual sob o neoliberalismo vem intensificando a fome e outras violências. Por isso, caracterizamos e detalhamos o processo de constituição das determinações objetivas, as condições materiais de exploração tal qual se configuram na vida concreta dos povos latino-americanos. Só foi possível

compreender as alternativas como determinação negativa das condições concretas do capitalismo em sua particularidade latino-americana.

As alternativas como formas de organização da vida se constituem pelas necessidades de sua emergência como determinação negativa da construção particular do capitalismo. O sujeito político e essas alternativas, que se constituem de forma dialética, emergem da real necessidade de existência dada nas condições materiais forjadas na história da América Latina, na especificidade das realidades nacionais e realizada nos territórios concretos de vida. Por isso, foi necessário explicitar a constituição da particularidade do capitalismo latino-americano, justamente para entender como se conformam essas condições materiais de violência e fome, pois não são naturais e nem podem ser localizadas nesses sujeitos apenas. Essas condições se constituem historicamente e, portanto, foi necessário aprofundar suas determinações para compreender como essas se forjam. Explicitamos isso tanto na discussão da particularidade do capitalismo latino-americano, bem como na caracterização histórica de cada alternativa.

Novamente, a discussão inicial posta na análise da categoria trabalho foi essencial para nos levar ao aprofundamento da contradição que move esse modelo, dada entre capital e trabalho, e a centralidade que esse adquire no modo de produção capitalista. É intrínseco a gênese e o desenvolvimento do modo de produção capitalista a configuração do trabalho na forma de exploração e estranhamento. Esse modo de produção opera um processo de ruptura metabólica, os seres humanos são violentamente separados dos meios de produção da sua existência, reduzindo o trabalho e a terra a condição de mercadorias.

A partir da primeira discussão basilar, explicitamos o caráter desumanizador, totalizante e totalitário do modo de produção capitalista. Isso porque, o trabalho como condição ontológica que constitui o ser social permite o impulsionamento dos seres humanos para além do trabalho, na constituição de mediações sociais que vão cada vez mais se complexificando, entretanto, sob a hegemonia do modo de produção capitalista, passa a estar subordinado às necessidades de reprodução do capital. As mediações sociais estabelecidas vão sendo cada vez mais controladas e limitadas pela dominação desse sistema totalizante e totalitário que se impõe pela subordinação do trabalho ao controle sociometabólico do capital. O sistema do capital tem como necessidade de seu desenvolvimento a subordinação das mediações sociais às necessidades de reprodução do capital, que se conforma na imposição violenta de seu caráter totalizante e totalitário como necessidade irracional de expansão infinita.

Vimos que esse modelo se impõe pela violência como mecanismo necessário desde sua edificação, o caso brasileiro e, ainda mais, o caso colombiano são emblemáticos, porque

revelam em sua historicidade a violência como instrumento perene dos processos de acumulação de capital, sobretudo no campo. Essa condição presente de violências objetivas e subjetivas se instala desde a colonização e se atualiza até o neoliberalismo.

Dessa forma, em um primeiro momento, a colonização é uma estrutura necessária à acumulação primitiva de capital e, posteriormente, em sua totalidade, o desenvolvimento do modo de produção capitalista vai se construindo pela necessidade da imposição de um desenvolvimento desigual, ao mesmo tempo, articulado, em que necessariamente o "desenvolvimento" capitalista de algumas nações e centros dinâmicos relegam outras à condição de subdesenvolvimento e dependência aos centros dominantes. Esse processo de dominação também requer a construção de justificativas ideológicas como processo de falseamento da realidade, o próprio racismo se constitui como determinação dessa exploração.

Por isso, foi fundamental abordar a processualidade histórica da consolidação da particularidade do capitalismo latino-americano na divisão internacional do trabalho, a qual está presente até os dias atuais, não exatamente sob as mesmas formas da colonização ou em boa parte do século XX, mas se atualizando pela necessidade desse desenvolvimento desigual. Por isso, este estudo reivindica a imprescindibilidade de compreender a particularidade do desenvolvimento do capitalismo na América Latina a partir desses marcos históricos e do lugar historicamente posto desse território na divisão internacional do trabalho, desde a colonização até o neoliberalismo. Isso porque só foi possível compreender a realidade material e a constituição das alternativas populares pelas determinações histórico-concretas que produzem, na unidade da diversidade, as condições concretas de vida dos povos latino-americanos.

Para entendermos a realidade de Brasil e Colômbia, é inevitável passarmos pela mediação da particularidade histórica do desenvolvimento do capitalismo latino-americano, partindo dos processos de colonização e, posteriormente, passando a constituição de economias dependentes. Entendemos como se constitui nas realidades latino-americanas um capitalismo dependente que se assenta sobre a superexploração da força de trabalho, a qual, por sua vez, se constrói a partir da hierarquização da classe trabalhadora na divisão racial e sexual do trabalho. Toda essa estrutura de exploração seguiu em curso e em movimento, entretanto, chegamos aos tempos atuais e essas seguem sendo atualizadas, em seu último período, pela implementação do modelo neoliberal. Nesse sentido, reafirmamos a permanência na mudança das determinações da superexploração da força de trabalho sob a forma característica da precarização total e irrestrita do modelo neoliberal.

O neoliberalismo atualiza essa estrutura histórico-concreta no aprofundamento das relações de exploração como necessidade de reorganização do capital. Temos na América Latina uma expressão desse processo, sendo nesse território realizado o laboratório do neoliberalismo, ao mesmo tempo, seu ponto de ebulição social como resposta ao esgotamento prematuro desse modelo, seguido da imposição de aprofundamento neoliberal para a manutenção dos processos de acumulação nas realidades nacionais e da divisão internacional do trabalho. Esse processo se assenta sobre o aprofundamento da precarização do trabalho e das condições de vida em que a exploração se reconfigura mantendo suas leis gerais, nesse sentido, o fenômeno do recrudescimento da fome e dos níveis de insegurança alimentar expressam justamente esse processo de reorganização e (re)imposição de um neoliberalismo que se assenta cada vez mais sobre formas aviltantes, desumanizante e destrutivas de exploração.

O recrudescimento da fome está diretamente relacionado ao aprofundamento da superexploração da força de trabalho em suas determinações na divisão racial e sexual do trabalho, como expressão desse processo de (re)imposição do aprofundamento neoliberal. Os dados apresentados deixam isso explícito, os quais nos demonstram que a fome passa a crescer desde 2014, muito antes da pandemia, justamente quando se inicia o processo de retomada de governos neoliberais (com novas roupagens), que produzem uma intensificação da precarização das condições de vida da classe trabalhadora na América Latina. Sendo assim, dada a superexploração da força de trabalho como necessidade dos mecanismos de acumulação na periferia do sistema e sendo essa qualificada pela divisão racial e sexual do trabalho, os dados também nos demonstraram que a fome e a insegurança alimentar impactam de maneira distinta a diversidade da classe trabalhadora, em que a população negra e indígena, bem como as mulheres se encontram em todos os dados em condições de mais vulnerabilidade e precariedade objetiva no que diz respeito à fome e à insegurança alimentar. Por isso, as determinações histórico-concretas do desenvolvimento da particularidade do capitalismo latino-americano explicam essa condição presente nos dados apresentados.

Entendemos que o percurso feito explicita a gênese, o desenvolvimento e a atualização do modo de produção capitalista nesse território, sendo essencial para chegar as determinações posteriormente apresentadas nas realidades de Brasil e Colômbia, as quais compõe a história pela qual se gestam também diferentes formas de enfrentamento a essa estrutura histórico-concreta de exploração e dominação secular e em constante atualização, ao mesmo tempo, em constante tensão e negação.

As lutas da América Latina podem ser organizadas em quatro processos, não sendo esses apenas delimitados por uma cronologia exatamente, mas pela formação e características das suas expressões históricas, além disso, tendo em vista a multiplicidade da América Latina. São essas: as revoltas nativistas e lutas contra a escravidão; as lutas por independência; as lutas por libertação e as lutas antineoliberais.

Nesse sentido, podemos dizer que as experiências apresentadas no grupo que caracteriza as lutas nativistas e lutas contra a escravidão, se dão no período que se inicia com as invasões dos europeus nas América Latina, em 1492, até o período dos distintos processos e momentos dos países latino-americanos na abolição da escravidão no início das primeiras décadas do século XIX. Outro marco importante são as lutas por independência latino-americanas, as quais constituem o processo de revoltas que culmina na conformação de Estados formalmente independentes das metrópoles europeias, as quais nos territórios colonizados pela Espanha, sobretudo na região andina e amazônica, tiveram como grande símbolo dessa luta Simón Bolívar. O sonho da Pátria Grande é gestado e construído nessas lutas e nessa época, bem como se funda uma tradição que é reivindicada mais adiante sob o nome do bolivarianismo. Mais adiante, a partir do estabelecimento das nações formais, já na segunda metade do século XX, a partir do marco da Revolução Cubana, temos mais uma expressão desse processo e podemos denominar esse como as lutas por libertação a partir de movimentos revolucionários genuinamente latino-americanos, onde também se gesta a tradição e a perspectiva do guevarismo revolucionário. Por fim, no último quarto do século XX se iniciam movimentos de luta que se expressam no enfrentamento às ditaduras militares, sobretudo na América do Sul, bem como se consolidam diferentes processos de movimentos de lutas antineoliberais.

Esses processos surgem como insurreições, revoltas, rebeliões que irrompem na negação da dominação, mas também surgem formas de organização de vida alternativas e autônomas que passam a construir relações e modos de sociabilidade que tanto recuperam elementos ancestrais, que permanecem apesar da violenta imposição do sistema do capital e seu caráter totalizante, como apontam para um horizonte possível de transformação. Se constituem como determinação negativa, mas na afirmação da conformação de formas políticas que gestam em si a possibilidade do novo.

Em nosso cenário atual, se constituem também formas históricas e localizadas de enfrentamento ao aprofundamento neoliberal. As experiências de Brasil e Colômbia são gestadas em suas histórias nacionais, mas também como determinação negativa do desenvolvimento do capitalismo dependente latino-americano e a da superexploração da força

de trabalho. São produtos de seu tempo, mas que também remontam formas históricas de luta que estiveram presentes em todo o continente, desde *Anacaona* aos estallidos sociales e o MST.

Se a América Latina foi território colonizado e marcado pela imposição de uma forma de vida definida por um *projeto de morte*, aqui também sempre estiveram presentes a resistência e a conformação de formas políticas que verdadeiramente gestaram *projetos de vida*. Se nesse território, mesmo pela conquista da independência, as amarras do imperialismo e os grilhões do centro dinâmico do sistema do capital, nunca permitiram a superação de uma condição dependente, constituímos lutas concretas tendo na libertação um projeto comum e um símbolo de consolidação da subversão de um projeto colonizado de América Latina. Se em nossas terras se consolidou o laboratório de um modelo de morte representado no neoliberalismo, aqui também emergiram expressões de recusa e de construção de *outro mundo possível*. Um projeto de lixão pode se transformar em uma comuna que floresce na luta e se alimenta na solidariedade.

As expressões históricas em Brasil e Colômbia, na Comuna da Terra Irmã Alberta, na Cooperativa Terra e Liberdade e na Cooagropaz, são fruto da dialética da história latino-americana, mas determinadas em sua constituição, na real luta de classes de seus países, forjada a suor e sangue em seus territórios e por seres humanos que se forjaram nessas relações. Nesses movimentos específicos, se constituem em seus territórios e fazem suas realidades nacionais, as quais compõem o motor da história da América Latina.

Portanto, as alternativas de organização do trabalho na América Latina são expressões de seu tempo de um processo de continuidade na transformação na constante construção de um *horizonte emancipatório ancestral* possível nas relações concretas de suas realidades. Outra questão essencial é entender essas determinações negativas não somente enquanto reação, mas também em sua positividade, em sua originalidade e criatividade. Sendo assim, só podem ser compreendidas em sua constituição dialética. É por essa perspectiva que essas alternativas também têm a sua processualidade histórica, pois se forjam nas relações com as formas políticas anteriores, ao mesmo tempo, são a negação do modo de produção capitalista desde sua imposição na América Latina, bem como a negação em seu movimento atual, que só pode ser feita a partir da construção das lutas anteriores, sem as quais, essas lutas não existiriam.

Todas essas expressões representam a determinação negativa do desenvolvimento histórico do capitalismo na América Latina, da colonização ao neoliberalismo. Ao mesmo tempo, são a afirmação da constituição histórica dessas lutas, ou seja, são a processualidade histórica das próprias lutas. Essas formas políticas se constituem nas relações concretas de seu tempo, mas também são produto das lutas constituídas nas tensões históricas anteriores e

produtoras de uma história de lutas que será também constitutiva das lutas seguintes, nas tensões de seus tempos históricos. Nesse sentido, lutas são produto e produtoras da história, determinadas pelo seu tempo, entretanto, em sua emergência e constituição não são determinações negativas meramente reativas, mas ativas, positivas construções originais e criativas, que guardam relações com as lutas anteriores, mas se forjam no movimento atual a partir de suas ferramentas e apontam para um horizonte da constituição do novo.

É preciso compreender essas lutas e a conformação de formas políticas pela noção de mudança na permanência, fundadas na luta de classes latino-americana e na contradição capital-trabalho, mas em constante movimento na produção do novo a partir da concretude de seu tempo, bem como determinadas pela história que as constitui. A realidade é movimento e, tomando a luta de classes como motor da história, tanto o modo de produção capitalista, como suas negações são indissociáveis, ademais, não existe cisão histórica ou fenômenos ahistóricos, existe processo histórico que se movimenta na dialética da luta de classes.

Como determinações negativas essas alternativas também são expressões de sua territorialidade histórica e da dialética latino-americana, constituída na luta de classes que se forja no chão concreto dos territórios latino-americanos. Portanto, essas experiências são a afirmação da negação histórica que se constitui enquanto experiência latino-americana, determinada pela particularidade do desenvolvimento do capitalismo nessa região, porque esse é indissociável do desenvolvimento do capitalismo em sua totalidade. Ao mesmo tempo, essa particularidade se forja nas realidades nacionais, as quais, por sua vez, se constituem nas concretas relações que se produzem nos diversos territórios dessas. Relações concretas que forjam os territórios e as realidades nacionais, as quais constituem a particularidade latino-americana que está em constante movimento e também determina a constituição da totalidade.

Essas relações podem apenas ser construídas por meio da singularidade humana de atuar concretamente sobre a realidade, porque fundadas na condição ontológica da humanidade do trabalho, na capacidade humana de uma atividade criadora, na potencialidade exclusivamente humana de transformar intencionalmente a realidade para suprir suas necessidades. Essa atuação intrínseca à condição humana forja as relações entre seres humanos, que passam a se constituir nessas, portanto, também nas dimensões subjetivas da realidade. Essas relações são, ao mesmo tempo, determinadas historicamente e expressões que só podem se realizar na singularidade dos indivíduos, uma vez que esses estão inseridos na história, são determinados por ela e atuam sobre a realidade. Esses seres humanos, atuando concretamente sobre o mundo, ao mesmo tempo, construindo também ativamente a si mesmos nesse processo dialético de

constituição. Por isso, é a construção da realidade cotidiana por sujeitos históricos concretos que afirmam a sua humanidade no processo.

Para compreender as alternativas na concreticidade da América Latina, devemos partir da dialética da história que é forjada e forja os sujeitos de sua história. Nesse território, o sujeito que emerge da negação da negação de sua humanidade, a partir de sua práxis concreta, se humaniza pela luta, se faz, portanto, histórico e político na constituição de sua humanidade, na sua afirmação como sujeito pela solidariedade, pela luta e resistência, pela organização, pela revolta, pela rebeldia e pela revolução. Os sujeitos ontologicamente negados se constituem na história como sujeitos políticos por meio da luta, sendo essa elemento negativo na dialética forjada pela dominação capitalista. A construção social do território concreto e das relações se dá na necessidade de realização da vida no território, pelas possibilidades de ser e atuar no mundo, pela possibilidade de ressignificação e reconstrução da relação com o mundo.

Essa afirmação da sua humanidade também se dá pela negação da negação de sua história. Como sujeito que emerge como histórico e político, na realidade concreta de sua luta por sobrevivência e existência, esse se realiza na história e, portanto, faz a sua história, se reconhece na história e invoca sua história, que é coletiva e será apropriada por outros sujeitos, assim como esse se apropriou da sua história e de sua ancestralidade, em maior ou menor medida. Esse reconhecimento se dá na história da constituição de seus grupos, organizações, formas associativas, na cultura, na arte, na história nacional e de outros países. Esse processo é a afirmação da própria história, como negação da negação de sua história e que se constitui também nas dimensões subjetivas da realidade.

Portanto, são sujeitos históricos e políticos que se constituem na luta, sendo essa a própria afirmação de sua humanidade, nas diferentes formas de organizações e alternativas que se dão na relação entre ancestralidade e horizonte emancipatório. Por isso, constituídas em sua originalidade, na construção de novas relações possíveis, na singularidade dos seres humanos, constituída também nas dimensões subjetivas da realidade em constante movimento.

Por fim, as organizações aqui analisadas a partir de Brasil e Colômbia, são expressões históricas da luta dos povos latino-americanos, determinações negativas do desenvolvimento do capitalismo em sua particularidade, mas também são gestadas na especificidade da luta de classes de seus países, a partir das determinações concretas da luta e resistência de seus povos, que só pode ser realizada pela ação concreta dos sujeitos, em sua singularidade. Essas lutas constituíram formas políticas e associativas de negação específicas desde a invasão europeia, portanto, essas formas ancestrais estão, de alguma maneira, presentes nas formas atuais, não

são uma mera transposição estática e idêntica, mas nos indicam o processo de transformação, de metamorfose, de mudança na permanência, das formas de luta que, ao mesmo tempo, se constituem em seu tempo histórico e como processualidade histórica da luta de classes na América Latina. Na realização concreta em seu tempo, são a negação do neoliberalismo dependente latino-americano e afirmação de alternativas necessárias a superexploração da força de trabalho e sua consequente produção social, econômica e política da fome.

É nesse sentido que as organizações estudadas têm especificidades em comum, ao mesmo tempo, são fruto do processo histórico de luta pela terra e pela existência, na busca por uma vida cheia de sentido que se realize também na relação com o trabalho. Na construção da relação de um *trabalho com sentido* possível como parte de um *projeto de vida*, que também se expressa na *continuidade da luta como necessidade* e *apesar da permanência da violência*, seja ela pela fome ou pelo fuzil.

É a contínua *construção de um horizonte emancipatório ancestral*, que se dá na organização política da vida como a continuidade na transformação de processos seculares que hoje se desenvolvem a partir do chão histórico de seus territórios e do suor e sangue de trabalhadores e trabalhadoras que cultivam flores e alimentos no lugar de mercadorias com obsolescência programada. Possibilidades gestadas na contradição de uma sociedade movida pelo consumo e pela violência, em que o trabalho excedente e o tempo de vida é cada vez mais apropriado, seja pela necessidade real de se alimentar ou pela necessidade criada de consumir objetos supérfluos. Afinal, esse sujeito neoliberal cada vez mais incrustado em todos nós, precisa estar consumindo e sendo consumido o tempo todo, cada dia e cada hora mais, tendo cada vez mais seu tempo de vida roubado como custo necessário à manutenção de um *projeto de morte* que é destinado em maior ou menor grau para toda a classe trabalhadora.

A luta desses movimentos não se dá apenas na conquista da terra, o que historicamente no Brasil e na Colômbia já é muito, mas ela aponta para a necessidade de construção de um outro modo de vida, pautado em outras relações, com a natureza, com o trabalho e com os seres humanos, a construção de um verdadeiro *projeto de vida*. A conformação de outras relações possíveis e concretas permite também o enfrentamento à imposição objetiva e à ideologia neoliberal, por isso, em essência, em suas contradições, o exemplo do MST, na comuna da Terra, se constitui como um movimento essencialmente *antineoliberal*, porque objetivamente gesta em sua experiência *outras relações possíveis na construção de um projeto de vida*, que tem exatamente esse sentido para as pessoas que o constroem. Isso porque é a reivindicação e a construção de uma vida que é e pode ser muito mais do que a hiperindividualização do sujeito

empresa. Em sua construção, reivindica e propõe um modo de vida que deve ser coletivo e para o coletivo, é a reorientação do próprio sentido da vida tal qual posto hoje hegemonicamente, sempre dentro das possibilidades reais do movimento e de nosso tempo histórico.

Ambos os movimentos apontam para uma outra relação (também ancestral) possível no contraponto da constituição desse sujeito neoliberal, é a tentativa na possibilidade das contradições do tempo presente, a partir de uma outra organização da vida possível, de constituir na luta uma outra subjetividade, que está sobretudo alicerçada no sentido vital da solidariedade. Ainda não é uma subjetividade emancipada do controle sociometabólico do capital, não é a superação total do estranhamento, mas é a constituição de uma subjetividade em uma fissura possível, que primeiro precisa garantir as suas necessidades mais básicas, mas que ao se descobrir e florescer como sujeito político na potência de sua existência no coletivo da luta, passa também a se reconhecer, a reconhecer o outro e o mundo de maneira distinta. Isso porque nesse processo emergem novos sentidos para a própria relação com a história de vida e de luta, na constante construção do movimento como afirmação desse sujeito histórico, coletivo e político.

Nesse sentido, em contraponto à subjetividade neoliberal, se constitui uma subjetividade solidária, que é necessariamente a possibilidade da constituição de uma subjetividade *antineoliberal*. Ainda continua a ser sua negação porque se constitui nas determinações sob a hegemonia do próprio desenvolvimento capitalista neoliberal na América Latina, ainda são subjetividades que se produzem na negação, mas que se afirmam na consolidação de relações solidárias, comunitárias e coletivas possíveis, produzindo fissuras possíveis, outras relações nesse presente. A construção de outra relação com a natureza na comuna da terra, bem como a *continuidade da luta* na permanência da perspectiva ético-política de um horizonte emancipatório dos ex-combatentes, explicita esse processo e pauta também uma outra relação possível com o trabalho e com a vida, por meio da qual emergem outros sentidos. Um trabalho com sentido que se imbrica com a luta e a militância e, por isso, é um *trabalho com sentido na construção da comuna e da cooperativa* ou *um trabalho que é e não é trabalho ao mesmo tempo*.

Mesmo ainda não sendo a completa emancipação humana e política da subordinação do trabalho ao capital, a partir dessas relações concretas emergem outras subjetividades possíveis, necessariamente constituídas na solidariedade como princípio de vida. É por isso que esse sujeito político emerge como semente, como representação também do que a luta pode germinar. Isso porque essas relações gestadas nessas alternativas no presente apontam para a

possibilidade de um mundo novo. É por isso que devemos continuar estudando esses movimentos e essas sementes, suas flores e seus frutos, porque nos indicam a possibilidade de uma construção possível no presente, assim como a possibilidade de um futuro.

A nossa tarefa continua ser imaginar esse mundo novo e só conseguimos imaginá-lo porque ele é possível, na superação da forma como o trabalho e a vida estão organizados hoje. Nessas experiências que estudamos vem sendo gestadas possibilidades de vida que reconstroem na possibilidade do presente esse horizonte emancipatório ancestral, porque desde muito tempo na América Latina, no Brasil e na Colômbia, a existência se deu pela resistência, mas também pela (re)construção de formas de vida que partem de outras concepções e relações com a natureza e os próprios seres humanos (que são parte da primeira). Reafirmamos que a humanidade só visualiza os problemas que é capaz de resolver, dessa forma, conseguimos imaginar esse mundo novo porque é possível construí-lo. Mais do que possível, ele é necessário e urgente para a própria humanidade.

As alternativas são construções possíveis, por isso, não são em si a superação total da subordinação do trabalho ao capital e do modo de produção capitalista. Entretanto, representam a semente e outras relações possíveis, as quais ainda precisam avançar muito no sentido de mudanças qualitativamente transformadoras, objetivas e subjetivas. Essas sementes apontam para a questão de que é preciso ir além da criação possível de alternativas, é preciso que essas sementes de projetos de vida germinem na radicalidade de projetos de humanidade, que se voltem ao atendimento real das necessidades humanas e que possam construir novas formas que superem a ruptura metabólica operada pelo sistema do capital. Isso porque vivemos tempos de uma intensidade de destruição jamais vista do humano e da natureza. Nesse sentido, contribuímos aqui para a reafirmação da necessidade de reorientação da vida diante da necessidade da construção de um futuro real, o qual não existirá se continuarmos como humanidade acreditando que o sistema do capital ainda tem respostas para nossos problemas.

Um projeto radicalmente distinto de humanidade que se reconecte com a própria humanidade e isso só será possível quando superada a hegemonia da sociabilidade do capital. Quando superarmos o controle sociometabólico do capital, também será a emergência de novas subjetividades, se produzindo no constante movimento de um mundo novo em que as novas condições objetivas de vida, uma nova configuração do trabalho e da vida também serão a emergência de novas subjetividades emancipadas, a partir de novas referências éticas e estéticas. Essas novas construções objetivo-subjetivas permitirão a construção de novos fenômenos constituídos por novas dimensões subjetivas da realidade. A construção de um

horizonte emancipatório ancestral que seja radicalmente transformador é a realização do que poderíamos ser se não fosse o *projeto de morte*, mas o que podemos ser hoje na construção de um *projeto de vida* possível e urgente.

Por isso, precisamos estar atentos às sementes de nosso tempo, experiências que sejam sementes da construção de um horizonte emancipatório ancestral, um caminho possível para a real emancipação. *A luta passa a ser cada vez mais uma necessidade*, seja pelas dificuldades das condições atuais de vida, seja pela urgência de construirmos formas de frear a nossa própria destruição em prol da acumulação infinita. A necessidade da luta como reconstrução de um horizonte emancipatório ancestral, é a necessidade de construção de um projeto radicalmente distinto de humanidade, é sobre salvar o mundo para construir outro mundo. Para tal, precisamos fortalecer esses processos e, mais do que isso, nos involucrarmos nesses, como todas as pessoas que contribuíram com essa pesquisa e estão aqui representadas de alguma maneira, essa é a razão dela existir. Pessoas que deram suas vidas para a construção de um outro mundo possível e na possibilidade de um mundo novo, para que possamos ser outros.

Assumimos uma tarefa difícil e cheia de armadilhas, ao debater a América Latina, um tema complexo, um terreno árido e pantanoso ao mesmo tempo, repleto de contradições, com suas múltiplas realidades, determinações e complexidades a serem analisadas quando a assumimos como "território de análise". Sabemos que a América Latina é fundada na contínua imposição da delimitação e da dominação territorial, desde o momento em que, por determinação do papa Alexandre VI, todas as terras desse espaço ainda indefinido, passam a pertencer aos países europeus, os quais, ao longo do tempo, vão impondo, desenhando e redesenhando com sangue esse território conforme suas necessidades. Entretanto, a própria definição desse "território" em sua nomeação imposta, "América Latina", só se consolida no século XIX, justamente na tentativa de propor uma unidade ideológica-geográfica, a qual pudesse homogeneizar os milhares de povos que aqui viviam (e já resistiam). Portanto, a ideia de América Latina é uma invenção, e essa nasce da sua própria dominação objetiva e subjetiva, da necessidade de sua exploração para a acumulação primitiva de capital, bem como da criação de justificativas ideológicas para a manutenção dessa.

Poderíamos dizer que reivindicar a noção de América Latina pode ser corroborar com uma concepção eurocêntrica e restrita a uma construção ideológica e territorial que reduz a complexidade de realidades distintas e experiências a uma unidade imaginária, a qual serviu, inclusive, para a própria justificação de dominação de seus povos. O próprio imaginário da "região" se reduz muitas vezes a representação de seu mapa como delimitação territorial ou a

própria definição, sobretudo na nossa realidade brasileira, em que a América Latina está ali, em outro lugar, ou mesmo que os latino-americanos são os outros. Essas são interpretações possíveis, mas pautadas exclusivamente em concepções importadas, acríticas e ideológicas. Em última instância, essas são concepções construídas em um projeto político secular colocado em prática nesse território desde a invasão europeia e que permanecem em nosso imaginário.

Conforme vimos ao longo da exposição, a América Latina se constrói a partir dessa delimitação pela dominação a partir de um projeto e um destino traçado para esse território que vai constantemente se atualizando, entretanto, também vai se constituindo como algo mais do que essa imposição, na sua própria negação. Por outro lado, dada a inevitabilidade do movimento da dialética da história latino-americana, esse território concreto também se produziu desde sua invenção pela luta e pela resistência na diversidade de seus povos, que nessas afirmaram sua existência historicamente negada. Tomamos aqui a América Latina também como território, mas não reduzido às concepções anteriores, defendemos em nossa exposição como território de luta de classes, como produto e produtora dessa. Compreender a América Latina é olhar para a dialética da história tendo como motor a luta de classes.

Nesse sentido, essa concepção dominante vai sendo apropriada e, ao mesmo tempo, subvertida, vista cada vez mais, não somente como um território colonizado, explorado e dominado, mas como potência política, como construção de um horizonte de emancipação necessário, isso porque historicamente vão sendo construídas diversas formas concretas de (re)existência que passam a constituir esse símbolo latino-americano como necessidade de libertação. É no reconhecimento dessa dominação compartilhada, desse projeto político homogeneizante e limitante das potencialidades de vida que também passamos a nos reconhecer na possibilidade de emancipação, na construção de um horizonte de transformação que se dá a partir da negação desse projeto.

A afirmação da América Latina como território de luta de classes e constituída nessa é a possibilidade de negar a imposição eurocêntrica e imperialista de uma definição única e fatalista para esse território. Além disso, é afirmar que essa outra concepção de América Latina vai se constituindo a partir das necessidades de superação da própria estrutura de dominação e exploração. Essa afirmação se transforma como projeto político de emancipação que se constitui na unidade da diversidade nas lutas concretas e nos sujeitos políticos de sua história.

É preciso reconhecer a própria América Latina como território concreto e simbólico, ao mesmo tempo, como expressão da luta de classes na constituição dessa na totalidade do desenvolvimento do modo de produção capitalista, a qual vai se constituindo na disputa e pela

disputa, entre dominação e libertação, entre exploração e emancipação. Portanto, sua melhor definição se dá pela disputa política, dada em todos os âmbitos da vida, como tensão constante.

O desenvolvimento histórico na constante tensão latino-americana se forja a partir das determinações objetivas da vida concreta, nas quais os seres humanos vão produzindo significações e atuando sobre essa realidade. É no fazer humano da história que se constituem também as representações simbólicas, os significados possíveis de América Latina, como expressão da luta de classes e da divisão internacional do trabalho. Portanto, surge esse símbolo, América Latina, também como horizonte político de emancipação, como significado e símbolo dessa possibilidade de libertação e construção de outro projeto de vida possível.

Desde Anacaona e Cacique Enriquillo;

Da resistência Inca;

De La Gaitana;

De Palmares e San Basilio;

De Tupac Amaru e Micaela Bastidas;

De Vila Rica e Oruro;

Da Revolução Haitiana;

Dos Comuneros a da Cabanagem;

Passando pelas independências e o sonho da Pátria Grande;

Por Bolívar e Martí;

Por Maria Quitéria de Jesus, Policarpa Salavarrieta a Juana Azurduy;

Por Canudos e Contestado;

Pela Revolução Mexicana;

Por Emiliano Zapata, Pancho Villa a Las Soldaderas;

Pelo território livre de Trombas e Formoso;

Pela revolução cubana, de Fidel, Camilo e Che;

Pelas guerrilhas de libertação, pelas FARC-EP e pelo FMLN;

Até as Ligas Camponesas e Via Campesina;

De Allende a Marighella;

As lutas contra as ditaduras militares, dos Tupamaros a ALN

Dos zapatistas ao MST...

Aqui se respira luta

E...

Amanhã será outro dia...

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. *O Bem viver*: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

AGUIAR, W. M. J. Consciência e atividade: Categorias fundamentais da psicologia Sócio-Histórica. In: BOCK, A. M. B; GONÇALVES, M. G. M; Furtado, O. Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2011. p. 95-112.

AMARAL, M. S. Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. Tese (Doutorado em Economia), Departamento de Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ANTUNES, R. Excurso sobre a centralidade do trabalho: a polêmica entre Lukács e Habermas. In: ANTUNES, R. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020a

_____. *O privilégio da servidão*: o novo proletariado de serviços na era digital. 2ª ed São Paulo: Boitempo, 2020b.

_____. O continente do labor. São Paulo: Boitempo, 2011.

BOCK, A.; FURTADO, O. A psicologia no Brasil e suas relações com o marxismo. In: JACÓ-VILELA, A; FERREIRA, A.; PORTUGAL, F. História da Psicologia: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau, 2006. p. 503-514.

_____. Dimensão subjetiva: uma categoria potente em vários campos da Psicologia. In: BOCK, Ana M. B.; GONÇALVES, M. Graça M.; ROSA, Elisa Z. (Orgs.). Dimensão subjetiva da realidade: uma proposta para uma leitura crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2020.

BOCK, A.; GONÇALVES M.; FURTADO, O. (Orgs.) Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOCK, A.; GONÇALVES, M. (Orgs.). A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009. p.116-157.

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Conexões internacionais: a aliança repressiva no Cone Sul e a Operação Condor. In: BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório da Comissão Nacional da Verdade [v.1]. Brasília: CNV, 2014. p. 219-274.

CARCANHOLO, M. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. Trabalho, Educação e Saúde, v. 11, n.1, Rio de Janeiro, 2013.

CASTRO, J. *Geografia da Fome*: o dilema brasileiro pão ou aço. 10ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CÉSAIRE, A. Discurso sobre o colonialismo. In: CÉSAIRE, A. Textos escolhidos: A tragédia do rei Christophe, Discurso sobre o colonialismo, Discurso sobre a negritude. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022. p.159-210.

COLÔMBIA. Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de Una Paz Estable y Duradera. Bogotá, 2016. Disponível em: https://www.jep.gov.co/Normativa/Paginas/Acuerdo-Final Acesso em: 24 de abril de 2023.

CONRADO, J. *Mensaje Fariano*. Mensaje Fariano. [1989] Disponível em: https://youtu.be/6wUQkyTXQhY?si=u2-r3P7LQoXk-jTi.

CONTESINI, A. A dimensão subjetiva da precarização do trabalho: um olhar a partir da Psicologia Sócio-Histórica sobre a quarteirização no setor têxtil-vestuarista de Blumenau/SC. 2022. Dissertação. (Mestrado em Psicologia: Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

DAGNINO, R. Um dilema latino-americano: ciência e tecnologia para a sociedade ou adequação sócio-técnica com o povo?. In: Estudos sociais da ciência e tecnologia e política de ciência e tecnologia: alternativas para uma nova América Latina. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

DOBLES, I. Ignacio Martín-Baró: una lectura en tiempos de quiebres y esperanzas. San José, Costa Rica: Arlekín.

DUARTE, N. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco: a dialética em Vigotski e em Marx e a questão do saber objetivo na educação escolar. Educação & Sociedade [online]. 2000, v. 21, n. 71, pp. 79-115. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000200004>.

DUSSEL, E.1492: o encobrimento do outro, Petrópolis: Vozes, 1993.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, R. (Org.). A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FARIAS, M. O Hércules Quasímodo da Psicologia Sócio-Histórica: Ontologia Negativa, Lutas Políticas e Dimensão Subjetiva do Racismo. 2022, 204 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2022.´

FANON, F. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FAO. Reunión de Alto Nivel sobre Gobernanza Responsable de la Tenencia de la Tierra, la Pesca y los Bosques en América Latina y el Caribe. 2017. Disponível em: https://www.fao.org/americas/eventos/ver/es/c/854342. Acesso em 27 abril 2023.

FAO, FIDA, OPS, WFP; UNICEF. 2021. América Latina y el Caribe - Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional 2021: estadísticas y tendencias. Santiago de Chile, FAO. Disponível em: https://doi.org/10.4060/cb7497es.

FAO, FIDA, OPS, PMA;UNICEF. 2023. *Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional* - América Latina y el Caribe 2022: hacia una mejor asequibilidad de las dietas saludables. Santiago de Chile. Disponível em: https://doi.org/10.4060/cc3859es.

FAUSTINO, D. Muito além do discurso: a relação entre colonialismo, capitalismo e racismo no pensamento de Frantz Fanon. In: MARTUSCELLI, D.; SILVA, J. (Org.). Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista. 1ed.Chapecó: Ed. dos Autores, 2021, v. , p. 171-184.

FERNANDES, B.; GONÇALVES, C. (Orgs.). *Josué de Castro*: vida e obra. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERREIRA, C.; FAGUNDES, G. Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça. Temporalis, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 62-76, jul./dez. 2021.

FISHER, M. Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FLORENTINO, M.; AMANTINO, M.. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 19, p. 259–297, dez. 2012.

FURTADO, O.; GONZÁLEZ REY, F. Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

GONÇALVES, B. S. *Nos caminhos da dupla consciência:* América Latina, Psicologia e Descolonização. São Paulo: Editora do Autor, 2019.

GONÇALVES, M. Psicologia sócio-histórica e políticas públicas: a dimensão subjetiva de fenômenos sociais. 2003, 204 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

_____.Fundamentos metodológicos da psicologia sócio-histórica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES M. e FURTADO, O. (Orgs.) Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. p.113 - 127.

GONÇALVES, M.; BOCK, A. A importância da ruptura epistemológica: nosso caminho com Silvia Lane. In: In: SAWAIA, B.; PURIN, G. T. (Orgs.) Silvia Lane: uma obra em movimento. São Paulo: EDUC, 2018. p. 135-160.

GONZÁLEZ REY, F. Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de produção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

_____. Encontro da psicologia social brasileira com a psicologia soviética. Psicologia & Sociedade [online]. v. 19, n. spe2, pp. 57-61, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000500019>.

_____. Reflexões sobre o desenvolvimento da psicologia soviética: focando algumas omissões da interpretação ocidental. Psicologia & Sociedade [online]. v. 24, n. 2, p. 263-271, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200003>.

_____. La subjetividad en una perspectiva cultural-histórica: avanzando sobre un legado inconcluso. CS, Cali, n. 11, p. 19-42, Junho 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2011-03242013000100002&lng=en&nrm=iso>.

_____. El pensamiento de Vygotski: momentos, contradicciones y desarrollo. Summa Psicológica UST. v. 13, n. 1, p. 7-18, 2016a. Disponível em: <https://summapsicologica.cl/index.php/summa/article/view/278/261>.

GUEDES, M. A viagem histórica pela América Latina. Psicologia & Sociedade [online]. v. 19, n. spe2, pp. 39-45, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000500017>.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Bem-estar Comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARNECKER, M. Um mundo a construir. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HEINRICH, M. Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna: biografia e desenvolvimento de sua obra. São Paulo: Boitempo, 2018. v.1. p. 181-191.

HYLTON, F. *A revolução colombiana*. São Paulo: UNESP. 2010.

IBGE. *Censo Agropecuário 2017*. Resultados Definitivos. 2017. Disponível: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017. Acesso em 26 abril 2023.

IGUARÁN, L. *Así es el 25.* Métase al cuento [2000]. Disponível em: https://youtu.be/21jF37lwQtk?si=z6D25Nu8-yCna620.

JAMES, C. *Os jacobinos negros* Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2000.

KATZ, C. *A teoria da dependência*: 50 anos depois. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KRENAK, A. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KOSIK, K. Dialética do concreto. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LANE, S. A psicologia social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In: LANE, S.; CODO, W. (Orgs.) Psicologia Social: o homem em movimento. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 10-19.

_____. O que é psicologia social. Coleção primeiros passos, vol. 61. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1985.

LANE, S.; CODO, W. (Orgs.) Psicologia Social: o homem em movimento. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

LANE, S.; ARAÚJO, Y. (Orgs.). Arqueologia das emoções. Petrópolis: Vozes, 2000.

LANE, S.; SAWAIA, B. Novas veredas da psicologia social. São Paulo: Brasiliense: EDUC, 2006.

LATFEM; WEEFFECT. *Ellas alimentan al mundo*: tierra para las que la trabajan. 2021. Disponível em: https://latfem.org/ellas-alimentan-al-mundo. Acesso em: 15 abril 2023.

LAURENTINO, J. et al. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e suas contribuições para a Segurança Alimentar e Nutricional durante a pandemia de covid-19 no Brasil. Saúde e Sociedade [online]. v. 31, n. 4. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-12902022210967pt.

LEONTIEV, A. Artigo de introdução sobre o trabalho criativo de L. S. Vigotski. In: VIGOTSKI, L. S. Teoria e método em psicologia (pp. 425-470). São Paulo: Martins Fontes, 2004a.
_____. Atividade Consciência Personalidade. Bauru: Mireveja, 2021.

_____. O desenvolvimento do psiquismo. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.

LESSA, S. Para compreender a ontologia de Lukács. 4ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

LUCE, M. Teoria Marxista da Dependência: Problemas e categorias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social I. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Para uma ontologia do ser social II. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

MANDEL, E. O capitalismo tardio. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MARIÁTEGUI, J. C . *Por um socialismo indo-americano*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2005b

MARINI, R. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. Ruy Mauro Marini: Dialética da dependência e outros escritos. São Paulo. Expressão Popular, 2022. p.167 – 216.

MARTIN, S. Psicologia social e Psicologia soviética: alguns apontamentos históricos. In: SAWAIA, B.; PURIN, G. T. (Orgs.) Silvia Lane: uma obra em movimento. São Paulo: EDUC, 2018. p. 95-118.

MARTIN-BARÓ, I. Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais. (Org. e Trad. LACERDA, F.). Petrópolis: Editora Vozes, 2017a.
_____. Entre o indivíduo e a sociedade. In: MARTIN-BARÓ, I. Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais. (Org. e Trad. LACERDA, F.). Petrópolis: Editora Vozes, 2017b, p.101-161.

MARX, K. Capítulo VI (inédito). São Paulo. Boitempo, 2022.

_____. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, K. A revolução antes da revolução. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. v.2. p. 201-338.

_____. Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da Miséria, do Sr. Proudhon. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. O Capital: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017. v.1.

MARX, K.; ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____; Manifesto Comunista. In: MARX, K.; ENGELS, F.; LENIN, V. Manifesto Comunista; Teses de Abril. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p.21-59.
MARTINS, A. *A questão agrária brasileira*: da Colônia ao governo Bolsonaro. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MITHEN, S. J. A pré-história da mente: uma busca das origens da arte, da religião e da ciência. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

MOURA, C. *Quilombos*: resistência ao escravismo. São Paulo: Expressão Popular, 2020a.

_____. *Dialética Radical Do Brasil Negro*. 3ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020b.

_____. Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas. 6ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020c.

_____. Sociologia Política da Guerra Camponesa de Canudos: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

MORISSAWA M. A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NETTO, J. P. Introdução. In: MARX, K. Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da Miséria, do Sr. Proudhon. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OXFAM. *Terra, poder e desigualdade na América Latina*. 2016. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/publicacao/relatorio-executivo-terra-poder-e-desigualdade-na-america-latina. Acesso em: 27 abril 2023.

_____. *Lucrando com a dor*. 2022. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/lucrando-com-a-dor. Acesso em: 27 abril 2023.

_____. *Radiografía de la desigualdad*: Lo que nos dice el último censo agropecuario sobre la distribución de tierra en Colombia. 2017. Disponível em: https://www.oxfam.org/es/informes/radiografia-de-la-desigualdad. Acesso em: 27 abril 2023.

PCDHDD; CCEEU; ALIANZA. *Hambre y Guerra*: el legado del aprendiz Balance del último año del gobierno de Iván Duque Márquez. Bogotá, 2022. Disponível em: https://informesderechoshumanos.com. Acesso em: 01 de maio 2023.

PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022.

POCHMANN, M. Estado e capitalismo no brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república. Educação & Sociedade [online]. 2017, v. 38, n. 139 [Acessado 8 Dezembro 2022], pp. 309-330. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017176603>.

POLITZER, G. Crítica dos fundamentos da psicologia e outros escritos. São Paulo: Lavrapalavra, 2022.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf.> Acesso em: 16 out. 2022.

RANIERI, J. Apresentação sobre os chamados Manuscritos econômico-filosóficos de Karl Marx. In: MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

RIBEIRO, F. O continente da blanquidad e a ascensão dos sujeitos negros no Brasil e na Colômbia. In: Utopias latino-americanas: política, sociedade, cultura. São Paulo: Contexto, 2021. p.87-108.

RODNEY, W. Como a Europa subdesenvolveu a África. São Paulo: Boitempo, 2022.

SANSON, C. O trabalho nos clássicos da sociologia: Marx, Durkheim, Weber. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular; Natal : EDUFRN, 2021.

SANTOS, M.; GLASS, V. *Atlas do Agronegócio*: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.
SOUZA, C. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. Serviço Social & Sociedade, v.146(1), p.16–35. https://doi.org/10.1590/0101-6628.301.

SOUZA, C. Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo: Hucitec, 2020.

SOUZA, P. Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil 1926-2013. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2018. p. 312-326.

STÉDILE, J. P. O significado da celebração. In: MST. Boletim da educação nº 09. Setor de Educação, 2004.

TRASPADINI, Roberta. Imperialismo, dependência e questão agrária. A trajetória do MST entre novas velhas encruzilhadas. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós graduação em Educação, UFMG, 2016.

TOASSA, G. "Atrás da consciência, está a vida": o afastamento teórico Leontiev-Vigotski na dinâmica dos círculos vigotskianos. Educação & Sociedade [online]. 2016, v. 37, n. 135, pp. 445-462. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016144457>.

TONET, I. Introdução. In: A Ideologia Alemã. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TULESKI, S. C. Vygotski: a construção de uma psicologia marxista. 2ª ed. Maringá, EDUEM, 2008.

VIGOTSKI, L. S. Manuscrito de 1929. Educação & Sociedade [online]. 2000, v. 21, n. 71, pp. 21-44. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000200002>.

_____. O significado histórico da crise na psicologia. In: VIGOTSKI, L. S. Teoria e método em psicologia (pp. 201-417). São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. História do desenvolvimento das funções mentais superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2021.

VILLAMIZAR, D. *Las guerrillas en Colombia*: una historia desde los orígenes hasta los confines. Bogotá: Debate, 2017.

WFP COLOMBIA. *Evaluación de seguridad alimentaria para población colombiana* - Resumen ejecutivo. 2023. Disponível em: https://es.wfp.org/publicaciones/evaluacion-de-seguridad-alimentaria-de-la-poblacion-colombiana. Acesso em 24 abril 2023.

WILLIAMS, E. Capitalismo e escravidão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ZIBECHI, R. Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafíos. Revista del Observatorio Social de América Latina, Buenos Aires, n. 9, p. 185-188, jan. 2003.

_____. Territórios em Rebeldia. São Paulo: Elefante, 2022.

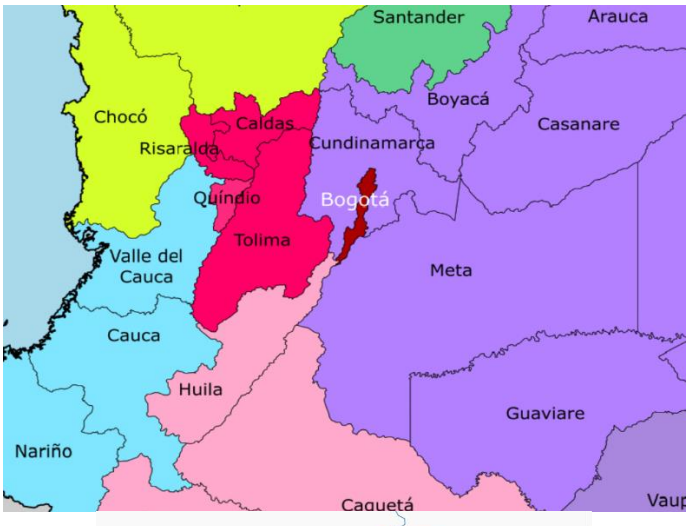
ANEXOS

1. REVOLTAS ANTICOLONIAIS

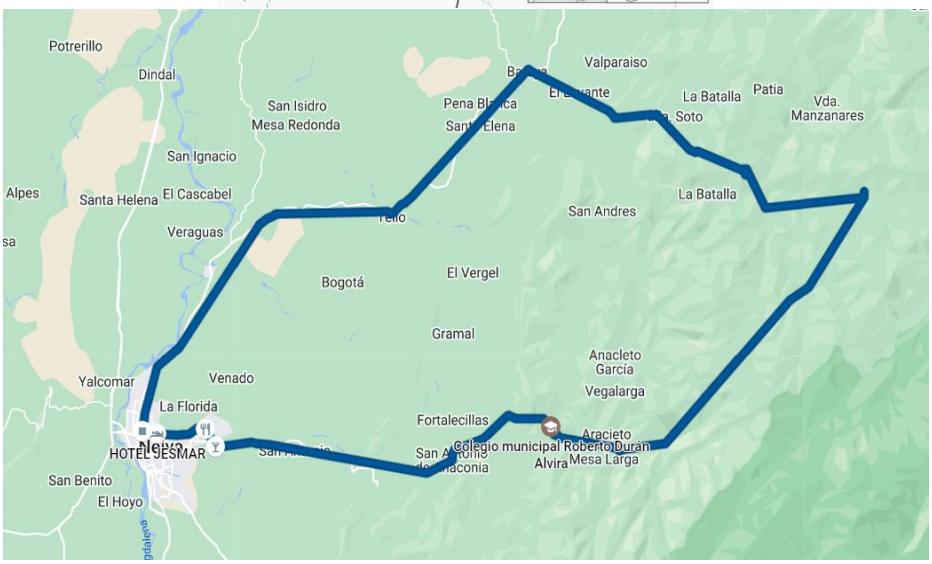
❖ Revolta liderada por *Anacaona e Caonabo* em 1492 contra os abusos dos primeiros espanhóis.
❖ Início da resistência mapuche com cacique Michimalonco de 1500 a 1550.
❖ Revolta liderada por Agueybaná II em 1511, outro líder do povo taíno, em Borinquen, onde hoje se encontra Porto Rico.
❖ Hatuey, cacique taíno, lidera uma revolta contra os espanhóis em 1512 na Ilha de Quisqueya, atual República Dominicana.
❖ Revolta liderada por cacique Cemaco em 1513 no território de Darién, atual Panamá.
❖ Em 1519 se funda a primeira guerrilha da América Latina, com a liderança Guarocuya ou Enriquillo e um grupo de taínos combate os espanhóis de 1519 a 1533.
❖ Revolta do povo Guaimí e resistência durante 9 anos, liderada por Urracá, de 1520 a 1529, território de Natá, atual Panamá.
❖ Resistência dos povos astecas até 1521 com a morte de seu último líder, Cuauhtémoc, toda a região da Mesoamérica.
❖ Revolta e resistência do povo Quiché, descendentes dos maias liderada por Tecún – Umán em 1525 um dos últimos de seu povo, atual Guatemala.
❖ Resistência do povo lenca ao recusar a escravização, liderada por Lempira desde 1530, atual região de Honduras. Inspira revoltas armadas na região até 1537.
❖ Revolta liderada por Rumiñahui em1535, atual região de Quito Equador
❖ Em 1533 se iniciam sucessivas revoltas e movimentos de resistência a dominação espanhola protagonizada pela linhagem Inca. São 40 anos de resistência inca, de 1533 a 1572, lideradas por Manco Inca Sayrí Tupac, Titu Cusi Yupanqui e Tupac Amaru I. Nesse momento se inicia o mito do ressurgimento de Inkarri, o retorno do Inca morto, a promessa da volta de um líder que restauraria o império Inca contra a dominação espanhola.
❖ Resistência Guarani, onde hoje é o Paraguai, de 1536 a 1556.
❖ La Gaitana, líder dos Yalcones, em Timaná, atual região de Huila, Colômbia. Lidera uma revolta contra os espanhóis de 1539 a 1540 e é um dos maiores símbolos de resistência na Colômbia.
❖ A Guerra de Mixtón, rebelião contra os espanhóis em 1540, atualmente norte do México
❖ Rebelião maia de Yucatán em 1546.
❖ Guerra de Arauco entre 1550 e 1656, caracterizou a continuidade da resistência Mapuche, liderada por Lautaro, Pelantaru, Calfulikan (homenageado muitos anos depois pelo poeta Rueben Dário no Poema Caupolicán), Pelontraru, Galvarino Janequeo, Aukanamum.
❖ A Guerra Chichimeca entre 1550-1600, também no norte do México, quando vários povos se uniram contra a dominação espanhola.
❖ Confederação dos Tamoios, entre 1554 e 1567, marcou a resistência tupinambá contra os portugueses.
❖ Insurreição dos catíos, liderados pelo Cacique Toné, entre 1560 e 1570.
❖ Guerras Calchaquí entre 1560 e 1667, marcando a resistência dos calchaquís, hoje está a região noroeste Argentina.
❖ O movimento Taqui Ongoy. resistencia político religiosa contra os espanhóis, nos Andes centrais, atual Peru a partir de 1565.
❖ Rebeliões dos povos Chimilas, Tupés e Guajiros em 1570, região de Bogotá, Colômbia.
❖ Os levantes Taironas entre 1571 e 1575.
❖ Revolta dos Quimbayas en 1577 no Vale do Rico Cauca, Colombia, resistencia que dura até o século XVII.
❖ Rebelião da tribos Guarani, liderada por Oberá em 1579, hoje região do Paraguai.
❖ Quilombo dos Palmares, conjunto de mocambos, resistência de quase 25.000 pessoas, primeiros registros datam do final do século XVI; presença negra e indígena Tupinambá, desde 1580.
❖ Rebelião liderada por Viltipoco, reunindo os Omaguacas, Pulares e Calchaquíes, em 1594 onde hoje se encontra o Peru.
❖ Rebelião de Acaxee em1601, região do México
❖ Revolta de Tepehuanes 1616, México.
❖ Levante dos Tupinambás entre 1617-1621, Brasil.
❖ Rebelião dos guazaparis en 1632, região de Sinaloa, México.
❖ A revolta iniciada pela aclamação de Amador Bueno, em 1641. (?)
❖ Rebeliões dos tarahumaras entre 1646 e1697.
❖ Guerra dos Bárbaros 1651-1720 – Confederação dos Guerans

❖ Rebelião indígena de Campos dos Goytacazes em 1675 e conjunto de quilombos a partir de 1695 na região, no Brasil.
❖ Revolta de escravizados em Camamu, Bahia em 1691.
❖ Levantamento dos huilliches de Chiloé contra os encomenderos em 1712, no Chile.
❖ A revolta de Vila Rica em 1720, no Brasil.
❖ Rebelião Mapuche entre 1723 e 1766
❖ Insurreição popular de Oropesa, em Cochabamba, liderada por Alejo Calatayud, em 1730, na atual Bolívia.
❖ Levante dos pericúes e coras contra as missões jesuítas, entre 1734 e 1735, atual México.
❖ Rebelião indígena dos povos nomatsigenga em Gran Pajonal, atual Peru, liderada inicialmente por Juan Santos Atahualpa e 1742 a 1850.
❖ Revolta guarani liderada por Sepé Tiaraju de 1750 a 1756, região sul do Brasil.
❖ A Guerra guaranítica entre 1753 e 1756, em que os povos guarani se revoltaram contra espanhóis e portugueses por conta do Tratado de Madri.
❖ Movimentos político-religiosos de resistência surgidos em duas comunidades de índios Chiriguano, por volta de 1778, os quais foram desencadeados pelos Tumpas
❖ Levante indígena de Huarochirí para tomar a cidade de Lima contra os espanhóis em 1750.
❖ Rebelião dos pimas entre 1768 e 1770
❖ As revoluções lideradas por Tupac Amaru e Tupac Katari em 1780 e 1782, as maiores revoltas contra a colonização espanhola que reacendem a simbologia Inca.
❖ Insurreição de Oruro em 1781 que leva a independência da Bolívia
❖ Rebelião dos Comuneros em 178, insurreições populares contra a dominação colonial onde hoje está a Colômbia.
❖ Levante de negros escravizados do Engenho que ocorreu em Santana, Ilhéus no Brasil em 1789.
❖ Revolta liderada por Juan Calfucurá ou Kallfükura, líder mapuche na Argentina entre 1790 e 1873.
❖ Revolução haitiana em 1791.
❖ A Revolta dos Alfaiates ou Conjuração Baiana ocorreu em Salvador, Bahia no Brasil em 1978.
❖ A Revolução de Chuquisaca de 25 de maio de 1809 ocorreu em Sucre, atual região da Bolívia.
❖ Revolta Haussá foi liderada por negros escravizados na Bahia em 1809.
❖ A revolução de maio de 1810 na cidade de Buenos Aires.
❖ A insurreição de Tacna de 1811.
❖ A Rebelião de Huánuco em 1812.
❖ Revolta de negros escravizados na Vila de Guaraparim em 1813
❖ A Rebelião de Cuzco foi chefiada pelos irmãos Angulo e o brigadeiro Mateo Pumacahua, no Peru de 1814 a 1815.
❖ Revolta de Carrancas em 1833, em Minas Gerais, liderada por negros escravizados e afrodescendentes livres que se revoltaram contra a escravidão.
❖ A Revolta dos Malês em Salvador, Bahia, em 1835. A maior revolta de escravizados da história do Brasil e mobilizou cerca de 600 pessoas que se rebelaram e marcharam pelas ruas de Salvador convocando outros a se rebelarem contra a escravidão.
❖ A Cabanagem de 1835 a 1840 em que indígenas e negros realizam um levante popular organizado na cidade de Belém com forte caráter contestatório.
❖ A Balaiada foi uma revolta popular ocorrida no Maranhão entre 1838 e 1841.
❖ Insurreição de Queimado em 1849, a principal revolta abolicionista do Espírito Santo.
❖ Revolta de Manuel Congo em 1838, no Rio De Janeiro.
❖ Revolta de Carrapatos em 1851 na Bahia.

1. MAPAS


Santander
Arauca
Chocó
Caldas
Boyacá
Casanare
Risaralda
Cundinamarca
Quindío
Bogotá
Tolima
Valle del Cauca
Meta
Cauca
Huila
Guaviare
Nariño
Caquetá

Aipe
Villavieja
Baraya
Tello
Palermo
Neiva
Rivera
Campoalegre
N


Potrerillo
Dindal
Valparaiso
San Isidro
Mesa Redonda
Pena Blanca
Santa Elena
La Batalla
Patia
Vda. Manzanares
San Ignacio
Alpes
Santa Helena
El Cascabel
La Batalla
Veraguas
San Andres
Bogotá
El Vergel
Gramal
Anacleto García
Yalcomar
Venado
Vegalarga
La Florida
Fortalecillas
HOTEL JESMAR
Colegio municipal Roberto Durán
Aracieto Mesa Larga
Alvira
San Benito
El Hoyo

2. TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Você está sendo convidado a participar como voluntário(a) da pesquisa: **Trabalho, Subjetividade e América Latina: as alternativas populares no Brasil e na Colômbia**, cujo objetivo é compreender as iniciativas populares de alternativas de organização do trabalho na América Latina, tomando como foco Brasil e Colômbia.

Sou pesquisador e estudante no Mestrado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Esta pesquisa está sendo realizada sob a orientação do Prof. Dr. Odair Furtado.

Sua participação nesta pesquisa se dará a partir da realização de entrevista semiestruturada, que terá duração média de uma hora, será gravada, se assim você permitir, e transcrita, com o propósito de possibilitar a cópia fiel de seu conteúdo. Os resultados obtidos têm como propósito fins acadêmicos e científicos, ficarão sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) principal. No caso de publicações, as (os) entrevistadas (os) não serão identificadas (os), garantindo o sigilo das (os) participantes ou das pessoas mencionadas. Os registros serão transcritos e usados para fim exclusivo para a composição da pesquisa e desenvolvimento das reflexões propostas, suprimindo o nome verdadeiro dos(as) participantes garantindo o sigilo e de informações que possam colocar o participante em risco.

Ressaltamos que por ser uma participação voluntária essa participação não tem nenhum tipo de custo ou compensação financeira.

Os riscos para as (os) participantes são mínimos, mas caso surja alguma necessidade, demanda ou desconforto, sempre será respeitada, de acordo com este termo de consentimento em consonância com as diretrizes da *RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012*, a vontade e a escolha dos(as) participantes da pesquisa de não responderem questões as quais não se sintam confortáveis, sendo possível interromper a entrevista a qualquer momento diante da decisão do participante de não continuidade. Para minimizar tais riscos será, também, zelado por um ambiente de confiança, transparência e cuidado na relação com os(as) participantes, prezando pelo conforto no procedimento da entrevista. Diante do surgimento de qualquer necessidade ou desconforto evocado pela entrevista o pesquisador responsável se coloca à disposição para realização dos encaminhamentos necessários.

No que diz respeito aos benefícios, mesmo não sendo diretos, ao colaborar com esta pesquisa cria-se uma oportunidade de reflexão e apropriação sobre os processos de trabalho e os sentidos de participar de um coletivo e/ou comunidade que se propõe a tais objetivos. Falar sobre si, sobre a própria história e a relação estabelecida com a comunidade é também uma forma de apropriação da própria história individual e coletiva e do reconhecimento da

potência de atuação presente nesse espaço de atuação. Além disso, ao contribuir com esta entrevista o(a) participante auxiliará no processo de compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Caso o(a) entrevistado(a) queira ter acesso aos resultados, estes estarão a disposição quando finalizada a pesquisa.

Garantimos a(o) participante a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA

Eu, _____, fui informada(o) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e que poderei modificar a decisão de participar se assim o desejar. Declaro entendi o objetivo da pesquisa e que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

O(a) participante também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (CEP/PUC-SP) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/PUC-SP está localizada no térreo do Edifício Reitor Bandeira de Mello (Prédio Novo), na sala 63-C, na Rua Ministro Godói, 969 - Perdizes - São Paulo - SP - CEP: 05015-001 Tel./FAX: (11) 3670-8466 | e-mail: cometica@pucsp.br. O CEP/PUC. O Comitê de Ética em Pesquisa da PUC/SP campus Monte Alegre é um dos 2 (dois) Comitês instalados na universidade, sendo este responsável pela apreciação dos protocolos de pesquisa das áreas de Ciências Humanas e Sociais oriundos de 9 (nove) das 10 (dez) Faculdades que integram a PUC-SP. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a(o) entrevistado(a).

Você poderá entrar com contato com o pesquisador responsável Gabriel Sanjuliano Tozato a qualquer momento para informação adicional no endereço da PUC-SP Campus Monte Alegre, no endereço: R. Monte Alegre, 984 - Perdizes, São Paulo. Se houver necessidade de esclarecimentos de outras dúvidas decorrentes da entrevista ou da pesquisa, coloco-me totalmente à disposição pelo celular +55 (11) 999920929 ou e-mail: gabrieltozato1@gmail.com

São Paulo, ____ de _____ de 20____ .

_____ _____

Assinatura da(o) participante Assinatura do pesquisador responsável

---

_____ (Participante)

_____ (Pesquisador)